Revisão 04 | BIBLIOTECA

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

# ESSA CIDADE É MINHA! ESSA CIDADE É SUA!

## UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O BRIZOLISMO E AS POLÍTICAS DE REGULAÇÃO URBANA NO RIO DE JANEIRO ENTRE 1983 E 1994.

JULIANA OAKIM BANDEIRA DE MELLO

ORIENTADOR: PROF. DR. CEZAR TEIXEIRA HONORATO

NITERÓI
2019

Revisão 04 | BIBLIOTECA

# ESSA CIDADE É MINHA! ESSA CIDADE É SUA!

## UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O BRIZOLISMO E AS POLÍTICAS DE REGULAÇÃO URBANA NO RIO DE JANEIRO ENTRE 1983 E 1994.

JULIANA OAKIM BANDEIRA DE MELLO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

ORIENTADOR: PROF. DR. CEZAR TEIXEIRA HONORATO

NITERÓI

2019

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

O11e Oakim, Juliana
Essa cidade é minha! Essa cidade é sua! : Uma investigação sobre o brizolismo e as políticas de regulação urbana no Rio de Janeiro entre 1983 e 1994. / Juliana Oakim ; Cezar Teixeira Honorato, orientador. Niterói, 2019.
481 p. : il.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

DOI: http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2019.d.05360247746

1. Brizolismo. 2. Movimentos sociais. 3. Rio de Janeiro. 4. História urbana. 5. Produção intelectual. I. Honorato, Cezar Teixeira, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD -

Bibliotecária responsável: Thiago Santos de Assis - CRB7/6164

Revisão 04 | BIBLIOTECA

**ESSA CIDADE É MINHA! ESSA CIDADE É SUA!**

UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O BRIZOLISMO E AS POLÍTICAS DE REGULAÇÃO URBANA NO RIO DE JANEIRO ENTRE 1983 E 1994.

JULIANA OAKIM BANDEIRA DE MELLO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em de setembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

_____

PROF. DR. CEZAR TEIXEIRA HONORATO
UFF

_____

PROF$^{A}$. DR$^{A}$. FERNANDA ESTER SANCHEZ GARCIA
UFF

_____

PROF$^{A}$. DR$^{A}$. CATIA ANTONIA DA SILVA
UERJ

_____

PROF. DR. FERNANDO FERNANDES DE MELLO
PUC-RIO

_____

PROF. DR. ALCIDESIO DE OLIVEIRA JUNIOR
UERJ

# RESUMO

O brizolismo ocupou majoritariamente o campo político carioca na década de 1980 e início da década 1990, tanto no poder executivo quanto no legislativo estadual e municipal. Este também foi um período de ampla mobilização social, que para além do processo de redemocratização da política brasileira, estendeu-se para questões urbanas como implementação de melhorias, questionamento de legislações e mobilização por uma gestão participativa e democrática de cidade.

Neste horizonte, esta tese se propôs estudar as políticas urbanas implementadas pelo brizolismo carioca na década de 1980 e princípio da década de 1990, principalmente aquelas implementadas a partir de mobilizações da sociedade civil.

Na pesquisa, foram mapeados três tipos de instrumento de regulação urbana: os mecanismos de proteção do patrimônio cultural, os mecanismos de alteração das condições de uso e ocupação do solo urbano e os mecanismos de preservação do meio ambiente natural – todos instrumentos de regulação urbana que definem normas para a expansão e modificação do território.

**Palavras-chave**: brizolismo, movimentos sociais, Rio de Janeiro, história urbana

# ABSTRACT

Brizolism mainly occupied the political field of Rio de Janeiro in the 1980s and early 1990s, both in the state and in the municipal legislature. This was also a period of widespread of social mobilization, so much in the process of redemocratization of Brazilian politics, as well as to urban issues such as implementation of improvements, questioning of legislation and mobilization for a participatory and democratic management of the city.

In this horizon, this thesis proposes to study the urban policies implemented by the brizolism in Rio de Janeiro in the 1980s and early 1990s, especially those implemented through civil society mobilizations.

In the research, three types of urban regulation instrument were mapped: the mechanisms of protection of the cultural heritage, the mechanisms of alteration of the conditions of use and occupation of the urban land and the mechanisms of preservation of the natural environment – all instruments of urban regulation that define norms for the expansion and modification of the territory.

**Keywords**: brizolism, social movements, Rio de Janeiro, urban history

# SUMÁRIO

Sumário i

Lista de Siglas iv

Índice de ilustrações x

Índice de gráficos e tabelas xxiii

Do que aqui se fala (ou prefácio e agradecimentos) 1

Como começou esta pesquisa (ou introdução) 4

Os instrumentos de regulação urbana 6

As fontes utilizadas 14

A estrutura do texto 17

1. A formação da corrente política brizolista no Rio de Janeiro. 23

2. A chegada do brizolismo e as políticas urbanas de patrimônio cultural (1983-1986) 38

A luta dos empresários do Centro 46

Alguns casos isolados no Centro e Zona Sul 63

O Copacabana Palace Hotel, a Vila Operária do Estácio e o Projeto Rio Ano 2000 68

O patrimônio dos operários fabris 75

O projeto de revitalização do Centro 84

As primeiras Áreas de Proteção Ambiental da cidade: Santa Teresa e Fazendinha da Penha 88

Em defesa do Buraco do Lume, da Ilha de Paquetá, do Cosme Velho, do Leblon e da Lagoa 98

O projeto SAGAS 121

O fim do período 126

3. A regulação urbana no Rio sem o brizolismo (1987-1988) 135

O projeto do Metrô, a revitalização da Praça 15 e a Preservação da Cruz Vermelha 142

Pela preservação do Cassino da Urca e do Bairro Peixoto 153

O Parque Lage e o Jardim Botânico 160

O Leblon contra um hotel no Morro Dois Irmãos 162

Um tombamento na zona oeste: o caso de Santa Cruz 166

Os PEUs e as APAs da gestão Saturnino 167

O fim do período 173

4. O retorno do brizolismo e o fortalecimento da questão ecológica (1989-1992) 181

Questões locais e pontuais das associações de moradores 199

A questão ecológica 220

A luta ecológica no Recreio dos Bandeirantes 236

A APA São José 242

A preocupação com o avanço das favelas nas encostas da Floresta da Tijuca 246

O fim do período 247

5. Brizolismo e oposição nas esferas estadual e municipal (1993-1994) 255

O combate à desordem urbana 265

As poucas mobilizações contra projetos imobiliários 274

O retorno das remoções de favelas 276

A ocupação desordenada da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes 277

Uma última tentativa de construir no Morro Dois Irmãos 292

O caso das Casas Casadas 297

O fim do período 300

Um balanço do que aqui se estudou (ou conclusão) 313

O que pensaria Brizola sobre o presente (ou posfácio) 328

Referências bibliográficas 333

Anexo I – Projetos de estruturação urbana até 1994 344

Anexo II – Proteção ambiental até 1994 _____ 346

Anexo III – Proteção da paisagem cultural até 1994 _____ 349

Anexo IV – Tombamentos municipais e estaduais de 1983 a 1994 _____ 355

Anexo V – Mapeamento dos instrumentos de regulação urbana _____ 402

Anexo VI – Dados eleitorais _____ 427

Anexo VII – Dados de renda _____ 448

# LISTA DE SIGLAS

| | |
|---|---|
| ABI | Associação Brasileira de Imprensa |
| ACN | Área Central de Negócios |
| ACRJ | Associação Comercial do Rio de Janeiro |
| ADEMI | Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário |
| ADESPE | Associação De Moradores e Amigos da Selva de Pedra |
| ALERJ | Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro |
| AMA Bairro Barcellos | Associação de Moradores e Amigos do Bairro Barcellos |
| AMA Bairro Peixoto | Associação de Moradores e Amigos do Bairro Peixoto |
| AMA Botafogo | Associação de Moradores e Amigos de Botafogo |
| AMA Catete | Associação de Moradores e Amigos do Catete |
| AMA Chapéu Mangueira | Associação de Moradores e Amigos da Favela Chapéu Mangueira |
| AMA Flamengo | Associação de Moradores e Amigos do Flamengo |
| AMA Gávea | Associação de Moradores e Amigos da Gávea |
| AMA Glória | Associação de Moradores e Amigos da Glória |
| AMA Horto | Associação de Moradores e Amigos do Horto |
| AMA Jardim Botânico | Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico |
| AMA Lauro Muller | Associação De Moradores e Amigos da Rua Lauro Muller em Botafogo |
| AMA Leblon | Associação de Moradores e Amigos do Leblon |
| AMA Leme | Associação de Moradores e Amigos do Leme |
| AMA Posto 4 e 5 | Associação de Moradores e Amigos dos Postos 4 e 5 em Copacabana |
| AMA Verde | Associação de Moradores e Amigos da Praça Cardeal Arcoverde em Copacabana |
| AMA Vidigal | Associação de Moradores e Amigos da Favela do Vidigal |
| AMAC | Associação de Moradores e Amigos do Centro |
| AMA-Cabritos | Associação de Moradores e Amigos dos Tabajaras e Cabritos |

| | |
|---|---|
| AMACV | Associação de Moradores e Amigos do Cosme Velho |
| AMAFONTE | Associação de Moradores e Amigos da Fonte da Saudade |
| AMAI | Associação de Moradores e Amigos de Ipanema |
| AMAL | Associação de Moradores e Amigos de Laranjeiras |
| AMAP | Associação de Moradores e Amigos da Penha |
| AMAPE | Associação de Moradores e Amigos da Praça Edmundo Bitencourt |
| AMAPI | Associação de Moradores e Amigos do Pedra de Itaúna. |
| AMAPS | Associação de Moradores e amigos da Praça Seca e adjacências |
| AMARBANGU | Associação de Moradores e Amigos das Ruas de Bangu |
| AMAST | Associação de Moradores de Santa Teresa |
| AMCRASS | Associação de Moradores do Conjunto Residencial da Avenida Salvador de Sá |
| AMEN | Associação dos Moradores do Engenho Novo |
| AMIS | Associação de Amigos do Museu da Imagem e do Som |
| AMOUR | Associação de Moradores e Amigos da Urca |
| AMUST | Associação de Moradores Unidos de Santa Teresa, do Morro do Fogueteiro |
| AP | Área de Planejamento |
| APA | Área de Proteção Ambiental |
| APAC | Área de Proteção do Ambiente Cultural |
| APDINS-RJ | Associação Profissional dos Desenhistas Industriais de Nível Superior do Rio de Janeiro |
| ARENA | Aliança Renovadora Nacional |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| BNH | Banco Nacional de Habitação |
| BPM | Batalhão de Polícia Militar |
| CCERJ | Comissão Coordenadora de Educação e Cultura |
| Ceasa | Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro |
| CEDAE | Companhia de Aguas e Esgotos |
| Cedae | Companhia Estadual de Águas e Esgotos |
| CET | Conselho Estadual de Tombamento |

| | |
|---|---|
| CETEL | Companhia Estadual de Telefones |
| CET-Rio | Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro |
| CGC | Conselhos Governo-Comunidade |
| CIAC | Centro Integrado de Assistência às Crianças |
| CIEP | Centro Integrado de Educação Pública |
| CNBB | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil |
| COHAB | Companhia de Habitação Popular |
| Comlurb | Companhia de Limpeza Urbana |
| CONERJ | Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro |
| CPDOC | Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas |
| CPI | Comissão Parlamentar de Inquérito |
| CTC | Companhia de Transportes Coletivos |
| DEAM | Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher |
| DER | Departamento de Estradas e Rodagens |
| Detran | Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro |
| DGPC | Departamento Geral de Patrimônio Cultural |
| DOERJ | Diário Oficial do Executivo do Estado do Rio de Janeiro |
| DPCA | Diretoria do Patrimônio Cultural e Artístico |
| DPHA | Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico |
| EAV | Escola de Artes Visuais do Parque Lage |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FACIC | Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo |
| FAFERJ | Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro |
| FAMERJ | Federação das Associações de Moradores e Entidades Afins do Rio de Janeiro |
| FEEM | Fundação Estadual de Educação do Menor |
| Feema | Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente |
| FHC | Fernando Henrique Cardoso |
| Firjan | Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro |

| | |
|---|---|
| FLUPENE | Associação Fluminense das Pequenas e Médias Empresas |
| FUNDREM | Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro |
| GIS | *Geographic Information System* (Sistema de Informações Geográficas) |
| IAB | Instituto de Arquitetos do Brasil |
| IAT | Índice de aproveitamento do terreno |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| IBASE | Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas |
| IBDF | Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal |
| ICM | Imposto sobre Circulação de Mercadorias |
| IFCS | Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| IHGB | Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro |
| INEPAC | Instituto Estadual de Patrimônio Cultural |
| Iplan-Rio | Empresa Municipal de Informática S.A. |
| IPPUC | Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba |
| IRPH | Instituto Rio Patrimônio da Humanidade |
| MDB | Movimento Democrático Brasileiro |
| MIS | Museu da Imagem e do Som |
| NOPH | Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz |
| OAB | Ordem dos Advogados do Brasil |
| OASIS | Associação de Moradores e Amigos do Bairro Peixoto |
| ONG | Organização Não Governamental |
| PAA | Projeto Aprovado de Alinhamento |
| PASART | Partido Socialista Agrário e Renovador Trabalhista |
| PCB | Partido Comunista Brasileiro |
| PCdoB | Partido Comunista do Brasil |
| PDC | Partido Democrata Cristão |
| PDS | Partido Democrático Social |
| PDT | Partido Democrático Trabalhista |

| | |
|---|---|
| PEU | Projeto de Estruturação Urbana |
| PFL | Partido da Frente Liberal |
| PGM | Procuradoria Geral do Município |
| PIT-Metrô | Plano Integrado de Transportes |
| PL | Partido Liberal |
| PMDB | Partido do Movimento Democrático Brasileiro |
| PMERJ | Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro |
| PP | Partido Popular |
| PPGH/UFF | Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense |
| Previ-Rio | Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro |
| PRN | Partido da Reconstrução Nacional |
| PSB | Partido Socialista Brasileiro |
| PSD | Partido Social Democrático |
| PSDB | Partido da Social Democracia Brasileira |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| PTB | Partido Trabalhista Brasileiro |
| PTD | Partido do Trabalhismo Democrático |
| PTN | Partido Trabalhista Nacional |
| PTR | Partido Trabalhista Renovador |
| PUB-Rio | Plano Urbanístico Básico da Cidade do Rio de Janeiro |
| PV | Partido Verde |
| Rio-92 | Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento |
| RioArte | Instituto Municipal de Arte e Cultura |
| RioFilme | Empresa Distribuidora de Filmes S.A. |
| RioPlan | Fundação Municipal de Planejamento |
| Riotur | Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A. |
| Rio-Urbe | Empresa Municipal de Urbanização |
| SACI | Sociedade de Amigos da Cinelândia |
| SAGAS | Saúde, Gamboa e Santo Cristo |

| | |
|---|---|
| SAMC | Sociedade dos Amigos do Morro da Coroa |
| SAMP | Sociedade dos Amigos do Morro dos Prazeres |
| SARCA | Sociedade dos Amigos da Rua da Carioca |
| SARJ | Sindicato dos Arquitetos do Rio de Janeiro |
| SEAERJ | Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro |
| Serla | Superintendência Estadual de Rios e Lagoas |
| SET | Secretaria de Estado de Transporte |
| Sinco | Sociedade Industrial e Comercial S.A. |
| SIURB | Sistema de Informações Urbanas |
| SMAC | Subsecretaria de Meio Ambiente |
| SMDU | Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano |
| SMU | Subsecretaria de Urbanismo |
| SNA | Sociedade Nacional de Agricultura |
| SNI | Serviço Nacional de Informações |
| SPHAN | Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| SPU | Secretaria de Patrimônio da União |
| STJ | Superior Tribunal de Justiça |
| Sudebar | Superintendência do Desenvolvimento da Barra da Tijuca |
| SUDEPE | Superintendência de Desenvolvimento da Pesca |
| SUDERJ | Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro |
| TCU | Tribunal de Contas da União |
| TER | Tribunal Regional Eleitoral |
| TJ-RJ | Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro |
| TSE | Tribunal Superior Eleitoral |
| UDN | União Democrática Nacional |
| UENF | Universidade Estadual do Norte Fluminense |
| UEP | Unidades Espaciais de Planejamento |
| UERJ | Universidade do Estado do Rio de Janeiro |
| UNE | União Nacional dos Estudantes |
| URSS | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |

# ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - A divisão do território em APs. Em verde a AP-1, em amarelo a AP-2, em azul a AP-3, em vermelho a AP-4, em marrom a AP-5 e em rosa a AP-6 (Revista Municipal de Engenharia, Ano 46, PUB-Rio, Número especial, 1978). 9

Figura 2 - Mapa dos PEUs criados entre 1979 e 1982. 13

Figura 3 - Mapa das APAs e Parques Naturais criados entre 1979 e 1982. 13

Figura 4 - Mapa dos tombamentos feitos entre 1979 e 1982. 14

Figura 5 – Linha do tempo com a alternância das correntes políticas na Prefeitura e Governo do Estado do Rio de Janeiro. 19

Figura 6 - Periodização utilizada nesta tese. 22

Figura 7 - Mapa da votação em Leonel Brizola nas eleições para governador de 1982 (Fonte: TRE). 29

Figura 8 – Mapa da votação em Moreira Franco nas eleições para governador de 1982 (Fonte: TRE). 29

Figura 9 – Fotografia de Luiz Morier intitulada "Todos Negros", publicada na primeira página do Jornal do Brasil de 30/09/1982. A fotografia venceu o Prêmio Esso de 1983 (Disponível em http://www.abi.org.br/todos-negros). 36

Figura 10 - O que restou do desmonte do Morro de Santo Antônio (Jornal do Brasil, 07/09/1977). 46

Figura 11 – Celebração do Dia da Rua da Carioca em frente ao Bar Luiz (Jornal do Brasil, 04/01/1978). 48

Figura 12 - Desfile do Ford Bigode na 4ª Semana da Carioca (Jornal do Brasil, 26/08/1981). 52

Figura 13 – Mario Juruna (deputado federal pelo PDT), Leonel Brizola e Darcy Ribeiro recebem o *Bolo do Tombamento* (Jornal do Brasil, 05/08/1983). 55

Figura 14 – Festejos de 100 anos do nascimento de Villa-Lobos na Rua da Carioca (Jornal do Brasil, 06/03/1987). 56

Figura 15 – *Monumento de pão* de 7 metros de altura na comemoração do Dia de Santo Antônio no Largo da Carioca (Jornal do Brasil, 14/06/1991). 56

Figura 16 - O mapa do projeto Corredor Cultural (Jornal do Brasil, 14/07/1983). 60

Figura 17– Centenas de pessoas comemoram o Corredor Cultural no Largo de São Francisco (Jornal do Brasil, 15/07/1983). 60

Figura 18 – Antes e depois da reforma do edifício das Casas Pernambucanas (Jornal do Brasil, 15/05/1989). 60

Figura 19 – Elemento decorativo da fachada do Edifício da Avenida Passos que se tornou marca do projeto (Jornal do Brasil, 29/10/1987). 60

Figura 20 – Logomarca do Corredor Cultural (Acervo IRPH). 61

Figura 21 – Logomarca do DGPC, criada posteriormente, mas inspirada no mesmo elemento arquitetônico (Acervo IRPH). 61

Figura 22 - A volumetria do projeto de inicial de Paulo Casé (Jornal do Brasil, 05/10/1980 – reportagem anexa ao Processo E-03/16.560/83). 71

Figura 23 – A volumetria do segundo projeto de Edson Musa com demolição de somente o edifício anexo (reportagem anexa ao processo 07/031.451/1985). 71

Figura 24 - Banhistas apoiando abaixo-assinado contra o destombamento parcial do Copacabana Palace (Jornal do Brasil, 12/01/1986). 74

Figura 25 - A demolição das casas da Vila Palácio (Jornal do Brasil, 17/06/1984). 77

Figura 26 - As moradoras despejadas da casa 3 (Jornal do Brasil, 21/09/1984). 77

Figura 27 – Situação da Vila Palácio quando do tombamento (Processo 07/001.096/1985). 77

Figura 28 – Situação da Vila Palácio quando do tombamento. Destaque para a inscrição no muro: “Viva a Vila Palácio. 100 anos! Cumpra a decisão do prefeito” (Processo 07/001.096/1985). 77

Figura 29 – Situação da Vila Palácio quando do tombamento (Processo 07/001.096/1985). 78

Figura 30 – Situação da Vila Palácio quando do tombamento (Processo 07/001.096/1985). 78

Figura 31 - Demolição da creche (Jornal do Brasil, 12/03/1984). 82

Figura 32 – O Projeto Rio Ano 2000 (Jornal do Brasil, 06/02/1985). 86

Figura 33 – Detalhe do projeto (Jornal do Brasil, 8/05/1985). 87

Figura 34 – O projeto de revitalização da Rua Uruguaiana (Jornal do Brasil, 18/05/1985). 87

Figura 35 – Faixas anunciavam a pesquisa da AMAST nas estações (Jornal do Brasil, 05/07/1983). 90

Figura 36 – Manifestação em defesa do bonde de Santa Teresa (Processo E-03/031.269/83, p. 102). 90

Figura 37 – Manifestação em defesa do bonde de Santa Teresa (Processo E-03/031.269/83, p. 105). 90

Figura 38 –Vicente Sábato e os cartazes de protesto (Jornal do Brasil, Jornal do Brasil, 05/09/1986). 94

Figura 39 –Panfleto de divulgação da manifestação (anexo ao Processo 07/004.347/1984). 95

Figura 40 –Manifestação na Penha contra o fechamento da Fazendinha (O Globo Leopoldina de 08/07/1983, anexo ao processo 07/004.347/1984). 95

Figura 41 – Manifestação contra o fechamento da Fazendinha da Penha (O Globo Leopoldina de 08/07/1983, anexo ao processo 07/004.347/1984). 95

Figura 42 – Convocação para manifestação (anexo ao Processo 07/004.347/1984). 95

Figura 43 – Panfleto de chamada para a manifestação contra a instalação do supermercado em fevereiro de 1980 (Processo 07/004.347/1984). 96

Figura 44 - Votação em Saturnino Braga nas eleições para prefeito de 1985 (Fonte: TRE). 99

Figura 45 - Votação em Rubem Medina nas eleições para prefeito de 1985 (Fonte: TRE). 99

Figura 46 – Saturnino discursando em um dos encontros com associações de moradores promovido pela FAMERJ (Braga, 2015). 105

Figura 47 - Marcello Alencar em reunião com representantes da FAFERJ (DOERJ, 23/01/1985). 106

Figura 48 - Confusão durante a manifestação pela preservação da Praça Melvin Jones (Jornal do Brasil, 07/10/1986). 112

Figura 49 – Desfile da Miss Rua da Carioca 86. (Jornal do Brasil, 07/10/1986). 112

Figura 50 – Em 1978, as escavações para a construção do Centro Lume dão origem a um lago poluído (Jornal do Brasil, 28/07/1989). 112

Figura 51 – Apesar de protestos de Lynaldo Uchoa, Israel Klabin manda aterrar o buraco em 1979 (Jornal do Brasil, 28/07/1989). 112

Figura 52 – Em 1989, surge no local da obra abandonada, a Praça Melvin Jones (Jornal do Brasil, 28/07/1989). 113

Figura 53 – A Praça Melvin Jones (Jornal do Brasil, 02/10/1986). 113

Figura 54 – Protesto contra a demolição do casarão na Rua das Laranjeiras (Jornal do Brasil, 01/08/1986). 116

Figura 55 – Demolição do casarão 192 da Rua das Laranjeiras (Jornal do Brasil, 03/08/1986). 116

Figura 56 - Aterro sendo executado (O Globo de 31/05/1985, reportagem anexa ao processo 07/014.748/1985). 119

Figura 57 - Representantes das associações de moradores que se mobilizaram pela proteção da Lagoa (Jornal do Brasil, 02/03/1986). 119

Figura 58 - Mapa dos PEUs criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1983 e 1986. 127

Figura 59 - Mapa das APAs e Parques Naturais criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1983 e 1986. 127

Figura 60 - Mapa das APACs criadas na cidade do Rio de Janeiro entre 1983 e 1986 (Capítulo 2) 128

Figura 61 - Mapa dos tombamentos feitos na cidade do Rio de Janeiro entre 1983 e 1986 (Capítulo 2) 128

Figura 62 - Votação em Moreira Franco nas eleições para governador de 1986 (Fonte: Alkmin, 2014). 131

Figura 63 - Votação em Darcy Ribeiro nas eleições para governador de 1986 (Fonte: Alkmin, 2014). 132

Figura 64 – Reorganizacao do tránsito proposta (Jornal do Brasil, 13/06/1987) 143

Figura 65 – Carta do Sindicado dos Armadores de Pesca publicada nos jornais (Jornal do Brasil, 21/09/1986). 144

Figura 66 – O projeto de revitalização da Praça 15 propunha a criação de um shopping cultural junto ao Restaurante Albamar (Jornal do Brasil, 12/03/1989). 145

Figura 67 – Projeto do PIT-Metrô (Fonte: https://www.caurj.gov.br/retratos-da-arquitetura-4/). 146

Figura 68 – Estações da região central segundo o projeto do PIT-Metrô e as áreas do projeto *Corredor Cultural,* em azul, e do projeto *Moradias ao Sul do Corredor Cultural,* em roxo (Base: Google Earth). 146

Figura 69 – Os imóveis indicados para desapropriação e posterior demolição para extensão da Linha 2 do metrô (Jornal do Brasil, 24/03/1988). 150

Figura 70- Duas idosas em frente ao sobrado em que moravam na Rua Henrique Valadares (Jornal do Brasil, 17/05/1988). 151

Figura 71 – Charge publicada no O Globo de 31/10/1987 (Processo 12/002.748/1987). 155

Figura 72 – 300 moradores protestam pela preservação do Bairro Peixoto (Jornal do Brasil, 01/12/1988). 160

Figura 73 – Reunião com moradores do Jardim Botânico para "salvar" a EAV do Parque Lage (Jornal do Brasil, 12/12/1985). 161

Figura 74 – Fotomontagem. Assinalados com um X os edifícios rejeitados. Os outros dois prédios, próximos ao hotel de 600 apartamentos, foram aprovados (Jornal do Brasil, 15/05/1987). 165

Figura 75 - Mapa dos PEUs criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1987 e 1988. 174

Figura 76 - Mapa das APAs e Parques Naturais criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1987 e 1988. 175

Figura 77 - Mapa das APACs criadas na cidade do Rio de Janeiro entre 1987 e 1988. 175

Figura 78 - Mapa dos tombamentos feitos na cidade do Rio de Janeiro entre 1987 e 1988. 176

Figura 79 - Votação em Leonel Brizola no 1º turno nas eleições para presidente de 1989 (Fonte: Alkmin, 2014). 188

Figura 80 - Votação em Lula no 1º turno nas eleições para presidente de 1989 (Fonte: Alkmin, 2014). 189

Figura 81 - Votação em Fernando Collor no 2º turno nas eleições para presidente de 1989 (Fonte: Alkmin, 2014). 189

Figura 82 - Votação em Lula no 2º turno nas eleições para presidente de 1989 (Fonte: Alkmin, 2014). 190

Figura 83 - Votação em Leonel Brizola nas eleições para governador de 1991 (Fonte: Alkmin, 2014). 193

Figura 84 - A sede da UNE, interditada pela Defesa Civil (Jornal do Brasil, 05/05/1989). 200

Figura 85 – Moradores se manifestam contra a construção irregular de uma mansão no Humaitá (Jornal do Brasil, 06/03/1988). 202

Figura 86 – Funcionários substituindo a iluminação do bairro (Jornal do Brasil, 20/05/1988). 206

Figura 87 – A demolição das torres do Castelinho do Valentim (Jornal do Brasil, 29/08/1990) 207

Figura 88 – Cartaz da campanha (Jornal do Brasil, 02/06/1991). Detalhe para o texto ao pé do cartaz: "Movimento o Rio nos trilhos. PDT Santa Teresa". 208

Figura 89 - Manifestação na Rua Benjamim Batista em comemoração ao decreto (Jornal do Brasil, 17/12/1989). 209

Figura 90 – O terreno vazio à direita, onde seria construído o hotel (Jornal do Brasil, 27/08/1991). 218

Figura 91 - O quadrado indica a área destombada no Forte de Copacabana (Jornal do Brasil, 28/08/1991). 219

Figura 92 – O novo Largo da Lapa (Jornal do Brasil, 16/08/1990). 227

Figura 93 – A nova Travessa do Ouvidor (Jornal do Brasil, 01/11/1990). 227

Figura 94 – O projeto do *Trade Center* Cais do Lloyd Brasileiro (Jornal do Brasil, 17/10/1990). 228

Figura 95 - A venda de peixe na Praça 15 (Jornal do Brasil, 22/02/1991). 229

Figura 96 – A venda do peixe embaixo do antigo Viaduto da Perimetral (Jornal do Brasil, 22/02/1991). 229

Figura 97 – O projeto de reurbanização do Largo de São Francisco (Jornal do Brasil, 18/06/1991). _____ 230

Figura 98 – O projeto de reurbanização da Cinelândia (Jornal do Brasil, 10/08/1991). ___ 230

Figura 99 – Obras de reurbanização do Largo de São Francisco (Jornal do Brasil, 27/10/1992). _____ 230

Figura 100 - Largo da Lapa, reurbanizado (Jornal do Brasil, 29/12/1991). _____ 231

Figura 101 - Rua Uruguaiana, sem camelôs, com bancos de pedra e jardineiras (Jornal do Brasil, 29/12/1991). _____ 231

Figura 102 – O projeto Rio-Orla, que alterou a paisagem das praias (Jornal do Brasil, 29/12/1991). _____ 231

Figura 103 – As obras de construção da Linha Vermelha (Jornal do Brasil, 29/12/1991). _ 231

Figura 104 - Desenho do cartunista Millôr criticando Marcello Alencar por desrespeitar o tombamento do INEPAC dos canteiros e árvores da orla marítima (Jornal do Brasil, 03/08/1991). _____ 235

Figura 105 – Obras do projeto Rio Orla em Copacabana (Jornal do Brasil, 31/08/1991). _ 236

Figura 106 - Pedra da Panela e Pedra de Itaúna, respectivamente, cercadas de lixo e entulho para realização de aterro (Jornal do Brasil, 04/11/1989). _____ 237

Figura 107 – Carros estacionados na pista (Jornal do Brasil, 08/09/1990). _____ 240

Figura 108 – Carros estacionados na areia da Prainha (Jornal do Brasil, 01/04/1992). ____ 240

Figura 109 – A área verde dos Morros Nova Cintra e São Judas Tadeu (Jornal do Brasil, 12/09/1991). _____ 242

Figura 110 – A edificação abandonada no Parque Guinle (Jornal do Brasil, 12/09/1991). _ 242

Figura 111 – Panfleto de divulgação do Seminário Mercado São José (Acervo IRPH). ___ 243

Figura 112 – O inglês Bob, morador da Favela Tavares Bastos (Jornal do Brasil, 27/12/1991). _____ 245

Figura 113 – Antônio Eusébio Inácio, líder comunitário da Favela Tavares Bastos (Jornal do Brasil, 27/12/1991). _____ 245

Figura 114 - Mapa dos PEUs criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1989 e 1991. ____ 248

Figura 115 - Mapa das APAs e Parques Naturais criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1989 e 1991. 248

Figura 116 - Mapa das APACs criadas na cidade do Rio de Janeiro entre 1989 e 1991. 249

Figura 117 - Mapa dos tombamentos feitos na cidade do Rio de Janeiro entre 1989 e 1991.249

Figura 118 - Votação em Cesar Maia no 2º turno nas eleições para prefeito de 1992 (Fonte: TRE). 252

Figura 119 - Votação em Benedita da Silva no 2º turno nas eleições para prefeito de 1992 (Fonte: TRE). 252

Figura 120 – Imóvel destruído no incêndio de fevereiro (Jornal do Brasil, 15/02/1990). 269

Figura 121 – Camelôs na Rua Uruguaiana (Jornal do Brasil, 06/11/1991). 269

Figura 122 – Esquina da Avenida Rio Branco e Rua Sete de Setembro, tomada de barracas (Jornal do Brasil, 25/10/1992). 270

Figura 123 – Ambulantes no Centro do Rio (Jornal do Brasil, 07/03/1993). 270

Figura 124 – Famílias inteiras moravam nas ruas do Centro (Jornal do Brasil, 23/05/1993). 271

Figura 125 – Mapa das áreas onde seriam liberadas construções residenciais (Jornal do Brasil, 23/02/1994). 273

Figura 126 – Tubulões da Carvalho Hosken Engenharia abancam sobre o manguezal (Jornal do Brasil, 06/02/1990). 280

Figura 127 – A bióloga Sonia Regina Brito, o vereador Edson Santos e a vereadora do PDT Regina Gordilho no canteiro de obras do Península (Jornal do Brasil, 06/02/1990). 280

Figura 128 – Bióloga Sonia `Regina é acompanhada no local pelo Vereador Chico Alencar e pela Vereadora Regina Gordilho (Jornal do Brasil, 08/02/1990). 280

Figura 129 – A Favela Via Parque (Jornal do Brasil, 08/02/1990). 280

Figura 130 - A deputada estadual Regina Gordilho (PDT) chegou a ser algemada por policiais militares (Jornal do Brasil, 16/03/1993). 283

Figura 131 - Moradores colocaram fogo em madeiras para impedir o acesso ao local (Jornal do Brasil, 16/03/1993). 283

Figura 132 – Famílias retiram seus pertences (Jornal do Brasil, 31/08/1994). _____ 287

Figura 133 – O Secretário Estadual de Assuntos Fundiários Almir Paulo de Lima sendo contido durante a remoção (Jornal do Brasil, 31/08/1994). _____ 287

Figura 134 – Trailers são queimados em Grumari em protesto contra a remoção (Jornal do Brasil, 06/03/1993). _____ 289

Figura 135 – Barracos construídos no canteiro da autoestrada Lagoa Barra em São Conrado são demolidos por funcionários da Comlurb (Jornal do Brasil, 02/07/1993). _____ 291

Figura 136 – Família que morava próximo ao Canal de Marapendi é removida (Jornal do Brasil, 02/07/1993). _____ 291

Figura 137 - Demolição da casa localizada na Pedra de Itaúna (Jornal do Brasil, 26/11/1993). _____ 292

Figura 138 - Manifestação pelo tombamento do Hotel Leblon, liderada pelo vereador Sirkis (Jornal do Brasil, 06/12/1992). _____ 293

Figura 139 – Detalhe do hotel que seria construído no Morro Dois Irmãos (Jornal do Brasil, 17/09/1994). _____ 295

Figura 140 – Buracos no telhado do conjunto arquitetônico das Casas Casadas (Jornal do Brasil, 12/12/1990). _____ 298

Figura 141 – Buracos no telhado do conjunto arquitetônico das Casas Casadas (Jornal do Brasil, 10/12/1992). _____ 298

Figura 142 – Recortes de jornal (Caderno "Casas Casadas, ressonância de nossa memória urbana). _____ 298

Figura 143 – Recortes de jornal (Caderno "Casas Casadas, ressonância de nossa memória urbana). _____ 298

Figura 144 – Incêndio destrói as Casas Casadas (Jornal do Brasil, 24/12/1994). _____ 300

Figura 145 - Mapa dos PEUs criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1992 e 1994. ____ 301

Figura 146 - Mapa das APAs e Parques Naturais criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1992 e 1994. _____ 302

Figura 147 - Mapa das APACs criadas na cidade do Rio de Janeiro entre 1992 e 1994. __ 302

Figura 148 - Mapa dos tombamentos feitos na cidade do Rio de Janeiro entre 1992 e 1994.303

Figura 149- Votação em Lula no 1º turno nas eleições para presidente de 1994 (Fonte: TRE). 305

Figura 150- Votação em Leonel Brizola no 1º turno nas eleições para presidente de 1994 (Fonte: TRE). 305

Figura 151 - Votação em Enéas Carneiro no 1º turno nas eleições para presidente de 1994 (Fonte: TRE). 306

Figura 152 - Votação em Fernando Henrique Cardoso no 1º turno nas eleições para presidente de 1994 (Fonte: TRE). 306

Figura 153 - Votação em Anthony Garotinho no 1º turno nas eleições para governador de 1994 (Fonte: Alkmin, 2014). 308

Figura 154 - Votação em Marcello Alencar no 1º turno nas eleições para governador de 1994 (Fonte: Alkmin, 2014). 309

Figura 155 - Votação em Anthony Garotinho no 2º turno nas eleições para governador de 1994 (Fonte: Alkmin, 2014). 309

Figura 156 - Votação em Marcello Alencar no 2º turno nas eleições para governador de 1994 (Fonte: Alkmin, 2014). 310

Figura 157 – Doze acertos e doze erros de Brizola (Jornal do Brasil, 01/01/1995). 314

Figura 158- Nuvem de palavras com a frequência das motivações encontradas nesta tese. 321

Figura 159 - Nuvem de palavras com os bairros estudados. 322

Figura 160 – Nuvem de palavras com as regiões da cidade estudadas. 323

Figura 161 - Mapa da renda familiar média em salários mínimos (Fonte: IBGE). 323

Figura 162 - Mapa dos tombamentos de imóveis na cidade do Rio de Janeiro entre 1979 e 1995. 403

Figura 163 – Mapa das APACs criadas na cidade do Rio de Janeiro entre 1979 e 1995. 404

Figura 164 – Mapa das APAs e Parques Naturais criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1979 e 1995. 405

Figura 165 - Mapa dos PEUs criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1979 e 1995. 406

Figura 166 - Mapa dos PEUs criados entre 1979 e 1982 (Capítulo 1). _____ 407

Figura 167 - Mapa das APAs e Parques Naturais criados entre 1979 e 1982 (Capítulo 1)._ 408

Figura 168 - Mapa das APACs criadas entre 1979 e 1982 (Capítulo 1). _____ 409

Figura 169 - Mapa dos tombamentos feitos entre 1979 e 1982 (Capítulo 1). _____ 410

Figura 170 - Mapa dos PEUs criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1983 e 1986 (Capítulo 2)_____ 411

Figura 171 - Mapa das APAs e Parques Naturais criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1983 e 1986 (Capítulo 2)_____ 412

Figura 172 - Mapa das APACs criadas na cidade do Rio de Janeiro entre 1983 e 1986 (Capítulo 2)_____ 413

Figura 173 - Mapa dos tombamentos feitos na cidade do Rio de Janeiro entre 1983 e 1986 (Capítulo 2)_____ 414

Figura 174 - Mapa dos PEUs criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1987 e 1988 (Capítulo 3). _____ 415

Figura 175 - Mapa das APAs e Parques Naturais criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1987 e 1988 (Capítulo 3). _____ 416

Figura 176 - Mapa das APACs criadas na cidade do Rio de Janeiro entre 1987 e 1988 (Capítulo 3). _____ 417

Figura 177 - Mapa dos tombamentos feitos na cidade do Rio de Janeiro entre 1987 e 1988 (Capítulo 3). _____ 418

Figura 178 - Mapa dos PEUs criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1989 e 1991 (Capítulo 4). _____ 419

Figura 179 - Mapa das APAs e Parques Naturais criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1989 e 1991 (Capítulo 4). _____ 420

Figura 180 - Mapa das APACs criadas na cidade do Rio de Janeiro entre 1989 e 1991 (Capítulo 4). _____ 421

Figura 181 - Mapa dos tombamentos feitos na cidade do Rio de Janeiro entre 1989 e 1991 (Capítulo 4). _____ 422

Figura 182 - Mapa dos PEUs criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1992 e 1994 (Capítulo 5). 423

Figura 183 - Mapa das APAs e Parques Naturais criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1992 e 1994 (Capítulo 5). 424

Figura 184 - Mapa das APACs criadas na cidade do Rio de Janeiro entre 1992 e 1994 (Capítulo 5). 425

Figura 185 - Mapa dos tombamentos feitos na cidade do Rio de Janeiro entre 1992 e 1994 (Capítulo 5). 426

Figura 186 - Mapa da votação em Leonel Brizola nas eleições para governador de 1982 (Fonte: TRE). 428

Figura 187 – Mapa da votação em Moreira Franco nas eleições para governador de 1982 (Fonte: TRE). 429

Figura 188 - Votação em Saturnino Braga nas eleições para prefeito de 1985 (Fonte: TRE). 430

Figura 189 - Votação em Rubem Medina nas eleições para prefeito de 1985 (Fonte: TRE). 431

Figura 190 - Votação em Moreira Franco nas eleições para governador de 1986 (Fonte: Alkmin, 2014). 432

Figura 191 - Votação em Darcy Ribeiro nas eleições para governador de 1986 (Fonte: Alkmin, 2014). 433

Figura 192 - Votação em Leonel Brizola nas eleições para governador de 1991 (Fonte: Alkmin, 2014). 434

Figura 193 - Votação em Cesar Maia no 2º turno nas eleições para prefeito de 1992 (Fonte: TRE). 435

Figura 194 - Votação em Benedita da Silva no 2º turno nas eleições para prefeito de 1992 (Fonte: TRE). 436

Figura 195- Votação em Lula no 1º turno nas eleições para presidente de 1994 (Fonte: TRE). 437

Figura 196- Votação em Leonel Brizola no 1º turno nas eleições para presidente de 1994 (Fonte: TRE). 438

Figura 197 - Votação em Enéas Carneiro no 1º turno nas eleições para presidente de 1994 (Fonte: TRE). _____ 439

Figura 198 - Votação em Fernando Henrique Cardoso no 1º turno nas eleições para presidente de 1994 (Fonte: TRE). _____ 440

Figura 199 - Votação em Anthony Garotinho no 1º turno nas eleições para governador de 1994 (Fonte: Alkmin, 2014). _____ 441

Figura 200 - Votação em Marcello Alencar no 1º turno nas eleições para governador de 1994 (Fonte: Alkmin, 2014). _____ 442

Figura 201 - Votação em Anthony Garotinho no 2º turno nas eleições para governador de 1994 (Fonte: Alkmin, 2014). _____ 443

Figura 202 - Votação em Marcello Alencar no 2º turno nas eleições para governador de 1994 (Fonte: Alkmin, 2014). _____ 444

Figura 203 - Mapa da renda familiar média em salários mínimos (Fonte: IBGE). _____ 449

# ÍNDICE DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 - Tipo de instrumento de regulação urbana estudados nesta tese. _____ 321

Gráfico 2 - Motivação identificada para as políticas de regulação urbana estudadas nesta tese. _____ 322

Tabela 1 – Resultado da votação para governador de 1982 no município do Rio de Janeiro (em porcentagem) por zona eleitoral (Fonte: TRE). _____ 30

Tabela 2 – Resultado da votação para prefeito de 1985 no município do Rio de Janeiro (em porcentagem) por zona eleitoral (Fonte: TRE). _____ 100

Tabela 3 – Resultado da votação para governador de 1986 (somente os dois candidatos mais votados) no município do Rio de Janeiro (em porcentagem) por zona eleitoral (Fonte: Alkmin, 2014). _____ 133

Tabela 4 – Comparação entre os estudos elaborados para o PEU Bangu. Esta tabela consta no caderno de estudos sobre metodologias de elaboração de PEUs encomendado pela prefeitura ao IBAM (Cf. PCRJ, IBAM, 1994).____ 171

Tabela 5 – Resultado geral das eleições municipais para prefeito de 1988 (Fonte: TRE). _ 179

Tabela 6 – Resultado da votação para Presidente da República de 1989 (1º e 2º turnos, somente os candidatos mais votados) no município do Rio de Janeiro (em porcentagem) por zona eleitoral (Fonte: Alkmin, 2014).____ 191

Tabela 7 – Resultado da votação para governador (somente Leonel Brizola) no município do Rio de Janeiro (em porcentagem) por zona eleitoral (Fonte: Alkmin, 2014). _____ 194

Tabela 8 – Resultado da votação do 2º turno para prefeito de 1992 no município do Rio de Janeiro (em porcentagem) por zona eleitoral (Fonte: TRE). _____ 253

Tabela 9 – Resultado da votação para Presidência da República de 1994 no município do Rio de Janeiro (candidatos mais votados, em porcentagem) por zona eleitoral (Fonte: TRE). _ 307

Tabela 10 – Resultado da votação para governador de 1994 no município do Rio de Janeiro (1º e 2º turnos, candidatos mais votados, em porcentagem) por zona eleitoral (Fonte: TRE). _ 311

Tabela 11 – Listagem dos PEUs. 345

Tabela 12 – Listagem das Unidades de Conservação do Meio Ambiente. 348

Tabela 13 – Listagem das APACs. 354

Tabela 14 – Listagem dos bens tombados entre 1983 e 1994. 401

Tabela 15 – Resultados em números absolutos das eleições para governador realizadas em 1982 por zona eleitoral no município do Rio de Janeiro (Fonte: TRE). 445

Tabela 16 – Resultados em números absolutos das eleições para prefeito realizadas em 1985 por zona eleitoral no município do Rio de Janeiro (Fonte: TRE). 446

Tabela 17 – Resultados em números absolutos do 2º turno das eleições para prefeito realizadas em 1992 por zona eleitoral no município do Rio de Janeiro (Fonte: TRE). 447

Tabela 18 – Renda familiar em salários mínimos (SM) segundo o Censo de 1991 (Fonte: IBGE). 450

Tabela 19 – Renda familiar em salários mínimos (SM) segundo o Censo de 1991 (Fonte: IBGE). 451

# DO QUE AQUI SE FALA (OU PREFÁCIO E AGRADECIMENTOS)

Quando eu soltar a minha voz por favor entenda
Que palavra por palavra eis aqui uma pessoa se entregando
Coração na boca, peito aberto, vou sangrando
São as lutas dessa nossa vida que eu estou cantando
Quando eu abrir minha garganta essa força tanta
Tudo que você ouvir, esteja certa que estarei vivendo
Veja o brilho nos meus olhos e o tremor nas minhas mãos
E o meu corpo tão suado, transbordando toda raça e emoção
E se eu chorar e o sol molhar o meu sorriso
Não se espante, cante
Que o teu canto é minha força pra cantar
Quando eu soltar a minha voz por favor entenda
É apenas o meu jeito de viver
O que é amar[1]

Gonzaguinha reflete lindamente em sua canção *Sangrando* sobre a necessidade da fala. *Sangrando* é uma música escrita em meio ao processo de redemocratização, em meio à grande polifonia que debatia e lutava por mudanças efetivas na política brasileira. É uma canção sobre novas formas de sobreviver e de lutar por direitos frente a terríveis violências. É uma canção sobre um sonho de viver uma sociedade democrática.

É também sobre isso essa tese.

É uma tese sobre a polifonia que constrói e habita o território urbano. É uma tese sobre um sonho de uma gestão democrática das cidades.

E ao mesmo tempo, metalinguisticamente, a tese, assim como a canção, inclui também a minha voz, a voz da autora. O tempo de elaboração de uma tese é muito longo. Em quase cinco anos, muitas mudanças ocorrem em uma vida. Muito mais do que todos os textos que já escrevi, a escrita desta tese demandou coração, afeto, força, suor e lágrimas.

E, assim como diz a música de Gonzaguinha, as páginas a seguir contêm o que eu vivi, não somente na escrita deste texto, mas também o que vivo profissionalmente enquanto arquiteta, historiadora e funcionária do patrimônio cultural da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

Dedico, aqui, este texto, àqueles outros que, antes da minha geração, ousaram falar, que ousaram acreditar que uma gestão mais democrática de cidade era possível, e que nos inspiram, ainda hoje, a não desistir deste sonho.

Dito isso, os tradicionais agradecimentos.

[1] *Sangrando*. Composição de Gonzaguinha de 1980.

Antes de tudo, agradeço sempre e imensamente ao meu querido orientador Cezar Honorato. Mais do que um orientador no sentido acadêmico, Cezar é um amigo. A você agradeço também pelo rumo que a tese tomou e pelo carinho com o qual sempre me acolhe.

A Fernando Mello, amigo e membro da banca, agradeço pela inspiração da linha condutora da tese: da transição de uma gestão autoritária e tecnocrática para uma gestão empresarial de cidade. Agradeço também o cuidado e o acolhimento ao longo desta jornada.

Aos membros desde a banca de qualificação, Fernanda Sanchez e Gizlene Nader, agradeço as importantíssimas contribuições, que enriqueceram em demasiado a reflexão que nas páginas a seguir serão apresentadas. Aos membros da banca final, Catia Antonia da Silva, Alcidesio Junior e Rubens Lyra, já agradeço de antemão as contribuições que virão.

Agradeço profundamente ao mestre Prem Baba que me tomou em seu colo no início da jornada do doutorado e que conduziu com seu amor ao longo das profundas transformações que se passaram desde então.

Por fim, desta vez, não agradecerei nominalmente aqui a tod@s que percorreram comigo este longo caminho. Mas tenho certeza que já (e por diversas vezes) verbalizei a vocês minha gratidão pelo apoio, amizade e afeto. A tod@s vocês, meu mais sincero obrigado. E contem sempre comigo!

# COMO COMEÇOU ESTA PESQUISA (OU INTRODUÇÃO)

O ato de caminhar inclui no seu fazer a possibilidade de mudanças no percurso. E foi isso o que ocorreu na caminhada de elaboração desta tese de doutorado.

Inicialmente, apresentei ao PPGH/UFF uma proposta de estudar relação do brizolismo com as camadas populares, principalmente no que tangia às políticas para as favelas. Contudo, ao longo do processo, encontrei um fascinante material sobre o trabalho do patrimônio cultural durante a década de 1980: assunto que me despertou interesse, afinal, trata-se da área na qual exerço minha dupla formação profissional, de arquiteta e historiadora.

Da minha vontade de explorar o tema do patrimônio cultural, meu orientador, Cezar Honorato, sabiamente, identificou uma via de abordagem do brizolismo inexplorada: sua relação com as demandas dos setores médios. Afinal, uma das grandes críticas ao brizolismo no Rio de Janeiro foi a de ter *governado somente para as classes pobres*. E o levantamento prévio das ações de patrimônio cultural que eu havia levado para uma reunião de orientação era, em realidade, um levantamento de instrumentos de regulação urbana que atenderam a demandas apresentadas pelas entidades representativas de bairro dos setores médios cariocas.

Deslocar-me para o estudo dos setores médios urbanos cariocas, para quem saía de uma proposta de estudo das favelas e que se apresentava como continuação de algo iniciado no mestrado com o estudo do enfrentamento da política de remoção de favelas implementada nas décadas de 1960 e 1970, me pareceu um pouco esquisita. No entanto, ao longo da pesquisa, o tema se mostrou fascinante!

A partir de então, minha pesquisa caminhou em uma direção conciliatória: iria sim estudar as políticas de proteção do patrimônio cultural do Rio de Janeiro, mas também manteria boa parte da proposta original de estudar as políticas urbanas do brizolismo carioca na década de 1980 e princípio da década de 1990.

À medida em que fui avançando na consulta às fontes, compreendi que deveria ampliar a análise a outros instrumentos de regulação urbana, para além das políticas de patrimônio cultural. A ampliação foi inevitável, à medida em que fui identificando quais eram os discursos acionados pelos setores médios urbanos cariocas quando reivindicavam modificações no processo de produção do espaço urbano e dos mecanismos de regulação que garantiam sua reprodutibilidade.[2]

[2] Para entender melhor o conceito de regulação urbana, sugiro a leitura do trabalho de Pedro Abramo (1995).

Sendo assim, os mecanismos que serão estudados aqui, são os já mencionados mecanismos de proteção do patrimônio cultural, os mecanismos de alteração das condições de uso e ocupação do solo urbano e os mecanismos de preservação do meio ambiente natural, todos instrumentos de regulação urbana que definem normas para a expansão e modificação do território urbano, ou seja, a reprodutibilidade do espaço urbano.

Tomando como referência a reflexão de Abramo (1995) de que os processos de urbanização são, na verdade, momentos transitórios entre funcionalidades urbanas diferentes, (ou, em outras palavras, momentos de transição entre maneiras como uma estrutura espacial urbana se associa a uma relação de produção capitalista do espaço expressa nos instrumentos de regulação urbana que nada mais são do que os mecanismos que garantem a reprodutibilidade do espaço urbano capitalista),[3] uma série de questões se apresentou a mim.

Quais eram as características da reprodutibilidade urbana deste período? Quais as relações entre as características do regime urbano do período estudado e o regime de acumulação do capital? Quais são as formas pelas quais os setores médios urbanos se apropriam da espacialidade da cidade? E como esta espacialidade se reproduz? O que estava mudando na dinâmica do capital imobiliário no espaço do Rio de Janeiro e que demandou novos instrumentos de regulação urbana? O que mudou a partir da implementação destes novos instrumentos? E o que mudou para que a sociedade civil organizada na forma de entidades representativas de bairro se manifestasse contra muitas destas mudanças, mas também a favor de muitas delas?

Estas questões percorrem toda a reflexão desta pesquisa.

## OS INSTRUMENTOS DE REGULAÇÃO URBANA

No fim da década de 1970, os instrumentos de regulação urbana vigentes haviam sido definidos pelo Decreto Municipal nº 322 de 1976, que aprovou o regulamento de zoneamento e definiu a regulamentação de novas edificações na cidade e pelo Plano Urbanístico Básico da Cidade do Rio de Janeiro (PUB-Rio) de 1977.[4]

[3] Abramo, 1995, p. 515.

[4] Antes da publicação do Decreto 322/1976, as diretrizes e normas do planejamento urbano eram definidas pelo Conselho Superior de Planejamento Urbano, um órgão tanto normativo quanto consultivo do governador do Estado da Guanabara. Dentre seus membros, destacam-se dois arquitetos modernistas: Lucio Costa e Jorge Machado Moreira.

A definição destes dois importantes instrumentos foi a finalização de um processo de estabelecimento de novos aparatos legais para a gestão da nova cidade do Rio de Janeiro, agora capital do Estado do Rio de Janeiro. A nova realidade administrativa vinha sendo estruturada desde 1975, quando o então presidente-militar Ernesto Geisel nomeou o General Faria Lima responsável pela organização da fusão entre os antigos Estado da Guanabara e Estado do Rio de Janeiro.

Tanto o Decreto 322/1976 quanto o PUB-Rio tinham como horizonte a manutenção da realização de grandes intervenções no espaço urbano carioca, opção que desde a década de 1960 vinha implementando, tanto pelo governo do Estado da Guanabara quanto pelo governo federal militar, grandes obras de abastecimento de água, construção de viadutos e túneis, remoção de favelas, construção de grandes conjuntos habitacionais e do metrô. Em outras palavras, eram instrumentos de regulação urbana que legitimavam a continuidade da implementação de grandes intervenções de alteração do espaço urbano carioca.[5]

O PUB-Rio, formalizado por meio do Decreto 1.269/1977, foi um plano diretor elaborado, pelos técnicos da Secretaria Municipal de Planejamento durante a prefeitura de Marcos Tamoyo, para atender à nova realidade administrativa da cidade diante da fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro. Visto que a fusão foi comandada diretamente pelo governo federal, a elaboração do PUB-Rio representou mais uma intenção federal de estadualização da cidade do que uma intenção local. Neste sentido, o objetivo do plano era o fortalecimento do papel da cidade como polo da região metropolitana e não mais seu papel enquanto capital do Brasil. [6]

[5] A título de curiosidade, em 1975, após reações negativas, o então governador Faria Lima reduziu para 18 pavimentos o gabarito máximo das edificações afastadas das divisas, enquanto fixou em 5 pavimentos as coladas nas divisas (Ver Decreto 51 de 1975).

[6] O processo de transferência da capital para Brasília iniciou-se em 1955, quando Juscelino Kubistchek, ainda candidato à Presidência da República, propôs a construção de uma nova capital, Brasília, representação material de um Brasil novo. Em paralelo, no Rio de Janeiro, articulava-se uma grande oposição à proposta da transferência do Distrito Federal: alegava-se que a capital deveria se localizar em um *lugar civilizado* e que, com a transferência, se estaria abandonando a tradição e a história nacional.

Diante do polêmico impasse, a solução encontrada foi a organização de um novo estado na federação brasileira. Assim, em 14 de abril de 1960 com a aprovação da Lei 3.752, conhecida como Lei San Tiago Dantas, o antigo Distrito Federal do Rio de Janeiro tornava-se a única cidade-estado da federação, o Estado da Guanabara.

O Estado da Guanabara permaneceu como tal até a década de 1970 quando, durante os governos Faria Lima e Marcos Tamoyo, organizou-se o aparato administrativo para que, em atendimento às orientações da política urbana federal, a cidade do Rio de Janeiro se tornasse um município comum, que seria a capital do estado de mesmo nome.

O plano propunha a descentralização de funções e a autossuficiência de regiões da cidade por meio da criação de Áreas de Planejamento. Foram criadas 6 Áreas de Planejamento, ou APs:

- **AP 1**, Área Central de Negócios que englobava Porto, Centro, Rio Comprido e São Cristóvão; uma área que, por conta da forte presença de atividades comerciais e de serviços, teria como objetivo estimular a localização de sede de empresas e serviços especializados;
- **AP 2**, formada por Botafogo, Copacabana, Lagoa, Tijuca e Vila Isabel; uma área composta pelos bairros residenciais das zonas norte e sul e que era (ainda é) a parte do município que abrigava a população mais rica;
- **AP 3**, formada por Ramos, Penha, Méier, Engenho Novo, Irajá, Madureira e Anchieta; uma região que conjugava usos industriais e residenciais, com grande população favelada;
- **AP 4**, formada por Jacarepaguá e Barra da Tijuca; área que, na década de 1970, encontrava-se praticamente vazia;
- **AP 5**, formada por Bangu, Campo Grande e Santa Cruz; um vasto território de ocupação rarefeita na época; e
- Por fim, a **AP 6**, formada por três *ilhas urbanas*: Ilha do Governador, Paquetá e Santa Teresa, locais com características próprias e diversas do restante do município para os quais recomendava-se a preservação ambiental e paisagística.[7]

Para saber mais sobre o processo de estadualização da Guanabara, sugiro a leitura do trabalho de Marly Motta (2001).

[7] Ainda hoje o conceito das Áreas de Planejamento permanece vigente. Contudo, a AP-6, que tratava das *ilhas urbanas*, foi absorvida pelas outras cinco.

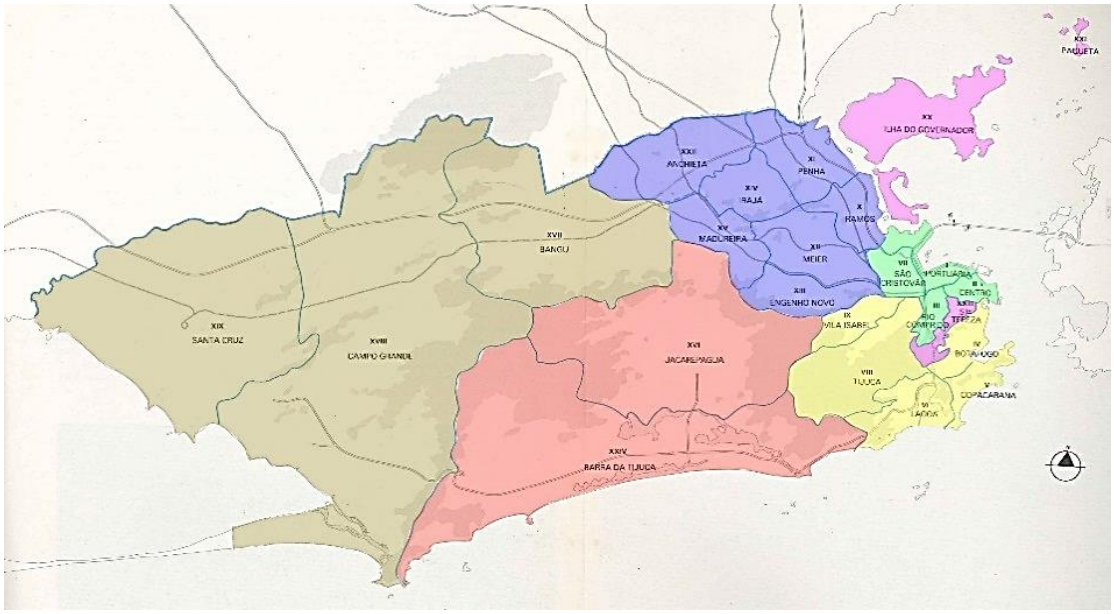


Figura 1 - A divisão do território em APs. Em verde a AP-1, em amarelo a AP-2, em azul a AP-3, em vermelho a AP-4, em marrom a AP-5 e em rosa a AP-6 (Revista Municipal de Engenharia, Ano 46, PUB-Rio, Número especial, 1978).

O PUB-Rio não foi um plano físico-urbanístico nos moldes dos planos anteriores, mas sim um detalhado documento sobre aspectos do desenvolvimento urbano da cidade, que seria regulamentado por um processo contínuo de atualizações.

E foi também neste cenário que se assinou pelo então prefeito Marcos Tamoyo, em 3 março de 1976, um ano antes do PUB-Rio, o Decreto nº 322, um novo Código de Obras e Regulamento de Zoneamento, que substituía o vigente desde 1937. O Decreto nº 322/1976, no entanto, foi mais do que um Código de Obras, mas também uma espécie de instrumento híbrido que abarcou questões como zoneamento urbano, definição de parâmetros edilícios e regulação de uso e ocupação do solo, hoje tratados por legislações diferentes.

O Decreto nº 322/1976, definiu parâmetros gerais para toda a cidade, sem levar em consideração as especificidades locais. Dentre as medidas mais polêmicas, ele definir uma altura de 18 andares para toda a cidade (que seriam regulados por uma equação feita a partir de um índice de aproveitamento do terreno, IAT, definido no zoneamento).

Por tratar toda a cidade de forma homogênea e também por ser deveras permissivo, o Decreto 322/1976 foi, desde sua publicação, modificado por instrumentos como os Projetos Estruturação Urbana (PEU), instrumentos de detalhamento da legislação local previstos no PUB-Rio e pensados para aprofundar e modificar o que fora estabelecido genericamente em 1976 para toda a cidade. Em sua grande maioria, os PEUs foram elaborados a partir da pressão das associações locais, como se verá ao longo desta tese.

Os PEUs deveriam ser elaborados para áreas de centros e subcentros funcionais, além de áreas remanescentes após a execução de grandes obras públicas como o metrô, assim como para áreas de renovação e áreas de expansão periférica. Além de parâmetros de uso do solo, os PEUs podiam tratar da definição de traçados viários e planos de massa.

Em 1979, foi criada na estrutura administrativa municipal a Fundação Municipal de Planejamento, a RioPlan. Antecessora da Iplan-Rio,[8] a RioPlan, além de elaborar diretamente os PEUs até a criação de um órgão específico de planejamento urbano, produzia e geria dados sobre a cidade, imprescindíveis para a gestão do território.

Até a década de 1990, os PEUs eram aprovados diretamente pelo prefeito. Somente em 1992, quando foi aprovado o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, que sua aprovação passou a ser atribuição da Câmara dos Vereadores.

A implementação dos PEUs é anterior à chegada do brizolismo no estado do Rio de Janeiro. Até 1983, quando Brizola assumiu como governador do Estado do Rio de Janeiro, já haviam sido publicados sete PEUs (ou legislações análogas a este instrumento). São eles:

- O Decreto Municipal nº 1.446/1978, que estabeleceu o PEU da Urca e Praia Vermelha, o PEU 001, o primeiro deles;
- O Decreto Municipal nº 2.108/1979, que alterou os limites das zonas residenciais em diferentes locais da Ilha do Governador;
- O Decreto Municipal nº 2.418/79, que estabeleceu o regulamento de zoneamento e parcelamento de terra em Vila Valqueire e na Praça Seca;
- O Decreto Municipal nº 2.735/1980, que estabeleceu o regulamento de zoneamento na Gávea;
- O Decreto Municipal nº 3.046/1981, que estabeleceu condições de uso e ocupação do solo em diferentes bairros da Baixada de Jacarepaguá;[9]
- O Decreto Municipal nº 3.155/1981, que estabeleceu o regulamento de zoneamento nos bairros do Catete e Flamengo, e

[8] Hoje, a Iplan-Rio é a responsável pela gestão do equipamento de informática da prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. O planejamento urbano atualmente é responsabilidade da Secretaria Municipal de Urbanismo e a gestão dos dados do Instituto Pereira Passos.

[9] A alteração das condições de uso e de ocupação do solo na Baixada de Jacarepaguá em 1981 reflete diretamente a necessidade de alteração do Plano Lucio Costa, elaborado no início da década anterior para regular a ocupação da região. Este tema será tratado mais à frente neste texto.

- O Decreto Municipal nº 3.188/1981, que estabeleceu o regulamento de zoneamento nos bairros da Glória e Laranjeiras.

Uma grande novidade apresentada pelo PUB-Rio foi o incentivo ao turismo e à preservação do patrimônio histórico-cultural. Este novo posicionamento se relacionava à nova realidade administrativa da cidade que, não mais como capital formal, buscava, na preservação da sua memória, alternativas para manutenção de sua capitalidade. É interessante destacar que, apesar de ter sido o terceiro plano diretor da cidade do Rio de Janeiro, o PUB-Rio foi o primeiro plano a apresentar uma proposta de valorização de seu passado!

Além da recomendação expressa na criação da AP-6, que propunha a preservação ambiental e paisagística da Ilha do Governador, de Paquetá e de Santa Teresa, o PUB-Rio propunha também a preservação paisagística do centro histórico da cidade. Estas recomendações se materializaram, na década de 1980, em ações como a criação do Corredor Cultural, da APA de Santa Teresa e do tombamento da Ilha de Paquetá, casos que serão estudados mais à frente, no Capítulo 2.

Por fim, a preservação do meio ambiente natural, também indicada como diretriz no PUB-Rio e que ganharia força no Brasil com o retorno dos exilados a partir do fim da década de 1970 e que traziam consigo a experiência estrangeira e refletiam a mobilização global pela implementação de uma agenda internacional de preservação do meio ambiente.

Na cidade do Rio de Janeiro, os parques naturais começam a ser criados por volta da década de 1970. Até 1983, cinco parques já existiam na cidade. São eles:

- O Parque Estadual da Chacrinha, em Copacabana, criado em 1969; pelo Decreto Estadual nº 2.853;
- O Parque Natural Municipal Darke de Mattos, em Paquetá, criado em 1975; pelo Decreto Municipal nº 394;
- O Parque Estadual do Grajaú, no Grajaú, criado em 1978 pelo Decreto Estadual nº 1.921;
- O Parque Natural Municipal de Marapendi, na Barra da Tijuca, criado em 1978 pela Lei nº 61[10] e

[10] Até 1978, chamava-se Reserva Biológica de Jacarepaguá, quando passou a chamar-se Parque Zoobotânico. Somente em 1995 recebeu a denominação Parque Municipal Ecológico de Marapendi.

Optou-se, nesta tese, chamá-lo somente pelo último nome para facilitar a compreensão do leitor.

- O Parque Natural Municipal da Catacumba, na Lagoa, criado em 1979 pelo Decreto Municipal nº1.967.[11]

A partir da metade da década de 1980, o discurso ecológico de preservação do meio ambiente natural iria ganhar muita força e teria seu auge em 1992, quando da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92, na cidade do Rio de Janeiro. Este tema será detalhado nos Capítulos 3, 4 e 5 desta tese.

Por fim, os tombamentos. Com um instrumento instituído no Brasil desde 1937, os bens culturais tombados, acompanhando o desenvolvimento urbano da cidade, concentravam-se principalmente nas áreas mais antigas da cidade, como o Centro e seu entorno imediato. Contudo, como será mostrado nos capítulos a seguir, será a partir da década de 1980, com o alargamento do conceito de patrimônio cultural para além da dimensão temporal, que estas ações passariam a abranger o restante da cidade.

As páginas seguintes mostram mapas que indicam a localização no território municipal das políticas de valorização do patrimônio cultural, preservação do meio ambiente e definição de parâmetros locais de uso do solo. Como pode ser observado, os parques municipais praticamente não aparecem no mapa. Já a definição de PEUs, apesar de algumas ações pontuais na zona sul e Ilha do Govenador, concentram-se, principalmente, na região da Baixada de Jacarepaguá, para onde expandia-se a cidade ao fim da década de 1970. Por fim, os tombamentos, como já mencionado, concentravam-se, até então, na região central e arredores.

[11] A criação do Parque Estadual da Chacrinha e do Parque Natural Municipal da Catacumba relaciona-se diretamente à política de remoção de favelas implementada nas décadas de 1960 e 1970 e que resultou no deslocamento forçado de 139.218 pessoas de 80 favelas somente na cidade do Rio de Janeiro. Ambos os locais destes dois parques abrigaram favelas removidas por esta política. Para saber mais sobre o tema, sugiro a leitura de minha dissertação de mestrado.

Já a criação do Parque Municipal Darke de Mattos em Paquetá atendia à recomendação de preservação ambiental da AP-6, conforme definido no PUB-Rio.

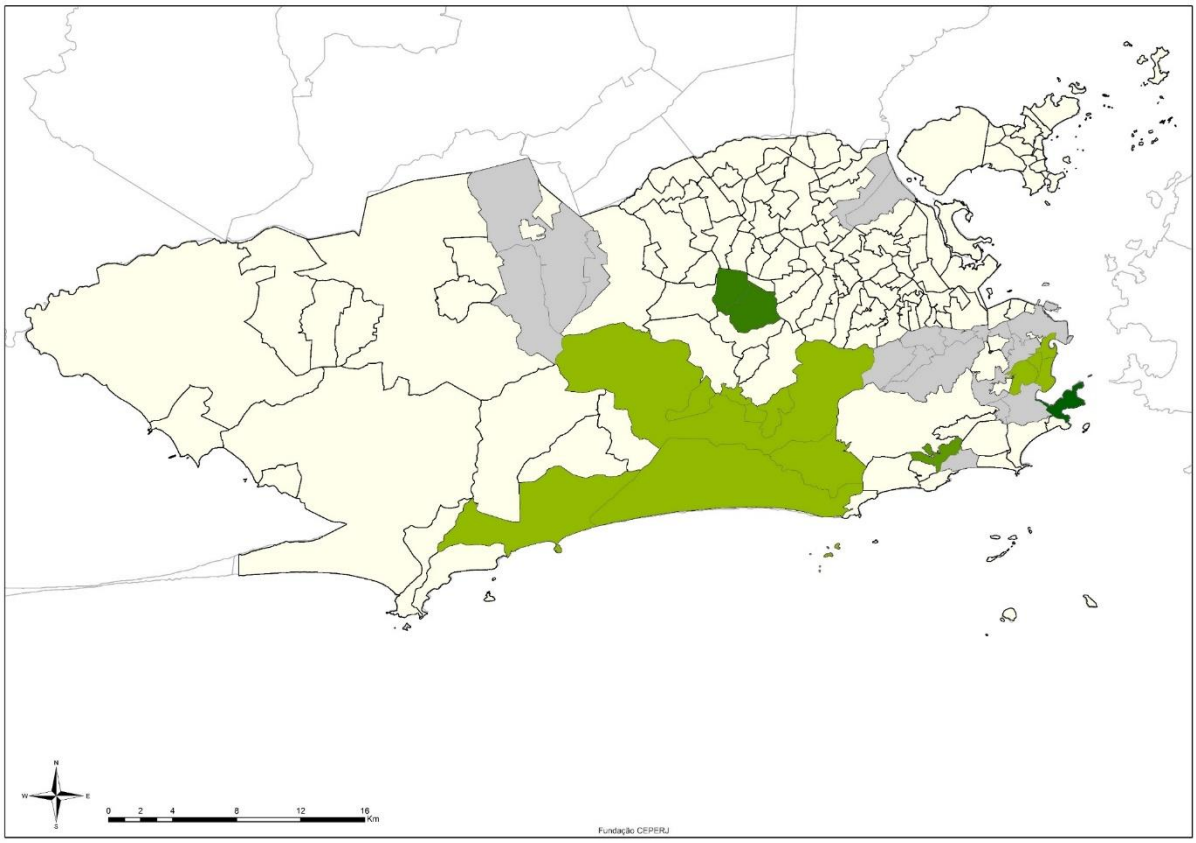



Figura 2 - Mapa dos PEUs criados entre 1979 e 1982.

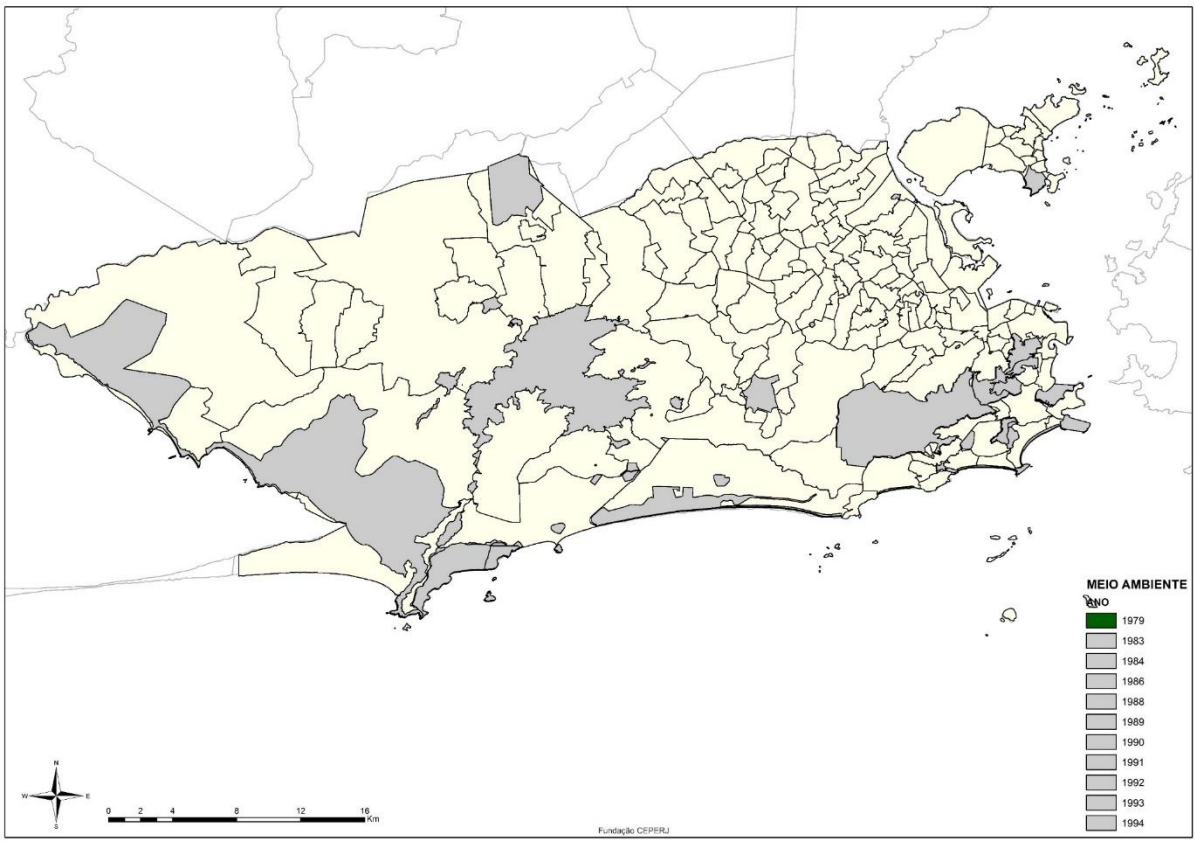



Figura 3 - Mapa das APAs e Parques Naturais criados entre 1979 e 1982.

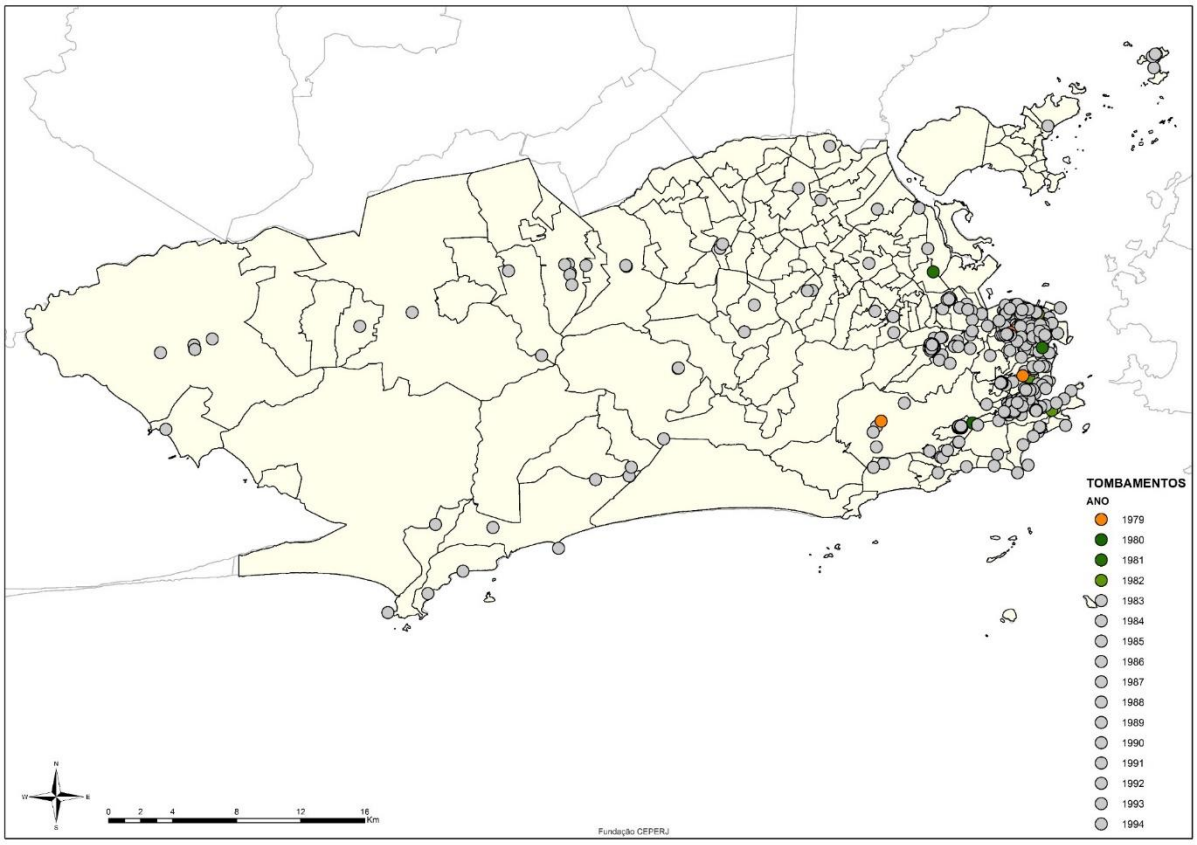



Figura 4 - Mapa dos tombamentos feitos entre 1979 e 1982.

## AS FONTES UTILIZADAS

O levantamento documental desta pesquisa foi iniciado pela consulta ao acervo do Diário Oficial do poder executivo do Estado do Rio de Janeiro disponível na Biblioteca da ALERJ. Esta consulta se concentrou principalmente no mapeamento da estrutura administrativa do governo do Estado do Rio de Janeiro, cuja análise evidenciava as prioridades de cada gestão. Ademais, no período entre 1985 e 1986, o Diário Oficial incorporava um pequeno jornal informativo, que era usado para divulgar os programas e ações implementadas pelo governo estadual: um material que, além de informativo, expressa aquilo que a gestão Brizola desejava (e como) divulgar.

Ainda no que diz respeito à documentação produzida pelo Estado, foram consultadas as bases online dos seguintes órgãos responsáveis pela regulamentação dos instrumentos de regulação urbana implementados no período: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC) e Procuradoria Geral do Município (PGM). Nestas bases, fiz um levantamento dos instrumentos implementados nas três

áreas que investiguei: legislações de uso e ocupação do solo e legislações de preservação do patrimônio cultural e do meio ambiente natural. Este levantamento foi organizado em bases de dados, que podem ser consultadas nos anexos a esta tese.

Em seguida, passei a buscar as razões e motivações para a implementação dos diversos instrumentos. Para tal, me utilizei da própria legislação, que muitas vezes as indicava em seu próprio texto. Busquei também nos documentos de abertura dos processos administrativos e, visto ser a área em que exerço minha atividade profissional, em boa parte do conhecimento que tenho em minha memória.

Foram mapeados e consultados os processos administrativos de implantação de políticas de preservação do patrimônio cultural do órgão executivo estadual, o INEPAC, e do órgão executivo municipal, o DGPC. Com as informações em mãos, as acrescentei à base de dados inicial, construindo, assim, um mapeamento dos casos que seriam estudados na tese. Com o mapeamento em mãos, parti para a consulta dos periódicos, fonte da qual pretendia observar outras falas sobre os instrumentos de regulação urbana identificados.

Optei pela consulta ao Jornal do Brasil, jornal que abria em suas páginas espaço para divulgação do discurso brizolista. A consulta ao Jornal do Brasil, foi feita por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que disponibiliza online uma ferramenta de busca por conteúdo. Nesta ferramenta, foram aplicadas palavras-chave que remetiam aos casos identificados no mapeamento.

A consulta ao acervo do Jornal do Brasil gerou grande surpresa. Em suas páginas, além de uma riqueza de detalhes dos casos que eu já havia identificado, encontrei novos casos, implementados a partir de mobilização, principalmente de associações de moradores. Estas novas informações modificaram o mapeamento que parecia estar completo, o que me levou a retornar aos acervos que já havia consultado.

É interessante notar as diferenças nas narrativas informadas pelos jornais e pelos processos administrativos. Além de frustrante para a pesquisa, a *assepsia* dos processos administrativos muitas vezes não registra em suas páginas a mobilização social que pressionava e buscava no poder executivo a implantação de um novo instrumento de regulação urbana. Já os jornais, ao contrário, em suas páginas colocavam estas narrativas como centrais (alinhadas com seu posicionamento no campo político, é claro).

Por fim, acrescentei ao texto uma análise da territorialidade das políticas de regulação urbana, cruzada com dados de indicadores de renda e da territorialidade dos votos nas eleições ocorridas entre 1982 e 1994. Para tal, usei os dados cartográficos da prefeitura do Rio de Janeiro disponíveis no SIURB, um sistema de disponibilização ao público de informações sobre a cidade que, por sua vez, se utiliza da tecnologia GIS, que permite a territorialização de dados estatísticos.

Esta análise territorial levou em consideração a hipótese de que haveria um vínculo entre a estrutura econômica da cidade, a territorialidade do voto e a implantação dos instrumentos de regulação urbana nesta tese estudados.

Para a produção dos mapas de renda no Rio de Janeiro, utilizei os dados existentes por região administrativa no Censo de 1991 realizado pelo IBGE. Infelizmente, não foi possível encontrar dados anteriores, que dissessem sobre a década de 1980, visto que os censos anteriores não têm os dados por unidade territorial menor do que os municípios.

Já para a territorialização dos dados eleitorais das diferentes eleições realizadas no período estudado nesta tese, utilizei, quando possível, os dados disponibilizados no sítio eletrônico do TRE do Rio de Janeiro. Infelizmente, não há territorialidade de todas as eleições realizadas no intervalo de tempo estudado. Para que não houvesse um hiato na análise, complementei com os dados produzidos por Alkmin (2014) em sua pesquisa sobre a geografia do voto no Rio de Janeiro. Ao longo da tese, estão indicadas as fontes utilizadas para a produção dos mapas.[12]

Aproveito para apontar uma questão metodológica. Apesar de os mapas mostrarem o mapeamento de **todas** as políticas de regulação urbana implementadas no período estudado nesta tese, o texto não abordará todas estas histórias. Para constituir os capítulos aqui apresentados, foram selecionados casos que envolviam associações de moradores e, principalmente, de alguma maneira, o brizolismo – muitas vezes na atuação direta dos chefes do executivo ou de representantes do legislativo.

Por fim, dentro da grade curricular do PPGH/UFF, cursei duas disciplinas: *Metodologia III - Poder e Sociedade*, ministrada pela professora Sonia Regina de Mendonça e *Brasil*

[12] Cheguei a consultar pessoalmente o setor de dados históricos do TRE sobre a existência dos resultados eleitorais por zona eleitoral que não havia encontrado no sítio eletrônico. Infelizmente, fui informada que os dados disponíveis online são os existentes naquele órgão.

*Recente: Economia, sociedade, política e cultura – novos desafios*, ministrada pela professora Virgínia Fontes.

Esta foi a segunda vez que tive o prazer de participar da disciplina da professora Sonia Mendonça. Além da riqueza das leituras dos textos de Antonio Gramsci e Pierre Bourdieu, que já conhecia, tive a boa surpresa de conhecer o trabalho de Nicos Poulantzas, cuja reflexão sobre o estado como relação social e cujo conceito de "pessoal de estado" foram incorporados nesta tese.

Da disciplina ministrada por Virgínia Fontes, foram fundamentais as leituras que trouxeram uma profunda reflexão sobre os aparelhos privados de hegemonia, tanto na forma do associativismo de bairro como em sua forma mais recente, no chamado terceiro setor. Esta reflexão foi fundamental para o entendimento da mudança no formato de mobilização social ocorrida no início da década de 1990, que será tratado no capítulo 5.

## A ESTRUTURA DO TEXTO

Talvez a maior dificuldade desta pesquisa tenha sido estabelecer uma periodização para a estruturação da divisão dos capítulos.

Inicialmente, pensei em dividir o texto três partes, tomando como referência os três mandatos no governo do estado: o primeiro governo Brizola, de 1983 a 1986; o governo Moreira Franco, de 1987 a 1990, e o segundo governo Brizola, de 1991 a 1994.

Contudo, esta periodização não contemplava, por exemplo, diferentes questões que se apresentavam no plano local como os mandatos dos prefeitos da cidade do Rio de Janeiro (**todos** brizolistas que em determinado momento romperam com Brizola); a criação de novos instrumentos de regulação urbana; a criação do órgão executivo de patrimônio cultural, de urbanismo e de preservação do meio ambiente natural; o retorno da política de remoções de favelas; a elaboração do plano diretor e do primeiro plano estratégico da cidade; além da escalada da violência urbana que se materializou em chacinas e arrastões.

No plano nacional, aquela divisão em três capítulos não levava em conta o processo de redemocratização; as eleições direta e indireta para à Presidência da República, a Constituinte e a Constituição Federal de 1988; a consolidação do associativismo de bairro como forte espaço de atuação política e o surgimento das ONGs; o fortalecimento da questão ecológica e a

realização da Rio-92 e a gigantesca crise econômica (com a hiperinflação, o desemprego, a fome e os diversos planos econômicos que pretenderam solucionar a questão).

Por fim, também não contemplava a mudança, no plano teórico, do paradigma de gestão da cidade, que partia de uma posição autoritária para uma posição democrática e, em seguida, de uma perspectiva democrática para uma perspectiva de gestão empresarial da cidade – mudanças materializadas na preservação de conjuntos de arquitetura popular, na preservação do meio ambiente natural; na redação do plano diretor e no primeiro plano estratégico da cidade.

A solução para esta questão partiu de uma conversa com meu orientador na qual ele apontou que, diante de tantas dimensões interligadas, seria fundamental tomar a política como a camada condutora de todas as outras. Neste sentido, ao voltar meus olhos para o campo político local, surgiu a ideia de estruturar uma periodização que acompanhasse a alternância e/ou sobreposição do brizolismo tanto na Prefeitura quanto no Governo do Estado do Rio de Janeiro.

O brizolismo ocupa o Governo do Estado do Rio de Janeiro entre 1983 e 1986 e entre 1991 e 1994, ambos mandatos em que Leonel Brizola foi governador. Exceção foi o período de 1987 a 1990, quando Moreira Franco assumiu a cadeira.

Já o executivo municipal foi ocupado pelo brizolismo em diferentes momentos. Em 1983, Jamil Haddad e, de 1984 a 1985, Marcello Alencar assumiram como prefeitos, ambos indicados pelo governador Leonel Brizola, sendo que o primeiro seria substituído em função do rompimento. Em 1986, assumia a Prefeitura Saturnino Braga, eleito pelo PDT, com o qual romperia em 1987. Em 1989, também pelo PDT, foi eleito prefeito Marcello Alencar, que também romperia com Brizola em 1993. Finalmente, em 1993, assumia a Prefeitura Cesar Maia, também oriundo do PDT, já rompido com o brizolismo.

Esta alternância está expressa na linha do tempo a seguir:




Figura 5 – Linha do tempo com a alternância das correntes políticas na Prefeitura e Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Expressar estas alternâncias e sobreposições graficamente em uma linha do tempo me auxiliou a enxergar uma outra periodização, ainda dividida em três momentos:

a. O período compreendido entre 1983 e 1986, desde a eleição de Brizola para o Governo do Estado até o primeiro ano da Prefeitura de Saturnino Braga, quando ambas as esferas estavam ocupadas por representantes do brizolismo;
b. O período entre 1987 e 1988, quando Moreira Franco assumia o Governo do Estado e Saturnino Braga continuaria na Prefeitura, mas não mais no PDT, momento em que nenhuma das duas esferas estava representada por políticos brizolistas; e
c. Por fim, o período de 1989 a 1994, quando Marcello Alencar assumia a Prefeitura pelo PDT e Brizola retornaria ao Governo do Estado em 1991, período em que pelo menos uma das duas esferas estava ocupada por um representante do brizolismo.

Os dois primeiros períodos propostos nesta periodização atendiam bem às outras dimensões já citadas neste texto. Por exemplo, coincidiam com esta periodização tanto a chegada de Sarney à Presidência, no plano nacional, quanto a criação do órgão executivo de patrimônio cultural no nível local, por exemplo.

Contudo, esta periodização não abarcava uma mudança que modificou a atuação dos movimentos associativistas: o fortalecimento da questão ecológica.

Como solução, optei por subdividir o período compreendido entre 1989 e 1994 em dois capítulos. A opção por incluir um outro capítulo, tratando do período entre 1993 e 1994, abarcava também a ruptura entre o prefeito César Maia, que se elegeu com o discurso antibrizolista e, as políticas de regulação urbana selecionadas para estudo nesta tese. A partir de 1993, ademais, há enfrentamento direto entre as duas esferas de governo, chegando ao ponto de o secretariado bater boca durante operações de remoção e fiscalização. O mesmo não ocorreu entre 1989 e 1990, quando também houve antagonismo entre brizolismo e oposição nas duas esferas de governo, mas um antagonismo expresso de maneira mais moderada, não no formato de *guerra declarada*. Ademais, este novo capítulo marcava a criação do primeiro plano diretor do Rio de Janeiro em 1992 e sua suplantação pelo primeiro plano estratégico da cidade em 1993.

Por fim, um último capítulo, tradicional na área da História, para trabalhar os antecedentes da vitória na eleição de 1982 para o Governo do Estado.

Sendo assim, cheguei à estrutura da tese, dividida em cinco capítulos conforme expressa na linha do tempo a seguir:

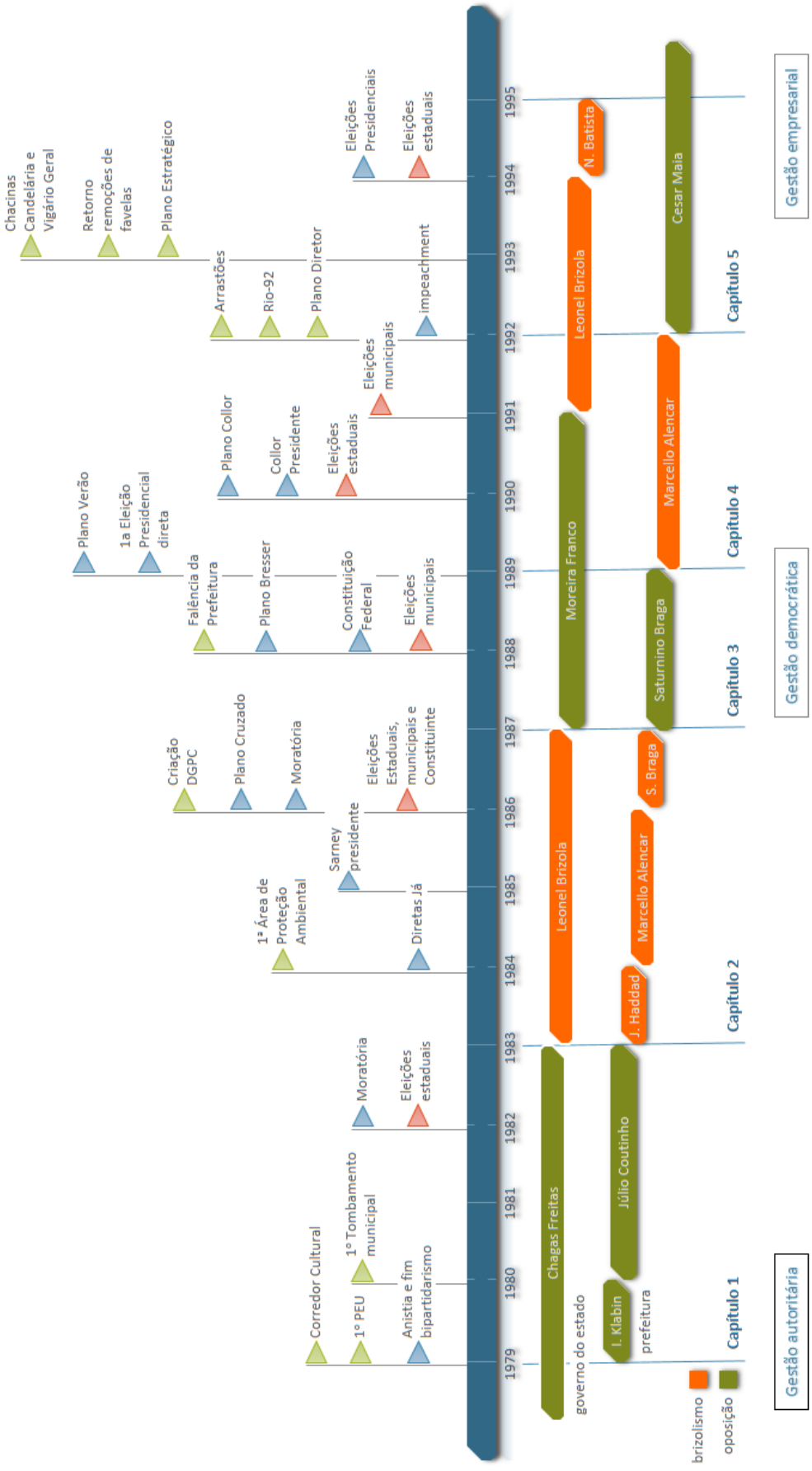



Figura 6 - Periodização utilizada nesta tese.

# 1. A FORMAÇÃO DA CORRENTE POLÍTICA BRIZOLISTA NO RIO DE JANEIRO.

Leonel de Moura Brizola nasceu em 1922, em uma família de pequenos agricultores, em Carazinho, interior do Rio Grande do Sul. Iniciou sua carreira política ainda na década de 1940, quando em 1945 ingressou no PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) em meio ao processo de redemocratização do país após o fim do Estado Novo. Em 1947, elegeu-se deputado estadual pelo Rio Grande do Sul. Em 1954, eleito novamente deputado federal pelo mesmo estado. Em 1955, tornou-se prefeito de Porto Alegre e, em 1958, governador do Rio Grande do Sul. Finalmente, em 1962, foi eleito deputado federal pelo antigo Estado da Guanabara.

Banido do país após o golpe civil-militar de 1964, Brizola retorna em 1979 à cidade do Rio de Janeiro, local em que toma como palco para a reconstrução da sua careira política.

A força do brizolismo no estado do Rio de Janeiro durante a década de 1980 é contundente. Neste sentido, cabe afirmar que, na década de 1980 e princípio da década de 1990, seu nome tornou-se uma das principais referências da política carioca; um caso muito especial da história política brasileira: "o de um ex-governador de estado que, pelo explícito e legítimo interesse em chegar à Presidência da República, se transformou em figura central na política de um outro estado da federação".[13]

O estabelecimento de Brizola na cidade do Rio de Janeiro em 1979 tem relação direta com a abertura gradual do regime ditatorial. Em março de 1974 o general Ernesto Geisel assumia a presidência militar com proposta de promoção de uma lenta liberalização. Mas a abertura política iniciada por Geisel não foi tão simples: ao mesmo tempo em que avançava em alguns pontos, não abria mão de recursos arbitrários para manter sob controle o processo político.[14] Exemplos disso são as eleições municipais de 1976 realizadas em todo o Brasil sob o cerceamento estabelecido pela Lei Falcão. Ou ainda, o lançamento do famoso Pacote de Abril em 1977, quando o Congresso foi fechado por 14 dias e mantido o mecanismo de eleição indireta para as eleições executivas estaduais de 1978, a fim de impedir uma vitória expressiva do MDB.

Em março de 1979, João Batista Figueiredo assumia a presidência e iniciava, oficialmente, a política de abertura do regime. Frente à possiblidade cada vez mais concreta de estabelecimento de uma anistia política, os trabalhistas exilados organizaram encontros no exterior para traçar, não somente o retorno de Brizola, mas também os rumos do trabalhismo

[13] Freire, 2008, p. 128.

[14] Cf. Sento-Sé, 1999.

no Brasil.[15] Vários encontros foram promovidos a partir de 1977. Contudo, o mais célebre, tanto pelas dimensões quanto por seu significado simbólico, foi o *Encontro dos trabalhistas do Brasil com os trabalhistas no exílio*, também conhecido como *Encontro de Lisboa.* Realizado entre 15 e 17 de junho de 1979 com participação de 150 pessoas dentre exilados, militantes sindicais e políticos de esquerda de diferentes países; o encontro ocorreu na sede do Partido Socialista português e contou com a participação do primeiro-ministro de Portugal.

Nos três dias de debates acerca do futuro político brasileiro, foi elaborado um documento, a *Carta de Lisboa* que, junto a Carta Testamento de Vargas e a obra de Alberto Pasqualini, é um dos documentos fundadores do brizolismo. Com um conteúdo de cunho socialista não-marxista (no que ficou conhecido como *socialismo moreno*, versão brizolista para a socialdemocracia), a carta propôs um programa de propostas políticas, sociais e econômicas dirigidas a um país em processo de redemocratização.[16]

A articulação dos trabalhistas para o retorno de Leonel Brizola era objeto de preocupação no Brasil. Tido como incendiário e subversivo, Brizola havia sido responsabilizado pela radicalização que levara ao golpe civil-militar de 1964. Seu retorno preocupava tanto os militares (por razões óbvias), quanto as esquerdas (pela possiblidade de que um aumento na instabilidade política pudesse acabar interrompendo o processo de liberalização).

Em 1979, em atendimento à pressão de ampla mobilização social, foi finalmente concedida a anistia. Com a anistia, foi permitido o retorno dos exilados e a recuperação dos direitos políticos daqueles que haviam sido cassados.

O retorno de Brizola ao Brasil foi cuidadosamente planejado e não obedeceu ao protocolo usual. Brizola não chega por uma grande capital, mas sim por Foz do Iguaçu, no dia 7 de setembro de 1979, de onde partiria diretamente a São Borja, cidade do interior do Rio Grande do Sul onde estão os túmulos de Getúlio Vargas e João Goulart, figuras maiores do trabalhismo. Seu primeiro pronunciamento público foi aos pés destes túmulos, local de imensa carga simbólica, que reitera seu lugar de sucessor do trabalhismo no Brasil.

[15] O trabalhismo foi uma ideologia política surgida durante a ditadura do Estado Novo centrada na figura de Vargas e de *sua obra pessoal para com os trabalhadores*.

[16] Cf. Sento-Sé, 1999, p. 180.

Neste ponto, cabe trazer a reflexão de Bourdieu (2014) sobre o profeta, uma espécie de herói burocrático que, em situações de grande crise ética ou política, consegue restaurar o oficial.[17] Restaurar o oficial, no caso do brizolismo, deve ser compreendido como restaurar o trabalhismo, interrompido com o golpe. Daí a opção pela chegada aos pés dos túmulos de Vargas e Jango, reiterando seu lugar como sucessor do trabalhismo no Brasil.

Após um breve período no Rio Grande do Sul, Brizola desembarcou no Rio de Janeiro no dia 1º de outubro, quando foi recebido por cerca de mil e quinhentas pessoas no Aeroporto Internacional do Galeão. Ao contrário do esperado, não fez ali um pronunciamento ao público, mas seguiu diretamente ao Hotel Glória, onde faria um discurso à imprensa. No percurso entre aeroporto e hotel, a comitiva de Brizola enfrentou um ato de sabotagem: sob a pista por onde seguiria, foram colocados ganchos de metal de seis pontas e três carros se desgovernaram.

A lenta liberalização de regime prosseguia. Em novembro de 1979 era publicada a Lei Orgânica dos Partidos que extinguia o sistema bipartidário e reintroduzia o pluripartidarismo no Brasil; dissolvendo o MDB e a ARENA[18] e, finalmente, permitindo a formação de novas legendas.

Antes mesmo do fim do bipartidarismo, Brizola já se manifestava, publicamente, contrário à construção de uma frente única de oposição sob a bandeira do MDB. A possiblidade de ingresso do líder trabalhista naquela legenda também não agradava a seus membros, que viam ali o risco de terem suas atuações ofuscadas pela figura de Brizola.

Com o retorno do pluripartidarismo, o cenário político que se descortinava parecia promissor. Os trabalhistas, reunidos em torno de Brizola, ansiavam pela retomada da tradicional legenda varguista, o PTB: em meio a uma redefinição do campo político nacional, o grupo trabalhista era um dos poucos para o qual a vinculação com a noção de tradição se afirmava como fundamental. Neste sentido, a figura de Brizola aparecia como aquela que poderia promover a retomada do fio da história, interrompida pelo golpe civil-militar.

Contudo, apesar das intenções, a perspectiva trabalhista nunca foi totalmente retomada por Brizola. Em 1979, iniciava-se uma disputa jurídica pela legenda com o antigo PTB de São Paulo, liderado pela a ex-deputada Ivete Vargas, parente de Vargas e próxima ao General

[17] Cf. Bourdieu, 2014.

[18] MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e ARENA (Aliança Renovadora Nacional) eram os dois partidos autorizados a partir da instituição do regime bipartidário no Brasil, em 1965.

Golbery de Couto e Silva, idealizador da Doutrina de Segurança Nacional.[19] O processo, que teve uma batalha jurídica que levou cerca de quatro meses, teve seu desfecho com a decisão desfavorável do TSE a Brizola.

Em função da perda da almejada legenda partidária, fez-se necessária uma ressignificação do legado varguista. Assim, em maio de 1980, Brizola perdia a histórica legenda e iniciava o processo de construção de um novo partido.

> A partir daí operava-se uma transformação: o trabalhismo torna-se brizolismo.[20]

A perda da legenda do PTB demandou uma ressignificação do trabalhismo. Desta perda, em lugar da retomada do varguismo, nasceu o brizolismo, um campo discursivo nacionalista que teve Leonel Brizola como eixo norteador, como uma espécie de figura mítica encarregada do projeto de emancipação nacional. A cidade do Rio de Janeiro teve papel fundamental para o brizolismo, visto que este discurso reinventou a imagem da antiga capital, de modo a transformá-la em centro difusor de seu projeto nacional.[21]

Em maio de 1980, durante o Encontro Nacional dos Trabalhistas, que contou com a participação de mais de mil pessoas, foi escolhido para a nova legenda o nome *Partido do Trabalhismo Democrático* (PTD). Contudo, na semana seguinte, durante uma outra assembleia, dos fundadores do partido, decidiu-se pela mudança para o nome Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Estabelecida a nova legenda, o PDT enfrentaria, no Rio de Janeiro, seu primeiro pleito. No início de 1982, os candidatos ao governo do estado formavam um cenário peculiar. Moreira Franco era o candidato do PDS, o Partido Democrático Social, para onde haviam se deslocado os integrantes da ARENA quando do fim do bipartidarismo. Lysâneas Maciel era o candidato do Partido dos Trabalhadores, o PT, originário das greves da década de 1970 em São Paulo. O PTB apresentava como candidata Sandra Cavalcanti, herdeira do lacerdismo. Miro Teixeira era

[19] O PTB de Ivete Vargas também contava com o apoio de Jânio Quadros e Ademar de Barros.

[20] Sento-Sé, 1999, p. 98.

[21] Cf. Sento-Sé, 1999.

Sento-Sé aponta uma distinção importante: não se pode confundir o brizolismo com o PDT! Em sua pesquisa, o autor aponta que, no caso particular do Rio de Janeiro, ambos andam juntos, o que não ocorre no restante do país.

o candidato do PMDB (após sua fusão com o Partido Popular, o PP, para onde haviam migrado os políticos chaguistas). Finalmente, o PDT lançava a candidatura de Leonel Brizola.

Com uma estratégia de campanha que definiu um tom emocional e carismático ao pleito, Brizola conquistou vitória apertada. Trazendo ao debate temáticas nacionais, preconizou um acerto de contas com a ditadura. Ademais, Brizola denunciava ao eleitorado carioca e fluminense que os outros candidatos representavam a continuidade do regime autoritário: Sandra pela sua relação com íntima com os golpistas, Miro por representar a continuidade do chaguismo e Moreira por ser o candidato do PDS. Com esta estratégia, conseguiu aglutinar em torno de si os votos que representavam a insatisfação com o regime civil-militar.

> Sou o candidato para desmascarar o falso oposicionismo desses candidatos; candidatos que são o diabo, o demônio e o Satanás, para que o inferno ganhe sempre. Falta-lhes legitimidade, exatamente o que me sobra.[22]

Ademais, a candidatura de Brizola representou um alto grau de engajamento dos cidadãos usualmente afastados da política tradicional, em uma espécie de festa cívica com elementos típicos do carnaval.[23]

Como último recurso a evitar a vitória de Brizola, foi articulada em uma manobra atribuída ao SNI e ex-agentes da repressão, uma fraude escandalosa na contagem dos votos: a empresa de computação Proconsult – Racimec e Associados Ltda., contratada para realizar eletronicamente a contagem dos votos, transferia, irregularmente, por uma rotina de programação chamada *diferencial delta*, votos brancos e nulos ao candidato da situação, Moreira Franco. Com a interferência do Tribunal Regional Eleitoral, foi realizada uma nova contagem que apontou como vencedor Leonel Brizola, por uma estreita margem de 200 mil votos. No processo de denúncia da fraude, a atuação de Cesar Maia, que posteriormente seria nomeado Secretário Estadual de Fazenda, foi fundamental.[24]

Posteriormente, alguns oficiais, insatisfeitos com a vitória de Brizola, chegaram a planejar uma sublevação militar para cancelar o processo eleitoral e impedir sua posse. Esta conspiração foi frustrada pela intervenção direta do presidente militar Figueiredo.[25]

---

[22] Discurso de Brizola citado em Sarmento, 2008, p. 56.

[23] Cf. Sento-Sé, 1999.

[24] Nas eleições de 1982, o PDT conquistou somente o governo estadual do Rio de Janeiro. Já o PDS conquistou 12, enquanto o PMDB conquistou 10.

[25] Cf. Alves, 2005.

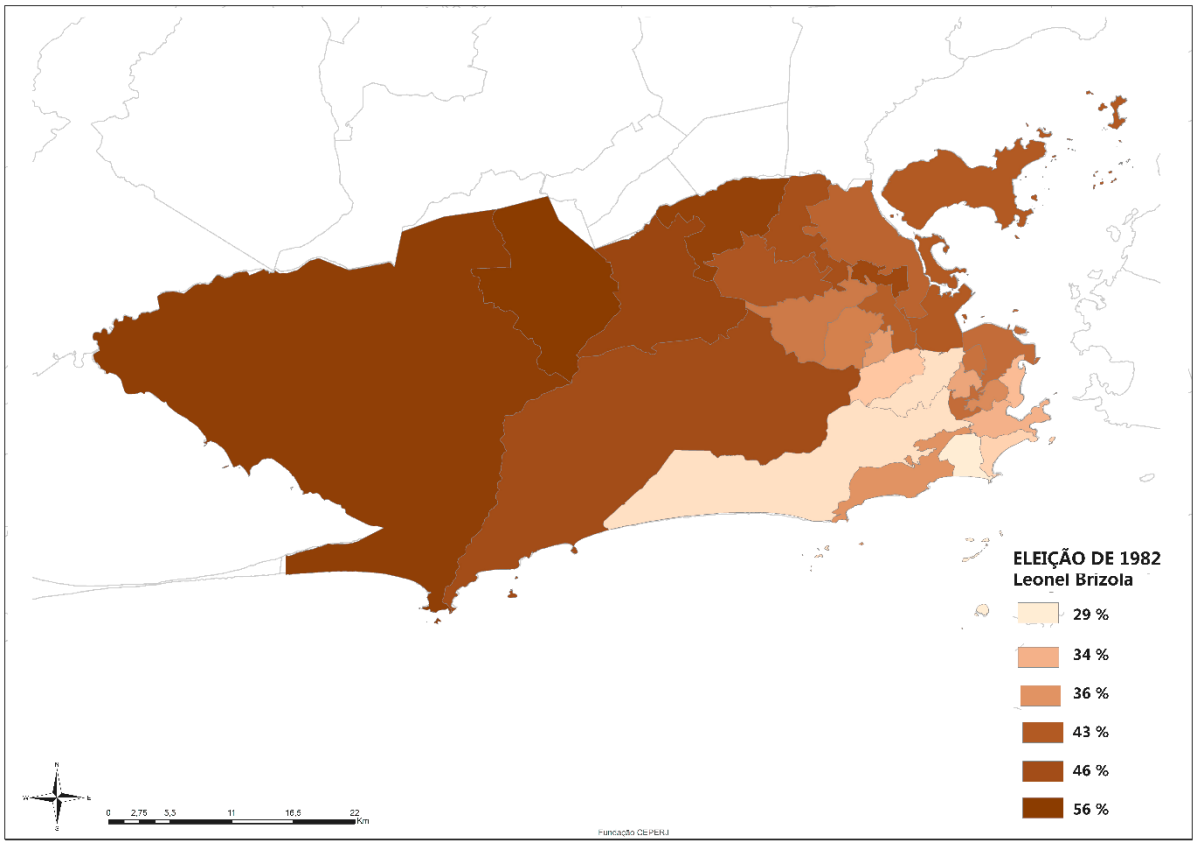



Figura 7 - Mapa da votação em Leonel Brizola nas eleições para governador de 1982 (Fonte: TRE).

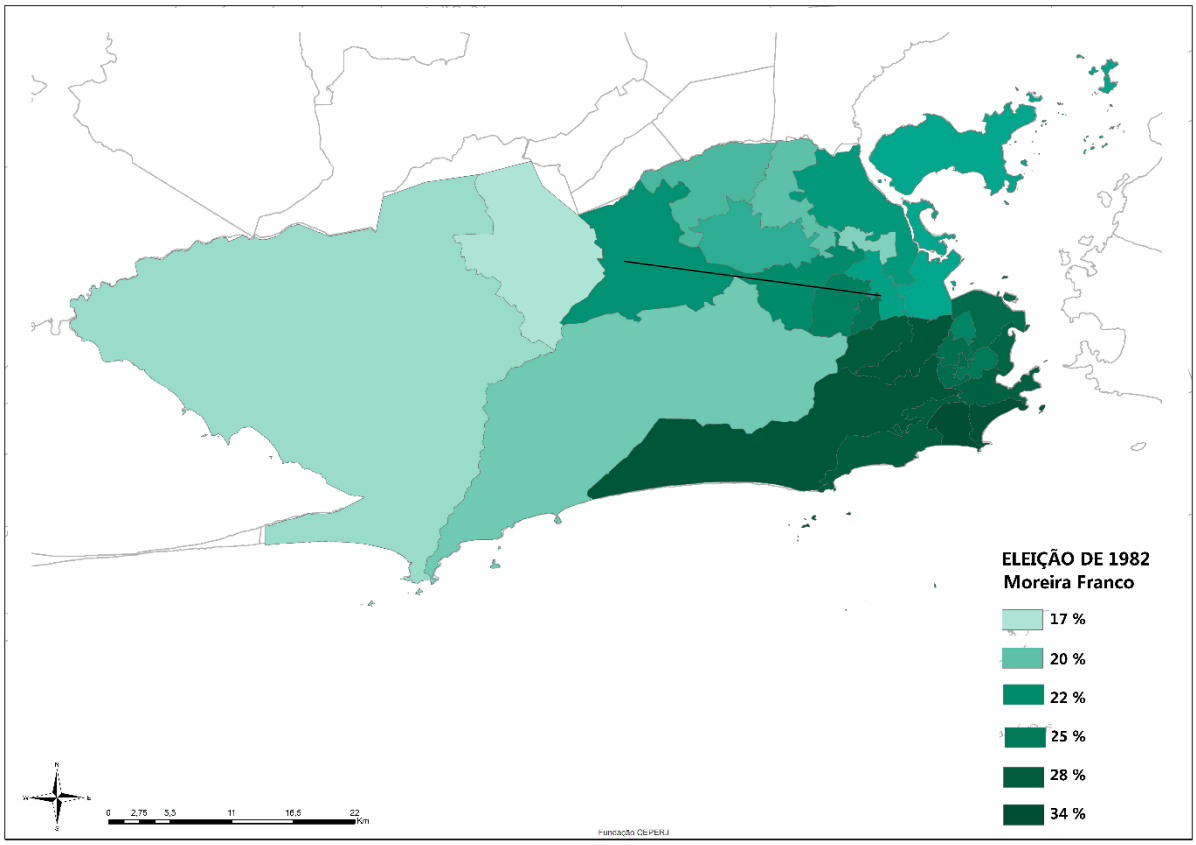



Figura 8 – Mapa da votação em Moreira Franco nas eleições para governador de 1982 (Fonte: TRE).

| ZONAS ELEITORAIS | Leonel Brizola | Moreira Franco | Miro Teixeira | Sandra Cavalcanti | Lysâneas Maciel | Branco | Nulo |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Centro | 39,78 | 25,97 | 12,77 | 11,73 | 3,11 | 3,39 | 3,27 |
| Estácio | 39,68 | 24,31 | 12,63 | 14,23 | 3,37 | 2,44 | 3,33 |
| Flamengo | 33,77 | 27,75 | 14,04 | 13,59 | 5,34 | 2,49 | 3,02 |
| Botafogo | 33,91 | 27,82 | 14,03 | 12,80 | 5,93 | 2,57 | 2,94 |
| Copacabana | 32,12 | 31,32 | 14,70 | 12,33 | 4,48 | 2,69 | 2,36 |
| Rio Comprido | 35,34 | 25,88 | 13,64 | 14,97 | 4,49 | 3,00 | 2,68 |
| Tijuca | 31,70 | 29,20 | 14,46 | 14,24 | 5,08 | 2,65 | 2,68 |
| Rocha | 42,89 | 21,40 | 14,59 | 11,50 | 3,50 | 2,57 | 3,55 |
| São Cristóvão | 43,42 | 21,31 | 12,44 | 13,51 | 3,36 | 2,70 | 3,26 |
| Cascadura | 36,87 | 22,41 | 18,32 | 12,69 | 3,18 | 3,28 | 3,25 |
| Olaria | 41,40 | 21,53 | 12,07 | 12,98 | 3,29 | 2,31 | 6,42 |
| Madureira | 44,99 | 20,51 | 14,77 | 10,79 | 2,54 | 2,64 | 3,76 |
| Barra da Tijuca | 46,42 | 20,25 | 14,25 | 9,44 | 3,21 | 2,58 | 3,84 |
| Méier | 36,25 | 25,46 | 12,89 | 15,17 | 3,99 | 2,92 | 3,33 |
| Realengo | 47,48 | 21,56 | 12,24 | 9,38 | 2,80 | 2,91 | 3,62 |
| Laranjeiras | 36,21 | 25,52 | 13,73 | 12,65 | 5,99 | 2,63 | 3,27 |
| Leblon | 36,06 | 27,86 | 15,80 | 9,15 | 5,84 | 2,72 | 2,57 |
| Ipanema | 29,76 | 34,29 | 14,70 | 11,54 | 4,81 | 2,55 | 2,35 |
| Grajaú | 32,15 | 27,93 | 13,78 | 15,73 | 4,69 | 3,11 | 2,60 |
| Engenho Novo | 35,49 | 25,71 | 13,93 | 14,81 | 3,75 | 3,01 | 3,30 |
| Bonsucesso | 46,53 | 19,86 | 11,42 | 12,80 | 3,58 | 2,43 | 3,39 |
| Irajá | 45,49 | 20,34 | 13,78 | 10,66 | 3,47 | 2,88 | 3,38 |
| Deodoro | 49,31 | 20,51 | 11,83 | 9,29 | 3,03 | 2,56 | 3,48 |
| Bangu | 56,44 | 17,24 | 11,07 | 6,50 | 3,51 | 2,48 | 2,76 |
| Santa Cruz | 49,74 | 18,79 | 15,16 | 6,40 | 2,31 | 3,89 | 3,70 |
| Total | 41,38 | 23,51 | 13,68 | 11,47 | 3,78 | 2,80 | 3,35 |

Tabela 1 – Resultado da votação para governador de 1982 no município do Rio de Janeiro (em porcentagem) por zona eleitoral (Fonte: TRE).

> A eleição de Brizola foi inesperada até mesmo para a maioria dos integrantes do PDT. Um dos maiores inimigos da ditadura conseguiu derrotar duas forças poderosas – o PMDB e o PDS. O resultado eleitoral demonstrou a grande popularidade que o líder trabalhista ainda era capaz de angariar, mesmo depois de 15 anos afastado do país, desconhecido pelos jovens dos anos 1980; mesmo depois de perder a disputada legenda do PTB e dispor da desconhecida sigla do PDT; mesmo depois das investidas do governo federal em tentar fraudar o pleito eleitoral.[26]

Considerando os dados de todo o estado, Brizola é vitorioso principalmente na capital, que na época detinha 48% dos eleitores; enquanto a periferia metropolitana detinha 30% e o interior 22%.[27] A diferença de votos entre Brizola e Moreira Franco, o segundo colocado, foi

[26] Macedo, 2016, p. 231.

[27] Cf. Alkmin, 2014.

de apenas 178.536 votos: Brizola atingiu a marca de 1.709.264 votos (34,17%), enquanto Moreira 1.530.728 votos (30,60%) em todo o estado.

No espaço da cidade do Rio de Janeiro, a diferença entre Brizola e Moreira Franco é bem maior, quase o dobro: com 1.075.950 contra 611.376 votos, Brizola conquista 41,38% do eleitorado, enquanto seu adversário somente 23,51%. Se analisarmos o espaço da cidade, Brizola é vitorioso principalmente na zona oeste e norte, destacando-se as zonas eleitorais de Barra da Tijuca, Bangu e Santa Cruz, onde conseguiu cerca de 85% dos votos. Surpreendentemente, Moreira Franco também teve sua maior votação em duas zonas eleitorais em que Brizola também teve sua maior votação: Barra da Tijuca e Santa Cruz, com cerca de 35% dos votos. Moreira derrota Brizola somente em duas zonas eleitorais, Ipanema e Flamengo. Curiosamente, ambos candidatos tiveram baixa votação na mesma zona eleitoral, Estácio; zona onde a candidata lacerdista Sandra Cavalcanti foi a mais votada.[28]

Os mapas eleitorais de 1982 ilustram bem a divisão territorial dos votos: em laranja, os votos do PDT, concentrados na zona oeste e norte, enquanto em verde, os votos do PDS, concentrados na zona sul. É interessante também observar que Moreira tem uma concentração de votos nas zonas eleitorais que margeiam a Estrada de Ferro Central do Brasil. Trata-se do pequeno e médio empresário do subúrbio, que também apoiou sua candidatura.

Brizola assumiu o governo do estado do Rio de Janeiro em plena crise econômica e social: queda da produção industrial e da arrecadação, aumento galopante da dívida externa brasileira e da inflação, uma taxa de mais de 10% da população brasileira desempregada e 30% no subemprego, corte de salários e a dura realidade da fome.

O fato da oposição ao regime civil-militar ocupar ambos governos, estadual e municipal, do Rio de Janeiro, gerava uma situação inusitada: ainda que a crise fosse consequência de uma política econômica federal, implementada durante o período ditatorial, aos olhos de uma população em situação de miséria, a responsabilidade pela situação calamitosa era também daqueles que ocupavam naquele momento a liderança do executivo.[29]

Em seu primeiro governo, Brizola teve de enfrentar grandes obstáculos: os saques a supermercados e roubos de estabelecimentos comerciais levados a cabo por uma população

[28] É interessante notar que há um mito de que Brizola teria vencido as eleições quando conquistara o voto da zona sul, mito contrariado pelos resultados eleitorais aqui apresentados.

[29] Cf. Alves, 2005.

faminta, além de greves de grandes proporções. Em paralelo, de setembro de 1982 a julho de 1983, a cidade assistiu ao crescimento vertiginoso das ocupações de terrenos públicos.

Para compreender este fenômeno, é necessário voltar os olhos à grave crise econômica pela qual passava o país.

A recessão da década de 1980, mostrava que o estado desenvolvimentista havia entrado em crise. A crise que se delineava desde meados da década anterior, com o fim do milagre econômico e o gigantesco endividamento externo, acentuou-se com a suspensão dos créditos à América Latina após a declaração de moratória do México, à visita do então presidente norte-americano Ronald Reagan ao Brasil e a liberação de um grande empréstimo suplementar, tudo em 1982. Em paralelo, acentuou-se a pressão do capital internacional para alterar a política salarial. Em 1983, mesmo ano em que a lei de segurança nacional foi revogada, cortou-se em 20% os salários dos trabalhadores. A reação ao corte veio em greves de grandes proporções, com manifestações que, no Rio de Janeiro, chegaram a contar com 50 mil pessoas.

A partir de então, o estado brasileiro iniciou um processo de estatização das dívidas, que teve como uma de suas consequências uma significativa dívida pública interna.[30] Como estratégia de enfrentamento da crise econômica, usaram-se as empresas estatais para sanear os pagamentos e incentivar exportações; assim como dólares do setor privado para o pagamento das dívidas destas mesmas estatais, mediante títulos da dívida pública. Desta maneira, a política de enfrentamento da dívida externa tornou-se uma política de financiamento da dívida externa, por meio da qual capitais privados se utilizaram do fundo público como porto seguro para investimentos com perspectivas de lucros estáveis. Em outras palavras, por meio da dívida interna, o governo passou a sustentar a solvabilidade do setor privado, transferindo fundos públicos para a "ciranda financeira".[31] Estavam em jogo as próprias regras de valorização do capital e, em paralelo, a transformação do estado brasileiro, que tomava um rumo democratizador.[32] A *Nova República*[33] deslocou o centro de gravidade da crise econômica para uma crise geral do estado, do governo, das instituições.[34]

---

[30] Cf. Oliveira, 1992.

[31] Cf. Freitas, 2012.

[32] Cf. Fiori, 2003.

[33]Nome dado, à época, ao regime republicano após a saída do último presidente militar, João Figueiredo.

[34] Cf. Freitas, 2012.

Ao longo da década de 1980, o país apresentou a maior dívida externa do mundo (cerca de 100 bilhões de dólares); a maior inflação da história brasileira (acima de 160% ao ano) e uma taxa de desemprego de mais de três milhões de brasileiros (cerca de 10% da população).[35] Para os trabalhadores, a crise econômica se manifestou também na política de estrangulamento salarial, no aumento dos índices de desemprego e nas diversas tentativas de controle da inflação galopante.

> Há no discurso brizolista uma aberta opção pelos pobres, privados de condições suficientes para exercerem com inteireza a cidadania.[36]
>
> O povo é, de fato, o foco do discurso brizolista.[37]
>
> Fazer política da perspectiva brizolista é fundamentalmente assumir com radicalidade a opção pelos pobres e desvalidos.[38]

Diante deste cenário, o brizolismo abraçou as minorias não representadas no debate da democracia que se construía na década de 1980, focada nos direitos dos perseguidos políticos e cassados pelo regime autoritário. Neste sentido, propunha a construção de uma democracia substantiva, que tomava para si questões como justiça social. Por esta razão, o PDT tornou-se o partido da gente espoliada, negra e mestiça, dos subúrbios e periferias.[39]

A opção pelo diálogo direto com minorias tem relação direta com a efervescência dos movimentos sociais urbanos da década anterior. Influenciados por fenômenos internacionais como o *Maio de 1968*, a fragmentação dos partidos comunistas, as lutas feministas, as lutas pacifistas europeias, o movimento negro e o movimento ambientalista, um novo conceito de sociedade civil começou a ser construído no Brasil.[40] Este tipo de mobilização teve direta relação com o retorno dos exilados, que influenciados pelo desencanto europeu com a

---

[35] Em meio a uma das maiores secas da história, 10 milhões de nordestinos morreram de fome na década de 1980.

[36] Sento-Sé, 2008, p. 202.

[37] Sento-Sé, 2008, p. 203.

[38] Sento-Sé, 1999, p. 163.

[39] Cf. Sento-Sé, 1999.

Os comícios de Brizola eram famosos por ser o lugar de maior concentração de *desdentados* por metro quadrado no Brasil. Esta constatação, era reveladora de um projeto político e do princípio estético que o orientava. Conforme desenvolve Sento-Sé (1999), a boca escancarada do banguela representava o homem destituído da potência cívica da cidadania (p. 156), convertendo-se, assim, a estética da miséria em virtude.

[40] Cf. Fontes, 2010.

experiência do comunismo soviético, trouxeram do exterior o modelo socialdemocrata e a experiência associativista norte-americana.

Até a década de 1960, os movimentos sociais no Brasil referiam-se, usualmente, à potencialidade revolucionária do proletariado. Na década seguinte, 1970, sob a influência dos já mencionados movimentos internacionais, o movimento operário deixou de ser o personagem central e o campo cultural tornou-se o lócus de formação das contestações e lutas.[41]

No cenário nacional, este foi um momento importante em que se iniciou a política de abertura do regime militar e de surgimento (e ressurgimento) de movimentos sociais por todo o país. No Rio de Janeiro, estes movimentos se estruturaram principalmente em torno da questão urbana traduzindo urgências populares na forma de movimentos sociais de base popular, movimentos de favelas e movimentos de bairros; assim como a luta dos movimentos antirracistas, antissexistas e antiautoritários.

Nesta tese, será olhado com mais atenção o movimento associativo de bairro que, na década de 1980, ganhou as ruas e conquistou espaços institucionais. Também são importantes os mecanismos centrais de coordenação que no caso do Rio de Janeiro, se expressam na FAMERJ e FAFERJ.

A Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, ou FAFERJ, surgiu ainda na década de 1960, como FAFEG (Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara). Sua fundação relaciona-se diretamente à compreensão das lideranças comunitárias de favelas de que, diante da grande política de remoção anunciada, a unidade na luta seria o único caminho possível de enfrentamento. A FAFEG foi fundada em junho de 1963 no Morro do Catumbi. Com a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro em 1975, passou a chamar-se FAFERJ.[42]

Diferentemente da FAFERJ, a proposta inicial da FAMERJ foi de congregar entidades diversas, de loteamentos, ruas, bairros, favelas e conjuntos habitacionais em uma federação única. A ideia de sua formação surgiu em outubro de 1977, durante a "Primeira Semana de Debates de Associações de Bairros do Rio de Janeiro". Poucos meses depois, em janeiro de

[41] Cf. Doimo, 1995.

[42] Cf. Oakim, 2014.

1978, era registrado o estatuto da Federação das Associações de Moradores e Entidades Afins do Rio de Janeiro, a FAMERJ. [43]

Houve, na época, grande expectativa de que estes movimentos se estruturariam em torno de uma luta antiestado e que, progressivamente, fariam a transformação do estado capitalista. Contudo, ao contrário do esperado, caminharam na direção da ampliação dos direitos de cidadania, e não na mudança estrutural das relações capitalistas.[44]

A opção pelas minorias, adotada pelo brizolismo (assim como os "novos movimentos sociais" da década de 1970), desconsiderou da estruturação de sua atuação o conceito de classe social. Por isso, a opção, nesta tese, pela não utilização do conceito de classe social, mas sim de renda média nas análises que serão apresentadas nos capítulos seguintes.

Posteriormente, na década de 1990, estes movimentos sociais, principalmente aqueles que focavam suas lutas nos direitos dos negros e das mulheres, se estruturariam na forma de ONGs, que iniciaram um processo de profissionalização da militância. [45]

Mas retornemos à interlocução entre o brizolismo e a categoria *povo*.

Há uma semelhança fundamental entre o trabalhismo resgatado pelo brizolismo e o populismo varguista. Oliveira (2003) destaca que o populismo foi uma das especificidades da revolução burguesa no Brasil quando, tendo em vista a necessidade de se encontrar um novo padrão de acumulação, fez-se necessária a adequação das relações de produção. Neste contexto, o populismo tomou como epicentro a fundação de novas formas de relacionamento entre capital e trabalho. Consequentemente, tomou para si, como figura fundamental, o trabalhador urbano, aquele beneficiado pelos novos direitos trabalhistas. Assim como o trabalhismo de Getúlio, o de Brizola também tomou como ator fundamental o trabalhador urbano. Contudo, não mais o trabalhador da indústria, visto o esvaziamento econômico da cidade, mas aquele que atuava de maneira informal.

---

[43] Cf. Oakim, 2014.

Em 1979 cogitou-se uma fusão entre FAMERJ, FAFERJ, movimentos de bairros e Pastoral da Terra. A partir desta fusão seria criada uma entidade com o nome de CUBO, Central Única dos Bairros Operários. A CUBO nunca foi criada.

Na prática, até hoje, a FAFERJ lida com questões das associações de moradores de favelas, enquanto a FAMERJ com as associações de moradores do asfalto.

[44] Cf. Doimo, 1995.

[45] Cf. Fontes, 2010.

A ampliação dos direitos humanos à esta população era uma questão urgente ao final da década de 1970 (em realidade, e infelizmente, ainda é). No caso específico do Rio de Janeiro, havia se assistido a uma política de remoções forçadas de populações de favelas que em meados da década de 1970 havia atingido cerca de 140 mil pessoas ao longo de pouco mais de dez anos de existência. Ademais, na década de 1970, a violência urbana era apontada como o principal problema do estado do Rio. A atuação dos grupos de extermínio havia se ampliado consideravelmente: era comum a veiculação em jornais de fotografias de cadáveres ao lado dos quais eram depositadas mensagens do tipo *esse não rouba mais*, ou simplesmente a marca da caveira e as iniciais do esquadrão da morte.

Um episódio de violência, em especial, foi marcante neste contexto. Em 1979, foi veiculada no Jornal do Brasil uma fotografia de cinco homens negros sendo levados do Morro da Cachoeirinha por um sargento após uma blitz. Estes homens, à semelhança do tratamento legado aos africanos escravizados nos séculos anteriores, estavam amarrados pelo pescoço por uma corda, cuja ponta estava nas mãos do sargento, que os conduzia. Esta fotografia, um verdadeiro retrato da maneira como o Estado Brasileiro trata negros, favelados e pobres foi amplamente veiculada. Em um momento em que a sociedade brasileira discutia, no processo de transição democrática e de concessão da anistia, a violência estatal para com os movimentos de oposição ao regime, esta fotografia contribuiu para a ampliação deste debate para toda a população, tratando de um tipo de violência que, infelizmente, é da ordem do cotidiano.[46]



Figura 9 – Fotografia de Luiz Morier intitulada "Todos Negros", publicada na primeira página do Jornal do Brasil de 30/09/1982. A fotografia venceu o Prêmio Esso de 1983 (Disponível em http://www.abi.org.br/todos-negros).

[46] Cf. Sento-Sé e Soares, 1999.

Tomando como fundamento a teoria do estado ampliado de Gramsci (2000), pode-se observar como as alterações na sociedade civil (como, por exemplo, o embrionário debate sobre direitos humanos na década de 1970 impulsionado pelos novos aparelhos privados de hegemonia estruturados a partir do surgimento dos movimentos sociais urbanos) têm correlações na sociedade política (assim como seu revés). Neste sentido, a opção do brizolismo pode ser compreendida como fruto de uma mudança, no âmbito da sociedade civil, da percepção sobre a violência estatal sobre o cotidiano da população.

Contudo, não foi somente com a pobreza que o brizolismo carioca dialogou. Como será desenvolvido nos próximos capítulos, o diálogo do brizolismo se estendeu a outras camadas da população carioca.

# 2. A CHEGADA DO BRIZOLISMO E AS POLÍTICAS URBANAS DE PATRIMÔNIO CULTURAL (1983-1986)

Leonel Brizola tomou posse como governador do Estado do Rio de Janeiro no dia 15 de março de 1983. Neste mesmo dia, por meio do Decreto 6.625/1983, foi alterada a estrutura administrativa do governo do estado. Dentre as justificativas para tal alteração, o decreto destacava *a necessidade imperiosa de promover maior grau de descentralização na administração superior do estado e o propósito de ajustar a estrutura administrativa às prioridades do governo como desenvolvimento social, trabalho, habitação, cultura, turismo, esportes, desenvolvimento da região metropolitana, minas e energias, meio ambiente, incentivo à produção, segurança pública e direitos humanos*.[47]

A opção pelos trabalhadores pobres urbanos se manifestou na estrutura administrativa após a vitória de Leonel Brizola em 1982. Para uma reflexão acerca da incorporação do debate público na estrutura administrativa, cabe trazer a reflexão de Poulantzas (1981) sobre o estado como relação social.

Nicos Poulantzas, em consonância com o pensamento gramsciano, desenvolve uma reflexão que compreende o Estado como uma relação social e, portanto, atravessado pelas mesmas contradições que atravessam a sociedade civil. Esta visão é diretamente contrária às teorias liberais que compreendem o estado como *coisa* ou instrumento passivo, ou ainda, que compreendem o estado como *sujeito*.

Soma-se a esta reflexão a análise de Pierre Bourdieu (2014) sobre o estado como um campo administrativo, ou seja, como um setor particular do campo do poder, um espaço estruturado segundo posições ligadas a formas de capital específicas. Assim como Poulantzas, Bourdieu, em sua teoria, propôs a substituição da concepção que enxerga oposição entre estado e sociedade civil por um *continuum* entre estes dois pontos, uma distribuição contínua (e que é objeto de lutas permanentes) do acesso aos recursos coletivos, materiais ou simbólicos, associados ao estado.

Mas retornemos ao pensamento de Poulantzas. Para o autor, o Estado, no caso capitalista, não deve ser considerado uma entidade intrínseca, mas uma relação social. Mais exatamente, como a "condensação material de uma relação de forças entre as classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado".[48] Neste sentido, a partir do momento que se toma o estado como relação social, sua materialidade – ou

[47] Decreto 6.625 de 15/03/1983 publicado no DOERJ, 15/03/1983.

[48] Poulantzas, 1981, p. 147.

seja, sua estrutura administrativa, funcionários e legislação, dentre outros instrumentos – tem relação direta com a correlação de forças na sociedade civil.

Vejamos como isso se deu em 1983.

A composição do secretariado de Brizola, um dos poucos governos de oposição eleitos em 1982, já era objeto de especulação desde o início do ano. Supunha-se que o secretariado seria composto por cerca doze nomes. A justificativa vinha do próprio Brizola, que afirmava se basear no estilo de administração norte-americana de aglutinar secretarias de estado em coordenadorias.[49]

Ainda que divulgasse a constituição de uma estrutura compacta, a realidade administrativa implantada no Rio de Janeiro contou com vinte e uma secretarias de estado, sete novas. Da estrutura anterior, foram mantidos os seguintes órgãos:

- Secretaria de Estado de Governo;
- Chefia do Gabinete Militar;
- Secretaria de Administração;
- Secretaria de Fazenda;
- Secretaria de Estado de Planejamento e Controle e
- Secretaria de Transportes.

Da estrutura herdada de Chagas Freitas, foram alteradas as seguintes secretarias: [50]

- Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário, que deixou de ser de Secretaria de Agricultura e Abastecimento;
- Secretaria de Educação, agora como uma secretaria individual (anteriormente era Secretaria de Educação e Cultura);
- Secretaria de Indústria, Comércio e Tecnologia, da qual foi retirada a pasta do Turismo para dar lugar à pasta Tecnologia;
- Secretaria de Justiça e Interior, que passou a incorporar a pasta Interior;

[49] Veja, 09/03/1983.

[50] Chagas Freitas tinha a estrutura administrativa do estado do Rio de Janeiro dividida em governadoria e secretarias de estado. Na governadoria encontravam-se a Secretaria de Estado de Governo, a Chefia do Gabinete Militar e a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. As Secretarias de Estado eram dez: Secretaria de Administração; Secretaria de Agricultura e Abastecimento; Secretaria de Educação e Cultura; Secretaria de Fazenda; Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Justiça; Secretaria de Saúde; Secretaria de Transportes; Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

- Secretaria de Saúde e Higiene, com a inovação da incorporação do conceito de higiene;
- Secretaria de Obras e Meio Ambiente, abandonando o conceito anterior de serviços públicos, e
- Por fim, a extinção da Secretaria de Segurança Pública.

Ademais, Brizola criou cargos de secretários extraordinários para as seguintes pastas:

- Secretaria Extraordinária de Ciência e Cultura;
- Secretaria Extraordinária do Trabalho e da Habitação;
- Secretaria Extraordinária de Promoção Social;
- Secretaria Extraordinária de Polícia Judiciária;
- Secretaria Extraordinária de Direitos Civis;
- Secretaria Extraordinária da Polícia Militar
- Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento da Região Metropolitana;
- Secretaria Extraordinária de Turismo e Esporte;
- Secretaria Extraordinária de Minas e Energia e
- Secretaria Extraordinária "Rio - Ano 2000".

Na nova estrutura administrativa, é possível observar a centralidade do atendimento às demandas dos trabalhadores pobres urbanos, os mesmos que seriam tomadas como interlocutores fundamentais do brizolismo.

O programa educacional foi contemplado com a individualização da Secretaria de Educação, que anteriormente era vinculada à pasta Cultura, de modo a priorizar aquele que era um ponto fundamental do brizolismo. Ademais, a pasta era reforçada por mais um órgão, a Secretaria Extraordinária de Ciência e Cultura, responsável pela elaboração de um inovador projeto educacional.

Já a política habitacional de Brizola estava sob a responsabilidade da recém-criada Secretaria Extraordinária do Trabalho e da Habitação, responsável pelo projeto de regularização fundiária e urbanização de favelas. Igualmente, a pasta era reforçada pela atuação da Secretaria de Saúde e Higiene, que com a incorporação do conceito de higiene, reforçava as intervenções de saneamento em favelas.

Sob o eixo segurança pública, a inovadora opção pela extinção da Secretaria de Segurança Pública e pela criação da Secretaria Extraordinária de Polícia Judiciária, Secretaria Extraordinária de Direitos Civis e da Secretaria Extraordinária da Polícia Militar.

Por fim, cabe destacar a criação da Secretaria Extraordinária de Promoção Social, com atuação focada nos menores carentes, migrantes e população em situação de rua.

Já as políticas de regulação urbana eram atribuição de três secretarias na nova estrutura administrativa do estado.

A nova Secretaria de Obras e Meio Ambiente, não mais Secretaria de Serviços Públicos, incorporava, além da execução de obras no espaço urbano, o nascente discurso ecológico, que ganharia força na década de 1980 com a emergência de movimentos ambientais.

A Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento da Região Metropolitana, que mostrava o reconhecimento de algo que era apontado no PUB-Rio (mas também por diferentes estudos técnicos há algumas décadas): a necessidade de se integrar o planejamento urbano da cidade do Rio de Janeiro com sua área metropolitana.

Por fim, a pasta de nome curioso, a Secretaria Extraordinária "Rio - Ano 2000" que tinha como meta a implementação de um projeto de revitalização da região central da cidade do Rio de Janeiro. Sua existência enquanto secretaria extraordinária foi muito breve, não chegando sequer a ter o chefe da pasta nomeado. Contudo, a proposta de revitalização da região central não foi abandonada e seria retomada em 1984, na forma do Projeto Rio Ano 2000. Este assunto será tratado com mais à frente, neste mesmo capítulo.[51]

Antes de analisar a escolha daqueles que ficariam à frente destas pastas que, como já visto, eram estruturantes do projeto político do brizolismo, retomarei uma reflexão trazida por Bourdieu (2014) sobre os *agentes de estado* (aqui representados na figura dos secretários), aqueles investidos, após nomeação, de funções chamadas oficiais, ou seja, que integram o local de circulação da palavra oficial, do regulamento, da regra, da ordem e do mandado.

Em sua reflexão acerca do *oficial*, ou seja, sobre o espaço de atuação dos agentes de estado, Bourdieu atenta para uma de suas instâncias: a comissão. Aqui, neste texto, a reflexão deste autor acerca da comissão será estendida às secretarias, muito semelhantes em sua dinâmica às primeiras.

As comissões públicas, segundo o autor, são operações que consistem na encenação de um "conjunto de pessoas destinadas a desempenhar uma espécie de drama público, o drama da

[51] Em verdade, o próprio Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro para 1984-1987 afirmava a importância do desenvolvimento urbano e da preservação ambiental (Lei 705/1983).

reflexão sobre os problemas públicos".[52] Neste sentido, a comissão é uma invenção organizacional do estado que tem como objetivo produzir uma visão oficial que se impõe como visão legítima.

A criação de uma comissão parte do reconhecimento de algo como um problema público a ser tratado publicamente e oficialmente. Neste sentido, a criação de comissões é parte de um processo de construção social dos problemas públicos.

Bourdieu destaca que a primeira medida após a criação de uma comissão é a designação, ou seja, a nomeação daqueles que a comporão. Em sua criação, a comissão precisa aparecer como uma comissão de "sábios", acima das contingências, dos interesses pessoais e dos conflitos. Para conseguir esse efeito, o estado deve teatralizar o oficial e universal, dar o espetáculo do respeito público pelas verdades públicas, pelas verdades oficiais.

A escolha dos secretários que assumiriam as pastas fundamentais no projeto político de Brizola – assim como a seleção daqueles que concorreriam aos cargos do legislativo pela legenda do PDT – foi peculiar para a época e levou em conta a necessidade da oficialidade destacada anteriormente. Assumiram as secretarias personagens que tinham correspondência com aquelas lutas, ou seja, que, demonstrassem à população a importância da pasta àquele governo, dando legitimidade a futuros projetos.

Assumiu a chefia da Secretaria Extraordinária de Polícia Judiciária e Secretaria Extraordinária de Direitos Civis o delegado de polícia Arnaldo de Poli Campana. Oficial de carreira da Polícia Civil, Arnaldo até então não havia ocupado cargos de confiança. Na Secretaria Extraordinária da Polícia Militar, uma opção semelhante: o Coronel Carlos Magno Nazareth de Cerqueira, oficial de carreira da polícia militar, conhecido e respeitado na corporação. Ademais, Cerqueira era negro.

A opção por dois oficiais de carreira das polícias estaduais foi polêmica e enfrentou resistências. Ainda que não obrigatório, tradicionalmente, o cargo de chefia da segurança pública era ocupado por um coronel do Exército. As disputas pelo controle da segurança pública do Rio de Janeiro ficaram evidentes em momentos de crise, como os saques a supermercados ocorridos em 1983.

[52] Bourdieu, 2014, p. 56.

Para a Secretaria de Estado de Justiça e Interior, nomeou Vivaldo Vieira Barbosa, advogado, um dos coordenadores da sua campanha ao governo do estado. Sua atuação fortaleceu a implementação de uma política de direitos humanos e combate aos grupos de extermínio.

Para a Secretaria Extraordinária de Ciência e Cultura Brizola escolheu o também vice-governador Darcy Ribeiro. Importante antropólogo, Darcy havia sido Ministro da Educação e chefe da Casa Civil durante o governo de João Goulart. A nomeação de Darcy mostrava não somente a importância da pasta educação para Brizola em função da importância do novo secretário, mas reforçava também o *resgate do fio da história* com o trabalhismo.

À Secretaria Extraordinária do Trabalho e da Habitação assumiu o jornalista e advogado Carlos Alberto Oliveira dos Santos. Negro, Caó, que se elegera deputado federal pelo PDT na mesma eleição de 1982, era conhecido militante contra o racismo.[53]

Para a Secretaria Extraordinária de Promoção Social foi escolhida a médica negra Edialeda Salgado do Nascimento. Assim como Darcy, a escolha de Edialeda, que havia integrado o Gabinete Civil de Jango, reforça o elo do novo governo com o trabalhismo.[54]

Contudo, ainda que *próximos* da realidade do "povo", principalmente no âmbito da questão da raça, o secretariado de Brizola mantinha um caráter *elitista*, na medida em que estes mesmos intelectuais que apresentavam as afinidades descritas, possuíam domínio de um saber e de um discurso do qual as massas populares estavam excluídas.

Para a Secretaria de Estado de Governo, nomeou Cibilis da Rocha Viana, doutor em ciências contábeis, com quem havia trabalhado desde o governo do Rio Grande do Sul. Cibilis havia ajudado Brizola a fundar o PDT.

Para a Secretaria de Estado de Fazenda nomeou Cesar Epitácio Maia, economista, responsável pela denúncia do caso Proconsult. Maia também fora um dos coordenadores da campanha de Brizola.

[53] Posteriormente, em 1985, foi o autor da Lei 7.437, que criminaliza o racismo no Brasil, mais conhecida como Lei Caó.

[54] Ademais, para o legislativo o PDT elegeu o Cacique Mario Juruna e o militante do movimento negro Abdias do Nascimento como deputados federais.

Para a nova Secretaria de Obras e Meio Ambiente foi nomeado o engenheiro eletricista Luís Alfredo Salomão.[55] Com experiência profissional em grandes empresas, Salomão iniciou sua carreira política por influência de Rafael de Almeida Magalhães ao filiar-se em 1979 ao MDB. Em dezembro de 1981, filiou-se ao PDT, pelo qual se elegeu deputado estadual em 1982. No âmbito das obras, Salomão comandou o programa *Mãos à obra nas escolas*, que realizou com apoio comunitário, reformas em várias unidades escolares, e o *As águas vão rolar*, que levou água encanada a cerca de 100 favelas. Já no que tange a preservação do meio ambiente natural, Salomão combateu grandes poluidores no estado, como a Companhia Ingá e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).[56]

Por fim, para a Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento da Região Metropolitana, foi nomeado o pedetista José Gouvêa Filho[57] que ficou no cargo até dezembro de 1983, quando foi substituído por Aluísio Gama de Souza.[58] Engenheiro, geógrafo e pedagogo, Gama foi deputado federal pelo MDB, deputado estadual pelo PMDB em 1982 e, em 1989, foi eleito prefeito de Nova Iguaçu pelo PDT. Sua nomeação como Secretário foi parte do acordo de coalizão firmado entre PDT, PMDB e PTB em novembro de 1983, que será tratado mais à frente neste texto.[59]

Sigamos, então, para as políticas urbanas implementadas no período entre 1983 e 1986.

---

[55] DOERJ, 15/03/1983.

[56] Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbete Luís Alfredo Salomão (http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/ dicionarios/verbete-biografico/salomao-luis-alfredo).

[57] DOERJ, 15/03/1983.

[58] DOERJ, 06/12/1983.

[59] Perfil do Conselheiro Aluísio Gama de Souza (http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/aluisio-gama-de-souza).

Ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro foi um dos detidos temporariamente em um desdobramento da Operação Lava Jato denominada *O quinto do ouro* (https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/saiba-quem-sao-os-conselheiros-do-tce-rj-envolvidos-na-operacao-quinto-do-ouro.ghtml).

## A LUTA DOS EMPRESÁRIOS DO CENTRO

A primeira região da cidade que recebeu novos instrumentos de regulação urbana a partir de mobilizações sociais foi o Centro. Até 1986, dois casos (o tombamento do conjunto arquitetônico da Rua da Carioca e a criação do Projeto Corredor Cultural) foram os mais importantes, mas não os únicos.

Seguindo um critério puramente cronológico, começarei pela história da preservação do patrimônio cultural edificado da Rua da Carioca, condenado à demolição por um projeto de abertura de uma avenida que ligaria o Centro à Zona Norte.

As intervenções no entorno da Rua da Carioca remetem à década de 1950, quando foram iniciadas as obras do desmonte do Morro de Santo Antônio. Segundo projeto de 1958 do Departamento de Urbanismo, previa-se, para a urbanização da área liberada com o desmonte do morro, a derrubada de todo o casario do entorno, inclusive o da Rua da Carioca, para a construção de modernos edíficios.

Finalizado o desmonte do Morro de Santo Antônio na primeira metade da década de 1970, era a vez do Largo da Carioca ser objeto de um novo projeto de urbanização, motivado pelas obras de execução do Metrô – ali ficaria a maior das estações da cidade, a estação Carioca.



Figura 10 - O que restou do desmonte do Morro de Santo Antônio (Jornal do Brasil, 07/09/1977).

Segundo reportagem do Jornal do Brasil de 1977, para a execução do projeto de urbanização do entorno do Convento de Santo Antônio dizia-se ser necessária a demolição do lado ímpar da Rua da Carioca. Além de um projeto paisagístico, pretendia-se abrir uma avenida

que ligaria o Centro à Tijuca, como alternativa à congestionada Avenida Presidente Vargas. Além da demolição do lado ímpar da Rua da Carioca, o projeto previa, no lado par, a construção de edifícios de elevado gabarito.

> O arquiteto Sabino Barroso, responsável pelos projetos de reurbanização das áreas de valor paisagístico ocupada pelo Metrô, acha que os prédios da Rua da Carioca têm apenas valor comercial, não merecem ser tombados 'e foram construídos em detrimento do morro onde ficam o convento e a igreja'.
>
> O SPHAN, consultado há três meses pela Prefeitura, informou, também, que não existe mais no Município do Rio de Janeiro qualquer prédio, ou monumento, que a seu ver mereça tombamento. [60]

O anúncio de tal intervenção provocou, nos pequenos comerciantes da Rua da Carioca, uma grande comoção em torno da defesa do comércio tradicional da cidade. Em novembro daquele mesmo ano de 1977, foi fundada a SARCA, Sociedade dos Amigos da Rua da Carioca. Formada por pequenos comerciantes, a Sociedade fez da Rua da Carioca um verdadeiro ponto de festas e manifestações políticas com o intuito de chamar atenção da população para a questão da preservação da rua.

Em dezembro de 1977, correu a cidade um boato de que os edifícios seriam preservados e restaurados.[61] Desmentido o boato, a SARCA iniciou sua estratégia de promoção de eventos culturais na Rua da Carioca de modo a atrair a opinião pública para a luta pela sua preservação.[62]

Segundo entrevista concedida pelo presidente da SARCA ao Jornal do Brasil no dia das comemorações, todos os comerciantes da rua estavam filiados à Sociedade na luta pela preservação e conservação. Destacava, ainda, que o pedido de tombamento já havia sido

---

[60] Jornal do Brasil, 07/09/1977.

[61] Jornal do Brasil, 02/12/1977.

Na ocasião, uma onda de alegria tomou conta do comércio da rua. Os 700 comerciários, ameaçados de desemprego, se mostraram dispostos a colaborar com o Patrimônio Histórico para a restauração dos edifícios, inclusive com reinstalação dos lampiões do século 19, letreiros com caracteres góticos e sacadas com trabalhos em ferro.

[62] No dia 4 de janeiro de 1978, foi comemorado o primeiro "Dia da Rua da Carioca", junto com o 91º aniversário do Bar Luiz.

As comemorações contaram com sessão de autógrafos na Livraria Ponto do Livro, com presença de Ferreira Gullar e Mário Lago. Também houve lançamento de livro da Taça de Ouro. Na Sapataria Silva Lima, Carlos Eduardo Novaes e Barbosa Lima Sobrinho também autografaram livros, enquanto Marcilio Moraes e Odir Ramos autografavam no Bazar Francês. Artur da Távola autografou na Casa Zurita e Antônio Callado na Livraria Acadêmico do Rio-Carioca.

Na Mala Inglesa, estiveram presentes Manoel Caetano Bandeira de Melo e Milton Ramos. Na A Guitarra de Prata, João Nogueira esteve autografando discos junto à presença de Alcione e Sidney Magal. Ao final do dia, Dona Ivone Lara fez uma apresentação da sacada da A Guitarra de Prata. No Cinema Íris foi lançado o filme *Os doces bárbaros* estrelado por Caetano Veloso, Maria Betânia, Gilberto Gil e Gal Costa.

solicitado pelo Vereador Moacir Bastos, da ARENA, e havia recebido parecer favorável da Comissão de Justiça da Câmara dos Vereadores. O Conselho Estadual de Cultura também já havia se manifestado a favor do projeto.[63]




Figura 11 – Celebração do Dia da Rua da Carioca em frente ao Bar Luiz (Jornal do Brasil, 04/01/1978).

Em 24 de janeiro de 1978, um indício de que o tombamento era uma possibilidade: o Cine Íris era tombado provisoriamente pelo INEPAC.

A luta pela preservação dos imóveis prosseguiu. Em 29 de julho de 1978 foi celebrado o *Dia da Permanência da Rua da Carioca*. O evento que pretendia fazer com que a Rua da Carioca *[deixasse] de ser uma rua esquecida, voltando a seu antigo esplendor* contou com seresta, chope, missa, exposição, apresentação de banda, teatro e divulgação de um manifesto de apoio à causa, com assinatura de 15 mil pessoas.[64]

Segundo entrevista com representante da SARCA,[65] já havia sido feito outro pedido de tombamento, vetado pelo prefeito Marcos Tamoyo. Apesar do veto ao tombamento, Tamoyo aprovou uma legislação para a quadras compreendidas entre a Rua da Carioca, Avenida República do Paraguai, Rua Sete de Setembro e Rua Uruguaiana, limitando o gabarito a 8

[63] Jornal do Brasil, 04/01/1978.

[64] Jornal do Brasil, 29/07/1978.

Na sacada da A Guitarra de Prata houve show com participação de Nana Caimy, Leni Andrade e Nelson Sargento. No Cine Íris passaram filmes como *O Roubo das Calcinhas*, *Bandido* e *Fúria do Sexo*. A sessão foi interrompida para que Grande Otelo apresentasse um monólogo de sua autoria, sobre a morte de seu filho. Após a apresentação, foi exibido *Macunaíma*, de Joaquim Pedro de Andrade.

[65] Jornal do Brasil, 29/07/1978.

metros e preservando as fachadas do casario.[66] Cabe lembrar, aqui, que a preservação ambiental e paisagística do Centro era recomendação do PUB-Rio para a AP1.[67]

Contudo, a iniciativa de Tamoyo não afastava o fantasma da abertura da grande avenida que destruiria todo o conjunto arquitetônico da Rua da Carioca e, portanto, os comerciantes não desistiam de lutar pelo tombamento.

Em fevereiro de 1979, pelo segundo ano consecutivo, a SARCA promoveu um grande evento, de modo a chamar a atenção para a Rua da Carioca, ainda ameaçada de demolição.[68]

No ano de 1979, uma notícia alegrava os comerciantes da Rua da Carioca: em uma festa no Bar Luiz, o então prefeito Israel Klabin, anunciava o Projeto Corredor Cultural, de preservação do patrimônio cultural edificado do Centro.[69]

O Corredor cultural começou no início daquele ano de 1979, quando chegava da Holanda o arquiteto e urbanista Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, que defendera uma dissertação de mestrado sobre a sobrevivência de áreas do passado no Centro. Empolgado com a ideia, Armando Mendes, Superintendente de Planejamento de Klabin, convidou Augusto a gerenciar o projeto, que ganhou, por sua sugestão, o nome Corredor Cultural.[70]

Em 1979, como primeira ação do projeto, era criada a Câmara Técnica do Corredor Cultural, com participação de intelectuais, escritores e artistas.[71] O grupo da Câmara Técnica colaborou com os arquitetos e urbanistas da prefeitura, somando à visão técnica dos planejadores uma visão mais voltada para o simbólico. Ademais, foi por meio da Câmara

---

[66] Decreto Municipal 1.707 de 17/08/1978.

[67] O próprio projeto Corredor Cultural, em seu caderno, afirmava que se propunha a desenvolver uma das diretrizes do PUB-Rio, que trata da revitalização do Centro.

[68] Jornal do Brasil, 09/02/1979.

Foi realizada a *Feira do Cordel* e tarde de autógrafos. Havia ainda o *Seis e Meia da Rua*, espetáculo de música popular também apoiado pela Riotur. O espetáculo na varanda da A Guitarra de Prata contou com a apresentação de Cartola, Dona Yvone Lara, Elza Soares, Xangô da Mangueira, Nelson Sargento e Conjunto Sambabacana. Houve ainda, a promoção da pré-estreia do filme *A nossa cidade*, no cinema Íris.

[69] Jornal do Brasil, 05/03/1983.

[70] Jornal do Brasil, 18/05/1985.

[71] Jornal do Brasil, 05/06/1983.

A Câmara Técnica era presidida pela escritora e funcionária municipal Rachel Jardim, e composta por intelectuais como José Rubem Fonseca, Nélida Piñon, Lélia Coelho Frota, Sérgio Cabral, Arthur da Távola e Ítalo Campofiorito.

Técnica que se realizou a aproximação e envolvimento da sociedade carioca com o projeto Corredor Cultural.

> Entre 1979 e 1984, houve um período gestacional da própria identidade do que viria a ser o Corredor Cultural. Buscávamos perceber o papel do ambiente construído, que é uma coisa absolutamente intangível.[72]

Nestes primeiros anos, o projeto focou, principalmente, na elaboração de estudos e pesquisas, que subsidiaram a definição das áreas que seriam preservadas. Ademais, foram desenhados os instrumentos de regulação urbana que poderiam implementar esta preservação.

Em junho de 1980, Júlio Coutinho, Secretário Estadual de Indústria e Comércio de Chagas Freitas, foi nomeado prefeito da cidade em substituição à Klabin, que assumira como presidente do Banerj.[73] Em seu mandato, Coutinho teve dificuldades com políticos chaguistas e chegou a pedir demissão pouco mais de um ano após empossado, mas permaneceu no cargo até 1983.[74]

Pouco mais de um mês após assumir, Coutinho respondia, publicamente, que o projeto Corredor Cultural permaneceria prioritário em seu mandato e não sofreria atrasos. Apesar das modificações no Conselho Consultivo, duas pessoas chave foram mantidas pelo novo prefeito: o arquiteto Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, agora assessor da Secretaria de Planejamento, e Sonia Caula, representante da Secretaria de Obras.[75]

---

[72] Entrevista de Augusto Ivan de Freitas Pinheiro ao Canal MultiRio (http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/993-mapa).

[73] O engenheiro Israel Klabin, poucos meses após assumir a prefeitura, passou a defender publicamente o reexame da lei da fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro para implementação de mudanças na política tributária, maior descentralização de poder e autonomia dos municípios. Por conta deste posicionamento, entrou em atrito com o governo federal e, consequentemente, com Chagas Freitas, que acabou por retirá-lo da prefeitura em maio de 1980 (http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/klabin-israel).

Cabe destacar que, até 1986, os prefeitos de todas as capitais eram nomeados pelos governadores dos respectivos estados.

[74] O mandato de Júlio Coutinho foi marcado por obras de grande vulto como a duplicação da Estrada Grajaú-Jacarepaguá, a duplicação da Avenida Suburbana, a duplicação da Avenida Cesário de Melo (entre Campo Grande e Santa Cruz), a duplicação de trecho da Avenida Sernambetiba, a construção do Viaduto Moura Brasil em Laranjeiras, a construção de um novo terminal de ônibus em frente à estação da Estrada de Ferro Central do Brasil na Avenida Presidente Vargas, a reforma do Autódromo de Jacarepaguá e a ampliação da Marina da Glória. Também inaugurou mais de 50 parques e praças públicas, reformadas escolas, ampliadas unidades de saúde, além da construção do Centro Administrativo São Sebastião e implantação do Centro de Processamento de Dados da Prefeitura do Rio de Janeiro (In: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/julio-alberto-de-morais-coutinho).

[75] Jornal do Brasil, 29/07/1980.

Compunham também o Conselho as escritoras Rachel Jardim e Netida Piñon, os representantes da Funarte Roberto Parreira, Orlando Miranda e Luiz Paulo Sampaio, João Ruy Medeiros do Departamento Estadual de Cultura e Ítalo Campofiorito do INEPAC.

Em julho de 1980, José Rubem Fonseca (presidente da Fundação Rio) assegurava que "os comerciantes do Centro da Cidade poderiam ficar descansados: o projeto do Corredor Cultural, lançado pelo ex-prefeito Israel Klabin para preservar e dinamizar o Centro, e logo encampado pelo comércio local, não sofreria atrasos e seria completamente cumprido".[76] Segundo Fonseca, o atraso devia-se, somente, à mudança na gestão da prefeitura.

Mesmo com as notícias do projeto Corredor Cultural, a SARCA mantinha sua agenda de protestos culturais pelo tombamento do casario da Rua da Carioca.

Em junho de 1980, a SARCA promoveu, como parte de sua campanha pelo tombamento do conjunto arquitetônico, a *3ª Semana da Carioca*. Ainda assim, o objetivo maior continuava a ser a preservação do casario da rua.[77]

Em agosto de 1981, a SARCA realizava a *4ª Semana da Carioca* com apresentação de músicas carnavalescas ao som da banda do maestro Arquimedes, desfile de carros antigos com passageiros vestidos com roupas de época e distribuição de chope de graça no Bar Luiz. Na ocasião, o presidente da SARCA Roberto Cruz, em entrevista, manifestava sua preocupação com a demora no tombamento: "a situação é de intranquilidade e insegurança porque o tombamento dos imóveis da rua ainda não foi conseguido".[78]

---

[76] Jornal do Brasil, 29/07/1980.

[77] Jornal do Brasil, 18/06/1980.

Com exposição de artes plásticas, *Feira de Cordel* na A Mala Inglesa, mostra de artesanato no Mundo das Malas e no Bazar Francês e o já tradicional show musical na sacada da A Guitarra de Prata.

[78] Jornal do Brasil, 26/08/1981.

Houve ainda feira de artesanato, concurso de pinturas, lutas do tipo telecatch, show de música popular na sacada do Cine Íris, desfile de bichos, banda marcial, show com Zé Carioca. Na sacada da A Guitarra de Prata apresentaram-se Grande Otelo e Alcione.




Figura 12 - Desfile do Ford Bigode na 4ª Semana da Carioca (Jornal do Brasil, 26/08/1981).

Nos últimos meses do governo de Coutinho, uma polêmica: a demolição do edifício da Fundição Progresso teria sido autorizada pelo prefeito para dar lugar a um complexo hoteleiro – em janeiro de 1981, o edifício havia sido destinado a ser sede da Fundação Rio, órgão municipal responsável pelo projeto Corredor Cultural.[79] Entidades de representação de moradores do Centro, Santa Teresa e Catumbi, bem como o Sindicato dos Arquitetos do Rio de Janeiro (SARJ) levantaram suas vozes em defesa não somente do edifício, mas também da necessidade de estabelecimento de uma legislação que monitorasse o licenciamento de novas construções na área do Corredor Cultural – entendia-se, então, que o projeto vinha sofrendo um esvaziamento, tanto do ponto de vista de investimentos quanto do estabelecimento de uma legislação.[80]

Em fevereiro de 1983, adiantando-se às mudanças políticas que viriam com a posse de Brizola no mês seguinte, a comunidade do Centro (representada pela Associação de Moradores e Amigos do Centro – AMAC e mais 20 entidades) se mobilizava em conscientizar o novo governador a tornar o Corredor Cultural uma realidade. Ademais, reivindicava-se a manutenção da equipe técnica responsável pelo plano por "ser inteiramente confiável aos olhos da comunidade"; além da inclusão dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo no projeto.[81]

[79] Jornal do Brasil, 14/07/1983.

[80] Jornal do Brasil, 02/03/1983.

A Fundição Progresso funcionou na Lapa até 1975, quando foi desapropriada e serviu de canteiro de obras e alojamento de operários do metrô. Em 1979, tornou-se objeto do Corredor Cultural. (Jornal do Brasil, 18/03/1983).

[81] Jornal do Brasil, 24/02/1983.

Poucos dias depois, nos últimos minutos da gestão Júlio Coutinho, a primeira realização concreta do Corredor Cultural: a inauguração da primeira etapa de revitalização do Largo de São Francisco. A proposta de transformação do Largo em área cultural partiu da Fundação Rio e fechou dois terços do Largo para veículos, acabou com um antigo estacionamento em volta da estátua de José Bonifácio, executou nova pavimentação em pedras portuguesas e granito e instalou bancos de madeira. Inaugurada pelo prefeito Júlio Coutinho, a obra custou 62 milhões de cruzeiros.[82]

Em março de 1983, Leonel Brizola assumia o governo do Estado do Rio de Janeiro. Três meses após a posse, por iniciativa de Darcy Ribeiro, a demanda antiga da SARCA seria finalmente atendida e, em 30 de junho de 1983, os imóveis da Rua da Carioca eram tombados provisoriamente pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, o INEPAC.[83]

O INEPAC, criado em 1975, foi o herdeiro direto das políticas de patrimônio cultural implementadas no Estado da Guanabara, desde as décadas anteriores. E hoje, é responsável pela preservação do patrimônio cultural do Estado do Rio de Janeiro. A criação do INEPAC representou uma mudança na política de preservação que se fazia até então: de um conceito de patrimônio histórico e artístico, ampliava-se a atuação para um conceito de patrimônio cultural. Esta ampliação se materializou da estrutura administrativa do Instituto, estruturada em três divisões:

- Divisão de Folclore, que tinha como atribuição identificar, recolher e divulgar as manifestações folclóricas,
- Divisão de Pesquisa da Manifestação Cultural, que tinha como atribuição identificar, cadastrar e incentivar os múltiplos aspectos de manifestações culturais, e a
- Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, que tratava da preservação dos bens perenes por meio de tombamentos.

---

[82] Jornal do Brasil, 11/03/1983.

O Largo de São Francisco era uma das áreas prioritárias do projeto. As outras eram os Arcos da Lapa, a Cinelândia e o Largo da Carioca.

Para as áreas prioritárias, seriam definidos PAAs e PALs; legislação urbanística, legislação tributárias, propostas de desenho urbano, diretrizes de obras, programação de atividades, estabelecimento de posturas municipais e diretrizes para preservação arquitetônico-ambiental. Estas propostas seriam apresentadas na forma de um PEU (Caderno Corredor Cultural).

[83] O tombamento definitivo sairia em 1985.

Na prática, o INEPAC passou a preservar, desde o fim da década de 1970, bens culturais comunitários, atendendo a pedidos de prefeituras, associações de bairro e instituições culturais comunitárias.

Esta não foi uma escolha exclusiva do INEPAC. A própria descentralização da política de preservação e a valorização de um patrimônio cultural (e não mais histórico e artístico) era orientada pelo SPHAN.[84] Esta mudança teórica casou perfeitamente com a proposta do brizolismo de valorização de uma cultura popular.

Mas, afinal, o que é o instrumento do tombamento? O tombamento é o principal instrumento de preservação do patrimônio cultural edificado; um instrumento de regulação urbana instituído no Brasil ainda na década de 1930 e que estabelece que, uma vez identificada a importância histórico-cultural de dada edificação, sua demolição torna-se proibida e qualquer modificação em sua arquitetura passa a ser monitorada por um ente público. Neste sentido, a conquista do tombamento dos imóveis da Rua da Carioca representava, na prática, a interrupção do processo de demolição para a abertura de uma nova avenida no local.

A medida foi comemorada em reportagem do Jornal do Brasil de 4 de agosto de 1983 com a seguinte manchete: *Rua da Carioca, tombada, faz festa o dia inteiro*.[85] A reportagem informa ainda que naquele dia houve show infantil com Zé Carioca, apresentação de banda de música, distribuição de 5 mil litros de chope de graça e desfile de carros antigos com pessoas trajadas com a moda do século 19. Também foi cortado o *Bolo do Tombamento – 1697-1983*, com 2 metros de comprimento. Ao final da tarde, o governador Leonel Brizola e seu vice Darcy Ribeiro foram recepcionados pela Banda da Polícia Militar e descerraram uma placa de bronze com os dizeres: "Antiga Rua do Egypto e Rua do Piolho". Em seguida, se dirigiram a um coquetel no Bar Luiz.

[84] Para saber mais, ver o estabelecido nos documentos *Compromisso de Brasília* de 1970 e o *Compromisso de Salvador* de 1971.

[85] Jornal do Brasil, 04/08/1983.




Figura 13 – Mario Juruna (deputado federal pelo PDT), Leonel Brizola e Darcy Ribeiro recebem o *Bolo do Tombamento* (Jornal do Brasil, 05/08/1983).

Apesar do clima de alegria, houve confusão na comemoração: "Depois que o governador cortou o bolo e distribuiu os primeiros pedaços, o povo derrubou os alambrados, pôs a PMERJ para correr – todos lambuzados de glacê – e avançou na mesa, que não resistiu e caiu".[86] Com a confusão, muitos comerciantes fecharam suas portas.

A opção pela comemoração do tombamento dos imóveis da Rua da Carioca no espaço da rua, com participação popular, expressa, é claro, a continuidade de uma estratégia de luta estabelecida pela própria SARCA anos antes. No entanto, a participação nas festividades do governador Leonel Brizola, seu vice Darcy Ribeiro e o deputado federal Mario Juruna, todos líderes pedetistas, expressa, por parte do brizolismo, o discurso prático de aproximação com o povo.

Em meio às festividades de comemoração do tombamento da Rua da Carioca, foi pedido ao diretor geral de Departamento de Cultura o tombamento da Casa Cavé. O processo foi aberto em outubro e apenas 12 dias após sua abertura, era publicado o tombamento provisório da tradicional confeitaria.[87]

> Sempre digo que o tombamento é um santo remédio. No princípio dói um pouquinho, mas depois é bom. O pessoal aqui da Rua da Carioca está trabalhando com muito amor para isso. Só de pensar que os netos dos nossos netos vão passar pela mesma rua onde nossos avós passaram me dá uma alegria imensa.[88]

[86] Jornal do Brasil, 05/08/1983.

[87] Processo E-03/031.270/83.

O tombamento provisório foi publicado em 19/10/1983. Já o definitivo em 22/10/1987.

[88] Depoimento de Darcy Ribeiro (Jornal do Brasil, 18/04/1984).

Em abril de 1984, com a presenca da SARCA, do vice-governador Darcy Ribeiro e do diretor do INEPAC Italo Campofiorito, foi inaugurado, no número 35 da Rua da Carioca, o *Escritório de Restauração Solidária*. Coordenado pelo professor Pedro Alcântara, o projeto (que tinha colaboracao da Fundação Roberto Marinho) iria promover trabalhos de restauração junto à comunidade.[89] Trabalhariam catalogando os 58 edifícios da rua quatro arquitetos e oito estudantes de arquitetura.[90]

O tombamento definitivo foi concedido em agosto de 1985. A SARCA promoveu uma grande festa para comemorá-lo. Debaixo de muita chuva, um gigantesco bolo de 9 metros quadrados feito pelos confeiteiros da *Taça de Ouro* foi distribuído à população, assim como sanduíches, pipoca e refrigerantes. Os festejos que duraram uma semana atraíram duas mil pessoas.[91]



Figura 14 – Festejos de 100 anos do nascimento de Villa-Lobos na Rua da Carioca (Jornal do Brasil, 06/03/1987).



Figura 15 – *Monumento de pão* de 7 metros de altura na comemoração do Dia de Santo Antônio no Largo da Carioca (Jornal do Brasil, 14/06/1991).

Mas retornemos à história do Corredor Cultural.

Ao assumir em março de 1983, Brizola nomeou como prefeito da capital do estado o médico pedetista Jamil Haddad.

Jamil Haddad havia iniciado sua carreira político-partidária em 1960 quando filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Foi deputado estadual no estado da Guanabara pela coligação PSB-PTB de 1963 a 1967. Com o bipartidarismo, filiou-se ao MDB, partido pelo qual foi eleito deputado estadual de 1967 a 1969, quando teve seu mandato cassado e seus

[89] Jornal do Brasil, 18/04/1984.

[90] Jornal do Brasil, 24/04/1984.

[91] Jornal do Brasil, 17/08/1985.

direitos políticos suspensos por dez anos. Em 1979, Jamil Haddad participou da fundação do PDT e, em novembro de 1982 foi eleito segundo suplente do senador Roberto Saturnino Braga.[92]

Hadadd assume poucos dias após a posse de Brizola, em 23 de março de 1983. Da estrutura anterior, Jamil mantém as oito pastas existentes na administração Júlio Coutinho e cria uma única pasta, a Secretaria Municipal de Turismo e Esporte.[93]

A estrutura da administração municipal, portanto, fica da seguinte forma:[94]

- Gabinete do Prefeito;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;
- Secretaria Municipal de Fazenda;
- Secretaria Municipal de Administração;
- Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral;
- Secretaria Municipal de Educação e Cultura e
- A recém-criada, Secretaria Municipal de Turismo e Esportes, à qual era subordinada a Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro, a Riotur. A criação de uma pasta específica para o turismo reflete o projeto brizolista de valorização do carnaval carioca, que teve como um de seus maiores feitos a inauguração em 1984 do Sambódromo. Cabe lembrar que uma secretaria de turismo não era inédita na cidade, mas havia existido desde a década de 1930. No entanto, desde 1979, não constava na estrutura da prefeitura.

Nomeou para chefiar as secretarias as seguintes pessoas:[95]

- A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ficou nas mãos do vereador pedetista Roberto Ribeiro de Souza, que permaneceu no cargo até dezembro de 1983.

---

[92] Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbete Jamil Haddad. http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/haddad-jamil.

[93] Lei 426 de 01/07/1983.

[94] Cf. AGCRJ, 2014.

[95] Na Secretaria Municipal de Saúde, foi nomeado o médico Júlio Arantes Sanderson de Queiroz. Na Secretaria Municipal de Fazenda; Yvan Neri. Na Secretaria Municipal de Administração; Luiz Carlos de Souza Moreira.

- A Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral fica sob a responsabilidade do engenheiro Samir Hadadd, irmão de Jamil.
- Nos primeiros meses do governo, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos fica sob a responsabilidade de Samir Hadadd que em setembro, passa às mãos de Sergio Manoel Salles Braz.
- À frente da Secretaria Municipal de Educação e Cultura fica a historiadora Maria Yeda Leite Linhares. Maria Yeda, uma das organizadoras da *Passeata dos Cem Mil* em 1968, fazia parte da equipe de Darcy Ribeiro que concebeu o projeto dos CIEPs. Foi professora do Programa de Pós-graduação em História da UFF. Maria Yeda permanece no cargo até os primeiros meses do mandato de Saturnino, em junho de 1986.[96]
- Por fim, para a pasta do Turismo e Esportes, foi nomeado o administrador de empresas e vereador eleito diversas vezes pelo PDT, Nestor Martins Guimarães da Rocha.

Dentre suas principais realizações como prefeito destacam-se o início da construção do Sambódromo, a reformulação do sistema de merenda escolar, a implantação de um sistema pioneiro de coleta de lixo nas favelas, a realização de estudos visando à implantação do programa de aleitamento materno, a realização de obras de contenção de encostas em 86 morros da cidade e a elaboração de uma proposta orçamentária que destinava maiores recursos para a educação e a saúde.

A mudança de gestão trouxe novo impulso ao Corredor Cultural, assim como havia trazido à luta da SARCA.

Ao assumir a Secretaria Municipal de Obras, o engenheiro Samir Haddad, interessou-se pelo projeto. O maior obstáculo à sua realização, então, era o projeto da grande Avenida Norte-Sul, que ligaria o Aterro do Flamengo ao bairro de São Cristóvão, demolindo boa parte do casario do Centro. Havia ainda outras ameaças, como a possiblidade de demolição da Fundição Progresso e o projeto de construção de um edifício de 35 andares para a Bolsa de Valores na Praça 15. Como solução, em julho de 1983, Haddad revogou a construção da avenida e diminuiu para 25 pavimentos o gabarito na Praça 15. Em paralelo, o INEPAC determinou o

[96] Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbete Maria Yedda Linhares (http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-biografica/maria-yedda-linhares).

tombamento provisório da Fundição Progresso[97]As medidas empolgaram moradores e comerciantes do Centro.[98]

Ainda em julho de 1983, Jamil Haddad assinava, em solenidade no Largo de São Francisco, o decreto que aprovava o Corredor Cultural e preservava 1.238 edifícios.[99] O projeto foi desenvolvido pela Secretaria Municipal de Planejamento e implantado pela Fundação de Artes do Rio de Janeiro e pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.[100] A nova legislação estava expressa no PAA 10.290 que delimitou as áreas de renovação urbana e as áreas de preservação.[101] Também eram previstas no projeto novas vias de circulação de pedestres e alargamento de calçadas, além da construção de um shopping center com teatros e cinemas em frente à estação de metrô Uruguaiana.[102]

A assinatura do decreto foi comemorada por centenas de pessoas em uma festa organizada no Largo de São Francisco que contou com a presença de secretários do município e o vice-governador Darcy Ribeiro. A música ficou por conta da Orquestra Tabajara, que tocou noite adentro.[103]

Em outubro, a RioArte promovia o *2º Seminário do Corredor Cultural: revitalização e preservação do Centro da cidade* na Associação Comercial, com a presença do vice-governador Darcy Ribeiro e do prefeito Jamil Haddad.[104] Dentre as recomendações do Seminário, destacava-se a proposta de suspensão por 90 dias das demolições para que fossem estabelecidas diretrizes de preservação do Centro como um todo.[105]

---

[97] A Fundição Progresso foi tombada provisoriamente em julho de 1983 e definitivamente em 09/11/1987 (Processo E-03/002.018/80).

[98] Jornal do Brasil, 05/06/1983.

[99] O Decreto 4.141 de 14/07/1983 aprovou os PAA 10.290 e o PAL 38.871 e fixou os limites da área abrangida pelo Corredor Cultural.

[100] A Fundação de Artes do Rio de Janeiro foi criada em 13/06/1979 pela Lei nº 104. Em 10/02/1984, por meio do Decreto 4.444, passou a chamar-se Fundação Rio. Em 1989, sua estrutura foi transferida para o Instituto Municipal de Arte e Cultura, a RioArte. Sua atribuição era a promoção e desenvolvimento da cultura na cidade do Rio de Janeiro.

[101] Um PAA é um Projeto Aprovado de Alinhamento, desenho que contém o traçado que separa as áreas públicas das privadas (o alinhamento) e define o traçado de novas ruas em uma determinada área.

[102] Jornal do Brasil, 06/07/1983 e 14/07/1983.

[103] Jornal do Brasil, 15/07/1983.

[104] Jornal do Brasil, 19/11/1983.

[105] Jornal do Brasil, 25/11/1983.

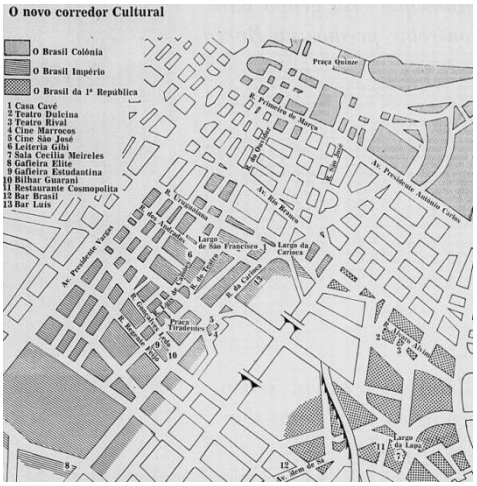



Figura 16 - O mapa do projeto Corredor Cultural (Jornal do Brasil, 14/07/1983).




Figura 17– Centenas de pessoas comemoram o Corredor Cultural no Largo de São Francisco (Jornal do Brasil, 15/07/1983).




Figura 18 – Antes e depois da reforma do edifício das Casas Pernambucanas (Jornal do Brasil, 15/05/1989).


Rio delírio

Mistura de estilos e adornos afetou arquitetura padrão na virada do século

Mauro Nascimento

Símbolo do Corredor Cultural, o edifício da Av. Passos (E) é uma mistura de estilos. Na Rio Branco (D), frateiras e cabeças

Figura 19 – Elemento decorativo da fachada do Edifício da Avenida Passos que se tornou marca do projeto (Jornal do Brasil, 29/10/1987).



Figura 20 – Logomarca do Corredor Cultural (Acervo IRPH).




Figura 21 – Logomarca do DGPC, criada posteriormente, mas inspirada no mesmo elemento arquitetônico (Acervo IRPH).

> Nunca pretendemos fazer um projeto nostálgico. Não tentamos em nenhum momento 'restaurar o Rio Antigo' ou fazer tudo isso só por gostarmos de coisas velhas. Assumimos que o projeto teria que levar em consideração os valores econômicos e os interesses em jogo, para que ele pudesse dar certo.
>
> Tampouco as empresas imobiliárias gritaram. A única resistência que encontramos foi na prefeitura, de alguns engenheiros comprometidos com a ideia de mudança constante da cidade. De resto, tudo o que fizemos foi antes discutido com os principais interessados, a comunidade local, e conseguimos até isenção de IPTU para aqueles que fizessem as reformas segundo critérios que estabelecemos. Muitas vezes preferimos manter algumas das alterações recentes, mesmo que descaracterizassem a arquitetura original, porque, afinal, são estabelecimentos comerciais e algumas superposições acabam se integrando bem ao espírito da atividade.[106]

O sucesso do projeto Corredor Cultural foi indiscutível![107]

O clamor foi tanto que até artistas como Chico Anísio se empolgaram e fizeram sugestões para o projeto como, por exemplo, o retorno do transporte por bondes.[108]

---

[106] Depoimento de Augusto Ivan de Freitas Pinheiro ao Jornal do Brasil, 07/03/1988.

[107] Em 1989, o projeto completaria 10 anos mantendo seu apoio popular.

"Nem tudo o que muda na cidade muda para pior" (Jornal do Brasil, 15/05/1989).

"Ao completar dez anos, o Corredor Cultural, projeto de conservação da arquitetura do Centro do Rio, tornou-se um fato importante não só por ser uma das poucas coisas nesta cidade a durar tanto tempo como também por incorporar o bem tombado ao quotidiano da população" (Editorial do Jornal do Brasil, 11/06/1989).

"[O Corredor Cultural acaba de completar 10 anos], uma das poucas coisas da cidade a durar tanto tempo, e a incorporar o bem tombado ao quotidiano da população" (Jornal do Brasil, 01/10/1989).

[108] Jornal do Brasil, 23/11/1983.

Em agosto de 1983, uma carta do leitor José Eurico de Souza enviada ao Jornal do Brasil expressava a vontade de que o projeto se estendesse a outras áreas da cidade:

> O nosso estado, principalmente a nossa cidade, deveria dar todo o apoio, no sentido de que este trabalho fosse desenvolvido mais amplamente, na área agora adquirida pela população, o Corredor Cultural, e que o trabalho de pesquisa de pessoas como Carlos Roquete e sua associação seja divulgado e apoiado, inclusive por parte da imprensa, mais ainda por parte de nosso governador.[109]

Ao fim de 1983, um avanço no projeto Corredor Cultural: em dezembro daquele ano, o projeto era aprovado em primeira discussão na Câmara dos Vereadores, com emenda que limitava em 11 pavimentos os gabaritos dos prédios anexos ao Theatro Municipal na Cinelândia e à sede da Bolsa de Valores na Praça 15. Em janeiro de 1984 era aprovado, por unanimidade, o projeto Corredor Cultural na forma da Lei nº 506, que criou a Zona Especial do Corredor Cultural, de proteção paisagística e ambiental do Centro da Cidade.

Ainda ao fim de 1983, Jamil Haddad altera as competências da RioArte incluindo além das já existentes "planejar, executar, implementar coordenar, acompanhar e avaliar as atividades de preservação e revitalização do centro histórico da cidade do Rio de Janeiro, de acordo com as deliberações do Grupo Executivo do Corredor Cultural".[110] Assim, o Corredor Cultural, que até então era um projeto, passa a ter uma base formal dentro da estrutura administrativa da prefeitura carioca.

Após a aprovação da regulamentação do Corredor Cultural, seguiu-se ao debate quanto à possiblidade de extensão dos benefícios da lei ao casario antigo da Lapa, da Avenida Marquês de Sapucaí e do bairro da Cruz Vermelha e adjacências.[111]

> Tão importante como manter na paisagem do Centro registros de outras épocas, concordam arquitetos e urbanistas, foi ter dessacralizado e incorporado o bem tombado ao cotidiano da população, numa nova abordagem do planejamento da cidade, que compatibiliza crescimento e preservação de ambientes tradicionais.[112]
>
> O Corredor Cultural funciona para o Rio de Janeiro como um túnel do tempo. Ele é capaz de levar até o mais apressado transeunte para épocas em que o

[109] Jornal do Brasil, 10/08/1983.

Carlos Roquete era presidente da Associação de Moradores do Centro (AMOAC) e entusiasta do projeto Corredor Cultural.

[110] Decreto Municipal 4.344 de 28/11/1983.

[111] Jornal do Brasil, 09/12/1983 e 21/12/1983.

[112] Jornal do Brasil, 18/05/1985.

> Centro era povoado por românticos sobrados, com adornos caprichosos, e um clima bucólico no ar. **Pulmão cultural** da cidade, ele é um descanso para os olhos e um alento para o coração nostálgico.[113]

Estes dois casos mostram histórias interessantes. Tanto o tombamento do casario da Rua da Carioca quanto o projeto Corredor Cultural são demandas anteriores ao brizolismo. Contudo, não se pode deixar de notar que foi exatamente o brizolismo que finalmente atendeu a ambas as demandas de pequenos e médios empresários da região central da cidade. São dois casos importantes que mostram o relacionamento desta corrente política com setores médios, ao mesmo temo em que se aproximava de uma prática de preservação de um patrimônio cultural edificado não monumental.

## ALGUNS CASOS ISOLADOS NO CENTRO E ZONA SUL

Dois outros casos de mobilização social para evitar demolições de edificações se destacam no Centro e zona sul neste período: o caso do Castelinho do Flamengo, o caso dos edifícios da UFRJ e o PEU de Botafogo.

No início da década de 1980, moradores do Flamengo e Catete se mobilizaram em defesa do tombamento do Castelinho do Flamengo.

O imóvel conhecido como Castelinho do Flamengo foi propriedade do Senador Mendonça Martins que, quando de seu falecimento, deixou-o como herança para cinco herdeiros. A formalização do inventário se arrastou por 10 anos e, em 1974, a única herdeira viva foi internada em um hospital psiquiátrico.[114] Em 1975, o imóvel foi desapropriado para implementação do PAA de alargamento da Rua Dois de Dezembro. Vazio, o imóvel tornou-se uma casa de cômodos, passando a abrigar 15 famílias.[115]

Em 1982, uma decisão judicial despejou os últimos ocupantes da edificação, que àquela altura, era conhecida como *Castelinho das Bruxas.*[116] Assim que iniciada a demolição, moradores do bairro fizeram uma passeata de protesto, em defesa da manutenção do imóvel.

---

[113] Jornal do Brasil, 15/02/1990 [grifos meus].

Interessante notar o uso de um recurso discursivo comumente usado para questões de preservação do meio ambiente natural.

[114] Jornal do Brasil, 14/04/1990.

[115] Jornal do Brasil, 07/03/1986.

[116] Jornal do Brasil, 25/03/1988.

Diante da pressão dos moradores, o prefeito Jamil Haddad desistiu da demolição e, em outubro de 1983, assinou o tombamento do Castelinho do Flamengo, cancelando as obras de demolição.[117]

A definição de um uso para o Castelinho do Flamengo ainda demoraria quase uma década. A construção de um Centro Cultural naquele local chegou a ser promessa de campanha de Saturnino Braga em 1985, contudo, a inauguração do Centro Cultural Oduvaldo Viana Filho ocorreu somente em 1992, na gestão Marcello Alencar.[118]

Já a história do tombamento dos edifícios de propriedade da UFRJ começou em 1983 quando, em meio à grave recessão econômica, o Tribunal de Contas da União recomendou àquela Universidade a venda de onze imóveis de sua propriedade, de modo a terminar as obras de sua construção da Cidade Universitária. O anúncio gerou indignação de moradores dos bairros onde se localizavam os imóveis, além da própria comunidade universitária. Em muitos dos casos, desistiu-se da venda após o tombamento do imóvel pelo governo do estado.[119]

O primeiro a ser tombado foi o edifício do IFCS, no Largo de São Francisco. Em abril de 1983, um abaixo-assinado com mais de 550 assinaturas solicitando o tombamento foi

---

[117] Decreto 4.320 de 14/11/1983.

[118] As obras de restauração do Castelinho do Flamengo e de inauguração do Centro Cultural Oduvaldo Viana Filho tiveram alguns percalços.

Em março de 1986, os jornais denunciavam que as obras de reforma do Castelinho estavam paradas e que vigias de uma construtora, atendendo a um favor pessoal da Secretaria Municipal de Obras Públicas, estavam no local para evitar invasões (Jornal do Brasil, 07/03/1986). Cabe destacar que a edificação estava em estado precário de conservação, com o piso desabado e o teto com risco de desabamento. Em junho, noticiava-se que o vigia fora dispensado e que o local voltava a ser ocupado por mendigos (Jornal do Brasil, 03/06/1987).

Em 1987, a prefeitura anunciava mudanças no destino do Castelinho, que não mais seria o Centro Cultural Oduvaldo Viana Filho, mas que se tornaria um centro de memória, o Centro do Patrimônio da Cidade: "Tudo o que o carioca quiser saber sobre o patrimônio cultural do município vai encontrar lá [...] se não for um lugar para você ir bater papo e falar bobagem, não funciona. Fica acadêmico" (Depoimento do Secretário Municipal de Cultura Antônio Pedro, Jornal do Brasil, 05/07/1987). Em 1988, o então Secretário Municipal de Cultura Miguel Proença anunciava que começaria em breve as obras: "Será o centro de irradiação de uma nova mentalidade preservacionista, que desejamos incutir sobretudo nas novas gerações. Um agente polarizador de todos os setores que se interessam em não deixar morrer a memória de nossa cidade" (Jornal do Brasil, 25/03/1988). Além do Centro de Memória, o local abrigaria a sede do DGPC.

Em 1990, outra proposta, de instalação no local da Oficina Literária Afrânio Coutinho (Jornal do Brasil, 14/04/1990).

Pouco antes da inauguração do centro cultural em 1992, cogitava-se a transformação do local em uma videoteca, patrocinada pela Sony (Jornal do Brasil, 04/02/1992).

Por fim, em 1992, foi inaugurado como Centro Cultural Oduvaldo Viana Filho.

[119] Processo E-03/21.273/83 (Observatório Nacional), Processo 07/027.481/83(Observatório Nacional), Processo E-03/31.267/83 (Faculdade de Direito) e Processo E-03/11.357/83 (este último para tombamento do IFCS e da Casa do Estudante).

entregue ao presidente-militar Figueiredo, à Ministra da Educação Ester de Figueiredo Ferraz, ao governador Leonel Brizola e ao prefeito Jamil Haddad.[120] O movimento, liderado pelo sociólogo George Georges, surgiu em oposição ao um projeto de abertura da famosa Avenida Norte-Sul que, se construída, derrubaria parte do edifício. Posteriormente, após a recomendação do TCU, o movimento se fortaleceu.

É interessante notar que, dos três processos de tombamento de edificações pertencentes a UFRJ e que constavam na lista cuja alienação fora autorizada pelo TCU, somente o processo de tombamento do IFCS menciona a questão ao anexar nos autos uma reportagem de 07/04/1983 do Jornal do Brasil sobre o caso, reforçando o que já fora comentado na introdução desta tese: a quase ausência de informações sobre as mobilizações sociais nos processos administrativos de tombamento.

Já o processo de tombamento do Observatório Nacional, em São Cristóvão, foi aberto pelos cientistas do próprio campus, com apoio da Associação dos Moradores da Zona da Leopoldina:

> As associações dos moradores da zona da Leopoldina e demais signatários desta vêm à Vossa Excelência [Pedro Nava, presidente do CMPC] solicitar que o Conselho Municipal de Proteção Cultural da cidade do Rio de Janeiro tome as medidas necessárias para o tombamento do sítio onde se acha localizado o Observatório Nacional".[121]

Também em 1983, o INEPAC recebia um abaixo assinado organizado por estudantes, professores e outros cidadãos cariocas pedindo o tombamento da Faculdade Nacional de Direito. Na ocasião, o INEPAC anexou esta proposta à outra já em curso, de tombamento do IFCS e da Casa do Estudante.

"A expectativa comunitária é das mais justas".[122]

Em abril de 1983, era tombado pelo INEPAC o edifício do IFCS. Já a Casa do Estudante seria tombada no mês seguinte, em maio.[123] Finalmente, o Observatório foi tombado

[120] Jornal do Brasil, 17/04/1983.

[121] Processo 07/027481/83.

[122] Ofício 133/INEPAC/83, no Processo E-03/31.267/83 de 07/10/1983.

[123] O tombamento do IFCS foi em 20/04/1983.

O tombamento da Casa do Estudante foi em 09/05/1983, Processo: E-03/11.357/83.

provisoriamente em outubro de 1983, no mesmo dia em que era tombado o edifício da Faculdade Nacional de Direito.[124]

Mesmo com os tombamentos, em abril de 1984, anunciava-se uma licitação para a venda por 1 bilhão e 300 milhões de cruzeiros dos imóveis fora da Ilha do Fundão, dentre eles o IFCS, a Casa do Estudante e a Maternidade Escola.[125]

Em abril de 1984, diante da possibilidade de venda, moradores de Laranjeiras se organizaram na forma de uma Comissão, também composta por deputados e associações de moradores, para elaborar um documento a ser entregue ao reitor daquela universidade pedindo a manutenção da Maternidade Escola de Laranjeiras. Em paralelo, o grupo tentava também o tombamento da edificação.[126]

Apesar de seu tombamento não ter sido efetivado, a Maternidade não foi vendida e permanece em funcionamento até hoje.

O caso do tombamento dos edifícios da UFRJ é um caso bem peculiar. Aqui, além do atendimento à mobilização das associações de moradores e da comunidade universitária, há uma outra camada: o conflito entre os governos estadual e federal, na figura de Brizola e Figueiredo. O relacionamento entre o governador do Rio de Janeiro e o último presidente militar oscilou ao longo da década de 1980. De uma franca oposição inicial (quando, por exemplo, Figueiredo por meio de um decreto assinado poucos dias antes da posse de Brizola subordinou o controle das polícias militares ao Ministro do Exército), passou-se a uma possível colaboração (quando governos federal e estadual se propuseram trabalhar em conjunto na política habitacional), um rompimento  no início de 1984 (quando do cancelamento da responsabilidade dos governos estaduais na organização da festa mensal da troca da bandeira na Praça dos Três Poderes) para, finalmente, ao fim daquele ano, retornar a uma possível normalidade.

Por fim, o caso de Botafogo.

---

[124] O tombamento definitivo do Observatório Nacional foi publicado em 21/10/1987. Já o da Faculdade de Direito foi publicado em 09/06/1989.

[125] Jornal do Brasil, 08/04/1984.

[126] Jornal do Brasil, 26/04/1984.

O grupo que lutava pela manutenção tinha apoio do Sindicato dos Médicos, Sindicato dos Enfermeiros, Sindicato dos Engenheiros e Sindicato dos Parteiros, do Clube e Engenharia, do Lions e do Rotary Clube e dos deputados Lizt Vieira e Lúcia Arruda do PT e Carlos Fayal, Afonso Celso, Roberto Cerdeira e Murilo Asfora do PDT, além da vereadora Benedita da Silva do PT.

Desde o estabelecimento do regulamento de zoneamento de 1976, o bairro de Botafogo se transformara consideravelmente. Esta legislação autorizou no bairro o licenciamento de diversas atividades prestadoras de serviço, fazendo com que o local se tornasse uma espécie de centro de serviços da zona sul. Tal configuração acentuou aquilo que já era realidade em função da morfologia da cidade: a consolidação do local como um bairro de passagem. É a partir deste cenário que se estrutura a luta dos moradores pelo estabelecimento de novos instrumentos de regulação urbana que o modificassem.

Em julho de 1983, era aprovada na Câmara dos Vereadores a Lei Municipal 434/1983, que estabelecia o PEU de Botafogo e Humaitá, que limitou gabaritos e alterou o zoneamento do bairro.[127]

Mas o PEU de Botafogo não atendeu às demandas dos moradores do bairro. Ao contrário! O PEU desenvolvido pela Iplan-Rio buscou reduzir a pressão imobiliária na zona sul com o esgotamento dos terrenos disponíveis aumentando a densidade do bairro de Botafogo. Em outras palavras, a legislação aprovada em 1983 permitia não somente serviços, mas também um aumento no gabarito das construções.

Mas a Associação de Moradores e Amigos de Botafogo AMAB não desistiu de modificar a legislação do bairro.

Em 1984, a AMAB entregou ao prefeito Marcello Alencar um documento pedindo a cassação da licença para obras do n. 63 da Rua Alfredo Chaves sob alegação de que elas representavam a "desfiguração total dos aspectos arquitetônicos do conjunto de casas da rua". Dizia ainda o documento "trata-se de um desrespeito às decisões tomadas no âmbito do próprio governo e de absoluto pouco caso com as reivindicações de moradores que lutam pela preservação do patrimônio desta cidade".[128]

A resposta municipal veio, ainda naquele ano, na foram da criação da primeira e única Zona de Proteção Cultural e Paisagística da cidade, que impediu a construção do dito edifício de apartamentos.[129]

---

[127] Esta lei regulamentou o Decreto 3.155/1981, que havia alterado o zoneamento estabelecido no Decreto Municipal 322/1976 no Bairro de Botafogo. Foi necessária que esta alteração fosse aprovada na forma de lei por conta de uma alteração anterior no zoneamento, na forma da Lei 323/1982.

[128] Jornal do Brasil, 21/06/1984.

A obra, iniciada alguns meses antes, já havia sido embargada e reiniciada.

[129] Cf. Carlos, 2008.

## O Copacabana Palace Hotel, a Vila Operária do Estácio e o Projeto Rio Ano 2000

Em junho de 1983, três meses após a posse, Brizola propôs ao presidente do PDS Moreira Franco uma coligação, com o objetivo de ampliar sua base de sustentação na Assembleia Legislativa, onde o PDT contava com apenas 24 deputados. A proposta foi muito criticada por membros do partido (afinal, o PDS abrigava os integrantes da antiga ARENA), e acabou não sendo formalizada. Contudo, a necessidade de apoio parlamentar persistia. Alguns meses depois, uma nova proposta de coalizão era apresentada, agora, ao PMDB e ao PTB e aprovada em novembro de 1983.[130]

Esta nova coligação, ainda que não tão polêmica quanto a primeira, também desagradou a muitos. Um deles, fora o prefeito Jamil Haddad, que, constatando que o PDT era uma frente cuja minoria era socialista, decidiu tomar outros rumos políticos, e se desligou da prefeitura em dezembro de 1983, retornando ao PSB. Outro aspecto que estava em jogo nesta coligação era o fato de que a máquina chaguista, sólida no campo político carioca desde a década de 1970, havia engolfado a prefeitura de Jamil, situação que precisava ser revertida pelo PDT.

Com a saída de Jamil, Brizola nomeou prefeito da cidade do Rio de Janeiro o advogado Marcello Alencar, que ficou à frente da prefeitura até dezembro de 1985. A indicação de Marcello foi apoiada por 54 dos 66 deputados estaduais da bancada pedetista. Marcello assumiu o governo prometendo manter-se afinado com o governo do estado, mas mantendo independência.[131]

---

[130] O Documento "Protocolo de entendimento para formação de bloco parlamentar majoritário PDT, PMDB e PTB" foi publicado no DOERJ de 06/12/1983 na forma de um suplemento.

Segundo o documento, os partidos, compreendendo que o entendimento entre as partes era importante para "garantir a convergência de propósitos e a sustentação de posições comuns, em defesa do interesse público", decidiram por formar "um bloco parlamentar em torno do governo do estado do Rio de Janeiro, [que] fortalecerá as atividades da Assembleia Legislativa".

Ingressaram na coalizão os seguintes parlamentares:

1. Da bancada do PDT: o Deputado Augusto Ariston, o Secretário de Governo Cibilis Viana, o Secretário de Justiça e Interior Vivaldo Vieira Barbosa, o Presidente da ALERJ Paulo Ribeiro, o líder da bancada do PDT José Gomes Talarico;
2. Da bancada do PMDB: o líder da bancada Deputado Cláudio Moacir, o Deputado Aluísio Gama e o Deputado Amadeu Chacar; e
3. Da bancada do PTB: o líder da bancada Deputado Francisco Horta, o Deputado Fernando Leandro e o Deputado Cidinho Santana.

[131] Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbete Marcello Nunes de Alencar (http://www.fgv.br/cpdoc/ acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcelo-nunes-de-alencar).

O advogado Marcello Alencar fora filiado ao MDB e havia atuado como intermediário entre estudantes e militares durante as manifestações contra o regime civil-militar de 1967 e 1968. Posteriormente, em 1969, fora cassado e passou a atuar na área jornalística. Com a anistia, filiou-se ao PDT. Em março de 1983, Marcello assumira a presidência do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), com uma política de fortalecimento da instituição.

Na estrutura administrativa anterior, Marcello Alencar fez duas únicas mudanças: a primeira foi a criação da Secretaria Municipal de Governo em substituição à Secretaria de Planejamento e Coordenação logo que assumiu o cargo;[132] a segunda foi a criação da Procuradoria Geral do Municipal, ao fim de seu mandato.[133]

A criação de uma Secretaria de Governo mostra a necessidade de uma maior integração nas relações entre o poder executivo, legislativo e outros órgãos envolvidos na ação governamental. Cabe lembrar que Jamil foi substituído logo após uma negociação por maior apoio ao brizolismo no legislativo.

Mesmo assumindo a prefeitura em meio ao mandato, Marcello Alencar promoveu mudanças em seu secretariado.[134]

Para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, trouxe do governo do estado, da Secretaria Extraordinária de Promoção Social, a médica negra Edialeda Salgado do Nascimento que, em fevereiro de 1984, seria substituída por Dilsa Muniz Terra que, por sua vez, seria substituída em janeiro de 1985 por Pedro Porfírio Sampaio, um dos responsáveis pela construção do brizolismo no Rio de Janeiro.[135]

Como Secretário de Governo, nomeia Emir Mamoud Amed, geógrafo e opositor da ditadura, por duas vezes eleito vereador pelo PDT, de 1983 a 1992. Amed fica no cargo até março de 1984, quando é substituído pelo engenheiro brizolista Arnaldo de Assis Mourthé.

---

[132] Decreto 4.377 de 09/12/1983.

[133] Lei 788 de 12/12/1985.

[134] Para a Secretaria Municipal de Saúde nomeou o médico Hugo Coelho Barbosa Tomassini. Para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos; Sergio Manoel Salles Braz que fica até agosto de 1984, quando assume Luiz Carlos Francisco dos Santos; substituído, por sua vez, por Luiz Edmundo Horta Barbosa Costa e Leite, que permanece secretário no governo Saturnino. Para a Secretaria Municipal de Administração mantém Luiz Carlos de Souza Moreira. Para a Secretaria Municipal de Fazenda; Kleber Antônio Fonseca Borba.

[135] Pedro Porfírio, vinculado ao PDT, colaborou diretamente com a construção do brizolismo no Rio de Janeiro. Foi vereador desde 1993 a 2008. Foi Secretário Municipal de Desenvolvimento Social em 1985 e de 1989 a 1992, nos governos Saturnino Braga e Marcello Alencar. Posteriormente, foi vereador entre 1993 a 2008.

Na Secretaria Municipal de Educação e Cultura mantém a historiadora Maria Yeda Leite Linhares.

Na recém-criada, Secretaria Municipal de Turismo e Esportes, Nestor Martins Guimarães da Rocha fica no cargo até maio de 1984 (logo após a inauguração do sambódromo), quando é substituído por Trajano Ricardo Monteiro Ribeiro, advogado, militante brizolista que acompanhou Brizola na Europa antes da anistia.[136]

A nomeação de Marcello Alencar como prefeito não representou uma ruptura nos rumos da gestão do espaço urbano da cidade, como podemos observar no caso do tombamento do Copacabana Palace.

A polêmica em torno do Copacabana Palace, iniciou-se um pouco antes, ainda no mandato de Jamil Haddad. Este caso é particularmente interessante, pois foi um dos poucos que identifiquei em que as manifestações eram contra uma medida tomada pelo órgão executivo de patrimônio cultural, ou seja, em lugar de surgir como conciliador de um conflito, o INEPAC era um dos envolvidos no conflito.

No início da década de 1980, a Família Guinle, proprietária do hotel, enfrentava dificuldades financeiras e, vislumbrava como uma possível solução a ampliação do Copacabana Palace Hotel. Argumentava-se, à época, que de dimensões e instalações antiquadas, o hotel não tinha viabilidade econômica e, portanto, seria necessária uma ampla intervenção arquitetônica, já projetada pelo arquiteto Edson Musa. O projeto polêmico propunha a construção, no local onde encontra-se o edifício conhecido como anexo, de dois novos edifícios de 18 andares cada.[137]

[136] Posteriormente, Trajano Ribeiro Monteiro tornar-se-ia biógrafo de Brizola.

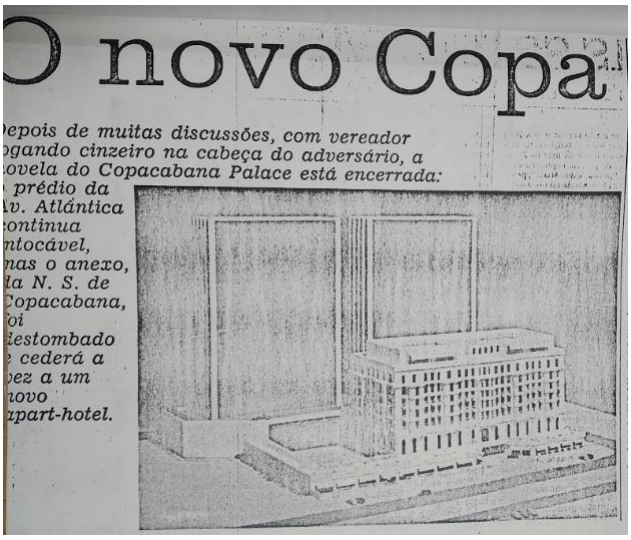
[137] Esta não fora a primeira vez que a Família Guinle tentou alterar a arquitetura da edificação. Em 1976, contrataram o arquiteto Theor Loher para elaborar um estudo para melhor aproveitar o terreno. Na ocasião, o presidente militar Ernesto Geisel chegou a enviar ao governador Chagas Freitas um telegrama, solicitando a preservação do hotel. O projeto chegou a conseguir licença de obras, válida entre 1978 e 1980.

Quatro anos depois, em 1980, contratou-se o arquiteto Paulo Casé para elaborar projeto de reforma.


O NOVO COPACABANA PALACE

JORNAL DO BRASIL - 05.10.80

Figura 22 - A volumetria do projeto de inicial de Paulo Casé (Jornal do Brasil, 05/10/1980 – reportagem anexa ao Processo E-03/16.560/83).


O novo Copa

...epois de muitas discussões, com vereador ...gando cinzeiro na cabeça do adversário, a ...ovela do Copacabana Palace está encerrada: ... prédio da ...v. Atlântica ...ontinua ...ntocável, ...nas o anexo, ...la N. S. de ...Copacabana, ...oi ...destombado ...e cederá a ...ez a um ...novo ...apart-hotel.

Figura 23 – A volumetria do segundo projeto de Edson Musa com demolição de somente o edifício anexo (reportagem anexa ao processo 07/031.451/1985).

Em outubro de 1980, o Conselho Estadual de Cultura encaminhava ao prefeito Júlio Coutinho pedido de tombamento do imóvel, de modo a impedir sua alteração.[138]

Em junho de 1981, a prefeitura também era consultada quanto à possibilidade de execução do projeto. Em paralelo, dois projetos de lei – um de autoria do vereador Clemir Ramos e outro do vereador Antônio Carlos, ambos do PMDB – propunham o tombamento do edifício.[139] Na justificativa do projeto, a Câmara anunciava que, diante da inação da prefeitura,

[138] Processo 047/031.451/1985.

[139] Projetos de Lei 647/80 e 658/80, respectivamente.

tomava para si a iniciativa de defesa do inestimável patrimônio social, artístico e cultural representado pelo internacional famoso e respeitado estabelecimento hoteleiro".[140]

Em 1983, uma grande mobilização foi organizada para evitar que o hotel fosse alterado.

Em junho de 1983, o INEPAC abriu o processo de tombamento e tombou provisoriamente, 20 dias após sua abertura, o hotel, sem incluir o anexo.[141] A motivação para sua abertura foi a "ação popular em curso, através da qual se [pretendia] proteger o imóvel, além de indicações inequívocas do amplo interesse popular na sua preservação definitiva".[142]

> O Copacabana Palace Hotel é o imóvel civil de maior valor histórico do bairro de Copacabana. [...] Mais do que um hotel, o Copacabana é um monumento, tão caro à cidade, que um manifesto com centenas de assinaturas pede sua preservação.[143]
>
> O governo Brizola recebeu o processo 06/300.981/1982 engavetado no gabinete do governador Chagas Freitas desde 06/12/1982. A partir daí, quando o governo Brizola inicia sua administração, é que ocorreu o primeiro tombamento através do INEPAC em 30/06/1983. O governo Brizola tem, assim, o mérito de ter tombado o Copacabana Palace Hotel depois de que outras administrações hesitaram por dez anos, desde 1973, quando tramitou o primeiro projeto para o local, que previa a demolição do Copacabana Palace Hotel.[144]

Mas esta não foi a única ação de preservação da edificação.

Em 1983, o vereador Hélio Fernandes Filho, do PTB, apresentou projeto de lei de tombamento do hotel e anexo, vetado pelo ainda prefeito Jamil Haddad em função da inconstitucionalidade da lei. Em outubro de 1983, o projeto de lei retornou à Câmara dos Vereadores e, por 26 votos contra 1, foi aprovado.[145]

A derrubada do veto (com apoio de vereadores do PDT) desagradou a Brizola que ironizou em telefonema: "quer dizer que o nosso novo líder da bancada é o vereador Hélio

---

[140] Projeto de Lei 647/80, processo 07/031.451/1985.

[141] Processo E-03/16.560/83 de 09-06-1983

O tombamento provisório data de 30/06/1983. O definitivo de 19/03/1986.

[142] Ofício n. 40/INEPAC/83 de 07/06/1983, Processo E-03/16.560/83.

[143] Parecer do conselheiro Roberto Marinho de Azevedo Neto, Processo E-03/16.560/83.

[144] Parecer de um conselheiro, processo 07/031.451/1985.

[145] Jornal do Brasil, 11/10/1983 e 12/10/1983.

Lei 444 de 17/10/1983, que declarou de interesse cultural e histórico para efeito de tombamento os imóveis do Copacabana Palace Hotel e do Teatro Copacabana.

Apenas o vereador Carlos Imperial, ex-líder do PDT, apoiou o veto do Prefeito Jamil Haddad.

Fernandes Filho?" Já Jamil, fora mais democrático: "eles são independentes para decidir. Não tenho mais nada a fazer. Acredito que na Justiça os interessados ganharão a causa tranquilamente".[146]

Mas, o tombamento do Copacabana Palace pelos vereadores não fez com que a Família Guinle desistisse do projeto de Edson Musa. Inicialmente, a proprietária, Dona Mariazinha Guinle, insatisfeita com a medida à qual considerou "um presente de grego", chegou realmente a contratar advogado para recorrer da decisão. "O prédio não tem valor histórico. Eles demoliram o Palácio Monroe, e o Copacabana Palace é apenas um prédio simpático e agradável. Não estou nem acreditando".[147] Contudo, apesar do movimento inicial, logo desistiu da ação judicial contra a medida.

Em outubro de 1985, o Copacabana Palace tenta outra estratégia para viabilizar a construção do novo anexo: apresenta à Câmara dos Vereadores uma proposta de tombamento voluntário, que incluía o edifício principal, a pérgula e a piscina, excluindo o restante das edificações. Esta opção tinha defensores de peso no INEPAC, como o próprio Ítalo Campofiorito, presidente do Conselho Estadual de Tombamento (CET).

E foi exatamente esta proposta de tombamento voluntário que motivou a mobilização das associações de moradores em defesa do hotel.

Logo após o anúncio da proposta de tombamento voluntário, o vereador Carlos Imperial era acusado de tentar usar seu mandato para resolver questões pessoais, enquanto empresário da indústria cultural. Em reportagem, o Jornal do Brasil afirmava que o vereador, que tinha um contrato de locação do Teatro do Copacabana Palace em vias de vencer, tentava usar de pressão política para conseguir sua prorrogação. O vereador, que havia rompido com o brizolismo e agora era candidato a prefeito pelo PTN, atacava em seu programa de propaganda gratuita do TRE o projeto de tombamento voluntário enfatizando a possiblidade de perda de um teatro da cidade. O ataque do ex-líder da bancada brizolista era respondido pelo próprio prefeito Marcello Alencar, que afirmava que a legislação em vigor (que havia formalizado o tombamento voluntário do hotel) determinava que, caso demolido o anexo, um novo teatro deveria ser construído.[148]

---

[146] Jornal do Brasil, 12/10/1983.

[147] Jornal do Brasil, 01/07/1983

[148] Jornal do Brasil, 06/10/1985.

Em dezembro de 1985, a proposta de tombamento voluntário, que excluía da área de preservação o trecho onde seriam erguidos os novos edifícios era aprovada na Câmara e sancionada por Marcello Alencar.[149]

Indignados com a medida, 50 manifestantes com cartazes se reuniram em frente ao hotel, em ato de protesto contra o que entenderam como destombamento parcial do Copacabana Palace, e não como um tombamento voluntário. Ao longo do dia 12 de janeiro de 1986, as associações de moradores que organizaram o protesto reuniram 10 mil assinaturas para enviar a Brizola. A mobilização contou com apoio da OAB, do Sindicato dos Engenheiros, do IAB e do Clube de Engenharia.[150]



Figura 24 - Banhistas apoiando abaixo-assinado contra o destombamento parcial do Copacabana Palace (Jornal do Brasil, 12/01/1986).

Em janeiro de 1986, a FAMERJ encaminhava à prefeitura um pedido de reavaliação do destombamento parcial do Copacabana Palace.

> Não é de hoje que se tenta demolir o Copacabana Palace Hotel e que cidadãos e entidades civil com os olhos de futuro e respeito pelo passado lutam para que isso não ocorra. Para as associações de moradores do Leme e Copacabana, surgidas a partir de 1980, a preservação do Copacabana Palace, independente de ameaças de futuras construções, sempre foi uma bandeira de luta. Foi um sem número de reuniões, contatos, abaixo-assinados, panfletagens, manifestações e até ação popular procurando preservar a memória e a qualidade de vida do bairro.
>
> [...]
>
> É a descaracterização do bairro. É a alteração da paisagem da praia. As associações de moradores vêm lutando para preservar a orla marítima, os calçadões e as áreas de Copacabana, frequentemente ameaçados por projetos

[149] Lei 793 de 12/12/1985.

[150] Jornal do Brasil, 12/01/1986.

> que ali vêm a solução para o estacionamento e local ideal para o surgimento de mais bares, restaurantes. As áreas da praia e as calçadas da Atlântica são inegociáveis. São propriedades de toda população que ali encontra lazer gratuito.[151]

Em paralelo, ainda em janeiro de 1986, as associações de moradores de Copacabana e a FAMERJ tentavam outra estratégia para evitar a construção dos dois edifícios anexos ao Copacabana Palace: elaboraram correspondência a ser entregue ao Ministro do Desenvolvimento Urbano Flávio Peixoto pedindo o reconhecimento do bairro como zona especial de turismo. Segundo o presidente da Associação de Moradores da Praça Cardeal Arcoverde (AMAVERDE) José Falcão, o objetivo era evitar a construção de novos espigões no bairro.[152] O pedido de envolvimento do governo federal surtiu efeito e, em agosto de 1986, o Copacabana Palace Hotel era tombado pelo SPHAN.[153]

Ainda que o projeto nunca tenha sido construído, a polêmica acabou somente em 1989, quando o norte-americano James Sherwood, proprietário da empresa inglesa Orient Express, que administrava outros hotéis pelo mundo com características semelhantes, comprou o Copacabana Palace Hotel.[154]

## O PATRIMÔNIO DOS OPERÁRIOS FABRIS

As políticas de preservação do patrimônio cultural também foram utilizadas para atender a demandas de trabalhadores pobres urbanos. Esta aplicação do instrumento do tombamento é particularmente interessante, pois evidencia a aproximação da atuação destes órgãos com o interlocutor principal do brizolismo, o *povo*. Vejamos alguns casos.

Em 1982, o INEPAC foi procurado por representantes da Associação de Moradores e Amigos das Ruas de Bangu (AMARBANGU) que solicitavam o tombamento de dois exemplares de casas da Vila Operária da Fábrica Progresso Industrial do Brasil. Apesar dos estudos do DPHA, o tombamento não prosseguiu e as casas continuaram a ser demolidas.

Em 1983, já na gestão Brizola, o INEPAC abre o processo de tombamento do Cassino e da Igreja de São Sebastião e Santa Cecília, entendidos como "testemunhos do maior valor

[151] Carta da FAMERJ, processo 07/031.451/1985.

[152] Jornal do Brasil, 12/01/1986.

[153] Processo 1.186, SPHAN.

[154] Jornal do Brasil, 10/09/1989.

para a história do desenvolvimento industrial fluminense e da formação da classe operária brasileira".[155] Os dois edifícios foram tombados em outubro de 1983.[156]

O tombamento de arquiteturas ligadas à memória da atividade industrial era uma demanda anterior a 1983. Contudo, a sua implementação, após a posse de Brizola, mostra uma aproximação das políticas de preservação do patrimônio cultural com aquele que era o interlocutor principal do brizolismo, o trabalhador pobre urbano. O caso da Fábrica Bangu ainda não reconhece como patrimônio cultural as casas dos trabalhadores, mas sim edifícios dos patrões destes mesmos trabalhadores. Contudo, a necessidade de reconhecimento da participação desta população na formação da cidade do Rio de Janeiro fica evidente da fala do Conselheiro Marcelo Ipanema no processo de tombamento destes imóveis:

> Pena é que, as casas da vila operária da fábrica, indicadas para serem preservadas, tivessem sido demolidas antes da lavratura do ato protetor. Entendo, não de hoje, ser urgente a preservação de bens das classes sociais de menor poder aquisitivo, como as referidas. [...] A oportunidade abre pertinência para agora, por escrito, relembrar o que tenho defendido nas sessões, deste e do anterior Conselho – a necessidade urgente de serem preservadas as construções típicas das estações das redes ferroviárias e de bondes, designados de subúrbios, tanto neste como em outros municípios do estado. Preservá-las agora é salvá-las da demolição, retirá-las das garras da especulação. **Insisto que devemos estender a preservação a monumentos de segmento mais modestos** e insisto, igualmente, que o poder público estadual tombe, imediatamente, as casas da Vila Operária da Fábrica de Bangu que ainda existirem.[157]

Outro caso interessante ocorreu em meados de 1984, quando uma demolição polêmica uniu os moradores do Catete em torno da preservação da Vila Palácio, uma modesta vila de casas vizinha ao Palácio da República. Tudo começou quando a Construtora Gomes de Almeida Fernandes iniciou a demolição das casas antes da saída de todos os moradores. A tensão ficou mais acentuada após a demolição da Casa 3 e despejo das irmãs Rosa e Malvina Karam, com 81 e 74 anos respectivamente. Sem ter onde morar, as duas estavam hospedadas com os vizinhos.

---

[155] Processo E-03/031.485/83 de 11/10/1983.

[156] O tombamento provisório pelo INEPAC data de 19/10/1983 e o definitivo de 31/08/1990.

Já o DGPC tomba, em 1995, pelo Decreto 13.883 de 10/05/1995, a Fábrica Bangu, encerrando um processo que havia sido iniciado em 1989.

Finalmente, em 2016, é tombado provisoriamente o Cassino Bangu (Decreto 41.519 de 08/04/2016).

[157] Parecer do conselheiro Marcelo Ipanema, Processo E-03/031.485/83 de 11/10/1983.

Para evitar mais despejos, os moradores das casas associados à Associação de Moradores do Catete, solicitaram o tombamento do imóvel ao INEPAC, que por sua vez encaminhou à Prefeitura. Em resposta, Pedro Nava (presidente do CMPC) e Darcy Ribeiro declaravam à imprensa serem favoráveis ao tombamento e resgatavam uma antiga ideia, de criação de um Corredor Cultural do Catete. Em realidade, quando da solicitação do tombamento, sete das doze casas da vila já haviam sido demolidas e os despejos restantes já haviam sido decretados por decisões judiciais.[158]

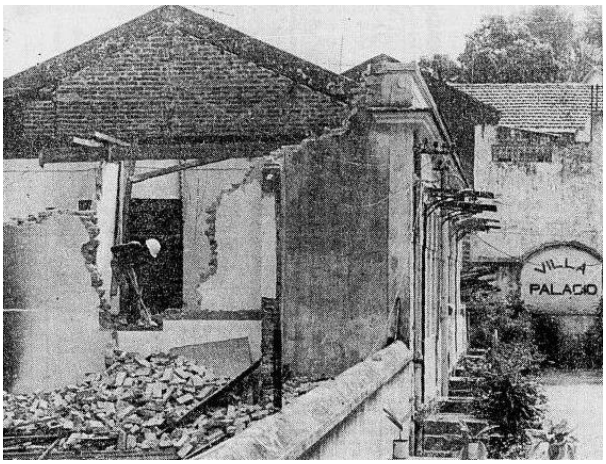


Figura 25 - A demolição das casas da Vila Palácio (Jornal do Brasil, 17/06/1984).



Figura 26 - As moradoras despejadas da casa 3 (Jornal do Brasil, 21/09/1984).


Figura 27 – Situação da Vila Palácio quando do tombamento (Processo 07/001.096/1985).


Figura 28 – Situação da Vila Palácio quando do tombamento. Destaque para a inscrição no muro: "Viva a Vila Palácio. 100 anos! Cumpra a decisão do prefeito" (Processo 07/001.096/1985).

[158] Processo 07/001.096/1985.



Figura 29 – Situação da Vila Palácio quando do tombamento (Processo 07/001.096/1985).



Figura 30 – Situação da Vila Palácio quando do tombamento (Processo 07/001.096/1985).

O representante da construtora, Cid Keller, afirmava em entrevista que era pouco provável que a vila fosse tombada, visto que havia consultado o patrimônio antes de investir no empreendimento. "Estamos respaldados pela legislação. [...] estamos rigorosamente dentro da lei", disse.[159]

Os moradores discordavam. Segundo o engenheiro Antônio Louro, líder dos moradores da vila, o tombamento seria "a postura mais coerente do estado, porque a Vila Palácio situa-se num bairro marcado pela presença de arquiteturas tombadas pelo SPHAN".[160] Ademais, Louro acrescentava que a construtora obtivera a propriedade de maneira ilegal.[161]

Em setembro de 1984, o CMPC já havia dado parecer favorável ao tombamento, mas o prefeito somente assinou decreto formalizando o ato em janeiro de 1985,[162] impedindo o prosseguimento da demolição.

> Moradores podem habitar vila tombada no Catete. Vila palácio. Casas demolidas serão reconstruídas para conservar a visualidade do Morro da Glória.[163]

Em entrevista, o diretor do DGPC Afonso Carlos Marques dos Santos afirmava que, após o tombamento provisório, os moradores permaneceriam na vila. Ademais, mostrava-se

---

[159] Jornal do Brasil, 17/06/1984.

[160] Jornal do Brasil, 17/06/1984.

[161] Havia uma polêmica quanto à propriedade das casas. A propriedade, que fora do Conde Alcides Modesto Leal, fora herdada por seus filhos em regime de fideicomisso. Era a eles que os moradores pagavam um aluguel, muito abaixo do valor de mercado. Segundo dizia-se, os herdeiros haviam permutado os imóveis em troca de apartamentos no edifício que seria construído.

[162] O tombamento provisório da Vila Palácio foi determinado pelo Decreto 4.920 de 07/01/1985.

[163] DOERJ, 30/01/1985.

favorável à desapropriação dos imóveis pertencentes à Construtora Gomes de Almeida Fernandes.[164]

> A única saída é a negociação com a construtora porque senão, dentro de um mês, eles vão colocar todo mundo na rua. Nós estamos esperando uma solução, mas também já estamos preparados para o caso de sermos despejados. Até procurar apartamento para alugar a gente já está fazendo. Quem não quer, de jeito algum, sair da vila é Francelina da Silva, mais de cem anos de idade – uns 30 vivendo lá".[165]

O caso da Vila Palácio é o primeiro, nesta tese, que envolveu politicamente (e não somente burocraticamente) a atuação do CMPC.

O Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural (CMPC) havia sido criado alguns anos antes, como parte da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em maio de 1980 pela Lei 161. Constituído por nove membros com mandato de dois anos, tinha como atribuição definida por lei propor ao prefeito medidas executivas que visassem à proteção de áreas ou conjuntos urbanísticos. Junto à sua criação, foi instituído no âmbito municipal o instrumento de tombamento pela Lei nº 166/1980. Posteriormente, foram criados na estrutura da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro órgãos executivos de patrimônio cultural que trabalhariam junto ao CMPC.

> O tombamento da Vila Palácio corresponde, por parte do poder público no Rio de Janeiro, **a um novo momento na concepção de patrimônio histórico-cultural, seguindo a orientação que emerge do próprio processo democrático que começa a se consolidar neste país**. Ao longo da nossa história, a confusão entre o público e o privado tomou proporções tais, que dificultaram a própria construção da cidadania. O interesse privado foi se acostumando ao longo do tempo, a beneficiar-se das indefinições dos homens de estado no trato do interesse coletivo, frequentemente desfavorável para a maioria dos cidadãos.
>
> **A visão contemporânea de patrimônio cultural, assentada numa concepção plural e democrática de cultura, não pode estar voltada apenas para os registros da história das classes dominantes e seus monumentos. Trata-se de preservar uma outra história, a dos dominados, dos trabalhadores anônimos, dos registros do seu quotidiano, das suas lutas e das suas formas de resistência.[166]**

[164] Afonso Carlos Marques dos Santos substituiu Pedro Nava na direção do DGPC após sua morte em maio de 1984.

[165] Depoimento de José Jorge Schoichet, morador da vila desde a década de 1960 (DOERJ, 30/01/1985).

[166] Parecer de Afonso Carlos Marques dos Santos, março de 1985 (Processo 07/001.096/1985, grifos meus).

É interessante notar que, o posicionamento político do CMPC é expresso nas páginas do processo de tombamento da Vila Palácio. Este é um caso raro! Como mencionado nas páginas da introdução desta tese, em geral, os processos administrativos caracterizam-se por uma *assepsia* segundo a qual não registram a mobilização social e o caráter político por trás da implementação dos instrumentos de regulação urbana. Ao contrário, em geral, elas são justificadas sob a argumentação da técnica. Mas este foi um caso diferente.

> Não se desapropriam nem se tombam bens em proveito particular. Ora, por trás do tombamento em apreço há o interesse dos locatários [...].[167]

Apesar de toda a mobilização, posteriormente, em julho de 1986, a Vila Palácio foi destombada pelo prefeito Saturnino Braga e demolida.[168] O destombamento não se deu por uma mudança de posicionamento político, mas, ironicamente, por uma tecnicalidade burocrática chamada *direito de protocolo*.[169] Diante do direito garantido do empreendedor de construir no local da Vila Palácio, restaria à prefeitura, à beira da falência, desapropriar o terreno, solução que não era viável naquele momento.[170]

Ainda em 1984, um outro tombamento relacionado à memória dos trabalhadores urbanos animava a região central da cidade. O tombamento da Vila Operária do Estácio, o Conjunto Salvador de Sá.

> Os moradores respiram aliviados com o tombamento.
>
> O tombamento é a primeira notícia a favor que seus moradores têm em muitos anos. O estado jamais fez qualquer obra ali e no ano passado foram os próprios inquilinos que se cotizaram para reforçar a estrutura de madeira da varanda. De resto, o que se ouvia sempre é que a qualquer momento chegariam as picaretas dos operários com a ordem para derrubar tudo. Talvez para construir novos viadutos, alargar a Avenida Salvador de Sá.[171]

---

[167] Recurso apresentado pela construtora no processo 07/001.096/1985.

[168] Pouco antes do destombamento, o DGPC chegou a elaborar um projeto para conciliar um novo empreendimento com as casas tombadas da vila, uma espécie de compensação pela diminuição da área disponível (Caderno Vila Palácio. Proposta de ocupação).

Diante da impossibilidade de conciliação, em abril de 1986, o CMPC recomendava ao prefeito o destombamento.

[169] O direito de protocolo garante, ao proprietário de um terreno, a execução de um projeto já aprovado previamente, por um tempo determinado, diante de qualquer mudança na legislação.

[170] A Vila Palácio foi destombada pelo Decreto 5.936 de 08/07/1986.

[171] Jornal do Brasil, 14/09/1984.

Em 1983, o tombamento do conjunto arquitetônico da Vila Operária do Estácio era solicitado à prefeitura pela Associação de Moradores do Conjunto Residencial da Avenida Salvador de Sá, a Associação de Moradores e Amigos do Centro, juntamente com o IAB.[172]

> O tombamento do Conjunto Residencial da Avenida Salvador de Sá representa o primeiro passo para a preservação de um dos mais importantes exemplares da arquitetura residencial urbana carioca do início do século.
>
> O valor cultural e histórico do Conjunto Residencial da Avenida Salvador de Sá reside na singularidade de sua arquitetura que apresenta uma solução de grande simplicidade estética em um momento em que predominam nas edificações formas extremamente rebuscadas e no fato de ter sido o primeiro conjunto habitacional constituído pelo estado, com a finalidade de servir às classes de menor renda.[173]

Este pedido de tombamento visava solucionar um impasse antigo, cuja origem remontava à década de 1960, quando o segundo plano diretor da cidade, o Plano Doxiadis, recomendou para a antiga região do Mangue a abertura de vias expressas, de modo a permitir a expansão do Centro, já saturado. Posteriormente, nas décadas seguintes, este projeto foi detalhado na forma do *Plano da Cidade Nova*, chegando até mesmo a contar com um grande investimento do BNH.

Para a implantação deste plano, foram planejadas desapropriações e demolições de boa parte do bairro do Estácio. Em resposta, moradores do bairro, organizados, se opuseram ao plano, realizando diversos protestos. Em 1979, o bairro chegou a ser classificado como área de preservação ambiental, prevista no PUB-Rio. Mesmo assim, teve a maior parte do seu casario demolida.[174]

Mas retomemos ao tombamento.

Em 1984, o CMPC analisava o pedido e recomendava a Marcello Alencar o tombamento da Vila Operária do Estácio. Também em 1984, a Câmara dos Vereadores aprovava projeto de autoria do vereador Alberto Garcia do PDT que também propunha o tombamento do conjunto. Finalmente, o tombamento municipal, era assinado por Marcello Alencar em 1985.[175]

---

[172] Processo 07/024.385/1983.

[173] Processo 07/024.385/1983.

[174] Cf. Santos, 1981.

[175] Jornal do Brasil, 21/09/1983.

O tombamento da Câmara foi determinado pela Lei 627 de 21/09/84. Já o tombamento assinado por Marcello Alencar, pelo Decreto 5.304 de 02/09/85.

Este tombamento reforça o posicionamento já mostrado anteriormente, nos casos de Bangu e do Catete, de valorização do trabalhador pobre urbano. Ainda que a Vila do Estácio não se tratasse de uma vila operária fabril, tratava-se da valorização de um conjunto habitacional popular.

Mas o tombamento de um grande conjunto operário viria um pouco depois, no bairro de Vila Isabel.

Em 1984, uma grande mobilização popular provocou o tombamento do Complexo Industrial da Antiga Fábrica Confiança. No lugar das antigas vilas operárias, a Agro Imobiliária Primavera, empresa pertencente ao Grupo J. J. Abdalla, pretendia construir edifícios de apartamentos.

A Fábrica Confiança foi uma indústria têxtil localizada na Rua Maxwell, no Andaraí. Inaugurada em 1884, chegou a ter 2.200 operários na década de 1940. A fábrica encerrou suas atividades em 1967 quando foi comprada pelo grupo paulista J. J. Abdalla. Em 1977, teve sua falência decretada e seus imóveis foram alugados por um período de 20 anos à Sociedade Industrial e Comercial S.A. (Sinco). Em 1978, uma empresa instalou no edifício da fábrica um grande supermercado, o Boulevard.[176]



Figura 31 - Demolição da creche (Jornal do Brasil, 12/03/1984).

A demolição se iniciou em 1983, na antiga creche do complexo industrial e passou às casas das vilas operárias. De modo a pressionar os antigos operários a abandonar seu vínculo

[176] Jornal do Brasil, 10/12/1987.

com a fábrica, alugueis foram aumentados e as casas que eram esvaziadas foram sendo demolidas e seu entulho largado no local.

> Estou velho, mas não estou morto. Na minha vila (Rua Silva Telles) não destruíram nenhuma das 33 casas, aqui tem gente peituda que não foge da raia. Eles (Agro Imobiliária Primavera) entraram na Justiça seis vezes e eu ganhei todas elas com o meu advogado que é o José Frejat. Mas a luta foi muito pesada, chegaram até a me telefonar dizendo que vinha elemento de São Paulo para me fechar. Eu botava uma peixeira de cada lado e saía coberto.[177]

Em resposta, os moradores se organizaram e buscaram auxílio no brizolismo por meio da mediação do Deputado Federal pedetista José Frejat. A partir de então, a causa passou a ser trabalhada pelo patrimônio cultural municipal.

É interessante apontar que, José Frejat, quando deputado estadual pelo MDB ainda na década de 1970, já atuava defendendo interesses de movimentos associativos de bairro. O chamado *grupo autêntico* do MDB, do qual o parlamentar fazia parte, era acusado pelos órgãos de informação do regime civil-militar de incentivarem a população "contra o governo, os militares e a revolução". [178]

Em 1984, foi aberto, pelo CMPC um processo de tombamento compulsório do conjunto fabril e em junho de 1985, foram tombados o antigo edifício da Fábrica, o solar do Barão de Drummond, o Confiança Futebol Clube, 70 casas e três vilas.[179]

Na argumentação pela abertura do processo, o conselheiro José Vilhena aponta que a história da cidade vinha sendo contada apenas a partir dos chamados grandes homens. **"Há, no entanto, que se resgatar a história das massas, dos negros e escravos, dos mestiços, dos pobres, dos migrantes e dos trabalhadores, que anonimamente, há 419 anos, escrevem a verdadeira história desta cidade e que graças ao seu esforço, ao seu suor, à sua cultura e através de suas crenças e valores éticos, veem construindo e dando vida ao verdadeiro e autêntico no Rio de Janeiro**"; onde se inseriria, também, a história do operariado carioca.[180]

A fala do Conselheiro José Vilhena mostra um aprofundamento daquilo que havia sido apontado como valorização de *monumentos de segmentos mais modestos* no caso da Fábrica

---

[177] Depoimento do ex-operário João Gomes da Silva conhecido como João Paizinho (Jornal do Brasil, 12/03/1984).

[178] Acervo dos Órgãos de Informação do Regime Militar (Arquivo Nacional). Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça – DSI-MJ. Documento BR NA RIO TT 0 MCP PRO 0750.

[179] Decreto 5.215 de 11/07/85.

[180] Processo 07/002.686/1984 – DGPC (grifos meus).

Bangu. Aquilo que era uma direção de atuação do patrimônio na década de 1980, após juntar-se ao discurso brizolista, modificou-se e ganhou corpo. Não mais *segmentos modestos* como dissera o Conselheiro Marcelo Ipanema no caso da Fábrica Bangu, mas da *história das massas, dos negros e escravos, dos mestiços, dos pobres, dos migrantes e dos trabalhadores*. Não se tratava mais de preservação somente de uma arquitetura popular, mas da valorização daqueles que foram oprimidos e explorados no processo de construção da sociedade brasileira.

Mas nem todos compreendiam o posicionamento político do CMPC. Em resposta, o advogado Rui de Carvalho Pinto, representante do grupo Abdalla, desdenhou da ação e "achou engraçado o tombamento das vilas operárias - ´isso é gozação, a vila operária? Não é possível' – e informou que a empresa tem um projeto para construir um conjunto de três blocos de apartamentos em frente ao Boulevard no lugar das casas que chama de velhas" ... [181] mostrando seu entendimento de que o avanço do capital não poderia ser interrompido pela valorização de operários e suas casas velhas.[182]

## O PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO

1984 foi um ano importante para os projetos de valorização da região central da cidade quando o projeto Corredor Cultural ganhava um grande reforço, o Projeto Rio Ano 2000, um grande projeto de revitalização do Centro.[183] Coordenado pelo arquiteto curitibano Jaime Lerner, tinha como seu principal mote a valorização da história da cidade e o retorno do uso residencial no Centro.[184]

---

[181] Jornal do Brasil, 12/03/1984.

[182] A luta dos moradores da Vila Operária da Fábrica Confiança não terminou em 1985.

Em julho de 1991, o medo de despejo retornaria com o anúncio de que o supermercado Paes Mendonça seria despejado e que, consequentemente, o imóvel retornaria à família Abdalla (Jornal do Brasil, 11/07/1991).

Em resposta, em setembro de 1991, a vila operária e a fábrica eram tombadas definitivamente por Marcello Alencar (Decreto 10.459 de 18/09/1991 e Processo 12/002.107/1991 – DGPC). "O tombamento atendeu a pedidos de associações de moradores de Vila Isabel e, principalmente, dos moradores das casas, constantemente assediados por construtoras interessadas em construir espigões numa das áreas mais valorizadas da zona norte", disse Afonso Carlos Marques dos Santos, presidente do CMPC (Jornal do Brasil, 20/09/1991).

Posteriormente, foi instituída por lei uma Área de Proteção do Ambiente Cultural da Fábrica Confiança e incluídos outros imóveis na lista de preservação do patrimônio cultural. Acredito que a Câmara dos Vereadores tenha se mobilizado pela ampliação da preservação em função do aumento do número de pedidos de demolições na região para a construção de novos edifícios de apartamentos (Lei 2.038 de 19/11/1993).

[183] Cabe aqui lembrar que o projeto chegou a ser, ainda que por alguns meses, uma Secretaria de Estado na estrutura administrativa do governo estadual, como já foi mencionado.

[184] Jornal do Brasil, 28/09/1984.

O Projeto Rio Ano 2000 retomava algumas perspectivas interessantes do passado da cidade. O primeiro ponto é a direção para a qual olhava, o ano 2000, uma data simbólica, que já havia sido usada como meta em planos diretores anteriores, que buscavam reforçar a capitalidade da cidade.[185] E de alguma maneira, era isso que se pretendia. Ao revitalizar o Centro, local onde ocorreram os grandes fatos da memória da cidade enquanto capital, valorizava-se novamente para todo o país esta história, assim como a atuação do gestor que a promovia – não se pode esquecer que Brizola havia escolhido o Rio de Janeiro como base para sua trajetória rumo à Presidência da República.

Em fevereiro de 1985, a concepção inicial do projeto era apresentada: a divisão da região em dois eixos, um cujo centro seria a Praça 15 e outro, o chamado eixo de animação, que se estendia desde a Lapa até a região portuária. Os dois eixos se ligariam por meio de ruas de pedestres, chamadas pelos arquitetos de *caminhos do mar.*[186]

É interessante notar que não havia diferença entre as propostas conceituais do Corredor Cultural e do Rio Ano 2000, isso por que, conforme depoimento do próprio Jaime Lerner,

---

Engenheiro civil e arquiteto, Jaime Lerner iniciou sua carreira pública na Assessoria de Pesquisa e de Planejamento Urbano, encarregada da elaboração do Plano Diretor de Curitiba na década de 1960. Em 1965, foi um dos fundadores do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), que se tornou internacionalmente reconhecido por conta dos projetos ali elaborados para a melhoria da qualidade de vida dos centros urbanos.

Em 1971, foi nomeado prefeito de Curitiba pelo então governador Haroldo Leon Peres da ARENA. Mesmo após o afastamento de Peres por acusações de corrupção, Lerner permaneceu na prefeitura até 1975. Durante sua administração, promoveu a revitalização dos espaços públicos tradicionais e da área central, reestruturou o sistema de transporte coletivo com a criação de ônibus expressos em corredores exclusivos, criou calçadões para pedestres no Centro, além da Cidade Industrial de Curitiba. Sua administração foi um sucesso e chegou a ser, em 1974, indicada pelo IAB como a melhor do Brasil. Em 1979, assumiria pela segunda vez a prefeitura de Curitiba.

Em 1975, veio para o Rio de Janeiro indicado pelo governador Floriano Peixoto Faria Lima para ser o primeiro presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM), órgão coordenador do planejamento urbano do estado.

Em 1984, filiou-se ao PDT, aceitando um convite de Brizola, onde assumiu, até 1986, a Coordenadoria Estadual de Transportes e a Assessoria para Questões Metropolitanas da cidade do Rio de Janeiro, onde foi responsável pelo Projeto Rio – Ano 2000, de revitalização do Centro.

Posteriormente, em 1988, Lerner foi eleito, pelo voto direto, prefeito de Curitiba uma coligação oposicionista formada por PDT, PFL e PTB. Em 1994, foi eleito governador do Paraná, apoiado pela coligação formada pelo PDT, PFL, PTB, PSDB e PV.

Dicionários Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbete Jaime Lerner (http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/ verbete-biografico/lerner-jaime).

[185] Assim como fazia Brizola em 1983, Carlos Lacerda havia feito em 1964 quando contratou o urbanista grego Constantinos Doxiadis para elaborar um plano diretor para a cidade. Assim como agora, na época, o plano tinha como meta o ano 2000.

O paralelo entre Brizola e Lacerda será explorado mais à frente neste texto.

[186] Jornal do Brasil, 06/02/1985.

buscou-se na época costurar em um único plano todas as propostas que existiam para revitalizar o Centro.[187] É possível que este posicionamento de Lerner fosse uma estratégia para capitalizar para o brizolismo os louros do projeto Corredor Cultural, que até então, não estava associado à nenhuma corrente política.

As principais propostas eram:

- Unificar a Praça 15 e a Praça do Mercado, com uma única pavimentação em granito;
- Criar dois terminais de ônibus para atender a 43 linhas, um na Avenida Presidente Vargas e outro na Praça 15;
- Demolir a passarela de acesso ao Terminal das Barcas;
- Transformar o Largo de São Francisco em praça de pedestres, com transferência de 20 linhas de ônibus que ali faziam ponto final para o novo terminal na Avenida Presidente Vargas;
- Substituir o calçamento em pedras portuguesas por calçamento em granito nas ruas do Rosário, Ouvidor, Sete de Setembro e Assembleia, e
- Modificar a Lei de Uso do Solo que, desde 1976, proibia o uso residencial no Centro, transformando a região em uma verdadeira cidade fantasma à noite.

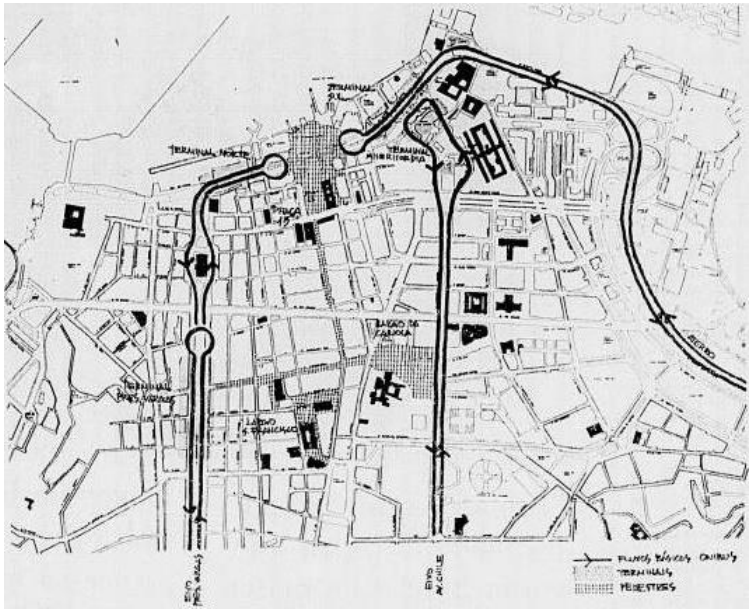


Figura 32 – O Projeto Rio Ano 2000 (Jornal do Brasil, 06/02/1985).

[187] Jornal do Brasil, 04/07/1989.

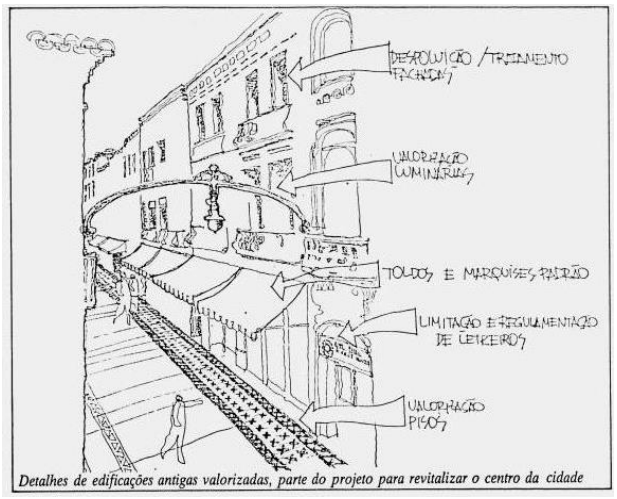



Figura 33 – Detalhe do projeto (Jornal do Brasil, 8/05/1985).

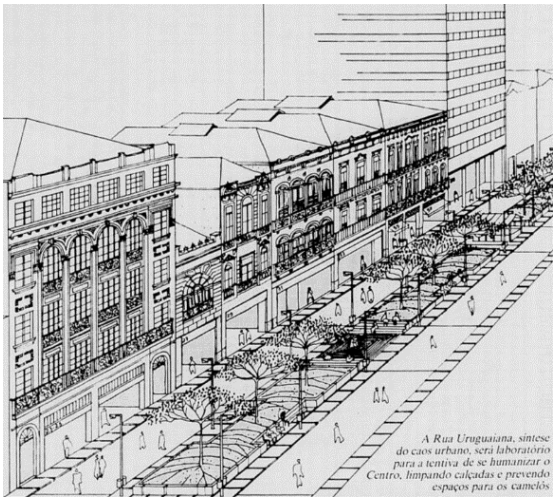



Figura 34 – O projeto de revitalização da Rua Uruguaiana (Jornal do Brasil, 18/05/1985).

Em 1986, as diretrizes iniciais eram detalhadas em um trabalho conjunto entre os técnicos do escritório de Jaime Lerner, do Corredor Cultural, da Fundação Pró-Memória e do SPHAN, além de outras instituições da administração estadual e municipal.[188]

Para a Praça 15 eram acrescidas as seguintes propostas:

- O deslocamento do entreposto de peixes para o interior do antigo Mercado, onde seria vendido somente aquilo que fora pescado nas águas próximas, não mais a mercadoria fornecida por caminhões;
- O fechamento para veículos nas ruas Dom Manuel, Assembleia e Rosário, e
- O deslocamento da Estação de Aerobarcos e da plataforma de embarque para Paquetá para o lado sul da praça.

Na região da Lapa e Passeio Público propunha-se:

- A reativação do Cinema Plaza e a recuperação da Fundição Progresso para abrigar um centro de artes e tradições populares;
- A abertura de outros portões de acesso ao Passeio Público;
- A reurbanização do Largo da Lapa com alteração da circulação de veículos e instalação de uma iluminação cênica dos Arcos da Lapa;
- A recuperação da Cinelândia como um fórum de manifestações, assim como a transformação da Rua Álvaro Alvim em área de pedestres;

[188] Jornal do Brasil, 15/01/1986.

- O estímulo a manifestações espontâneas e acontecimentos culturais no Largo da Carioca, e
- O deslocamento dos pontos finais das linhas de ônibus no Largo de São Francisco, além do fechamento da praça para o trânsito por meio da construção de um grande calçadão na Rua Uruguaiana.

Na Praça Mauá seriam:

- Deslocadas as linhas urbanas de ônibus;
- Construído um calçadão em frente ao Terminal Mariano Procópio, e
- Fechada uma das pistas da Avenida Rodrigues Alves, para racionalizar a circulação de veículos.

Por fim, na zona portuária, propunha-se:

- A reciclagem das instalações ociosas do porto;
- A criação de um centro internacional de comércio e espaços culturais,
- A reurbanização do ramal ferroviário, com a transformação da via paralela à avenida Venezuela em calçadão de pedestres; e
- O incentivo à preservação de sobrados por meio de legislação própria.

Parte do projeto de Lerner foi executada e pode ser vista hoje na região. Outra parte, a maior dela, foi incorporada, posteriormente, a outros projetos. Alguns serão apresentados nos capítulos seguintes.

## AS PRIMEIRAS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA CIDADE: SANTA TERESA E FAZENDINHA DA PENHA

Em 1984, duas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) seriam decretadas na cidade: a APA da Fazendinha da Penha e a APA de Santa Teresa.[189]

Mas qual a origem das áreas de proteção ambiental? E o que é uma APA?

O estabelecimento deste instrumento de regulação urbana remonta à década de 1970, quando ocorreu uma mudança na percepção para com os problemas ambientais. Naquele momento, houve uma mobilização internacional para a criação de uma agenda ambiental

[189] Ambas as APAs são criadas em 1984 e regulamentadas em 1985.

positiva. Para tal, três grandes encontros foram realizados: a Conferência da Biosfera em 1968, a Conferência de Estocolmo em 1972 e a Convenção do Patrimônio Mundial oficializada pela Unesco em 1972.

É neste contexto que as áreas de proteção ambientais foram criadas em 1981, pela Lei 6.902 de 27 de abril. Este não era o primeiro instrumento legal de preservação do meio ambiente natural. Mas era uma inovação. Inspirado no modelo de parques naturais europeus, este instrumento de regulação urbana visava o estabelecimento de proteção em áreas com ocupação humana, especialmente áreas urbanas, sem a necessidade de que a União adquirisse as terras, como ocorria no caso dos parques nacionais.[190]

A primeira APA decretada em terras cariocas foi a APA de Santa Teresa. Mas esta não foi a primeira conquista do bairro: as associações de moradores de Santa Teresa (são várias) foram protagonistas de diferentes lutas pela preservação de seu patrimônio cultural: a luta pela preservação dos bondes, a luta pela criação da APA e a luta pela manutenção e conservação dos instrumentos de preservação conquistados.

> Há, pelo menos 10 anos, que a população de Santa Teresa pede proteção para seus bondinhos. [...] Periodicamente, entretanto, renovam-se os ataques e ocorre a alguma autoridade desavisada retirar os bondes ou substituí-los por outros, de forma mais 'moderna' [e que] a essa altura, é irresistível lembrar que esses são os últimos bondes do Rio.[191]

A luta pela preservação dos bondes elétricos, começou ainda em 1979, quando a Associação de Moradores de Santa Teresa (AMAST) solicitou seu tombamento ao SPHAN, por meio da entrega de um relatório com 2.500 assinaturas. Na época, após um grave acidente, discutia-se a possiblidade de desativação dos bondes.

Em 1983, o debate era reativado ao serem anunciadas pela empresa estatal responsável pela sua manutenção dos bondes, a Companhia de Transportes Coletivos (CTC), algumas modificações no tradicional meio de transporte do bairro, que, àquela altura, era o único ainda em funcionamento na cidade.[192]

Imediatamente, moradores do bairro por meio de suas associações, iniciaram uma grande mobilização contra as modificações propostas. Em julho de 1983, a AMAST realizou

---

[190] Cf. Medeiros, 2006.

[191] Texto de Leonel Kaz, Diretor do Departamento de Cultura do governo do governo do Estado do Rio de Janeiro, Ofício 135/INEPAC/83, Processo E-03/031.269/83.

[192] A desativação dos bondes elétricos começou na década de 1960, durante o governo de Carlos Lacerda.

uma pesquisa de opinião no bairro, para saber se os moradores preferiam os bondes tradicionais ou o modelo com as laterais fechadas, apresentado pela CTC alguns dias antes.[193] Foram consultadas 704 pessoas das quais 533 preferiam o bonde aberto, 14 não se importavam e 157 preferiam os fechados. O objetivo da AMAST era conseguir 3 mil opiniões para levar à CTC.[194]

> O modelo apresentado pela CTC-RJ destrói um patrimônio histórico-popular que encontrando o seu último refúgio em Santa Teresa e tendo como aliado os moradores, após longa e árdua luta, conseguiu resistir.[195]




Figura 35 – Faixas anunciavam a pesquisa da AMAST nas estações (Jornal do Brasil, 05/07/1983).




Figura 36 – Manifestação em defesa do bonde de Santa Teresa (Processo E-03/031.269/83, p. 102).




Figura 37 – Manifestação em defesa do bonde de Santa Teresa (Processo E-03/031.269/83, p. 105).

Em outubro de 1983, a AMAST entregava à Secretaria Estadual de Ciência e Cultura um abaixo assinado com 93 assinaturas, solicitando o tombamento dos bondinhos de Santa Teresa. Este documento que serviu de subsídio para a abertura do processo de tombamento, menciona as entidades representativas do bairro que apoiavam a causa: AMAST (Associação

[193] Segundo a CTC, a modificação traria mais segurança ao transporte.

[194] Jornal do Brasil, 05/07/1983.

[195] Processo E-03/031.269/83 de 07/10/1983.

de Moradores e Amigos de Santa Teresa), AMUST (Associação de Moradores Unidos de Santa Teresa, do Morro do Fogueteiro), SAMC (Sociedade dos Amigos do Morro da Coroa) e SAMP (Sociedade dos Amigos do Morro dos Prazeres). Apoiavam a causa também entidades de outras naturezas como a FAMERJ, a Juventude Socialista do PDT, o IHGB e a Associação Profissional dos Desenhistas Industriais de Nível Superior do Rio de Janeiro (APDINS-RJ), além do apoio do poeta Carlos Drummond de Andrade.[196]

É interessante notar que, este é o primeiro caso identificado nesta pesquisa que uniu em uma mesma luta associações de moradores de bairros e associações de moradores de favelas. No caso, o transporte ágil e barato, atendia a ambas as populações, o que motivou a luta unificada. Ademais, também é importante atentar para o apoio formal de uma entidade do PDT, a Juventude Socialista.

> Se os usuários querem o bonde como era e não como o pretendem os reformadores, por que contrariá-los?[197]

A resposta do INEPAC foi rapidíssima! Em outubro de 1983, apenas 12 dias após a abertura do processo, os bondinhos de Santa Teresa eram tombados provisoriamente.[198]

Em 1984, poucos meses após o tombamento provisório dos bondinhos, outra medida ampliaria a preservação do patrimônio cultural em Santa Teresa. Aprovada em plenário, em janeiro era sancionada pela Prefeitura uma lei de autoria do vereador Sérgio Cabral do PMDB, que transformava o bairro em Área de Proteção Ambiental, a primeira da cidade![199]

> Eu tive essa ideia depois da viagem em que vi o que fizeram com os morros que circundam Hong Kong, antes belíssimos, com casas baixas, e depois destruídos pelos espigões. Se não houvesse uma legislação para Santa Teresa ia acontecer o mesmo por lá [200]

---

[196] Processo E-03/31269/83.

[197] Reportagem do Jornal do Brasil, 30/07/1988, anexada ao Processo E-03/31269/83.

[198] O tombamento provisório foi publicado em 19/10/1983. Já o definitivo, em 25/03/1988.

As associações de moradores, mesmo após o tombamento provisório, continuaram a pressionar o governo do estado pela manutenção dos bondinhos.

Em abril de 1984, eram nomeados os representantes da comunidade que fariam parte da Comissão Especial para estudar a preservação e adaptação dos bondes ao patrimônio cultural do bairro. Participavam da comissão a Secretaria Estadual de Transportes, a Secretaria Estadual de Ciência e Cultura, a CTC, a Administração Regional do bairro, 10 associações de moradores, o Lions Club, a FAMERJ, a FAFERJ, a Fundação Pró-Memória e o Cineclube de Santa Teresa (Jornal do Brasil, 05/04/1984.).

[199] Lei 495 de 09/01/1984.

[200] Depoimento de Sérgio Cabral (Jornal do Brasil, 07/02/1984).

Apesar de ter em seu nome somente o instrumento APA, a Área de Proteção Ambiental de Santa Teresa é tanto uma legislação de preservação do meio ambiente natural, no caso representado pela Mata Atlântica das encostas dos morros, quanto um PEU, instrumento utilizado para regulamentar o uso e ocupação do solo, e uma preservação da paisagem cultural, representada pela arquitetura peculiar do bairro. Evidência desta ambivalência é o fato de restringir a altura das construções (à somente dois pavimentos), assim como estabelecer parâmetros para a preservação do patrimônio cultural edificado do bairro e incluir as áreas de floresta.[201]

Neste momento, é interessante notar que, até então, não havia um instrumento legal para proteção do patrimônio edificado enquanto paisagem na cidade do Rio de Janeiro; apenas o instrumento tombamento, instituído em 1980. Essa ausência seria resolvida poucos dias antes da aprovação da APA de Santa Teresa, em dezembro de 1983, com a aprovação da Lei 487 que dispôs sobre *inventário e cadastramento arquitetônico do município*.

De autoria do vereador pedetista Alberto Pontes Garcia, esta legislação estabeleceu que seriam inventariados aqueles imóveis que, "por estarem inseridos no cotidiano do carioca, [constituir-se-iam] elemento de sua identidade cultural".[202] Em seu último artigo, a referida lei estabelecia que a prefeitura, em sessenta dias, determinaria o órgão executivo responsável pela realização do inventário.

Sendo assim, em 1984, era criada na estrutura administrativa da prefeitura a Diretoria do Patrimônio Cultural e Artísitico, a DPCA, o primeiro órgão executivo de patrimônio cultural municipal, vinculado ao Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e que trabalharia em parceria com o CMPC.[203]

Dentre as competências da nova diretoria estavam:

1. Realização de inventário, classificação, cadastramento e preservação dos bens culturais da cidade do Rio de Janeiro,
2. Realização de pesquisas necessárias à instrução dos processos de tombamento,
3. Instrução dos processos a serem encaminhados ao CMPC,

---

[201] Posteriormente, a APA foi regulamentada pelo Decreto 5050/1985.

Cabe lembrar que, como já mencionado, o PUB-Rio elaborado na década de 1970 já indicava Santa Teresa como uma ilha urbana para a qual recomendava-se preservação ambiental e paisagística.

[202] Lei 487 de 30/12/1983.

[203] Decreto 4.622 de 23/07/1984.

4. Identificação dos bens culturais a serem tombados, tendo em vista o parecer dos técnicos e as reivindicações das comunidades locais,
5. Realização de vistorias permanentes dos bens culturais inventariados, cadastrados e tombados visando à sua preservação e restauração,
6. Inter-relação com órgãos municipais, estaduais e federais, bem como instituições diversas, pessoas físicas e jurídicas, visando a obter cooperação em benefício da preservação do patrimônio cultural.

Para cumprir as competências expressas em seu decreto de criação, a DPCA contava com duas divisões: a Divisão de Cadastro Patrimonial e a Divisão de Preservação. À título de curiosidade, o Arquivo Geral da Cidade estava subordinado à DPCA.

A tutela da recém-criada APA de Santa Teresa foi a primeira atribuição específica da DPCA.

Um ano após a criação da APA, moradores cobravam da Prefeitura mais rigor na fiscalização do bairro: segundo a AMAST, 16 casas protegidas pela APA estavam sendo descaracterizadas. Em setembro, a mesma a AMAST colocava no bairro faixas e cartazes com os dizeres "Cadê a fiscalização?" e "Cumpra-se a legislação ambiental" nos edifícios atingidos.[204]

Segundo Vicente Sábato, advogado e presidente da AMAST, a precariedade tinha "início do próprio conflito de jurisprudência entre o pessoal das secretarias de Obras e de Fazenda, que mutuamente se transferem, com frequência, as responsabilidades de punição dos que descumprem a lei".[205]

[204] Jornal do Brasil, 05/09/1986.

[205] Jornal do Brasil, 05/09/1986.

Em resposta, a Superintendência de Edificações e Urbanismo da SMDU informou que realizou vistorias nos endereços indicados pelo presidente da AMAST. De acordo com a Superintendência, alguns dos endereços tinham obras legalizadas, outros foram encaminhados à Secretaria de Fazenda para verificação (Jornal do Brasil, 13/09/1986).



Figura 38 –Vicente Sábato e os cartazes de protesto (Jornal do Brasil, Jornal do Brasil, 05/09/1986).

Ainda em 1984, uma segunda APA surgiria após a mobilização de moradores, a APA da Fazendinha da Penha.

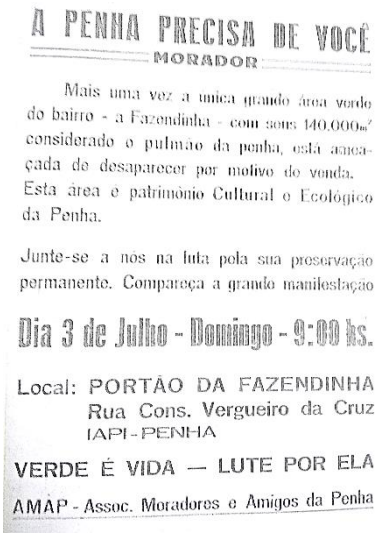
Sua história começa em 1983 quando correu no bairro da Penha um boato de que a área conhecida como Fazendinha da Penha, de propriedade da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e onde, até hoje, está instalada a Escola de Horticultura Wenceslau Bello, estaria à venda e que, em seu lugar, seriam construídos diversos edifícios.

Os moradores da Penha não ficaram calados diante do anúncio. Em julho de 1983, organizaram uma manifestação com cerca de 100 pessoas que percorreu as ruas do bairro com cartazes em defesa da manutenção da escola agrícola: "A fazenda é a flora da Penha", "Especulação imobiliária, inimiga número 1 da ecologia", "Fazendinha, lazer, educação e cultura", "Queremos o nosso verde". É interessante notar que, uma área privada, provavelmente por ser uma escola e, portanto, aberta, era compreendida como patrimônio público pelos moradores da Penha.

> O que nós consideramos um crime ecológico. Vamos lutar contra essa agressão.[206]

Em resposta à mobilização dos moradores, no mesmo mês, a SNA chegou a enviar carta aos moradores do bairro informando que o terreno não estava à venda e que não existia negociação com o governo do estado para permutá-lo por outra área na Barra da Tijuca.

[206] Depoimento da presidente da AMAP Marly Helena Pereira (Jornal Última Hora de 10/08/1983, reportagem anexa ao processo 07/004.347/1984).



A PENHA PRECISA DE VOCÊ

MORADOR

Mais uma vez a única grande área verde do bairro - a Fazendinha - com seus 140.000m² considerado o pulmão da penha, está ameaçada de desaparecer por motivo de venda. Esta area e patrimônio Cultural e Ecológico da Penha.

Junte-se a nós na luta pela sua preservação permanente. Compareça a grande manifestação

Dia 3 de Julho - Domingo - 9:00 hs.

Local: PORTÃO DA FAZENDINHA
Rua Cons. Vergueiro da Cruz
IAPI - PENHA

VERDE É VIDA — LUTE POR ELA

AMAP - Assoc. Moradores e Amigos da Penha

Figura 39 –Panfleto de divulgação da manifestação (anexo ao Processo 07/004.347/1984).

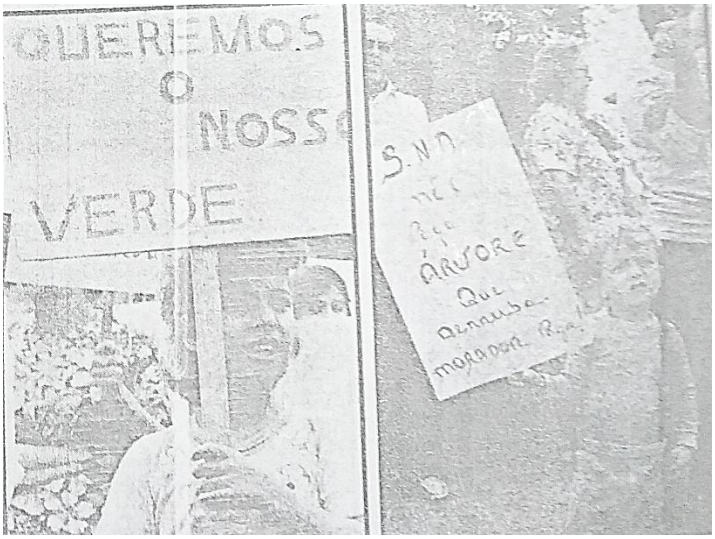
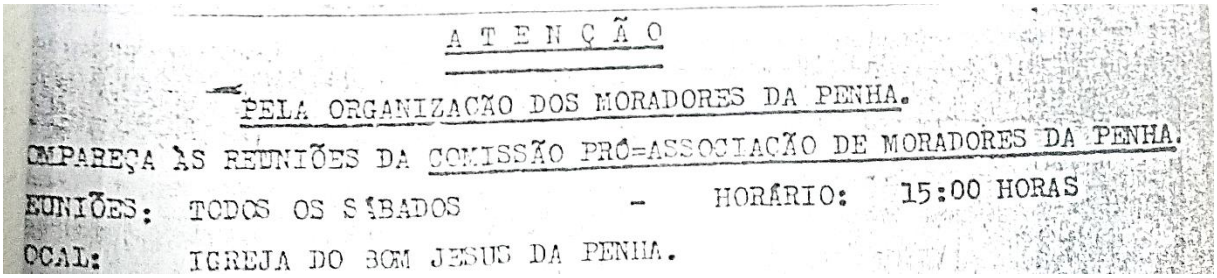



Figura 40 –Manifestação na Penha contra o fechamento da Fazendinha (O Globo Leopoldina de 08/07/1983, anexo ao processo 07/004.347/1984).




Figura 41 – Manifestação contra o fechamento da Fazendinha da Penha (O Globo Leopoldina de 08/07/1983, anexo ao processo 07/004.347/1984).



ATENÇÃO

PELA ORGANIZAÇÃO DOS MORADORES DA PENHA.

COMPAREÇA ÀS REUNIÕES DA COMISSÃO PRÓ-ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PENHA.

REUNIÕES: TODOS OS SÁBADOS - HORÁRIO: 15:00 HORAS

LOCAL: IGREJA DO BOM JESUS DA PENHA.

Figura 42 – Convocação para manifestação (anexo ao Processo 07/004.347/1984).

A situação ficaria mais tensa em 1984, com a aprovação de uma licença de obras de construção de um edifício de 15 andares no local da Fazendinha. Segundo a AMAP, parte da área seria vendida para o BNH, para continuidade do programa de assistência a moradores de favelas. Em 1984, a SNA já confirmava publicamente a venda do terreno ao BNH e a

transferência das instalações da escola para Santa Cruz, mais próxima das instalações da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Esta não era a primeira vez que a SNA tentava vender o terreno. Em 1980, a Sociedade, em carta "Ao povo da Penha", informava que as instalações da escola veterinária seriam transferidas para zona rural do município e que, em seu lugar, seria instalado um grande supermercado Disco. Informavam, ademais, que uma das condições do acordo firmado com a empresa era a preservação da área verde do terreno.

> A SNA, nesta oportunidade, reafirma seu compromisso em só concretizar a transferência da escola com a garantia da manutenção de um parque, que preserve o equilibro ecológico da Penha, e venha garantir uma melhoria na qualidade de vida dos moradores do bairro, já bastante sacrificada pelos problemas inerentes às grandes metrópoles.[207]

E também não era a primeira vez que os moradores da Penha se mobilizavam contra a destruição do que consideravam seu patrimônio ambiental, o *pulmão da Leopoldina.* Além da realização de manifestações pelas ruas do bairro, foi solicitado, então, ao governo do estado, o tombamento da escola veterinária. Na época, também tentava-se transformar a área em parque público.[208]

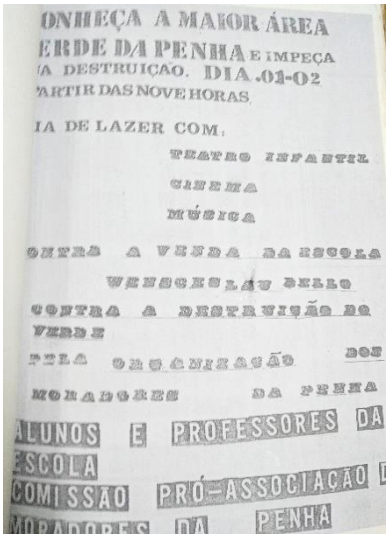



Figura 43 – Panfleto de chamada para a manifestação contra a instalação do supermercado em fevereiro de 1980 (Processo 07/004.347/1984).

[207] Processo 07/004.347/1984.

[208] Processos 01/002.503/1980 e 07/009.088/1981.

Mas retornemos ao embate de 1984.

A liberação da licença para construção de edifícios em 1984 mobilizou os moradores da região, que, inicialmente, buscaram auxílio na figura dos vereadores pedetistas Luís Henrique Lima e Antônio Pereira Filho. O desejo da associação de moradores era de que a região, que abrigara no passado uma antiga escola veterinária, fosse tombada pela Câmara.[209]

Além do legislativo, a Associação de Moradores e Amigos da Penha (AMAP) também buscou, novamente, auxílio no executivo. Em março de 1984, a AMAP solicitava ao CMPC o tombamento da Fazendinha da Penha – o pedido também era endossado pela Federação das Associações Fluminenses de Defesa do Meio Ambiente (FAMA), a mesma que havia solicitado o tombamento em 1981.

> A Associação dos Moradores e Amigos da Penha – AMAP está certa de que não deve se omitir na defesa dos seus valores naturais, culturais ou históricos, como é o caso da Fazendinha, por entender que todo o ato ou omissão contra o bem comum não constituir apenas uma falta de civismo, mas uma culpa moral. Temos a pretensão de estarmos realizando uma ajuda aos poderes públicos, com algo muito ligado a problemas da comunidade.[210]

O resultado da mobilização se concretizou em dezembro de 1984, quando a Fazendinha da Penha não foi tombada, como pleiteara a associação de moradores, mas sim transformada em APA. Regulamentada em 1985, a APA garantiu a preservação de sua cobertura vegetal, além da definição de critérios de uso e ocupação da área mais restritivos.[211]

Posteriormente, esta APA se desdobraria no PEU da Penha, mas isso é assunto do próximo capítulo.

---

[209] Jornal do Brasil, 27/10/1984.

Os vereadores chegaram a propor um projeto de lei de tombamento da Fazendinha da Penha que, por motivos que não identifiquei, não se tornou lei.

[210] Processo 07/004.347/1984.

[211] A APA foi criada pelo Decreto 4.886 de 14/12/1984 e regulamentada pelo Decreto 5.460 de 08/11/1985.

## EM DEFESA DO BURACO DO LUME, DA ILHA DE PAQUETÁ, DO COSME VELHO, DO LEBLON E DA LAGOA

Nas eleições de 1985 para a para a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro seria vencedor o economista Saturnino Braga.

Roberto Saturnino Braga foi deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro em 1962 pelo PSB. Com o bipartidarismo, filiou-se ao MDB, partido pelo qual foi eleito senador em 1974, com apoio de Amaral Peixoto. Com a extinção do bipartidarismo, foi um dos articuladores do PMDB, pelo qual seria candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro em 1982. Descontente com a escolha de Miro Teixeira como candidato ao governo pelo PMDB, Saturnino desligar-se-ia daquele partido e filiar-se-ia ao PDT, pelo qual foi eleito senador em 1982.

A escolha de Saturnino Braga para concorrer à Prefeitura do Rio de Janeiro foi, em boa parte, escolha do próprio Brizola – com grandes possiblidades de vitória, a figura de Saturnino era crucial para a manutenção da hegemonia política do partido no estado. Na formação de sua chapa, Saturnino escolheu um nome externo ao PDT e à política tradicional: Jó Resende, militante dos movimentos associativistas de bairro, presidente da FAMERJ e filiado ao PT. A escolha de Jó Resende fortaleceu a percepção de Saturnino como o candidato das esquerdas, e não somente do brizolismo.[212]

Também interessante observar que, nas décadas de 1960 e 1970, Saturnino pertencia ao MDB do Estado do Rio, vinculado ao grupo de Amaral Peixoto, e não ao MDB da Guanabara, que na época era comandado por Chagas Freitas.[213] Há, portanto, a possiblidade, de que o convite de Brizola a Saturnino também contivesse uma estratégia de expansão para o eleitorado do interior do estado, onde a penetração de Brizola era reduzida até então.

[212] Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbete Roberto Saturnino Braga (http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-Saturnino-braga).

[213] Com a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro, Amaral Peixoto e Chagas Freitas disputaram duramente a liderança do MDB. Chagas foi vitorioso nesta disputa, tornando-se, governador do Estado do Rio de Janeiro em 1978.

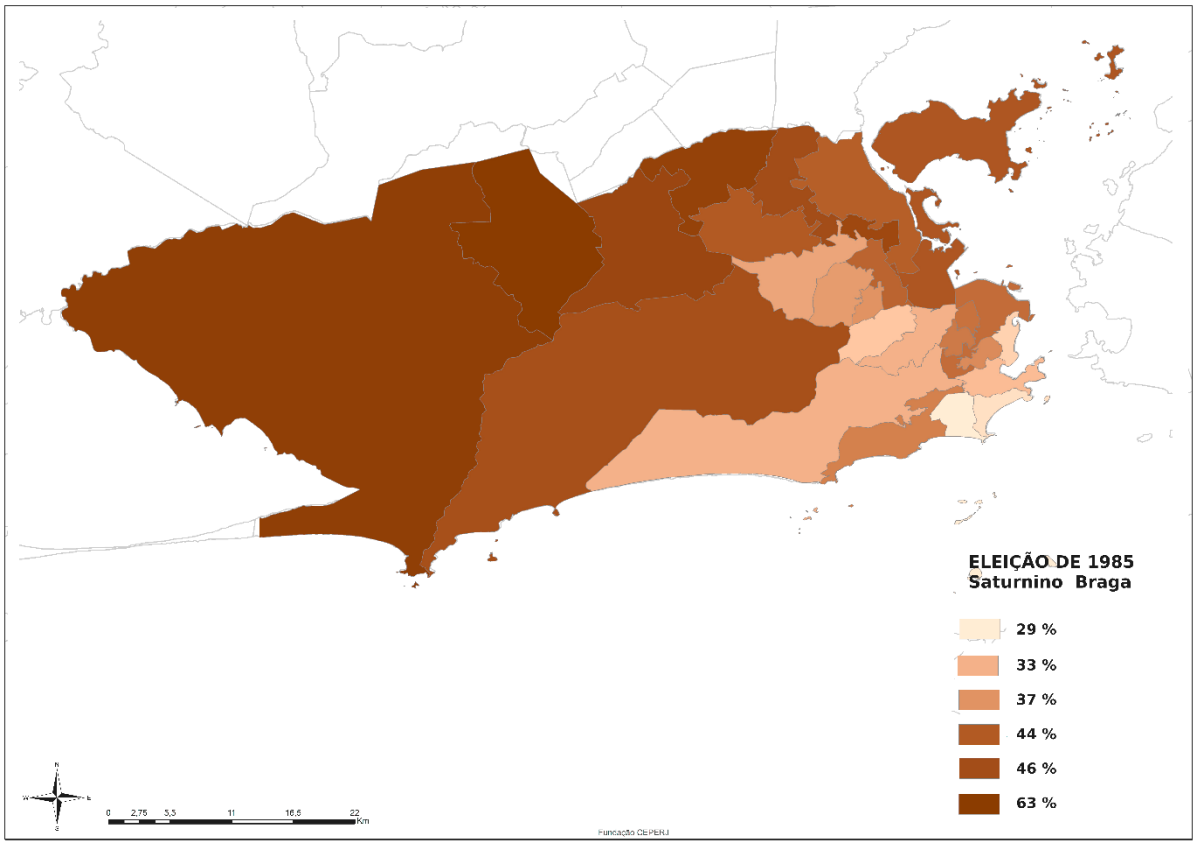



Figura 44 - Votação em Saturnino Braga nas eleições para prefeito de 1985 (Fonte: TRE).

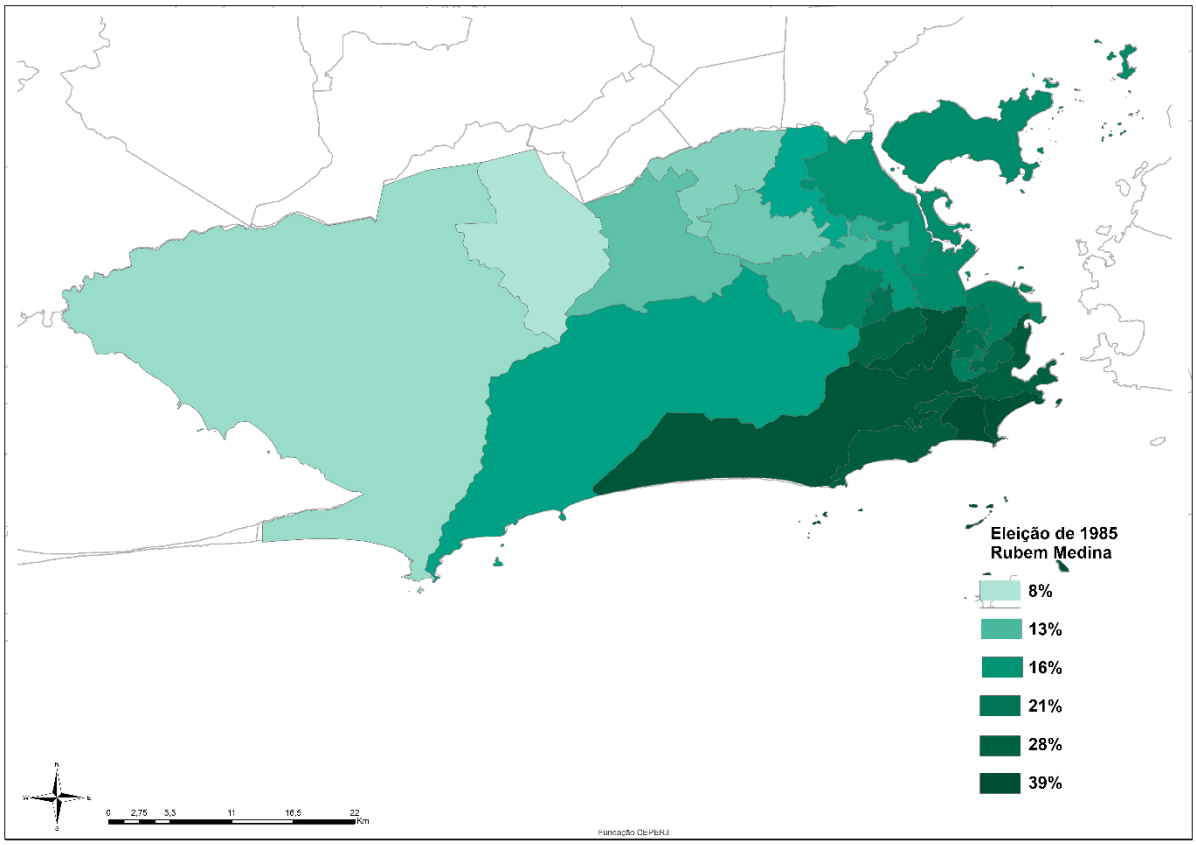



Figura 45 - Votação em Rubem Medina nas eleições para prefeito de 1985 (Fonte: TRE).

| ZONAS ELEITORAIS | Saturnino Braga | Rubem Medina | Jorge Cordeiro Leite | Marcello Cerqueira | Álvaro Valle | Aarão Steinbruch | Fernando Carvalho | Carlos Imperial |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Centro | 42,36 | 19,80 | 10,80 | 6,71 | 7,88 | 7,35 | 2,02 | 1,24 |
| Estácio | 40,88 | 20,01 | 10,77 | 8,17 | 8,05 | 6,71 | 2,07 | 1,33 |
| Flamengo | 32,90 | 29,15 | 7,37 | 12,90 | 9,40 | 3,97 | 1,71 | 0,69 |
| Botafogo | 33,58 | 28,75 | 7,52 | 12,77 | 9,63 | 3,56 | 1,53 | 0,80 |
| Copacabana | 30,08 | 36,75 | 7,04 | 10,88 | 8,55 | 3,17 | 1,45 | 0,70 |
| Rio Comprido | 37,92 | 24,90 | 7,25 | 10,12 | 9,86 | 5,36 | 1,80 | 0,95 |
| Tijuca | 33,81 | 30,14 | 6,52 | 11,30 | 10,86 | 3,52 | 1,48 | 0,69 |
| Rocha | 44,30 | 16,19 | 11,90 | 7,00 | 7,42 | 7,98 | 2,06 | 1,20 |
| São Cristóvão | 45,39 | 16,41 | 8,79 | 7,14 | 7,91 | 8,52 | 2,46 | 1,52 |
| Cascadura | 36,23 | 13,60 | 22,01 | 7,08 | 7,78 | 7,95 | 1,93 | 1,49 |
| Olaria | 44,84 | 16,32 | 9,21 | 6,93 | 7,10 | 9,63 | 2,54 | 1,60 |
| Madureira | 45,37 | 12,21 | 15,27 | 5,27 | 6,24 | 9,95 | 2,04 | 1,67 |
| Barra da Tijuca | 46,75 | 15,09 | 11,43 | 6,04 | 6,61 | 6,88 | 1,96 | 1,40 |
| Méier | 36,65 | 19,32 | 10,53 | 9,40 | 10,44 | 8,07 | 2,05 | 1,48 |
| Realengo | 51,49 | 12,33 | 10,94 | 4,83 | 6,27 | 8,41 | 2,17 | 1,73 |
| Laranjeiras | 37,22 | 25,45 | 7,18 | 12,39 | 8,89 | 4,41 | 1,75 | 0,85 |
| Leblon | 37,56 | 28,77 | 8,26 | 10,83 | 7,42 | 3,13 | 1,78 | 0,71 |
| Ipanema | 29,08 | 39,37 | 6,18 | 11,22 | 8,57 | 2,27 | 1,45 | 0,59 |
| Grajaú | 33,38 | 26,95 | 7,00 | 12,64 | 11,44 | 4,22 | 1,64 | 0,83 |
| Engenho Novo | 36,74 | 21,73 | 10,21 | 9,78 | 10,55 | 6,12 | 1,74 | 1,19 |
| Bonsucesso | 48,57 | 14,34 | 9,04 | 6,34 | 6,71 | 9,14 | 2,36 | 1,65 |
| Irajá | 46,98 | 14,76 | 8,82 | 6,30 | 6,95 | 10,30 | 2,18 | 1,59 |
| Deodoro | 52,37 | 10,65 | 9,55 | 6,52 | 5,57 | 9,47 | 2,13 | 1,70 |
| Bangu | 63,88 | 8,69 | 7,02 | 3,65 | 4,02 | 6,93 | 1,81 | 1,85 |
| Santa Cruz | 61,68 | 9,93 | 9,86 | 3,14 | 4,23 | 5,93 | 2,08 | 1,67 |
| Ilha do Governador | 42,91 | 20,84 | 8,31 | 8,04 | 8,56 | 6,50 | 2,18 | 1,18 |

Tabela 2 – Resultado da votação para prefeito de 1985 no município do Rio de Janeiro (em porcentagem) por zona eleitoral (Fonte: TRE).

Saturnino concorreu, no pleito de 1985, com o candidato do Partido da Frente Liberal (PFL) Rubem Medina. Confirmando o previsto nas pesquisas, conquistou uma vitória esmagadora com 43.92% dos votos válidos, mais do que o dobro que o candidato do PFL, que conquistou 19.17% dos votos válidos – em números absolutos, Saturnino conquistou 1.059.614 votos, enquanto Medina somente 462.466 votos.

Assim como havia ocorrido na eleição estadual de 1982, Saturnino vence nas zonas oeste e norte, principalmente nas zonas eleitorais de Bangu, Santa Cruz, Deodoro e Realengo. Já Rubem Medina foi o mais votado na zona sul e vencedor somente em duas zonas eleitorais, Copacabana e Ipanema

As más línguas, na época, diziam que Saturnino ganhara somente em função do apoio de Brizola, que *seria capaz de eleger até um poste*. Ao que Saturnino responderia: "no ano seguinte Darcy Ribeiro, o poste, perderia para Moreira Franco".[214]

Roberto Saturnino Braga, assume a prefeitura em 1º de janeiro de 1986. Enquanto primeiro prefeito eleito da cidade do Rio de Janeiro, Saturnino encontra uma prefeitura que era uma espécie de *filial do governo do estado* – situação que havia se iniciado ainda durante o chaguismo, mas que se prolongou com a ascensão do brizolismo no estado. Ademais, a *independência* da gestão municipal foi um dos principais conflitos entre Saturnino e Brizola, conflito que será explorado mais à frente nesta tese.

Uma vez prefeito, Saturnino faz as seguintes alterações na estrutura da administração municipal, modificações estas que refletem o novo caráter da prefeitura, agora independente do governo estadual.[215]

Da estrutura anterior foram mantidas as seguintes pastas:

- O Gabinete do Prefeito;
- A Secretaria Municipal de Saúde;
- A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;
- A Secretaria Municipal de Administração;
- A Secretaria Municipal de Governo;
- A Secretaria Municipal de Planejamento;
- A Procuradoria Geral do Município e
- A Secretaria Municipal de Fazenda.

Ademais, Saturnino criou seis novas pastas:[216]

- A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, projeto caro ao novo prefeito e que tinha relação direta com sua formação e sua atuação profissional no BNDES;

[214] Braga, 2015, p. 15.

[215] Cf. AGCRJ, 2014.

[216] Decreto 5.649 de 01/01/1986.

- A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, reflexo do fortalecimento da dimensão do planejamento urbano, que se dissociou da execução de obras e conservação da cidade;
- A Secretaria Municipal de Transportes, também relacionada ao fortalecimento do planejamento urbano como instrumento de gestão da cidade;[217]
- A Secretaria Municipal de Cultura e a Secretaria Municipal de Educação, outrora uma única pasta e que com Saturnino, ganharam autonomia, e
- A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, separada da antiga Secretaria Municipal de Turismo e Esporte. [218]

Por fim, Saturnino extinguiu uma pasta: a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.[219]

Antes de analisar as nomeações de Saturnino para os chefes das pastas, é preciso atentar para o fato de que, em meados de 1987, Saturnino romperia com Brizola (e o PDT) e retornaria ao PSB. É por isso, portanto, que muitas nomeações foram alteradas em 1987.[220]

Para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, nomeou o engenheiro e professor da UFRJ Luiz Edmundo Horta Barbosa Costa e Leite.[221]

À frente da Secretaria Municipal de Governo fica até agosto de 1988 o vice-prefeito Jó Antônio Rezende, quando é substituído por Carlos Arthur Pimentel.

[217] Lei 881 de 11/07/1986. Em realidade, a iniciativa de criação desta pasta foi da Câmara, sancionada pelo executivo.

[218] Decreto 5.902 de 23/06/1986.

[219] Decreto 6.914 de 01/09/1987.

[220] Para a Secretaria Municipal de Saúde, Saturnino nomeia o cardiologista José Eberianos Assad. Para a Secretaria Municipal de Fazenda Antônio Carlos Flores de Moraes, substituído em agosto de 1988 por Domênico Mandarino. Na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, José Augusto Assumpção Brito. Na Secretaria Municipal de Transportes, Miguel Antônio Bahury Junior, substituído em setembro de 1988 pelo engenheiro Danilo de Almeida Lobo. Na Secretaria Municipal de Educação, Maria Lúcia Couto Kamache, substituída em agosto de 1987 pelo educador Moacyr Góes.

[221] Foi Secretário de Planejamento, Urbanismo e Orçamento de Duque de Caxias; Subsecretário de Estado de Planejamento e Recursos Hídricos do Rio, Superintendente da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Presidente da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb), Presidente da concessionária de água e esgoto Prolagos, Presidente da Companhia de Água e Esgoto de Petrópolis e Secretário Estadual de Ciência e Tecnologia de Luiz Fernando Pezão.

Para a Secretaria Municipal de Planejamento; nomeia o economista Tito Bruno Bandeira Ryff. Filiado ao PDT, foi vereador pelo PDT entre 1989 e 1990 e deputado estadual em 1991.[222] Com o rompimento com o PDT, Ryff foi substituído em agosto de 1987 pelo economista Aloísio Teixeira.[223]

Para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano foi nomeado Luís Carlos Francisco dos Santos. Em setembro de 1986, assume a cadeira o renomado arquiteto Flavio de Oliveira Ferreira, que acabara de concluir seu doutorado sobre urbanismo.

Para a Secretaria Municipal de Cultura nomeou o ator Antônio Pedro Borges de Oliveira. Enquanto militante do PDT, Antônio Pedro já havia ocupado cargos no governo do estado durante a gestão Brizola. Fica até dezembro de 1987, quando é substituído por Miguel Ângelo Oronoz Proença.

Na Secretaria Municipal de Administração; o advogado Antônio Cerqueira da Silva, que é substituído em fevereiro de 1987 pelo também advogado brizolista Amadeu de Almeida Rocha, que por sua vez, foi substituído em agosto de 1987 por José Frejat, também advogado, envolvido com mobilizações de associações de moradores, como a mobilização contra o despejo na Vila Operária da Fábrica Confiança, tratado no capítulo 2 desta tese.

Para a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Saturnino nomeia Márcio Pereira Guimarães, vereador eleito pelo PDT em 1983. Márcio fica no cargo até fevereiro de 1987, quando assume Sergio Cabral Santos, substituído, por sua vez, em julho de 1988 por Cícero Costard Neto para que Cabral pudesse se candidatar novamente ao cargo de vereador. Sergio Cabral, jornalista e escritor, foi eleito vereador pelo PMDB em 1983, pelo PSB de Saturnino em 1989 e pelo PSDB em 1993. A nomeação de Cabral relaciona-se também à sua atuação, enquanto vereador, com a mobilização junto à SARCA pela preservação do casario da Rua da Carioca, assim como sua atuação pela preservação do bairro de Santa Teresa, conforme mostrado no Capítulo 2 desta tese.

---

[222] No segundo governo de Leonel Brizola, foi Secretário Estadual de Agricultura, Abastecimento e Pesca (1991-1993), Secretário Extraordinário do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (1993) e Secretário de Obras e Serviços Públicos (1993-1994).

Em janeiro de 1999, assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, no governo de Anthony Garotinho (PDT).

[223] Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbete Raul Francisco Ryff (http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raul-francisco-ryff).

Aloisio Teixeira também foi reitor da UFRJ entre 2003 e 2011.

Tanto a nomeação de Sergio Cabral quanto a de José Frejat mostram a aproximação de Saturnino, após o rompimento com Brizola, daqueles que atuavam na militância das associações de moradores da cidade.

Para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social é nomeado Oscar Maurício de Lima Azedo, advogado, jornalista e vereador pelo PDT entre 1983 e 1996. Mauricio Azedo permanece no cargo até julho de 1987, quando é nomeado Raimundo Sergio Borges de Almeida Andrea, sociólogo, militante da organização clandestina Ação Popular.[224] Raimundo participou da luta pela anistia, da fundação do PT e da formação da FAMERJ, onde foi tesoureiro entre 1981 e 1983. Também foi presidente da Associação de Moradores de Botafogo. A nomeação de Raimundo reitera a proximidade entre Saturnino e as associações de moradores.[225]

Saturnino também cria na estrutura administrativa municipal uma empresa chamada Riocop, responsável pela gestão da Fábrica de Escolas, uma usina de produção de pré-moldados para instalação de escolas e postos de saúde criada por Brizola.[226] Inicialmente, assumiu a Riocop Ricardo Pascher, substituído posteriormente pelo filho do prefeito, Bruno Saturnino Braga.

Uma vez empossado prefeito, Saturnino sustentou o compromisso de participação comunitária na gestão da cidade. Como elemento simbólico desta opção, batizou a nova administração *Prefeitura Socialista do Rio de Janeiro.*

A atuação de Saturnino na prefeitura se fundamentou em três principais diretrizes:

1. Investimento social e ampliação da prestação de serviços públicos essenciais;
2. Desenvolvimento econômico, e
3. Descentralização administrativa com participação da população organizada nas decisões de governo.

[224] A Ação Popular era um movimento constituído por militantes católicos que tinha grande força no movimento estudantil (Alves, 2005).

[225] Posteriormente, trabalhou no Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas- Ibase junto com Herbert José de Souza (Betinho) e na elaboração de políticas de segurança pública e direitos humanos.

[226] A Fábrica de Escolas era uma empresa do governo do estado que foi transferida para o município em 1986.



Figura 46 – Saturnino discursando em um dos encontros com associações de moradores promovido pela FAMERJ (Braga, 2015).

> Uma das coisas mais inteligentes que se fizeram no Rio, de uns tempos para cá, é a associação de moradores, instrumento incomparável de colaboração com o poder público, à margem de toda política e de todo interesse particular. Pelo Brasil afora, as câmaras municipais precisam contar com essas agremiações que sugerem, orientam, criticam e ajudam a tocar a administração. O poder e os cidadãos encontram-se e dialogam através desse tipo de organização comunitária. [...] o debate em torno do bondinho realça este fato social: forma-se uma consciência coletiva, que gradativamente poderá tornar a vida urbana mais fácil de ser vivida.[227]

A aproximação das associações de moradores com as políticas de regulação urbana não surgiu em 1986. Mas sua atuação, cada vez mais expressiva, vinha conquistando cada vez mais espaço na cidade e na construção de instrumentos de regulação urbana.

Em setembro de 1983, quando se completavam seis meses da gestão de Brizola, foi publicado no Diário Oficial um suplemento chamado "O que é possível fazer quando governo e povo trabalham juntos".[228] Neste documento, o governo do estado reiterava sua conduta democrática, afirmando que procura "o diálogo com todos os segmentos da sociedade: associações de classe e de moradores, empresários, estudantes, sindicatos, entidades religiosas e produtores rurais", por meio de canais organizados para ouvir as demandas desta população. Ademais, Brizola aponta que declarou de utilidade pública a FAMERJ, em um ato que "coroou a aproximação do governo com as associações de moradores". Ademais, a FAMERJ participava

[227] Coluna de Carlos Drummond de Andrade. Jornal do Brasil, 30/07/1983.

[228] DOERJ, 04/10/1983.

ativamente do programa *Cada Família Um Lote* e mantinha reuniões periódicas com o governador.

Também próxima do governo de Brizola era a FAFERJ que, em janeiro de 1985, tinha sua sede no Campo de Santana recuperada pela prefeitura. Ademais, a Federação tinha reuniões mensais com Marcello Alencar, onde eram discutidas questões de urbanização de favelas, o *Projeto Mutirão* e o apoio da prefeitura na publicação de resoluções do Congresso da FAFERJ.[229]



Figura 47 - Marcello Alencar em reunião com representantes da FAFERJ (DOERJ, 23/01/1985).

Contudo, diferente do discurso do brizolismo em 1982, que elegia como seu principal interlocutor o trabalhador pobre urbano, Saturnino, ao longo de sua campanha em 1985, elegeu como seu principal interlocutor as associações de bairro.

Em realidade, Saturnino aponta que desde a decisão da candidatura estabelecia-se um compromisso "de praticar uma forma mais avançada de democracia, com forte conteúdo de participação popular".[230] Neste cenário, as associações de moradores, com grande prestígio naquele momento, foram escolhidas como interlocutor privilegiado. Tanto que Jó Rezende, presidente da FAMERJ, era o vice-prefeito. A escolha de Jó gerou indignação do PDT, visto que ele não era sequer filiado ao partido, e com grande e pública proximidade com o adversário PT.

[229] DOERJ, 23/01/1985.

[230] Braga, 2015, p. 15.

Mas, a maior expressão da força crescente do associativismo de bairro, foi a sua incorporação dentro da própria prefeitura, nos chamados Conselhos Governo-Comunidade (responsabilidade da Secretaria Municipal de Governo).

Os Conselhos Governo-Comunidade (CGC) foram criados três meses após a posse e implementados seis meses depois de sua criação.[231] Dentre as atribuições dos CGC destacavam-se a de:

- Colaborar com os integrantes da Administração Regional;
- Identificar os problemas existentes nas respectivas Regiões e estabelecer as prioridades para o atendimento dos serviços Públicos necessários, coordenando-os com o planejamento dos diversos órgãos públicos municipais da área;
- Acompanhar a atuação dos órgãos municipais das regiões responsáveis pelos serviços Públicos, assim como propor soluções visando ao aprimoramento destes Serviços;
- Identificar problemas e necessidades da população local, propondo medidas que contribuam para sua solução;
- Opinar, na esfera do Poder Executivo, ou quando pela Câmara Municipal consultados, sobre os Projetos de Lei em tramitação, que se relacionem com a vida de suas comunidades; e
- Colaborar para a integração dos órgãos locais à política governamental.

Os CGCs eram presididos pelo Administrador Regional e compostos por dois representantes de associações de moradores locais indicados pela FAMERJ, dois representantes de associações de moradores de favelas locais indicados pela FAFERJ, dois representantes do Comércio e Indústria da região indicados também por associações locais e dirigentes dos órgãos de atuação local da Região Administrativa, que poderiam ser convocados de acordo com o assunto em pauta. As reuniões eram mensais e não tinham qualquer tipo de remuneração.

Em três anos de atuação, foram instalados 30 conselhos na cidade. Apesar de ter sua composição restrita pela definição do decreto, as reuniões dos CGCs eram abertas e contavam

[231] Dois decretos criaram os Conselhos Governo-Comunidades. O Decreto 5.710 de 10/03/1986, modificava as Regiões Administrativas, adaptando-as às novas tarefas. Já o Decreto 5.711 de 10/03/1986 criava os Conselhos Governo-Comunidade, definidos como uma instância local de interlocução entre os órgãos setoriais de governo e representantes comunitários.

com público cada vez mais numeroso, principalmente após um acordo com do município com a FAMERJ, que suspendeu a restrição numérica de participantes.

Em realidade, essa mesma FAMERJ, incialmente, resistiu à participação das associações de bairro nestas que se tornaram uma espécie de *assembleias populares* principalmente por temer que, por meio dos CGCs, as associações de moradores fossem cooptadas pelo PDT. Em realidade, era pano de fundo desta resistência o fato de que as entidades federativas de bairro do Rio de Janeiro eram ocupadas principalmente por lideranças do PT, que viam com preocupação um possível *aparelhamento* das instituições pelo PDT.

Interessante notar que já existiam conselhos semelhantes (não na prática, mas na forma legal) na estrutura administrativa da prefeitura. Em novembro de 1984, Marcello Alencar regulamentava a Lei 601 de 05/09/1984 que havia criado na estrutura municipal os Conselhos Comunitários.[232] De acordo com a legislação, os ditos Conselhos tinham como atribuição a colaboração na formulação da política comunitária e a orientação no atendimento dos interesses e aspirações dos bairros, com vias a melhorar a qualidade de vida dos seus residentes. Assim como os conselhos de Saturnino, a presidência cabia ao Administrador Regional e os conselheiros seriam indicados por entidades representativas locais.

Outra política que também ganhou força com a chegada de Saturnino Braga foi a de preservação do meio ambiente natural.

Em novembro de 1986, Saturnino criou o Programa de Reflorestamento e Preservação de Encostas que tinha como objetivo o plantio de 2 milhões de árvores (500 hectares) em três anos.[233] Ainda em 1986, em outubro, era criada a APA da Sacopã[234] e em dezembro, a APA de Grumari.[235]

Mas, as ações mais expressivas do ano de 1986, se utilizaram dos instrumentos de regulação urbana do patrimônio cultural.

A primeira grande mobilização preservacionista daquele ano foi a luta pela manutenção da praça conhecida como Buraco do Lume. Este é um caso interessante, que se utilizou da

[232] Decreto 4.760 de 09/11/1984.

[233] Jornal do Brasil, 30/11/1986.

[234] A APA da Sacopã foi criada e regulamentada pelo Decreto 6.231 de 26/10/1986.

[235] A APA de Grumari foi criada pela Lei 944 de 30/12/1986 e regulamentada pelo Decreto 11.849 de 21/12/1992. Em 2001, foi criado do Parque Natural Municipal de Grumari (Decreto 20.149 de 02/07/2001).

ferramenta do tombamento para garantir uma reivindicação ecológica que tinha como pano de fundo o desejo de interromper um empreendimento imobiliário frente à permissividade da legislação urbana.

A história do Buraco do Lume começou em 1973, quando o empresário Lynaldo Uchoa de Medeiros, proprietário da Construtora Contal, adquiriu do Banco do Estado da Guanabara o terreno onde hoje é a Praça Melvin Jones. Antes mesmo de quitar o pagamento, o empresário iniciaria as obras de construção do Edifício Comercial Centro Lume, que seria o maior edifício do Brasil, com 55 andares.[236] Em 1978, com a paralização das obras, o local tornou-se um imenso lago poluído de 15 metros de profundidade, onde se misturavam peixes, mosquitos e lixo, que o prefeito Israel Klabin mandaria aterrar em 1979.

Sete anos depois, em 1986, o caso seria retomado após o Banerj não integralizar um pagamento de 11 milhões de cruzados devidos ao Grupo Lume por conta da liquidação extrajudicial da sua Construtora Contal, o que levaria o banco a devolver o terreno a Uchoa, que pretendia retomar a construção do centro empresarial.[237] Diante desta possibilidade, em outubro daquele mesmo ano, iniciaram-se diversos protestos em defesa da *praça*.

Antes de tratar especificamente dos protestos em defesa do Buraco do Lume, proponho o retorno ao ano de 1984 e à campanha pelas Diretas Já.

Ao fim de 1983, o presidente-militar Figueiredo anunciava considerar a possiblidade de realização de eleições diretas para a presidência. Havia, contudo, um medo real da possiblidade de que um Leonel Brizola ou um Ulysses Guimarães fossem eleitos.

Em defesa da realização de eleições diretas, no começo de 1984, uma série de comícios foram realizados em cidades por todo o Brasil. O primeiro, realizado em Curitiba em janeiro, contou com a presença de 30 mil pessoas.

O comício do Rio de Janeiro foi realizado em 10 de abril, quando um milhão de pessoas foram às ruas, o que na época foi considerada a maior manifestação política do país. De modo a evitar confrontos com o governo federal, Brizola selecionou cuidadosamente aqueles que discursariam: não tiveram voz representantes de organizações clandestinas e bandeiras

[236] A título de curiosidade, Lume é uma palavra formada pelas iniciais de Lynaldo Uchoa de Medeiros.

[237] Jornal do Brasil, 28/07/1989.

vermelhas, com símbolos do comunismo, ficaram mais distante do palanque. O último comício da campanha Diretas Já ocorreu em São Paulo, quando participaram 1,5 milhão de pessoas.

Apesar das demonstrações populares de apoio, a emenda que restabeleceria as eleições diretas não foi aprovada no Congresso Nacional. Contudo, mesmo sem sua aprovação, a definição do novo presidente não seguiria o procedimento usado durante o regime ditatorial. Agora, um Colégio Eleitoral escolheria o novo presidente, que não mais seria militar. Neste novo cenário, a candidatura de Tancredo Neves apresentava-se como invencível.

Brizola, que aspirava candidatar-se à presidência, passou a apoiar que o mandato seguinte tivesse duração de dois anos, o que faria que em 1986 houvesse, finalmente, a realização do pleito direto para a Presidência da República. Tal posicionamento fez com que fosse acusado por membros do PMDB de fazer política em benefício próprio.

Neste cenário, as forças governistas, que não mais poderiam evitar a vitória de Tancredo Neves, propuseram uma coligação: uma chapa mantendo Tancredo como candidato à presidência, mas tendo o ex-arenista José Sarney como vice, a chamada Aliança Democrática.[238]

Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo e Sarney venciam por 480 votos a 180 os candidatos da situação, Paulo Maluf e Flavio Marcílio. Apesar da vitória, Tancredo, vítima de uma doença misteriosa, nunca assumiria a presidência, que ficaria nas mãos de Sarney até 1990, no período que ficou conhecido então como *Nova República.*

A imensa mobilização popular na campanha Diretas Já, ainda que não tenha sido vitoriosa no que tange à realização do pleito direto para a presidência, foi vitoriosa em outro campo: no entendimento de que as ruas das cidades brasileiras eram espaços para realização de manifestações populares. Este foi o caso das manifestações contra a perda da praça conhecida como Buraco do Lume, que uniram em torno destas reivindicações diferentes entidades como

---

[238] José Sarney, advogado, ingressou na vida política em 1954, como suplente de deputado federal no PSD. Em 1957, tornou-se professor na Faculdade de Serviço Social da Universidade Católica do Maranhão. No início da década de 1960, chegou a fazer parte da ala *bossa nova* da UDN.

Sarney foi um dos principais nomes políticos do regime civil-militar. Candidato pela UDN, conquistou com folga o governo do estado do Maranhão em 1965 (com o bipartidarismo, filiou-se à ARENA). Em 1971, foi eleito senador, também pela ARENA, partido do qual se tornou presidente em 1979.

Ocupou a presidência da *Nova República* entre 1986 e 1990.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbete José Ribamar Ferreira de Araújo Costa (http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-ribamar-ferreira-de-araujo-costa).

a FAMERJ, o Clube de Engenharia, o Instituto de Arquitetos do Brasil e a SARCA, dentre outras.[239]

O primeiro protesto se iniciaria no dia 1º de outubro de 1986, quando a FAMERJ acamparia no local e fixaria cartazes nas árvores com os dizeres "Pulmão verde da selva de cimento e aço", ou ainda, "A praça é do povo e o que é do povo não se vende".[240]

No dia 7 foi realizada uma grande manifestação em defesa da praça. Na ocasião, a SARCA promoveu desfile da Miss Rua da Carioca 86, sobre um Ford bigode 1929 em traje de banho. Houve ainda a distribuição de um imenso bolo de um metro e meio de comprimento. Contudo, quem mais tirou proveito da manifestação foi então presidente da Sociedade, Roberto Curi, que aproveitou a ocasião para fazer campanha eleitoral como candidato à Constituinte pelo PDC. Ao final do dia, o desfile da Miss Rua da Carioca acabou gerando confusão, quando passantes começaram a assediá-la agressivamente. Mesmo assim, o resultado foi positivo: em resposta à manifestação, Jó Resende, vice-prefeito, afirmou que a praça permaneceria.[241]

Poucos dias antes dos protestos organizados pela SARCA, o conselheiro Gerardo Mello Mourão, presidente da RioArte e Secretário Municipal de Cultura, solicitaria ao CMPC o tombamento da praça.

---

[239] Outras frentes de atuação também foram abraçadas pela SARCA.

Em dezembro de 1985, um protesto divertido contra permanência de um buraco aberto pela Telerj na Praça Tiradentes, promoveu uma festa de aniversário para comemorar os treze anos do *buraco mais antigo da cidade*. A idade do buraco era objeto de controvérsias. A Telerj afirmava que ele fora aberto em 1981, enquanto a SARCA apontava o ano de 1972. Havia ainda aqueles que apontassem o ano de 1968 como data de nascimento do buraco.

A festa contou com banda de música e participação do Papai Noel, de um xeique árabe (que esperava encontrar petróleo no buraco) e um Ford bigode de 1929 que levou em desfile a Rainha do Buraco. Na ocasião, o presidente da Sociedade afirmava que pediria o tombamento do buraco ao INEPAC, *porque se tratava de um patrimônio histórico.* Foi cantado o *Parabéns pra você,* Papai Noel distribui saquinhos com areia e cimento para tapar o buraco e o vereador Sérgio Cabral foi homenageado com o título de padrinho do buraco (Jornal do Brasil, 14/12/1985).

Outra atividade cultural abarcada pela SARCA na década de 1980 foi a disputa do título de Rei Momo quando em 1986 o concurso começou a ser realizado no espaço da rua. Na ocasião, os candidatos consumiam, juntos, cerca de uma tonelada e meia de macarrão. O concurso já existia desde 1933 (Jornal do Brasil, 11/12/1986).

Ao longo das décadas de 1990 e 2000, as atividades da SARCA foram diminuindo e, consequentemente, a sociedade enfraqueceu-se.

[240] Jornal do Brasil, 02/10/1986.

[241] Jornal do Brasil, 07/10/1986.

> Tombar a praça e proteger o seu entorno justifica-se por um único argumento, o de preservar o pouco que resta do verde e da carioquice da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.[242]

Apesar dos protestos, a situação só seria resolvida definitivamente em 1989, quando a Praça Melvin Jones seria tombada pela Câmara dos Vereadores, a partir de um projeto apresentado em 1987 pelo vereador Jorge Ligeiro do PDT.[243]



Figura 48 - Confusão durante a manifestação pela preservação da Praça Melvin Jones (Jornal do Brasil, 07/10/1986).



Figura 49 – Desfile da Miss Rua da Carioca 86. (Jornal do Brasil, 07/10/1986).



Figura 50 – Em 1978, as escavações para a construção do Centro Lume dão origem a um lago poluído (Jornal do Brasil, 28/07/1989).

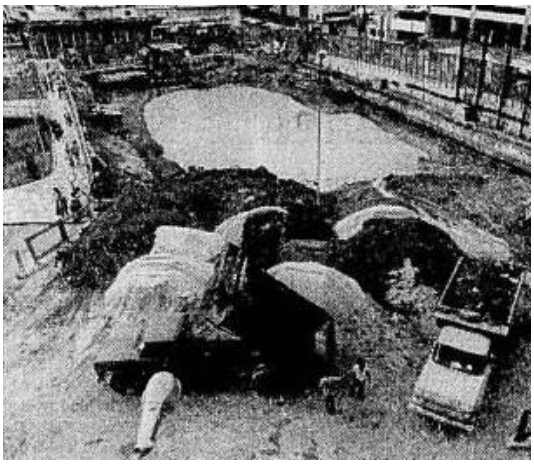


Figura 51 – Apesar de protestos de Lynaldo Uchoa, Israel Klabin manda aterrar o buraco em 1979 (Jornal do Brasil, 28/07/1989).

[242] Parecer do conselheiro Armando Leitão Mendes, processo 12/01.455/1986.

[243] Lei 1.422 de 25/07/89.



Figura 52 – Em 1989, surge no local da obra abandonada, a Praça Melvin Jones (Jornal do Brasil, 28/07/1989).

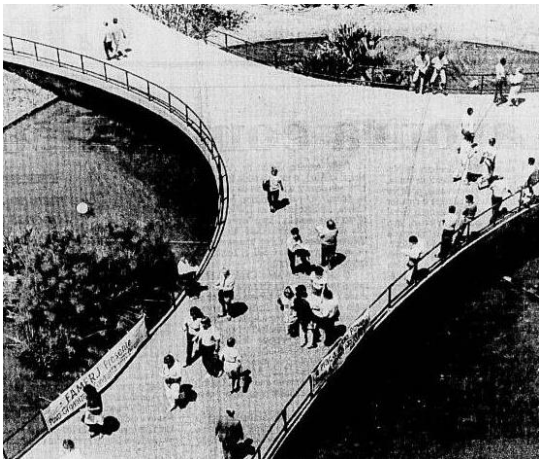


Figura 53 – A Praça Melvin Jones (Jornal do Brasil, 02/10/1986).

Outro caso interessante ocorrido em 1986 foi o tombamento da Ilha de Paquetá.

A preservação da Ilha de Paquetá já vinha indicada desde a década de 1970 pelo PUB-Rio, como já mencionado anteriormente. Contudo, a implementação real da sua proteção começou em agosto de 1986, quando o vereador Emir Amed, do PDT, atendendo a pedido dos moradores daquela ilha, propôs na forma de um projeto de lei o seu tombamento por seu interesse histórico, cultural, paisagístico e ecológico.[244]

Em julho de 1986, o projeto de lei era encaminhado ao executivo e, em setembro de 1986, Saturnino Braga decretava o tombamento provisório da Ilha de Paquetá e mais 18 ilhas e ilhotas próximas. O tombamento tinha validade de um ano, prazo em que o DGPC realizaria inventário dos bens de patrimônio natural, histórico e cultural do local.[245] Ao final do levantamento, a preservação estaria garantida pela criação de uma APA.

Segundo depoimento de Saturnino, o tombamento foi motivado pelo "inestimável acervo ambiental da ilha e pela necessidade de preservação do patrimônio natural e cultural lá existente".[246]

Contudo, o CMPC se permitia discordar de Saturnino e afirmava que o tombamento significaria a inscrição no livro de tombo de cerca de mil prédios cuja arquitetura, em quase sua totalidade, não possuía qualidades para ser tombada. Ademais, declarava que o tombamento da

[244] Jornal do Brasil, 28/08/1986.

[245] O tombamento provisório foi feito por meio do Decreto 6.160 de 30/09/86.

A recomendação de realizar um tombamento provisório com suspensão de concessão de licenças de obras durante um ano foi estratégia proposta pelo DGPC para *ganhar tempo* para realizar o estudo.

[246] Jornal do Brasil, 01/10/1986.

Ilha de Paquetá seria um *erro técnico de uso inadequado dos instrumentos legais existentes na preservação de paisagem e de ambiências urbanas*.

Em verdade, o projeto de lei proposto por Emir Amed não se restringia ao tombamento, mas estipulava parâmetros urbanos para a ocupação da ilha. Em outras palavras, era quase uma APA – apesar de tombar a ilha em sua totalidade.

Diante da inação da prefeitura, um ano após a publicação do decreto de tombamento provisório, foi feito ao governo federal um pedido de tombamento de Paquetá. O pedido foi indeferido no mesmo ano.[247]

O tombamento definitivo e a criação da APAC de Paquetá foram determinados somente 13 anos após o decreto de Saturnino, já no governo de Luiz Paulo Conde.[248]

Outro caso que mobilizou a gestão de Saturnino foi a preservação do Cosme Velho e Laranjeiras.

A luta pela preservação do Cosme Velho começou ainda nos primeiros anos da década de 1980, quando moradores do bairro solicitavam o tombamento de diversas edificações nos bairros. É importante destacar que o Cosme Velho era o bairro do vice-prefeito, Jó Rezende, que fora, em 1979, um dos fundadores da associação de moradores e que, em 1980, era seu presidente.

A discussão a respeito da preservação do bairro do Cosme Velho se iniciara ainda em 1980, quando o ainda governador Chagas Freiras anunciou a construção de uma via paralela à Rua das Laranjeiras conectando os túneis Santa Bárbara e Rebouças: em outras palavras, construir naquele bairro algo semelhante ao que se havia ocorrido poucos anos antes no Rio Comprido com a construção do Elevado da Avenida Paulo de Frontin.[249]

O primeiro pedido foi feito em maio de 1983,[250] por meio da Associação de Moradores do Cosme Velho (AMACV). Os moradores tentavam, junto ao governo do estado, o tombamento do Largo do Boticário e de outras construções como a residência da família Klabin, a Estação da Estrada de Ferro do Corcovado, o Consulado da Romênia, a residência de Austregésilo de Athayde, a residência de Marcos Carneiro de Mendonça, a Caixa d'água do

[247] Processo 1.233, SPHAN.

[248] Decreto 17.555 de 18/05/1999.

[249] Uma parte desta via foi construída: o Viaduto Jardel Filho, que cruza a Avenida Pinheiro Machado.

[250] Jornal do Brasil, 27/10/1987 e Processo E-03/21.272/83.

Mobral, a Sede da FEEM na Ladeira do Ascurra, a residência de Paulo Geyer e 15 prédios da Rua Pires de Almeida.[251]

Insatisfeitos com a demora do INEPAC em atender ao pedido, a AMACV solicitava também ao CMPC, em fevereiro de 1984, cerca de um ano após o pedido inicial, o tombamento dos mesmos imóveis.[252]

> Como prova disto, tomamos a iniciativa de nos dirigirmos a este Conselho, através de V. Sª., a fim de informar sobre a luta que os moradores e amigos do Cosme Velho vem travando, pela preservação das características de sua paisagem urbana tradicional. Em anexo, encaminhamos cópia do requerimento que, em maio de 1983, dirigimos ao arquiteto Ítalo Campofiorito, diretor do INEPAC.

Apesar do desejo da associação de tombamento de diversos imóveis, a análise do INEPAC se focou somente na Estação de Trem do Corcovado.

> A associação de moradores e amigos do Cosme Velho solicitou a este Instituto, no início do corrente ano, vários tombamentos de imóveis localizados no bairro, desejando uma ampla preservação do Cosme Velho. Retomados ultimamente os contatos entre a comunidade e a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, foram iniciados estudos conjuntos que recorrerão possivelmente ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e à Secretaria Municipal de Planejamento, para que o assunto seja tratado de forma sistemática. Nada impede, entretanto, que alguns daqueles bens sejam objetos de atenção isolada. É o caso da Estação do Trem do Corcovado.[253]

Após realização de estudo em parceria com os moradores, o CMPC encaminhou ao prefeito a proposta de tombamento de onze imóveis em outubro de 1985.

Um pouco antes, em junho de 1985, o tombamento da Estação de Trem do Corcovado foi publicado, no que se chamou de tombamento das "sete maravilhas" do Rio, Paquetá e Niterói.[254]

> [Lamento que estejam] destruindo o que resta das raízes de nossa cidade, que acabará sem um marco na sua história.[255]

Os moradores não ficaram satisfeitos com o tombamento somente da Estação. Em agosto de 1986, moradores do bairro vizinho ao Cosme Velho, das Laranjeiras, se utilizaram

---

[251] Jornal do Brasil, 03/10/1983.

[252] Processo 07/002.387/1984.

[253] Ofício 138/INEPAC/83 de 06/10/1983, Processo E-03/21.272/83.

[254] O tombamento provisório data de 19/06/1985.

[255] Depoimento de Nireu Cavalcanti, presidente da AMAL (Jornal do Brasil, 01/08/1986).

de megafones, cartazes, palavras de ordem e até interdição do trânsito para protestar contra a demolição de um casarão na Rua das Laranjeiras 192, cujo pedido de tombamento havia sido feito à prefeitura em 1981, mas nunca atendido.[256] Na ocasião, os manifestantes tentaram entrar na casa, mas foram impedidos por seguranças da Construtora Eldorado, responsável pelas obras de construção dos edifícios que ocupariam o local. A polícia chegou a ser chamada ao local para conter o tumulto.[257]



Figura 54 – Protesto contra a demolição do casarão na Rua das Laranjeiras (Jornal do Brasil, 01/08/1986).



Figura 55 – Demolição do casarão 192 da Rua das Laranjeiras (Jornal do Brasil, 03/08/1986).

Mas não eram somente as demolições que incomodavam e mobilizavam os moradores do bairro.

Em 1984, uma polêmica gerada pela alteração no zoneamento de uso do solo mobilizou, além dos moradores, o poder legislativo: no centro do debate estava a autorização pela prefeitura para o funcionamento de uma creche em uma região do bairro que até então era estritamente residencial.[258] Na ocasião, a FAMERJ chegou a realizar nas instalações de uma escola local um debate que, além dos moradores, contou com a participação do presidente da Câmara dos vereadores Mauricio Azedo, o presidente da FAMERJ Jó Resende e o Coordenador do Meio Ambiente da Prefeitura José Vilhena. A associação considerava a aprovação do alvará "autoritária e agressiva", visto não ter consultado a população.[259] De modo a impedir ações semelhantes, a AMACV defendia que o zoneamento da cidade fosse por meio de uma lei, o que impediria modificações do executivo sem debate público.

[256] Jornal do Brasil, 01/08/1986.

[257] Jornal do Brasil, 03/08/1986.

[258] Tratava-se da Creche Dedo Mindinho na Ladeira do Ascurra.

[259] Recorte de jornal anexo ao processo 07/002.387/1984.

Em 1986, uma primeira conquista; os moradores do Cosme Velho viam uma de suas reivindicações ser atendida: o Largo do Boticário era protegido pela prefeitura, não com o tombamento, mas por um decreto que estabelecia "condições ambientais de proteção ambiental para a preservação da ambiência e do conjunto arquitetônico dos imóveis que compõem o Beco e o Largo do Boticário".[260] Apesar de não ser um tombamento, o decreto determinava que qualquer obra no local deveria ser aprovada pelo órgão executivo de patrimônio cultural.

A opção pela não utilização do instrumento do tombamento é curiosa, e não passou despercebida: "ele deveria ser tombado por seu aspecto ecológico, turístico, que atrai visitantes como as curvas sensuais de uma mulata, e porque não sei a força que as autoridades podem ter para defendê-lo sem que haja o tombamento".[261]

Em 1987, o DGPC concluía o Projeto Cosme Velho, um estudo para proteção do patrimônio cultural do bairro. O estudo enfatiza a participação dos moradores na sua elaboração:

> Como já salientamos em outros trabalhos realizados por este Departamento, qualquer intervenção do poder público no espaço urbano só será eficaz se contar com a colaboração, o apoio e o respaldo dos moradores da cidade. Esta diretriz, fundamental para o sucesso de qualquer trabalho governamental, tem sido a deste Departamento. Consideramos que só é possível definir e entender a identidade cultural de uma área se ouvirmos seus moradores; que só é possível preservar e efetivamente quando o que vai ser preservado é fruto do diálogo. E para isso é necessário a troca de conhecimento entre técnicos e comunidade. Esta última, como temos visto, é capaz de definir com precisão o que é característico em seu bairro, e por isto deve ser mantido.[262]

Em abril de 1987, os resultados dos estudos eram apresentados publicamente no auditório do Colégio São Vicente de Paula, no Cosme Velho. Em julho de 1987, os moradores apresentaram uma contraproposta, com sugestão de alterações.

Finalmente, em outubro de 1987, seriam tombados provisoriamente, por Saturnino Braga, o Largo do Boticário e algumas outras casas, no mesmo decreto que instituiu a APA do Cosme Velho e Laranjeiras, atendendo a um pedido da Associação de Moradores e Amigos do Cosme Velho de 1984.[263]

---

[260] Decreto 5.730 de 19/03/1986 e PAA de preservação nº 9.643.

[261] Depoimento de Augusto Rodrigues (Jornal do Brasil, 30/03/1986).

Apesar do racismo e machismo explícitos, a fala questiona a não utilização do tombamento.

[262] Projeto Cosme Velho 1987.

[263] Decreto 7.046 de 28/10/1987. Posteriormente, foi ratificado pela Lei 1.784/1991.

> Há no bairro do Cosme Velho um conjunto de edificações que estão há muito tempo a reclamar sua inclusão no rol dos bens culturais preservados e reconhecidos pelo tombamento estadual.[264]

Ainda em outubro de 1987, era aberto no INEPAC, em paralelo, um outro processo de tombamento do Largo do Boticário e outros 12 imóveis localizados no Cosme Velho.[265] O tombamento estadual do conjunto arquitetônico foi publicado em novembro daquele mesmo ano.[266]

Uma outra história mobilizou as associações de bairro da Lagoa e seu entorno.

Em 1985, era entregue ao CMPC, por 12 associações de moradores da zona sul, um pedido de tombamento da Lagoa Rodrigo de Freitas na forma de um projeto que visasse a "garantia e conservação de sua forma, dimensões e limites atuais, inclusive de suas ilhas, como espaço público integrado na história do Rio de Janeiro".[267]

> As associações de moradores abaixo relacionadas, legitimamente representadas pelos seus presidentes ou procuradores legais vêm, solidariamente, por este intermédio, requerer o tombamento da Lagoa Rodrigo de Freitas para todos os fins de garantia e conservação de sua forma, dimensões e limites atuais, inclusive de suas ilhas, e de sua incolumidade como espaço público integrado na história do Rio de Janeiro.
>
> [...] **Entendemos o tombamento da Lagoa Rodrigo de Freitas como um ato político e social de grande envergadura, acima dos decretos, das leis e das normas que porventura regulem seu uso, eis que transferirá ao povo a sua propriedade e consagrará, definitivamente, sua incorporação à geografia, à cultura e aos costumes de nossa cidade**.[268]
>
> Queremos a preservação do espelho d'água, a área que envolve a Lagoa, sua conservação e, se possível, a retomada de áreas para a comunidade.[269]

Motivava o pedido, principalmente, os aterros ilegais realizados pelos Clubes Piraquê e Caiçaras – entre 1975 e 1985, os dois clubes, juntos, ocuparam 3.300 metros quadrados da

---

[264] Ofício 226/INEPAC/87 de 13/10/1987, Processo E-18/300.258/87 de 19/10/1987.

[265] Processo E-18/300.258/87 de 19/10/1987.

[266] O tombamento provisório data de 13/11/1987, já o definitivo, data de 12/09/1990.

[267] Jornal do Brasil, 31/05/1985.

Processo 07/014.748/1985.

[268] Carta da AMAI, AMA-Gávea, AMA Corte, AMA Fonte, AMORABRASE, ADESPE, AMA Leblon, AMA Tabatinguera, CAL Alto Leblon, AMA Jardim Botânico, AM Pavão e Pavãozinho e AM Cantagalo (Processo 07/017.748/1985.)

O tombamento também era apoiado pela FAMERJ.

[269] Depoimento de Marília Bandeira, vice-presidente da Associação dos Moradores e Amigos de Ipanema (Jornal do Brasil, 31/05/1985).

Lagoa.[270] É interessante notar que, como expresso no documento de abertura do processo de administrativo, o tombamento era compreendido como um ato político que consagraria o uso público da Lagoa.

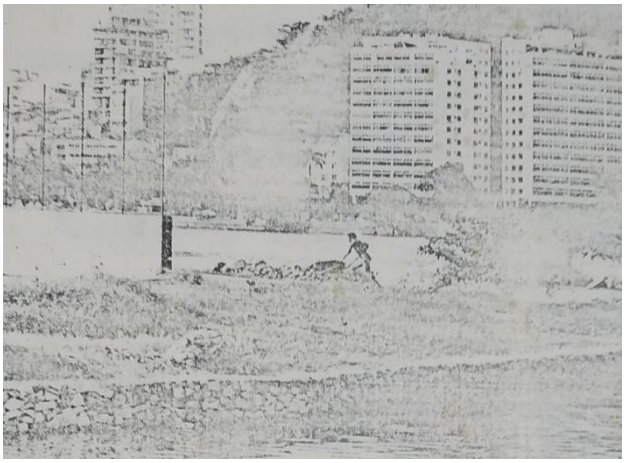


Figura 56 - Aterro sendo executado (O Globo de 31/05/1985, reportagem anexa ao processo 07/014.748/1985).



Figura 57 - Representantes das associações de moradores que se mobilizaram pela proteção da Lagoa (Jornal do Brasil, 02/03/1986).

> Entregamos o pedido em maio do ano passado ao Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural do Rio. [...] Houve aprovação unânime de seus conselheiros. O prefeito Marcello Alencar diz que só não assinou o decreto de tombamento por questões técnicas. Vamos ver o que o Saturnino acha.[271]

Em agosto de 1985, o CMPC recomendava ao prefeito, unanimemente, o tombamento da Lagoa. Mas, apesar de a proposta ter sido aprovada unanimemente pelos conselheiros, o decreto de tombamento não foi assinado por Marcello Alencar. Em março de 1986, já com Saturnino na Prefeitura, as associações esperavam que o tombamento se tornasse realidade. Preocupava as entidades a execução de aterros sobre o espelho d'água como o executado em fevereiro pelo Clube Piraquê para a construção de uma quadra de tênis, ou ainda, os executados pelo empresário Ricardo Amaral, proprietário de restaurantes e casas noturnas na Avenida Borges de Medeiros.[272]

---

[270] Jornal do Brasil, 21/06/1986.

Esta não era a primeira vez que as associações de moradores solicitaram o tombamento ao poder público. Em 1974, um pedido foi entregue ao então prefeito Marcos Tamoyo, que o negou. Posteriormente, a SERLA foi consultada e verificou que, em realidade, os aterros seguiam um projeto de alinhamento de 1975, assinado pelo mesmo Tamoyo.

[271] Depoimento do presidente da Associação de Moradores e Amigos de Ipanema, Cláudio Pinheiro (Jornal do Brasil, 02/03/1986).

[272] Jornal do Brasil, 02/03/1986 e Decreto 5.921, de 03/07/86.

Em junho, Saturnino anunciava que, até o fim do mês, tombaria a Lagoa, atendendo às reivindicações feitas há mais de um ano. Com o tombamento, assinado em julho de 1986, novos aterros passaram a ser proibidos.[273]

Em 1989, foi elaborado o Projeto Lagoa, em atendimento a uma recomendação do próprio tombamento. Este estudo delimitou a área tombada.[274] Assim, finalmente, no ano seguinte, com a delimitação definida, foi decretado o tombamento definitivo da Lagoa Rodrigo de Freitas.[275]

Em 1986, a expiração de um decreto de desapropriação de um terreno na Fonte da Saudade resultou em mobilização da Associação de Moradores da Fonte da Saudade contra a possiblidade de retorno da construção de um empreendimento da Astúrias Empreendimentos e Administração S.A. de propriedade de Fernando Manoel Ramos de Sousa, conhecido no bairro como Fernando Português. A construção, iniciada em 1980, foi denunciada em 1980 pelo presidente da AMAFONTE por estar em encosta com aclive maior que 45 graus. Apesar da obra ter sido embargada várias vezes, o impasse foi resolvido com a publicação de um decreto de criação da APA da Sacopã.[276]

Em 1987, outras construções irregulares na região da APA da Sacopã indignavam moradores da Fonte da Saudade. Em julho, a presidente da Associação de Moradores da Fonte da Saudade Sueli Feijó denunciava as obras de construção de um edifício na Rua Vitória Régia, 800, que continuavam apesar da criação da APA.[277] Denunciava também a obra ilegal no condomínio da Rua Sacopã, 852, que desobedeciam ao embargo emitido.[278]

Também em 1986, os moradores do Jardim Botânico novamente se organizavam para lutar contra o impacto da transformação da principal rua do bairro em uma via expressa que conectaria zona sul à Barra da Tijuca. Em resposta, o Detran argumentava que a alteração seria temporária, enquanto se realizavam reparos na rede elétrica. No entanto, mesmo assim,

---

[273] Jornal do Brasil, 21/06/1986.

[274] Tratava-se do PA 9.548, aprovado pelo Decreto 130/1975.

[275] Decreto 9.396 de 13/06/1990.

[276] A APA da Sacopã foi criada e regulamentada pelo Decreto 6.231 de 26/10/1986.

Jornal do Brasil, 31/07/1987.

[277] Jornal do Brasil, 27/07/1987.

[278] Jornal do Brasil, 1/07/1987.

Para impedir a continuação das obras do número 852 da Rua Sacopã, reforço policial chegou a ser convocado pelo Diretor da 6ª RA (Jornal do Brasil, 04/08/1987).

permanecia o temor, por parte dos moradores, de que após as eleições, ela se tornasse permanente.[279]

Por fim, em 1986, era publicado o Decreto 6.115, análogo a um PEU, que definiu condições de uso e ocupação do solo específicas para o bairro do Leblon.

Agora, o caso da região portuária do Rio, uma história que havia começado com Darcy Ribeiro e com a política de valorização da história do negro, mas que acabou também se tornando uma luta comunitária atendida por Saturnino Braga.

## O PROJETO SAGAS

A mobilização em torno da preservação dos bairros que compõem a região portuária da cidade (Saúde, Santo Cristo e Gamboa) começa ainda em 1983, quando seus moradores, desejosos de que ocorresse uma reversão do processo de precarização das condições de vida, pedem a ampliação do projeto Corredor Cultural para a sua região. É importante destacar que, no ano anterior, em 1982, fora fundada a AMAS, a Associação de Moradores da Saúde, com o objetivo de denunciar o abandono dos três bairros portuários.

Em resposta à mobilização dos moradores, em agosto de 1983, era realizada no Centro Cultural José Bonifácio[280] a *Primeira Quinzena de Debates sobre o Bairro da Saúde*, evento promovido pela AMAS, com apoio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e da I Região Administrativa. Participaram do evento, que pretendia propor soluções para os problemas do bairro, o próprio vice-governador Darcy Ribeiro, a Secretária Estadual de Educação Maria Yeda Linhares, o Secretário Municipal de Obras Samir Haddad, o presidente do CMPC Pedro Nava, o vereador do PMDB Sérgio Cabral, o escritor Artur da Távola, o Secretário Estadual de Transportes José Colagrossi Filho e o presidente da FAMERJ Jó Resende.[281]

A reposta da prefeitura às demandas apresentadas no Seminário veio em 1984, na forma da elaboração do inventário arquitetônico do SAGAS por um grupo de trabalho formado pela Associação de Moradores da Saúde, Faculdade de Arquitetura Silva e Souza, Instituto de

[279] Jornal do Brasil, 08/11/1986.

[280] O Centro Cultural José Bonifácio foi inaugurado em 1986 em um palacete na região portuária onde funcionou uma escola inaugurada por D. Pedro II em 1877.

[281] Jornal do Brasil, 07/08/1983.

Arquitetos do Brasil, Instituto Municipal de Arte e Cultura, Diretoria de Patrimônio Cultural e Artístico, Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural, INEPAC e SPHAN.[282]

Em outubro de 1984, após um ano de trabalho, um marco inédito para os movimentos de preservação histórica e cultural no Brasil: "ficou pronto o primeiro projeto feito em conjunto pelas comunidades interessadas e pelos órgãos oficiais apropriados, em todos os níveis administrativos"; o projeto SAGAS, que previa a preservação de grande parte do conjunto arquitetônico da região.[283]

Mesmo como projeto pronto, a preservação não se tornaria ainda realidade.

Em novembro de 1984, cerca de 100 moradores levaram à Câmara dos Vereadores um pedido: a suspensão de um projeto para a construção de um viaduto que ameaçava destruir parte dos morros do Pinto e da Providência, assim como a suspensão da instalação de um Centro Internacional de Comércio na região. Os moradores pleiteavam a definição de uma legislação que garantisse "a sobrevivência de uma área que [estava] sendo ameaçada de desaparecer".[284]

Em resposta, ainda em 1984, o vereador Sérgio Cabral do PMDB apresentava ao plenário um projeto para a criação de uma APA para os bairros portuários. Cabe lembrar que, poucos meses antes, o mesmo vereador havia apresentado a Câmara um projeto de lei que tornou-se a APA de Santa Teresa, como explicado neste texto anteriormente.

Também em 1984, era tombada pelo INEPAC a Pedra do Sal.[285] A iniciativa de tombamento atendeu a um pedido pessoal do historiador negro Joel Rufino.

> Dirijo-me a v. Sa. Com a convicção de iniciar um processo de conteúdo extremamente inovador, em matéria de patrimônio histórico e artístico. **Trata-se de preservar, de reconhecer oficialmente, o valor simbólico de uma pedra, de um simples pedaço de chão, mas que é testemunho cultural mais que secular da africanidade brasileira.**
>
> D'agora em diante, levanta-se uma nova hierarquia de valores no Morro da Conceição. Não são só os entornos do Palácio Episcopal, da Fortaleza da Conceição, da Igreja de São Francisco da Prainha – bens tombados por sua

[282] Processo E-18/00.627/84 de 21/12/1984.

[283] Jorna do Brasil, 21/10/1984.

SAGAS é uma sigla formada pelas iniciais dos bairros abrangidos pelo projeto: Saúde, Gamboa e Santo Cristo.

[284] Jornal do Brasil, 13/11/1984.

[285] O tombamento provisório data de 23/11/1984, já o definitivo, de 27/04/1987.

> glória superior – que garantem o velho casario: **de baixo para cima, é o monumento negro e popular que protege o resto**. [286]

É interessante observar que o parecer do Conselheiro Marcelo de Ipanema transcreve aquilo que era elemento discursivo do brizolismo, a representação da população negra. Cabe lembrar que lideranças do movimento negro como Abdias Nascimento e o jornalista Carlos Alberto de Oliveira, o Caó, integravam o PDT.

> [...] os templos católicos foram tombados, e preservados. Nenhum afro-brasileiro o foi. [...] A amarga verdade é que, conquanto se considere as excepcionalidades da proteção aos jazimentos indígenas, o que revelam as relações protetoras de bens culturais praticadas, pelo menos até há poucos anos atrás, é a presença esmagadora de bens de colonizadores e de nacionais. E no detalhamento do exame delas sobressaem quase que espantosamente, bens de duas naturezas: monumentos religiosos católicos e edificações dos poderes públicos e, dentre estes, os dos poderes executivos.[287]

Apesar da mobilização dos moradores, o primeiro fruto da preservação dos bairros portuários viria somente ao fim de 1985, na forma de uma legislação que definia parâmetros para as novas edificações e reformas.[288] Alguns meses depois, esta legislação era regulamentada por diploma legal elaborado pelo recém-criado Departamento Geral de Patrimônio Cultural, o DGPC.[289] Finalmente, no ano seguinte, em maio de 1987, seria instituída a APA dos bairros de Santo Cristo, Saúde, Gamboa e parte do Centro.[290]

1986 seria um ano de muitas conquistas para a preservação do patrimônio cultural.

Em agosto deste ano era criado, na estrutura da Secretaria Municipal de Cultural o DGPC. Sua criação fez parte de um ato que alterou toda a estrutura da Secretaria.[291]

Na ocasião, foram criados três departamentos gerais, duas assessorias e uma diretoria. São elas:

---

[286] Ofício 53/INEPAC/84 de 30/04/1984, Processo E-18/300.048/1984.

[287] Processo E-18/300.048/1984.

[288] O Decreto 5.459 de 08/11/1985 considerou parte dos bairros da Saúde, Santo Cristo, Gamboa e Centro para fins de preservação. Para tal, dividiu a região em área central, zona residencial e zona comercial, além de criar centros de bairro e definir o parcelamento e uso do solo.

[289] Portaria n. 002 de 14/03/1986.

[290] A APA foi instituída pela Lei 971 de 04/05/1987 e regulamentada pelo Decreto 7.351 de 14/01/1988.

[291] Decreto 6.024 de 11/058/1986.

- O Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, ao qual ficaram subordinados a Divisão de Documentação e Biblioteca e o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro;
- O Departamento Geral de Ação Cultural;
- O Departamento Geral de Patrimônio Cultural;
- A Assessoria de Planejamento e Orçamento;
- Assessoria de Desenvolvimento Institucional, e
- A Diretoria de Administração.

Eram atribuições do DGPC a realização de pesquisas e inventário de bens culturais para instrução de processos de tombamento e de criação de APAs que seriam enviados ao CMPC (levando em conta tanto o parecer dos técnicos quanto as reivindicações das comunidades locais); fiscalizar e vistoriar os bens preservados por políticas de patrimônio cultural e administrar um centro de estudos voltado à preservação da memória da Cidade do Rio de Janeiro (aquele que seria construído no Castelinho do Flamengo). É interessante notar que o texto do decreto mencionava, explicitamente, a importância de se levar em consideração as reivindicações das comunidades locais. Para além das reivindicações, o DGPC também se propunha a preservar o patrimônio cultural do cotidiano do carioca.

> Nossa filosofia de proteção ao patrimônio da cidade está voltada para seu cotidiano, interligada a ele. Por isso, vem corrigir uma série de distorções que deterioram a qualidade de vida da população.[292]

A estrutura do DGPC, por sua vez, era composta por três divisões:

- A Divisão de Cadastro e Pesquisa, responsável pela elaboração dos estudos com vistas a tombamento;
- A Divisão de Preservação e Recuperação, responsável pela fiscalização e conservação das edificações preservadas, e
- A Divisão de Inventário e Planejamento, responsável pela elaboração dos inventários e APAs.

Mas retornemos ao patrimônio cultural portuário.

[292] Depoimento do Secretário Municipal de Cultura Antônio Pedro (DOERJ, 10/03/1987).

Em janeiro, conforme já mencionado, chegava também à região portuária o projeto Rio Ano 2000, uma espécie de expansão do Projeto Corredor Cultural, mas coordenado pelo arquiteto Jaime Lerner que definia melhorias para a região.

Em agosto, eram tombados pelo DGPC, no âmbito do Projeto SAGAS, painéis de três botequins localizados na região portuária. "A iniciativa de tombar os painéis, inédita no país, obedeceu a uma nova visão de patrimônio histórico artístico e cultural. [...] O Rio tem um patrimônio riquíssimo e uma simples árvore pode ser tão importante como um palácio. Temos que olhar as pequenas coisas, o cotidiano e não só os grandes acontecimentos", dizia Raquel Jardim, diretora do DGPC, lembrando que este espírito de preservação na cidade havia nascido no Corredor Cultural.[293] No mês seguinte, mais uma ação de valorização da arquitetura popular, eram tombados, também pelo DGPC, cortiços localizados na região central. "Ao contrário das ameaças de então, os cortiços agora estão protegidos pelo Departamento Geral do Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal de Cultura que vê neles parte da memória social da cidade".[294]

O mesmo decreto tombou, surpreendentemente, pela primeira vez na cidade do Rio de Janeiro, uma edificação localizada em uma favela: tratava-se do tombamento do Oratório do Morro da Providência. Contudo, ainda que localizada no território de uma das mais antigas e mais famosas favelas cariocas, o oratório não se relacionava à história da favela e fora construído como o primeiro monumento em homenagem ao Redentor. Em outras palavras, tratava-se da preservação de uma edificação localizada **na favela**, mas que não era **da favela.**[295]

Posteriormente, em novembro de 1987, a preservação do patrimônio cultural ganharia um aliado: empresas privadas, em parceria com o poder público (Companhia Docas e a Secretaria Estadual da Indústria e do Comércio), decidiram apostar numa proposta de desenvolvimento racional da área, sem agredir a paisagem centenária. As iniciativas abarcavam projetos de utilização dos galpões e armazéns obsoletos para a construção de um Centro Internacional de Comércio. Acreditava-se que a construção deste centro, que transformaria o Rio no principal polo de comércio internacional do Atlântico Sul, seria o ponto de partida do programa de revitalização da zona portuária.[296]

---

[293] Jornal do Brasil, 17/08/1986.

[294] Informe publicitário do DGPC. Jornal do Brasil, 28/09/1986.

[295] Até hoje, são raras as edificações em favelas protegidas pelo patrimônio cultural. No Rio de Janeiro, foram tombadas uma das primeiras casas da Rocinha (Decreto 22.384 de 04/12/2002) e a casa onde morou Dona Zica e Cartola na Mangueira (Decreto 22.607 de 20/01/2003).

[296] Jornal do Brasil, 03/11/1987.

Apesar do projeto, a revitalização da região portuária só ocorreria a partir de 2009, com a criação do projeto Porto Maravilha, na gestão do prefeito Eduardo Paes, mas esta é outra história.[297]

## O FIM DO PERÍODO

Os mapas a seguir mostram a distribuição territorial das políticas de regulação urbana no período estudado neste capítulo. Importante apontar que, os mapas indicam **todos** os instrumentos criados no período, ainda que o texto não tenha explorado todos os casos, mas somente os mais interessantes do ponto de vista da abordagem proposta nesta tese. Caso o leitor tenha interesse, as listagens integrais encontram-se nos anexos, para consulta.

Os mapas dos PEUs decretados entre 1983 e 1986 mostram uma concentração na região central e zona sul, região onde Brizola e Saturnino não haviam obtido seus melhores resultados eleitorais, mas, mesmo assim, onde o brizolismo já vinha, desde 1983, dialogando, principalmente, com o pequeno empresariado do Centro e com os moradores de Santa Teresa.

Já os tombamentos concentraram-se na região portuária, onde também foram produzidas legislações de zoneamento e regulação do uso do solo – cabe lembrar que a atuação da prefeitura nesta região relacionava-se diretamente à agenda de Darcy Ribeiro de valorização da luta do movimento negro. Os tombamentos concentraram-se também no eixo da linha férrea, onde encontram-se as antigas instalações fabris, que também foram preservadas por ações de tombamento e de valorização da memória operária na cidade, outra pauta abraçada pelo discurso brizolista.

Poucos meses depois, seria firmado entre a companhia Docas e a Associação Comercial do Rio de Janeiro, na presença do Ministro dos Transportes Reinaldo Tavares um protocolo para execução da revitalização da zona portuária. Com previsão de conclusão em cinco anos, o projeto tinha previsão de investimento de 1,5 bilhão de dólares, advindos, principalmente, da iniciativa privada (Jornal do Brasil, 15/02/1990).

[297] O projeto Porto Maravilha, apesar de ter em comum o desejo de promover a revitalização da região portuária, teve metas diferentes daquelas pleiteadas pelas associações de moradores na década de 1908.

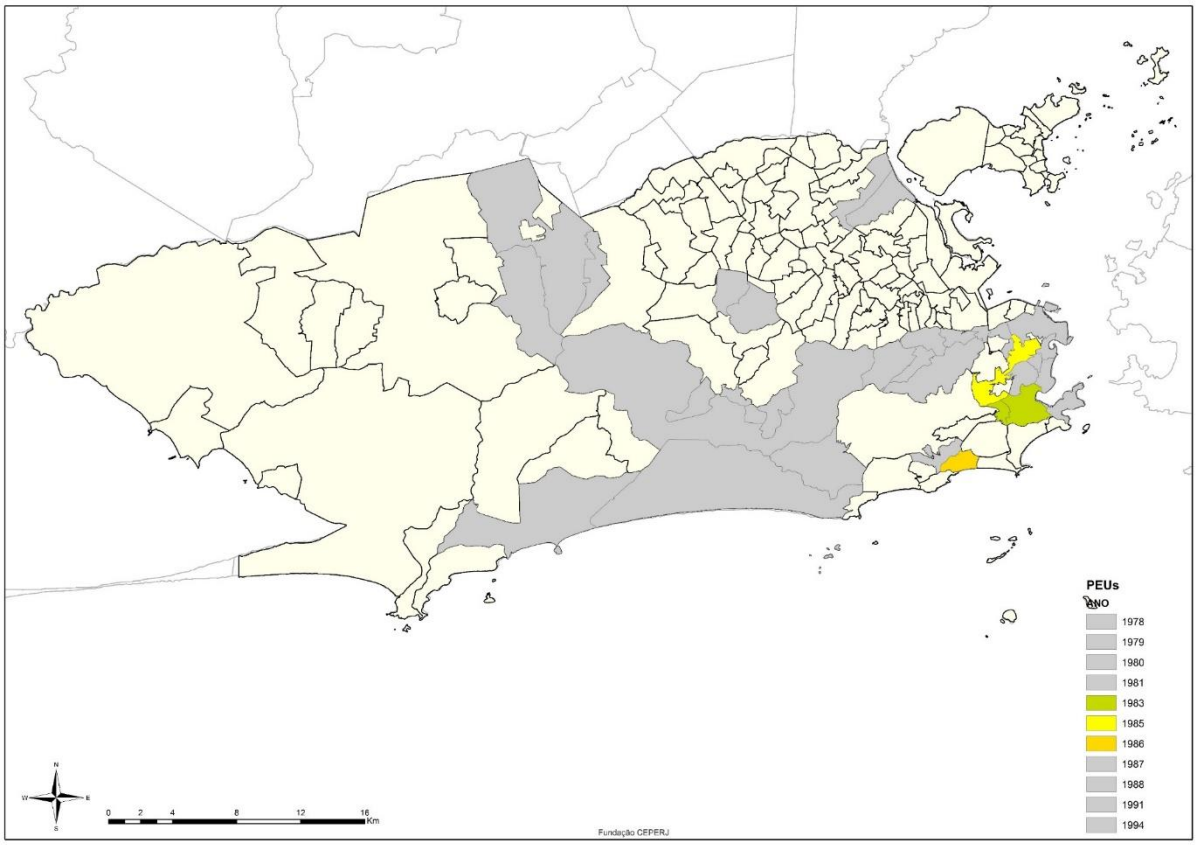



Figura 58 - Mapa dos PEUs criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1983 e 1986.

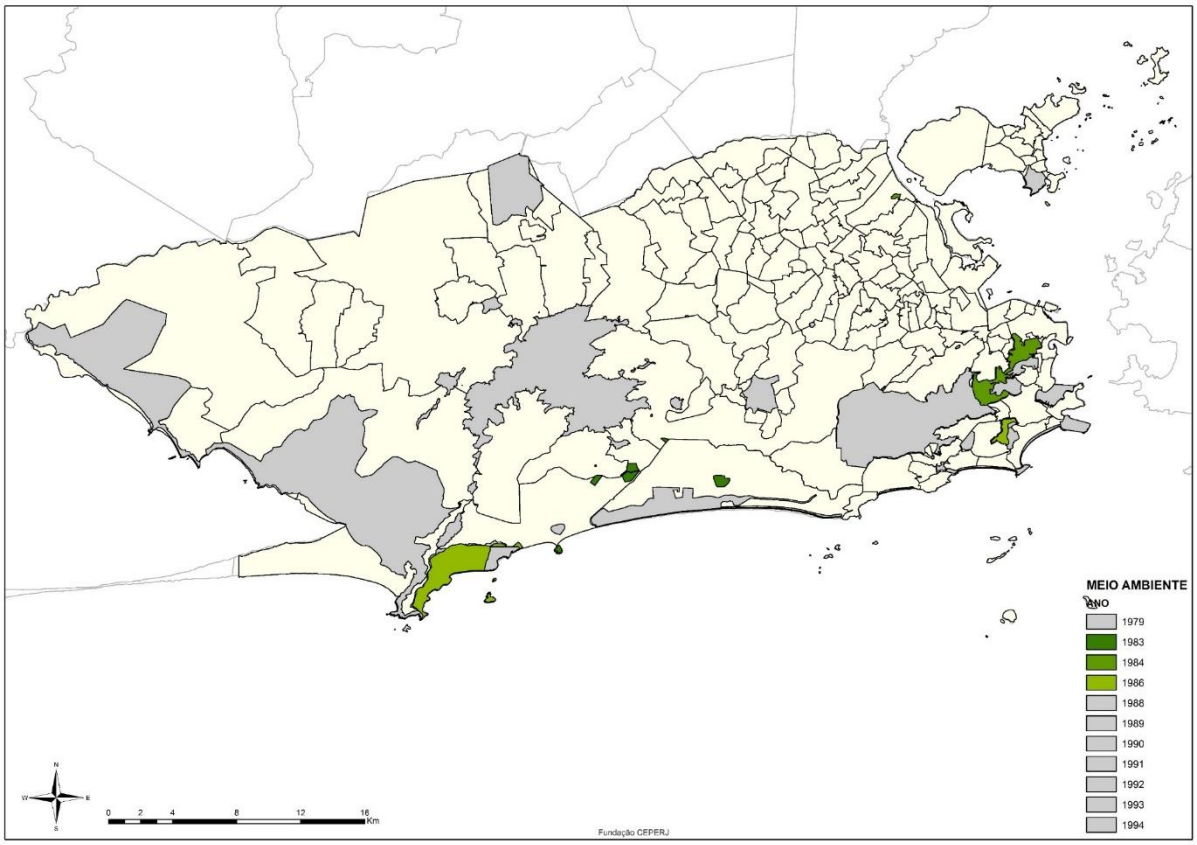



Figura 59 - Mapa das APAs e Parques Naturais criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1983 e 1986.

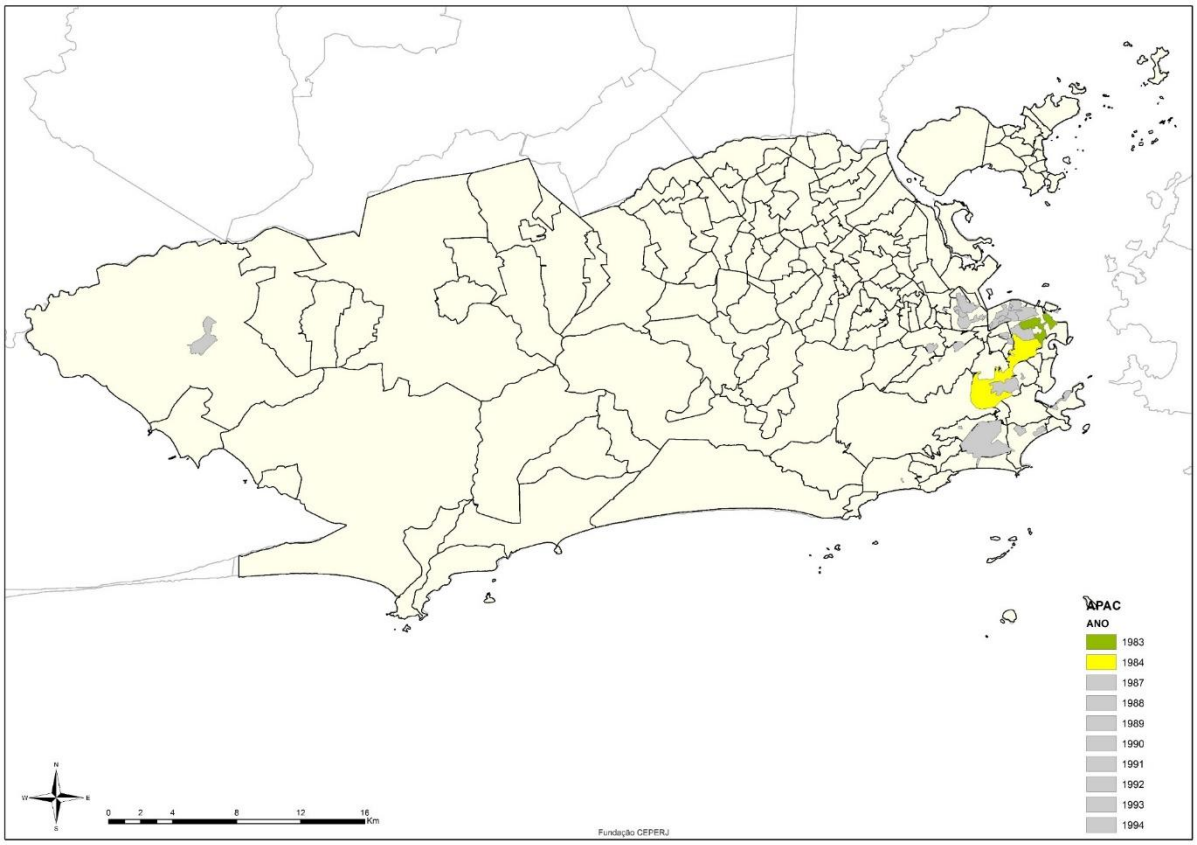



Figura 60 - Mapa das APACs criadas na cidade do Rio de Janeiro entre 1983 e 1986 (Capítulo 2)

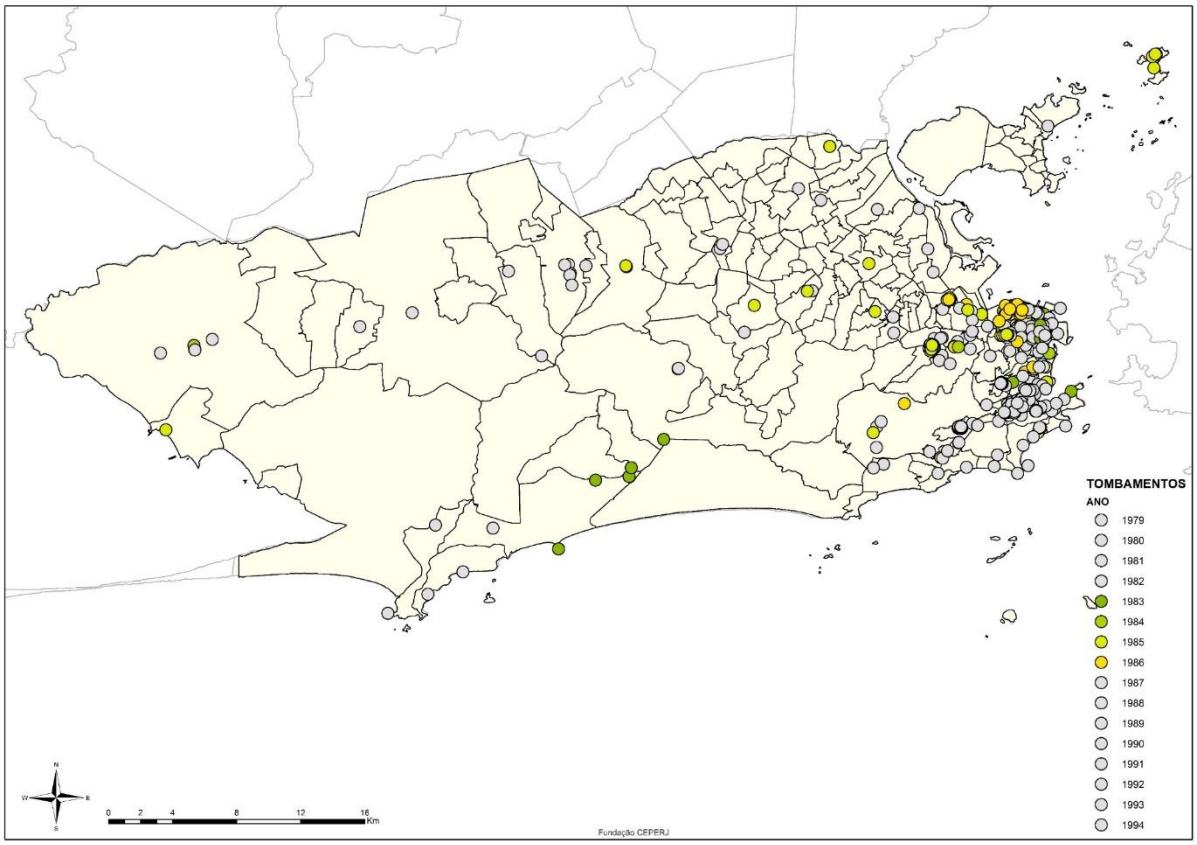



Figura 61 - Mapa dos tombamentos feitos na cidade do Rio de Janeiro entre 1983 e 1986 (Capítulo 2)

1986 foi um ano importante para o brizolismo no Rio de Janeiro: o último ano da gestão de Leonel Brizola, assim como o ano da eleição que decidiria quem seria o próximo governador do estado. 1986 também foi o ano de realização de eleições para a Constituinte.

O pleito para o governo do estado de 1986 teve, como principais candidatos, o antropólogo Darcy Ribeiro, vice-governador e candidato de Brizola, e Moreira Franco, não mais do PDS, mas como candidato do PMDB.

A campanha de Moreira Franco massacrou a política de segurança de Brizola, que incluía programas de regularização fundiária em favelas, além da proibição das blitzes discricionais. Outro ponto de ataque do candidato foi o programa educacional dos CIEPs, idealizado e implementado pelo próprio Darcy Ribeiro.[298] Mas, provavelmente, o fator decisivo desta eleição tenha sido o Plano Cruzado.

Diante da grave recessão econômica que, desde o início da década de 1980 não dava sinais de trégua, em fevereiro de 1986, o então presidente José Sarney anunciou um plano de estabilização econômica, que ficaria conhecido como Plano Cruzado. O Plano Cruzado propunha, por meio de medidas como o congelamento de preços e salários, corte de três zeros no cruzeiro e sua substituição por uma nova moeda, conter a inflação galopante.

A Nova República havia herdado do governo civil-militar uma grave crise econômica: uma dívida externa que somava cerca de 100 bilhões de dólares em 1984 e uma inflação que em 1985 atingia índices de cerca de 13% ao mês (no ano anterior, a inflação somada atingiu 255%!).

Para garantir o sucesso do Plano Cruzado, Sarney convocou a população a fiscalizar o respeito às tabelas de preços. Muitos estabelecimentos comerciais foram denunciados e seus gerentes detidos por desrespeitarem o congelamento, medida bem recebida por uma população que via seus salários perderem capacidade de compra a cada dia.

Como diz Freire (2016) Brizola teria se *pintado para a guerra* nos primeiros meses de 1986 para combater o Plano Cruzado.

> O governo Sarney, com o pacote, optou e aprofundou o modelo econômico do autoritarismo, modelo que empobreceu o povo brasileiro, concentrou a renda, edificou escandalosamente a nação e fez as mais lesivas concessões aos interesses internacionais, agravando a nossa dependência. Trata-se, como é evidente, de um modelo econômico incompatível com a liberdade e a

[298] Cf. Filho, 2008.

> democracia. Só com um crescente autoritarismo conseguirá manter-se num país como o Brasil. Esta é a razão porque se procrastinam as eleições presidenciais: precisam continuar aplicando, como estão fazendo, as leis e os regulamentos discricionários da ditadura, principalmente na área econômica.
>
> Eis o governo Sarney. Engane-se quem quiser ser enganado. Nem mesmo o regime do arbítrio, que imperou nestes últimos 20 anos, foi tão frio e irresponsável em aprofundar, de forma drástica como o fez, o mecanismo de dominação e empobrecimento do povo brasileiro.[299]

Apenas seis dias após a divulgação do plano, Brizola, ainda governador, fez um pronunciamento na televisão, condenando ferozmente o Plano Cruzado. Contudo, no mês seguinte, o sucesso inicial e seu apoio popular, enfraquecia Brizola, que perdia apoio de aliados e tornara-se alvo de protestos de uma população "mais interessada no sucesso do congelamento dos preços do que no argumento brizolista de que a reforma econômica fora urdida *para servir aos donos do capital*".[300]

O Plano Cruzado foi, talvez, a principal plataforma política que conquistou a estrondosa vitória do governo e de seus aliados nas eleições de 1986. Esta vitória garantiu a hegemonia governista no Congresso Constituinte.

Somou-se à questão do Plano Cruzado a lei eleitoral que impediu a veiculação pela mídia de outras personalidades que não os próprios candidatos, o que impediu que Brizola apoiasse Darcy Ribeiro na campanha na televisão.

Posteriormente, ainda em novembro de 1986, um mês após a realização das eleições (enquanto ainda se apuravam os votos), os preços, congelados desde o início do ano, sofreram aumentos extraordinários: 120% nos telefones, 60% na gasolina, 80% automóveis e 100% das bebidas.[301] Ao mesmo tempo, a popularidade de Sarney caía à medida em que a inflação retornava aos índices altíssimos. Viria, em seguida, o Plano Cruzado II, que liberaria os reajustes, congelados até então.

> Não se conhece, pelo menos na história deste país, um exemplo em que os resultados de uma eleição tenham envelhecido tão rapidamente. [...]. Agora, porém, os votos ainda estavam quentes quando, apenas cinco dias depois das

[299] Jornal do Brasil, 25/05/1986.

[300] Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbete Leonel Brizola (http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonel-de-moura-brizola).

[301] Cf. Filho, 2008.

> eleições, a nação inteira se deparava com o chamado "Cruzado II", um ato de infidelidade política sem precedentes.[302]

Mas já era tarde para a população rever sua escolha. Darcy Ribeiro fora derrotado em todo o estado, exceto na zona oeste da capital e na Baixada Fluminense. Moreira Franco foi eleito com mais de um milhão de votos de diferença e assumiu, em março de 1987, a cadeira de governador do Estado do Rio de Janeiro.

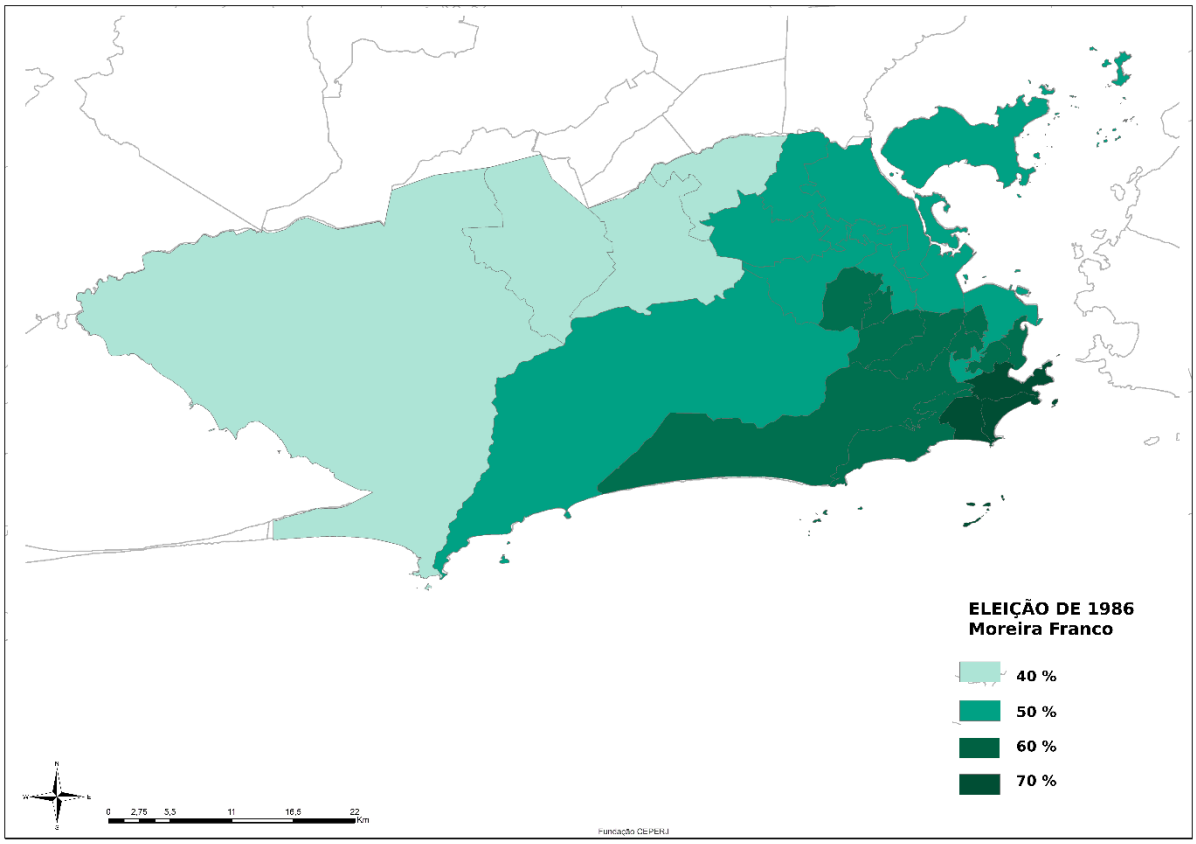



Figura 62 - Votação em Moreira Franco nas eleições para governador de 1986 (Fonte: Alkmin, 2014).

[302] Coluna de Brizola no DOERJ 21/01/1987.

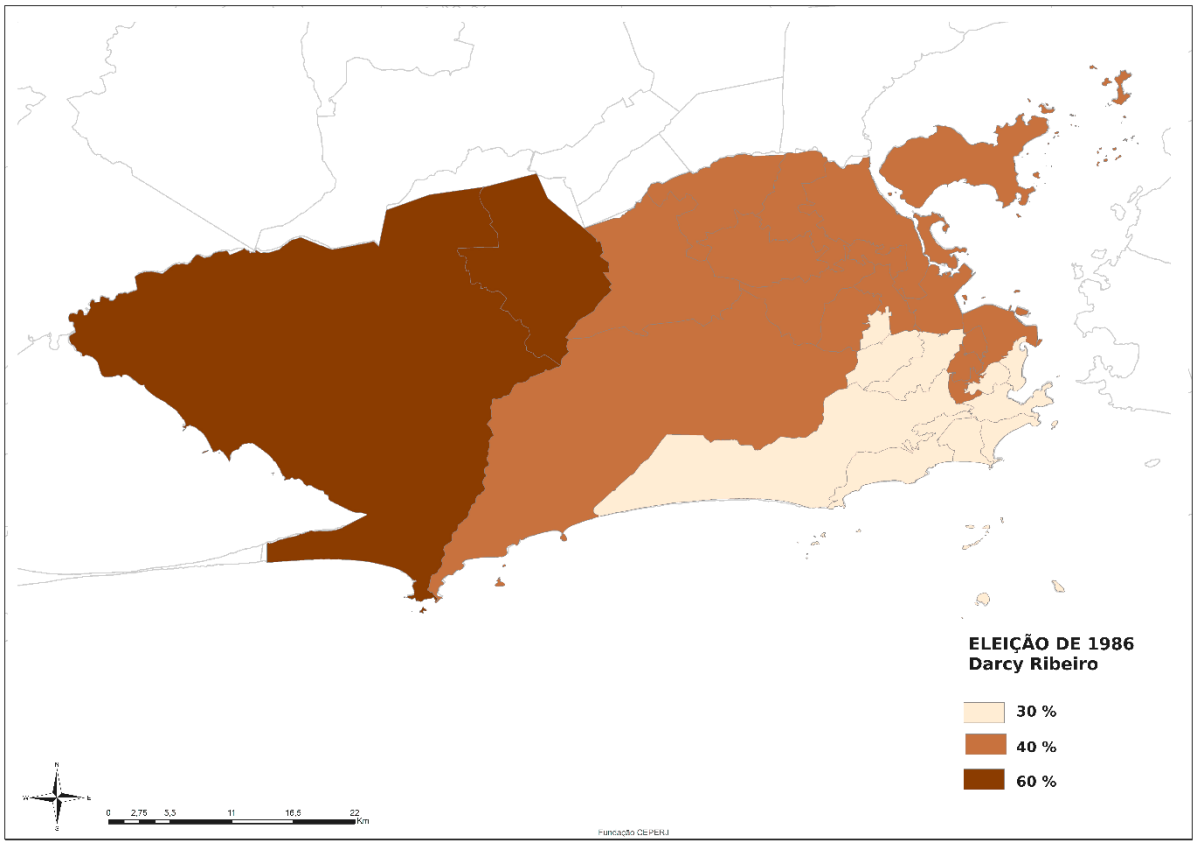



Figura 63 - Votação em Darcy Ribeiro nas eleições para governador de 1986 (Fonte: Alkmin, 2014).

| ZONAS ELEITORAIS | Moreira Franco | Darcy Ribeiro |
|---|---|---|
| Centro | 50 | 40 |
| Estácio | 60 | 40 |
| Flamengo | 60 | 30 |
| Botafogo | 70 | 30 |
| Copacabana | 70 | 30 |
| Rio Comprido | 60 | 40 |
| Tijuca | 60 | 30 |
| Rocha | 50 | 40 |
| São Cristóvão | 50 | 40 |
| Cascadura | 50 | 40 |
| Olaria | 50 | 40 |
| Madureira | 50 | 40 |
| Barra da Tijuca | 50 | 40 |
| Méier | 60 | 40 |
| Realengo | 40 | 40 |
| Laranjeiras | 60 | 30 |
| Leblon | 60 | 30 |
| Ipanema | 70 | 30 |
| Grajaú | 60 | 30 |
| Engenho Novo | 60 | 30 |
| Bonsucesso | 50 | 40 |
| Irajá | 50 | 40 |

| ZONAS ELEITORAIS | Moreira Franco | Darcy Ribeiro |
|---|---|---|
| Deodoro | 40 | 40 |
| Bangu | 40 | 60 |
| Santa Cruz | 40 | 60 |
| Ilha do Governador | 60 | 40 |

Tabela 3 – Resultado da votação para governador de 1986 (somente os dois candidatos mais votados) no município do Rio de Janeiro (em porcentagem) por zona eleitoral (Fonte: Alkmin, 2014).

Os mapas eleitorais da cidade mostram uma repetição de um padrão que já vinha se estabelecendo desde as eleições de 1982: a divisão territorial entre o voto de apoio ao brizolismo, concentrado principalmente nas zonas norte e oeste, e o voto de oposição, concentrados nas zonas sul e central. Moreira Franco conquista 70% dos votos das zonas eleitorais de Botafogo, Copacabana e Ipanema, além de 60% dos votos do Estácio, Flamengo, Rio Comprido, Laranjeiras, Leblon e Ilha do Governador. Uma modificação no cenário eleitoral foi a expansão do voto de oposição ao brizolismo nas regiões da zona norte mais próximas ao Centro (como Tijuca, Méier, Grajaú e Engenho Novo), onde Moreira conquistou também 60% dos votos.

Já Darcy Ribeiro venceu somente em duas zonas eleitorais da zona oeste: Bangu e Santa Cruz, com 60% dos votos. Interessante notar que, ainda que derrotado nas urnas, Darcy conquistou 36% dos votos válidos, percentual superior ao obtido por Brizola em 1982, 34%.

O Plano Cruzado não influenciou somente as eleições para o Estado do Rio de Janeiro, mas também as eleições para outros estados e para a Constituinte. O PDT, por exemplo, elegeu, no pleito de 1986, 24 deputados federais, um senador e 62 deputados estaduais. Para efeito de comparação, o PMDB de José Sarney elegera 22 governadores (dos 23 existentes no Brasil), 38 senadores e 303 deputados federais.[303]

Mesmo com as medidas do Plano Cruzado II, a inflação continuava a crescer. Em maio de 1987, Sarney adotou o Plano Bresser, que institui um novo congelamento dos preços. Contudo, nada freava a inflação, que ao fim de 1987 atingia o índice de 366%.

A insatisfação com o aumento dos preços foi generalizada e traduziu-se na impopularidade e desgaste político de Sarney. A mais séria manifestação de oposição a Sarney ocorreu em 25 de junho de 1987, no Rio de Janeiro, quando o ônibus que conduzia o presidente foi cercado por cerca de mil pessoas e apedrejado.

[303] O único governador eleito que não havia sido candidato pelo PMDB em 1986 foi Antônio Carlos Valadares em Sergipe, candidato pelo PFL.

No ano seguinte, 1988, a situação se agravava ainda mais. Ao fim do ano, a inflação acumulada atingira o índice de 933%. Em mais uma tentativa de frear a hiperinflação, Sarney anunciava outro plano econômico, o Plano Verão: que novamente congelou preços e salários, criou uma nova moeda, o cruzado novo (a partir de novo corte de três zeros), propôs a privatização de estatais e demissão de servidores, além da extinção de diversos órgãos federais e autarquias. Este novo plano também não teve êxito e, a inflação acumulada de 1989 atingiu o astronômico índice de 2.751%!

Mas vejamos agora como se implementaram as políticas de regulação urbana após a eleição de Moreira Franco para o governo do estado.

# 3. A REGULAÇÃO URBANA NO RIO SEM O BRIZOLISMO (1987-1988)

Wellington Moreira Franco, economista, iniciou sua carreira política começou em 1974, quando se elegeu deputado federal pelo do Rio de Janeiro pelo MDB, beneficiado pelo prestígio de seu sogro, Amaral Peixoto, líder do partido no estado. Em 1976, foi eleito prefeito de Niterói, também pelo MDB.

Com o fim do bipartidarismo, Moreira Franco acompanhou Amaral Peixoto e filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS), pelo qual foi candidato ao governo do Rio de Janeiro em 1982. Desligou-se do PDS em 1984 e, em 1985, ingressou no PMDB, partido pelo qual foi novamente candidato ao governo do Rio de Janeiro nas eleições de 1986.[304]

Moreira Franco assumiu a cadeira de governador do Estado do Rio de Janeiro em 15 de março de 1987, em um momento de grande instabilidade econômica no país, quando em meio à grave crise inflacionária, o estado sofria com a queda na arrecadação de impostos, com o aumento da dívida pública interna e a praticamente ausência de investimentos privados.[305]

Assim como Brizola, Moreira Franco enfrentou problemas com ocupações irregulares de terrenos por famílias de baixa renda. A maior destas ocorreu na Rocinha, em maio de 1988, quando o Estado, sem recursos para assentar as famílias, determinou sua retirada pela polícia, o que acabou em grande conflito.

Aliás, a atuação da polícia era um tema de grande expectativa para a população carioca, afinal, Moreira havia sido eleito com a promessa de acabar com o problema da segurança pública em apenas seis meses. Contudo, ao longo de seu mandato, os índices de violência continuaram crescendo, com aumento dos sequestros, da guerra entre traficantes de drogas, o ressurgimento dos esquadrões da morte e notícias diárias de chacinas na Baixada Fluminense, Niterói e São Gonçalo que ocupavam as páginas dos jornais.

A estrutura administrativa implementada por Moreira Franco no dia da sua posse modificou àquela criada por Leonel Brizola.[306] Vejamos como foram feitas estas alterações.

---

[304] Faziam parte da coligação que elegeu Moreira Franco o PFL, PTB, PDS, Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Democrata Cristão (PDC) e Partido Trabalhista Renovador (PTR).

[305] A ausência de investimentos inviabilizou, por exemplo, a promessa de campanha de expansão do metrô para os bairros da Pavuna e Copacabana

[306] `DOERJ, 15/03/1987.

Da estrutura anterior, Moreira Franco manteve as seguintes secretarias:

- Secretaria Estadual de Governo;
- Secretaria Estadual de Planejamento e Controle;
- Secretaria Estadual de Administração;
- Secretaria Estadual de Fazenda;
- Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento;
- Secretaria Estadual de Transportes;
- Secretaria Estadual de Polícia Civil;
- Secretaria Estadual de Polícia Militar,
- Secretaria Estadual de Esporte e Lazer;
- Secretaria Estadual de Defesa Civil;
- Secretaria Estadual de Educação;
- Secretaria Estadual de Promoção Social;
- Secretaria Estadual de Turismo, que deixou de ser uma pasta extraordinária;
- Gabinete Militar;
- Procuradoria Geral do Estado, e
- Procuradoria Geral de Justiça.

Ademais, Moreira Franco criou outras três Secretarias:

- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano, o que mostra a importância crescente do planejamento urbano, que passou a abarcar as atribuições antes associadas às pastas obras e habitação;
- Secretaria Extraordinária de Articulação com a União, o que evidencia um espaço muito maior nesta gestão para o diálogo com a União, a ponto de ter uma secretaria exclusiva, e
- Secretaria Extraordinária de Comunicação Social, responsável pela divulgação das realizações do governo do estado.

Moreira Franco modificou oito secretarias:

- A antiga Secretaria de Justiça e Interior, que passou a ser somente Secretaria Estadual de Justiça;
- As antigas Secretaria de Ciência e Cultura e Secretaria da Indústria, Comércio e Tecnologia que se tornaram três: a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, a Secretaria Estadual de Indústria e Comércio e a Secretaria Estadual de Cultura.

Posteriormente, em junho de 1988, as pastas Educação e Cultura se fundiriam em uma única Secretaria.

- A antiga Secretaria de Obras e Meio Ambiente tornava-se Secretaria Estadual de Meio Ambiente, retrato da força crescente da questão ecológica;
- A antiga Secretaria do Trabalho e da Habitação, que passou a ser Secretaria Estadual de Trabalho;
- A Secretaria Estadual de Saúde, que deixou de ser Saúde e Higiene, e
- A Secretária Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais, que passou a ser dividida em duas: a Secretaria Extraordinária de Projetos Especiais e a Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos.

Por fim, ainda que em um primeiro momento tenha mantido a Secretaria Estadual de Minas e Energia; extinguiu a pasta logo em julho de 1987.[307]

Para compor seu secretariado e, de forma a estabelecer um claro contraste com a seleção de Brizola, Moreira Franco selecionou personagens de orientações políticas diversas e de reconhecida competência técnica em suas áreas de atuação. Contudo, como a aliança que o elegera não se manteve, a composição de seu secretariado foi alterada diversas vezes, como pode ser visto na listagem abaixo. Ademais, é interessante notar que boa parte do secretariado de Moreira era composto por pessoas que já ocupavam cargos públicos desde a década de 1960.

Para a Secretaria estadual de Governo, Moreira Franco nomeou inicialmente Paulo José Alves Rattes, político do MDB, prefeito de Petrópolis e principal coordenador da sua campanha para o governo do estado. Rattes ficou no cargo até agosto de 1987, quando foi pressionado a retornar à Prefeitura de Petrópolis. Foi substituído por Jorge da Gama Barros, que ficou no cargo até novembro, quando a Secretaria de Governo foi extinta.

Para a Secretaria Estadual de Planejamento e Controle nomeou Antônio Leonardo Pereira Sochaczewski, substituído dois meses depois, por Antônio Claudio Sochaczewski. Em agosto de 1988, nomeia para o cargo Victorio Fernando Bhering Cabral (que estava à frente da pasta de Indústria e Comércio) e muda o nome da pasta para Secretaria de Planejamento e

[307] Decreto 10.079/1987.

Coordenação.[308] Cabral fica no cargo até maio de 1989, quando é substituído por Marcello Averbuq, economista.

A Secretaria Estadual de Transporte ficou sob a responsabilidade do economista Josef Barat. Com experiência em planejamento urbano e transporte, Barat já havia sido Diretor da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo de 1979 a 1980 e Secretário de Transportes de Faria Lima entre 1975 e 1977.

Para a Secretaria Estadual de Educação nomeou, inicialmente, o jurista Carlos Alberto Menezes Direito. Carlos Alberto, filiado ao PDC e ao PMDB, havia sido chefe de gabinete do Israel Klabin de 1978 a 1979. Entre 1981 e 1982, presidiu a Fundação de Artes do Estado do Rio de Janeiro e foi o diretor do Banerj. Quando foi convidado para assumir a pasta, estava presidindo a Casa da Moeda do Brasil. Em junho de 1988, foi indicado para o cargo de desembargador do TJ-RJ. Em seu lugar, assumiu a pedagoga Fátima Cunha Ferreira Pinto, que permaneceu no cargo até o fim do mandato.

Chefiando a Secretaria Estadual de Cultura, o escritor e advogado Eduardo Mattos Portella. Portella tinha antiga trajetória política: fora do gabinete civil de Juscelino Kubitscheck entre 1956 e 1961 e foi Ministro da Educação, Cultura e Desportos de João Figueiredo entre 1979 e 1980. Portella foi substituído ainda em 1988 por Raphael Hermeto de Almeida Magalhães.

Advogado, Rafael de Almeida Magalhães iniciou sua carreira política na década de 1950, na UDN. Foi Chefe de Gabinete, Chefe da Casa Civil e Secretário de Obras, de Governo, do Interior, de Segurança, de Finanças e de Educação, de Carlos Lacerda quando governador do Estado da Guanabara. Apoiou o golpe civil militar em 1964 e em 1966 foi eleito deputado federal pela ARENA, quando tornou-se vice-líder do governo na Câmara. Rompeu com os militares em 1968, quando foi preso por cinco dias. Retornou à política em 1977, quando candidatou-se ao Senado pela ARENA. Em 1978, passou a apoiar o MDB. Na década de 1980, tonou-se aliado de Teotônio Vilela e Ulysses Guimarães. Antes de assumir a secretaria, estava ministro no Ministério da Previdência e Assistência Social de Sarney. Em 1986, assumiu o Ministério da Previdência Social de Sarney e em novembro de 1987, foi convidado por Saturnino Braga para assumir uma nova secretaria de programas sociais para menores abandonados. Com pressão do PT e PSB, não assumiu o cargo.

[308] Decreto 11.730/1988.

A Secretaria Estadual de Promoção Social ficou sob a responsabilidade do advogado Francisco de Assis Martins Amaral, que também era o vice-governador. Em 1987, Amaral assume a Secretaria de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos e a Promoção social fica sob a responsabilidade de Adílio Leite Correa.

O engenheiro mecânico e ambientalista Haroldo Mattos de Lemos ficou responsável pela Secretaria estadual de Desenvolvimento Urbano. Entre 1980 a 1982, Haroldo foi diretor geral do Instituto Nacional de Tecnologia e, de 1982 e 1987, foi vice-Diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente no Quênia.

À frente da Secretaria Extraordinária de Articulação com a União estava o ex-pedetista José Colagrossi Filho, que fora Secretário Estadual de Transportes de Brizola em 1983.

Por fim, o advogado Elysio Medeiros Pires filho ficou à frente da Secretaria Estadual de Turismo; Carlos Henrique Abreu Mendes com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Alexandre Dematley Camacho com a Secretaria Extraordinária de Projetos Especiais.

Foi também em 1987, mesmo ano em que Moreira Franco assumiu o governo, que o relacionamento entre o Prefeito Saturnino Braga e o PDT, que não já não vinha sendo harmônico, ficou ainda mais difícil.

Em abril de 1987, a crise entre Saturnino e PDT se acentuou, quando o prefeito demitiu, com o argumento de evitar um colapso financeiro da prefeitura, três mil funcionários, além da transferência da Fábrica de Escolas da Prefeitura da Praça Onze para Santa Cruz – cabe lembrar que o projeto educacional materializado nos CIEPs fora o carro-chefe da gestão de Brizola no governo do estado.[309]

Inicialmente, diante dos rumores, o próprio Brizola negava publicamente rompimento.

> Intriga pérfida. A população está acompanhando o processo de intriga que intentam fazer com o propósito de dividir o PDT. Querem criar um clima de desconfiança, e mesmo uma separação, entre eu e o prefeito Saturnino Braga. [...] Devem ter em conta que o nosso partido possui uma tradição, uma espécie de vacina contra o divisionismo e as dissidências. Vejam o que aconteceu com Colagrossi, Timóteo, Neri e outros, deputados e vereadores que acabaram sozinhos e repudiados pelo povo trabalhador.[310]

[309] Ainda que esta fábrica não fornecesse matéria-prima para os CIEPs, mas para as escolas municipais, sua existência remetia diretamente ao projeto educacional brizolista.

[310] DOERJ, 24/02/1987.

Mas, em julho de 1987, com o acirramento do conflito, Saturnino desligou-se do PDT. Na época, argumentou que não concordava com o posicionamento do partido, que teria se transformado em "um simples instrumento a serviço da candidatura de Brizola à Presidência da República". Após dois meses sem partido, retornou, em setembro de 1987, a seu partido de origem, o PSB. O rompimento com Brizola fez com que Saturnino ficasse isolado politicamente, sem qualquer apoio parlamentar na Câmara dos Vereadores, o que dificultou a aprovação de projetos do executivo.

Com o rompimento, boa parte do secretariado e ocupantes de outros cargos em comissão renunciou. Ainda que já mencionado no capítulo anterior, retomo aqui as alterações no secretariado de Saturnino em função do rompimento com o PDT.

Na Secretaria Municipal de Planejamento o economista Tito Bruno Bandeira Ryff foi substituído pelo economista Aloísio Teixeira. Na Secretaria Municipal de Cultura, o ator e militante do PDT Antônio Pedro Borges de Oliveira foi substituído por Miguel Ângelo Oronoz Proença. Já na Secretaria Municipal de Administração o advogado Antônio Cerqueira da Silva era substituído por José Frejat. Na Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, substitui Márcio Pereira Guimarães (vereador do PDT), por Sergio Cabral. Por fim, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em lugar de Oscar Maurício de Lima Azedo (vereador pelo PDT), entra Raimundo Sergio Borges de Almeida Andrea, sociólogo, ex-militante da organização clandestina Ação Popular.

Importante atentar que Saturnino ficara um pouco mais isolado politicamente, mas não completamente: Moreira Franco, ainda que naquele momento na legenda adversária do PMDB, também fora, assim como Saturnino, cria de Amaral Peixoto, no antigo Estado do Rio de Janeiro. Havia, portanto, uma solidariedade entre os dois chefes do executivo, ainda que suas legendas não fossem aliadas.

## O PROJETO DO METRÔ, A REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA 15 E A PRESERVAÇÃO DA CRUZ VERMELHA

As propostas do projeto de revitalização da região do Centro coordenado por Jaime Lerner foram incorporadas na gestão municipal de Saturnino Braga, e ganharam fôlego em 1987, após seu rompimento com Brizola, que facilitava o diálogo com o governador Moreira Franco.[311]

Também avançava, em 1987, a revitalização da Praça 15. Na época, o Corredor Cultural, junto à CONERJ, era o responsável pela organização da transferência dos atracadouros das barcas para a frente do antigo Restaurante Albamar para que o antigo Cais Pharoux pudesse ser restaurado. A mudança incluía ampliação da capacidade do cais, por onde passavam 4.5 mil de passageiros ao dia.[312]

Em fevereiro de 1987, Saturnino e seu Secretário de Urbanismo Flavio Ferreira apresentavam no Paço Imperial o projeto de revitalização da Praça 15. A ideia, segundo a SMDU, era promover a integração entre a arquitetura da praça e as ruas adjacentes ao Corredor Cultural com mais espaços para locomoção de pedestres e preservação dos pontos de interesse histórico e arquitetônico. [313]

Também em 1987 seria finalmente executada a instalação do Terminal da Misericórdia, aquele que fora proposto no projeto de Lerner. A atual versão do projeto era uma adaptação endossada pelos técnicos do Corredor Cultural e era apontada pelos técnicos da prefeitura como solução para o entrave no trânsito da Praça.[314]

---

[311] Saturnino, em depoimento na Palestra "Gestão participativa na Prefeitura do Rio" ministrada na Fundação Casa de Rui Barbosa em 26/04/2018, conta que chegou a cogitar filiar-se ao PMDB após o rompimento com Brizola, para formar uma aliança com Moreira Franco.

[312] Jornal do Brasil, 04/05/1987.

Ainda em maio, fora assinado um termo de compromisso entre o presidente da RioArte (órgão onde estava lotado o projeto Corredor Cultural) Gerardo Mello Mourão e o presidente da CONERJ, Ronaldo Mesquita.

[313] DOERJ, 20/02/1987.

[314] Jornal do Brasil, 13/06/1987.

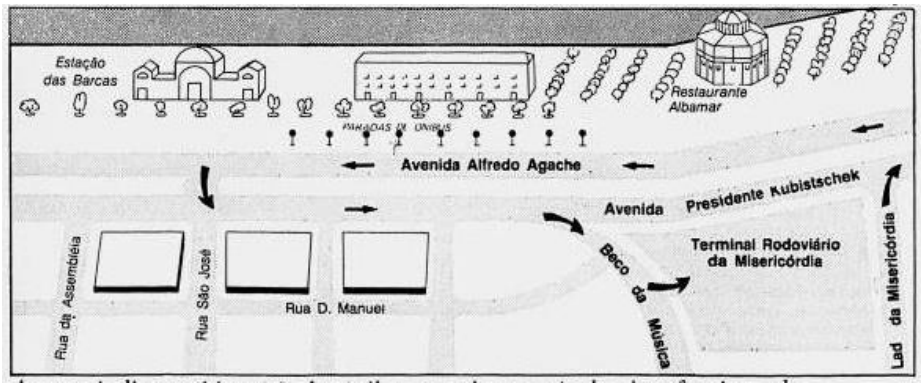


Figura 64 – Reorganizacao do tránsito proposta (Jornal do Brasil, 13/06/1987)

Contudo, a revitalização da Praça 15 não era ponto pacífico. Talvez, a mais polêmica das medidas propostas tenha sido a retirada do Mercado de Peixe.[315]

A transferência do Mercado se tornava inevitável em setembro de 1987, quando era assinado um protocolo entre o Ministério da Agricultura e o governo do Estado. Um dos pontos deste protocolo era a transferência do Mercado para a Ceasa, em Irajá.[316] O anúncio das mudanças no Mercado de Peixe teve como resposta um longo protesto dos armadores de pesca.

> Estamos participando, com o objetivo de encontrarmos a melhor solução para a pesca, da comissão crida pelo município e SUDEPE/RJ. Entretanto, nos parece que tal comissão está mais preocupada em resolver os problemas inerentes ao plano do Corredor Cultural, em detrimento da atividade pesqueira no Rio de Janeiro que envolveu cerca de 30.000 brasileiros. Evidentemente não somos contrários ao plano do Corredor Cultural, mas não podemos permitir de forma alguma que não seja estudada com profundidade solução para a pesca, pois o que estamos assistindo é apenas a aplicação do plano do Corredor Cultural que, por razões óbvias, determina o deslocamento do mercado da Praça 15.[317]

[315] É interessante notar que a comercialização de peixe naquele local era secular e remetia ao antigo Mercado da Candelária, construído ainda no século 17.

[316] Jornal do Brasil, 24/09/1987.

[317] Jornal do Brasil, 21/09/1986.



**ARMADORES DE PESCA PROTESTAM!**

Estarrecidos com o Projeto do Município do Rio de Janeiro, apoiado pelo Governo do Estado, SUDEPE/RJ, INSPEÇÃO SANITÁRIA de extinguir o velho e obsoleto Entreposto da Praça XV, transferindo-o para o CEASA — Irajá, nós ARMADORES DE PESCA, queremos esclarecer que não concordamos de forma alguma com esta solução, uma vez que teríamos nossa atividade transferida de seu habitat natural para mais de 20 kms. de orla marítima.

A transferência para o CEASA só beneficiaria o atravessador, onerando ainda mais nossa atividade.

Temos ciência, certamente, mais do que as Autoridades envolvidas, que o atual mercado está ultrapassado e que nossa cidade há muito necessita de um terminal pesqueiro adequado.

Estamos participando, com o objetivo de encontrarmos a melhor solução para a pesca, da Comissão criada pelo Município e SUDEPE/RJ. Entretanto, nos parece que tal Comissão está mais preocupada em resolver os problemas inerentes ao PLANO DO CORREDOR CULTURAL, em detrimento da atividade pesqueira no RIO DE JANEIRO que envolveu cerca de 30.000 brasileiros.

Evidentemente não somos contrários ao PLANO DO CORREDOR CULTURAL, mas não podemos permitir de forma alguma que não seja estudada com profundidade solução para a pesca, pois o que estamos assistindo é apenas a aplicação do PLANO DO CORREDOR CULTURAL que por razões óbvias determinam o deslocamento do Mercado da Praça XV.

Locais prontos, só aguardando a instalação do Terminal, é óbvio, não dispomos, mas se realmente as autoridades tiverem interesse em sanar este grave problema, certamente encontraremos locais na orla marítima adequada ao nosso Mercado.

Finalizando, queremos esclarecer que estamos ansiosamente esperando prontas providências no sentido de sustar a transferência do MERCADO para o CEASA, pois caso contrário os ARMADORES se sentirão livres para procurar de outras formas, pessoalmente, como sempre, a resolução do caso, o que, esvaziará em muito o projeto apresentado pelo MUNICÍPIO.

O BRASIL é uma só Pátria, portanto, se o MUNICÍPIO não tem condições de resolver o caso, provavelmente, o ESTADO ou mesmo o GOVERNO FEDERAL, terá condições para resolvê-lo de forma correta e justa.

SINDICATO DOS ARMADORES DE PESCA DO RIO DE JANEIRO

Figura 65 – Carta do Sindicado dos Armadores de Pesca publicada nos jornais (Jornal do Brasil, 21/09/1986).

Mesmo com os protestos, a revitalização da área continuava.

Em agosto de 1988, o então Secretário Estadual de Educação e Cultura Raphael de Almeida Magalhães assinava uma resolução que criava uma comissão formada por órgãos públicos federais, estaduais e municipais e representantes da inciativa privada, encarregada de estudar uma proposta de integração arquitetônica e urbanística da Praça 15.[318]

Em março de 1989, a comissão entregava o *Projeto de Integração Arquitetônica e Urbanística da Praça 15*. Este projeto, além de estabelecer diretrizes para a revitalização da área, articulava os diferentes planos elaborados para aquele local nos últimos anos. Agora, o objetivo era transformar a Praça no mais importante centro de negócios, cultura e lazer da cidade.

[318] Jornal do Brasil, 22/08/1988.

Faziam parte da comissão a Secretaria Estadual de Educação e Cultura, o SPHAN, o IAB, o Corredor Cultural, a Associação Comercial do Rio de Janeiro, a Bolsa de Valores e a Associação de Amigos da Praça 15.

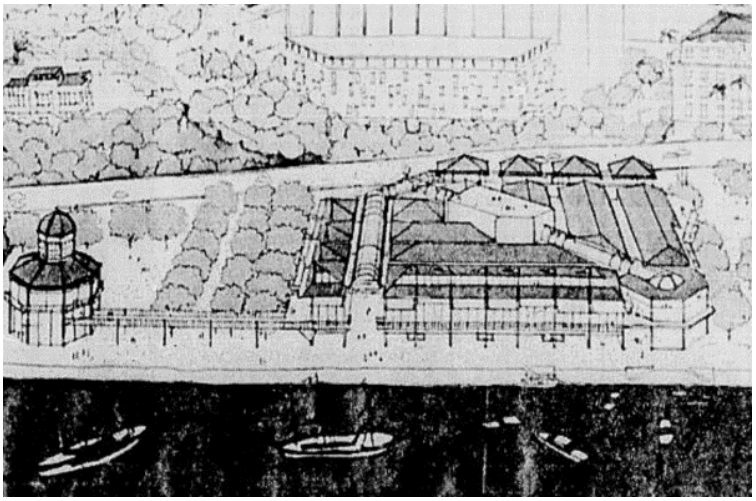


Figura 66 – O projeto de revitalização da Praça 15 propunha a criação de um shopping cultural junto ao Restaurante Albamar (Jornal do Brasil, 12/03/1989).

Outra grande frente de preservação foi aberta na direção da Praça da Cruz Vermelha.

Com o sucesso do Corredor Cultural, muitos eram os pedidos e ideias de expansão do projeto. O primeiro deles a se tornar realidade, a partir de um estudo elaborado conjuntamente pela equipe do Corredor Cultural, DGPC, Superintendência de Planejamento Urbano e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano foi o *Espaços de Moradia ao Sul do Corredor Cultural.*

O estudo começou ainda em 1983, quando a AMAC encaminhou ao então prefeito Jamil Haddad (logo após a publicação do Corredor Cultural) uma reivindicação de sustação de quaisquer licenças de obras na região do Centro (o pedido incluía a região da Cruz Vermelha). Em resposta, iniciaram-se os estudos que vieram a se tornar o projeto *Espaços de Moradia ao Sul do Corredor Cultural.*

O pedido (assim como o estudo) mencionava que a área em questão era palco de intensa especulação imobiliária. Em realidade, desde o início da década, o pequeno comércio local vinha desaparecendo e sendo substituído por instituições financeiras como bancos, sociedades de crédito e corretoras. No lugar dos sobrados, arranha-céus eram construídos. Havia, ademais, a expectativa de que esse processo se intensificasse com o projeto de reurbanização do entorno da catedral e a retomada das obras do Metrô, com a expansão da Linha 2.[319]

[319] Segundo o zoneamento estabelecido no PUB-Rio, a região da Cruz Vermelha seria destinada a ser a Área Central de Negócios (ACN).

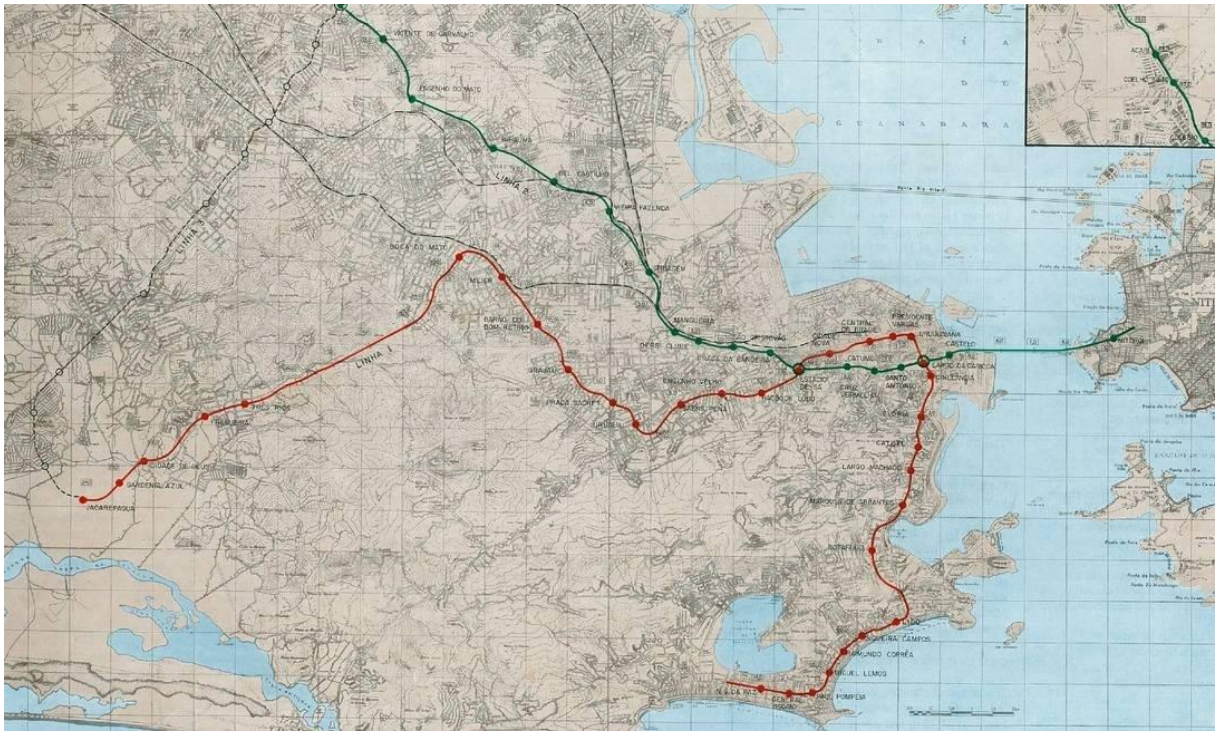



Figura 67 – Projeto do PIT-Metrô (Fonte: https://www.caurj.gov.br/retratos-da-arquitetura-4/).

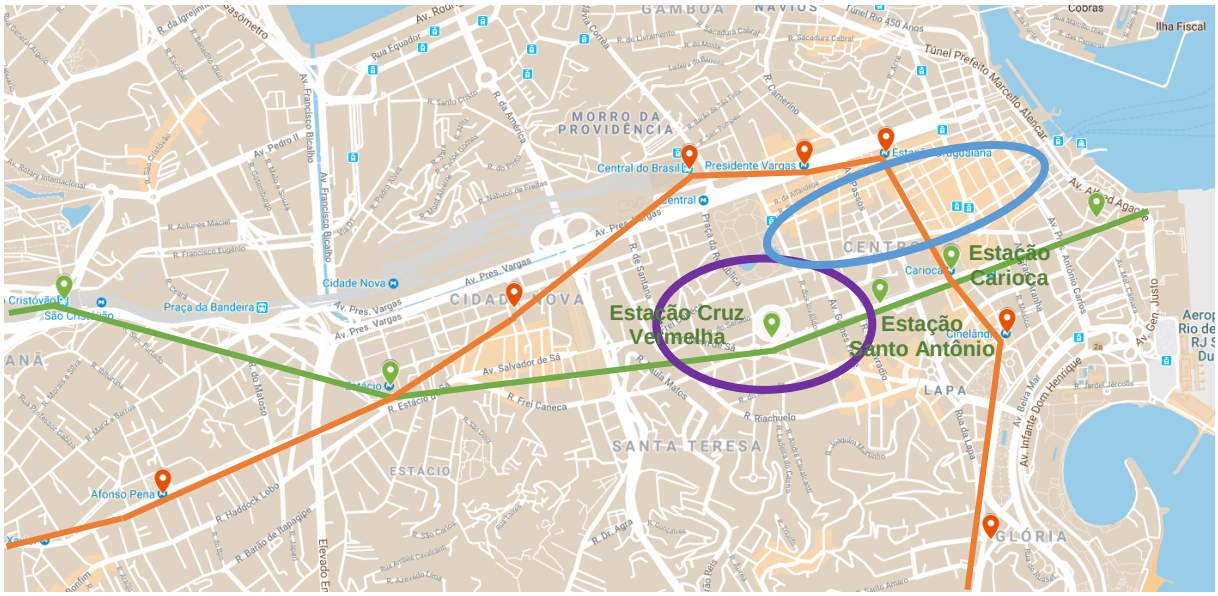



Figura 68 – Estações da região central segundo o projeto do PIT-Metrô e as áreas do projeto *Corredor Cultural*, em azul, e do projeto *Moradias ao Sul do Corredor Cultural*, em roxo (Base: Google Earth).

> Na época de sua implantação, o Metrô foi saudado com entusiasmo pelas corretoras imobiliárias como o instrumento que viabilizaria a "Manhatização" do Centro do Rio de Janeiro.[320]

O Plano Integrado de Transportes (PIT-Metrô) foi elaborado entre 1975 e 1977. Feito pelo governo federal, representava mais os interesses federais do que os interesses locais no

[320] Processo 07/019.457/1985.

planejamento urbano. O PIT-Metrô alinhado com o PUB-Rio e o Decreto 322/1976, modificava o uso do solo no trajeto das linhas metroviárias, permitindo concentração de atividades econômicas e financeiras e, consequentemente, adensamento.[321]

Sua execução começou ao final da década de 1970. Em 1979, eram inauguradas as Estações Praça Onze, Central, Presidente Vargas, Cinelândia e Glória. Em 1980, as estações Estácio e Uruguaiana. Em 1981, a execução do projeto se acelerou com a inauguração das estações Carioca, Catete, Flamengo e Botafogo. Ademais, ao fim daquele ano, inaugurava-se a Linha 2, que conectava Estácio, São Cristóvão e Maracanã; e a estação Largo do Machado, na Linha 1.

Diante deste cenário, é possível imaginar que os moradores da região central temessem, com a especulação imobiliária resultante das obras de execução do metrô, terem seus bairros drasticamente modificados. Neste sentido, compreende-se a motivação do pedido da AMAC de expansão do projeto Corredor Cultural para sua região mais ao sul, a Cruz Vermelha.

Contudo, a realidade não correspondeu às expectativas (tanto estatal quanto dos moradores) e a execução do metrô não se deu como esperado. Em realidade, o projeto ganharia um curto fôlego somente em 1988, já na gestão Moreira Franco e seria retomado somente em fins da década de 1990.

O estudo de proteção foi formalizado somente em 1985 na forma de um processo que propôs o tombamento de 14 imóveis e a preservação de mais 933 na região da Cruz Vermelha.[322] No entanto, a preservação das quase mil edificações foi publicada somente em 1987, logo após Moreira Franco assumir o governo do estado.[323] Em realidade, esta ação refletia-se também como uma ação do brizolismo contra a possível retomada da execução do metrô.[324]

---

[321] Esta região marginal as linhas prioritárias 1 e 2 do metrô e pré-metrô foi denominada Zona Especial 9 (ZE-9). Sua delimitação incluía toda a franja entre o eixo Botafogo-Tijuca e Estácio-Pavuna. Provisoriamente, o Decreto 1.271 de 27/10/1977, de modo a frear a especulação imobiliária, reduziu o gabarito de toda esta ZE-9 para dois gabaritos, enquanto a prefeitura não estabelecia uma legislação específica para esta região. Com o tempo, esta redução foi *esquecida* e os altos gabaritos definidos no zoneamento retomaram a validade.

[322] Processo 07/019.457/1985.

[323] Inicialmente foram tombados 14 bens pelo Decreto 6.932 de 08/09/1987. Poucos meses depois, foram preservados 933 imóveis pelo Decreto 7.076 de 06/11/1987.

Em 1992, foi criada, no bairro, a APAC Cruz Vermelha, pelo Decreto 11.883 de 30/12/1992.

[324] Cabe lembrar que em 1987, Saturnino Braga ainda não havia rompido com Brizola.

Em realidade, a relação de Leonel Brizola com o projeto do metrô era conflituosa desde o início do mandato: Brizola chegou a ridicularizar o projeto, dizendo que era preferível fechar o metrô, pois "pagar táxis para os usuários ficaria mais barato para o estado".[325]

Ademais, a gestão de Brizola teve uma relação conflituosa também com o transporte rodoviário, o qual chegou a encampar em fins de 1985.[326] Estado e empresas de transporte rodoviários divergiam publicamente quanto ao reajuste das passagens desde o início do governo, mas foi a retirada de cerca de 50% da frota de circulação nas semanas anteriores às eleições municipais (aquela em que Saturnino Braga sairia vencedor) que foi a gota d'água. Em todo o estado, 16 empresas sofreram intervenção. Com a medida, o governo do estado passou a controlar 25% da frota, o que lhe garantiu o poder de decisão. Contudo, a medida não resolveu os problemas de transporte enfrentados pela população e, em poucos meses, as mesmas reclamações retornariam, acrescidas de acusações de corrupção principalmente contra o Secretário Estadual de Transportes Brandão Monteiro. A encampação perdurou até 6 de janeiro de 1988, quando o Secretário de Transportes de Moreira Franco Josef Barat devolveu a administração das empresas encampadas à iniciativa privada. No ato da devolução, Moreira declarava que a encampação não funcionou: a frota diminuiu e o endividamento das empresas aumentou. Por fim, o Estado teve que pagar uma indenização às empresas de cerca de 200 bilhões de cruzados.

Mas retornemos à questão do metrô.

A retomada da expansão do metrô carioca era promessa de campanha de Moreira Franco. Em realidade, por ser o candidato da situação, Moreira tinha posição privilegiada para conseguir apoio financeiro do governo federal para executar as obras. E foi isso que ocorreu. As verbas foram entregues ao governo do estado, mas, mesmo assim, as novas estações não foram entregues à população.

Em maio de 1988, o poder executivo estadual recebia autorização do legislativo para contratação de empréstimos externos no valor de até 381 milhões de dólares.[327] Na prática, isso

[325] Folha de São Paulo, 11/04/1994.

[326] Encampar é o ato de o governo tomar posse de uma empresa privada mediante compensação negociada na Justiça.

Em realidade, Brizola já havia tomado esta mesma medida contra as empresas estadunidenses de fornecimento de energia quando foi govenador do Rio Grande do Sul na década de 1950.

[327] Lei 1.305/1988.

significava a autorização para assinatura de um empréstimo já negociado com o BIRD, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento.

Finalmente, foi firmado em julho de 1988 um contrato de financiamento entre o BNDES e o metrô no valor de 1 bilhão e 200 milhões de cruzados para consolidação da Linha 1 do metrô (trecho Botafogo-Sanz Pena), assim como da Linha 2 (trecho Estácio Irajá). Em setembro de 1988, mais verbas seriam liberadas para a execução das obras e 10 bilhões de cruzados do BNDES seriam usados na compra de 40 carros, 28 para a Linha 1 e 22 para a Linha 2.[328]

A extensão da Linha 2 do metrô acrescentaria 600 mil passageiros ao sistema e deveria ser concluída até 1991. Duas estações seriam construídas até lá: a Estação Cruz Vermelha e a Estação Castelo (na Praça 15).

Com o dinheiro na mão, o governo do estado iniciaria os procedimentos para a desapropriação dos terrenos necessários à execução das obras. Em março, eram declarados de utilidade pública para fins de desapropriação imóveis na região da Cruz Vermelha.[329] Começava o embate entre o governo Moreira Franco e a prefeitura ainda pedetista de Saturnino Braga.

Em março de 1988, para a execução das obras, a Companhia do Metropolitano pedia a demolição de 19 imóveis protegidos por Saturnino no ano anterior. Entre eles destacavam-se a Sede da Cruz Vermelha Brasileira, o antigo edifício da Tribuna da Imprensa na Rua do Lavradio e a tradicional Churrascaria Bairrada na Avenida Mem de Sá.[330] Em reposta à proposta, o DGPC encaminhava à Procuradoria Geral do Município o assunto, solicitando ações contra o ato do metrô.[331]

---

[328] DOERJ, 01/09/1988.

[329] O Decreto 11.049/1988 declarou de utilidade pública imóveis na Rua Visconde de Pirassununga, na Avenida Frei Caneca, na Avenida Mem de Sá, na Rua do Senado, na Praça da Cruz Vermelha, na Avenida Henrique Valadares, na Rua Ubaldino do Amaral, na Rua da Relação, na Rua do Lavradio, na Rua dos Inválidos e na Rua Pessoa de Barros.

As desapropriações não se restringiram à região da Cruz Vermelha. Foram desapropriados terrenos no Centro, Copacabana, Vicente de Carvalho, Inhaúma e Irajá – o Decreto 11.207/1988 incluiu na listagem das desapropriações imóveis na Rua Alfredo Agache, na Estrada Velha da Pavuna, na Estrada Vicente de Carvalho, na Avenida Monsenhor Felix, na Rua Marquês de Aracati, na Rua Figueiredo Magalhães, na Rua Siqueira Campos, na Rua Tonelero, na Rua Tenreiro Aranha e na Rua Pompeu Loureiro.

Em junho, eram desapropriados terrenos próximos à região da Praça Tiradentes, na Avenida Presidente Vargas, na Rua João Caetano, na Rua Luiz Pinto, na Rua Dr. Ezequiel e na Rua Pedro Rodrigues (Decreto 11429/1988).

[330] Pedia-se, no total, a desapropriação de 60 imóveis.

[331] Jornal do Brasil, 24/03/1988 e 24/03/1988.




Figura 69 – Os imóveis indicados para desapropriação e posterior demolição para extensão da Linha 2 do metrô (Jornal do Brasil, 24/03/1988).

Diante da polêmica entre as duas instituições (e do entendimento direto entre governador e prefeito), Moreira Franco assinou um decreto revogando a desapropriação dos 19 imóveis protegidos na Cruz Vermelha. Em comemoração, representantes de associações de moradores da área estiveram reunidos com a diretora do DGPC, Rachel jardim. Nas palavras de Manuel da Silva Verdial, proprietário da Papelaria Verdial e um dos líderes do movimento, "foi uma vitória da comunidade, da cidade e do país".[332]

Contudo, a insatisfação com o pedido de desapropriação de imóveis na região não se restringia àqueles preservados pelo patrimônio cultural. Empresários locais acusavam a Companhia do Metropolitano de tentar beneficiar-se com a desapropriação e que, após o término das obras, um grupo imobiliário interessado construiria nos terrenos vagos um edifício comercial de 34 andares.

Havia, ainda, a questão do despejo de inquilinos. Segundo reportagem de maio de 1988, dez famílias de baixa renda seriam despejadas e não teriam onde morar.[333] Em socorro, a

[332] Jornal do Brasil, 25/03/1988.

[333] As famílias moravam em um sobrado na Rua do Lavradio, outro na Rua Henrique Valadares 2 e outro na Rua Ubaldino do Amaral, 77.

Associação de Moradores e Amigos da Lapa e do Corredor Cultural fez um levantamento de edificações desocupadas na região para onde poderiam ser transferidas as famílias.[334]




Figura 70- Duas idosas em frente ao sobrado em que moravam na Rua Henrique Valadares (Jornal do Brasil, 17/05/1988).

Em julho, uma decisão judicial da 19ª Vara Federal autorizava a demolição dos 19 edifícios para a construção da extensão da Linha 2, os mesmos imóveis cuja desapropriação havia sido revista por Moreira Franco.[335]

Em 1990, o DGPC realizaria um estudo para a proteção da paisagem da Cruz Vermelha, com uma nova listagem de imóveis – excluídos os demolidos para execução das obras do metrô. Este estudo, além da preservação de imóveis, tinha como objetivos a preservação ambiental, a reestruturação urbana, a qualidade ambiental e a revitalização de atividade econômicas.[336]

Posteriormente, em 1992, esta nova listagem de bens preservados seria formalizada pela prefeitura por meio do Decreto 11.883 de 30/12/1992, que criou a APAC da Cruz Vermelha.

Mas a demolição dos imóveis preservados na Cruz Vermelha não foi a única proposta polêmica de demolição para a extensão da Linha 2 do metrô. Para a construção da Estação Castelo, propunha-se a demolição do Museu da Imagem e do Som, o MIS.

Em resposta, em agosto de 1987, o MIS lançava a campanha *O MIS está por um triz* e convidava todos a defender o patrimônio cultural.[337] Em outubro, a Associação de Amigos do

[334] Jornal do Brasil, 17/05/1988.

[335] Jornal do Brasil, 11/07/1989.

[336] Cruz Vermelha e Adjacências – 1990 (Acervo IRPH).

[337] Jornal do Brasil, 24/08/1987.

Museu da Imagem e do Som, a AMIS, entrou com uma ação popular contra o Estado do Rio e contra a Companhia do Metropolitano pela preservação do museu.[338]

Diante da campanha, o Metrô apresentou como contraproposta a compra de uma casa em Botafogo, na Rua Voluntários da Pátria 423, para abrigar o museu. A proposta agradou a diretoria do MIS, que a aceitou.[339]

Aparentemente, o acordo não foi efetivado e, em outubro de 1988, a Associação de Amigos do MIS abriu no INEPAC um processo de tombamento do edifício do museu.

> Pelo acima exposto a direção, o corpo técnico, os funcionários, a Associação de Amigos do Museu da Imagem e do Som e, temos certeza, a população do Estado do Rio de Janeiro, solicitam à V. Exª. encaminhar ao excelentíssimo senhor Secretário de Estado de Educação e Cultura e ao excelentíssimo senhor governador Wellington Moreira Franco, o pedido de tombamento do prédio sede do Museu da Imagem e do Som [...] pela importância e tradição cultural da instituição e pela localização do prédio, em área já preservada pelo município, parte integrante do Corredor Cultural.[340]

No mesmo mês de abertura do processo, o MIS era tombado provisoriamente por Moreira Franco, solucionando de vez o impasse sobre a demolição do edifício para a realização das obras do metrô.[341]

Ao fim do mandato de Moreira, a expansão do metrô não tornar-se-ia realidade e somente uma estação seria inaugurada, a estação Triagem, na Linha 2. Na prática, os recursos financeiros não eram suficientes e Moreira entregou à cidade buracos e canteiros de obras que custaram milhões de dólares em empréstimos. O endividamento foi tão grave que, Brizola, ao assumir em 1991, anunciaria que venderia o metrô para o primeiro que fizesse uma oferta.[342]

---

[338] Jornal do Brasil, 01/10/1988.

A ação popular alegava que o MIS estava dentro da área definida pelo Corredor Cultural e que, por isso, para autorizar sua demolição, seria necessário modificar a lei que o instituiu.

[339] Jornal do Brasil, 10/12/1987 e 20/02/1988.

[340] Processo E-03/300.230/88 de 06/10/1988.

[341] O tombamento provisório foi publicado em 19/10/1988 e o definitivo em 12/03/1992.

[342] Em 1991 foi inaugurada a estação Engenho da Rainha, na Linha 2. Após esta inauguração, as obras do metrô só seriam retomadas em 1996.

## PELA PRESERVAÇÃO DO CASSINO DA URCA E DO BAIRRO PEIXOTO

No ano de 1987, dois bairros conquistaram, após grande mobilização de seus moradores, instrumentos de regulação urbana que evitavam a alteração de sua paisagem contra grandes projetos imobiliários: a Urca e o Bairro Peixoto.[343]

A história da preservação do Cassino da Urca começava em 1982, quando um grupo hoteleiro anunciava a demolição do imóvel para a construção de um hotel. O projeto, elaborado pelo empresário Nelson Bacta Neves, presidente da Capital Center Hotéis S/A, junto ao grupo multinacional Holiday Inn, previa a construção de um hotel cinco estrelas de 6 andares e 180 apartamentos, com garagem em subsolo e ligação com o Aeroporto Internacional por meio de barcos. Para sua execução, o antigo cassino precisaria ser demolido, a enseada dragada, a beira-mar urbanizada e Avenida João Luiz Alves duplicada.

Em outubro de 1983, um memorial com 3 mil assinaturas foi entregue ao vice-governador pedindo, como medida extrema, "até o tombamento do prédio". Dentre as assinaturas, destacavam-se as de Oscar Niemeyer, Artur Bernardes, Burle Marx e Carlos Drummond de Andrade. A elaboração do memorial foi organizada pela Associação de moradores da Urca, a AMOUR, que propunha a criação de um centro cultural no local, argumentando que o bairro que tinha 8 mil habitantes já estava saturado.[344]

Em outubro de 1983, para resolver a contenda, a Câmara dos Vereadores, por meio da Lei 461 de autoria do vereador Wilson Leite Passos, líder do PDS, aprovou por unanimidade o tombamento do edifício do Cassino da Urca. No mesmo dia da votação, Jamil Haddad anunciou que vetaria integralmente o projeto, por sua inconstitucionalidade. Vetado o projeto, iniciou-se na Câmara uma luta para derrubada do veto, que foi conquistado em 29 de novembro.[345] Em resposta, os advogados do grupo empresarial entraram na Justiça contra o tombamento, argumentando inconstitucionalidade da lei.

Em outubro de 1986, Saturnino Braga tombou provisoriamente o edifício do Cassino por um ano, até que se concluíssem os estudos para proteção da paisagem do bairro – cabe destacar que, o tombamento do Cassino da Urca, foi uma das promessas de campanha de

[343] Os moradores da Urca já haviam, na década anterior, se mobilizado pela aprovação de um PEU que mantivesse as características do bairro. O PEU da Urca foi aprovado em 1976.

[344] Jornal do Brasil, 28/09/1983 e 14/10/1983.

[345] Jornal do Brasil, 10/10/1986.

Saturnino.[346] Em função do tombamento provisório, em março de 1987, o DGPC iniciou um inventário arquitetônico de todo o bairro. O estudo contou com a participação da AMOUR.

Em junho de 1987, o Tribunal de Justiça, concordando com os argumentos apresentados pelo grupo empresarial, considerou inconstitucional a lei de tombamento de 1983. Restava somente o tombamento provisório feito por Saturnino, que tinha validade até outubro.[347]

Dez dias após a decisão judicial, o mesmo Wilson Leite Passos, que havia proposto o tombamento em 1983, reapresentava o projeto de lei ao plenário. Ele, que era um dos mais conservadores vereadores da câmara, trabalhava uma imagem de parlamentar preservacionista, comprometido com o patrimônio cultural.[348]

> Vamos tentar mais uma vez impedir a destruição da Urca pelo grupo internacional Holiday Inn que é assessorado por brasileiros, a ele subordinados, vendidos profissionalmente, porque recebem dinheiro desse grupo para destruir o bairro.[349]

O projeto, apresentado pelos vereadores Wilson Leite Passos (PDS) e Oswaldo Luiz (PDT), que autorizava o Município a permutar o imóvel do Cassino por outro próprio municipal, foi sancionado por Saturnino Braga em 1978 e tornou-se a Lei 1.191. Ainda de acordo com o a legislação, o imóvel do antigo cassino seria destinado ao uso sociocultural.

> Assim é a Urca, protegida das águas da Baía de Guanabara por uma murada, onde as pessoas se debruçam e tranquilamente apreciam o Cristo Redentor, o Aterro do Flamengo e, ao longe, a Ponte Rio-Niterói. Para que esse bucólico cenário permaneça sempre conservado um projeto do Departamento Geral do Patrimônio Cultural estará nos próximos dias na mesa do prefeito do Rio, transformando o bairro em Área de Proteção Ambiental.[350]

Em março de 1988, Saturnino assinava no Teatro João Caetano o decreto de tombamento definitivo do Cassino e de outros bens na Urca.[351] Apesar de anunciado amplamente como criação de uma APA da Urca, na prática, a legislação tombou e preservou 250 edificações, delimitando uma grande área de proteção, mas sem utilizar o instrumento da APA. No mesmo dia da assinatura, foi lançado o livro *Urca, construção e permanência de um*

---

[346] Decreto 7.451 de 03/03/1988.

[347] Jornal do Brasil, 25/06/1987.

[348] Wilson Leite Passos também foi figura central na criação da APA da Orla Marítima em 1988 e na mobilização contra o projeto Rio Orla em 1991. Este assunto vai ser tratado no Capítulo 4 desta tese.

[349] Depoimento de Wilson Leite Passos ao Jornal do Brasil, 29/06/1987.

[350] Jornal do Brasil, 01/10/1987.

[351] Decreto Municipal 7.451 de 03/03/1988.

*bairro*, produzido pela SMC e de autoria do sociólogo Mario Aizen, pesquisador do DGPC. Apresentaram-se na cerimônia de assinatura artistas do rádio e da TV Tupi como Marlene, Herivelto Martins, Braguinha, Bené Nunes e Paulo Tapajós.[352]

A título de curiosidade, no mesmo dia em que Saturnino tombava definitivamente o Cassino da Urca e Moreira Franco tombava definitivamente os bondinhos de Santa Teresa, tombava-se também a Enseada de Botafogo, fruto de uma outra história.[353]

Em 1987, um projeto de remodelação da Marina do Iate Clube do Rio de Janeiro, na Enseada de Botafogo surgia como uma nova polêmica na cidade. O anúncio do projeto, que previa a construção de uma marina de 14 mil metros quadrados com um estacionamento para mil barcos mobilizou as associações de moradores da Urca, Botafogo e da Rua Lauro Muller que, durante 4 meses fizeram uma campanha pelo tombamento da enseada. O arquiteto responsável pelo estudo, chegou a apresentar o projeto às associações, que se opuseram e encaminharam as questões às assembleias do Conselho Governo-Comunidade. Foi lá, que em setembro de 1988, surgiu a ideia de solicitar o tombamento da enseada ao DGPC.[354]



Figura 71 – Charge publicada no O Globo de 31/10/1987 (Processo 12/002.748/1987).

> A Associação de Moradores da Urca tomou conhecimento da intenção do Iate Clube do Rio de Janeiro de construir uma marina de aproximadamente 14.000 metros quadrados, onde o clube abrigaria cerca de 1.000 embarcações de seus associados, utilizando as pedras retiradas das escavações do metrô, segundo

[352] O tombamento definitivo do Cassino da Urca ocorreu dez anos depois pelo Decreto 16.782 de 29/06/1998. Destombado por questão judicial, o imóvel foi declarado de utilidade pública para desapropriação em 2001 pelo Decreto 19.444. Seu tombamento definitivo seria retomado somente em 2018, pelo Decreto 44.278.

Jornal do Brasil, 01/03/1988.

[353] Jornal do Brasil, 04/03/1988.

[354] Jornal do Brasil, 02/03/1988.

> projeto apresentado às diretorias da ALMA, AMOUR e AMAB, no dia 29 de outubro p.p. e divulgado pela imprensa.
>
> Por esse motivo, em defesa das comunidades envolvidas, que se manifestaram contra o projeto, vem solicitar o tombamento provisório do espelho d'água da Enseada de Botafogo, para evitar que mais um atentado venha a ser cometido contra a referida enseada, reconhecidamente um dos pontos mais poluídos da Baía de Guanabara, cujo ecossistema não pode mais ser alterado em benefício de interesses privados.
>
> [...] e nossa comunidade não pode assistir pacificamente à destruição de um dos recantos mais bonitos da Baía de Guanabara, cartão postal da nossa cidade, conhecido no Brasil e no exterior.[355]

Em 1º de março de 1988, 433º aniversário da cidade, Saturnino Braga (acompanhado do Secretário Municipal de Cultura Miguel Proença e do Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Flávio Ferreira) assinava o decreto de tombamento do Espelho d'água da Praia de Botafogo.[356] Não se tratava de uma medida simbólica, mas da proteção da paisagem da cidade contra aterros e projetos de privatização da orla, como o projeto do Iate Clube do Rio de Janeiro.

Nas palavras de Saturnino, o tombamento era uma maneira de preservar "o mais frequente dos cartões-postais do Rio de Janeiro. Havia vários projetos de ocupar economicamente o espelho d´água com a construção de um hotel e um restaurante flutuantes, mas que certamente prejudicariam a bela visão da Enseada de Botafogo".[357]

O caso do espelho d'água da Praia de Botafogo tem um aspecto interessante a ser notado: aquela que hoje seria tratada como uma questão ecológica, confundia-se então com uma questão de patrimônio cultural, daí o instrumento do tombamento ser identificado como solução. É interessante observar, e será mostrado ao longo deste texto, que na década seguinte, casos semelhantes passariam a ter como soluções a implementação de instrumentos de preservação do meio ambiente natural.

Mas retornemos ao Cassino da Urca...

---

[355] Processo 12/002.748/1987.

[356] Decreto 7.444 de 01/03/88.

As associações de moradores não solicitaram o tombamento somente ao DGPC, mas também ao SPHAN, que considerou que seria um erro o tombamento exclusivo da Enseada de Botafogo e estendeu o estudo ao Espelho d'água e contorno da Baía de Guanabara. O processo aberto em 1988 ainda se encontra em fase de instrução.

Em 1995, o Iate Clube ainda não havia desistido da construção da nova marina e apresentava, à prefeitura, um Estudo de Impacto Ambiental do projeto.

[357] Jornal do Brasil, 02/03/1988.

Em 1989, uma proposta feita por Chico Recarey de instalação de um complexo de lazer no antigo Cassino voltava a mobilizar os moradores e a AMOUR contra alterações na dinâmica do bairro.

> Como moradora e criada na Urca fico apavorada com as ameaças do sr. Chico Recarey de dar mais vida ao bairro. Sr. Recarey, o bairro não quer mais vida do que a que já possui. O bairro da Urca é essencialmente residencial, e quer permanecer assim. Achamos uma felicidade e um privilégio não termos cinemas, teatros, comércio ou casas de espetáculos para 800 pessoas! Não queremos um flanelinha para cada três carros, e muito menos um Itaipark para explorar-nos sob o pretexto de defender-nos contra os flanelinhas. A Urca implora que o sr. vá dar mais vida à Floresta da Tijuca, por exemplo, ou ao bairro onde o sr. mora![358]
>
> Louvável a firme posição tomada pela AMOUR contra a instalação de um mafuá de luxo no prédio do antigo cassino.[359]

Mas a mobilização contra alterações no bairro não se limitava ao antigo cassino. Em 1994, os moradores se mobilizam contra a instalação de uma Igreja Universal na Rua Roquete Pinto.

> Os tiros de canhão disparados pelo Forte São João não causariam tanta preocupação entre os moradores da Urca. Bastou a presença de três corretores de imóveis por ali nas últimas semanas para deixar o bairro em estado de alerta. E com razão. Descobriram que a Igreja Universal do Reino de Deus – conhecida por seus cultos barulhentos – está procurando um imóvel para instalar-se na Urca, um reduto silencioso e tranquilo.
>
> A Urca quer agir antes que seja tarde. [...] O bairro é pequeno e não vai suportar ônibus lotados de fiéis que levam nos cultos.[360]
>
> **Essa igreja não tem público aqui** e só vem nos trazer problemas.[361]
>
> Só virá gente de fora e vai acabar nossa tranquilidade.[362]

É interessante notar, neste depoimento, uma das justificativas que acionavam discursos de preservação do patrimônio cultural do bairro da Urca. Não a valorização da sua arquitetura ou da sua paisagem cultural, mas o medo da modificação por meio da chegada de uma outra

[358] Carta da leitora Helena Londres. Jornal do Brasil, 19/09/1989.

[359] Carta do leitor Paulo Izecksohn. Jornal do Brasil, 19/09/1989.

[360] Depoimento da presidente da AMOUR Ana Luiza Brandão Rodrigues, que dizia estar estudando medidas legais para evitar a instalação da igreja (Jornal do Brasil, 29/07/1994).

[361] Depoimento do morador José Guerra (Jornal do Brasil, 29/07/1994).

[362] Depoimento da moradora Dulce Botafogo (Jornal do Brasil, 29/07/1994).

classe social, mais pobre, frequentadora de uma igreja evangélica popular – uma espécie de xenofobia interna na cidade.

A mobilização dos moradores da Urca contra outras propostas de ocupação do antigo edifício se mantém até 2013, quando passaria a funcionar no local o Instituto Europeu de Design.

Outro caso interessante de mobilização popular contra projetos ocorreu em 1988 e resultou na criação da APA do Bairro Peixoto. A iniciativa partiu da própria comunidade, que temia a chamada *copacabananização* do local.[363]

Ainda na década de 1960, a associação de moradores da Praça Edmundo Bitencourt, a AMAPE, promoveu uma grande mobilização contra a construção de uma escola na praça pelo então governador da Guanabara Carlos Lacerda.[364]

Após quase duas décadas inativa, na década de 1980, a associação iniciaria uma mobilização contra a verticalização do local – fruto disso foi a *Campanha do Gabarito*, iniciada em novembro de 1981. Até março de 1982, a campanha coletou 3.000 assinaturas de apoio à redução do gabarito.

Em 1987, uma nova luta se estruturava: os moradores, por meio da associação, se mobilizavam para modificar o projeto de localização dos acessos das estacoes de metrô que previa um acesso na praça. Ainda naquele ano, uma coincidência ajudou a luta dos moradores do Bairro Peixoto: o então presidente do CMPC, Carlos Vergara, tornou-se morador do local, tomou contato com a luta e encaminhou ao Conselho a proposta de criação de uma APA.

A partir deste contato, em novembro de 1987, a OASIS (Associação de Moradores e Amigos do Bairro Peixoto) solicitou ao DGPC a preservação "dos elementos característicos da paisagem urbana local".[365]

> A associação dos Moradores e Amigos do Bairro Peixoto, preocupada com a iminente devastação do último conjunto remanescente da "Velha" Copacabana, vem solicitar o concurso desse Departamento para que ainda

[363] Jornal do Brasil, 28/08/1988.

[364] A Sociedade dos Amigos do Bairro Peixoto, como chamava-se então, foi fundada em 21/01/1962. Em 1979, passa a chamar-se Associação de Moradores e Amigos do Bairro Peixoto.

[365] Caderno Bairro Peixoto – 1989.

> possam ser preservados os elementos caraterísticos da paisagem urbana local.[366]

Dentre os pedidos da associação, destacava-se a transformação da Praça Edmundo Bitencourt em uma APA "a fim de que seu crescimento se processe de forma harmônica, sem prejudicar a qualidade de vida de seus moradores".

No ano seguinte, uma primeira vitória. Saturnino Braga decretava, em agosto de 1988, o tombamento provisório dos imóveis do Bairro Peixoto.[367]

Mas a vitória parecia ter durado pouco tempo. Em dezembro de 1988, três meses após o tombamento, 300 moradores do Bairro Peixoto compareciam a um protesto na Praça Vereador Rocha Leão contra a construção de um escritório da Comlurb no local. A área havia sido cedida por Saturnino à empresa em 1986, quando ela fora desalojada pelas obras de construção do metrô na Rua Siqueira Campos.[368]

A presidente da associação de moradores do Bairro Peixoto, Cristina Marciano, dizia que a manifestação fora de advertência e que, se a prefeitura insistisse com a medida, iriam à Justiça com ação cautelar. "Não sabemos porque justamente a praça, reserva verde que nos resta, foi escolhida. Acreditamos que tenha sido uma atitude impensada de Saturnino".[369]

Em março de 1989, três meses depois do anúncio, a OASIS, "preocupada com a recente tentativa de desativação da Praça Vereador Rocha Leão para um depósito da Comlurb" solicitava ao DGPC que a incluísse na área de proteção. Pedia-se, ademais, a inclusão da entrada do Túnel Velho.

[366] Processo 12/002.749/1987.

[367] Decreto 7.965 de 15/08/1988.

[368] Jornal do Brasil, 01/12/1988.

[369] Jornal do Brasil, 01/12/1988.

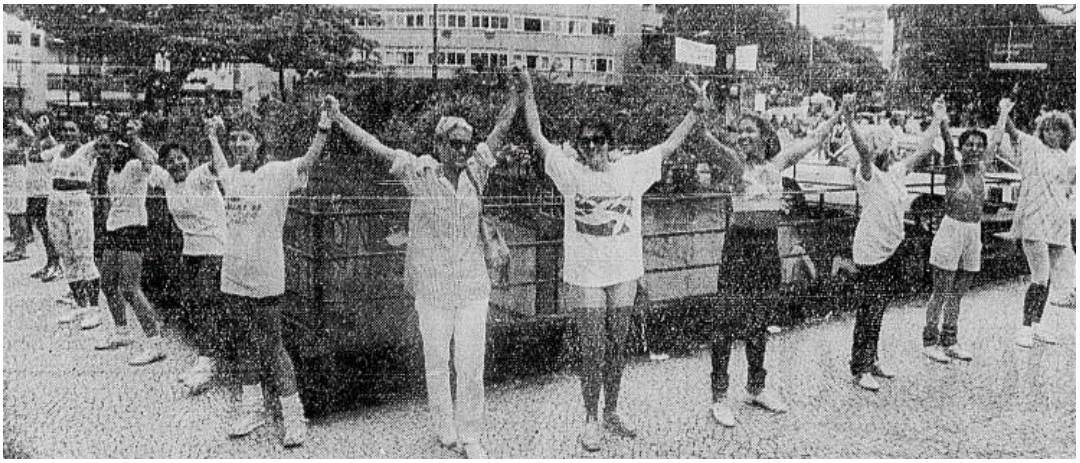


Figura 72 – 300 moradores protestam pela preservação do Bairro Peixoto (Jornal do Brasil, 01/12/1988).

A mobilização surtiu efeito. O escritório da Comlurb não foi construído e, em maio de 1989, foi criada a APA do Bairro Peixoto, a partir de uma iniciativa da Câmara sancionada por Saturnino. Posteriormente, em 1990, a APA foi regulamentada.[370]

## O PARQUE LAGE E O JARDIM BOTÂNICO

Em 1985, moradores do Jardim Botânico se organizaram para defender a Escola de Artes Visuais (EAV) do Parque Lage. Em funcionamento desde 1975, a EAV seria retirada do local pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF),[371] em função da insatisfação dos moradores do bairro com os eventos e grandes shows realizados pela escola do parque.[372] A disputa entre o IBDF e a EAV se arrastava desde 1979, quando o Instituto havia solicitado a devolução do palacete. Na época, a direção da Escola se reuniu com sociólogos, atores, poetas, cineastas e escritores, além de moradores do bairro, para tentar resolver os problemas do parque.

[370] A APA foi criada pela Lei 1.390 de 12/05/1989 e regulamentada pelo Decreto 9.226 de 13/03/1990.

[371] O IBDF foi uma autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura criada pelo Decreto-Lei Federal nº 289 de 28/02/1967 com a atribuição de estabelecer as políticas para a proteção e conservação dos recursos naturais renováveis. Em 1989, suas atribuições foram incorporadas pelo recém-criado Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

[372] Jornal do Brasil, 12/12/1985.

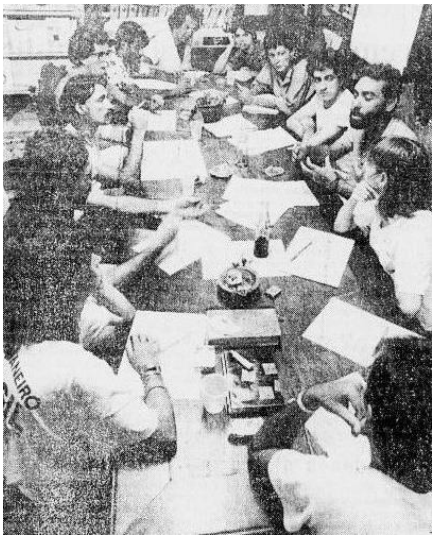


Figura 73 – Reunião com moradores do Jardim Botânico para "salvar" a EAV do Parque Lage (Jornal do Brasil, 12/12/1985).

Um mês após as medidas implementadas pelo IBDF, em janeiro de 1986, a EAV ainda não havia cancelado os shows agendados. De modo a impedi-los, uma liminar de suspensão dos eventos chegou a ser expedida.[373]

O conflito foi solucionado em agosto de1989, quando foi firmado entre o IBAMA e o governo do estado um acordo pelo qual o governo federal cedia o palacete por 5 anos. O governo estadual, por sua vez, cedeu o palacete à EAV.[374]

Sobre o convênio, a presidente da AMAJB Cristina Meireles dizia que "além de manter a área conservada, a medida reafirma e valoriza a luta dos 40 mil moradores do bairro em prol do parque Lage, garantindo bom uso do local".[375]

[373] Jornal do Brasil, 30/01/1986.

[374] Jornal do Brasil, 26/01/1991.

[375] DOERJ, 29/01/1987.

## O LEBLON CONTRA UM HOTEL NO MORRO DOIS IRMÃOS

Nos primeiros meses de seu mandato, Saturnino Braga enfrentou uma polêmica em torno da aprovação de um grande projeto imobiliário na encosta do Morro Dois Irmãos no Leblon, "um dos processos sobre ocupação do solo urbano mais polêmicos da história do Rio".[376]

A história começou em 1970, quando o empresário Antônio Sanchez Galdeano, proprietário da Imobiliária Cap Ferrat, que comprara o terreno na década de 1960, apresentava projeto de construção de um hotel cinco estrelas composto de 8 blocos de edifícios de 10 pavimentos. Em março de 1970, era assinado pelo então Secretário de Obras Públicas e pelo governador do estado, Chagas Freitas, um parecer favorável ao projeto, desde que obtivesse parecer favorável do SPHAN, que estudava o tombamento da montanha.

Em agosto de 1973, no mesmo ano que o Morro Dois Irmãos foi tombado pelo SPHAN, eram apresentadas ao empresário as modificações necessárias no projeto para sua aprovação pelo poder público.[377] Indignado, Galdeano recorreu ao então Ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho contra as modificações. A questão chegou a ser debatida em audiência na Consultoria Geral da República, onde se concluiu que o SPHAN estava certo. Assim, em 1974, um segundo veto ao projeto era emitido.[378]

Em 1977 e em 1980, dois outros projetos seriam apresentados ao Departamento de Edificações da Prefeitura e aprovados pelos prefeitos Marcos Tamoyo e Israel Klabin, respectivamente.[379] Em 1979, o mesmo SPHAN que rejeitara duas versões anteriores, aprovava o projeto. Na época, Burle Marx dizia que o projeto apresentava "perfeita harmonia com a paisagem".

---

[376] Jornal do Brasil, 15/05/1987.

[377] Por meio do Processo 869 de 1973, foram tombados o Corcovado, o Morro Cara de Cão, o Morro da Babilônia, o Morro da Urca, o Morro Dois Irmãos, o Pão de Açúcar e a Pedra da Gávea.

[378] Processo E-18/000.835/1994.

[379] O primeiro previa a construção de oito edifícios residenciais de 10 pavimentos e um hotel de 9 pavimentos divididos em 2 planos separados por um belvedere e cujo acesso seria feito por um viaduto. Já o segundo projeto modificava somente o acesso, que passava a ser por meio de uma helicoide colada à rocha.

Em 1984, o projeto era aprovado novamente, pela Procuradoria Geral do Estado e pela Comissão do Plano da Cidade. Na ocasião, Galdeano chegara a murar o terreno para evitar que a favela Chácara do Céu avançasse sobre seu terreno, muro que Brizola mandara derrubar.[380]

Em 1985, o projeto, mesmo acima do gabarito de dois pavimentos permitido para o local, voltou a ser aprovado pela Prefeitura, mas permaneceu no gabinete de Marcello Alencar até os últimos dias de seu mandato, quando foi encaminhado à Secretaria de Obras. Lá, o processo permaneceu parado até a criação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, em junho de 1986, já na Prefeitura de Saturnino Braga.[381]

Diante da possível aprovação final do projeto, dirigentes de associações de moradores da região se posicionavam em lados opostos. E o discurso da necessidade de remoção das favelas era novamente acionado.

O presidente da Comunidade do Alto Leblon, por exemplo, apoiava o projeto: "nossa preocupação são as favelas, que poderiam vir a nos cercar. Sabemos da luta de Galdeano para manter o terreno sem invasões. **Preferimos o verde, mas entre o empreendimento que é bonito e a favela, ficamos com o empreendimento**. Não defendemos o projeto de ninguém. Queremos sim é manter nossa segurança". Já o presidente da Associação de Moradores da Favela Chácara do Céu Francisco Figueiredo se posicionava contra o projeto. "Nosso maior receio é perder a via de acesso pela Rua Aperana e a área de lazer que fica dentro do terreno de Galdeano. Além disso, será mais um motivo de desabamentos quando chover".[382]

> Já Galdeano, que tinha como maior bandeira o argumento de que seu empreendimento impediria o crescimento da favela, anunciava seu projeto seria o "mais novo símbolo da cidade maravilhosa, que sem dúvida, daqui para a frente, estará no rol dos cartões-postais, como o Maracanã, o Sambódromo, o Pão de Açúcar, o Cristo Redentor, o Jóquei Clube e vários outros". Sobre o avanço da favela, Galdeano acrescentava: "quem transitar pela Avenida Epitácio Pessoa, na Lagoa, e olhar na direção da Gávea, verá a Rocinha, que já domina a penedia do Dois Irmãos, pelo lado de São Conrado, virando o morro na direção do Leblon. **No tempo, crescendo como pinças, Vidigal e Rocinha formarão, se a área não for racionalmente ocupada, um**

[380] Processo E-18/000.835/1994.

[381] Jornal do Brasil, 13/06/1986.

[382] Jornal do Brasil, 13/06/1986 [grifos meus].

**anel em torno da mesma penedia, alcançando à praia, desfigurando a cidade, afastando o turismo e tornando insuportável as condições de vida dos bairros de Ipanema e Leblon”**.[383]

O desejo de remoção das favelas do Morro Dois Irmãos não era coisa do passado. Em realidade, menos de 10 anos antes, ali ao lado, ocorreu a última tentativa de retomada da grande política de remoções de favelas das décadas anteriores quando foram deslocadas à força cerca de 140 mil pessoas.

Em 1977 tentou-se, no governo de Marcos Tamoyo, sob a argumentação de perigo de desabamento, realizar a remoção da favela do Vidigal. Em realidade, a medida ocultava uma importante operação imobiliária que visava à construção de um hotel de luxo, provavelmente parte do empreendimento de Galdeano. Frente à ameaça, as associações de moradores, apoiadas pela Pastoral das Favelas, juristas famosos como Bento Rubião, imprensa e políticos locais conquistaram na Justiça a suspensão das remoções e solicitaram a usucapião da terra para os moradores. Este episódio é compreendido por vários autores como o encerramento definitivo da política de remoções.[384]

Mas retornemos ao empreendimento de Galdeano.

Em 1987, uma comissão especial de notáveis formada pelo prefeito e coordenada pelo deputado estadual Noel de Carvalho do PMDB aprovava a construção de três edifícios do empreendimento de Galdeano na encosta do Morro Dois Irmãos. Lucio Costa e Burle Marx, dois membros da comissão, defendiam o projeto, elaborado pelo arquiteto Acácio Gil Borsói.[385]

[383] Jornal do Brasil, 13/06/1986 [grifos meus].

[384] Cf. Oakim, 2014.

[385] Jornal do Brasil, 15/05/1987

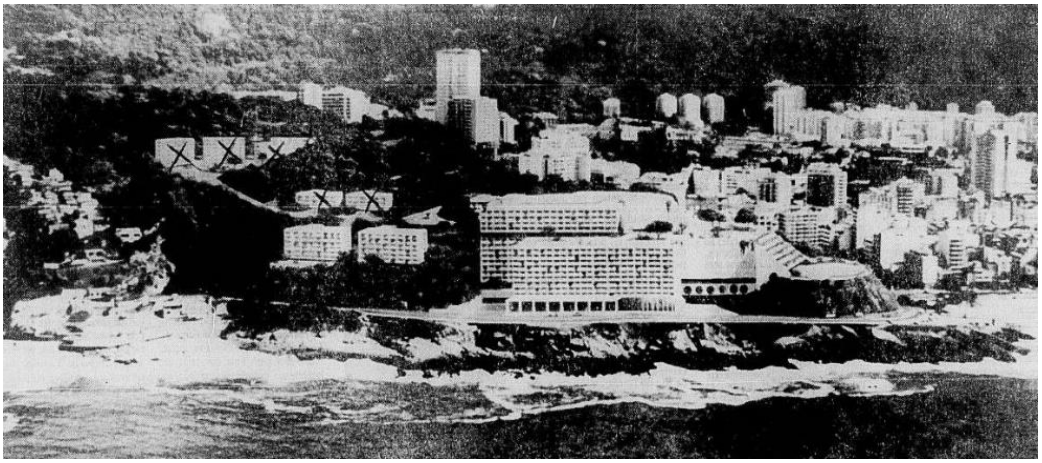


Figura 74 – Fotomontagem. Assinalados com um X os edifícios rejeitados. Os outros dois prédios, próximos ao hotel de 600 apartamentos, foram aprovados (Jornal do Brasil, 15/05/1987).

A AMA-Leblon, em seu jornal, comemorava a aprovação do projeto: "toda a montanha ficará livre, *non aedificandi*, e dará lugar a um parque floral e frutífero em favor da ecologia e da fauna locais, evitando o risco de favelização à beira mar e constituindo um extraordinário ornamento da cidade".[386]

O apoio da AMA-Leblon foi fundamental para o resultado. Foi a própria associação de moradores que havia aproximado o empresário Galdeano e Saturnino no ano anterior. O interesse da associação era conseguir a liberação da encosta para moradores do Leblon através de uma permuta de Galdeano com a cidade. "A prefeitura ofereceria uma área a Galdeano em troca da encosta e a encosta seria transformada num parque ao estilo da Catacumba".[387]

Contudo, o posicionamento da AMA-Leblon não era consenso no bairro. "Temem que a encosta se transforme numa favela formada pelo crescimento da Rocinha e do Vidigal. Ora, esse temor existe apenas entre os moradores do Alto Leblon. E, fora isso, há outras formas de combater a favelização. Não podemos, por conta desse temor, entregar à iniciativa privada uma área como a encosta do Dois Irmãos" dizia Carrijo, antigo presidente da associação.[388] Somava-se ao coro o Movimento de Defesa Ecológica do Rio que, sob orientação de Ruth Christie, moradora do Leblon, lutava há 10 anos contra o projeto.

Em 1988, Saturnino vetava o Projeto de Lei 1926/1987 de autoria do vereador Hélio Fernandes filho do PMDB que previa a construção de um hotel e dois anexos no Morro Dois

[386] Texto de Leonardo Saboia Ribeiro no jornal da AMA-Leblon (Jornal do Brasil, 15/05/1987).

[387] Jornal do Brasil, 15/05/1987

[388] Jornal do Brasil, 15/05/1987

Irmãos. Dentre os argumentos de Saturnino, estavam o tombamento federal e a preservação da área.[389]

O projeto ficou parado até o início da década de 1990, quando já na gestão Cesar Maia ganharia novo, porém rápido, fôlego. Esta história será contada no Capítulo 5 desta tese.

## UM TOMBAMENTO NA ZONA OESTE: O CASO DE SANTA CRUZ

Em 1984, a prefeitura tombou o Palacete do Matadouro de Santa Cruz, a única ação de tombamento que encontrei na zona oeste neste período que não tratava de preservação de patrimônio natural. Contudo, ainda que fosse um tombamento em Santa Cruz, não se tratava de algo relacionado ao cotidiano daquela região, mas a um passado nobilíssimo, relacionado ao Império Brasileiro e à grande fazenda dos jesuítas que ali existiu durante o período colonial.[390]

Em julho de 1985, o presidente da RioArte Gerardo de Mello Mourão afirmava que estavam buscando apoio na iniciativa privada para levar adiante a recuperação do Palacete do Matadouro de Santa Cruz: "A recuperação do prédio, um dos mais antigos monumentos do antigo sertão carioca, é um dever do município, mas, infelizmente, isto esbarra em custos superiores às possibilidades orçamentárias dos órgãos públicos de cultura".[391] Na ocasião, os técnicos da prefeitura contavam com o apoio de um grupo de historiadores de Santa Cruz organizados em um Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz, o NOPH.

Em realidade, o NOPH, desde 1983, vinha lutando pela preservação e restauração do palacete, dentre outros bens em Santa Cruz.

Em julho de 1986, após o edifício ter sido destruído por dois incêndios, a Secretaria Municipal de Cultura contratou o especialista Carlos Alberto Gomar para elaborar o projeto de restauração do palacete.[392] Em fevereiro de 1987, a prefeitura anunciava a criação de um centro cultural no local: as obras de restauração estavam em fase licitação e orçadas em 7.5 milhões

[389] Jornal do Brasil, 16/04/1988.

[390] Decreto 4.538 de 07/05/1984.

[391] DOERJ de 09/07/1985, anexo ao processo 07/031.232/1989.

[392] O primeiro incêndio ocorreu ainda na década de 1970.

de cruzados.[393] Em dezembro, o projeto foi entregue e em maio de 1987 começaram as obras que deveriam ser concluídas em 1988.[394]

A restauração do casarão e criação do centro de cultura visavam atender a uma reivindicação dos moradores da zona oeste: "é uma área da cidade praticamente sem opções culturais e estamos esperando por isso desde 1984, quando o prefeito Marcello Alencar assumiu o compromisso de preservar o prédio como um espaço cultural".[395] Também é importante lembrar que, Santa Cruz, era a região onde o brizolismo possuía maior força eleitoral na cidade.

Em dezembro de 1987, a Câmara aprovava lei, de autoria dos vereadores Wilson Leite Passos (PDS) e Oswaldo Luiz (PDT) que tombou o edifício do antigo Matadouro de Santa Cruz.[396]

## OS PEUS E AS APAS DA GESTÃO SATURNINO

No âmbito do planejamento urbano, a gestão de Saturnino pretendia racionalizar e reordenar a ocupação da cidade, enfrentando os problemas de expansão urbana e de transporte. A centralidade da questão urbana refletiu-se na criação de uma secretaria própria para tratar do tema, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), comandada pelo arquiteto Flavio Ferreira.

> Para que o governo como um todo levasse em conta as exigências desse magno problema. [...] passou ainda a compor esse corpo de diretrizes a ideia de, sem prejuízo da visão global da cidade mantida através do macrozoneamento, proceder às tarefas do planejamento urbano bairro por bairro, num esforço sistemático de discussão do zoneamento e dos parâmetros de construção com os moradores representados em suas associações, com os representantes das atividades econômicas de cada região e com os empresários em construção civil. Em paralelo com o princípio da discussão aberta com a sociedade organizada, estava também a ideia de abrir a legislação urbana ao conhecimento mais generalizado, através da sua simplificação, da

[393] DOERJ, 04/02/1987.

[394] Jornal do Brasil, 02/02/1987.

[395] Depoimento de Sinvaldo do Nascimento Souza, Diretor do Núcleo de Orientação e Pesquisa de Santa Cruz (Jornal do Brasil, 27/01/1987).

[396] Jornal do Brasil, 05/01/1988 e Lei 1.180 de 30/12/1987.

A inauguração do centro cultural no antigo edifício do Matadouro de Santa Cruz só ocorreu em 2008.

Em 1992, a prefeitura iniciou estudos para o tombamento da Estação Ferroviária do antigo Matadouro, que foi tombada no ano seguinte pelo Decreto 12.193 de 09/08/1993.

> clarificação, sob forma de mapas, da apresentação pública e da informatização de seus processos.[397]

A criação da SMDU era uma antiga reinvindicação das entidades representativas de engenheiros e arquitetos. Este era um passo importante para o planejamento urbano da cidade do Rio de Janeiro, visto que anteriormente, os órgãos responsáveis pelo licenciamento e planejamento eram ligados às secretarias de obras.

A gestão de Saturnino Braga elaborou diversos PEUs em atendimento a reivindicações de moradores. Os PEUs elaborados deveriam, além de propôs alterações no regulamento de edificações e no zoneamento e condições de uso do solo, abranger o sistema viário, as áreas de proteção ambiental e as favelas. Em depoimento, Saturnino aponta que os PEUs eram feitos em colaboração com as associações de moradores, no espaço dos Conselhos Governo-Comunidade.

Em 1987, foram modificados, com a assinatura do PEU Tijuca, Maracanã, Grajaú, Vila Isabel e Andaraí os gabaritos destes bairros, criada uma Área de Proteção do Entorno da Fábrica Confiança e criadas normas de manutenção da Reserva Florestal do Grajaú. O plano foi resultado de um trabalho de sete meses desenvolvido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano que realizou diversas reuniões com as associações de moradores dos bairros. A iniciativa foi abraçada também pelo setor da construção civil.[398]

Alguns anos depois, em 1988, era aprovado o PEU da Penha, o nono a ser elaborado na cidade.[399] Iniciado em outubro de 1987, sua elaboração levou sete meses.

A principal motivação da prefeitura para a elaboração do PEU da Penha foi atender a forte mobilização popular em torno da questão ambiental provocada pela transferência do Curtume Carioca para Santa Cruz. Discutia-se, então, o que fazer com um terreno que abrigara por décadas uma atividade notadamente poluidora e danosa. Ademais, discutia-se o

---

[397] PCRJ, IBAM, 1994, p. 8.

[398] Jornal do Brasil, 24/09/1987 e 30/09/1987.

O Decreto 6.462/87 modificou as condições para construção de novas edificações nos bairros da Praça da Bandeira e Tijuca. O Decreto 6.996/87 alterou as condições de uso e ocupação do solo no Grajaú; enquanto o Decreto 6.997/87 dos bairros do Andaraí, Maracanã e Vila Isabel.

Não eram exatamente PEUs, mas decretos com forças análogas.

[399] Decreto 7.654 de 20/05/1988.

Em realidade, o PEU abrangia toda a UEP 22, incluindo os bairros da Penha, Penha Circular e Brás de Pina.

adensamento do bairro com o aparecimento de edifícios de 18 pavimentos (permitidos pelo Decreto 322/1976) que comprometiam a visibilidade da belíssima Igreja da Penha e o surgimento do comércio atacadista com intenso tráfego de caminhões.

> A motivação inicial deste projeto foi a preservação da ambiência em torno da Igreja da Penha, ameaçada pela legislação anterior, que permitia no local prédios de até 18 pavimentos.[400]

A elaboração do PEU contou com a participação das associações de moradores dos dois bairros. Aliás, foi a Associação de Moradores e Amigos da Penha que iniciou dois outros processos, ainda em 1985, solicitando à prefeitura providências para a preservação do bairro.[401] É interessante notar que se tratava de uma reivindicação anterior à gestão de Saturnino, endereçada ao prefeito anterior, Marcello Alencar, mas somente pelo primeiro atendida.

Foi adotado como princípio metodológico para elaboração do PEU da Penha o processo participativo da sociedade organizada. Participaram das reuniões a Associação de Moradores e Amigos da Penha, a Associação de Moradores e Amigos da Praça do Carmo e Adjacências, a Associação de Moradores do Parque Proletário do Grotão, a Associação de Moradores da Vila Proletária da Penha, a Associação de Moradores da Vila Santa Edwiges de Brás de Pina, o Lions Clube do Rio de Janeiro da Penha, o Rotary Clube do Rio de Janeiro da Penha e a Associação Comercial e Industrial Leopoldinense. Da parte dos órgãos estatais, além da SMDU, participaram a Administração Regional da XI R.A., as secretarias municipais de Fazenda, Obras e Serviços Públicos, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Transportes; além da Feema e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

As principais diretrizes do trabalho eram:

1. Preservar a ambiência em torno da Igreja da Penha, com a redução de gabarito para 4 a 5 pavimentos;
2. Permitir o uso comercial diversificado, restringindo a área predominantemente industrial à Avenida Brasil;
3. Estimular a renovação urbana nos principais eixos viários, e
4. Fixar gabarito máximo de toda a área em 7 pavimentos.

[400] Depoimento do Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Flavio Ferreira ao Jornal do Brasil, 18/05/1988.

[401] Processos 07/000.260/1985 e 02/000.518/1985.

As diretrizes e conceitos foram apresentados a comunidade na Região Administrativa e, posteriormente, na Prefeitura Itinerante – Saturnino chegou a participar de uma das apresentações, na sede da Associação Comercial e Industrial Leopoldinense.

O PEU da Penha foi assinado em maio de 1988 em uma cerimônia no coreto da Igreja da Penha. Com o PEU, foi modificada a área da APA Fazendinha da Penha, fruto da mobilização estudada no Capítulo 2 desta tese. Ademais, junto à legislação que garantia a manutenção da visibilidade da Igreja da Penha, foi decretado seu tombamento provisório em julho de 1988.[402]

Por fim, em agosto de 1988, era aprovado o PEU Bangu, legislação que estabeleceu condições de uso e ocupação do solo para toda a 50ª UEP, que inclui os bairros de Senador Camará, Bangu e Padre Miguel.[403]

A origem deste PEU remete a uma história cujo início foi contado no Capítulo 2. Como já mencionado, o processo iniciou-se a partir da solicitação da AMARBANGU de um posicionamento do poder público para impedir a demolição das casas da antiga vila operária da Fábrica Bangu. Na época, o INEPAC optou pelo tombamento não das casas operárias, mas de outras edificações relacionadas àquele antigo conjunto fabril.

Em paralelo, ainda em 1983, uma outra associação solicitava providências à prefeitura para impedir o despejo de famílias descendentes dos antigos operários da Fábrica Bangu: a Associação de Moradores do Guandu do Sena (área agrícola próxima à Barra do Mendanha) entrara com pedido de regularização dos lotes ocupados e delimitação da zona agrícola. Com essa regularização, pretendiam combater a intensa pressão da Fábrica Bangu, proprietária do terreno, para o despejo dos moradores.

Em resposta, no âmbito do poder municipal, Marcello Alencar definiu como prioridade a elaboração de estudos para a zona oeste, "em parte por interesse políticos e em parte por interesses técnicos". Cabe lembrar que a zona oeste era o local onde Brizola havia vencido em

---

[402] Decreto 7824 de 08/07/1988. Já o tombamento definitivo ocorreu em 1990 pelo Decreto 9413 de 21/06/1990.

Contudo, esta notícia assustou os membros da irmandade religiosa que eram contra a medida: "Pelo que temos observado, todos os imóveis e áreas hoje tombadas pelo patrimônio estão em péssimas condições de conservação, sem que os proprietários possam influir em nada" disse Itamar Bastos, secretário geral da entidade (Jornal do Brasil, 08/07/1988).

[403] O PEU Bangu foi definido pelo Decreto 7.914 de 03/08/1988. Para marcar o início dos estudos, foi publicado o Decreto 7.340 de 06/01/1988, que estabeleceu o *congelamento* do licenciamento de obras na região por um prazo de 180 dias, enquanto seria elaborada a nova legislação.

1982 a eleição na capital. Ademais, Bangu foi a zona eleitoral onde Brizola havia tido sua maior votação, com 56% dos votos.

Dois anos depois, ainda na gestão de Marcello Alencar, estavam prontas novas legislações para os bairros de Bangu, Campo Grande e Santa Cruz. Contudo, estas propostas nunca foram oficializadas. Seria somente a partir da posse de Saturnino, com a retomada dos PEUs, que o PEU Bangu seria retomado.

Ainda que partisse de um estudo elaborado anteriormente, a versão elaborada em 1988 diferia da anterior em alguns pontos, conforme explicitado na tabela a seguir.

| **MOTIVAÇÕES** | **PEU Bangu 1985** | **PEU Bangu 1988** |
|---|---|---|
| Políticas | Aumentar a penetração do PDT na zona oeste | Elaborar pelo menos um PEU na zona oeste |
| | Responder a pressões de posseiros e proprietários agrícolas | Evitar calamidades por efeito de inundações |
| Técnicas | Aumentar o conhecimento sobre a zona oeste | Obter base legal para atuação na UEP |
| | Experimentar ideias inovadoras de planejamento | Aproveitar o estudo do PEU Bangu - 1985 |
| Comunitárias | Solicitação de regulamentação de lotes ocupados na área agrícola | Reivindicação de preservação da Fábrica Bangu |

Tabela 4 – Comparação entre os estudos elaborados para o PEU Bangu. Esta tabela consta no caderno de estudos sobre metodologias de elaboração de PEUs encomendado pela prefeitura ao IBAM (Cf. PCRJ, IBAM, 1994).

À semelhança da experiência da Penha, para o PEU Bangu foi proposta uma metodologia de trabalho semelhante, para viabilizar a participação da sociedade civil. Contudo, ao contrário da experiência anterior, os técnicos da prefeitura encontraram dificuldades no contato com as associações de moradores locais.

Foi criada uma comissão local, chamada Grupo de Apoio da Comunidade composta por representantes que tivessem assento no Conselho Governo-Comunidade. Foram convidadas a participar oito entidades: a Zonal Oeste da FAMERJ, a Zonal Oeste da FAFERJ, a Associação Comercial e Industrial da região de Bangu, a Fábrica Bangu, a Associação Fluminense das Pequenas e Médias Empresas (Flupene), a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI) e o Rotary Clube.

Ademais, foram convidadas as seguintes associações: Associação de Moradores do Conjunto D. Jaime Câmara, Associação de Moradores e Amigos do Bairro Jabour, Associação de Moradores de Padre Miguel, Associação de Moradores da Vila Pequerobi e Adjacências,

Associação de Moradores do Guandu do Sena, Associação de Moradores do Saco do Viegas, Associação de Moradores Nova Aliança e Associação de Moradores Fazenda Coqueiros.

Em paralelo ao Grupo de Trabalho, um grupo de apoio era composto por instituições estatais. Eram elas: a Secretaria Municipal de Obras, a Secretaria Municipal de Fazenda, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, o DGPC, a Comlurb, a Feema, a CETEL e a Cedae.

A pouca participação popular na elaboração do PEU Bangu, apesar do enorme aparato mobilizado, relacionava-se diretamente ao crescente descrédito da população na participação comunitária por meio dos Conselhos Governo-Comunidade. Inicialmente, o Conselho de Bangu foi muito concorrido, contudo, à medida em que as propostas não se concretizavam, as reuniões esvaziavam-se.

Ainda assim, o PEU Bangu estabeleceu algumas conquistas para a região. São elas:

1. A preservação da Fábrica Bangu e da Fazenda do Viegas foi garantida por meio da definição de IATs extremamente baixos, que inviabilizavam novas construções;
2. Foi definida uma restrição de gabaritos, para uma média de 3 pavimentos, a despeito dos 18 autorizados pela legislação da década de 1970;
3. Foram estabelecidas condições para instalação da pequena indústria na região, e
4. Foram definidas áreas para a atividade agrícola.

Um ano após a aprovação do PEU Bangu, era criada, por meio de um projeto de lei do vereador Mário Dias do PDT, a Área de Proteção Ambiental da Serra do Mendanha, que impedia novas construções na encosta daquela serra voltada para o bairro de Bangu, diminuindo a pressão do capital imobiliário naquele local.[404]

Além dos já mencionados PEUs Tijuca, Penha e Bangu, diversos outros foram elaborados na gestão de Saturnino – todos acompanhados pelos Conselhos Governo-Comunidade. Em 1986, foi elaborado o PEU São Cristóvão, Benfica e Mangueira que tinha como mote o resgate da condição residencial dos bairros.[405] Ainda em 1986, foi elaborado o PEU Leblon, que estabeleceu novas condições de uso do solo e reduziu consideravelmente o

[404] Lei 1.483 de 05/12/1989.

Em 1993, seria criado em parte da APA o Parque Ecológico do Mendanha (Lei 1.958 de 05/04/1993).

[405] O PEU São Cristóvão foi criado pelo Decreto 5.840/1986.

gabarito do bairro.[406] Em 1987, o PEU Grajaú que, atendendo à pressão das associações de moradores, buscou por meio da legislação resolver os conflitos causados pelo repentino crescimento do comércio de grande porte e de grandes edifícios.[407] Por fim, em 1988, o PEU São Conrado, que estabeleceu novas condições para construção em encostas e redefiniu as condições de uso e ocupação, a pedido da população local.[408]

Além dos PEUs, a gestão de Saturnino também ficou marcada pela conquista de diversas Áreas de Proteção Ambiental: somente em 1988 foram três: a Área de Proteção Ambiental da Orla Marítima,[409] a Área de Proteção Ambiental da Pedra Branca[410] e a Área de Proteção Ambiental da Orla da Baía de Sepetiba.[411]

## O FIM DO PERÍODO

Como no capítulo anterior, os mapas a seguir mostram a distribuição territorial das políticas de regulação urbana no período estudado. Importante relembrar que, os mapas indicam **todos** os instrumentos criados no período, ainda que o texto não tenha explorado todos os casos. Mais uma vez, relembro ao leitor que, caso tenha interesse, as listagens integrais encontram-se em anexo a esta tese.

A gestão de Saturnino modificou consideravelmente a legislação da cidade: foram sete PEUs, nove APAs.

As APAs e os PEUs concentraram-se, principalmente nas zonas norte e oeste, região do eleitorado do PDT. Das APAs decretadas, cinco eram na zona oeste; enquanto dentre os sete PEUs, cinco eram nas zonas norte e oeste.

É interessante também atentar para as exceções, como o PEU Leblon e São Conrado, além das APAs do Bairro Peixoto e Urca, todos na zona sul. Aqui, Saturnino mantém o padrão da gestão anterior de Brizola, quando as políticas de regulação urbana eram usadas em áreas para onde tentava-se expandir o brizolismo.

---

[406] O PEU Leblon foi criado pelo Decreto 6.115/1986.

[407] O PEU Grajaú foi criado pelo Decreto 6.996/197.

[408] O PEU São Conrado foi criado pelo Decreto 8.046/1988.

[409] Lei 1.272 de 06/07/1988.

[410] Lei 1206 de 28/03/1988.

[411] Lei 1.208 de 28/03/1988.

Ademais, é interessante atentar que, é provável que a descentralização das políticas de regulação urbana seja consequência da implementação de uma espécie de planejamento participativo via Conselho Governo-Comunidade, que pressionava a prefeitura a atuar em territórios dantes inexplorados, modificando a legislação generalista e permissiva, estabelecida ainda na década de 1970.

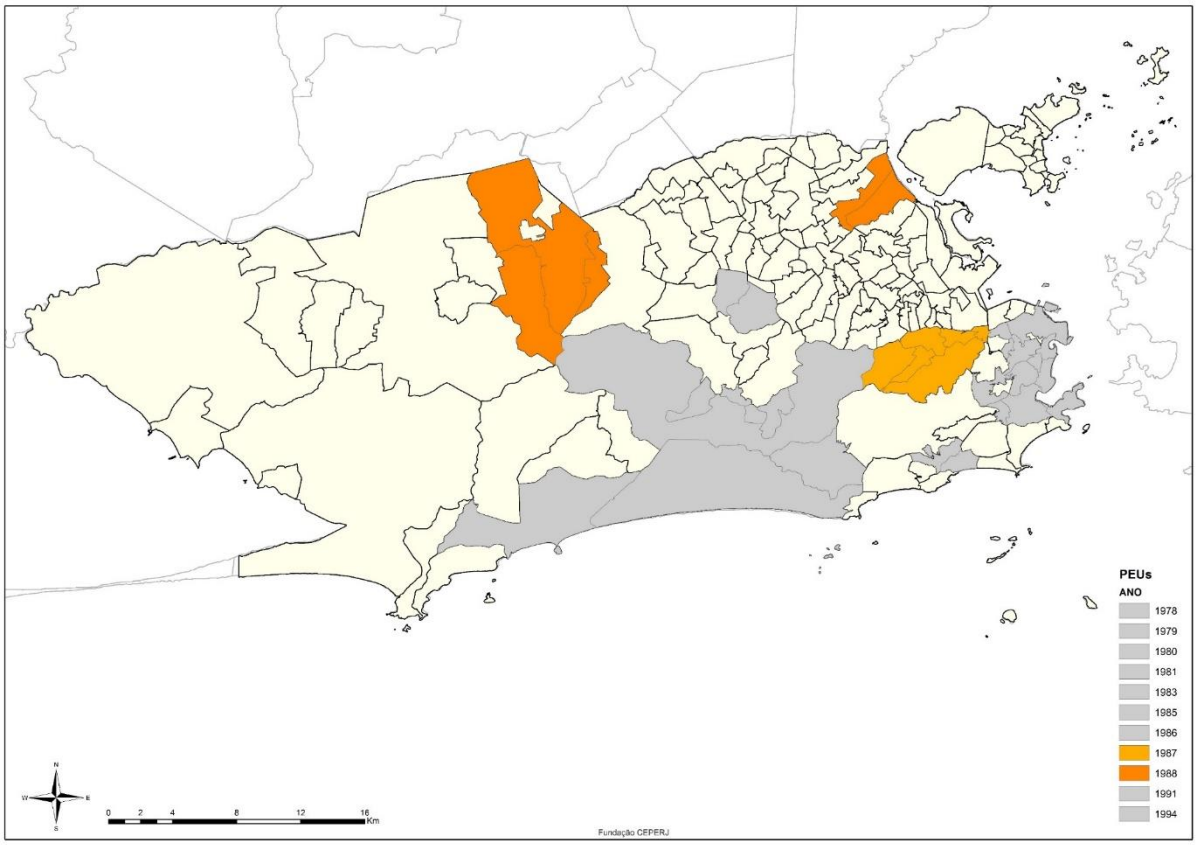



Figura 75 - Mapa dos PEUs criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1987 e 1988.

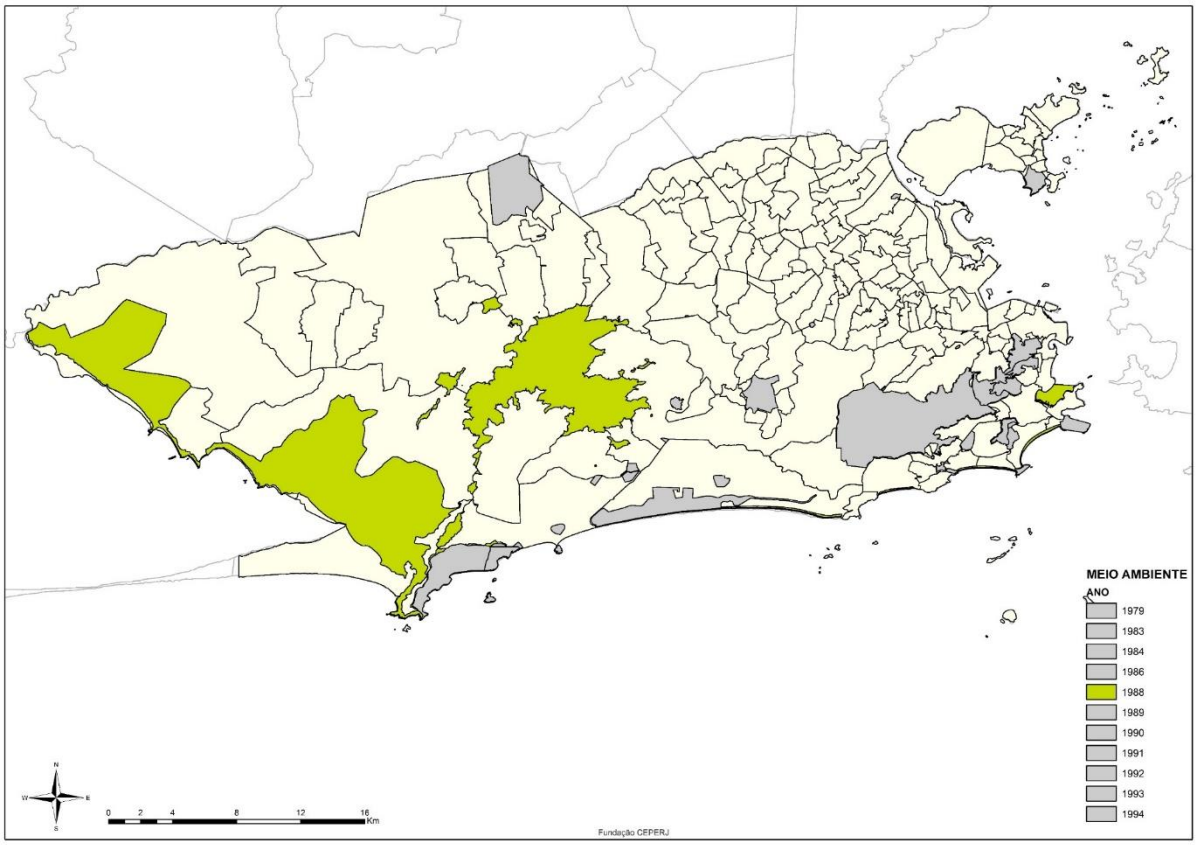



Figura 76 - Mapa das APAs e Parques Naturais criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1987 e 1988.

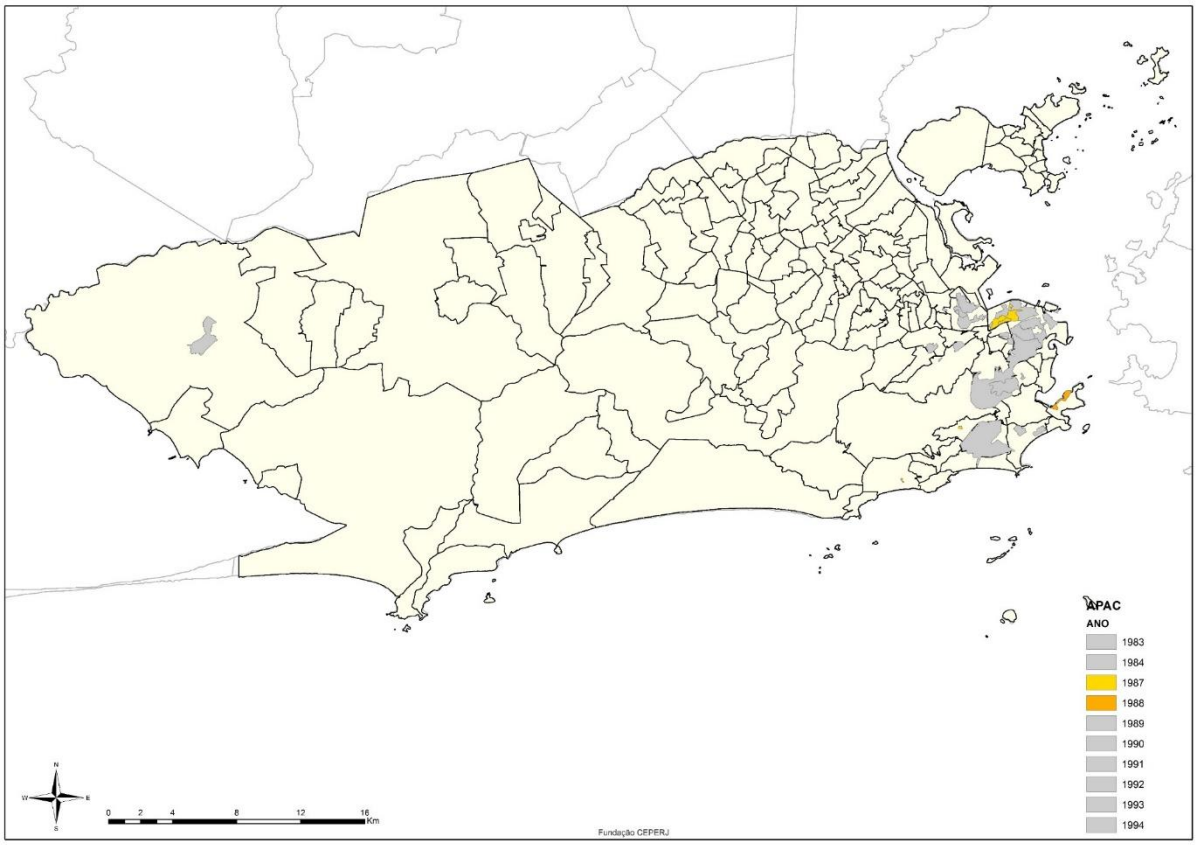



Figura 77 - Mapa das APACs criadas na cidade do Rio de Janeiro entre 1987 e 1988.

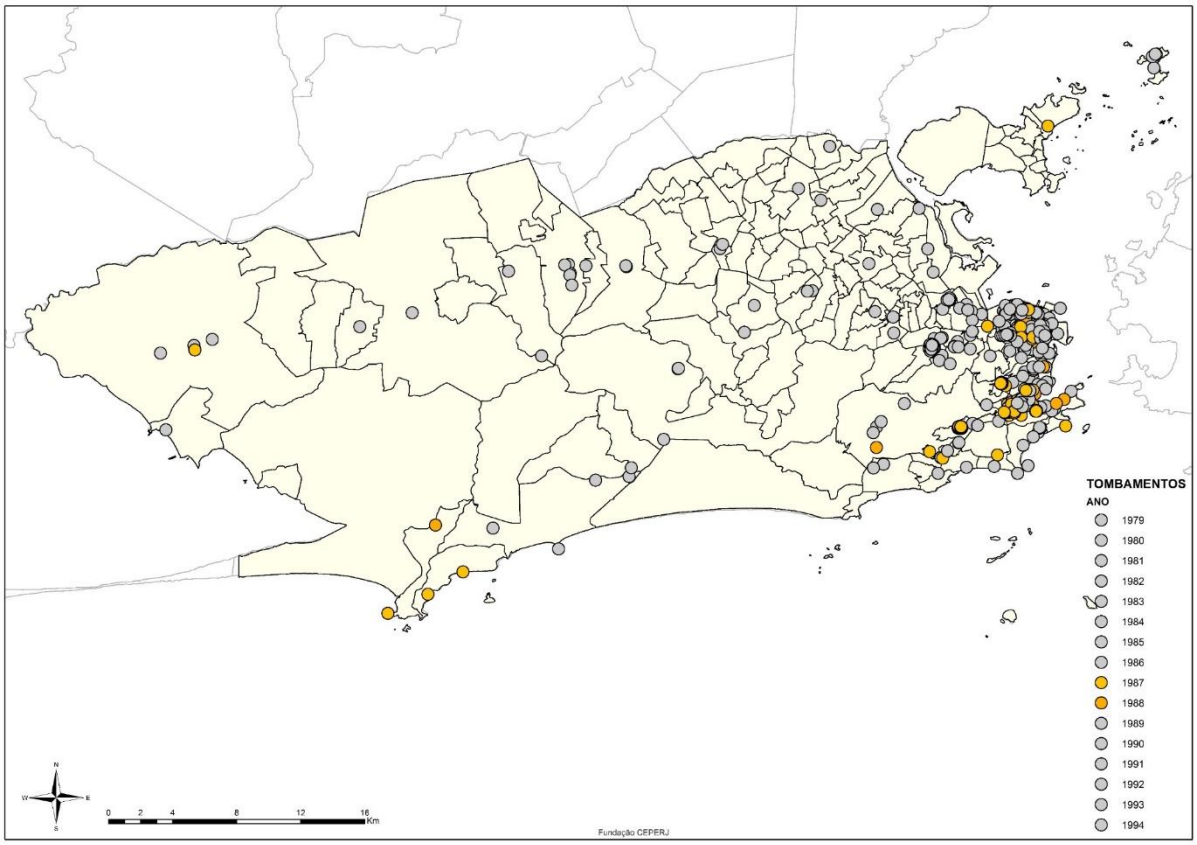



Figura 78 - Mapa dos tombamentos feitos na cidade do Rio de Janeiro entre 1987 e 1988.

O período de 1987 e 1988 guarda também uma dimensão nacional de grande importância. Foi neste período em que se instalou a Assembleia Constituinte, responsável pela redação da nova carta constitucional republicana. Em verdade, desde que assumiu a posição em 1985, Sarney indicava que seu governo seria o governo de Tancredo e que, portanto, trataria das duas maiores prioridades nacionais: a crise econômica e a redemocratização.

Ainda em 1985, Sarney sancionou medidas para a efetivação da redemocratização: como a eleição direta para a presidência em dois turnos, a eleição para prefeitos nas capitais (proibida desde a década de 1970), a liberdade de criação de partidos e a formação de coligações partidárias.

Em junho de 1985, no que anunciava ser "o mais grave compromisso da nova república", Sarney encaminhou ao congresso a proposta de convocação da Assembleia Nacional Constituinte, a ser composta pelos representantes do Congresso Nacional que seriam eleitos nas eleições de 1986.

A nova carta, começou a ser escrita em fevereiro de 1987 e, finalmente, em 5 de outubro de 1988, após 20 meses de trabalho, era promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil.

1988 também foi um ano crucial para a política carioca. Em 15 de setembro daquele ano, Saturnino Braga, em pronunciamento oficial na televisão, anunciava a falência da Prefeitura do Rio de Janeiro – as dívidas da prefeitura com bancos e fornecedores chegavam a mais de 440 milhões de dólares. Entre as causas, o prefeito destacava a oposição dos vereadores, que não permitiram o reajuste dos impostos municipais, e a não completude do auxílio financeiro anunciado pelo governo federal após as fortes chuvas do início do ano.

Em 2015, Saturnino escreveu uma obra, de certa maneira autobiográfica, sobre sua passagem pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Segundo sua versão, o prefeito anterior, e antigo companheiro de PSB, Jamil Hadadd já havia anunciado, antes mesmo da sua eleição, que o município estava condenado à falência, seguindo um processo implacável cuja origem estava na transferência da capital e na reforma tributária de 1966, que havia encolhido as receitas municipais. Aponta ainda que marcos Tamoyo, ainda na década de 1970, também anunciara a crise financeira, respondida pelo governo federal com promessas de ajuda nunca cumpridas. Saturnino afirma que, diante da certeza da situação crítica financeira do município, não desejava e não havia pleiteado a posição de prefeito, mas que a aceitara como dever partidário.[412]

Até o fim daquele ano, a situação não melhoraria e Saturnino terminaria seu mandato isolado politicamente e enfrentando uma grave greve do funcionalismo municipal, que reivindicava os pagamentos atrasados.[413]

> Hoje estou convencido, tínhamos que ser golpeados.[414]

---

[412] Braga, 2015, p. 15.

[413] Esta não foi a única greve enfrentada por Saturnino.

Em janeiro de 1987, Saturnino enfrentou uma greve de ônibus que parou a cidade. Diante do impasse entre empregados e patrões, o Estado ofereceu um aumento de 32% nas tarifas, para que os salários pudessem ser aumentados – a categoria estava há 13 meses sem aumento salarial. Até mesmo os ônibus da CTC e das empresas encampadas pararam de circular (DOERJ, 08/01/1987 e 09/01/1987). Por fim, após uma semana de greve, foi concedido um aumento de 68% nas tarifas, enquanto os rodoviários receberam um reajuste salarial de 72% (DOERJ, 14/01/1987).

Logo após a greve dos rodoviários, Saturnino enfrentaria outra greve, dos garis: em quatro dias de greve, acumularam-se nas ruas da cidade 9 mil toneladas de lixo, além de 5.700 toneladas de lixo domiciliar (DOERJ, 26/02/1987).

Ao fim de fevereiro, Saturnino afirmava que a demissão de funcionários municipais seria a última saída para tentar minimizar a crise financeira do município. Publicamente, reiterava que o Rio não iria falir e que não atrasaria o pagamento dos salários, como ocorria em outras capitais.[413] Infelizmente, isso não seria possível.

[414] Depoimento de Saturnino Braga (Braga, 2015, p. 17).

A gestão de Saturnino ficou marcada com um rótulo de incompetência. Contudo, ainda que creditado como sua responsabilidade, Saturnino afirma categoricamente que a falência foi um golpe do governo federal para interromper aquela que era "a mais importante e exitosa experiência de democracia participativa do Brasil".[415] Ademais, afirma que o golpe fatal veio com a decisão brusca do Ministério da Fazenda e do Banco Central de proibirem a rolagem da dívida municipal por todos os bancos, uma decisão eminentemente política que teria ocorrido logo após a falência do Plano Cruzado.

> Mas proibir qualquer rolagem(!), de um dia para o outro, sem nenhum aviso ou advertência, exigir o pagamento de toda a dívida numa só etapa (!), só podia ter um objetivo: levar à falência e desmoralizar aquela Prefeitura socialista do Rio de Janeiro.[416]

A falência inviabilizou as iniciativas mais expressivas da gestão de Saturnino. Os Conselhos Governo-Comunidade e os polos industriais de tecnologias foram rapidamente extintos pelo seu sucessor. O anúncio da falência teve outras consequências políticas. Imediatamente, a candidatura de seu vice, Jó Resende, à prefeitura tornou-se inviável. Posteriormente, Saturnino não mais ocupou cargos de destaque no executivo. Em verdade, somente em 1997 elegeu-se vereador no Rio de Janeiro e, em 1999, foi eleito senador.

Ainda em sua obra autobiográfica, Saturnino aponta os erros que cometeu durante a gestão. O primeiro teria sido de alardear demasiadamente as novas dimensões que caracterizavam a prefeitura socialista. O rompimento com o PDT no meio do mandato foi um grande erro – Marcello Alencar e Cesar Maia, quando o fizeram, fizeram ao fim do mandato. "Era difícil exercer um poder que minimamente fizesse sombra à liderança dele".[417] Saturnino aponta que enquanto Brizola era govenador a convivência não foi difícil, mas a interferência após a derrota de Darcy nas urnas foi se acentuando (a prefeitura do Rio era o "único polo de poder do partido e do seu líder")[418], até o ponto de exigir de Saturnino mudanças em decisões como a transferência da Fábrica de Escolas do Centro para Santa Cruz ou a demissão de cabos eleitorais que eram funcionários fantasmas na Riotur.

[415] Braga, 2015, p. 16.

[416] Braga, 2015, p. 17.

[417] Braga, 2015, p. 25.

[418] Braga, 2015, p. 25.

> As exigências eram feitas em nome do partido, o que significava que eu seria expulso se não as atendesse. Eu subestimei a gravidade das consequências. Decidi não voltar atrás e romper com o PDT.[419]

Ainda segundo Saturnino, foi uma decisão politicamente errada. A oposição foi arrasadora e o isolamento político desastroso. Hoje, chega a questionar se o Ministério da Fazenda teria proibido a rolagem da dívida se ele continuasse com o apoio de Brizola.

Mas retornemos à Constituinte e às suas consequências.

Um mês após a promulgação da Constituição, eram realizadas as eleições municipais para prefeitos e vereadores. Em uma conjuntura de agravamento da crise econômica face ao fracasso do Plano Cruzado, em novembro de 1988, a oposição conquistou vitória expressiva. No caso do Rio de Janeiro, isso se expressou na vitória fácil do candidato pedetista Marcello Alencar sobre o candidato Álvaro Vale, do Partido Liberal (PL), com quase um milhão de votos (cerca de 31% do total).[420]

A indicação de Marcello Alencar foi feita pelo ex-governador Leonel Brizola. Seu companheiro de chapa foi o deputado federal do PDT Roberto D'Ávila. Juntos, apresentavam como plataforma de governo questões centrais para o brizolismo como a defesa da educação e a retomada do projeto dos CIEPs.

| CANDIDATO | Votos absolutos | Porcentagem |
|---|---|---|
| Marcello Alencar (PDT) | 998,008 | 41.86% |
| Jorge Bittar (PT) | 552,149 | 23.16% |
| Álvaro do Valle (PL) | 393,761 | 16.52% |
| Artur da Távola (PSDB) | 154,176 | 6.47% |
| José Colagrossi (PMDB) | 127,766 | 5.36% |
| Roberto Jefferson (PTB) | 68,156 | 2.86% |
| Paulo Ramos (PMN) | 37,500 | 1.57% |
| Brancos | 469,543 | 19.70% |
| Nulos | 300,012 | 12.58% |
| Total | 2,383,943 | 100.00% |

Tabela 5 – Resultado geral das eleições municipais para prefeito de 1988 (Fonte: TRE).

Marcello Alencar ganhou as eleições para prefeito do Rio de Janeiro com quase um milhão de votos e grande folga sobre o segundo colocado, Jorge Bittar, que conquistara 23% dos votos contra os 41% do pedetista. Interessante notar que José Colagrossi, ex-pedetista que

[419] Depoimento de Saturnino Braga In: Braga, 2015, p. 26.

[420] Só no Estado do Rio de Janeiro, o PDT conquistou as prefeituras de Niterói, São Gonçalo, Campos, Resende e Nova Iguaçu.

fora Secretário Estadual de Transportes de Brizola em 1983 e que, desde 1987 era Secretário de articulação com a União, era candidato em 1988 pelo PMDB.

Infelizmente, não consegui os resultados das eleições para prefeito de 1988 por zona eleitoral. Contudo, podemos extrapolar um pouco e, utilizando a imaginação, supor que o brizolismo mantinha o mesmo padrão das eleições anteriores de 1982, 1985 e 1986, além do que será mostrado na eleição seguinte, de 1991: concentração maior de votos na zona oeste.

Mas vejamos agora como foi a gestão de Marcello Alencar como prefeito.

# 4. O RETORNO DO BRIZOLISMO E O FORTALECIMENTO DA QUESTÃO ECOLÓGICA (1989-1992)

Marcello Nunes de Alencar assume a prefeitura em 1º de janeiro de 1989. Ao assumir, manteve boa parte da estrutura administrativa recebida de Saturnino.[421] Permaneceram as seguintes pastas:

- O Gabinete do Prefeito;
- A Secretaria Municipal de Governo;
- A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

  É interessante destacar que, subordinada à esta Secretaria estava a Fundação Parques e Jardins, cuja atribuição era cuidar de projetar, executar, fiscalizar e controlar a implantação e conservação das áreas de preservação ambiental da cidade;[422]
- A Secretaria Municipal de Fazenda;
- A Secretaria Municipal de Saúde;
- A Secretaria Municipal de Administração;
- A Secretaria Municipal de Educação;
- A Secretaria Municipal de Transportes e
- A Procuradoria Geral do Município.

Em paralelo, duas pastas foram extintas, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e a Secretaria Municipal de Planejamento.

Ademais, as antigas Secretaria Municipal de Cultura e Secretaria Municipal de Esportes e Lazer foram fundidas em uma única Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes.

Por fim, foi a antiga Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano foi renomeada Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio ambiente, incorporando na estrutura administrativa a questão ecológica junto ao planejamento urbano.[423]

Nesta nova estrutura administrativa, Marcello Alencar seleciona as seguintes pessoas como chefes das pastas.

Para a Secretaria Municipal de Governo é nomeado Edésio Frias Araújo; advogado e pastor protestante, deputado estadual eleito pelo MDB em 1974 e deputado federal eleito pelo

[421] Cf. AGCRJ, 2014.

[422] A Fundação Parques e Jardins foi criada pela Lei 1.419 de 11/07/1989.

[423] Decreto 8.327 de 01/01/1989.

PDT em 1986.[424] Edésio fica no cargo até fevereiro de 1990, quando é substituído pelo interino Otávio dos Santos Silva Leite, advogado e professor da UFRJ.[425] Em fevereiro de 1992, assume o cargo Marco Aurélio Reis Madeira.

Assume a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social Pedro Porfírio Sampaio, o mesmo que já havia assumido a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Marcello Alencar em 1985. Porfírio fica no cargo até fevereiro de 1992, quando se afasta para se candidatar nas eleições daquele ano e é substituído por Marco Antônio Maranhão Costa, um dos militantes trocados pela libertação do embaixador suíço em 1971.

A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos fica com o engenheiro Luiz Paulo Corrêa da Rocha, que fica no cargo até janeiro de 1993, quando se licencia para se candidatar à prefeitura como sucessor de Marcelo. Derrotado nas urnas, assumiria como vice-governador do mesmo Marcello Alencar em 1995. Em seu lugar, assume a pasta o engenheiro Márcio João de Andrade Fortes, filho do fundador do grupo João Fortes Engenharia, presidente do BNDES de 1987 a 1989 e presidente do Banerj de 1989 a 1993.[426]

Para a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes Marcello Alencar nomeia o jornalista da extinta Rede Manchete (e vice-prefeito) Roberto Ferrareto d'Ávila; responsável pela primeira entrevista jornalística de Brizola antes de voltar do exílio. Roberto ingressa no PDT em 1984 e elege-se deputado federal constituinte em 1986. Fica no cargo por poucos meses, até maio de 1989, quando se afasta para coordenar a campanha presidencial de Brizola

[424] Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbete Edésio Frias de Araújo (http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/edesio-frias-de-araujo).

[425] Posteriormente, em 1992, Otávio Leite seria eleito vereador pelo PDT.

[426] Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbete Márcio João de Andrade Fortes (http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcio-joao-de-andrade-fortes).

Durante sua gestão, em fevereiro de 1987, Márcio Fortes enfrentou a intervenção federal no Banerj. Ainda que fosse Moreira quem teria que lidar pessoalmente com a intervenção, imediatamente, Brizola afirmava publicamente que era uma medida para atingi-lo pessoalmente – Brizola dizia que em 1983 soube de um diálogo entre Delfim Neto e Sarney em que teria sido dito: "Deixem por minha conta. Dentro de seis meses, no máximo, Brizola estará liquidado" (Coluna de Brizola, DOERJ, 10/03/1987).

Em outubro de 1987, a situação complicava-se com a constituição de uma CPI para apurar as irregularidades no conglomerado do Banerj e no BD-Rio (instituída pelo Decreto 10.486/1987). Pouco tempo antes, foi recomendada pelos interventores a liquidação extrajudicial do banco.

Quase dois anos depois, o Banerj seria vinculado à Secretaria Estadual de Fazenda e, finalmente, em abril de 1989, o estado receberia a autorização para alienar as ações do banco, desde que preservasse 51% do capital votante (Decreto 12.658/1989).

em São Paulo.[427] Em seu lugar, assume o jornalista e escritor Gerardo Magella Mello Mourão. Mourão, que havia sido presidente da RioArte (aquela responsável pelo projeto Corredor Cultural) é substituído em março de 1991 pelo advogado e escritor Carlos Eduardo Agostini Novaes.

Por fim, para a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio ambiente, nomeia Arnaldo de Assis Mourthé (o mesmo que havia sido seu Secretário Municipal de Governo em 1984). Arnaldo fica no cargo até abril de 1990, quando é substituído por Leila Maria Bastos Fraga.

Agora, passemos à gestão de Marcello Alencar à frente da prefeitura carioca.

Marcello Alencar assume a prefeitura do Rio de Janeiro em meio à crise financeira municipal. Diante da urgência e gravidade da situação, logo em seguida a sua posse, anunciou um plano de emergência para a recuperação das finanças da prefeitura, falida desde 1988: cobrou do estado o repasse imediato do ICM (como previsto em lei), incorporou novos impostos pela administração municipal e convocou de forma extraordinária a Câmara dos Vereadores para votar a emissão de letras do Tesouro Municipal, alterar o Código Tributário Municipal e revogar a legislação criada por Saturnino que disciplinava o pagamento do funcionalismo público.

Esta última medida gerou grande oposição dos funcionários municipais que reivindicavam um reajuste de 200% e estavam em greve há mais de 3 meses. Em fevereiro, Marcello Alencar acirrou o enfrentamento: bloqueou o pagamento de metade do funcionalismo e iniciou um processo de exoneração daqueles que recusavam a retornar ao trabalho. Em março, ameaçados de demissão, os servidores encerraram a paralização que havia durado pouco mais de cinco meses (162 dias). Mesmo assim, no mês seguinte, uma nova greve do funcionalismo era deflagrada, agora de garis e motoristas da Comlurb, que exigiam um reajuste de 63%. A resposta de Marcello manteve-se dura: convocou 2.000 garis para substituir os grevistas e recolher as mais de 16 mil toneladas de lixo que haviam se acumulado pelas ruas da cidade. A greve terminou após negociação que estabeleceu em 33% o reajuste.

Em julho, Marcello Alencar anunciava o saneamento financeiro da prefeitura, após a liberação de um empréstimo de 96 milhões de dólares do Banco Mundial, empréstimo

[427] Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbete Roberto Ferraretto d'Ávila (http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-ferraretto-d-avila).

aguardado desde dezembro de 1988 para ser aplicado no programa Reconstrução Rio e na prevenção de enchentes.

Não se pode deixar de observar que, com a entrada em vigor da Constituição de 1988, as receitas municipais foram restauradas – no caso do Rio de Janeiro, dobraram imediatamente.

No plano internacional, o fim da década de 1980 e início da década de 1990 foi um período hostil a projetos nacionalistas de estado. Ganhava cada vez mais força, naquele momento, a corrente neoliberal que defendia uma política fiscal rígida e que os estados se desfizessem de seus patrimônios por meio da privatização de empresas públicas.[428]

Esta inflexão foi parte fundamental de transição do capitalismo mundial, marcado pelo fim da bipolarização do mundo entre URSS e EUA existente desde a década de 1950, quando se iniciou a Guerra Fria. Quatro dias antes da realização das eleições em novembro, ocorreu um fato que marcou o fim deste conflito: a queda do muro de Berlim.

No plano nacional, o ano de 1989 ficou marcado pela realização das tão esperadas eleições diretas para a Presidência da República, a primeira após o longo período ditatorial.

O pleito presidencial de 1989, primeira vez em que foi introduzida a modalidade de dois turnos eleitorais, correu sob clima oposicionista, vide o fracasso do Plano Cruzado. Foi uma eleição que mobilizou grande parte da população nas ruas pelas campanhas e uma intensa utilização da mídia – afinal, era a primeira consulta popular para a escolha de um presidente desde 1960.

Esta foi uma eleição peculiar, na qual concorreram ao cargo maior da *Nova República* 24 candidatos. Dentre eles, três eram favoritos: o jovem governador de Alagoas Fernando Collor de Mello, candidato pelo PRN, o líder sindical Luís Inácio Lula da Silva, candidato pelo PT, e Leonel Brizola, pelo PDT.[429]

Brizola inicia a corrida presidencial como o preferido do eleitorado, com 17% das intenções de voto - cabe lembrar que, desde seu retorno do exílio em 1979, a conquista da Presidência da República era seu grande objetivo. Ainda que permanecesse se apresentando como herdeiro do legado de Vargas, naquele momento, Brizola colocava na campanha um tom

[428]Cf. Filho, 2008.

[429] Também concorreram ao pleito Aureliano Chaves do PFL, Guilherme Afif Domingos do PL, Mário Covas do PSDB, Paulo Maluf do PDS, Roberto Freire do PCB, Ronaldo Caiado do PSD e Ulysses Guimarães do PMDB.

diferente, moderado: "Sou o mesmo que sempre fui. O que há é um entendimento diferente do nosso país. Antes, em 1964, eu fiquei com a imagem de radical. Claro, vivíamos sob a ameaça do golpe, num plano inclinado. Agora não".[430] Contudo, no decorrer da campanha, foi duramente atacado como anacrônico e responsável pelo significativo aumento da violência carioca.

Forte concorrente era o ex-governador de Alagoas Fernando Collor de Mello, ex-filiado da ARENA e candidato pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), agremiação fundada naquele ano especialmente para abrigar sua candidatura. Collor surge para o Brasil como figura nova e carismática. Em sua campanha, estabeleceu uma marca de eficiência, dinamismo, independência e moralidade administrativa. Fortemente atacado por Brizola, Collor era chamado de "filhote da ditadura" ou ainda, o "novo rosto da direita". Com poucas semanas de campanha, em abril de 1989, Collor já ultrapassava Brizola nas intenções de voto, com 20% da preferência do eleitorado.[431]

Inusitadamente, o maior adversário de Brizola na campanha não foi Collor, mas o outro candidato de esquerda, Luís Inácio Lula da Silva, para o qual perderia a vaga no segundo turno. A candidatura de Lula conseguira construir aquilo que as esquerdas debatiam desde o princípio da redemocratização: a construção de uma grande coligação.

Inicialmente, a campanha de Brizola dirige suas críticas às direitas, ignorando o PT de Lula. Nos meses finais, a disputa concentrou-se pelo segundo lugar, exatamente entre os dois candidatos da esquerda. Ao perceber a possibilidade de derrota para Lula, Brizola aplica seus ataques no PT, a quem atribui falta de experiência para assumir a presidência. "E mais: passou a bater na tecla de que o PT era a 'esquerda que a direita gostava', uma vez que estaria ali somente para marcar posição, ou seja, para perder".[432] Lula, ao contrário de Brizola que havia construído uma campanha focada em sua oratória, desenvolveu uma campanha mais moderna, focada na televisão.

Em 15 de novembro de 1989, realizava-se o primeiro turno das eleições diretas para a Presidência da República. Confirmando o que indicavam as pesquisas, Collor venceu com

[430] Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbete Leonel Brizola (http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonel-de-moura-brizola).

[431] Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbete Leonel Brizola (http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonel-de-moura-brizola).

[432] Freire, 2016, p. 200 e 201.

28,5% dos votos. Em segundo lugar Lula, com 16%, apenas 0,5% de vantagem sobre Brizola, que ficou em terceiro.[433]

Diante da derrota e de modo a tentar estabelecer um governo de esquerda, o PDT optou por apoiar, no segundo turno, o candidato do PT. Este apoio se converteu na maior transferência em massa de votos da história brasileira. Contudo, mesmo com a transferência, Collor vence Lula, com 35 milhões de votos (42%) contra 31 milhões (38%).[434]

Ainda que derrotado na corrida presidencial de 1989, Brizola saiu do pleito fortalecido como liderança de esquerda, o que abriu caminho para uma nova candidatura sua ao governo do estado, a ser tratada mais à frente.

Durante o 2º turno, ocorreu uma ascensão de Lula e retração da candidatura de Collor até as vésperas do pleito. Na reta final, Lula cai consideravelmente, com a aparição de uma ex-namorada desferindo acusações pessoais e o famoso debate da Rede Globo que, no dia seguinte, teve uma edição claramente favorável a Collor.

[433] Brizola vence somente no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, estados onde ocupara cargos do executivo.

[434] Collor conquista 53% dos votos válidos.

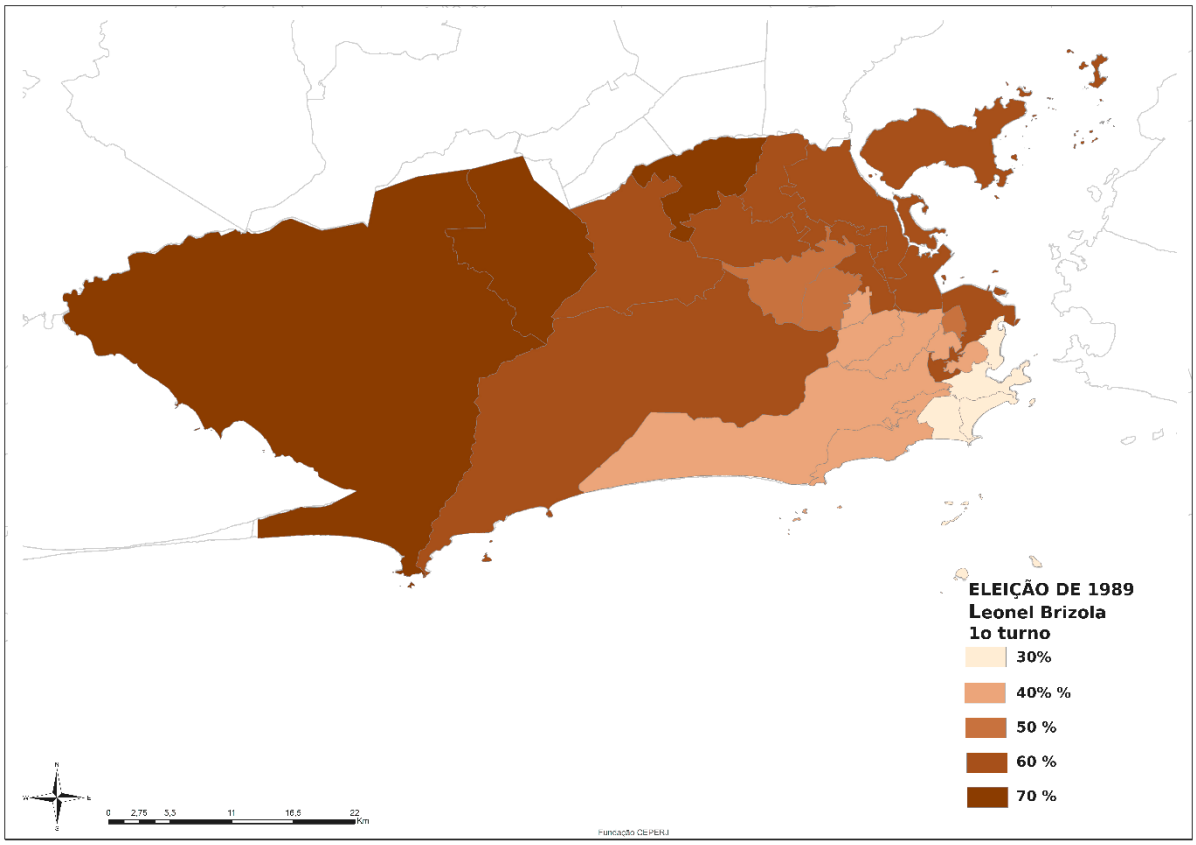



Figura 79 - Votação em Leonel Brizola no 1º turno nas eleições para presidente de 1989 (Fonte: Alkmin, 2014).

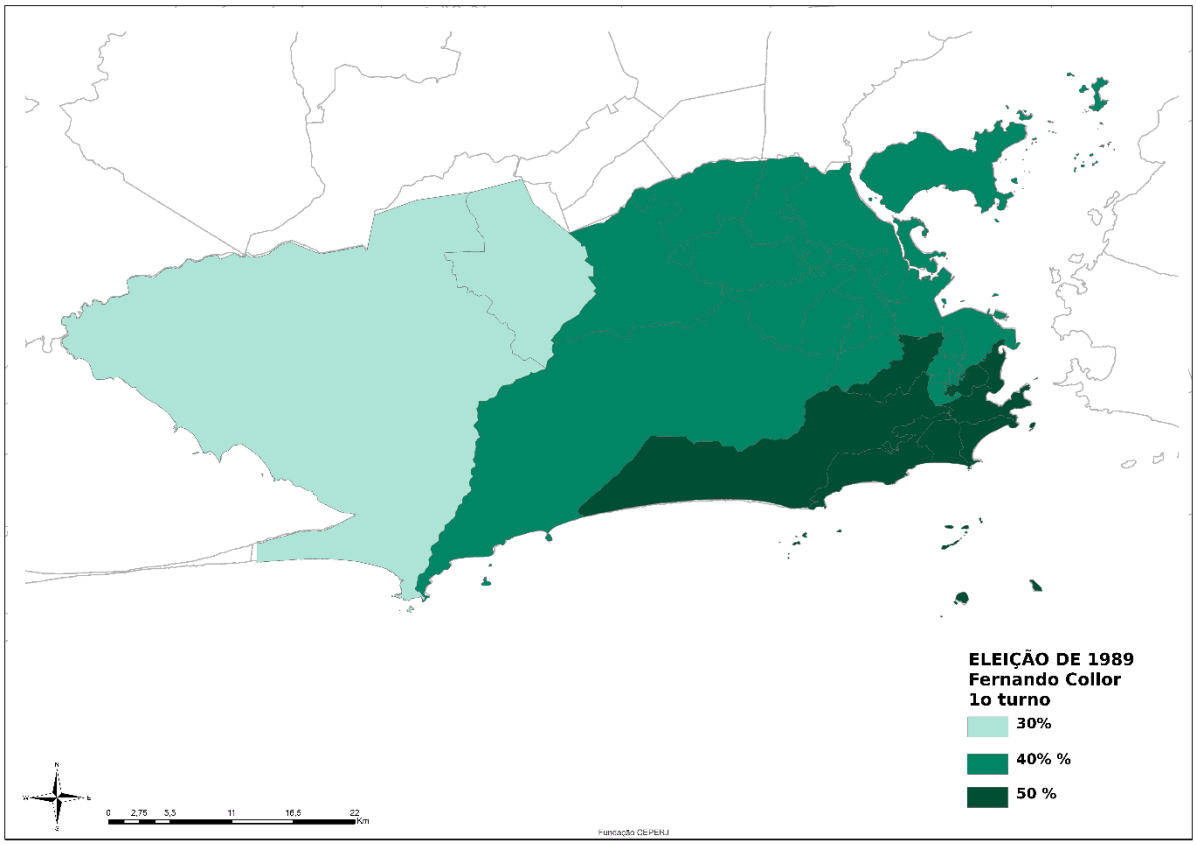



Figura 69 - Votação em Fernando Collor no 1º turno nas eleições para presidente de 1989 (Fonte: Alkmin, 2014).

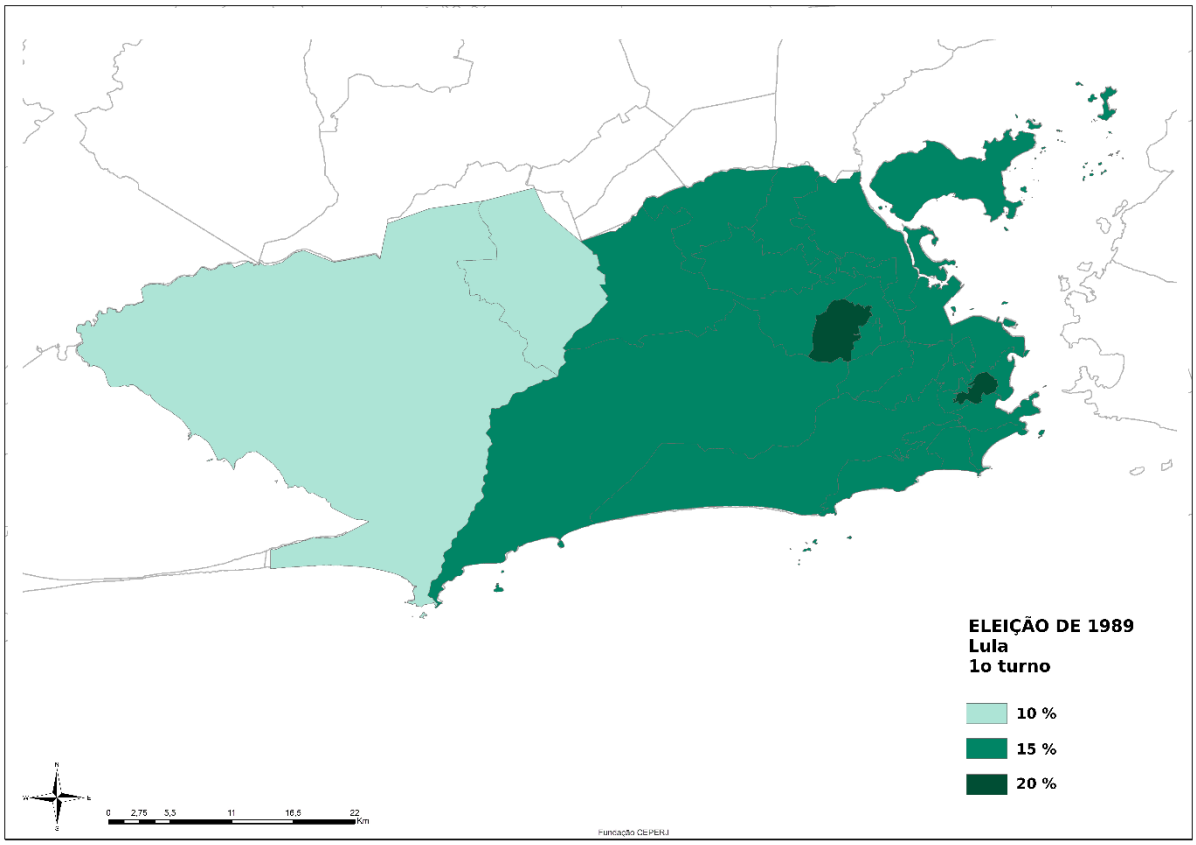



Figura 80 - Votação em Lula no 1º turno nas eleições para presidente de 1989 (Fonte: Alkmin, 2014).

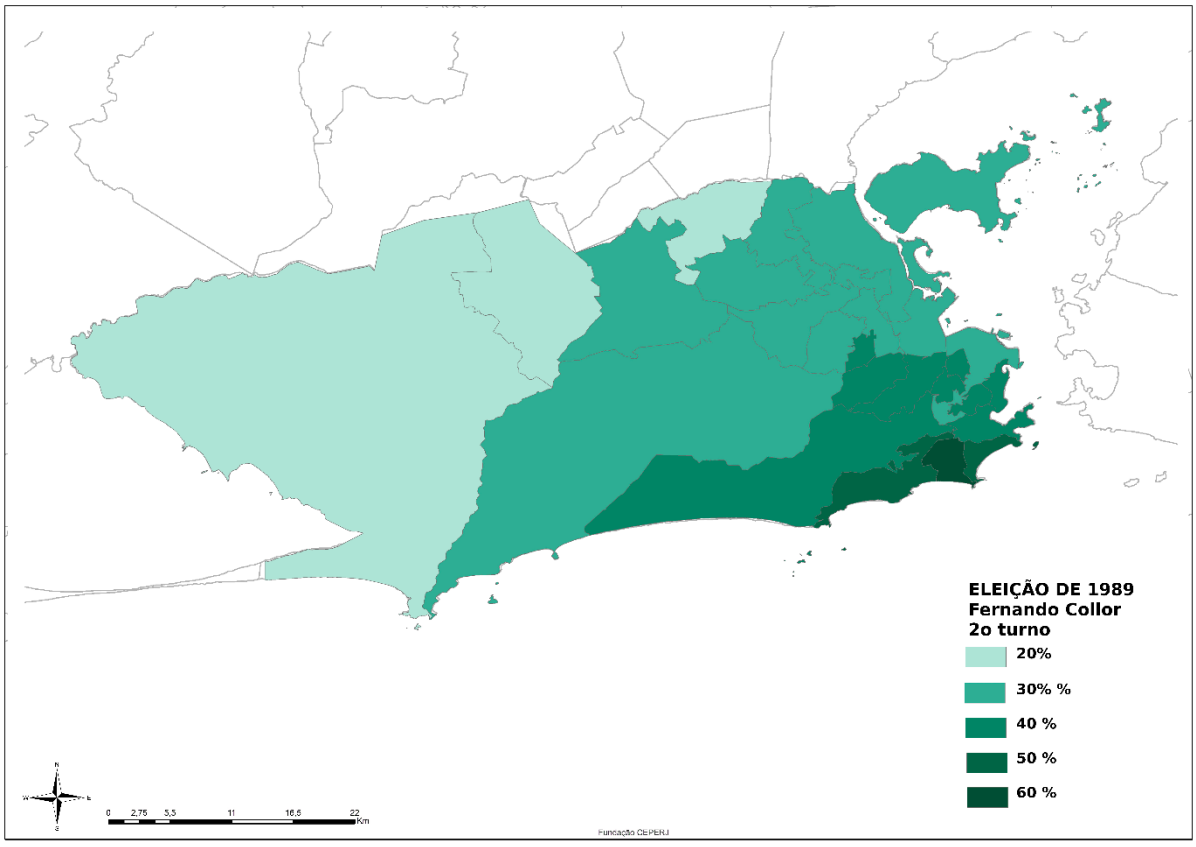



Figura 81 - Votação em Fernando Collor no 2º turno nas eleições para presidente de 1989 (Fonte: Alkmin, 2014).

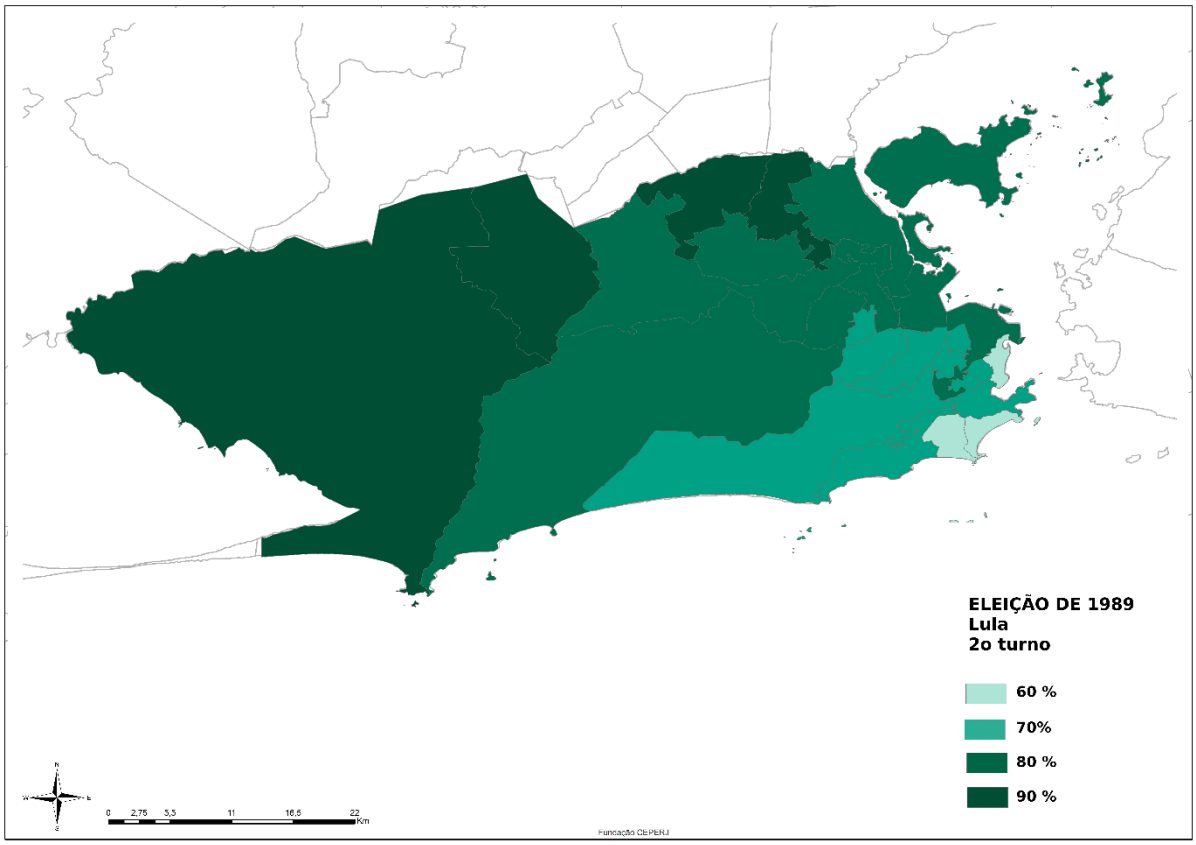



Figura 82 - Votação em Lula no 2º turno nas eleições para presidente de 1989 (Fonte: Alkmin, 2014).

| ZONAS ELEITORAIS | Leonel Brizola (1º turno) | Fernando Collor (1º turno) | Lula (1º turno) | Fernando Collor (2º turno) | Lula (2º turno) |
|---|---|---|---|---|---|
| Centro | 60 | 20 | 15 | 30 | 80 |
| Estácio | 50 | 20 | 15 | 40 | 70 |
| Flamengo | 30 | 30 | 15 | 40 | 60 |
| Botafogo | 30 | 30 | 15 | 40 | 70 |
| Copacabana | 30 | 30 | 15 | 50 | 60 |
| Rio Comprido | 40 | 20 | 15 | 40 | 70 |
| Tijuca | 40 | 30 | 15 | 40 | 70 |
| Rocha | 60 | 20 | 15 | 30 | 80 |
| São Cristóvão | 60 | 20 | 15 | 30 | 80 |
| Cascadura | 50 | 20 | 15 | 30 | 80 |
| Olaria | 60 | 20 | 15 | 30 | 80 |
| Madureira | 60 | 20 | 15 | 30 | 80 |
| Barra da Tijuca | 60 | 20 | 15 | 30 | 80 |
| Méier | 50 | 20 | 20 | 30 | 80 |
| Realengo | 60 | 20 | 15 | 30 | 80 |
| Laranjeiras | 40 | 30 | 20 | 40 | 70 |
| Leblon | 40 | 30 | 15 | 50 | 70 |
| Ipanema | 30 | 30 | 15 | 60 | 60 |
| Grajaú | 40 | 20 | 15 | 40 | 70 |
| Engenho Novo | 40 | 20 | 15 | 40 | 70 |

| ZONAS ELEITORAIS | Leonel Brizola (1º turno) | Fernando Collor (1º turno) | Lula (1º turno) | Fernando Collor (2º turno) | Lula (2º turno) |
|---|---|---|---|---|---|
| Bonsucesso | 60 | 20 | 15 | 30 | 80 |
| Irajá | 60 | 20 | 15 | 30 | 90 |
| Deodoro | 70 | 20 | 15 | 20 | 90 |
| Bangu | 70 | 10 | 10 | 20 | 90 |
| Santa Cruz | 70 | 10 | 10 | 20 | 90 |
| Ilha do Governador | 50 | 20 | 15 | 40 | 70 |

Tabela 6 – Resultado da votação para Presidente da República de 1989 (1º e 2º turnos, somente os candidatos mais votados) no município do Rio de Janeiro (em porcentagem) por zona eleitoral (Fonte: Alkmin, 2014).

Enquanto no plano nacional a disputa corria entre Lula e Collor, no espaço da cidade do Rio de Janeiro, assim como no estado, a disputa tinha uma grande diferença: a presença de Leonel Brizola.

No primeiro turno, Brizola conquistou 52% dos votos válidos do estado, até hoje o maior percentual já alcançado por um candidato à Presidência![435] Em contrapartida, Collor teve apenas 16%, Lula 12% e Mário Covas 9%.

No espaço da cidade do Rio de Janeiro, Brizola manteve o padrão territorial dos pleitos anteriores e teve sua maior votação concentrada nas zonas oeste e norte, onde chegou a conquistar 70% e 60% dos votos respectivamente. Sua performance foi tamanha que ganhou em todas as zonas eleitorais; seus adversários não ultrapassaram 30% dos votos!

Prosseguindo com a análise territorial do voto na cidade do Rio de Janeiro... Fernando Collor tem sua maior votação na zona sul, onde conquista metade dos votos. Por fim Lula, que teve votação bem reduzida, alcançando 20% apenas em duas zonas eleitorais: Méier e Laranjeiras.

> A força regional do brizolismo ajudou a alavancar a liderança nacional de Lula.[436]

No segundo turno, com o apoio de Brizola, Lula conquistou 73% dos votos no estado do Rio de Janeiro contra 23% de Collor.

No espaço do município, Collor mantém o padrão territorial, mas aumenta a concentração de votos na zona sul para 60%. É interessante notar que sua influência diminui à medida em que aumenta a distância desta região.

[435] Cf. Alkmin, 2014.

[436] Alkmin, 2014, p.70.

Já o desempenho de Lula no segundo turno é completamente diferente. É a famosa transferência dos votos de Brizola para Lula! Lula, que havia conseguido somente 20% dos votos no Méier e Laranjeiras, agora passava a 80% dos votos em quase toda a cidade, chegando a 90% na zona oeste! Lula vence Collor em todas as zonas eleitorais, com exceção de Ipanema, onde empatam.

Collor assume como primeiro presidente eleito após a ditadura civil militar em 15 de março de 1990. No dia seguinte, surpreendeu a todos com o anúncio de um plano econômico para combater a hiperinflação, que no ano anterior havia alcançado a média mensal de 30%. Popularmente conhecido como Plano Collor, o *Plano Brasil Novo* confiscou aplicações financeiras por 18 meses e limitou os saques a CR$ 50.000,00.

Assim como havia feito em 1986, Brizola, publicamente, condenou o novo plano econômico. Diferente neste momento foi a divergência interna no PDT quanto a este posicionamento. Nem todos os membros do partido condenavam o plano. Ao contrário, o então deputado federal Cesar Maia defendia a medida. Em parte, esta divergência tinha como alvo não o plano econômico em si, mas a disputa pelo governo do Estado do Rio de Janeiro ainda naquele ano: Maia defendia um novo posicionamento do partido no qual Brizola se candidataria ao Senado e ele ao cargo de governador. Contudo, diante das pesquisas que indicavam a vitória garantida de Brizola, a proposta de Maia foi derrotada.

Perdida a eleição para a Presidência e definido que Brizola seria o candidato ao governo do estado, faltava definir quem seria indicado para o cargo de vice-governador. Inicialmente, o PDT ofereceu a vaga ao PSDB, que recusou e optou por lançar candidato próprio, o deputado Ronaldo Cesar Coelho. Posteriormente, foi selecionado para a vaga o advogado Nilo Batista, que havia assumido como Secretário Estadual de Polícia Civil no último ano do primeiro governo Brizola.[437]

A campanha realizou-se em meio a uma grave explosão de violência na cidade que fora atribuída à atuação de Moreira Franco, que havia inchado o aparelho de estado com práticas clientelistas, desfazendo a política de austeridade conduzida no primeiro governo Brizola por

[437] Nilo Batista ingressou na política em 1986, quando, em meio a uma crise na segurança pública que levou a exoneração do secretário Arnaldo Campana, foi convidado por Brizola a assumir o cargo de Secretário da Polícia Civil. Na ocasião, filiou-se ao PDT. Após o fim do mandato, ficou distante da política até ser convidado a ingressar na chapa de Brizola em 1990.

Cesar Maia, seu Secretário de Fazenda. Ademais, Moreira Franco foi considerado em pesquisa o governador mais impopular de todo o país; várias vezes posto sob suspeita de corrupção.

Para concorrer com Brizola, o PMDB indicou o senador Nelson Carneiro, apoiado pela coligação Aliança Progressista, integrada pelo PFL, PTB e PDC. Apesar dos esforços, Nelson Carneiro não foi capaz de derrotar Leonel Brizola, que foi eleito governador do Rio de Janeiro no primeiro turno com 61% dos votos.[438]

No espaço do município do Rio de Janeiro, Brizola mantém mais uma vez o padrão territorial, com maior concentração de votos nas zonas norte e oeste, com destaque para as zonas eleitorais de Bangu e Santa Cruz, onde conquista 80% dos votos.

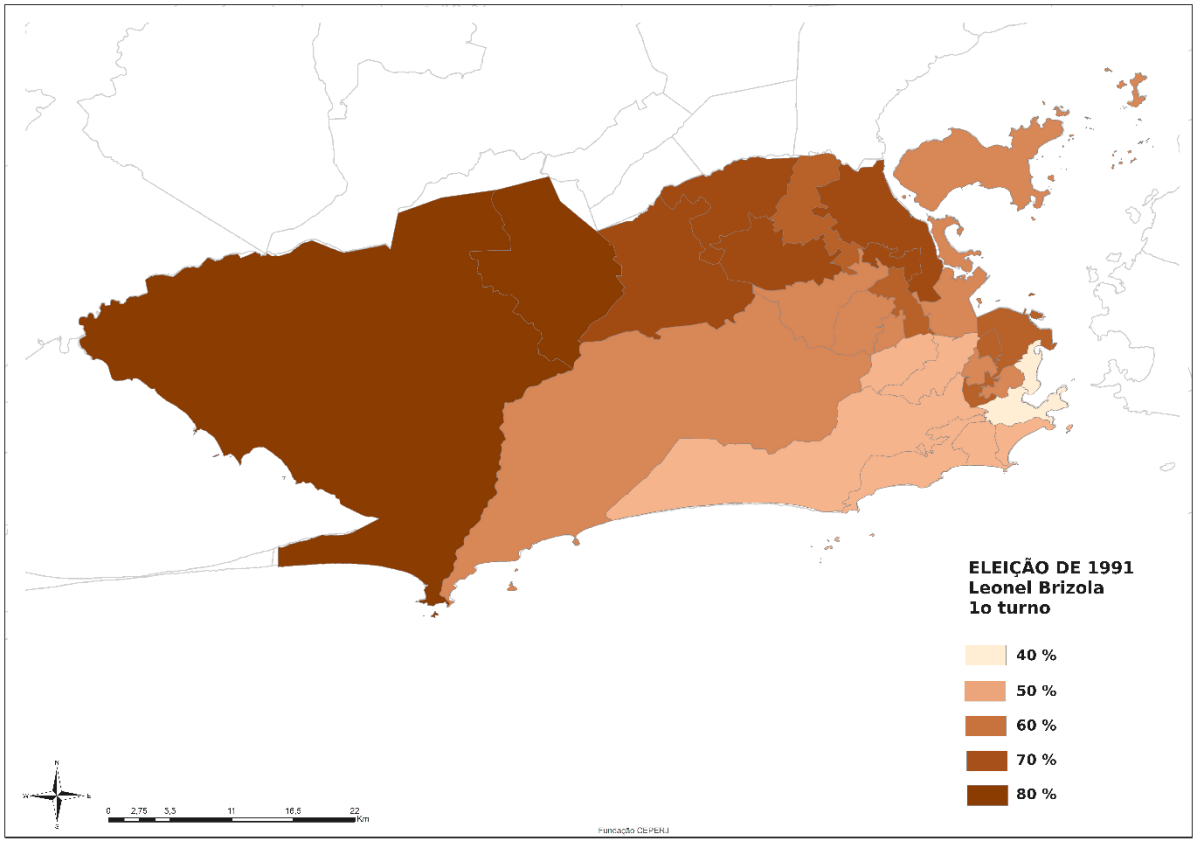



Figura 83 - Votação em Leonel Brizola nas eleições para governador de 1991 (Fonte: Alkmin, 2014).

[438] Além do governador do Rio de Janeiro, o PDT elege 20 deputados federais e 21 deputados estaduais.

| ZONAS ELEITORAIS | Leonel Brizola |
|---|---|
| Centro | 60 |
| Estácio | 60 |
| Flamengo | 30 |
| Botafogo | 30 |
| Copacabana | 40 |
| Rio Comprido | 50 |
| Tijuca | 40 |
| Rocha | 60 |
| São Cristóvão | 50 |
| Cascadura | 50 |
| Olaria | 70 |
| Madureira | 70 |
| Barra da Tijuca | 50 |
| Méier | 50 |
| Realengo | 70 |
| Laranjeiras | 50 |
| Leblon | 40 |
| Ipanema | 40 |
| Grajaú | 40 |
| Engenho Novo | 50 |
| Bonsucesso | 70 |
| Irajá | 60 |
| Deodoro | 70 |
| Bangu | 80 |
| Santa Cruz | 80 |
| Ilha do Governador | 50 |

Tabela 7 – Resultado da votação para governador (somente Leonel Brizola) no município do Rio de Janeiro (em porcentagem) por zona eleitoral (Fonte: Alkmin, 2014).

A estrutura administrativa implementada por Leonel Brizola em seu segundo mandato como governador modificou aquela deixada por Moreira Franco.

Da estrutura anterior, Leonel Brizola manteve as seguintes secretarias:

- Gabinete Militar;
- Procuradoria Geral de Justiça;
- Procuradoria Geral do Estado;
- Secretaria Estadual de Administração;
- Secretaria Estadual de Defesa Civil;
- Secretaria Estadual de Esporte e Lazer;
- Secretaria Estadual de Justiça;
- Secretaria Estadual de Planejamento e Controle;

- Secretaria Estadual de Polícia Civil;
- Secretaria Estadual de Polícia Militar;
- Secretaria Estadual de Saúde, e
- Secretaria Estadual de Transportes.

Outras secretarias foram alteradas por Brizola.

- Como era de se esperar diante do discurso e da prática brizolista, a Secretaria Estadual de Educação e Cultura novamente dividia-se em duas: a Secretaria Estadual de Cultura e a Secretaria Estadual de Educação;
- A Secretaria Estadual de Trabalho; passaria a chamar-se Secretaria Estadual de Trabalho e Ação Social;
- A Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano foi bastante modificada. Inicialmente, juntou-se à Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos e passou a ser Secretaria Estadual de Urbanização, Habitação e Assentamentos Humanos. Em julho de 1993, uma nova modificação. Esta grande pasta novamente era dividida em duas: a Secretaria Estadual de Habitação e a Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos.
- A Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento passou a ser Secretaria Estadual de Agricultura, Abastecimento e Pesca;
- A Secretaria Estadual de Meio Ambiente, em setembro de 1991, passou a chamar-se Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Projetos Especiais;
- A Secretaria Estadual de Fazenda tornou-se Secretaria Estadual de Economia e Finanças;
- A Secretaria Estadual de Promoção Social passou a chamar-se Secretaria Extraordinária de Projetos de Integração Social;
- A Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia juntar-se-ia à Secretaria Estadual de Indústria e Comércio, formando a Secretaria Estadual de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia; e
- Por fim, a Secretaria Extraordinária de Projetos Especiais, que viraria Secretaria Extraordinária de Programas Especiais.

Além das modificações, Brizola criou cinco novas pastas:

- O Gabinete Civil;

- A Procuradoria Geral da Justiça;
- A Secretaria Estadual de Minas e Energia;
- A Secretaria Estadual de Obras e Serviços Públicos e
- A Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras, uma pauta cara ao brizolismo.[439]

Por fim, foram extintas a Secretaria Estadual de Turismo, a Secretaria Extraordinária de Articulação com a União e a Secretaria Extraordinária de Comunicação Social.

Foram muitas as modificações no secretariado desta gestão de Brizola. Apenas seis pastas mantiveram o mesmo responsável por todo o mandato: o gabinete civil, chefiado pelo advogado Carlos Roberto de Siqueira Castro; o Gabinete Militar, comandado pelo Coronel da Polícia Militar Ricardo Antônio Laviola de Freitas; a Procuradoria Geral da Justiça com Antônio Carlos Silva Biscaia, a Secretaria de Economia e Finanças, comandada pelo pedetista Cibilis Viana, a Secretaria Estadual da Polícia Militar, comandada pelo Coronel da Policia Militar Carlos Magno Nazareth Cerqueira e a Secretaria da Defesa Civil, chefiada pelo Coronel Bombeiro Militar José Halfeld Filho.

Destes, dois já haviam sido secretários na gestão anterior. Cibilis Viana, um dos fundadores do PDT, que comandara a Secretaria de Governo. Já o Coronel Cerqueira havia sido o responsável pela então Secretaria Extraordinária da Polícia Militar e idealizador da política de segurança comunitária.

Boa parte das modificações no secretariado ocorreu em abril de 1994, quando Leonel Brizola renunciou ao cargo para se candidatar à Presidência da República e Nilo Batista assumiu como governador.[440] Em realidade, enquanto vice-governador, Nilo Batista acumulou também os cargos de Secretário de Justiça e de Secretário da Polícia Civil até a renúncia, quando foi substituído por Arthur Lavigne Junior e Mario Covas.

Carlos Roberto de Siqueira Castro, advogado e professor universitário, ficou à frente da Secretaria de Administração até fevereiro de 1992, quando foi substituído por Luiz Henrique Lima que, por sua vez, foi substituído em maio de 1994 por Mario Assis Causanilhas Rodrigues.

[439] Em outubro de 1993, esta secretaria passaria a chamar-se Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras.

[440] Assim como Brizola, vários secretários precisaram, em função da lei eleitoral, se afastar dos cargos para concorrerem nas eleições de 1994.

À frente da Secretaria de Planejamento e Controle fica o pedetista Fernando Lopes de Almeida (deputado estadual eleito em 1986) até outubro de 1993 quando é substituído por Carlos Antonio Sasse.

Darcy Ribeiro chega a ser nomeado Secretário de Cultura em março de 1991, mas o responsável pela pasta entre abril de 1991 e março de 1994 é o escritor e jornalista comunista Edmundo Ferrão Muniz de Aragão; que em abril é substituído pela atriz Ângela Maria Rodrigues Leal.

Maria Yedda Leite Linhares fica responsável pela Secretaria de Educação até fevereiro de 1993, quando é substituída por Noel de Carvalho Neto que, por sua vez, permanece no cargo até a renúncia, quando Claudio Roberto Mendonça Schiphorst assume a pasta. Noel de Carvalho havia sido prefeito de Resende em 1976 e, em 1987, comandara a comissão que avaliou o empreendimento de Galdeano na encosta do Morro Dois Irmãos (Capítulo 3).

O advogado José Carlos Brandão Monteiro assume a pasta Transportes. Monteiro, foi um dos fundadores do PDT, deputado federal eleito em 1982 e também responsável pela mesma pasta de transportes no primeiro mandato de Brizola. Curiosamente, entre outubro de 1991 e fevereiro de 1992, o cargo de secretário desta pasta fica vago até que, em março ela passa a ser comandada pelo médico Pedro Valente.

A Secretaria de Meio Ambiente e Projetos Especiais fica com Roberto Ferraretto D´Ávila até abril de 1994, quando é nomeado para o cargo Carlos Ernesto Topal Ely. Cabe lembrar que o jornalista e advogado Roberto D´Ávila fora deputado constituinte pelo PDT e vice-prefeito de Marcello Alencar.

O advogado e jornalista Carlos Alberto Oliveira dos Santos, o Caó, assume pasta semelhante à que comandara na primeira gestão, a Secretaria de Trabalho e Ação Social. Fica no cargo até maio de 1994, quando é substituído por Renato Pereira Simões.

A Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras criada em abril de 1991, foi comandada por Abdias do Nascimento. Entre setembro de 1991 e junho de 1993, ficou responsável pela pasta a professora negra, pós-graduada em história da África e do negro no Brasil, Vanda Maria de Souza Ferreira. Vanda também foi responsável pela Divisão de Educação e Cultura do Sistema Penal da Secretaria Estadual de Justiça entre 1987 e 1991.

A Secretaria Extraordinária de Programas Especiais, criada em setembro de 1991, teve Darcy Ribeiro à sua frente, até fevereiro de 1992. Darcy assumira este cargo com a meta de montar e implementar o II Plano Especial de Educação, além de planejar a retomada da construção dos CIEPs – desejava-se chegar a marca de 500 escolas em todo o estado (além de recuperar as 127 unidades deterioradas na gestão de Moreira Franco).

A Secretaria de Obras e Serviços Público, criada em abril de 1991, era responsável pela execução das obras de melhoria e conservação em todo o estado (além da construção dos CIEPs). Esta era uma pasta estratégica para Brizola e, à sua frente, estava o engenheiro Luiz Fernando Bocayuva Cunha. Bocayuva fora deputado pelo PTB em 1958, cassado pelo AI-1 em 1964. Com a abertura política, ingressou no PDT e foi eleito deputado federal em 1982, 1986 e 1990. Em novembro de 1993, quando falece, é substituído pelo economista Tito Bruno Bandeira Ryff que permanece até abril de 1994, quando é substituído por Glory Wilma Macknight de Almeida Sampaio.[441]

Por fim, a Secretaria de Urbanização Habitação e Assentamentos Humanos existiu de abril de 1991 a junho de 1993. Neste período, foi comandada por Fernando Lopes de Almeida. Em junho de 1993, suas atribuições foram partilhadas em duas novas pastas, a Secretaria de Habitação, comandada pelo advogado Antonio Pereira Alves de Carvalho, e a Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos, chefiada por Carlos Correia – ambos substituídos em abril de 1994 por Ernesto Baccherini e Almir Paulo de Lima, respectivamente.[442]

---

[441] Ryff fora vereador de 1989 a 1990, quando se afastou para assumir a secretaria.

[442] Pedro Valente fica responsável pela Secretária de Saúde até março de 1992, quando assume Luiz Orlando Cadorna Cervo, substituído em agosto de 193 por Astor Pereira de Mello.

Já a Secretaria de Esporte e Lazer fica com Márcio Baroukel de Souza Braga, substituído em novembro de 1992 pelo presidente do Flamengo Walter Oaquim. Em maio de 1993 assume Jorge Picciani, substituído em maio de 1994 por Jack London.

A Procuradoria Geral do Estado, inicialmente com Eduardo Seabra Fagundes, substituído já em maio de 1991 por Ricardo de Aziz Cretton, que permanece até junho de 1993, quando assume Marcus Felicius Ayrosa F. de Moraes.

A Procuradoria Geral da Defensoria Pública fica sob a responsabilidade de José Carlos Tórtima, substituído em junho de 1994 por Luiz Paulo Vieira de Carvalho.

Fica responsável pela Secretária de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia (criada em abril de 1992) Luiz Alfredo Salomão. Em setembro de 1992, assume o cargo Eduardo Azeredo Costa que permanece até agosto de 1993, quando é substituído por Jorge Cordeiro Leite.

A Secretaria de Minas e Energia (criada em abril de 1992) fica com José Maurício Linhares Barreto. Em outubro de 1993, assume Milton de Andrade Pereira Moraes, substituído em janeiro de 1994 por José Maurício Linhares Barreto até maio de 1994, quando Moraes retorna.

Já como governador, em junho de 1991, Brizola construiria uma surpreendente aliança com o recém-eleito presidente Fernando Collor. Foi esta aliança que possibilitou, após a renegociação da dívida do metrô com o governo federal, a retomada da construção dos CIEPs, a construção da Linha Vermelha, a duplicação da Adutora do Guandu, o início do programa de despoluição da Baía de Guanabara e a construção da Universidade Estadual do Norte Fluminense.[443]

Contudo, em pouco tempo, os prejuízos da aliança com Collor se mostrariam maiores que os ganhos.

## QUESTÕES LOCAIS E PONTUAIS DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

Com o retorno do PDT, as associações de moradores continuaram a apresentar suas questões locais. É interessante notar que as demandas apresentadas ao governo do estado não tratam de uma luta global pelo direito à cidade, ou uma luta global pela redemocratização, mas lutas pontuais, por melhorias pontuais ou contra projetos pontuais em suas localidades. Apresentarei, nas próximas páginas, alguns destes casos.

Em maio de 1989, um pedido de demolição que ameaçava a UNE de perder sua sede mobiliza o bairro do Catete. A UERJ, proprietária do imóvel que havia sido doado por Brizola à entidade em 1983, em função do péssimo estado de conservação da edificação e alegando falta de recursos, optava por demoli-lo.[444] Em resposta, a UNE (junto à Associação de Moradores do Catete, o Museu da República e a IV Região Administrativa) decidiu buscar a Câmara dos Vereadores para lutar pelo tombamento do edifício, impedindo, assim, o despejo.[445]

---

Jorge Roberto Saad Silveira ficou responsável pela Secretaria Extraordinária de Projetos de Integração Social, criada em agosto de 1993. Em abril de 1994, foi substituído por Edir Inácio da Silva.

Por fim, a Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Pesca que fica com Tito Bruno Bandeira Ryff até julho de 1993, quando é substituído por Anthony Garotinho, substituído, por sua vez, por João Paulo Dutra de Andrade em abril de 1994.

[443] Um dos frutos da parceria com o governo federal foi o projeto dos CIACs (Centros Integrados de Assistência às Crianças), uma espécie de versão federal dos CIEPs.

[444] O imóvel fora interditado pela Defesa Civil em 1988.

Dizia-se, que o perigo de desabamento era consequência das obras do metrô, feitas na década anterior (Jornal do Brasil, 08/08/1989).

[445] Jornal do Brasil, 05/05/1989.

No entanto, seria o executivo que atenderia à demanda da UNE, rapidamente. Em agosto de 1989, o prefeito Marcello Alencar tombava provisoriamente a edificação.[446] Em dezembro daquele ano, abria-se o processo para o tombamento definitivo, publicado em julho de 1990.[447]



Figura 84 - A sede da UNE, interditada pela Defesa Civil (Jornal do Brasil, 05/05/1989).

É interessante notar que Marcello Alencar (ainda vinculado ao PDT), ao tombar o imóvel impedia o despejo proposto pela oposição e defendia uma ação de 1983 do próprio Brizola ainda como governador – cabe lembrar que Moreira Franco ainda era governador em 1989.

A mobilização em torno da defesa do edifício da UNE, ademais, trouxe de volta à pauta uma ideia antiga, a implantação de um *Corredor Cultural* no Catete. Esta ideia havia surgido em 1983, poucos meses após a publicação do decreto que criou o Corredor Cultural, quando o então Secretário Municipal de Cultural Gerardo Mourão anunciava que a RioArte propunha o tombamento do casario da Rua do Catete.[448] Mas somente em 1991, a ideia começaria a ser implementada quando o DGPC iniciava o levantamento dos imóveis do bairro para fundamentar a criação de uma APA. Também se estudava, então, a transformação do Museu da República em um polo de revitalização do bairro.[449] Essa era uma grande vitória para a associação de moradores, que lutava há mais de 10 anos pela preservação do casario e revalorização da região.

[446] Decreto 8.605 de 04/08/1989.

[447] Decreto 9.449 de 09/07/1990.

[448] Jornal do Brasil, 22/11/1983.

[449] Jornal do Brasil, 03/06/1991.

Segundo a presidente da Associação de Moradores do Catete Maria José Galvão, os projetos eram "uma espécie de compensação para a súbita degradação do bairro ocorrida nos últimos dez anos. [...]. Há imóveis que estão completamente abandonados e se tornaram abrigo de mendigos e marginais. É impossível passar à noite diante de certos prédios".[450]

Apesar da mobilização e estudos, a APAC do Catete e Glória tornou-se realidade somente em 1994, já com Cesar Maia à frente da prefeitura.[451]

Outro bairro que se mobilizou contra mudanças foi Botafogo; mas essa história começou um pouco antes, no início da década de 1980, quando as associações de moradores se mobilizaram para reverter o adensamento do bairro (ver Capítulo 2).

Antes mesmo da eleição de Marcello Alencar, entre 1987 e 1988, moradores da Rua Miguel Pereira no Humaitá se mobilizaram contra a construção de uma mansão, que desmatava a encosta e realizava aterros ilegais. Ademais, a obra havia provocado dois desmoronamentos, um em janeiro de 1987 e outro em fevereiro de 1988, atingindo 13 moradias nas ruas Diógenes Sampaio e Miguel Pereira.

Na época, moradores encaminharam ao Secretário Municipal de Obras um ofício com laudos técnicos e 300 assinaturas, mas não obtiveram resposta. Diante da inação da prefeitura, a Associação de Moradores de Botafogo, que considerou a possibilidade de acionar judicialmente o poder público, tentou outra estratégia: solicitou ao DGPC a realização de um inventário arquitetônico do bairro.

Diante do entendimento de que o bairro não possuía características de proteção paisagística para a criação de uma APA, o DGPC propôs ao então prefeito Saturnino Braga o tombamento de cerca de 30 edificações em Botafogo, efetivado em setembro de 1987.[452]

[450] Jornal do Brasil, 03/06/1991.

[451] Decreto 25.693 de 23/08/2005.

[452] Decreto 6.934 de 09/09/1987.




Figura 85 – Moradores se manifestam contra a construção irregular de uma mansão no Humaitá (Jornal do Brasil, 06/03/1988).

Diante do aumento crescente do número de demolições e da constatação de que as medidas conquistadas ao longo da década de 1980 não haviam sido suficientes, a associação de moradores encaminhou à prefeitura novo pedido de providências – destacava-se no pedido a sugestão de tombamento dos palacetes localizados na Rua São Clemente.[453]

Em resposta, ao final de 1990, Marcello Alencar e o Secretário Municipal de Cultura Gerardo Mello Mourão assinavam, no Colégio Santo Inácio, um decreto de tombamento de 56 edificações no bairro.[454]

De acordo com o próprio texto do decreto, a medida se deu em função da "necessidade de se estabelecer medidas urgentes de preservação para o bairro de Botafogo". Segundo Gerardo Mourão, já eram cerca de 300 imóveis tombados no bairro. O Secretário acrescentava ainda que "se as casas fossem derrubadas para construção de edifícios, o trânsito de Botafogo, que já [era] tumultuado, ficaria muito pior" e que o tombamento não visava somente a estética, "mas também garantir a qualidade de vida da população".[455]

As pautas das associações de moradores, apesar de pontuais, eram de grande diversidade temática. Um outro tema que mobilizou moradores de toda a cidade foi o fechamento das grandes salas de cinema de rua.

[453] Processo 12/003.002/1990.

[454] Decreto 9.904 de 12/12/1990.

Posteriormente, em 2001, diante de novo aumento no número de demolições, a associação de moradores solicita novamente a criação de uma proteção paisagística do bairro. Em 2002, finalmente, Cesar Maia assina o Decreto 22.221 de 04/11/2002, que criou a APAC Botafogo.

[455] Jornal do Brasil, 13/12/1990.

No início da década de 1990, uma modificação na dinâmica da indústria cinematográfica fez com que as imensas salas de cinema entrassem em decadência: as exibições não conseguiam mais lotar salas com mais de mil assentos. Em paralelo, em função da crise da segurança pública, a população começou a preferir as salas em locais com facilidades como estacionamento ou praça de alimentação.

Ainda que o carioca, em geral, preferisse salas em complexos comerciais, muitas associações de moradores se mobilizaram pela manutenção destas salas. Alguns destes casos foram atendidos pelo instrumento de tombamento, como o caso do Cinema Santa Alice no Engenho Novo, ou ainda o Cine Palácio Campo Grande em Campo Grande.

O tombamento do antigo Cinema Santa Alice, que havia sido transformado em uma Igreja Pentecostal Nova Vida, ocorreu após a realização de manifestações, abaixo-assinados e passeata por moradores frustrados com a mudança. O pedido de tombamento foi apresentado à prefeitura em 1988 pela Associação dos Moradores do Engenho Novo, a AMEN, que reivindicava a transformação do local em centro cultural.[456]

É interessante apontar que, incialmente, o CMPC foi contra o tombamento, afirmando que "o imóvel em questão não [possuía] a menor importância ou criatividade arquitetônica. Os requerentes – que desejam o seu tombamento o consideram um referencial do bairro. É possível, mas, com cinema que foi, não como o é atualmente, como casa religiosa que ostenta cartaz de fachada, como faziam os cinemas da época em que foi construído". [457]

O tombamento só foi possível após o parecer de Luiz Paulo Conde: "Neste sentido, não identificamos qualquer incompatibilidade entre o tombamento do imóvel em questão e as atividades da Igreja Nova Vida, uma vez que o anseio de preservação parte da própria comunidade à qual está vinculada. Através do novo uso, o antigo cinema pode e deve continuar servindo a população do bairro, não apenas como templo evangélico, mas sendo utilizado para a difusão cultural, educacional e artística, de que tanto carecem os moradores do Engenho Novo".[458]

[456] Jornal do Brasil, 03/07/1990.

[457] Parecer de um conselheiro do CMPC (Processo 12/000.714/1988).

[458] Parecer de Luiz Paulo Fernandez Conde (Processo 12/000.714/1988).

Em agosto de 1990, a posição de Conde era acolhida e o edifício do antigo cinema era tombado por Marcello Alencar, mas a Igreja permaneceria.[459]

Já em Campo Grande, a história começa com a veiculação em setembro de 1990 de notícias de que o antigo cinema seria transformado em uma Igreja Universal do Reino de Deus. Indignados com a mudança, moradores do bairro chegaram a realizar uma manifestação em frente ao edifício. A associação de moradores de Campo Grande e a Associação de Críticos de Cinema do Rio de Janeiro apoiavam a causa.[460]

Em verdade, o pedido de tombamento mascarava a intenção de evitar a instalação de uma igreja neopentecostal no bairro. O proprietário do cinema chegou a se comprometer publicamente a não o vender à Igreja Universal do Reino de Deus. No mês seguinte, em outubro de 1990, os mesmos proprietários afirmariam ter sido enganados pelos corretores responsáveis pela transação imobiliária e que também estavam revoltados com a chegada da igreja

O processo de tombamento do Cine Palácio Campo Grande foi aberto em 1990 pelo presidente da RioArte, Tertuliano dos Passos. Segundo sua argumentação, o cinema se constituía como "bem imprescindível para a região, já tão carente de espaços culturais".[461] O tombamento provisório foi publicado, dois meses após o pedido, em novembro de 1990.[462]

Em julho de 1991, mais um pedido: o Conselho Zonal Barra-Jacarepaguá da FAMERJ, solicitava à Secretaria Municipal de Cultura o tombamento do Cine Baronesa, em Jacarepaguá, que segundo a Associação de Moradores e amigos da Praça Seca e adjacências (AMAPS), era "o último refúgio de LAZER e CENTRO CULTURAL-ARTÍSITICO que [tinha] no bairro, sendo também seu último cinema". [463]

No pano de fundo do pedido de tombamento, mais uma vez, uma tentativa de impedir a instalação de mais uma Igreja Universal do Reino de Deus, "igreja milagreira, [que] comprou e transformou o CINE-TEATRO em templo de práticas religiosas, alheia às funções específicas

[459] Decreto 9.572 de 17/08/90.

A AMEN solicitaria o tombamento também no processo 12/000.149/1989.

[460] O Globo, Caderno Zona Oeste, 30/09/1990.

[461] Processo 12/003.022/90.

[462] Decreto 9.862 de 28/11/1990.

[463] Processo 12/002.438/1991. Grifos no original.

do prédio e contra a maioria absoluta da população que não aceita esta transformação e que já se prontifica a fazer CAMPANHA nesse sentido".[464]

Em novembro daquele mesmo ano de 1993, a proposta de tombamento era encaminhada ao CMPC que afirmou ser "difícil identificar no mesmo uma qualidade histórica ou artística que justifique seu tombamento".[465] Ademais, acrescentava que o tombamento não restringe ou mantém o uso original de qualquer edificação e que, a instalação da igreja pode sim favorecer a integridade do auditório, como desejava a continuidade. Ao contrário dos dois exemplos anteriores, o Cine Baronesa não foi tombado.[466]

Em dezembro de 1992, a Secretária Municipal de Cultura e o prefeito Marcello Alencar recebiam mais um pedido de tombamento de um cinema de rua, o Cine Ramos, antigo Cinema Rosário, localizado em Ramos. Mais uma vez, tratava-se de impedir, ou pelo menos de desestimular, a venda do imóvel para a Igreja Universal do Reino de Deus.[467]

> Venho por meio desta, pedir por toda a comunidade leopoldinense de Ramos, para que interceda a direção do grupo Luiz Severiano Ribeiro, para que não seja consumado a venda do tradicional Cine Ramos (antigo Rosário), localizado na Rua Leopoldina Rego, 52. Sem nenhum conhecimento prévio e opinião dos moradores da localidade, o grupo Severiano Ribeiro pôs à venda o Cine Ramos, só por ser um cinema num bairro pobre e de poder aquisitivo baixo.[468]

O pedido foi encaminhado já prefeito Cesar Maia em maio de 1993. No entanto, o pedido somente seria atendido em outubro de 1997, quando já ocupava a cadeira de chefe do executivo Luiz Paulo Conde.[469]

Estes quatro casos (assim como ocorrera na Urca em 1994) mostram uma realidade interessante, que para além da decadência das grandes salas de cinema, trata do receio dos setores médios urbanos frente ao avanço das igrejas neopentecostais. É interessante notar que,

---

[464] Processo 12/002.438/1991. Grifos no original.

[465] Parecer do Conselheiro Luiz Paulo Fernandez Conde, Processo 12/002.438/1991.

[466] Em realidade, há um fato curioso neste tombamento. Em 12/05/1994, Cesar Maia assinava, mesmo contra a recomendação do CMPC, um decreto de tombamento definitivo do Cine Baronesa (Decreto 12.883/1994). No dia seguinte, assinava um outro decreto, que tornava sem efeito o do dia anterior (Decreto 12.891 de 13/05/1994).

[467] Processo 12/000.788/1993.

[468] Processo 12/000.788/1993.

[469] Decreto 16.134 de 03/10/1997.

É interessante apontar que Luiz Paulo Conde executou uma série de proteções a edifícios de arquitetura art-déco, uma delas, o Cine Ramos.

os dois primeiros pedidos, endereçados à gestão de Marcello Alencar, foram atendidos com o tombamento. Já os dois últimos, endereçados à gestão de Cesar Maia, tiveram o pedido negado.

O receio contra avanço dos seguimentos neopentecostais reflete uma reação de alguns setores a seu rápido crescimento (em contrapartida ao declínio católico), além da sua entrada ativa na política partidária brasileira, principalmente a partir da década de 1980 – em 1986, os evangélicos elegeram 33 parlamentares para a Constituinte e, em 1989, seriam decisivos na eleição presidencial de Collor.[470] De alguma maneira, essa pauta foi abraçada pelo brizolismo com o tombamento destes cinemas.

O fim da década de 1980 também foi movimentado para a Associação de Moradores de Santa Teresa, a AMAST. Foram muitas as lutas, contra a substituição dos postes de luz, em defesa do Castelinho do Valentim e, novamente, em defesa dos bondinhos.

A mobilização dos moradores do bairro recomeçava em fins de 1988, quando se iniciava uma luta contra a mudança dos postes de luz. Tudo começou com a decisão da Comissão Municipal de Energia que, motivada pelo crescente número de assaltos, decidiu trocar os postes de luz por novos, que suportassem lâmpadas de mercúrio, mais potentes. A AMAST reagiu rapidamente. Para Amaro Henrique, diretor da entidade, a troca das lâmpadas infringia a APA. O DGPC concordava e também era contra a troca.[471]



Figura 86 – Funcionários substituindo a iluminação do bairro (Jornal do Brasil, 20/05/1988).

[470] Cf. Mariano, Pierucci, 1992.

A eleição presidencial foi o primeiro momento de forte envolvimento político dos evangélicos na política brasileira. Em 1989, pastores e fiéis, mobilizaram-se e fizeram campanha para evitar o voto em candidatos extremistas (ou de esquerda), assim como candidatos que representassem o catolicismo; tudo para evitar que a comunidade evangélica fosse perseguida.

[471] Jornal do Brasil, 20/05/1988.

Treze meses depois, em novembro de 1989, moradores de Santa Teresa permaneciam lutando pela manutenção dos lampiões do início do século 19.[472] Oito meses depois, em julho de 1992, moradores da Rua do Triunfo fechavam a via para impedir o acesso de caminhões da Light que instalariam os novos postes em concreto.[473] Diante da mobilização, a Light aceitou interromper a obra: "A Rua do Triunfo, que já assistiu a um dos seus moradores impedir a destruição dos bondes de Santa Teresa, hoje, vive uma realidade comunitária em defesa do seu ambiente".[474]

Outra luta ocorrida em 1990 foi contra a demolição do Castelinho do Valentim. Promovida pela AMAST, a campanha popular conquistou o tombamento provisório pela prefeitura em agosto de 1990.[475]

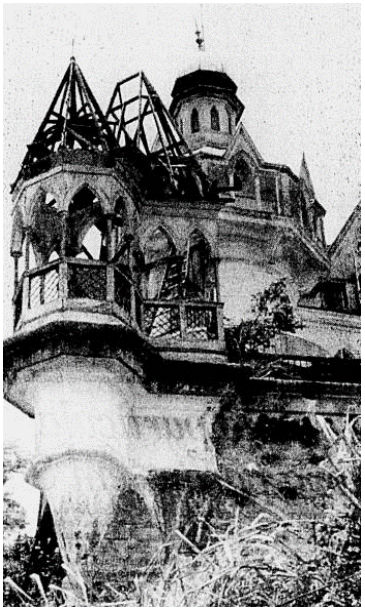


Figura 87 – A demolição das torres do Castelinho do Valentim (Jornal do Brasil, 29/08/1990)

Por fim, a retomada da luta pela recuperação do sistema de transportes por bondes que em 1991, contabilizava 13 carros parados. Este é um caso interessante, mais do que uma retomada de uma luta das associações de moradores, também é a retomada de uma luta do próprio PDT que, por meio do núcleo do partido no bairro, tomava como slogan a frase "Santa Teresa não pode perder o bonde".

---

[472] Jornal do Brasil, 01/11/1989.

[473] Jornal do Brasil, 31/07/1992.

[474] Carta do morador Roberto Dieckmann (Jornal do Brasil, 18/08/1992).

[475] Jornal do Brasil, 29/08/1990.

Decreto 9.586 de 27/08/1990.

A campanha alcançou seu auge em junho de 1991, quando participaram de uma audiência com Brizola 80 crianças de três escolas do bairro, que levaram desenhos, pinturas e cartazes ao governador. A campanha, coordenada por José Flávio Mendonça Monteiro, e que tinha como meta a reativação de todos os bondes até a realização da Rio-92, também contava com adesivos e cartazes coloridos criados pela agência de publicidade Salles Interamericana.[476]




Figura 88 – Cartaz da campanha (Jornal do Brasil, 02/06/1991). Detalhe para o texto ao pé do cartaz: "Movimento o Rio nos trilhos. PDT Santa Teresa".

Em resposta à campanha, em junho de 1991, a Secretaria Estadual de Transportes liberava 2 milhões de cruzados para compra de peças de reposição e anunciava que em 6 meses investiria 60 milhões de cruzados no sistema de bondes.[477] Na prática, em agosto, eram liberados 32 milhões para a restauração dos carros parados.[478]

> O pior é que os que advogaram o fim dos bondinhos, em nome do progresso e do lucro, na verdade fizeram sempre o jogo das empresas concessionárias de ônibus, ávidas em expandir suas linhas. O que se viu no governo passado, à frente dos olhos omissos da CTC foi um feroz sucateamento do sistema dos bondinhos de Santa Teresa. Não foi por outra razão que eles quase acabaram.[479]

[476] Jornal do Brasil, 02/06/1991.

[477] Jornal do Brasil, 02/06/1991 e 14/06/1991.

[478] Jornal do Brasil, 06/08/1991.

[479] Jornal do Brasil, 06/08/1991; Editorial.

Em outubro de 1992, o governo do estado retornava 5 bondes à circulação. "Preservando o bonde, um patrimônio cultural da cidade de valor inestimável, o governo do estado se compromete e se empenha em devolver à comunidade todos os bondinhos que tanto facilitam a vida dos seus moradores".[480] A entrega dos novos carros foi feita com pompa e circunstância pelo próprio governador Brizola.[481]

Outros bairros que se mobilizaram ao fim da década de 1980 contra projetos imobiliários pontuais foram o Jardim Botânico, Gávea e Lagoa.

Ao final de 1989, após dez anos de luta, moradores do Jardim Botânico comemoravam com uma grande festa realizada na rua, a publicação de um decreto que transformava a encosta da Rua Benjamim Batista em área não edificável.[482] Participou da festa, o Secretário Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente Arnaldo Mourthé que, em discurso, citou as mortes ocorridas durante um deslizamento de rochas no preparo do terreno para construção na década de 1960.

> A briga pela não edificação desta encosta vem desde 1972, é anterior até mesmo a criação da associação. Ela foi motivada pelas quedas constantes de rochas e essa vitória vem mostrar como é importante a população se organizar e se unir para conseguir melhorar a qualidade de vida.[483]



Figura 89 - Manifestação na Rua Benjamim Batista em comemoração ao decreto (Jornal do Brasil, 17/12/1989).

Em 1989, a Lagoa Rodrigo de Freitas, tombada provisoriamente desde 1987, retornava à pauta de reivindicações das associações de moradores após a apresentação do grande projeto

[480] Informe publicitário do Governo do Estado (Jornal do Brasil, 25/09/1992).

[481] Jornal do Brasil, 05/10/1992.

[482] Decreto 9.003 de 30/11/1989.

[483] Depoimento de Regina Esther Veiga, presidente da Associação de Moradores do Jardim Botânico (Jornal do Brasil, 17/12/1989).

imobiliário do empresário Ricardo Amaral que pretendia transformar suas margens, em um grande centro comercial, cultural, esportivo e de lazer.[484]

No centro do argumento do empresário estava o fato de que o tombamento de 1987 protegia o espelho d'água, mas não suas margens, onde seria executado o projeto. Agravava o cenário o fato de que o CMPC estava desde o início daquele 1989 sem conselheiros nomeados.

Com a pressão das associações de moradores, Marcello Alencar finalmente, em julho de 1989, após sete meses parado, nomeava os membros do CMPC e anunciava que o tombamento definitivo da Lagoa seria sua primeira medida, impedindo, assim, a construção do empreendimento de Ricardo Amaral.[485]

> Se quiser investir em um bem público, Ricardo Amaral deve procurar outras áreas da cidade, como a zona oeste.[486]

Em outubro, de 1989, a nova legislação de tombamento definitivo do espelho d'água e de regulamentação da proteção da orla da Lagoa Rodrigo de Freitas, na forma da criação de uma APA, chegavam à mesa de Marcello Alencar; mas sua assinatura só se concretizaria em junho do ano seguinte.[487]

Em 1991, outro projeto polêmico mobilizava moradores da vizinha Gávea: a construção de um shopping subterrâneo sob o hipódromo com 32 mil metros quadrados, 250 lojas, 4 cinemas e estacionamento para 1.800 carros. Tratava-se de um investimento que, segundo seus defensores, poderia saldar as dívidas do Jockey Clube.

> Vai criar um caos no trânsito, porque um shopping movimenta de 30 a 40 mil carros por dia: pode abrir precedentes para outros projetos faraônicos na região; seria necessário a prefeitura mudar uma APA para viabilizar um empreendimento particular e, além do mais, para onde iria o esgoto da praça de alimentação?[488]

---

[484] Jornal do Brasil, 01/06/1989.

[485] Jornal do Brasil, 22/07/1989.

[486] Jornal do Brasil, 22/07/1989.

[487] Jornal do Brasil, 14/10/1989 e 15/06/1990 e Decreto 9.396 de 13/06/90.

O decreto, bem recebido pelos moradores da região, alterou gabaritos, determinou a retirada de alguns estabelecimentos comerciais da orla e proibiu a ampliação dos clubes.

Seriam retirados da orla os estabelecimentos com alvará precário como a Boate Papagaio, o Lagoa Drive In, o Roxy Roler, o Teatro da Lagoa e a Pizzaria Gattopardo, todos de Ricardo Amaral.

[488] Depoimento do presidente da Associação de Moradores da Gávea Alexandre Simões Valuzuela (Jornal do Brasil, 11/12/1991).

Por fim, após grande mobilização da AMA Gávea o projeto foi engavetado, com o argumento técnico de que geraria grande impacto no lençol freático.

Por fim, mas não menos importante, a criação da APA das Laranjeiras.

A mobilização pela criação desta APA começou em outubro de 1987, quando, animada com a criação da APA do Cosme Velho, a Associação de Moradores de Laranjeiras (AMAL) solicitou ao DGPC a preservação do bairro (somente uma pequena parte havia sido incluída na APA do Cosme Velho em 1987).

> A AMAL quer levar a APA até o Largo do Machado.[489]

Em novembro de 1991, o CMPC aprovava, por unanimidade, a proposta de criação de uma APA de Laranjeiras, que protegeria 260 imóveis, escolhidos por um estudo preparado em parceria com a AMAL.[490] Apesar da aprovação, uma proteção ambiental de Laranjeiras só seria formalizada em 1998 com a criação da APAC da Rua Ribeiro de Almeida e em 2001 com a APAC Laranjeiras.[491]

Por fim, mas não menos importantes, duas histórias de mobilização de moradores em Copacabana: o caso do tombamento do Edifício Guahy e o tombamento do Forte de Copacabana.

A história do tombamento do Edifício Guahy, na Rua Ronald de Carvalho em Copacabana, começou um pouco em 1985, quando o empresário Eduardo Lourenço Borges comprou o edifício para construir no local um hotel cinco estrelas com 15 andares e 134 apartamentos.[492]

> A Associação de Moradores e Amigos da Praça Arcoverde e Arredores – AMAVERDE, sempre em defesa da comunidade da área de Copacabana, compreendida entre a Avenida Princesa Isabel e a Rua Siqueira Campos, sua jurisdição, por inciativa do moradores Amós Israel Zezmer, e traduzindo a vontade dos abaixo-assinados, que buscam preservar a memória, o patrimônio artístico e arquitetônico de uma das primeiras edificações de Copacabana, o Edifício Guahy, [...] construído em estilo art-déco, presumivelmente na década de 30, e **ameaçado de ser demolido por especulação imobiliária, para a construção de mais um espigão ou arranha-céu no já saturado bairro**, vem, mui respeitosamente, requerer a V. Exª. O tombamento do

[489] Depoimento de Regina Prado, presidente da AMAL (Jornal do Brasil, 21/11/1990).

[490] Jornal do Brasil, 01/11/1991.

[491] A APAC da Rua Ribeiro de Almeida foi criada pelo Decreto 17.028 de 25/09/1998. Já a APAC Laranjeiras foi criada pelo Decreto 20.611 de 10/10/2001.

[492] Jornal do Brasil, 26/06/1992.

> referido prédio pela importância histórica que o mesmo representa, **a exemplo do prédio do Copacabana Palace Hotel, também em nossa área, que, oportuno tempore foi tombado por V. Exa**.[493]

Em agosto de 1990, a AMAVERDE se mobilizou contra o projeto e solicitou, ao DGPC, o tombamento do edifício, pedido atendido rapidamente, em setembro de 1990, na forma da publicação de um tombamento provisório.[494] Na correspondência enviada pela AMAVERDE para abertura do processo, é interessante atentar para a argumentação apresentada para justificar o tombamento: o receio de que em seu lugar fosse erguido um hotel; em outras palavras, o adensamento do bairro. Também é interessante atentar para comparação com o caso do tombamento do Copacabana Palace, que evitou a construção do anexo ao hotel, com 18 pavimentos.

No ano seguinte, em outubro 1991, diante da reação inusitada do empresário que optou por abandonar o edifício à ruína após o tombamento, a mesma AMAVERDE solicitava ao DGPC o destombamento do imóvel, "alegando a necessidade de afastar a má vizinhança da área, inclusive mendigos, ambulantes e prostitutas".

> Por outro lado, sabe-se que, o proprietário deste imóvel, sr. Eduardo Lourenço deseja construir no local, um hotel de cinco estrelas o que segundo também os moradores, virá em socorro de pretensão dos mesmos, em vista do **antro que se tornou o local, desde que o prédio foi desocupado por seus antigos inquilinos. Tornou-se aquele trecho de rua, um sério fator de intranquilidade para os moradores, que durante todo o dia é ponto privilegiado de vendedores de quinquilharias até no leito de suas calçadas, tornadas dormitórios para marginais e aglomerações de desocupados**.[495]

Em outra correspondência, a AMAVERDE explicita as modificações que a *má vizinhança havia trazido às redondezas.*

> De fato, vem ocorrendo sérios problemas para a qualidade de vida no bairro, pelo fato de que a área passou a se constituir num antro de marginalização noturna, e durante o dia, num verdadeiro mercado, ocupando as calçadas circunvizinhas, de tal maneira que, praticamente **tem sido impossível a convivência dos moradores com esse estado de coisa**. Ultimamente, são atraídos para as calçadas do citado edifício, verdadeiros rebotalhos de prostituição, com presença de mendigos que atualmente no local, procuram se alojar para passar a noite. Nossas propriedades estão se desvalorizando em face do estado de coisa [...]. Tomamos conhecimento que o proprietário do

[493] Correspondência da AMAVERDE para abertura do processo 12/002.702/1990 [grifos meus].

[494] Decreto 9656 de 24/09/1990.

[495] Correspondência da AMAVERDE para abertura do processo 01/004.017/1991 [grifos meus].

> citado imóvel deseja ali instalar um hotel de 5 estrelas e decerto irá transformar o visual da região.[496]

O pedido foi indeferido (é claro!) e o imóvel continua tombado até hoje.[497]

Este caso é bastante interessante para observar que muitas das mobilizações apresentadas nesta tese não tratam de uma compreensão de um conceito de valorização do patrimônio cultural. Ao contrário, muitas associações de moradores acionavam estes instrumentos de regulação urbana conforme sua conveniência, tanto a favor quanto contra, como fora o caso do Edifício Guahy.

Aqui, é interessante um paralelo com o conceito de "tradição inventada" de Hobsbawn (2014). Em seu trabalho, o autor fala de um conjunto de práticas que visam inculcar valores e normas de comportamento tentando, ao mesmo tempo e sempre que possível, estabelecer uma relação de continuidade com um passado histórico.

Sob esta perspectiva, no caso do Edifício Guahy, a ligação com o passado estava expressa na valorização de uma estética da década de 1930 (e que justificou o tombamento). Continuidade que, em realidade, encobria uma intenção de evitar a aproximação de diferentes; tanto turistas quanto prostitutas, mendigos ou camelôs.

Já o Forte de Copacabana tornou-se cenário de uma grande polêmica em 1987, ainda na gestão de Saturnino Braga, quando o Exército anunciava a venda de parte do terreno para a construção de um hotel cinco estrelas, associado a um grande complexo turístico e de lazer.

A notícia foi anunciada pelo Coronel Romeu Antônio Ferreira, comandante do Forte, que explicou que, com a extinção do 3º Grupamento de Artilharia de Costa, o Ministério do Exército decidira transformar o local em museu. Para a concretização da ideia, seriam necessários somente 85% do terreno. Os 15% restantes, portanto, seriam vendidos, a fim de garantir a obtenção de recursos para a execução do projeto.[498]

A reação popular foi rápida. Em julho de 1987, a Associação de Moradores e Amigos do Posto 6 e do Arpoador, com apoio do Partido Verde e da V Região Administrativa, organizou

---

[496] Correspondência da AMAVERDE para abertura do processo 01/004.017/1991 [grifos meus].

Cabe atentar que moradores diferentes assinaram o pedido de tombamento e o pedido de destombamento do Edifício Guahy.

[497] Processo 01/004.017/1991.

Jornal do Brasil. 06/09/1992.

[498] Processo E-18/000.399/89.

um protesto com cerca de 100 pessoas. Na ocasião, 40 estudantes da Escola Municipal Cócio Barcelos (em Copacabana) pintaram um mural, organizado pelo artista plástico Claudio Fonseca, ao lado do terreno à venda.

Na ocasião, os manifestantes também recolheram assinaturas para um abaixo assinado que seria enviado ao DGPC pedindo o tombamento provisório do Forte. Pretendiam, ainda, pressionar a Câmara dos Vereadores para a aprovação do projeto de lei da vereadora Dilsa Terra do PDT que propunha a transformação do local em APA. Havia, ademais, outro projeto de lei para o local, de autoria do vereador Tulio Simões (PFL), que tornava não edificável a área entre a Praça Garota de Ipanema e o Museu Histórico do Exército.[499]

> Considerando o alto valor histórico e paisagístico da área onde se localiza o Forte de Copacabana;
>
> Considerando o interesse do Ministério do Exército em, paulatinamente, desativar as funções do Forte,
>
> Considerando o interesse da comunidade em preservar valores culturais, históricos, turísticos, paisagísticos e ambientais na área...[500]

Diante da mobilização, em janeiro de 1988, Saturnino Braga publicava um decreto estabelecendo condições para a elaboração de um estudo urbanístico da área do Forte de Copacabana. O decreto suspendia o licenciamento de construções na área por 90 dias e determinava que a SMDU definisse parâmetros urbanísticos para a ocupação da área. Ademais, instituía uma comissão composta por dois representantes da FAMERJ Zona Sul, um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, um representante da Secretaria Municipal de Cultura, um representante da Secretaria Municipal de Governo, um representante do Clube de Engenharia e um representante do IAB, além do vereador Túlio Simões.[501]

Ao fim de janeiro, uma reportagem da Folha de São Paulo anunciava que o prefeito Saturnino Braga era favorável à venda do Forte. Segundo o jornal, o fato do gabarito para o local não ser superior a quatro pavimentos e de se propor a liberação do acesso à Praia do Inferno à população faziam com que o projeto fosse visto com bons olhos pelo prefeito.[502] Esta

---

[499] Jornal do Brasil, 04/07/1987.

Os projetos de lei foram rejeitados em abril de 1988 (Jornal do Brasil, 15/04/1988).

[500] Decreto 7.335 de 05/01/1988.

[501] Decreto 7.335 de 05/01/1988.

[502] Folha de São Paulo, 27/01/1988. Anexa ao Processo E-18/000.399/89.

declaração publicizou o primeiro grande enfrentamento entre Saturnino e as associações de moradores.

> Há várias questões por trás destas divergências. Há a tentativa do PDT, por exemplo, de enfraquecer o prefeito em ano eleitoral. Há o precedente perigoso que pode ser criado de o Exército (ou qualquer outro Ministério) dispor de qualquer maneira de uma área privilegiada da cidade. Mas há, pincipalmente, a questão da qualidade de vida do Rio. A cidade se desfigurou ao longo das décadas de 60 e 70. Suas encostas foram ocupadas de forma predatória, as novas construções não respeitaram leis de zoneamento nem normas urbanísticas, a cidade se expandiu sem planejamento, desorganizadamente.
>
> Todos os ingredientes deste caso ajudam a associá-lo [o prefeito] às grandes negociatas imobiliárias que traumatizaram e ainda traumatizam o Rio.[503]

Ao fim do prazo de 90 dias estabelecido no decreto para os trabalhos da comissão, a FAMERJ manifestava sua preocupação por meio de carta enviada ao prefeito.[504] Apesar dos atrasos, o relatório final apresentado pela comissão, sugeriu ao prefeito o tombamento da área, sem impedimento para a ocupação do local.[505]

Dois anos depois, em 1989, já na prefeitura de Marcello Alencar, o projeto retornaria à pauta quando um protesto organizado pela AMALEME, AMA Chapéu Mangueira, AMA Bairro Peixoto, AMA Postos 4 e 5 e AMA Posto 6 e Arpoador, reivindicava o tombamento do Forte.[506] Ao final daquele ano, em dezembro, atendendo a um pedido da FAMERJ, era aberto no INEPAC o processo de tombamento do Forte de Copacabana.[507]

> As associações de moradores, através deste, vem solicitar o estudo e tombamento dos terrenos do Forte de Copacabana compreendidos desde o Forte antigo, atual Museu Histórico do Exército, até o terreno confrontando com o Parque do Arpoador.[508]
>
> A FAMERJ não está contra a criação e o desenvolvimento do projeto do Museu Histórico do Exército. Mas acha impossível aceitar a ideia de vincular sua viabilidade à venda de uma parte da área do Forte para um empreendimento de grande porte. [...] A cidade necessita cada vez mais de

---

[503] Folha de São Paulo, 27/01/1988 anexa ao Processo E-18/000.399/89.

[504] Carta da FAMERJ a Saturnino em 28/03/1988 anexa ao Processo E-18/000.399/89.

[505] Minuta do tombamento no processo 12/002.373/87.

[506] Jornal do Brasil, 21/01/1989

[507] Processo E-18/000.399/89.

[508] Carta da FAMERJ de 11/10/1989 encaminhada ao INEPAC, Processo E-18/000.399/89.

Assinavam a carta a AMA Gávea, AMA Jardim Botânico, AMA Vidigal, AMA Laranjeiras, AMA Cosme Velho, AMA Santa Teresa, AMA Flamengo, AMA Bairro Barcellos, AMA Horto, AMA Posto 4 e 5, AMA Leme, AMA Bairro Peixoto, AMA Verde, AMA Chapéu Mangueira, AMA Leblon, AMA Ipanema, AMA Botafogo, AMA Lauro Muller, AMA Urca, AMA Catete, AMA Glória, Clube de engenharia, IAB e SEAERJ.

> área livres públicas, que proporcionem lazer gratuito a seus cidadãos. Não se pode admitir que a União, ao se desinteressar por uma área deste tipo, permita a sua ocupação por grupos privilegiados. Estes espaços devem ser destinados ao uso de moradores e visitantes da cidade. A alegação de sua utilização por ´marginais e toxicômanos´ não merece ser discutida. A questão de falta de segurança na cidade é geral, não está restrita a praças e não pode servir de argumento para a venda de áreas públicas.[509]

> A alienação de área pública num momento de generalizada campanha pela privatização da economia nacional e sua maior integração ao mercado internacional de capitais, e também de privatização de significativos setores dos serviços públicos, não parecem ser nem o momento nem a forma mais adequada de resolver soberanamente quer problemas nacionais, quer setoriais. [...] Finalmente, o IAB-RJ que é constituído por profissionais habituados ao diálogo e propensos a promover o convívio social vê com muita apreensão a desestruturação gradual de determinadas áreas urbanas e a destruição do patrimônio natural da cidade do Rio de Janeiro, provocadas pelo crescente desnível econômico e social de sua população; e receia que, nesse contexto, a multiplicação de espaços de confronto, em que se criam expectativas fantasiosas, seguidas de exclusões que atingem a maior parte da população, espaços que colocam o luxo ostensivo ao lado do ressentimento e da miséria, acirrem as atuais tensões sociais além do suportável.[510]

Em junho de 1989, o prefeito Marcello Alencar, assim como fizera Saturnino dois anos antes, criou uma comissão especial para analisar o projeto de construção de um polo cultural no Forte de Copacabana.[511] Participaram desta nova comissão os vereadores Laura Carneiro (PSDB), Tito Ryff (PDT), Jorge Pereira (PASART), Ivanir de Mello (PDC) e Túlio Simões (PFL).

A comissão promoveu 11 reuniões em que participaram o General Luiz Malan de Paiva Chaves, Comandante da 1ª Região Militar, o Coronel Romeu Antônio Ferreira, Comandante do Forte de Copacabana e diretor do Museu Histórico do Exército, o prefeito Marcello Alencar, o Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente Arnaldo Mourthé, o IAB, o Clube de Engenharia, a Associação de Moradores do Leme, a Associação de Moradores dos Postos 4 e 5, a Associação de Moradores do Posto 6 e Arpoador, a Associação de Moradores do Bairro Peixoto, a AMAVERDE, a AMA-Cabritos, a Associação Comunitária dos Amigos do Posto 6 e a AMAPI.

[509] Carta da FAMERJ de 06/06/1989 encaminhada ao INEPAC, Processo E-18/000.399/89.

[510] Parecer do IAB de 27/05/1988, anexo ao Processo E-18/000.399/89.

[511] Resolução 595/1989.

Em novembro 1989, após seis meses de trabalho, a comissão elaborou um relatório em que se mostrava favorável à implantação do polo cultural no espaço do Forte, desde que observados alguns pontos:

- Que fosse submetida à Procuradoria da União e ao SPU uma avaliação quanto à possiblidade de alienação de terrenos do Exército;
- Que fossem fixadas condições de uso e ocupação por parte do Município, contabilizando o quanto possível os interesses do Exército e da comunidade, e
- Que fosse convocado um plebiscito para ampliar a discussão e destinação do terreno e que seu resultado fosse transformado em projeto de lei.[512]

No mesmo mês de divulgação do relatório final da comissão, uma ação no mínimo curiosa do prefeito. Em novembro de 1990, Marcello Alencar assinava o decreto de criação da APA dos Morros do Urubu e do Leme, além da Pedra e da Praia do Anel e Ilha da Cotunduba. É curioso notar que esta APA também tratava de uma área militar, que se estendia desde o Forte Duque de Caxias no Leme ao Círculo Militar da Praia Vermelha, na Urca. A criação da APA atendia a uma reivindicação da AMALEME que defendia a valorização do patrimônio histórico e ecológico do local.[513] Ainda que não houvesse notícias de alienação de terrenos do Forte do Leme, os moradores já garantiam medidas para prevenir qualquer ação semelhante na outra ponta da Praia de Copacabana.

Em dezembro de 1989, o INEPAC encaminhava ao governador a proposta de tombamento provisório das pontas de Copacabana e Arpoador e, em fevereiro de 1990, Moreira Franco autorizava o tombamento provisório do Forte de Copacabana.[514] Em paralelo, a Câmara, a partir de uma proposta do vereador Jorge Ligeiro, do PDT, tombava "por seu interesse paisagístico, ambiental e ecológico, a Pedra do Arpoador.[515] Ainda em 1990, era aberto no SPHAN um processo de tombamento da edificação e do acervo do Conjunto Histórico do Forte de Copacabana, atual Museu Histórico do Exército.[516]

---

[512] Parecer final da comissão especial instituída pela Resolução 595/89 com a finalidade de analisar o projeto para construção de polo cultural no espaço pertencente ao Forte de Copacabana e destinação dos terrenos do entorno; anexadas ao Processo E-18/000.399/89.

[513] Jornal do Brasil, 10/11/1990.

[514] O Forte de Copacabana foi tombado provisoriamente em 07/02/1990 e definitivamente em 31/08/1991 (Processo E-18/000.399/89).

[515] Lei 1.433 de 13/09/1989.

[516] Por meio do processo 1307, foi tombado pelo SPHAN, em março de 2011, o Forte de Copacabana.

Mas retornemos ao Forte de Copacabana.

Um ano após o relatório final da comissão, não houvera realização de consulta popular, tampouco venda de terrenos do Exército. Em agosto de 1991, já durante o governo Leonel Brizola, o Exército solicitou o destombamento do local, mais uma vez tentando viabilizar o projeto.[517] Antes mesmo da avaliação da proposta, o CET informava que não aceitaria projetos de grandes edifícios e só consideraria o destombamento de parte do terreno.

> O governo do estado não vai anular o tombamento do Forte, que considera um monumento arquitetônico, um marco da cidade. O que o governo admite que possa ser feito é a suspensão do tombamento em áreas sem valor arquitetônico e sem casario, fora do Forte".[518]

Somente o fato de que o governo Brizola consideraria o destombamento de parte do terreno do Forte surpreendeu militantes dos movimentos de bairro, como Ivo Lawsen, presidente da AMAPSA que afirmava:

> Não acreditamos que um governo socialista como o do governador Brizola vá querer se incompatibilizar com toda a cidade, desfazer-se de uma conquista conseguida pela sociedade carioca em conjunto. Deve ser um boato.[519]



Figura 90 – O terreno vazio à direita, onde seria construído o hotel (Jornal do Brasil, 27/08/1991).

Em setembro de 1991, o INEPAC publicava o tombamento definitivo do Forte de Copacabana, com nova delimitação, que permitia a implantação de um diminuto complexo

[517] Processo E-12/03.396/1991 de 20/06/1991.

[518] Informação dada ao Jornal do Brasil (27/08/1991) por um porta voz do governo.

[519] Informação dada ao Jornal do Brasil (27/08/1991) por um porta voz do governo.

cultural, turístico e de lazer no local, além de um heliporto para Rio-92. No entanto, o terreno onde se pleiteava a construção de um hotel permanecia tombado.[520]

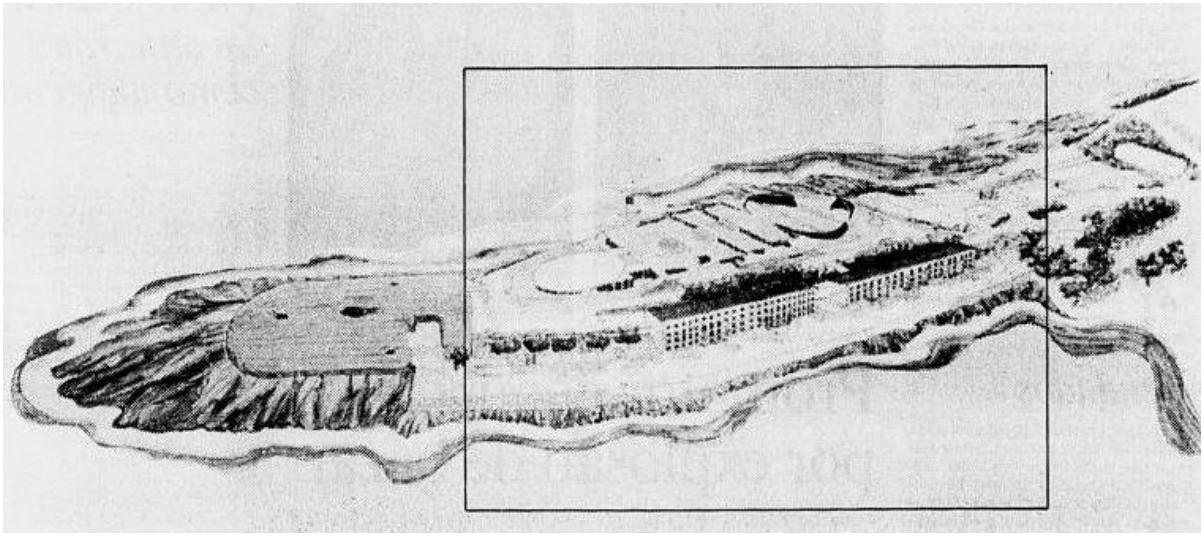


Figura 91 - O quadrado indica a área destombada no Forte de Copacabana (Jornal do Brasil, 28/08/1991).

A medida desagradou moradores de Copacabana, que organizaram um protesto em que recolheram adesões para um abaixo-assinado contra o destombamento, a ser entregue a Brizola. Após recolherem 4 mil assinaturas, os manifestantes caminharam até a residência do governador na Avenida Atlântica, para entregar o manifesto. Como Brizola não estava em casa, decidiram retornar em outra oportunidade.[521]

O INEPAC está sob suspeição.[522]

Este caso torna-se ainda mais interessante se observamos que Brizola, que fora apontado como *salvador* em ocasiões semelhantes (muitas delas já relatadas no presente texto) agora era acusado pelas associações de moradores de ser defensor dos interesses do capital imobiliário. Outrossim, não se pode esquecer que a realização da Rio-92 estava cada vez mais próxima e que, portanto, havia urgência na aprovação de projetos, como este complexo turístico e de lazer no forte de Copacabana.

As acusações contra Brizola geraram um racha na base do PDT.

Na contramão do que fora aprovado pelo INEPAC, a Câmara dos Vereadores aprovava em 1991 uma lei de autoria do vereador Fernando William do PDT, com emenda do vereador

[520] Jornal do Brasil, 28/08/1991.

[521] Jornal do Brasil, 08/09/1991.

[522] Frase do vereador do PT Chico Alencar (Jornal do Brasil, 08/09/1991).

Tito Ryff também do PDT, que não permitia qualquer construção em área destombada num prazo de 6 meses.[523]

O conflito tornou-se também ação judicial. Em setembro de 1991, uma liminar da 6ª Vara Federal acatou pedido do Ministério Público e proibiu o Exército de realizar qualquer obra no Forte de Copacabana. Segundo a juíza que expediu a liminar, o destombamento não era necessário para a implementação do heliporto ou do complexo turístico de lazer. Em resposta, o INEPAC argumentava que o destombamento foi uma reação à uma medida abusiva de Moreira Franco, que havia tombado "até um pedaço do mar".[524]

A primeira exposição do Museu Histórico do Exército ocorreria em 1992. Já o complexo turístico de lazer no Forte de Copacabana nunca chegaria a ser construído.

Finalmente, em janeiro de 1994, a Câmara Municipal aprovava lei de autoria do vereador Fernando William, líder do PDT no legislativo carioca, de criação da APA das Pontas do Arpoador e Copacabana, acabando de vez com a possibilidade de construção de um grande hotel na área.[525]

## A QUESTÃO ECOLÓGICA

No início da década de 1990, as associações de bairro começam a se deslocar de uma luta local contra projetos imobiliários e passam a aderir à causa ecológica.

> As associações de moradores começam a enrolar as faixas de protesto contra problemas urbanos tradicionais, como a falta de passarelas, sinais de trânsito enguiçados e buracos nas ruas para entrar na luta ecológica, com projetos de preservação ambiental que unem comunidades de bairro, prefeituras e empresas. A visão imediatista perde espaço entre os ativistas comunitários. A palavra de ordem agora é garantir a qualidade de vida da metrópole a médio e longo prazo.[526]

Em 1992, no auge da luta ecológica das associações de moradores, Ana Lúcia Camphora, da AMA Gávea dava uma interessante entrevista ao Jornal do Brasil sobre as mudanças na militância associativa de bairro nos últimos anos, quando as associações de

[523] Jornal do Brasil, 08/09/1991

[524] Jornal do Brasil, 11/09/1991.

[525] Jornal do Brasil, 02/12/1992.

Lei 2.087 de 04/01/1994.

[526] Jornal do Brasil, 07/04/1991.

moradores abandonaram a posição de reativas a mudanças propostas em seus bairros e passaram a se engajar em causas proativas, ou ainda, em causas que trariam benefícios à cidade, ainda que não diretamente a seu bairro. Em suas palavras, as associações teriam compreendido seu papel e passado a incentivar o desenvolvimento econômico e cultural.

> Muitas [associações de moradores] já ultrapassaram essa fase nimby (not in my backyard, não no meu quintal), ou seja, essa posição niilista das *AMAs não*, de rejeitar qualquer tipo de mudança que afete os seus supostos domingos.
>
> Essa visão é ultrapassada e os movimentos ecológicos estão hoje muito à frente da atuação das associações de moradores, que continuam com essa ideia de que o melhor é deixar como está. [...] essa ideia de que o bom seria viver num bairro como de 30 anos atrás é uma ilusão. Não adianta, porque ele não voltará a ser o que era há 30 anos. Existe uma tendência de os moradores se associarem aos seus iguais para se protegerem de um inimigo externo, mas o inimigo externo é a própria cidade, que não para de crescer.[527]

Na entrevista, Ana Lucia destacava o papel da Associação de Moradores do Flamengo que apoiou a recuperação do Parque do Flamengo, do curso do Rio Carioca e até organizou o encontro das ONGs na Rio-92. Outro exemplo era a Associação de Moradores de São Cristóvão, que apoiou a construção da Linha Vermelha, apesar dos transtornos, pois beneficiava a cidade. Ou ainda a AMAL, que havia fundado o Mercado São José das Artes e auxiliado no inventário arquitetônico que gerou a APA Laranjeiras.

Em grande parte, esta força cada vez maior da temática da ecologia tem relação direta com a proximidade da Rio-92, a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro, o evento contou com a participação de centenas de chefes de estado.[528]

A mobilização ecológica tomou várias formas no Rio de Janeiro.

Em 1991, era criada a Frente Pró-Cidadania Ambiental, formada por 17 associações de bairro. O ponto de partida da Frente era a batalha pelo reflorestamento dos morros cariocas. O projeto-piloto, de reflorestamento da encosta próxima ao Shopping Rio Sul, já tinha

---

[527] Jornal do Brasil, 31/03/1992.

Ana Lúcia Camphora foi diretora da AMA Gávea até 1987, quando saiu, por causa de divergências.

[528] A internacionalização da justiça ambiental na década de 1990 foi amplamente impulsionada após a divulgação de um documento do Banco Mundial conhecido como *Memorando Summers* (em referência a quem assinava o documento, o diretor do banco, Lawrence Summers). Segundo seu conteúdo, recomendava-se a transferência de atividades econômicas danosas ao meio ambiente para os países mais pobres, tanto por questões ambientais quanto por questões estéticas (Cf. Fonseca, 2017).

financiador, a Brascam (multinacional administradora de shopping centers).[529] É interessante atentar que, possivelmente, a ação também tinha como meta ocupar com árvores o local onde, anos antes, existiu a Favela Santa Teresinha, removida na década de 1970.

Outra mudança que ocorria nas associações de moradores ao início da década de 1990 era a opção pelo parlamentarismo, em detrimento do presidencialismo.[530]

A primeira associação a optar pelo parlamentarismo teria sido a AMABARRA em 1989, em um modelo inspirado no Greenpeace, seguida pela AMALEME. Em outubro de 1991, a AMAB (de Botafogo) estudava a ideia, enquanto a Associação do Méier havia substituído seu presidente por um coordenador.[531]

> Sempre tivermos medo de que alguém pudesse se aproveitar da nossa associação como trampolim para fins políticos. Meditamos muito sobre que caminho poderíamos tombar e achamos que o melhor seria o colegiado.[532]

> O sistema de colegiado trouxe agilidade à AMALEME. A descentralização deu autonomia aos diretores, que não precisam esperar mais pela autorização do presidente para resolver pequenas questões de rotina. O sistema de colegiado é menos burocrático que o sistema presidencial.[533]

É interessante notar que o discurso acionado pela diretora da AMALEME contém as mesmas críticas apresentadas pelo modelo neoliberal de gestão da cidade, tema que será desenvolvido mais à frente, no capítulo 5.

Estas mudanças eram apoiadas pela FAMERJ.

> É coisa nova em termos de estatuto. Na prática, muitas associações de moradores, mesmo tendo presidente, funcionam hoje de forma colegiada.[534]

O fortalecimento da luta ecológica também se expressou no aumento do número de tombamentos de bens naturais e na forma da criação de mais áreas de preservação ambiental.

---

[529] Jornal do Brasil, 07/04/1991.

[530] Cabe lembrar que, no início da década de 1990, o debate presidencialismo X parlamentarismo era uma temática nacional, visto a proximidade da realização do Plebiscito de 1993 que consultou a posição popular quanto ao sistema de governo do país.

[531] Jornal do Brasil, 04/10/1991.

[532] Depoimento de Cláudio Peter Becker, um dos diretores da AMABARRA (Jornal do Brasil, 04/10/1991).

[533] Depoimento de Lúcia Thereza Lessa Carregal, uma das diretoras da AMALEME (Jornal do Brasil, 04/10/1991).

[534] Depoimento de Sonia Rejane Pinto, presidente da FAMERJ, que em 1991 tinha filiadas 1.231 associações de moradores (Jornal do Brasil, 04/10/1991).

O número de pedidos de tombamentos de bens naturais aumentara ao fim da década de 1980. Entre 1989 e 1991, foram tombadas pelo governo do estado as Ilhas Cagarras, o Morro do Mirante em Santa Cruz, a Serra da Madureira e a Serra do Mendanha, o Parque Estadual da Pedra Branca e os conjuntos urbanos e paisagísticos das orlas de Copacabana, Leblon e Ipanema. No mesmo período, foi tombado pela prefeitura um conjunto de árvores em Copacabana, a pedra do Arpoador, o Buraco do Lume e o Forte de Copacabana.

A questão se materializou também, é claro, em políticas de preservação do meio ambiente. Em 1989, era criado pela prefeitura o Parque natural Municipal Chico Mendes no Recreio dos Bandeirantes.[535] Em 1990, eram criadas a Reserva Biológica do Pau da Fome e do Camorim,[536] a Área de Proteção Ambiental dos Morros do Leme e Urubu, Pedra do Anel, Praia do Anel e Ilha da Cotunduba[537] e Área de Proteção Ambiental da Prainha.[538] No ano seguinte, em 1991, eram criadas a Área de Proteção Ambiental de São José,[539] a Área de Proteção Ambiental do Várzea Country Clube[540] e a Área de Proteção Ambiental de Marapendi.[541] Por fim, em 1992, criou-se o Parque Natural Municipal do Penhasco Dois Irmãos;[542] o Parque Natural Municipal da Freguesia;[543] a Área de Proteção Ambiental do Morro da Saudade;[544] a Área de Proteção Ambiental do Morro dos Cabritos;[545] a Área de Proteção Ambiental do Bairro da Freguesia;[546] a Área de Proteção Ambiental das Brisas[547] e a Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Alto da Boa Vista.[548]

---

[535] Decreto 8.452 de 08/05/1989.

[536] Lei 1.540 de 15/01/1990.

[537] Decreto 9.779 de 11/12/1990.

[538] Lei 1.534 de 11/01/1990.

[539] Lei 1.769 de 01/10/1991

[540] Decreto 9.952 de 07/01/1991.

[541] Decreto 10.368 de 15/08/1991.

[542] Decreto 11.850 de 21/12/1992.

[543] Decreto 11.830 de 11/12/1992.

[544] Lei 1.912 de 28/09/1992.

[545] Lei 1.912 de 28/09/1992.

[546] Decreto 11.830 de 11/12/1992.

[547] Lei 1.918 de 05/10/1992.

A criação da APA das Brisas, em Pedra de Guaratiba, era uma antiga reivindicação das entidades ambientalistas do bairro. Sua criação partiu de uma proposta de lei do vereador Sirkis. Pretendia-se, a partir da APA, criar no local onde era a antiga cidade cenográfica da Rede Manchete, um parque municipal.

[548] Decreto 11.301 de 21/08/1992.

Outras ações também expressavam o fortalecimento da questão ecológica na cidade.

Em 1987, era criado na prefeitura o Programa de Reflorestamento e preservação de encostas.[549] Este programa autorizou o município a instalar hortos e herbários nos parques naturais, para, posteriormente, reflorestar as encostas.

Em 1991, a disciplina *Educação ambiental* tornava-se obrigatória no currículo das escolas de 1º grau do município.[550] Esta disciplina estaria centrada no desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental (tanto nos aspectos biofísicos quanto sociais, políticos, econômicos e culturais); assim como o desenvolvimento de atitudes que levam à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental.

Em 1991, às vésperas da realização da Rio-92, o governo do estado anunciava o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara que, infelizmente, até hoje não conseguiu resultados significativos.[551]

Em junho de 1992, Marcello Alencar anunciava que a sanção do Plano Diretor seria parte do calendário da Conferência Mundial do Meio Ambiente. Diferente dos projetos urbanísticos anteriores que resultaram em avenidas, aterros e túneis, o plano de 1992 se caracterizava pela preservação, recuperação e adequação da cidade ao conforto e qualidade de vida. Dentre as ações mais relevantes, o plano apontava a preservação como patrimônio paisagístico da orla marítima, de florestas, encostas, parques, além do tombamento como patrimônio cultural do conjunto arquitetônico da Cinelândia e da Esplanada do Castelo.[552]

A elaboração do Plano Diretor, assim como da Lei Orgânica, eram exigências definidas pela Constituição Federal de 1988 para cidades com mais de 20 mil habitantes.

---

Posteriormente, em 1993, era criado o Parque Natural Municipal do Mendanha (Lei 1.958 de 05/04/1993) e a Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Jequiá, na Ilha do Governador (Decreto 12.250, de 31/08/1993). Em 1994, não foi criada nenhuma APA.

[548] Decreto 12.250 de 31/08/1993

[549] Lei 1.590 de 27/08/1990.

[550] Lei 1.760 de 06/09/1991.

Hoje, o antigo 1º grau corresponde ao ensino fundamental.

[551] Jornal do Brasil, 11/07/1991.

[552] Jornal do Brasil, 04/06/1992.

Importante destacar que, dois anos antes, em abril de 1990, o mesmo Marcello Alencar sancionava a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro (em atendimento ao disposto na Constituição Federal de 1988), que, dentre suas muitas medidas, atualizou o regulamento de construção, causando grande impacto na indústria da construção civil.

A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro é uma espécie de constituição municipal. Por meio dela, diversas conquistas foram consolidadas:

- Consolidação do papel do legislativo como poder moderador do executivo, na legislação de uso do solo;
- Instituição de instrumentos de defesa da paisagem e da qualidade de vida, controle de poluição e utilização de áreas verdes;
- Extinção da Comissão do Plano da Cidade, criada por Marcos Tamoyo na década de 1970 e que até então permitira ao executivo a aprovação de licenças de obras em desacordo com a legislação, a pretexto de constituírem projetos especiais;
- Reformulação dos instrumentos de regulação urbanística, por meio da elaboração de um plano diretor, de um código de licenciamento e fiscalização e de um código de obras;
- Consagração do plano diretor como instrumento regulador dos processos de desenvolvimento urbano, e
- Criação de instrumentos para assegurar a função social da cidade e da propriedade tais como solo criado, imposto progressivo e desapropriação por interesse social.

Já a elaboração do Plano Diretor, por sua vez, era um marco fundamental no planejamento urbano brasileiro. Até sua promulgação, a definição de parâmetros urbanos era determinada por uma dinâmica pouco democrática, por meio de decretos do executivo, sem aprovação dos vereadores.

O Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro foi estabelecido por meio da Lei Complementar 16 de 04 de junho de 1992. Seu conteúdo segue as seguintes diretrizes: a prática de um planejamento urbano contínuo e a necessidade da revisão de toda a legislação urbanística pela Câmara, de modo a evitar arbitrariedades.

Com ele, foram criados os seguintes instrumentos de gestão do território urbano:

- Conselhos Municipais de política urbana, meio ambiente, proteção ao patrimônio, transporte, desenvolvimento econômico;
- Fundos municipais de desenvolvimento urbano, de conservação ambiental, transportes e sistema viário, de habitação popular e de desenvolvimento econômico, e

- Solo criado, operação interligada, urbanização consorciada, parcelamento e edificação compulsórios, desapropriação com pagamentos em títulos da dívida pública e imposto progressivo.[553]

Foi também, no plano diretor de 1992 que a proteção do patrimônio cultural e do meio ambiente foram divididas em dois instrumentos. Para o patrimônio cultural foi criada a APAC, área de proteção do ambiente cultural. Para o meio ambiente natural, permaneceu a APA, área de proteção ambiental. Na prática, a divisão em dois instrumentos representa a consolidação da importância destas duas disciplinas na gestão urbana.

Feito logo após a Constituição de 1988 e em diálogo com a sociedade civil (principalmente IAB, FAMERJ e FAFERJ), o Plano Diretor de 1992 tinha *ares democráticos*. Em seu conteúdo, destacava-se a compreensão da função social da cidade. Em outras palavras, seu conteúdo defendia uma gestão democrática da cidade por meio da ampla participação da sociedade civil no planejamento urbano. Era a consolidação, em um grande instrumento de regulação urbana, das práticas participativas apresentadas ao longo dos capítulos anteriores.

Infelizmente, a história tomou outro rumo logo em seguida com a consolidação da visão empresarial da gestão urbana, fruto da vitória da perspectiva neoliberal. Mas isso será visto mais adiante. Por ora, retornemos aos preparativos para a realização daRio-92.

Para receber as delegações internacionais que viriam com a Rio-92, uma série de intervenções em toda a cidade foram realizadas. Muitas delas ocorreram na região central. É interessante notar que, ao contrário do que vinha sendo pensado e praticado nos anos anteriores, nesse momento, não se tratava mais de um projeto global de revitalização da região, mas sim da execução de diversos projetos de recuperação pontuais; muitos já previstos no plano global.

---

[553] O solo criado permite a redução do potencial construtivo de toda uma região para um único pavimento que, para ser ultrapassado, implica na aquisição do direito de construir. Na prática, representa a partilha dos custos de urbanização com o capital imobiliário. A verba arrecadada comporia o Fundo Municipal de Habitação Popular.

As operações interligadas ou consorciadas consistem na alteração de padrões urbanísticos mediante contrapartida da iniciativa privada.

O imposto progressivo permitiria o aumento do IPTU para edificações em estado de abandono, que não cumprem a função social da propriedade. Este instrumento permitiria ao estado coibir a reserva de terrenos para especulação imobiliária.

Apesar de disponíveis desde 1992, os dois primeiros instrumentos foram utilizados somente recentemente, na Operação Porto Maravilha. Já o último, nunca foi regulamentado pelo poder executivo.

Em novembro de 1989, era implantado na Rua Uruguaiana um projeto-modelo de revitalização, com uma reforma completa da calçada e organização das barracas de camelôs.[554]

Em agosto de 1990, a prefeitura anunciava que iria executar uma obra de remodelação na Lapa, que ganharia novo visual. Com custo de 112 milhões de cruzeiros, a obra, cujo principal objetivo era transformar o local em ponto de atração cultural e lazer, criou um novo largo em frente à Sala Cecília Meirelles e um anfiteatro para eventos próximo aos Arcos da Carioca.[555]

Em novembro, a Associação de Comerciantes e Empresários da Travessa do Ouvidor divulgava um projeto de remodelação do logradouro, que passaria a seguir o padrão do restante do Corredor Cultural.[556]

Em outubro, a Embratur apresentava proposta para transformação da área entre o MAM e a Praça Mauá em centro turístico da cidade. Para tal, propunha a construção de um teatro anexo ao MAM, a reconstrução do Mercado Municipal, o tratamento paisagístico da Praça 15 e a criação de um *Trade Center* com terminal marítimo, hotel e shopping na área do Cais do Lloyd Brasileiro.[557]

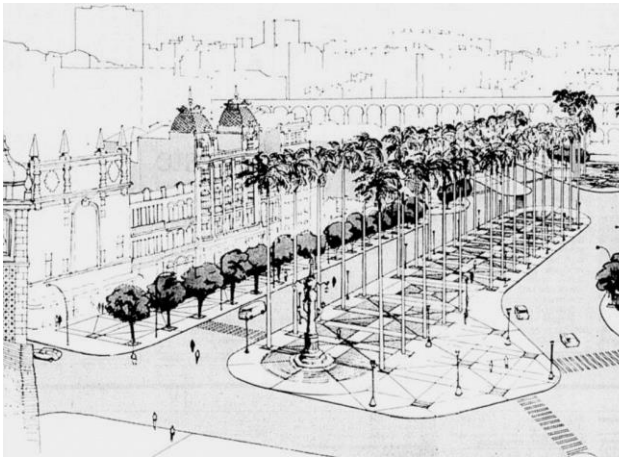


Figura 92 – O novo Largo da Lapa (Jornal do Brasil, 16/08/1990).

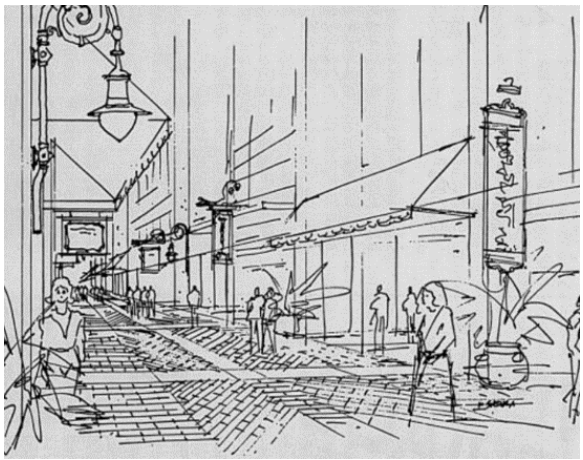


Figura 93 – A nova Travessa do Ouvidor (Jornal do Brasil, 01/11/1990).

[554] Jornal do Brasil, 06/11/1989.

[555] Jornal do Brasil, 16/08/1990.

O arquiteto responsável pelo projeto foi Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, o mesmo que idealizou o projeto Corredor Cultural.

[556] Jornal do Brasil, 01/11/1990.

A Travessa do Ouvidor está fora da área delimitada pelo projeto Corredor Cultural.

[557] Jornal do Brasil, 17/10/1990.

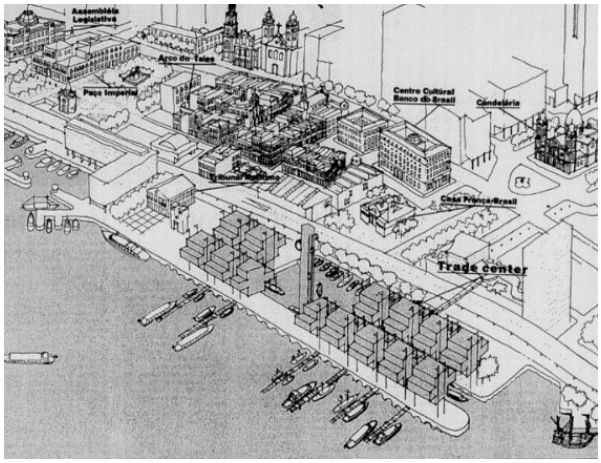



Figura 94 – O projeto do *Trade Center* Cais do Lloyd Brasileiro (Jornal do Brasil, 17/10/1990).

No embalo deste novo projeto de revitalização da Praça 15, uma discussão que já durava 18 anos, retornava à pauta: a transferência do Mercado de Peixe. Reforçava a discussão o fato de o novo plano diretor prever a criação de um novo polo pesqueiro para a cidade, longe dali, em Irajá.

Como o entreposto de pesca era atribuição federal, Marcello Alencar tentava formalizar com o Ministério da Agricultura a recuperação daquela que era uma das áreas mais nobres da cidade, transformada em verdadeira feira livre com a venda informal de peixes. Nas palavras do Secretário Municipal de Urbanismo Luiz Paulo Correa da Rocha: "o mercado [de peixes] desvaloriza e desorganiza a Praça 15 e sua transferência é fundamental para a revitalização do Centro".[558]

O posicionamento dos pescadores em relação à transferência não era alinhado. O Sindicato dos Armadores permanecia contra a transferência e acusava a prefeitura de querer tirá-los de lá em função da Rio-92. Já o Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro defendia a construção de um mercado na Ilha da Conceição, em Niterói.

[558] Jornal do Brasil, 22/02/1991.



Figura 95 - A venda de peixe na Praça 15 (Jornal do Brasil, 22/02/1991).



Figura 96 – A venda do peixe embaixo do antigo Viaduto da Perimetral (Jornal do Brasil, 22/02/1991).

Em junho de 1991, chegavam na fase final as obras de reurbanização do Largo da Lapa. Também estavam previstas para serem iniciadas ainda naquele ano a reurbanização da Uruguaiana, Largo de São Francisco e Praça Paris.[559]

Em agosto era iniciada a obra de recuperação do traçado original da Cinelândia modificado pelas obras do metrô na década de 1970. Previsto para ser concluída em fevereiro de 1992, a obra estimada em 350 milhões de incluía a reordenação dos camelôs em todo o bairro. Participavam da reorganização daquele comércio associações comerciais, associações de vendedores ambulantes e a Associação de Moradores e Amigos da Cinelândia.[560]

Estudava-se, também, a reurbanização do Largo da Carioca. A ideia, segundo Marcello Alencar, era transformar a área em uma grande praça com restaurantes e proibir o estacionamento no local.

[559] Jornal do Brasil, 18/06/1991.

[560] Jornal do Brasil, 10/08/1991.

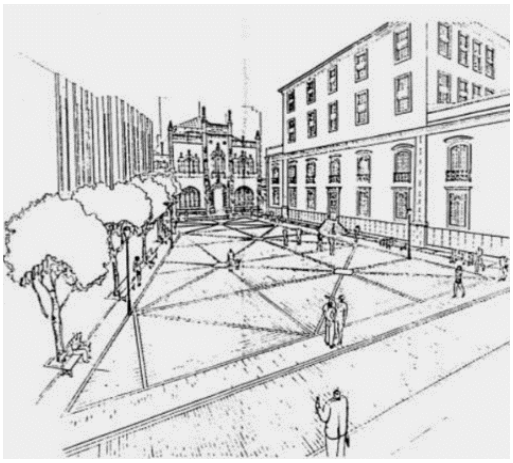


Figura 97 – O projeto de reurbanização do Largo de São Francisco (Jornal do Brasil, 18/06/1991).

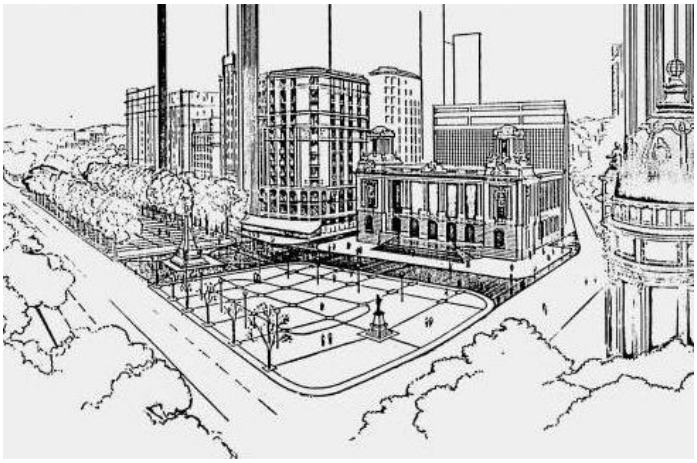


Figura 98 – O projeto de reurbanização da Cinelândia (Jornal do Brasil, 10/08/1991).

A revitalização do Centro ia ganhando novas frentes. Em setembro de 1991, o poder judiciário anunciava que a antiga sede do Supremo Tribunal Federal na Cinelândia seria restaurada e transformada em centro de estudos jurídicos.[561] Em janeiro de 1992, a prefeitura anunciava que o Teatro Carlos Gomes, fechado desde 1988, seria reformado.[562]

Em dezembro de 1992, ficavam prontas as obras de recuperação dos Largos de São Francisco e da Carioca, além da Cinelândia.[563]




Figura 99 – Obras de reurbanização do Largo de São Francisco (Jornal do Brasil, 27/10/1992).

[561] Jornal do Brasil, 19/09/1991.

[562] Jornal do Brasil, 10/01/1992

A reforma deste teatro estava nos planos da prefeitura desde a gestão Saturnino Braga, mas com a falência da cidade, nenhuma empresa privada havia se interessado em investir.

[563] Jornal do Brasil, 27/10/1992.



Figura 100 - Largo da Lapa, reurbanizado (Jornal do Brasil, 29/12/1991).



Figura 101 - Rua Uruguaiana, sem camelôs, com bancos de pedra e jardineiras (Jornal do Brasil, 29/12/1991).



Figura 102 – O projeto Rio-Orla, que alterou a paisagem das praias (Jornal do Brasil, 29/12/1991).



Figura 103 – As obras de construção da Linha Vermelha (Jornal do Brasil, 29/12/1991).

Ao final de 1991, Marcello Alencar comparava as obras de preparação da cidade para a Rio-92 com as obras realizadas por Pereira Passos no início do século 20. Marcello falava que a prefeitura havia devolvido ao carioca praças e avenidas reurbanizadas com olho no lazer gratuito e na Rio-92. Destacava também a revitalização do Centro que retirou os camelôs das ruas Uruguaiana, Sete de Setembro e Carioca; assim como as obras do calçadão de Bangu, recuperação da Quinta da Boa Vista e do Zoológico, além do início da construção do Parque da Maré. Destacava, ademais, a recuperação do Largo da Lapa, das praças Serzedelo Correa, Lido e Paris, a despoluição do Túnel Santa Bárbara, a reurbanização de 30 km de orla e a construção de três viadutos em Rocha Miranda, Pavuna e Padre Miguel. E, por fim, um projeto que havia

demorado 25 anos para sair do papel, a construção da Linha Vermelha, com 7,2 km ligando Ilha do Governador a São Cristóvão.[564]

A construção da Linha Vermelha foi anunciada por Marcello Alencar no início de 1991 e foi possibilitada pela retomada do diálogo entre esferas federal e estadual. A via que conectaria o Centro à Duque de Caxias, deveria ser inaugurada para a realização da Rio-92.[565]

A Linha Vermelha é uma das vias expressas prevista no projeto das linhas policrômicas, apelido pelo qual ficou conhecido o Plano Rodoviário elaborado pelo DER (Departamento de Estradas e Rodagens) em 1969. O plano foi divulgado em 1971 e, na época, contava inicialmente com quatro linhas:

- A Linha Vermelha que ligaria a zona sul ao aeroporto internacional,
- A Linha Verde que ligaria a Rodovia Dutra à Lagoa,
- A Linha Amarela que ligaria a Barra da Tijuca à Ilha do Fundão e
- A Linha Azul que ligaria o Recreio dos Bandeirantes à Rio Petrópolis.

Em 1973, surgia o projeto da Linha Marrom, que ligaria Avenida Presidente Vargas à Santa Cruz, e, por fim, a Linha Lilás, oriunda do Plano Agache, que ligaria Laranjeiras ao Porto.

As obras de construção das linhas policrômicas começaram em 1972, com a abertura do Túnel Noel Rosa, parte da Linha Verde. Por falta de verbas, as obras de extensão desta linha ficam paralisadas a partir de 1977. A partir de então, o projeto das linhas policrômicas só seria retomado na década de 1990.

As negociações para a construção da Linha Vermelha se iniciaram em novembro de 1991.[566] Sua construção demandou a elaboração de uma revisão do PEU de São Cristóvão, aprovado apenas quatro anos antes e que não permitia intervenções daquela proporção no bairro.

---

[564] Jornal do Brasil, 29/12/1991.

[565] Jornal do Brasil, 02/06/1991.

[566] Jornal do Brasil, 10/11/1991.

Esta não fora a primeira vez que se tentava construir a Linha Vermelha. Em 1987, o governo Sarney lançara edital com participação da iniciativa privada para sua construção, mas a concorrência acabou não sendo realizada. No ano seguinte, em 1988, elaborar-se-ia um novo traçado para a via e, em 1989, seria aprovado na ALERJ projeto que permitia ao governo estadual a abertura de concorrência para sua construção (Jornal do Brasil, 10/09/1994).

Ao final de 1991, era aprovado o novo traçado da Linha Vermelha e, em junho de 1992, Collor e Brizola participavam, juntos, da cerimônia de início das obras, que haviam começado já em abril. A via expressa, em sua totalidade, só seria inaugurada em setembro de 1994. Contudo, o trecho aeroporto / zona sul foi inaugurado em 30 de abril de 1992, a tempo de atender às delegações da Rio-92.[567]

Além das obras do Centro e da construção da Linha Vermelha, a preparação da cidade para a Rio-92 interferiu em outros bairros. Uma das intervenções mais polêmicas foi o Projeto Rio Orla, que reurbanizou a orla das praias cariocas.

A orla das praias de Copacabana, Ipanema, Leblon, São Conrado e Barra da Tijuca era definida como APA desde 1988, quando o vereador Wilson Leite Passos do PDS apresentou à Câmara projeto de lei para proteger o calçadão e o areal de novas construções.[568] Segundo o próprio vereador, a APA foi proposta como reação à instalação de barracos que serviam "para negociações de produtos roubados, tráfico de drogas, motel de última categoria e até de esconderijo para assaltantes" nas areias da Praia de Copacabana.[569]

Mas foi na década de 1990, quando prefeitura e IAB promoveram, juntos, um concurso nacional para selecionar um projeto urbanístico da orla marítima, o Projeto Rio Orla, que esta APA se tornou polêmica.[570]

As críticas vieram rápido. Um mês após o anúncio do edital, oito associações de moradores acusavam a prefeitura e o IAB de não respeitarem a APA ao proporem a construção

---

[567] Jornal do Brasil, 10/09/1994.

[568] A APA da Orla Marítima foi criada pela Lei 1.272 de 06/07/1988.

Em 1988 a Câmara dos Vereadores criou três APAs: a já mencionada APA da Orla Marítima, a APA da Pedra Branca (Lei 1.206 de 28/03/1988) e a APA da Orla da Baía de Sepetiba (Lei 1.208 de 28/03/1988).

[569] Jornal do Brasil, 14/06/1988.

Na época, a ocupação irregular das areias chegou a provocar a abertura no SPHAN de um processo de tombamento da Orla Marítima do Município do Rio de Janeiro como patrimônio natural. O processo 1.254 no momento consta como pendente.

[570] Jornal do Brasil, 08/06/1990.

O concurso lançado por Marcello Alencar dividia a orla em trechos: trecho 1, da Barra ao Recreio e trecho 2, do Leme a São Conrado. As propostas apresentadas deveriam:

- Estabelecer critérios para ocupação da orla (incluindo faixa de areia, calçadas e pistas),
- Definir desenhos de quiosques, bancos, aparelhos esportivos, ciclovias, estacionamento e paisagismo, e
- Definir padrão para propaganda e sinalização.

As propostas seriam avaliadas por uma comissão julgadora composta pelo IAB, Iplan e CMPC.

definitiva de estabelecimentos comerciais na orla.[571] Em reposta, o IAB afirmava que o edital havia sido apresentado a representantes da FAMERJ e de associações de moradores e que estranhava o fato de que, somente após o período de debates, as associações de moradores exigissem participação.

> As críticas ao concurso não têm fundamento, porque é exatamente ele que está permitindo que as pessoas tenham oportunidade de pensar e discutir as formas de estabelecer padrões para a ocupação da orla. Sem o concurso, essa ocupação continuará desordenada, como ocorre atualmente, ou será dado ao problema uma solução de gabinete, o que não interessa à comunidade.[572]

Em setembro de 1990, Marcello Alencar aprovava o projeto vencedor do concurso de reurbanização da orla marítima, de autoria do engenheiro Sergio Moreira Dias. O projeto aprovado propôs a construção de um novo passeio na Barra da Tijuca e a reconstituição dos desenhos originais dos calçadões de Copacabana, Ipanema e Leblon. O projeto previu, ademais, a construção de uma ciclovia que atravessaria os terrenos do Forte de Copacabana, conectando as praias de Ipanema e Copacabana.[573]

Em janeiro de 1991, o governo do estado (ainda sob a gestão de Moreira Franco) interfere na polêmica tentando impedir o projeto Rio Orla com o rápido tombamento provisório do conjunto urbano e paisagístico das praias de Copacabana, Ipanema e Leblon.[574]

[571] Manifestaram-se as associações de moradores do Leme, Praça Cardeal Arcoverde, Posto 4 e 5, Posto 6 e Arpoador, Ipanema, Leblon, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes.

[572] Depoimento de André Solti, representante do IAB (Jornal do Brasil, 05/07/1990).

[573] Jornal do Brasil, 11/09/1991

[574] Com argumentos puramente paisagísticos e arquitetônicos, o processo E-18/000.030/1991 foi aberto em 09/01/1991 e o tombamento publicado em 25/1/1991.




Figura 104 - Desenho do cartunista Millôr criticando Marcello Alencar por desrespeitar o tombamento do INEPAC dos canteiros e árvores da orla marítima (Jornal do Brasil, 03/08/1991).

Além do executivo estadual, a câmara dos vereadores também tentou impedir a execução do projeto Rio Orla.

Em 1991, a disputa tornava-se judicial: o Vereador Wilson Leite Passos (aquele que havia proposto a APA) impetrou ação contra a prefeitura para cumprimento da lei que declarou a APA da Orla Marítima.[575]

As críticas não paravam. Em agosto de 1991, Roberto Burle Marx, membro do Conselho Estadual de Tombamento, reclamava que o projeto não havia sido submetido ao INEPAC – cabe lembrar que Burle Marx era o autor do projeto do paisagismo do calçadão de Copacabana e, de alguma forma, estava se opondo publicamente a uma modificação em seu desenho. A seção de carta dos leitores do Jornal do Brasil publicava textos indignados com o desrespeito da Prefeitura pelo tombamento da área.[576]

Diante da polêmica, o Iplan, responsável pela execução das obras, defendia publicamente o projeto, apontando que em nenhum momento o edital desrespeitara a legislação da APA que previa construções de interesse público no calçadão, desde que aprovadas pelo CMPC.

[575] Jornal do Brasil, 10/07/1991.

[576] Jornal do Brasil, 08/08/1991 e 16/08/1991.

Finalmente, ao final de agosto de 1991, era derrubado o embargo e as obras voltariam a ser executadas.[577] E o projeto seria inaugurado a tempo para a realização da Rio-92.[578]




Figura 105 – Obras do projeto Rio Orla em Copacabana (Jornal do Brasil, 31/08/1991).

Mas retornando à causa ecológica, nas páginas seguintes, contarei algumas de suas histórias.

## A LUTA ECOLÓGICA NO RECREIO DOS BANDEIRANTES

A ocupação efetiva da Baixada de Jacarepaguá iniciou-se na década de 1970, após a aprovação, em 1969, do Plano Piloto de Urbanização e Zoneamento.[579] Uma das propostas de Lucio Costa, autor do plano, era conciliar a urbanização da região com a preservação de características naturais. Segundo o plano, monumentos naturais como a Pedra de Itaúna e os Morros do Urubu, Portela, Amorim, Rangel e Pedra da Panela, deveriam ser preservados sob o ponto de vista paisagístico.

Em atendimento a esta diretriz, em junho de 1980, eram tombados provisoriamente pelo INEPAC o Morro Dois Irmãos, a Pedra da Panela, o Morro do Portelo, o Morro do Cantagalo,

[577] Jornal do Brasil, 22/08/1991 e 31/08/1991.

[578] Foi o projeto Rio Orla que instalou nos calçadões das praias quiosques e ciclovia.

[579] A elaboração do Plano Piloto antecipou-se à ocupação da região, acelerada após a abertura da Autoestrada Lagoa-Barra e dos túneis do Joá e Dois Irmãos.

O Plano foi aprovado em 1969, por meio do Decreto Lei 42/1969 e do PAA 5.596.

Após sua aprovação, o plano tornou-se regulamento por meio da publicação do Decreto 324 de 1976, que estabeleceu as normas para o uso e a ocupação do solo na área da chamada Zona Especial 5, pouco tempo após a publicação do já mencionado Decreto 322/1976. Até 1981, quando passou à Secretaria Municipal de Planejamento, a gestão desta região era feita por meio da Sudebar, a Superintendência de Desenvolvimento da Barra da Tijuca, criada em 1974.

e o Morro do Amorim. O tombamento havia sido solicitado pelo Subsecretário Municipal de Planejamento, "baseado principalmente em aspectos paisagísticos e ambientais de interesse comunitário".[580]

Quase dez anos após as preservações (e 20 anos após o Plano Lucio Costa), na virada para a década de 1990, moradores da região se mobilizavam em torno da defesa do patrimônio ecológico do bairro, tanto o já tombado quanto aquele que ainda não tivera qualquer medida de proteção. É o caso da conservação da Pedra de Itaúna, da mobilização pela criação da APA da Lagoa de Marapendi em 1991 e da APA da Prainha em 1990.

A mobilização pela recuperação paisagística da Pedra de Itaúna começou ainda em outubro de 1987, quando moradores vizinhos identificaram a presença de caminhões que descarregavam entulho no local, para aterrar um pequeno brejo na área tombada junto à Avenida das Américas.[581] O responsável pelo aterro era Pasquale Mauro, um dos grandes proprietários de terras da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes.

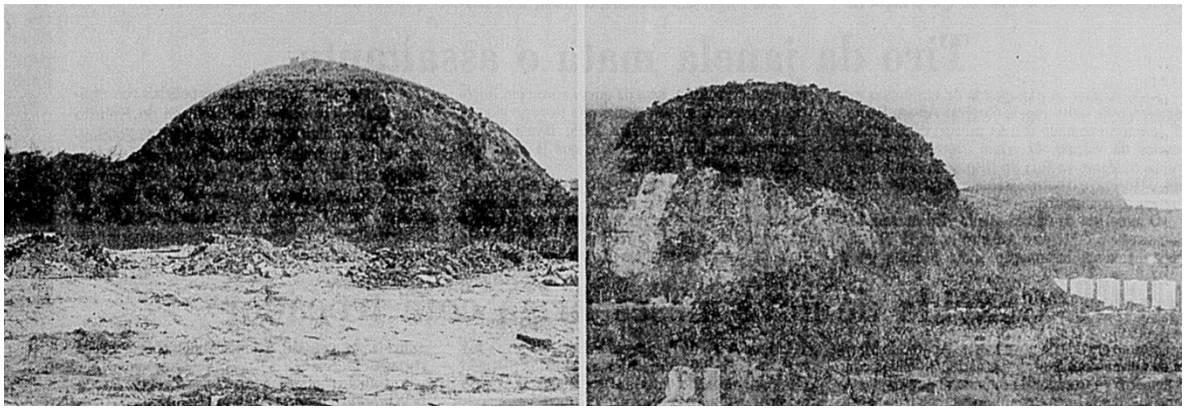


Figura 106 - Pedra da Panela e Pedra de Itaúna, respectivamente, cercadas de lixo e entulho para realização de aterro (Jornal do Brasil, 04/11/1989).

Em reação, moradores abriram uma ação civil pública para impedir a continuação do aterro. Caso vitoriosa, a ação obrigaria Pasquale Mauro a recuperar o brejo aterrado.[582] Ademais, pensavam em impetrar outra ação, esta contra a Rede Globo de Televisão, que havia

[580] Processo E-03/001.924/1980. O tombamento definitivo foi publicado em 04/01/1983.

Houve, em 1972, um processo semelhante de tombamento, mas que foi extraviado. A abertura do processo em questão em 1980 era uma recomposição do processo original. Importante destacar que a proposta de tombamento em 1972 ocorreu antes da ocupação da Baixada de Jacarepaguá e era, portanto, preventivo.

[581] Jornal do Brasil, 04/11/1989.

A mesma reportagem informa que, em 1987, no cume da Pedra de Itaúna permanecia um suporte de outdoor que diz "aceita-se aterro".

[582] Jornal do Brasil, 04/11/1989.

instalado na Pedra uma antena refletora, para ajudar na transmissão dos grandes prêmios de Fórmula 1 do Autódromo de Jacarepaguá.[583]

Em 1989, cansados das agressões ao ecossistema da Pedra de Itaúna, moradores do condomínio vizinho decidiram bancar do próprio bolso iniciativas para sua preservação. Cercaram a área tombada e custearam um projeto de recomposição da paisagem elaborado conjuntamente com a Feema e o INEPAC.[584] Ao final de 1989, haviam sido plantadas 1.500 árvores no local.[585]

A preservação ambiental do entorno da Pedra de Itaúna só viria em 1995, com a criação de uma área de preservação permanente e do Parque Municipal Bosque de Jerusalém.[586]

> A tônica da ação do condomínio é a participação comunitária em defesa de um monumento tombado que é de toda a coletividade. A nossa preocupação é preservar o verde.[587]

No mesmo ano de 1989, um anúncio evidenciava uma ameaça ao ecossistema da Prainha, na época, uma praia selvagem no Recreio dos Bandeirantes: a Construtora Santa Isabel planejava construir ali um condomínio de casas e 10 blocos de apartamentos com até 16 pavimentos, um deles um hotel.[588]

Imediatamente, surfistas e defensores da causa ecológica se mobilizaram contra o projeto. Em outubro de 1989, duas manifestações foram realizadas: uma na própria Prainha e outra na frente da sede da construtora, no Leblon.[589]

> Contrariamos interesses poderosíssimos e fomos vitoriosos.[590]

---

[583] Jornal do Brasil, 04/11/1989.

[584] A cooperação entre Feema e INEPAC para conservação de bens naturais foi formalizada em 1988 (Jornal do Brasil, 18/08/1990).

[585] Jornal do Brasil, 01/11/1989.

[586] Lei 2.331 de 28/06/1995.

[587] Pedro Paulo Dapoian, presidente da Sociedade dos Moradores e Amigos de Pedra de Itaúna (Jornal do Brasil, 04/11/1989).

[588] Um dos argumentos dos empresários era de que a ocupação pelo empreendimento evitaria a favelização do local.

[589] Jornal do Brasil, 03/11/1989.

[590] Carta de Sirkis em Jornal do Brasil, 26/01/1990.

A polêmica rapidamente chegou à Câmara dos Vereadores. Ao final de outubro de 1989, o vereador da oposição Alfredo Sirkis,[591] do Partido Verde (PV), apresentou no plenário um projeto de lei para transformar a Prainha em APA;[592] projeto que seria aprovado em meados de dezembro.[593] Pouco menos de um mês depois, Marcello Alencar sancionava a o projeto de criação da APA da Prainha.[594] Cabe apontar que Marcello Alencar abraçou a causa ecológica e chegou a sancionou diversas APAs na cidade.

A mobilização de moradores da região e frequentadores da Prainha não se esgotou com a criação da APA. Ao contrário, ao longo do ano de 1990, a luta tomou como objetivo a conservação e ordenação da área: "Basicamente o que queremos é impedir o estacionamento na areia, passando-o exclusivamente para o outro lado da pista, além da implantação de redutores de velocidade, lixeiras feitas com manilhas, dois pórticos informativos na entrada e na saída, retirada do capim colonião e replantio da vegetação original de restinga", detalhava Sirkis.[595]

A mobilização conquistou frutos: um projeto de urbanização, elaborado pelo Iplan-Rio. "Trata-se de uma nova etapa do movimento ecológico. Antigamente, o movimento só fazia protestos e, eventualmente, impedia as agressões ambientais. Agora, junto com o poder público, estamos prestes a pôr em prática a preservação de uma área verde", disse Sirkis.[596]

Após um tempo parado, em abril de 1992, a RioUrbe implantava, finalmente, o projeto de urbanização da Prainha com a criação de cinco áreas de estacionamento (para tirar os carros

[591] Alfredo Sirkis, jornalista, foi líder estudantil e membro da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), onde participou da luta armada contra o regime civil-militar. Após retornar do exílio, abraçou a causa ambiental e foi um dos fundadores do Partido Verde brasileiro.

Foi vereador em quatro mandatos, o primeiro em 1988. Em 1993, assumiria como Secretário Municipal de Urbanismo de Cesar Maia, assunto que será tratado mais à frente neste texto.

[592] Jornal do Brasil, 03/11/1989.

Havia o questionamento, na época, de que a Prainha deveria ter sido parte da APA de Grumari, delimitada em 1986 pela Lei Municipal 944.

[593] Jornal do Brasil, 13/12/1989.

[594] A APA foi criada pela Lei Municipal 1.534 de 11/01/1990.

Mesmo com a criação da APA, foi aberto em 1990 no SPHAN um processo de tombamento do patrimônio natural e conjunto paisagístico natural formado pela área da Prainha, Recreio dos Bandeirantes e Grumari. O processo de número 1.308 encontra-se até hoje em fase de instrução.

[595] Jornal do Brasil, 07/05/1990.

[596] Jornal do Brasil, 08/09/1990.

da areia) e de um caminho de saibro que ligava a Prainha à Praia do Pontal. Ademais, executava-se uma recuperação da flora local, danificada pelo estacionamento de carros.[597]

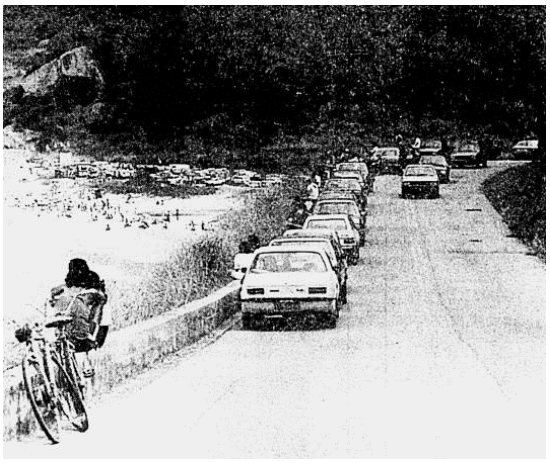


Figura 107 – Carros estacionados na pista (Jornal do Brasil, 08/09/1990).



Figura 108 – Carros estacionados na areia da Prainha (Jornal do Brasil, 01/04/1992).

O sucesso da proteção e recuperação da Prainha, incentivou novos movimentos ecológicos, um deles foi o movimento pela preservação da Lagoa de Marapendi: uma área de restinga praticamente intocada na década de 1980.

Em fevereiro de 1990, uma grande mortandade de peixes deixaria evidente a agressão ao ecossistema da Lagoa de Marapendi. Uma equipe da faculdade de oceanografia da UERJ identificou a razão: 95 tubulões de esgoto despejando esgoto in natura na Lagoa.[598]

Em agosto de 1990, em reação à crescente agressão ao ecossistema da Lagoa, corria na Câmara Municipal um projeto de lei de autoria do vereador Alfredo Sirkis para criação da APA do Parque Zoobotânico de Marapendi; elaborado com ajuda de cientistas, do IAB, da associação de moradores da Barra e do Grupo SOS-Verde.[599] Poucos meses após a apresentação do projeto,

---

[597] Jornal do Brasil, 01/04/1992.

Em 1999, seria criado e delimitado o Parque Municipal Ecológico da Prainha (Decreto 17.426 de 25/03/1999)

[598] Jornal do Brasil, 22/02/1990.

A solução técnica defendida pela Cedae para evitar o despejo de esgoto na Lagoa era a construção de um Emissário Submarino para a Barra da Tijuca. Contudo, sua construção aguardava, desde 1988, uma decisão judicial da 15ª Vara Federal, na qual brigavam a AMABARRA e Cedae.

A polêmica que se tornou ação judicial havia se iniciado em 1982. A Cedae defendia como solução a construção do emissário junto a uma unidade de tratamento de esgoto preliminar, enquanto a AMABARRA defendia uma estação de tratamento primário, que teria maior capacidade. A disputa foi para a Justiça em 1985, quando a AMABARRA impetrou ação civil pública contra a Cedae.

O Emissário Submarino da Barra da Tijuca foi inaugurado somente em 2006.

[599] Jornal do Brasil, 29/08/1990.

eram apresentadas na Câmara duas propostas de substitutivo, uma elaborada pelo vereador Jorge Pereira do PASART[600] e outra de autoria dos vereadores Vagner Siqueira e José Richa do PSDB, ambas previam para o local a construção de um polo turístico.[601]

Um ano depois, em agosto de 1991, era aprovada a APA do Parque Zoobotânico da Lagoa de Marapendi, assinada por Marcello Alencar à beira da lagoa, na Marina do Condomínio Novo Leblon. Na ocasião, o prefeito, elogiou os ecologistas "capazes de enfrentar lutas como esta, contra interesses tão poderosos, como o das grandes construtoras, para quem cada metro do contorno da lagoa vale ouro".[602]

Apesar da criação da APA, a proposta de instalação de um polo turístico na área retornou à discussão na câmara poucos meses depois, em novembro de 1991, quando foi apresentada, como emenda ao Plano Diretor, o chamado "pacote antiecológico". A emenda, de autoria do vereador Ivo da Silva do PTR, propunha a extinção de todas as APAs criadas por decreto após 1990. Caso aprovada, a proposta extinguiria não somente a APA da Lagoa de Marapendi, mas também as do Lido, da Prainha, dos Morros do Leme e Urubu, Pedra do Anel, Praia do Anel e Ilha da Cotunduba e do Várzea Country Clube. Além disso, uma das emendas apresentadas propunha a modificação do gabarito de toda a região da Lagoa de Marapendi de 5 para 15 andares.[603]

Somavam-se ao coro em prol do polo turístico personagens como Tjong Hiong Oci, mais conhecido como "o chinês da Barra", cujo assessor dizia: "Acreditamos que uma ocupação criativa e inteligente para a APA de Marapendi seria a construção de hotéis tipo resort, que teriam interesse em defender as características ambientais da área. [...]Nosso medo é que a falta de definição sobre a utilização da APA de Marapendi transforme em favela uma das áreas mais nobres do Rio".[604]

---

[600] Jornal do Brasil, 20/11/1990.

[601] Jornal do Brasil, 15/08/1991.

A proposta de criação de um polo turístico no local não era nova, mas datava de 1978. A proposta apresentada em 1991 previa a construção de edificações de até 30 pavimentos.

[602] Jornal do Brasil, 15/08/1991 e 16/08/1991.

[603] Jornal do Brasil, 23/11/1991.

A emenda foi apresentada pelos seguintes vereadores: Beto Gama do PS, Carlos de Carvalho do PTB, Ivo da Silva do PTR, Jorge Pereira do PASART, Carlos Alberto Torres do PRN, Nestor Rocha do PDT e Paulo César de Almeida do PTB.

[604] Jornal do Brasil, 11/12/1991.

Entrevista de José Araújo Koff, assessor de Hiong na empresa saneadora territorial agrícola.

Em dezembro de 1991, representantes de diversas associações de moradores e de surfistas fizeram uma manifestação contra as emendas: passaram a manhã do dia 8 distribuindo panfletos na Praça do Ó, na Barra da Tijuca.[605]

O polo turístico nunca foi construído. Contudo, infelizmente, as agressões ao ecossistema da Lagoa de Marapendi continuam até hoje.

## A APA São José

Em 1991, uma grande mobilização resultou na criação da APA São José, entre Laranjeiras e Catete, no que era reconhecido como um dos "grandes bolsões verdes da zona sul", nos Morros Nova Cintra e São Judas Tadeu.[606]

A ideia da criação da APA partiu da Associação de Amigos do Mercado São José das Artes, a AMJA. De acordo com os moradores, o objetivo era evitar a ocupação da área verde por favelas, dar uma destinação cultural a uma edificação abandonada no alto do Parque Guinle e preservar o casario da rua Pedro Américo e da Rua Tavares Bastos.[607]

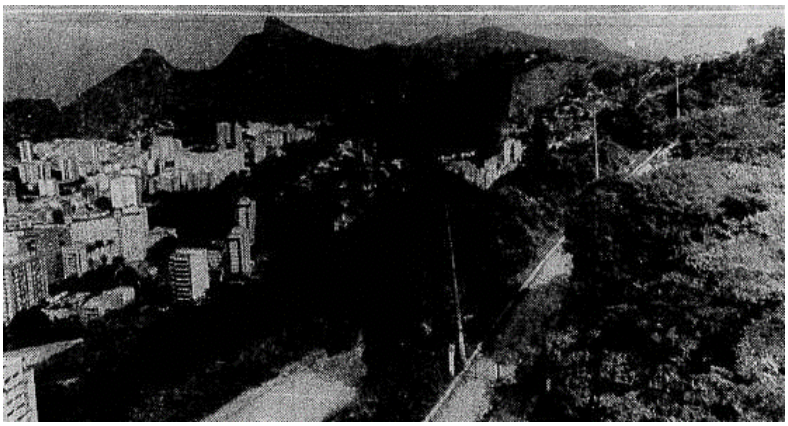


Figura 109 – A área verde dos Morros Nova Cintra e São Judas Tadeu (Jornal do Brasil, 12/09/1991).



Figura 110 – A edificação abandonada no Parque Guinle (Jornal do Brasil, 12/09/1991).

Tjong era um dos maiores proprietários de terras no entorno da Lagoa, junto com Pasquale Mauro e a Carvalho Hosken Engenharia, que possuía mais da metade da área delimitada pela APA.

Tjong chegou a propor realizar a dragagem da lagoa a custo zero para a prefeitura, para sensibilizar o poder público para a possibilidade de construção do polo turístico no local.

[605] Jornal do Brasil, 07/12/1991 e 09/12/1991.

[606] Jornal do Brasil, 16/05/1991.

[607] Jornal do Brasil, 16/05/1991.

Foi na luta pela preservação do Mercado São José das Artes que nasceu a AMJA. Tudo começou em 1983, quando o mercado foi desativado para a construção de um edifício. Uma grande campanha foi iniciada pelos moradores de Laranjeiras para evitar sua demolição, principalmente quando, em 1987, o mercado passou a ser usado como depósito de carros.

> A Associação de Moradores e Amigos de Laranjeiras – AMAL, há mais de dois anos vem tentando encontrar uma solução para o abandonado imóvel da Rua das Laranjeiras (equina da Rua Gago Coutinho), onde anteriormente funcionava o Mercado São José. [...] A associação deseja vê-lo preservado e recuperado. Assim pensado, esboçamos, juntamente com outas entidades, um projeto de ocupação do mesmo. Solicitamos a esse Conselho o tombamento provisório do referido imóvel, para que possamos dar seguimento ao nosso projeto, de interesse comunitário, e que protegerá o nosso mercadinho da especulação imobiliária, monstro que hoje ronda toda a cidade do Rio de Janeiro.[608]

A resposta da prefeitura foi rápida e, apenas sete meses após o pedido, em março de 1988, Saturnino Braga assinava o decreto de tombamento provisório do prédio.[609]




Figura 111 – Panfleto de divulgação do Seminário Mercado São José (Acervo IRPH).

Três meses após o tombamento, o destino do edifício foi decidido durante um seminário na Universidade Santa Úrsula. "A comunidade do bairro optou então pela transformação do espaço num centro múltiplo de cultura, resgatando também sua função de mercadinho".[610] Em dezembro de 1989, foi assinado um termo de cessão de uso do local por 10 anos e a "associação

[608] Processo 12/001.790/1987.

[609] Decreto 7.483 de 14/03/1988.

O tombamento definitivo foi publicado pela Lei 2.263 de 16/12/1994. A iniciativa partiu, mais uma vez, da AMJA.

[610] Jornal do Brasil, 13/09/1991.

ficou responsável pela restauração do mercado e sua transformação em centro cultural".[611] No início de 1990, a AMJA solicitava à prefeitura apoio para realização das obras e, em abril de 1990, inaugurava-se o Mercado São José das Artes.[612]

Cerca de um ano após sua inauguração, a AMJA apresentava ideias mais ousadas: propunha a criação de uma APA que protegesse a vegetação dos morros próximos e a criação de um centro cultural e de educação ambiental, que seria o primeiro Núcleo Ambiental do Rio de Janeiro.[613]

> A menina dos olhos do projeto é a recuperação da construção abandonada.[614]

O primeiro Núcleo Ambiental do Rio de Janeiro seria construído em uma edificação abandonada localizada no alto do Parque Guinle.[615] As obras de construção da edificação, do que seria um clube exclusivo para empresários homens, haviam sido interrompidas em 1969, quando da falência da construtora Civia S.A., de Eduardo Guinle. Desde então, a edificação ficara abandonada e estaria "sendo usada para tortura de menores, segundo denúncia do documentário *Guerra dos Meninos*, de Sandra Wer".[616]

Iniciativa bem diferente dos casos encontrados durante a pesquisa, no caso da elaboração da APA São José, participaram enquanto aliados, a AMAL, a AMJA e o Conselho de Moradores da Favela Tavares Bastos. Além do caso da luta pela preservação dos bondes elétricos de Santa Teresa, acredito que este foi o único outro caso identificado ao longo da pesquisa de parceria entre associações de moradores de bairros e associações de moradores de favelas.[617]

> Aqui ninguém derruba uma árvore ou deixa violentar o meio ambiente. Esperamos que a área seja transformada em APA e o prédio aproveitado para

[611] Jornal do Brasil, 21/04/1992.

[612] Processo 12/000.627/1990.

[613] Jornal do Brasil, 16/05/1991.

[614] Depoimento de Sirkis (Jornal do Brasil, 16/05/1991).

[615] O núcleo ambiental seria ponto de convergência de informações dispersas em órgãos como Feema, Fundação Instituto Estadual de Florestas, Museu Nacional e Fundação Parques e Jardins.

[616] Jornal do Brasil, 21/08/1991.

[617] No caso da mobilização pela preservação dos bondinhos de Santa Teresa, as associações de moradores de favela da região não foram protagonistas, mas sim um apoio à mobilização liderada pela AMAST.

> o bem da comunidade, quer seja com escola, centro de saúde, ou centro profissionalizante.[618]
>
> A maior das prendas naturais da região: o espirito combativo da comunidade local, sobretudo na Favela Tavares Bastos, cuja consciência ambiental e urbana impediu que através de anos, uma árvore sequer fosse derrubada em suas vizinhanças.[619]

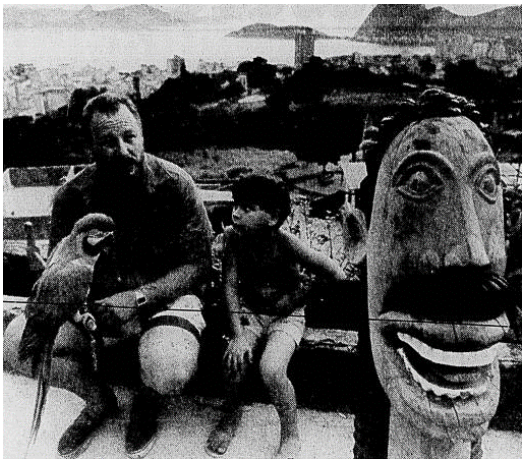


Figura 112 – O inglês Bob, morador da Favela Tavares Bastos (Jornal do Brasil, 27/12/1991).



Figura 113 – Antônio Eusébio Inácio, líder comunitário da Favela Tavares Bastos (Jornal do Brasil, 27/12/1991).

Em agosto de 1991, as vésperas da votação do projeto de lei na Câmara, a AMJA promoveu uma caminhada ecológica pela mata de Laranjeiras para celebrar a possível criação da APA. O evento também contou com aula de tai chi chuan, exibição do grupo de dança e apresentação de canto coral.[620]

Finalmente, em outubro de 1991, era aprovada na Câmara dos Vereadores a APA São José.[621] Já o tombamento definitivo do Mercado São José ocorreria somente alguns anos depois, em 1994.[622]

Em 2018, a AMJA perdeu a cessão do imóvel que, desde então, encontra-se fechado.

---

[618] Depoimento de Antônio Euzébio, presidente do Conselho de Moradores da Favela Tavares Bastos (Jornal do Brasil, 25/08/1991).

[619] Jornal do Brasil, 12/09/1991.

[620] Jornal do Brasil, 23/08/1991 e 25/08/1991

[621] Lei 1.769, de 01/10/1991.

[622] Lei 2.263 de 16/12/1994.

## A PREOCUPAÇÃO COM O AVANÇO DAS FAVELAS NAS ENCOSTAS DA FLORESTA DA TIJUCA

No início da década de 1990, a preocupação com o crescimento das favelas chega ao Maciço da Tijuca e as associações de moradores do Alto da Boa Vista (e de outros bairros englobados pela Floresta da Tijuca) se uniriam para cobrar da prefeitura projetos para a região. A maior preocupação, naquele momento, era com o meio ambiente, afetado pelos desmatamentos e ocupação desordenada, principalmente de favelas.[623] Outro problema apontado como ameaçador para a integridade da Floresta da Tijuca era a exploração de granito.[624]

Somava-se a esta preocupação o fato de o Parque da Tijuca ter sido reconhecido como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica pela Unesco em 1991.

Em resposta à mobilização das associações, a prefeitura anunciava que transformaria os bairros do Alto da Boa Vista e parte do Alto Itanhangá em uma APARU (Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana).[625] Interessante apontar que a proteção proposta não mais era na forma de uma APA, mas de uma APARU, instrumento elaborado para áreas de interesse ambiental que foram ocupadas de forma irregular, principalmente por favelas. Em seu nome, o instrumento diz a que veio, *recuperação urbana*.

Em 21 de agosto Marcello Alencar assinava um decreto que criava a APARU do Alto da Boa Vista. Segundo o decreto a prefeitura deveria constituir um grupo de trabalho para, em

---

[623] Jornal do Brasil, 26/06/1992.

[624] Identifiquei, ao menos, duas empresas que tiveram problemas por desrespeitar legislações de preservação do meio ambiente: a Granitos do Brasil e a Silva, Areal, Mármores e Granitos S.A. A empresa Granitos do Brasil já havia, em setembro de 1988, sido interditada por realizar desmatamento e escavações em áreas de preservação ambiental (Jornal do Brasil, 10/09/1988).

Esta ação foi motivada pela criação no mês anterior da Regulamentação da Extração de Minérios na cidade. Segundo a fiscalização, as pedreiras de granito preto eram responsáveis por danos ambientais e deslizamentos de terra em Jacarepaguá, Bangu, Campo Grande, Tijuca e Morro do Juramento, além de causar assoreamento em rios, entupimento de galerias e desfiguração de encostas pelas explosões.

A extração predatória de granito gerou a formalização, em 1988, de uma cooperação entre Feema e INEPAC que, conjuntamente, passaram a rever autorizações dadas, segundo a Feema, "por desconhecimento" (Jornal do Brasil, 18/08/1990).

Já a Silva, Areal, Mármores e Granitos S.A. foi acionada por uma Ação civil pública impetrada pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado diante das acusações de que a empresa estaria causando impactos de grande magnitude em área próxima à Estrada de Furnas, dentro da área do Parque da Tijuca. Segundo denúncias, a empresa teria causado grandes deslizamentos de encostas em 1988 em consequência das explosões para extração de minério (Jornal do Brasil, 30/07/1992).

[625] Jornal do Brasil, 25/06/1992.

quatro meses, regulamentar a APARU e definir os instrumentos necessários para "impedir a **proliferação das favelas** e a construção de prédios com mais de dois andares".[626]

A APARU do Alto da Boa Vista não se estruturou. Na prática, o prazo para sua regulamentação se esgotou e o relatório da comissão responsável nunca foi concluído.

No ano seguinte, em 1993, o vereador Otavio Leite (PSBD) propôs a criação de outra área de proteção no Alto da Boa Vista, também na forma de uma APARU.[627] Caso se tornasse lei, a APARU do Alto da Boa Vista estabeleceria critérios para novas construções no bairro e traçaria uma política de preservação e recuperação do ecossistema da Mata Atlântica, além de prever a regularização das seis favelas do bairro, a proteção de mananciais e a revisão dos critérios do uso do solo.

A APARU nunca foi transformada em lei. Há ainda hoje, aguardando desde 2003 por votação na Câmara dos Vereadores, um projeto de lei de regulamentação da APARU do Alto da Boa Vista.[628]

## O FIM DO PERÍODO

Como no capítulo anterior, os mapas a seguir mostram a distribuição territorial das políticas de regulação urbana no período estudado. Importante relembrar que, os mapas indicam **todos** os instrumentos criados no período, ainda que o texto não tenha explorado todos os casos. Mais uma vez, relembro ao leitor que as listagens integrais se encontram em anexo.

É interessante notar que as políticas estudadas neste capítulo se concentram nas zonas centrais e sul, áreas onde o brizolismo era mais fraco. Até mesmo a exceção a isso, as APAs criadas na zona oeste, localizavam-se na Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes, área também de eleitorado não brizolista.

Outro ponto interessante a se observar é o fato de que os instrumentos de regulação urbana implementados entre 1989 e 1992, concentravam-se nas regiões que mais se valorizaram economicamente então. É provável que o deslocamento destas políticas para áreas de eleitorado não brizolista fosse reflexo do enfraquecimento desta corrente política no Rio de Janeiro.

---

[626] Decreto 11.301 de 21/08/1992.

[627] Jornal do Brasil, 15/06/1993.

[628] Projeto de Lei 1.307/2003.




Figura 114 - Mapa dos PEUs criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1989 e 1991.

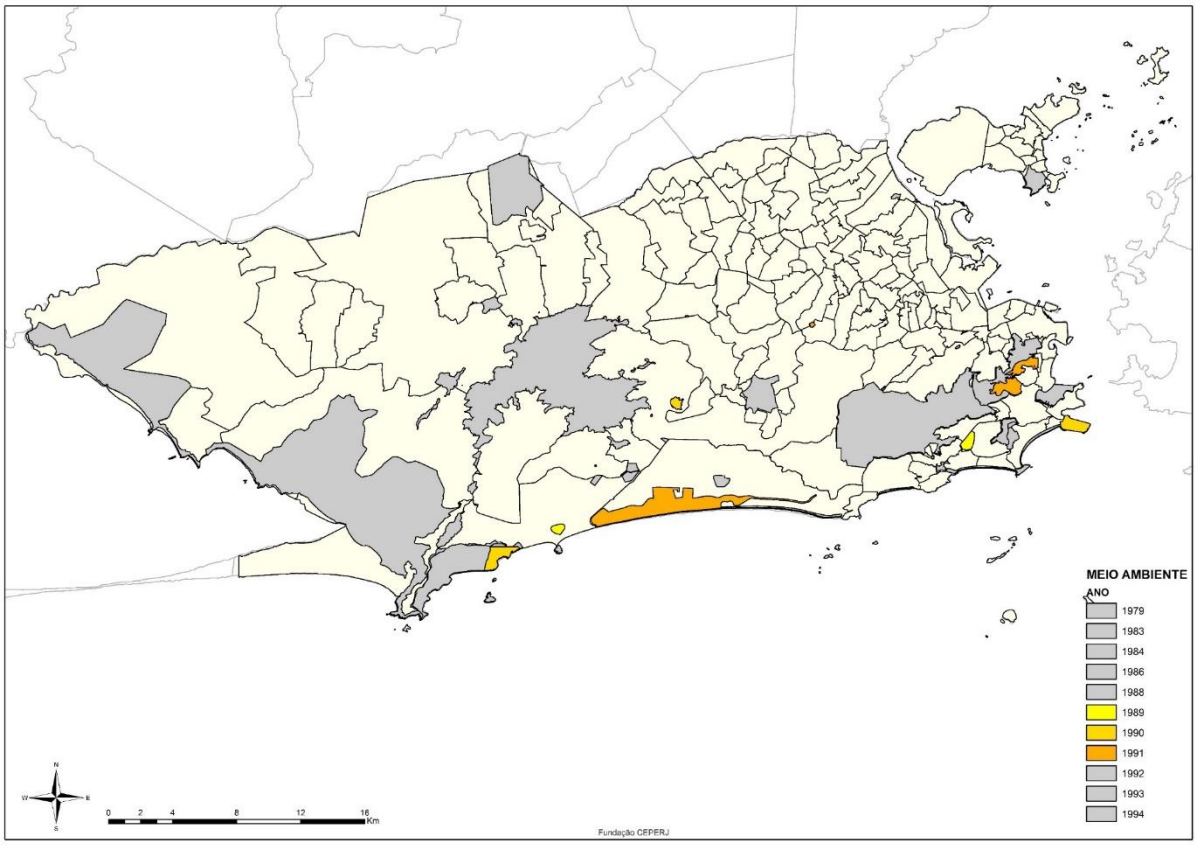



Figura 115 - Mapa das APAs e Parques Naturais criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1989 e 1991.

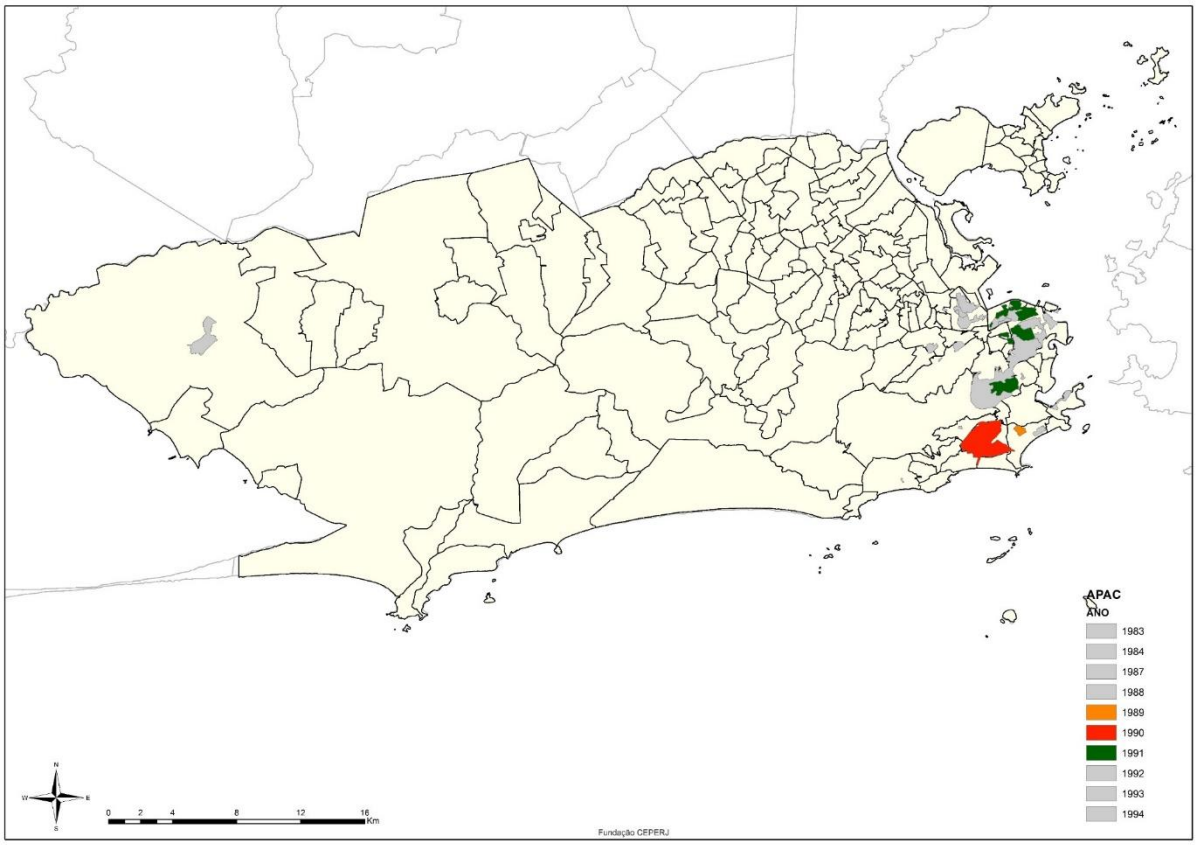



Figura 116 - Mapa das APACs criadas na cidade do Rio de Janeiro entre 1989 e 1991.

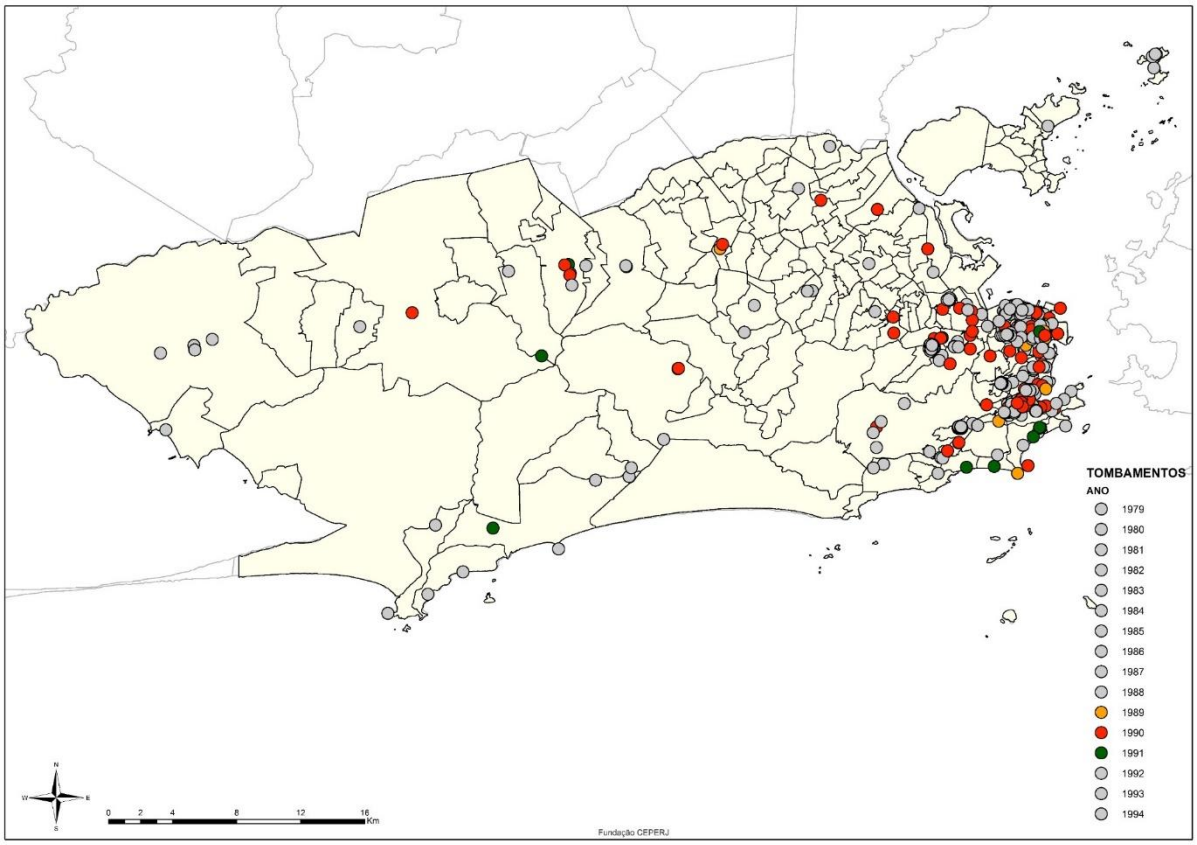



Figura 117 - Mapa dos tombamentos feitos na cidade do Rio de Janeiro entre 1989 e 1991.

O início da década de 1990 marca o começo de um processo de decadência do brizolismo no campo político carioca. Contribuiu consideravelmente para o enfraquecimento do brizolismo no Rio de Janeiro a aliança entre governo do estado e governo federal.

Em um primeiro momento, a aliança de Brizola com Collor viabilizou a execução de grandes obras, como por exemplo a construção da Linha Vermelha, ou ainda, que o projeto educacional estadual dos CIEPs fosse *exportado* para o restante do país, na forma dos CIACs.[629]

Contudo, a queda de Collor trouxe prejuízos diretos a Brizola e ao PDT.

Em 1992, em meio a denúncias de corrupção e mobilizações em todo o país pela deposição de Fernando Collor, Brizola era um dos poucos que permanecia em defesa do ainda presidente.[630] Posteriormente, à medida que a permanência de Collor se mostrava cada vez mais inviável, o governador passou a enfatizar em seus discursos que a luta não deveria focar na figura de Collor, mas sim contra a corrupção enquanto prática generalizada.

Em dezembro de 1992, para evitar a conclusão do processo de impedimento (que havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados ao final de setembro e que estava em vias de ser aprovado pelo Senado), Collor renunciou, em 29 de dezembro de 1992, ao cargo de Presidente da República e seu vice, Itamar Franco, assumiu o cargo.

A ponderação nos discursos não teve efeito mitigador e Brizola foi duramente atingido pela queda de Collor a ponto de, em 1992, o PDT não consegue eleger um sucessor para o cargo de prefeito do Rio de Janeiro.

A eleição de 1992 também foi importante para história das eleições municipais no Rio: foi ali, que pela primeira vez a Prefeitura foi reconhecida como espaço de poder, em que o próprio prefeito tinha poder para eleger um sucessor.[631]

---

[629] CIAC é a sigla para Centro Integrado de Assistência às Crianças, o projeto de escola integral do governo federal. Com arquitetura racional do arquiteto Lelé, pioneiro no Brasil no uso de pré-fabricados, Collor pretendia construir cinco mil escolas em todo o país.

[630] A queda de Collor começou quando surgiram as primeiras denúncias de tráfico de influências com envolvimento de Paulo Cesar Farias, o PC Farias, tesoureiro da campanha eleitoral. O auge do processo ocorreu em maio de 1992, quando Pedro Collor, seu irmão, concedeu entrevista à revista Veja confirmando as denúncias de corrupção.

Confirmado o esquema de corrupção por uma CPI, foi aberto por entidades da sociedade civil como a OAB e a ABI um pedido de impedimento do presidente.

[631] Cf. Motta, 2008.

Isso ficou evidente quando o ainda prefeito Marcello Alencar tentou lançar como candidato o engenheiro Luiz Paulo da Rocha, seu Secretário Municipal de Obras, e o PDT selecionou como candidata a parlamentar Cidinha Campos.[632] Às vésperas das eleições, duas correntes distintas ocupavam o espaço do PDT, os brizolistas e os *marcelistas*, acusados de apoiar veladamente a candidatura do ex-pedetista Cesar Maia – como vimos, ainda que dissimulado, o atrito entre Marcello Alencar e Leonel Brizola era visível em conflitos como a execução do projeto Rio Orla, já apresentado nesta tese. Logo após as eleições, Marcello Alencar rompeu formalmente com o PDT e filiou-se ao PSDB, partido pelo qual concorreria ao cargo de governador em outubro de 1994.

Mas retornemos às eleições de 1992 para a prefeitura do Rio de Janeiro.

Concorreram no pleito, além da já citada Cidinha Campos, César Maia pelo PMDB, Benedita da Silva pelo PT, Sergio Cabral Filho pelo PSDB e Francisco Dorneles pelo PFL, dentre outros candidatos.

No primeiro turno, em primeiro lugar ficou a candidata favorita, Benedita da Silva, com 33% dos votos. Inesperadamente, o segundo colocado foi Cesar Maia (e não a indicada nas pesquisas Cidinha Campos), com 22% dos votos.

No segundo turno, Maia evocou a imagem de Carlos Lacerda e focou sua campanha no combate à desordem urbana (que por sua vez era diretamente associada, pela opinião púbica, ao brizolismo)[633] e venceu as eleições com quase 52% dos votos, tornando-se prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

A derrota de Cidinha Campos quase custou a Brizola a presidência do PDT – líderes do partido avaliaram que o erro de Brizola ao manter a aliança com Collor em meio ao processo de impedimento havia custado não somente a prefeitura do Rio de Janeiro, mas o prestígio do partido em todo o país.

A derrota de Cidinha Campos na eleição de 1992 foi o primeiro sinal de que Brizola, que havia sido o principal nome da política carioca na década de 1980, perdia seu espaço.[634]

---

[632] As discordâncias entendiam-se para além da indicação do sucessor na prefeitura, mas principalmente no polêmico apoio de Brizola a Collor, em meio ao processo de impedimento.

[633] Cf. Motta, 2001.

[634] Cf. Motta, 2001.

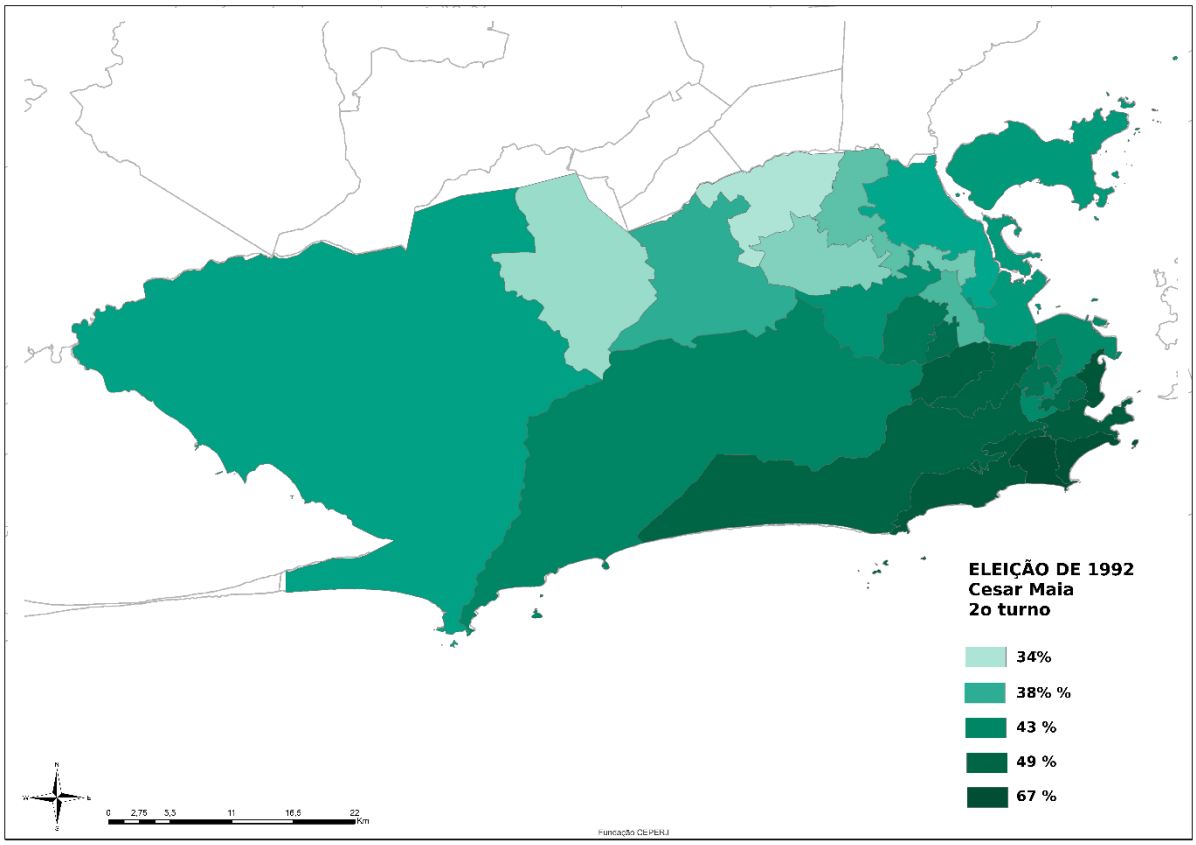



Figura 118 - Votação em Cesar Maia no 2º turno nas eleições para prefeito de 1992 (Fonte: TRE).

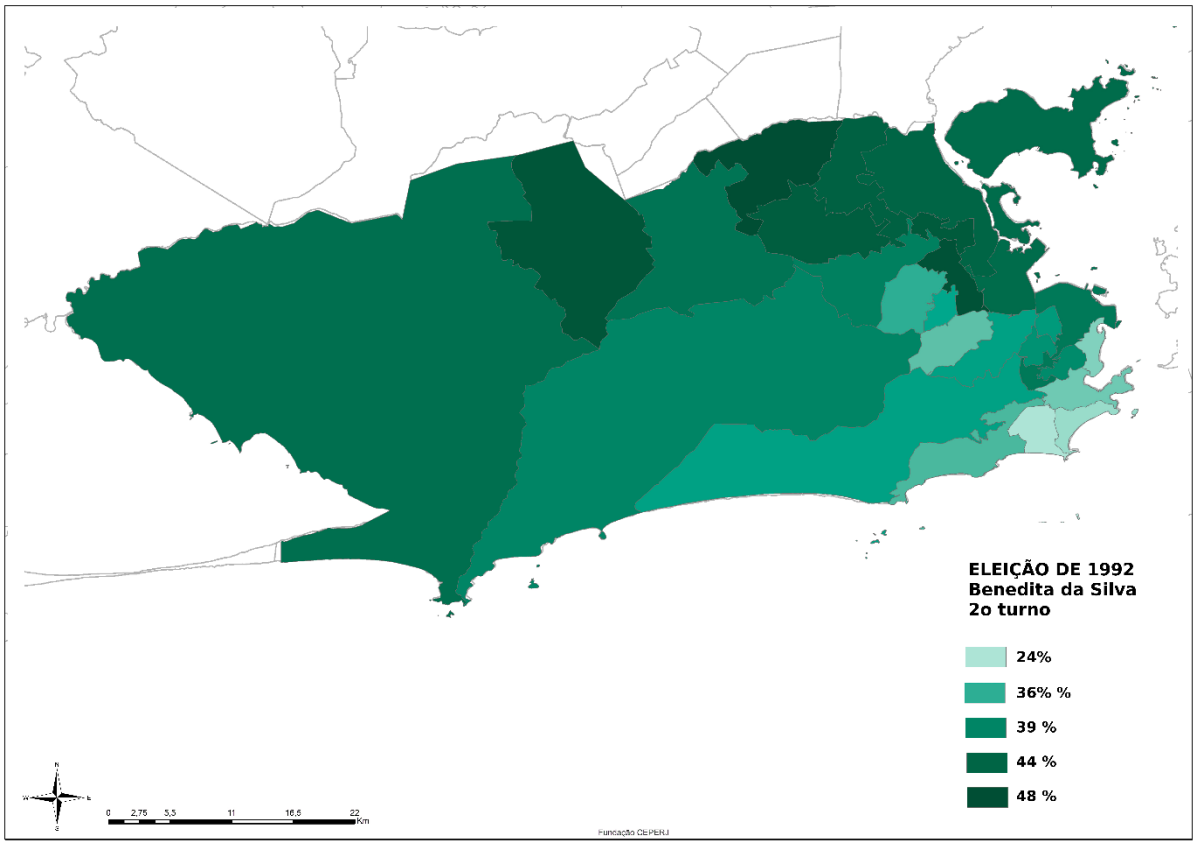



Figura 119 - Votação em Benedita da Silva no 2º turno nas eleições para prefeito de 1992 (Fonte: TRE).

| ZONAS ELEITORAIS | Cesar Maia | Benedita da Silva | Brancos | Nulos |
|---|---|---|---|---|
| Centro | 43.01 | 42.50 | 1.10 | 13.39 |
| Estácio | 47.34 | 37.68 | 1.45 | 13.54 |
| Flamengo | 56.75 | 32.12 | 0.69 | 10.45 |
| Botafogo | 55.85 | 34.07 | 0.62 | 9.46 |
| Copacabana | 63.42 | 27.50 | 0.63 | 8.45 |
| Rio Comprido | 48.55 | 39.31 | 0.88 | 11.26 |
| Tijuca | 51.26 | 37.63 | 0.78 | 10.33 |
| Rocha | 38.43 | 47.82 | 1.43 | 12.33 |
| São Cristóvão | 41.14 | 44.41 | 1.17 | 13.28 |
| Cascadura | 42.13 | 41.08 | 0.84 | 15.96 |
| Olaria | 38.90 | 44.55 | 1.48 | 15.06 |
| Madureira | 37.24 | 45.49 | 1.17 | 16.10 |
| Barra da Tijuca | 44.43 | 40.38 | 1.08 | 14.10 |
| Méier | 47.89 | 36.44 | 0.78 | 14.89 |
| Realengo | 38.68 | 43.56 | 1.36 | 16.40 |
| Laranjeiras | 49.47 | 39.41 | 0.74 | 10.38 |
| Leblon | 56.03 | 34.96 | 0.81 | 8.20 |
| Ipanema | 67.04 | 24.98 | 0.63 | 7.35 |
| Grajaú | 54.03 | 34.32 | 0.68 | 10.98 |
| Engenho Novo | 48.82 | 36.98 | 0.83 | 13.37 |
| Bonsucesso | 37.47 | 46.22 | 1.24 | 15.07 |
| Irajá | 38.31 | 45.03 | 1.13 | 15.53 |
| Deodoro | 34.61 | 48.67 | 1.21 | 15.51 |
| Bangu | 37.08 | 46.42 | 1.58 | 14.92 |
| Santa Cruz | 39.18 | 44.38 | 1.53 | 14.91 |
| Ilha do Governador | 45.60 | 38.75 | 1.21 | 14.44 |

Tabela 8 – Resultado da votação do 2º turno para prefeito de 1992 no município do Rio de Janeiro (em porcentagem) por zona eleitoral (Fonte: TRE).

Infelizmente, não consegui dados eleitorais territorializados do primeiro turno das eleições municipais de 1992, mas somente do segundo turno. Assim, sendo, não há como analisar o desempenho do brizolismo neste pleito. No entanto, é possível analisar o desempenho de Cesar Maia, ex-pedetista; em outras palavras, é possível analisar o voto anti-pedetista no território carioca.

Cesar Maia foi vitorioso na zona sul, Grande Tijuca, zona central e Barra da Tijuca; região que já tradicionalmente votava contra o brizolismo. Já Benedita da Silva, vence nas zonas eleitorais de Deodoro, Bangu e zona norte, especificamente nos subúrbios da linha férrea. É interessante notar que a divisão territorial do voto carioca permanecia, mesmo sem um candidato brizolista no páreo.

Também é interessante notar que esta era a primeira vez (e uma das poucas até hoje) em que o PT chegou ao segundo turno em uma eleição realizada no Rio de Janeiro. Talvez, isso tenha sido reflexo do apoio de Brizola a Lula e a famosa transferência de votos no segundo turno das eleições de 1989.

Mas sigamos agora para a gestão de Cesar Maia à frente da prefeitura carioca.

# 5. BRIZOLISMO E OPOSIÇÃO NAS ESFERAS ESTADUAL E MUNICIPAL (1993-1994)

O economista Cesar Maia assume a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em 1º de janeiro de 1993.

Cesar Maia iniciou sua carreira política em 1982, quando filiou-se ao PDT e assumiu a coordenação econômica da campanha de Brizola ao governo do estado. Maia foi personagem central na denúncia do esquema de fraude na contagem dos votos pela empresa Proconsult e, posteriormente, foi Secretário Estadual de Fazenda entre 1983 e 1986. Em 1986, foi eleito deputado federal pelo PDT, o terceiro deputado mais votado de todo o estado.

No entanto, ao fim da década de 1980 eram vários os indícios do distanciamento entre os antigos aliados.

Em 1989, quando se iniciava a campanha para a Presidência da República, a relação entre Maia e Brizola se estremecia. Em 1990, Maia defendia publicamente o Plano Collor e era duramente atacado pelo PDT. As divergências só aumentavam até que, em maio de 1991, Maia se desligaria do PDT e filiar-se-ia ao PMDB, partido pelo qual foi eleito prefeito em 1992.

Quando assumiu em janeiro de 1993, Cesar Maia fez algumas alterações na estrutura administrativa da prefeitura. Da estrutura de seu antecessor manteve:

- O Gabinete do Prefeito;
- A Secretaria Municipal de Fazenda;
- A Secretaria Municipal de Governo;
- A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;
- A Secretaria Municipal de Saúde;
- A Secretaria Municipal de Administração;
- A Secretaria Municipal de Educação;
- A Secretaria Municipal de Transportes e
- A Procuradoria Geral do Município.

Ademais, Cesar Maia cria sete novas secretarias na prefeitura. São elas:

- A Secretaria Extraordinária de Habitação, que em 1994 tornou-se Secretaria Municipal de Habitação;[635]

[635] Decreto 11.957 de 26/02/1993 e Lei 2.262 de 16/12/1994.

- A Secretaria Extraordinária de Meio Ambiente, que posteriormente tornar-se-ia Secretaria Municipal de Meio Ambiente;[636]
- A Secretaria Municipal de Urbanismo; [637]
- A Secretaria Municipal de Cultura;[638]
- A Secretaria Extraordinária de Turismo;
- A Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e
- A Secretaria Extraordinária de Esportes e Lazer, que posteriormente tornou-se Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.[639]

Para a Secretaria Municipal de Fazenda, Maia nomeia a economista Maria Sílvia Bastos Marques. Na época, Marques ficou conhecida como a "mulher de um bilhão de dólares", em referência ao valor deixado em caixa no município após sua saída.

Para a Secretaria Municipal de Governo foi nomeado o engenheiro e vereador João Ricardo Mendes, proprietário da empresa Estub. Atuante nas entidades associativas do empresariado carioca, foi diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro em 1982. Em 1985, filiou-se ao PFL e em 1990 migrou para o PTB. Mendes foi adversário de Cesar Maia nas eleições de 1992. Envolvido em uma crise desencadeada pela sua prisão em flagrante por tentativa de extorsão de dois servidores municipais, deixa o cargo e retoma seu mandato como deputado federal.[640] Em seu lugar, é nomeado Hamilton Lima Barros, substituído em maio de 1994 pelo economista e jornalista Milton Coelho da Graça.

Para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, nomeia Laura Carneiro, advogada e parlamentar que iniciou sua carreira como assessora do então presidente da Assembleia Constituinte Ulysses Guimarães. Em 1989, foi eleita vereadora pelo PSDB e, em 1993, pelo PMDB. Laura fica no cargo até março de 1994, para se candidatar ao cargo de deputada federal pelo PP.[641] Em seu lugar, assume a geógrafa e militante da ONG Roda Viva

[636] Lei 2138 de 11/05/1994.

[637] Decreto 11.951 de 17/02/1993.

[638] Decreto 11.951 de 17/02/1993.

[639] Lei 2.139 de 11/05/1994.

[640] Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbete João Ricardo Mendes (http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-ricardo-mendes).

[641] Portal da Câmara dos deputados federais (http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=74856).

Wanda Engel Aduan. Wanda fica no cargo até 1999. Durante sua atuação, firmou uma prática de parceria com ONGs, reflexo do avanço do paradigma de gestão empresarial da cidade, tema que será desenvolvido mais à frente neste capítulo.[642]

A frente da Secretaria Municipal de Habitação fica o arquiteto Sergio Ferraz Magalhães, que já havia sido Subsecretário Municipal de Urbanismo de Saturnino Braga. Magalhães permanece no cargo até 2000.

Por fim, as três pastas mais importantes para a análise das políticas urbanas selecionadas para esta tese.

À frente da Secretaria Municipal de Cultura fica a empresária Helena Maria Porto Severo da Costa. Helena Severo permanece frente à pasta até 2000, ao longo da gestão Luiz Paulo Conde e da gestão seguinte de Cesar Maia.

Para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Maia nomeia Maurício Lobo Abreu, que fica no cargo por poucos meses, até junho, quando é substituído pelo jornalista e vereador do PV Alfredo Hélio Sirkis, o mesmo que havia liderado a luta pela criação das APAs da Prainha e Marapendi.[643]

Maurício Lobo foi um dos fundadores do PV e defendia uma gestão conveniada com ONGs. Enquanto secretário, anunciou que faria ciclovias desde o aterro até Copacabana, além de Campo Grande. Também anunciou a desapropriação da APA da Prainha, do Bosque da Freguesia e a implantação do projeto da APA São José em Laranjeiras (assuntos tratados neste e no capítulo anterior desta tese). Ademais, falava da criação de um Centro de Memória Roberto Burle Marx no Aterro do Flamengo e da recuperação do manguezal de jequiá na Ilha do Governador.[644] Mauricio Lobo Abreu retorna ao cargo em abril de 1996, quando Sirkis sai em campanha para se reeleger vereador.

---

[642] Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbete Wanda Engel Aduan (http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aduan-wanda-engel).

Posteriormente, Aduan foi nomeada Secretária de Assistência Social de Fernando Henrique Cardoso, com status de ministra. Até 2006, chefiou a divisão de programas sociais do BID.

[643] Portal da Câmara dos deputados federais (http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/arquivos/deputado-alfredo-sirkis).

Sirkis foi vereador entre 1989 e 2000.

[644] Em abril de 19993, a prefeitura transformava o manguezal do Jequiá na Ilha do Governador em APARU (Decreto 12.250 de 31/08/1993). Contudo, a APARU nunca teve seu ato legal de regulamentação publicado.

A aliança com o PV mostra que Maia tentava trazer para si o capital político da luta ecológica. Também é interessante notar que, apesar de Marcello Alencar e Saturnino Braga terem abraçado a causa ecológica e atendido a diversas demandas destes movimentos sociais, o brizolismo não conseguir trazer par si estas conquistas. Nem mesmo a historiografia (ou a memória) reconhecem esse fato. Acredito que o fato de tanto Saturnino Braga quanto Marcello Alencar terem rompido com Brizola logo após serem prefeitos tenha contribuído para afastar a causa ecológica do brizolismo. Ademais, cabe também atentar para o fato de que esses movimentos se aproximavam, cada vez mais, do paradigma neoliberal, ao qual o brizolismo se opunha ferrenhamente.

Por fim, o arquiteto e urbanista Luiz Paulo Fernandez Conde, que fica à frente da Secretaria Municipal de Urbanismo. Conde foi o articulador das obras de renovação urbana realizadas na gestão de Cesar Maia, como os projetos Rio-Cidade e Favela-Bairro, além da construção da Linha Amarela.[645] Ademais, Conde havia sido o autor do projeto da Frente Marítima, de revitalização da orla do Centro, encoberta pelo viaduto da Perimetral.[646] Candidato de Cesar Maia, foi eleito prefeito em 1996 pelo PFL.

À frente da prefeitura, Maia estabeleceu um rígido controle das despesas municipais, chegando ao final do mandato com quase um bilhão de reais em caixa. Mas foi na realização de obras urbanas que se destacou.

Enquanto prefeito, Maia esforçou-se por construir uma imagem de executor de intervenções no espaço urbano com vistas ao combate à desordem. Para tal, buscou vincular-se à imagem do governador da Guanabara Carlos Lacerda. Esta foi uma escolha interessante. Ao escolher vincular-se imageticamente à Lacerda, Maia reforçava seu rompimento com Brizola, herdeiro do varguismo, ao qual Lacerda era ferrenho opositor.

Assim como Lacerda, Maia trabalhava com a perspectiva de que a execução de obras de infraestrutura urbana tornar-se-ia motor do desenvolvimento da cidade e colocariam em prática um novo conceito para a cidade, expresso em seu Plano Estratégico *Rio sempre Rio*.

O Rio de Janeiro foi a primeira cidade do hemisfério sul a ter um plano estratégico. Em verdade, assim como Lacerda havia feito com o Plano Doxiadis na década de 1960, Maia

[645] Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbete Luiz Paulo Conde (http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/conde-luis-paulo).

[646] Sua escolha mostrava, também, a intenção de implementar a tão prometida revitalização.

apostou neste instrumento para reposicionar a cidade do Rio de Janeiro em termos globais e reverter, assim, a falta de investimentos; transformando o Rio na vitrine do Brasil para o exterior.[647]

O primeiro plano estratégico carioca tomou como inspiração a cidade de Barcelona. Ademais, o plano foi elaborado com consultoria de uma empresa catalã, além da parceria com a Firjan e com a ACRJ.[648] Sua elaboração contou também com um Comitê Executivo, um Conselho Diretor e 31 grupos de trabalho contando com mais de 200 participantes dentre funcionários da prefeitura e sociedade civil. [649]

Na prática (e no plano local), a adoção do planejamento estratégico representou um esvaziamento do Plano Diretor, aprovado no ano anterior, em 1992.

No plano teórico, a adoção do planejamento estratégico representava uma mudança na maneira de gerir a cidade, orientada para o mercado e mais próxima do pensamento neoliberal. Propunha-se, desta forma, uma gestão eficiente e competitiva, associada a um ideário empresarial. Na base do argumento estava o entendimento de que se fazia necessária uma melhor adaptação das cidades à globalização.

Mas este foi um processo longo, que não se iniciou na gestão de Cesar Maia.

Na década de 1970, a questão urbana era tomada como um problema, relacionado a grandes preocupações nacionais: o planejamento urbano era elemento fundamental das estratégias de desenvolvimento nacional, chegando a ser parte do programa de metas do governo federal. Na base deste posicionamento estava o entendimento de que a importância econômica das áreas urbanas transcendia os interesses municipais e, portanto, deveria ser gerida por esferas superiores.

Na década de 1980, com o processo de redemocratização, este modelo centralizador vai sendo gradualmente substituído – em boa parte, em decorrência da reestruturação dos movimentos sociais, principalmente os movimentos associativistas de bairro que tomaram o

---

[647] Cf. Vainer, 2011.

[648] A FIRJAN e a ACRJ representavam 46 empresas e associações comerciais que, juntas, instauraram o Consórcio Mantenedor do Plano Estratégico. Foi este consórcio que viabilizou a contratação da empresa catalã que assumiu a direção executiva do plano.

[649] Desdobramento do Plano Estratégico foi o lançamento em 1994 da candidatura carioca à sede dos Jogos Olímpicos de 2004. Assim como feito em Barcelona, pretendia-se aproveitar a preparação da cidade para os jogos para realizar grandes transformações.

direito de participar nas decisões do planejamento urbano como um direito do cidadão. São inúmeros os casos, muitos mais do que os apresentados ao longo desta tese.

> Ainda que perdurasse o conservadorismo, a criação de inúmeros mecanismos ligados à participação popular presentes no novo estatuto político do país criaram as bases para um novo processo de planejamento mais democrático, mais afastado das práticas tecnocráticas do período militar.[650]

Entretanto, a gigantesca crise econômica que se desdobra em uma crise do estado brasileiro, somada ao contexto de ascensão do neoliberalismo do fim da década de 1980, modifica este cenário de participação popular no planejamento urbano.

A década de 1980 também assiste à aproximação do planejamento urbano de instituições como o Banco Mundial, em "um movimento que adota o desenvolvimento de unidades políticas locais, da participação comunitária e do 'desenvolvimento participativo' como seu mandato institucional".[651]

À primeira vista, este movimento parece até contraditório. Contudo, o incentivo à participação comunitária, mais do que uma perspectiva democrática, reflete uma perspectiva de diminuição da ação do estado na gestão do espaço urbano. E o planejamento estratégico é o momento de mudança deste paradigma.

Na base da crítica neoliberal estava o entendimento de que o controle político ou burocrático corroía a capacidade das cidades de aproveitar oportunidades de negócios, em outras palavras, de ser competitiva. De maneira a reduzir o tramite burocrático, estas decisões deveriam ser locais, não mais de planejamento global. Em paralelo, há também um processo de desqualificação da política: a partir do momento que as questões urbanas são assuntos locais, não há mais espaço para divergências políticas ou ideológicas no planejamento.[652]

Mas retornemos às intervenções urbanas promovidas por Cesar Maia.

Dentre os principais programas de intervenção no espaço urbano realizados em sua gestão destacam-se o programa Favela-Bairro e o programa Rio Cidade.

O *Programa Rio Cidade – O urbanismo volta às ruas*, comandado pelo Secretário Municipal de Urbanismo Luiz Paulo Conde, promoveu a reurbanização de 19 bairros da cidade

---

[650] Monte-Mor, 2008, p. 2.

[651] Coli, 2017, p.17.

[652] Cf. Vainer, 2011, p. 5.

com intervenções na sinalização, calçamento, sistema viário e construção de monumentos, dentre outras. Dentre seus objetivos, destacava-se a intenção de "resgatar a integração do cidadão com o espaço da sua cidade, estabelecendo os padrões de conforto, segurança e disciplina dos usuários através da renovação e ordenação do mobiliário urbano, adaptação das calçadas aos deficientes físicos, reformulação do sistema de iluminação e sinalização públicas, além de soluções para os problemas de drenagem das águas pluviais e conversão, quando [era] o caso, das redes aéreas da Light e da Telerj em subterrâneas".[653] Além das melhorias funcionais e aumento do conforto do pedestre o programa visava o aumento do "senso de identidade nos bairros, além da recuperação da imagem da cidade por seus cidadãos e pela mídia internacional".[654]

Sobre o Rio Cidade, o próprio prefeito Cesar Maia dizia

> A cidade estava num processo de deterioração crescente, gerada pelo empobrecimento de sua população, pela ocupação desordenada dos espaços públicos e privados, pela deterioração dos serviços públicos e pela fuga de capitais financeiros e humanos. Uma cidade sem vocações definidas, com uma identidade distorcida, em processo crescente de desintegração... a reversão desse quadro exigia o esforço maior do que seria capaz a ação individual do governo.[655]

Um dos principais objetivos do projeto Rio Cidade era *reverter a situação de desordem urbana* da cidade – elemento discursivo fundamental da campanha de Cesar Maia.[656] Para além das reformas urbanas, em paralelo às obras caminhava a ação da recém-criada Guarda Municipal do Rio de Janeiro que iniciou uma vigilância implacável nas ruas, focada principalmente na repressão aos camelôs. Aqui, é interessante notar que, visto a posição de Brizola de não repressão aos camelôs, fez-se necessário a Cesar Maia criar uma força policial municipal, que a ele obedeceria; evitando os conflitos que Marcello Alencar já havia enfrentado com o governo do estado.[657]

> Há quatro anos, quando assumimos a administração municipal, defrontamo-nos com um temporário cenário de desordem urbana implantado na cidade, que logo identificamos como um dos principais entraves à reversão do quadro

[653] Oliveira, 2008, p. 2.

[654] Del Rio, 2000, p. 11.

[655] Depoimento de Cesar Maia publicado no Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, Relatório da Cidade 2, In: Del Rio, 2000, p. 13.

[656] No entanto, é interessante notar que esse modelo de revitalização urbana já havia sido experimentado na cidade na década anterior: tanto no Corredor Cultural, quanto nos projetos de revitalização do Centro e no Projeto Rio Orla.

[657] A polícia militar é comandada pelo governo do estado.

> de decadência social e econômica que debilitava o Rio de Janeiro. Aprovamos e assumimos, então, um compromisso político estratégico com o Programa Rio Cidade, na justa medida de seu amplo alcance: criação de empregos, resgate da imagem pública carioca, elevação da autoestima do cidadão e devolução dos espaços públicos a quem de direito. Sugerimos que daí adviriam novos investimentos privados, mais segurança, melhor educação cívica e, por que não dizer, mais beleza?[658]

Ainda que tenha sido lançado antes da publicação do Plano Estratégico (o primeiro edital foi publicado no segundo semestre de 1993), o Rio Cidade era parte do plano, mencionado na estratégia 2, *Rio Acolhedor, melhoria da relação entre cidadão e meio ambiente, fortalecimento da vida dos bairros*. Das iniciativas do Plano, o Rio Cidade foi o "projeto que ganhou maior visibilidade como obra na cidade e alcançou maior repercussão pública".[659]

Os projetos foram contratados por concursos públicos promovidos pela Iplan-Rio em parceria com o IAB-RJ. Ainda que mantivessem o protagonismo dos arquitetos, as equipes tinham que ser multidisciplinares, lideradas por arquitetos urbanistas. O primeiro concurso foi realizado em outubro de 1993. Foram selecionadas 17 equipes para realizar projetos para a Avenida Rio Branco (Centro), Botafogo, Catete, Copacabana, Ipanema, Laranjeiras, Leblon, Bonsucesso, Ilha do Governador, Madureira, Méier, Pavuna, Penha, Tijuca, Vila Isabel, Avenida Suburbana, Campo Grande e Taquara.[660]

É interessante notar que o programa não se restringiu ao Centro e zona sul, mas se estendeu a zona norte e subúrbios. Esta era uma das propostas do projeto, que dizia que *levaria o Centro à periferia.* "O Rio Cidade contribui decisivamente para refazer o 'pacto político-territorial' da cidade que se encontrava deteriorado, dando a ele novos contornos", nas palavras da prefeitura.[661]

Contudo, apesar da abrangência, o Rio Cidade não se estruturou na forma de um plano de reforma urbanística ou um plano diretor, mas na forma de uma *acupuntura urbana*.[662] Isso

---

[658] Depoimento de Cesar Maia na inauguração das primeiras obras, em 1996. In: *Rio Cidade: o urbanismo de volta às ruas*, p. 11.

[659] Oliveira, 2008, p.5.

[660] O segundo concurso ocorreu somente em julho de 1997 e contratou 27 equipes.

[661] Oliveira, 2008, p.4.

[662] Oliveira, 2008, p.6.

por não pensar a cidade como um todo, mas por focar nos centros dos bairros selecionados. Contudo, isso não significa que sua concepção não fizesse parte de um projeto de cidade.

Até 1996, fim do mandato de Cesar Maia, 15 projetos haviam sido implantados, contabilizando um investimento superior a 200 milhões de reais.

Já o projeto Favela-Bairro visava, por meio da urbanização, integrar as favelas aos bairros onde estavam inseridas. Foram implementadas, em 38 favelas, obras de infraestrutura de água e esgoto, calçamento e construção de postos de saúde e creches. Coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação, o programa foi financiado pelo BID, que investiu 180 milhões de dólares, enquanto a prefeitura investiu 120 milhões de dólares.[663]

Assim como o Rio Cidade, o programa também era parte da do Plano Estratégico, inserido na *Estratégia* 4 – *Rio Integrado* que tinha como objetivo incorporar as áreas faveladas ao tecido urbanizado oferecendo condições ambientais de identificação da favela como bairro.[664]

De modos a selecionar as favelas que seriam parte do programa, foram pré-selecionadas comunidades com 500 a 2.500 moradias. Dentre estas, foram selecionadas as 40 mais viáveis. Para o design dos projetos, houve concurso organizado pelo IAB (à semelhança do Rio-Cidade)

O Favela-Bairro representava, na década de 1990, a consolidação da urbanização como política urbana para as favelas. Mas havia uma grande diferença. Ao contrário das iniciativas urbanizadoras anteriores, o programa não focou na construção de moradias, mas sim em melhorias no espaço urbano.

A opção pela urbanização não era uma solução local. Para melhor entender essa questão, é necessário um olhar sobre os modelos de desenvolvimento econômico e de política urbana do BID e do Banco Mundial.

> Uma nova matriz urbanística formulada pelo Banco Mundial adota um ponto de partida novo e mais pragmático: as necessidades mínimas não ditam mais

[663] As quinze primeiras favelas atendidas pelo programa foram Parque Royal, Canal das Tachas / Vila Amizade, Parque Proletário do Grotão, Serrinha, Ladeira dos Funcionários, Caminho do Job, Morro dos Prazeres / Escondidinho, Morro da Fé, Vila Cândido / Guararapes / Cero-Corá, Chácara de Del Castilho, Mata Machado, Morro União, Três Pontes, Conjunto Residencial Fernão Cardim e Andaraí / Jamelão.

Posteriormente, foram implementadas mais duas fases do programa Favela-Bairro.

[664] À título de curiosidade, o projeto Corredor Cultural também era parte da *Estratégia 4*, *Rio Integrado, revitalização do Centro e desenvolvimento de novas centralidades.*

> o modelo de urbanização, e sim as possibilidades financeiras dos pobres urbanos.[665]

Com a gigantesca crise econômica vivida por diversos países na década de 1980, instituições como o BID e o Banco Mundial, representantes dos credores, conquistaram maior poder de influência nas decisões governamentais, inclusive as de urbanização. É neste espaço que soluções mais simples para questões urbanas como as favelas passaram a ser entendidas como prioridade. E era neste sentido que a urbanização era preferível à remoção e construção de conjuntos habitacionais: não enquanto reconhecimento do direto à cidade desta população, mas enquanto solução economicamente viável. Infelizmente.

Assim como o Rio Cidade, o programa Favela-Bairro era uma reação à percepção generalizada de desordem urbana na cidade.

## O COMBATE À DESORDEM URBANA

Provavelmente, o maior desafio enfrentado pelo Rio de Janeiro no início da década de 1990 foi a escalada vertiginosa da violência urbana.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, o Rio de Janeiro conviveu com altos índices de criminalidade violenta. Emblemáticos deste processo foram os casos das chacinas de Vigário Geral e Candelária, além dos arrastões nas praias da zona sul.

Contudo, o ano seguinte, 1993, seria ainda o mais trágico.

Em abril de 1993, onze supermercados foram saqueados nas zonas norte e oeste da cidade. Investigações apontavam para o envolvimento de policiais civis na organização das ações.

Em 23 de julho, oito jovens moradores de rua foram assassinados e seus corpos dispostos em frente à Igreja da Candelária no Centro. Investigações identificaram, posteriormente, um grupo de extermínio chamado *Cavalos Corredores* como autores do crime. O grupo *vendia segurança particular* a comerciantes locais, que teriam *contratado* a ação para diminuir o número de pequenos assaltos cometidos por menores em situação de rua – cerca de 50 meninos moravam sob as marquises próximas à Igreja da Candelária. A chacina foi notícia em veículos internacionais e gerou amplo desgaste político para Brizola.

---

[665] Arantes, 2006, p.5-6.

Dois meses depois, uma escalada na violência quando trinta e cinco homens encapuzados adentraram a Favela de Vigário Geral e executavam vinte e um moradores na madrugada de 29 de agosto – treze homens, seis mulheres e dois adolescentes. Posteriormente, as investigações identificaram como autores 28 policiais militares, três detetives e dois funcionários da Polícia Civil que, em represália à morte de quatro companheiros de farda em conflito com traficantes locais, decidiram por realizar a *operação clandestina.*

Pouco tempo depois, os mesmos *cavalos corredores, um* grupo de extermínio que surgira no 9º BPM quando este esteve sob o comando do Coronel Emir Laranjeira (que desde abril de 1990 era deputado estadual pelo PSDB), foi acusado de ser o autor do sequestro e assassinato de onze adolescentes moradores do bairro de Acari, ocorrido em julho de 1990.

Ainda que as investigações tenham identificado policiais militares como autores de todos esses crimes, estas tragédias foram associadas a uma escalada da atuação de criminosos comuns, não-policiais.[666] Neste contexto, o discurso acionado por Brizola, de defesa dos direitos humanos acabou por se desgastar e ser associado à noção de inoperância e falta de iniciativa do Estado em lidar adequadamente com criminosos.

Em realidade, a crítica severa à *inoperância de Brizola frente à crise de segurança pública,* atingia o brizolismo em um dos seus principais baluartes. Junto com o nascimento do brizolismo, surgia no Rio de Janeiro uma política de redefinição dos parâmetros que norteavam a segurança pública; uma política que encarava o crime como problema comunitário e que, portanto, via na prevenção, na integração comunitária, na legalidade e no respeito aos direitos dos cidadãos (mesmos os mais pobres e favelados) as bases para a prevenção ao crime.[667] Dez anos após o início de sua implementação, quando da modificação na forma da criminalidade urbana, as reformas apresentadas pelo brizolismo passaram a ser entendidas como pouco eficazes no combate à criminalidade, ou, até mesmo como cúmplices desta criminalidade.[668]

---

[666] Em verdade, as investigações identificaram a existência de cerca de 300 policiais organizados em sete grupos de extermínio nos quartéis da PMERJ e nas delegacias da Polícia Civil que praticavam assassinatos e extorsão de criminosos, além de garantir proteção ao transporte de drogas e segurança a comerciantes (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbete Leonel Brizola - http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/ dicionarios/verbete-biografico/leonel-de-moura-brizola).

[667] Cf. Silva, 2016.

[668] Mas a crítica à reformulação da política de segurança não surgiu na década de 1990. Já em 1983, por exemplo, Brizola respondia a uma CPI na ALERJ que apurava as causas do aumento da criminalidade urbana, motivada principalmente pelos saques a supermercados e pelas rebeliões nos presídios.

Outro exemplo foi o fato de Moreira Franco, ao assumir em 1987, afirmar que reestabeleceria a ordem acabando com o crime em meses, por meio de uma ação policial implacável que incluía o retorno a uma política

Contudo, a mudança na forma da criminalidade não foi responsabilidade do brizolismo, mas algo que se operou para além das fronteiras do estado do Rio de Janeiro. As décadas de 1980 e 1990 assistiram a um aumento considerável no número de armas de fogo nas ruas, em boa parte, consequência da internacionalização do tráfico de drogas, que colocou a cidade do Rio de Janeiro como parte de importantes rotas de distribuição.

Mas havia ainda um outro problema.

> Ao longo da década de 1980, o crescimento da criminalidade foi se tornando inseparável da desorganização que afetou as instituições responsáveis pela manutenção da ordem pública, no curso de uma transição democrática complexa. Acentuou-se a violência policial contra a população civil, bem como o envolvimento das políticas com atividades criminosas.[669]

Com estas mudanças, na década de 1990, a violência deixava de ser uma prática isolada nas áreas de miséria e passava ao cotidiano de toda cidade, atingindo também os bairros onde morava a população de maior renda.

Infelizmente, sequestros, arrastões, chacinas, assaltos à mão armada e assassinatos tornavam-se parte do cotidiano do carioca. Mas foram as chacinas e os arrastões que ressignificaram para a população carioca a noção de violência. E foram estes eventos que atingiram o PDT e sua política de segurança em cheio. Discursos que acionavam metáforas de *guerra, cidade partida* ou *direitos humanos para os humanos de bem*, ganharam força. Não mais havia tempo para compreender o crime como uma forma da luta de classe que poderia ser combatida com justiça social, que era a proposta brizolista. A questão era urgente e a população clamava por resultados imediatos.

Em abril de 1994, Nilo Batista assumia como governador em lugar de Brizola, que se desincompatibilizara para concorrer à Presidência. Batista tomava posse em meio a mais uma grave crise de segurança pública, quando eram divulgados pela imprensa os livros de contabilidade do bicheiro Castor de Andrade, um dos líderes da cúpula do jogo do bicho. Os livros continham indicações de pagamentos a mais de cem políticos, inclusive o próprio Nilo Batista, o já prefeito Cesar Maia e o ex-presidente Fernando Collor, dentre muitos outros.

Em outubro de 1994, com a escalada da crise de segurança pública, Nilo Batista declarava-se favorável a uma participação do governo federal no combate ao crime organizado.

---

de segurança pública de enfrentamento e eliminação do criminoso. Visto que a solução não é e nunca poderia ser simples, Moreira Franco nada conseguiu de real.

[669] Silva, 2016, p. 243.

A intervenção direta das forças armadas na segurança pública tomou a forma de um convênio chamado Operação Rio. Durante os dois meses da vigência deste convênio, as ações dos órgãos estatais de segurança foram geridas por um órgão central comandado por um oficial do Comando Militar do Leste indicado por Itamar Franco. Ademais, o Comando Militar do Leste tinha amplos poderes para investigar a polícia militar, intervir na polícia federal e dispor das forças armadas do estado. Ainda durante a vigência da Operação Rio, militares do exército e fuzileiros navais ocuparam as favelas e as ruas da cidade.[670]

Por conseguinte, já no início da década de 1990, operava-se uma mudança na imagem do Rio de Janeiro: de cidade maravilhosa para cidade do crime e do medo. O aumento da violência urbana refletiu-se em políticas de combate ao que era chamado por Cesar Maia desde a campanha para prefeito de desordem urbana como, por exemplo, os já mencionados programas Favela-Bairro e Rio-Cidade. Refletiu-se, também, no retorno de políticas de repressão ao crescimento das favelas, pelo menos por parte do poder municipal.

Uma das regiões da cidade em que foram mais intensas as operações de combate à desordem urbana foi o Centro.

Desde o fim da década anterior, vinham sendo cada vez mais comuns reportagens retratando os efeitos da grave crise econômica no espaço urbano como a má conservação dos espaços e dos imóveis. Somente em 1989, quatro sobrados do Corredor Cultural foram destruídos por incêndios. Em novembro de 1989, o desabamento de um beiral destruiu oito carros na Avenida Mem de Sá.[671] Em 1990, no mesmo mês de fevereiro, três incêndios destruíram três imóveis no mesmo quarteirão.[672] Em março de 1991, um edifício na Praça Tiradentes pegou fogo e sua cúpula ruiu.[673]

---

[670] Para maiores detalhes, ver a obra de Coimbra, 2001.

[671] Jornal do Brasil, 01/11/1989

[672] Jornal do Brasil, 15/02/1990.

Em resposta aos incêndios, a Prefeitura publica no ano seguinte um manual para prevenção de incêndios no Corredor Cultural intitulado Não *deixe o fogo destruir o seu (e nosso) patrimônio.* Elaborado pelo escritório técnico do Corredor Cultural, o livreto foi distribuído gratuitamente (Jornal do Brasil, 25/02/1991).

[673] Jornal do Brasil, 01/03/1991.

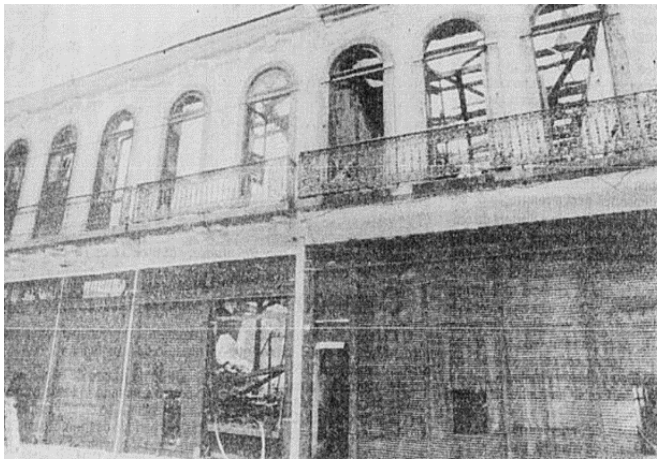


Figura 120 – Imóvel destruído no incêndio de fevereiro (Jornal do Brasil, 15/02/1990).

Mas não eram somente incêndios os problemas do Centro. Comerciantes reclamavam da insegurança, principalmente dos assaltos cometidos pelos menores em situação de rua. Outra reclamação constante eram os camelôs, numerosos nas calçadas do bairro.



Figura 121 – Camelôs na Rua Uruguaiana (Jornal do Brasil, 06/11/1991).

Apesar das obras de revitalização e reurbanização de diversos locais do Centro realizadas nos últimos anos pela gestão Marcello Alencar, a população estava insatisfeita – tanto que o tema havia sido uma das principais pautas de campanha de Cesar Maia à prefeitura.

Em 1993, cobrava-se do novo prefeito a disciplinarização dos camelôs. Ou melhor, sua retirada. Criticava-se, principalmente a falta de espaço para os pedestres nas calçadas, além dos danos causados à pavimentação por conta da fixação das barracas.

> O comércio ambulante transformou-se em atividade marginal de grande porte. Existem cadeias de fornecedores que atuam no comércio ambulante.[674]

[674] Depoimento do Secretário Municipal de Fazenda Edgar Gonçalves da Rocha (Jornal do Brasil, 25/10/1992).

Em verdade, Cesar Maia não fora o primeiro prefeito a tentar ordenar o comércio ambulante nas ruas do Rio. Citando somente uma tentativa contemporânea à Maia, o próprio Marcello Alencar tentou, em 1992, reordenar esta atividade por meio da modificação do protocolo de fiscalização. Em uma tentativa de desestruturar uma rede de corrupção articulada com o comércio ilegal, a prefeitura optou por acabar com os *rapas*, passando a atribuição de fiscalização diretamente aos fiscais da Secretaria Municipal de Fazenda. A nova estratégia acabou em grave conflito entre ambulantes e fiscais, chegando até mesmo a causar a morte do engenheiro Rogério Cláudio Martins de Almeida, baleado em um atentado contra o presidente da Associação dos Ambulantes do Centro, João Pires, que pretendia denunciar a máfia do contrabando.[675]

Este episódio evidenciou, também, o conflito entre governador Leonel Brizola e o prefeito Marcello Alencar, que culminou no rompimento desde último com o PDT em 1993. Marcello, que desejava reduzir a camelotagem na cidade, necessitava de apoio da polícia militar, que estava sob o controle do governo estadual. Brizola, por sua vez, acusava o prefeito de ser insensível ao problema social, recusando-se a autorizar o uso da força policial nas ações da prefeitura.

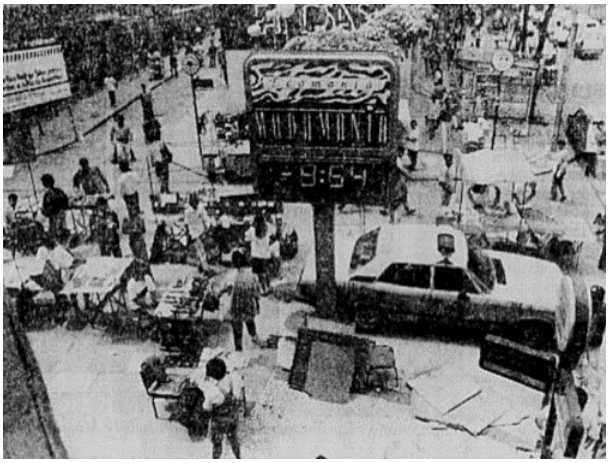


Figura 122 – Esquina da Avenida Rio Branco e Rua Sete de Setembro, tomada de barracas (Jornal do Brasil, 25/10/1992).



Figura 123 – Ambulantes no Centro do Rio (Jornal do Brasil, 07/03/1993).

[675] Jornal do Brasil, 25/10/1992.



Figura 124 – Famílias inteiras moravam nas ruas do Centro (Jornal do Brasil, 23/05/1993).

Mas retornemos à gestão de Cesar Maia.

Em março de 1993, a população cobrava de Maia uma solução para a questão dos ambulantes. Estatísticas apontavam que, em apenas três meses daquele ano, o número de barracas teria aumentado em 20%.[676]

Acusava-se, diretamente, o brizolismo pelo quadro de desordem urbana. Rui Cesar Miranda Reis, Coordenador de Licenciamento e Fiscalização da prefeitura afirmava que, a atividade de camelô fora estimulada por 12 anos "seja por problemas econômicos do país ou mesmo pela falta de repressão".[677]

Ao longo do mandato, Cesar Maia reduziria o número de comerciantes ambulantes de 40 mil para 10 mil e os reassentaria em toda a cidade. Em 1994, Cesar Maia inaugurou o Mercado Popular da Uruguaiana, conhecido popularmente como camelódromo, para abrigar, de maneira disciplinada, os camelôs da região.

Além da disciplinarização das ruas do Centro, Maia retomou projetos de revitalização da região e fortaleceu o projeto Corredor Cultural.

[676] A região central, que vivia um esvaziamento econômico flagrante, possuía, em maio de 1995, cerca de 4 mil camelôs, 3.700 pessoas em situação de rua e 900 meninos em situação de rua. Diante do cenário, muitas empresas estavam saindo do Centro e, portanto, muitos edifícios comerciais se encontravam vazios. As ruas eram sujas e os buracos generalizados (Jornal do Brasil, 23/05/1993).

[677] Jornal do Brasil, 07/03/1993.

Já nos primeiros dias de seu mandato, Maia anunciava que as Docas do 1º Distrito Naval passariam a integrar o projeto Corredor Cultural por meio de um convênio entre a prefeitura e a Marinha para reurbanizar a área que ganharia museu, ponte de acesso e restaurante.

> Isso é fundamental para a reintegração do Centro à vida cultural da cidade.[678]

Em abril de 1993, a equipe do arquiteto Claudio Taulois, responsável pelo projeto Rio Cidade Centro, anunciava que melhorar a circulação dos pedestres era prioridade do projeto. "Vamos devolver ao Rio o prazer de andar nas ruas" dizia o agora Subprefeito do Centro Augusto Ivan de Freitas Pinheiro.[679]

A escolha de Augusto Ivan como Subprefeito do Centro também mostra um reconhecimento da força do projeto Corredor Cultural, afinal, Augusto fora seu idealizador, em 1979.

> Nem tudo está perdido. A área caiu nas mãos do arquiteto Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, idealizador do Corredor Cultural, subprefeito do bairro e cheio de ideias revitalizadoras.[680]

> Todas as polêmicas são boas, quando frutificam. O Corredor Cultural abriu caminho e mostrou que o Centro tem seu valor. O Rio precisa libertar-se da saudade do tempo em que era capital federal e assumir sua vocação: turismo, lazer, cultura. Só isto poderá leva-lo a crescer economicamente. E nisto o Centro tem função fundamental, de retomada do valor histórico e cultural da cidade.[681]

Em junho, estudava-se a possibilidade de desapropriação de imóveis do Centro que estivessem em mau estado de conservação: com risco de incêndio ou de desabamento de rebocos, marquises e fachadas. A proposta da Subprefeitura do Centro estava sendo estudada pela Procuradoria Geral do Munícipio.[682]

Em novembro de 1993, era inaugurada a nova Cinelândia, após a execução de obras de reurbanização. O projeto, desenhado por arquitetos da SMU, instalou três quiosques para venda de plantas, 11 postes de luz e 18 bancos, além de retirar os camelôs da praça. Em comemoração

[678] Depoimento de Cesar Maia (Jornal do Brasil, 10/01/1993).

[679] Jornal do Brasil, 21/04/1993.

[680] Jornal do Brasil, 23/05/1993.

[681] Jornal do Brasil, 24/02/1994.

[682] Jornal do Brasil, 16/06/1993.

à inauguração, a Sociedade de Amigos da Cinelândia, a SACI, organizava um dia de festas na praça.[683]

Em abril de 1993, uma ótima notícia para o processo de revitalização do Centro! Cesar Maia revogava dois decretos que dificultavam o projeto: o Decreto 59.996/1973, que proibia a construção de edifícios sem garagem estimulando o uso do transporte individual, e o Decreto 335/1976 que proibia a instalação de residências na área. Este último decreto era considerado um absurdo: "além de não se pautar em nenhuma lógica, condenou o Centro da cidade à condição de deserto. [...] O Centro, excessivamente movimentado durante o dia, vira de noite e nos feriados, uma cidade-fantasma, habitada por pivetes e mendigos. É uma região que a população evita instintivamente, mesmo que boa parte das ofertas culturais do Rio ali se concentre".[684]

Em fevereiro de 1994, era submetido à Câmara dos Vereadores o projeto de anulação dos dois decretos. O plano tomou a forma da Lei 2236, publicada em 1994, que alterou as condições de uso e ocupação do solo em parte do bairro do Centro, na chamada Área de Especial Interesse Urbanístico da II R.A. – Centro. [685] A nova legislação restaurou o uso residencial em toda a área e consolidou os gabaritos reduzidos, estipulados pelo Corredor Cultural.



Figura 125 – Mapa das áreas onde seriam liberadas construções residenciais (Jornal do Brasil, 23/02/1994).

Interessante observar que o novo plano de revitalização do bairro tomava como fundamental não mais o estímulo ao uso cultural, mas sim o estímulo ao uso residencial.

[683] Jornal do Brasil, 09/11/1993.

[684] Jornal do Brasil, 02/04/1993.

[685] Jornal do Brasil, 23/02/1994.

Infelizmente, mais de 20 anos se passaram, mas ainda não se conseguiu retomar a vocação residencial do Centro, mesmo com a mudança na legislação.

## AS POUCAS MOBILIZAÇÕES CONTRA PROJETOS IMOBILIÁRIOS

Ao longo da pesquisa, foram poucos os casos identificados de mobilizações de associações de moradores contra projetos imobiliários entre 1993 e 1994. Em realidade, esta dificuldade é sintoma de um processo de declínio deste tipo de mobilização, que desde o fim da década de 1980 vinha sendo substituído pela questão ecológica.

Identifiquei, casos interessantes somente no bairro da Tijuca. Tratarei destas histórias nas páginas seguintes.

Na década de 1990, houve um aumento no número de pedidos de demolição na região da Grande Tijuca. Em 1992, segundo o Jornal do Brasil, a Tijuca era o bairro que mais registrava demolições na cidade, 25 no total, contra somente 5 pedidos para Botafogo.[686]

> Assisti à verticalização da Tijuca. Chegamos a um ponto de saturação demográfica no bairro que torna proibitivas novas construções", acusa o morador e ex-presidente da associação de moradores, vereador Chico Alencar do PT, que pretende dar início a um programa de SOS para a Tijuca com uma nova Administração Regional.[687]

Dentre os 25 pedidos de demolição de antigos casarões do bairro, um deles acabou por mobilizar um grande número de moradores em sua defesa. Foi o caso do pedido de demolição de um palacete localizado na esquina das ruas Conde de Bonfim e Garibaldi em 1992. Chamado popularmente de *último casarão da Tijuca* (apesar de não o ser), sua defesa mobilizou até mesmo a Câmara dos Vereadores.

Tudo começou no antigo Bar Brotinho (mais conhecido como Bar da Dona Maria), um bar tradicional do bairro, localizado em frente ao casarão e frequentado por personalidades da música, como Aldir Blanc e Beth Carvalho, e lideranças políticas, como o então vereador do PT (e tijucano) Chico Alencar, líder do movimento pela preservação da edificação.[688]

---

[686] Jornal do Brasil, 14/04/1993.

[687] Jornal do Brasil, 14/04/1993.

[688] O Bar Brotinho encerrou suas atividades em 2015.

Em fevereiro de 1992, Chico Alencar enviava ao DGPC um ofício solicitando uma avaliação do valor histórico e cultural do casarão, com vistas a um tombamento.[689]

A resposta do poder executivo foi rápida e, em 8 de junho daquele ano, o palacete era tombado provisoriamente pela prefeitura.[690]

Com o tombamento garantido, no dia 27 de junho, os frequentadores do bar convidaram os moradores do bairro a participar de uma enquete cujo objetivo era definir o melhor destino para o imóvel, de modo que, posteriormente, a proposta pudesse ser apresentada aos vereadores na forma de um projeto de lei. O evento de votação foi encerrado com show de improviso dos músicos Aldir Blanc, Marcelo Lessa e Moacir Luz no Botequim da Dona Maria.[691]

Contudo, de maneira inesperada (por razões meramente burocráticas), o celebrado tombamento seria revogado quatro meses depois, em outubro, pelo mesmo Marcello Alencar que o havia assinado.[692]

A questão seria solucionada por Cesar Maia em 1995, quando decretou novamente o tombamento provisório[693] e, em 1996 declarou o imóvel de utilidade pública para fins de desapropriação. Ali, Maia instalou o Centro de Referência da Música Carioca, inaugurado em 2007, em seu terceiro mandato como prefeito.[694]

O palacete da Rua Conde de Bonfim não foi a única edificação em risco de demolição transformado em equipamento cultural por Cesar Maia na Tijuca. Em seu primeiro ano como prefeito, Maia tombava o antigo Complexo Industrial da Hanseática-Brahma, abandonado desde 1992. Estudava-se, na época, a possibilidade de ali instalar um centro cultural e o primeiro Museu da Cerveja do Brasil, como ação de revitalização do bairro. A maioria dos vizinhos aprovava o tombamento: “Aqui na Tijuca faltam espaços para a distração dos moradores. O

[689] Processo 12/000.524/1992.

[690] Decreto 11.056 de 08/06/1992.

[691] Jornal do Brasil, 18/06/1992.

[692] Decreto 11.420 de 07/10/1992.

A revogação foi motivada pelo não cumprimento de um ato burocrático do processo de tombamento, a notificação ao proprietário.

[693] Decreto 13.946 de 08/06/1995.

[694] O tombamento definitivo ocorreu em 2009 pelo Decreto 31.569 de 11/12/2009.

aproveitamento da antiga fábrica como centro cultural e museu será genial", diz Maria Luiza, moradora.[695]

A instalação de um equipamento cultural na antiga fábrica demoraria um pouco mais. Somente em 2004 seria inaugurado ali o Centro Coreográfico da Cidade do Rio de Janeiro, já durante o segundo mandato de Cesar Maia como prefeito.[696]

Diante dos pedidos de demolição na Tijuca, o DGPC apresentou, em dezembro de 1994, uma proposta de preservação do bairro, na forma do tombamento de vinte e cinco imóveis.[697] Em paralelo, foi elaborado também um estudo para publicação de uma APAC no bairro. Ainda que algumas partes do estudo tenham se tornado áreas de preservação, a APAC propriamente dita nunca saiu do papel.

## O RETORNO DAS REMOÇÕES DE FAVELAS

O discurso de combate à desordem urbana acabou por trazer de volta à pauta as favelas cariocas como um problema urbano que precisava ser enfrentado. Não mais como um problema global, como fora nas décadas de 1960 e 1970, mas como casos pontuais que, notadamente, envolviam em seus discursos justificativas de preservação do patrimônio ecológico da cidade. Como já mencionado, a maior parte destes casos ocorreu nos bairros da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes. Contudo, identifiquei pequenos outros casos em Laranjeiras e no Leblon.

Antes de tratar dos casos propriamente ditos, me parece importante apontar uma aparente contradição discursiva da gestão Cesar Maia: ao mesmo tempo em que afirmava a importância de se frear o crescimento das favelas sob a ótica do ordenamento urbano, tinha como uma de suas bandeiras o programa Favela-Bairro, uma iniciativa pioneira de urbanização de favelas. Mas esta contradição que nos salta aos olhos em um primeiro olhar, parece menos surpreendente quando olhamos com mais atenção a lógica do programa Favela-Bairro que, apesar de promover melhorias por meio da urbanização, tinha como horizonte a disciplinarização e o controle do crescimento das favelas.

---

[695] Jornal do Brasil, 05/10/1994.

[696] O restante da fábrica abriga, desde então, um supermercado.

[697] Processo 12/004.010/1994.

Dito isso, passemos aos casos propriamente ditos.

## A OCUPAÇÃO DESORDENADA DA BARRA DA TIJUCA E RECREIO DOS BANDEIRANTES

As primeiras notícias de ocupação desordenada da Barra da Tijuca datam de 1987 quando jornais noticiavam um *caos urbanístico na Baixada de Jacarepaguá.*

Em fevereiro de 1987 era publicado no Diário Oficial um suplemento chamado "Para onde vai o Rio". Segundo a reportagem, de 1975 a 1985, foram licenciados em toda a cidade 50 milhões de metros quadrados de área para construção (73% para uso residencial e 27% para comerciais, industriais ou mistos), além de concedidos *habite-se* para 33 milhões de metros quadrados. O levantamento apontava a maior quantidade do licenciamento se concentrou na Barra da Tijuca (16% ou 8 milhões de metros quadrados), seguido por Jacarepaguá 12%, Botafogo 9%, Méier 9% e Lagoa 7%. [698]

O próprio Lucio Costa já havia se manifestado na Câmara dos Vereadores contra a desfiguração do Plano Piloto, de sua autoria. Em paralelo, moradores da Barra também ensaiavam protestos.[699]

O projeto elaborado pelo arquiteto Lucio Costa para a Baixada de Jacarepaguá em 1969 estabelecia como principal diretriz a conciliação de uma urbanização inevitável com a preservação de características naturais. O plano não previa a construção de espigões, mas sim de edifícios de 5 andares. Já para a área do Recreio dos Bandeirantes e Vargens, previa áreas agrícolas com sítios, granjas e chácaras. Mas não era essa a realidade da Baixada de Jacarepaguá no início da década de 1990.

Identifiquei, ao longo da pesquisa, dois grandes casos de conflitos fundiários que, sob a máscara da preservação do meio ambiente natural, encobriam a valorização da terra: o caso da ocupação das margens da Lagoa da Tijuca e o caso da ocupação das margens da Lagoa de Marapendi.

Iniciemos pela Lagoa da Tijuca.

---

[698] DOERJ, 24/02/1987.

[699] Jornal do Brasil, 04/11/1987.

Entre as décadas de 1960 e 1980, a região registrara um crescimento populacional de 220%! (Cardeman, 2004)

Ao final da década de 1980, uma grande polêmica envolvendo posseiros, grileiros e a construção de um grande condomínio de luxo chegava às margens da Lagoa da Tijuca: a construção do condomínio Península da Barra, um dos maiores projetos da Carvalho Hosken Engenharia,[700] previa a construção de 324 edifícios de 18 andares e compreendia uma área de 3 milhões de metros quadrados, totalizando 45 mil unidades residenciais e comerciais.

Sua licença de construção havia sido aprovada diretamente com o Secretário de Planejamento na gestão de Israel Klabin em 1980. Na época, também foi alterado o gabarito do local de 8 para 18 pavimentos. Ainda que cancelada a licença na gestão de Júlio Coutinho, a empresa ganhou o direito de construir o projeto na Justiça com base no argumento do direito adquirido.

Desde então, as associações de moradores da região passaram a combater a materialização do projeto por meio do argumento de que a obra causaria dano irreparável ao ecossistema da Lagoa. Em 1987, moradores moveram ação civil pública através da Curadoria do Meio ambiente, pedindo a suspensão da obra. Alegava-se então que os prédios de 18 andares esconderiam a Pedra da Panela, tombada pelo INEPAC.[701]

Em 1988, ainda na gestão de Saturnino Braga, a disputa voltava com toda força.

Em março de 1988, uma enxurrada de denúncias sobre a ocupação irregular das margens da Lagoa da Tijuca inundava a Serla. Um ofício assinado pelas Associações Comercial e Industrial da Barra da Tijuca e de Jacarepaguá, pelo Conselho Comunitário da Barra, pela Associação de Moradores do Recreio dos Bandeirantes, pelo Lions Clube, pelo Casa Shopping, pelo BarraShopping e pela Carvalho Hosken Engenharia havia sido enviado à Serla, ao govenador Moreira Franco e ao 18º BPM pedindo providências para acabar com a ação de grileiros, que estariam cercando com arame farpado a faixa marginal da Lagoa da Tijuca e construindo 12 barracos atrás do Casa Shopping.[702]

Verificada a veracidade das denúncias, a Administração Regional da Barra solicitou o embargo das obras e demolição dos barracos. Estudava-se, então, uma forma de despejar 60

[700] Fundada pelo engenheiro Carlos Fernando de Carvalho em 1951, a Carvalho Hosken participou da construção de Brasília e, na década de 1960, construiu núcleos habitacionais nas cidades-satélites do novo Distrito Federal. Ao final dos anos 1960, passou a atuar fortemente no Rio de Janeiro, na construção de condomínios de luxo. No final dos anos 1970 e início dos 1980, enxergou o potencial imobiliário da Barra da Tijuca, onde investiu pesadamente na construção de bairros planejados na forma de supercondomínios.

[701] Esta ação civil pública nunca foi julgada.

[702] Jornal do Brasil, 29/04/1988.

pessoas que moravam no local conhecido como Favela Via Parque e que diziam ali estar há 6 anos e que somente teriam sido notados após as obras da Carvalho Hosken Engenharia derrubar parte da vegetação.[703]

Em revide, os moradores da Favela Via Parque denunciaram a própria Carvalho Hosken Engenharia, que estava aterrando vasta região de manguezais para a construção do mencionado condomínio Península da Barra.[704]

Consequência da denúncia, em fevereiro de 1990, já na gestão de Marcello Alencar, seriam embargadas as obras de construção do Península da Barra, que em fase de terraplanagem, estavam degradando uma área de preservação permanente às margens da Lagoa e aterrando parte do manguezal. [705] Apesar do embargo, a construtora prosseguiu com as obras.[706]

No centro da disputa com a Carvalho Hosken Engenharia estava a bióloga e servidora municipal Sonia Regina Brito,[707] que causou uma crise interna na administração municipal por supostamente ter feito o embargo à revelia do prefeito Marcello Alencar e do Secretário de Urbanismo e Meio Ambiente Arnaldo Mourthé, ambos apoiadores do projeto.

Em resposta às acusações, o diretor da Carvalho Hosken Engenharia respondia "ninguém em sã consciência faria hoje algo contra a ecologia. Somos a favor da ecologia. A Carvalho Hosken jamais estaria fazendo qualquer tipo de depredação ao meio ambiente".[708]

Com o embargo, as associações de moradores ganharam um reforço na luta: a partir de então, o Vereador Edson Santos do PCdoB afirmava que iria articular tombamento da orla da Lagoa da Tijuca.

---

[703] Jornal do Brasil, 29/04/1988.

[704] Jornal do Brasil, 29/04/1988.

[705] Jornal do Brasil, 06-02-1990.

[706] Jornal do Brasil, 08/02/1990.

[707] Sonia Regina Brito foi a bióloga responsável pela elaboração do parecer que justificou a remoção. Contudo, não deixou de constatar que, no outro lado do manguezal, o projeto da Carvalho Hosken Engenharia causava danos ainda maiores. Em seu parecer dizia que "os danos ecológicos que possam a vir ser imputados à comunidade carente da [Favela] Via Parque são irrelevantes diante da degradação ambiental verificada na área contígua ao referido trecho" (Jornal do Brasil, 06/02/1990).

[708] Jornal do Brasil, 06/02/1990.

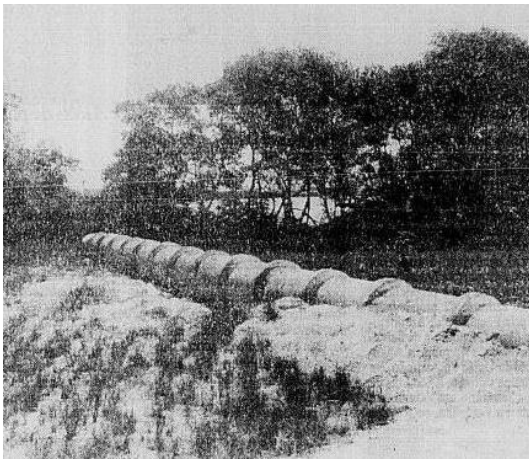


Figura 126 – Tubulões da Carvalho Hosken Engenharia abancam sobre o manguezal (Jornal do Brasil, 06/02/1990).

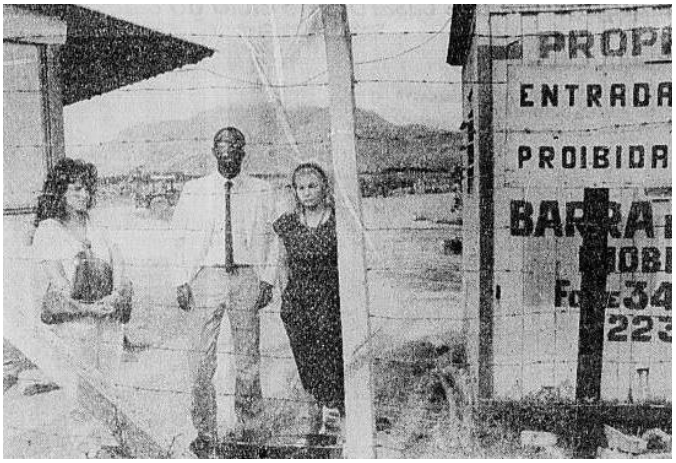



Figura 127 – A bióloga Sonia Regina Brito, o vereador Edson Santos e a vereadora do PDT Regina Gordilho no canteiro de obras do Península (Jornal do Brasil, 06/02/1990).



Figura 128 – Bióloga Sonia `Regina é acompanhada no local pelo Vereador Chico Alencar e pela Vereadora Regina Gordilho (Jornal do Brasil, 08/02/1990).

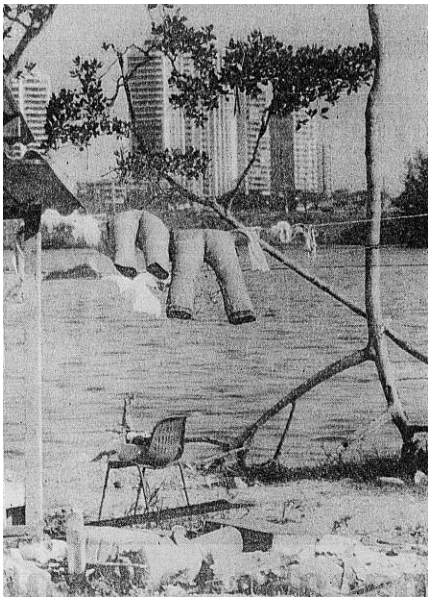


Figura 129 – A Favela Via Parque (Jornal do Brasil, 08/02/1990).

Surpreendentemente, em fevereiro de 1990, a prefeitura do ainda pedetista Marcello Alencar realizava um o cadastramento das famílias na favela, para removê-las do entorno da Lagoa[709] - cabe lembrar que a regularização fundiária de favelas era uma das principais bandeiras do brizolismo no Rio de Janeiro.

Durante o trabalho das assistentes sociais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social revelou-se, em meio aos 84 barracos, uma nova figura urbana: *o caseiro da favela.* O

[709] As famílias seriam reassentadas em Curicica, com apoio da Associação Comercial e Industrial da Barra. O processo reassentamento das famílias corria na 2ª Vara de Fazenda Pública.

caseiro seria uma "espécie de testa-de-ferro de engenheiros e empresários, que, aproveitando-se da usucapião, [usavam] famílias de aluguel para se apropriar daquela faixa de terra".[710]

Com o fim do cadastramento, em 16 de fevereiro de 1990, uma tentativa de despejo dos moradores da Favela Via Parque acabaria em um grande tumulto no qual o Secretário Municipal de Desenvolvimento Social Pedro Porfírio foi agredido.

Na manhã do dia 16, quatro oficiais de Justiça, acompanhados do chefe da Defesa Civil tentaram realizar o despejo, contudo, os moradores, de posse da cópia da liminar da 2ª Vara Cível que suspendia a desocupação se recusaram a sair. Com a confusão, foram deslocados para o local, 42 policias do 18º BPM de Jacarepaguá, 40 homens da Secretaria Municipal de Obras e 20 garis, além de assistentes sociais.

Após a confusão, o despejo foi suspenso e decidiu-se que as 130 famílias permaneceriam no local até que fossem identificados os casos individualmente.[711]

Mas não era somente a Favela Via Parque que ocupava irregularmente as margens da Lagoa da Tijuca. Em 22 de fevereiro, membros da AMABARRA protestavam contra a construção de um muro para delimitar um novo loteamento irregular em frente à Igreja de São Francisco de Assis. Na ocasião, a associação entrou com ação na Procuradoria de Justiça pela desocupação da área.[712]

O ano de 1990 foi intenso para o debate sobre a regularização fundiária das terras às margens da Lagoa da Tijuca.

Em abril de 1990, ocorria um episódio inusitado chamado pelos jornais *leilão da corrupção*. Nas escadarias da Câmara dos Vereadores, ao lado dos vereadores Regina Gordilho (PDT) e Chico Alencar (PT), a bióloga Sonia Regina Brito leiloou uma cesta de natal com produtos importados que lhe haviam sido enviados no final do ano anterior, para provar que não havia se vendido à construtora Carvalho Hosken Engenharia. O dinheiro arrecadado seria

[710] Jornal do Brasil, 08/02/1990.

Dentre os *proprietários* dos terrenos estavam pessoas de alto poder aquisitivo, como americano Paul Svanovick Loguikov, exportador de diamantes e tradutor, um peruano chamado Henrique, dono de 20 carrocinhas de cachorro quente na praia da Barra e proprietário de uma casa no Joá; ou ainda, Alonso, morador do condomínio Alpha Barra e proprietário da Fábrica Duralond e de um depósito de papel em Jacarepaguá chamado Papillon.

[711] Jornal do Brasil, 16/02/1990.

[712] Jornal do Brasil, 22/021/1990.

usado para impressão de panfletos contra a especulação imobiliária. O leilão irritou o prefeito, que exonerou a bióloga da Superintendência de Meio Ambiente no mesmo dia.[713]

É interessante atentar para o apoio de uma vereadora do PDT à bióloga e funcionária municipal que, publicamente, enfrentava Marcello Alencar – reflexo do distanciamento crescente entre o ainda prefeito pedetista e o brizolismo.

Ainda em 1990, em abril, seria instituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias de irregularidades cometidas pela Carvalho Hosken Engenharia.[714] Em função da confusão, da CPI e da recessão econômica, as obras de construção do Península da Barra ficaram paralisadas até o fim de 1992.

Em 1993, como já mencionado, Cesar Maia assumia a prefeitura com um forte discurso em defesa da ordem urbana. Ademais, o novo prefeito afirmava que não seria complacente com invasões de terrenos e que tomaria medidas enérgicas contra o que chamava "indústria da invasão", em especial na Barra da Tijuca e Jacarepaguá.[715] Dizia, em crítica direta ao brizolismo do qual fez parte, que os casos aumentaram porque nos últimos 10 anos o poder público fora omisso. Maia dizia, em entrevista ao Jornal do Brasil, que assim que fosse suspensa a liminar da Justiça que permitia a permanência dos moradores da Favela Via Parque iria "passar o trator em cima, e de madrugada".[716]

Cerca de um mês após a fala polêmica, Cesar Maia pôs em ação as *medidas enérgicas* que havia prometido. Naquele dia 16 de março de 1993, durante uma tentativa de desocupação da Favela Via Parque, três pessoas ficariam feridas e um morador da Favela Via Parque seria preso.

> Invasores enfrentam PMs em Via Parque. Prefeito assume responsabilidade, mas acusa estado de patrocinar desordem e de avisar sobre remoção na Barra previamente.[717]

---

[713] Jornal do Brasil, 07/04/1990.

A assessoria da diretoria da Carvalho Hosken Engenharia negava que tivesse enviado presentes à ex-Superintendente.

[714] Resolução 639 de 25/04/1990.

[715] Levantamento do Iplan-Rio dizia que nos dois bairros estavam concentradas 45,7% das ocupações irregulares do município.

[716] Jornal do Brasil, 15/02/1993.

[717] Jornal do Brasil, 16/03/1993.

O confronto começou no início da manhã, logo após a chegada dos policiais, quando moradores reagiram com pedras, cacos de vidro e sacos de lama. Os policiais, por sua vez, responderam com golpes de cassetete e bombas de efeito moral. Moradores, apoiados pelo Deputado Carlos Machado do PSD, pela deputada Regina Gordilho do PDT e por diretores da FAMERJ, chegaram a parar três ônibus, furar seus pneus e utilizar os veículos para interromper o trânsito. A situação só se acalmou com a chegada de mais 30 homens do 18º BPM.

Apesar da confusão, Maia garantiu que a remoção continuaria e que a prefeitura, que em breve disporia de uma guarda armada, contribuiria também com força policial.[718]



Figura 130 - A deputada estadual Regina Gordilho (PDT) chegou a ser algemada por policiais militares (Jornal do Brasil, 16/03/1993).



Figura 131 - Moradores colocaram fogo em madeiras para impedir o acesso ao local (Jornal do Brasil, 16/03/1993).

A confusão mostra a polarização entre as esferas estadual e municipal e reafirmava a imagem de Cesar Maia que, assim como Carlos Lacerda na década de 1960, e fugindo do espectro do populismo, teria *tido pulso para enfrentar o problema da favela*; oposto de Brizola. Mais do que uma rivalidade entre antigos aliados, estavam em conflito ali dois modelos antagônicos de gestão pública.[719]

Cesar Maia acusava o 18º BPM de ter avisado a Secretaria Estadual de Urbanismo, Habitação e Assentamentos Humanos que, por sua vez, teria avisado os moradores.

> O prefeito lembrou que a Secretaria 'conhecida promotora de invasões', não possui atribuições fundiárias no município. "Se o governo estadual patrocina

[718] A Guarda Municipal do Rio de Janeiro foi criada pela Lei 1.887 de 27/07/1992, mas foi oficialmente implantada pelo Decreto 12.000 de 30/03/1993.

[719] Cf. Mattos, 2010.

> a ilegalidade, terá que enfrentar o município. O Rio não será mais patrocinado pela desordem', disse" Maia.[720]

Em resposta, o Coronel Contreiras, comandante do 18º BPM afirmava não ter vazado informações sobre a operação e que a resistência encontrada era fruto da organização daquela comunidade. Já a Defensoria Pública do Estado criticava abertamente a operação da prefeitura e reiterava a polarização.

> A retirada de invasores não pode ser operação secreta de guerra contra o inimigo. O fato de a polícia nos avisar nos permite tentar o diálogo entre as partes. [...] O estado trata a questão da moradia como uma questão social e não como um caso de polícia.[721]

Este episódio nos mostra, pela primeira vez nesta pesquisa, um personagem que, posteriormente, se tornaria central no campo político carioca: Eduardo Paes.

Eduardo Paes, que ingressou na política como integrante da Juventude Cesar Maia, foi nomeado Subprefeito da Zona Oeste em 1993, com apenas 23 anos.[722]

Paes justificava, em entrevista, a ação de 16 de março: a briga entre moradores e prefeitura se estende na Justiça há dois anos e, em 1993, a Justiça havia autorizado a demolição das benfeitorias e despejo dos moradores que se instalaram após o início do processo. Segundo seu depoimento, este era o objetivo da ação que acabou em confronto.[723]

A ação do dia 16 de março encontrou forte apoio na opinião pública, até mesmo no Jornal do Brasil, veículo que fora apoiador da corrente brizolista. Segundo editorial do dia seguinte à ação, o jornal afirmava que a encenação de resistência dos moradores não havia impressionado a opinião pública.

> Já era tempo de aparecer um administrador disposto a desmascarar o aliciamento de disponíveis para simulação de um fato social que nada tem de espontâneo: as invasões são planejadas, coordenadas e empreendidas para atender a um recrutamento demagógico que a mais ninguém engana. Acabou-se o tempo em que as ações de desafio a ordem se faziam passar por expressão política de um problema social. Há um negócio ilegal de invasão de áreas públicas ou privadas, como uma espécie de reserva de mercado eleitoral para políticos que, criado o fato e garantida a repercussão, mediante violência

[720] Jornal do Brasil, 16/03/1993.

[721] Jornal do Brasil, 16/03/1993.

[722] Em 1994, filiou-se ao PV, onde ficou até 1996, quando se elegeu vereador pelo PFL (foi o vereador mais votado naquela eleição). Paes rompeu politicamente com Cesar Maia em 2001. Posteriormente, foi eleito prefeito da cidade pelo PMDB por duas outras vezes, em 2008 e 2012.

[723] Jornal do Brasil, 16/03/1993.

> provocada ou simulada, entram em cena para remendar a ilegalidade. Começou a acabar a exploração.[724]
>
> A diferença é que a opinião pública já está suficientemente informada para entender e apoiar a determinação do prefeito César Maia de acabar com as ocupações ilegais, ali e em outros pontos da cidade.[725]

Na mesma reportagem, o Subprefeito Eduardo Paes questionava o porquê de estes grupos não atuarem em áreas desvalorizadas da cidade, mas preferirem "concentrar suas ações na Barra da Tijuca e em Jacarepaguá, onde o fenômeno das invasões tem-se acentuado nos últimos anos". O próprio jornal respondia à pergunta de Paes: "A resposta à pergunta formulada pelo Subprefeito da Barra é óbvia. As invasões se intensificam ali porque o metro quadrado da região é caro. Não é um problema social, mas um caso de especulação pura e simples que rende bom dinheiro aos que conseguem chegar primeiro para depois passar a posse, bem negociada, adiante. Há uma máfia por trás das invasões que precisa ser desmantelada. Isto não se faz sem energia e sem vontade política".[726]

As críticas à ocupação da Favela Via Parque continuavam. O mesmo jornal publicava em abril carta do leitor Carlos Vieira dizendo:

> A líder comunitária da APA na Barra da Tijuca declarou a este Jornal do Brasil que não abandonará o local, já que foi um espaço conquistado pela comunidade, exceto se o prefeito arranjar uma área para acolhê-los. Certíssimo. Nesta terra de ninguém, os espaços são conquistados, como no velho oeste e, preferencialmente na Barra da Tijuca".[727]

Em 5 de maio, Luiz Paulo Conde, Secretário Municipal de Urbanismo, suspendia os embargos e restaurava as licenças para loteamento e arruamento do empreendimento da Carvalho Hosken Engenharia às margens da Lagoa da Tijuca. A decisão polêmica teve consequências. No mesmo dia, Conde teve prisão decretada pelo juiz da 9ª Vara de Fazenda Pública Newton Campos de Medeiros, por não obedecer à Justiça. O secretário não foi para a cadeia por conta de um habeas corpus preventivo conseguido na 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, ainda na noite do dia 5.[728]

---

[724] Jornal do Brasil, 17/03/1993.

[725] Jornal do Brasil, 25/03/1993.

[726] Jornal do Brasil, 25/03/1993.

Segundo a reportagem, em 10 anos, as favelas da Barra teriam saltado de 23 para 66, enquanto as de Jacarepaguá de 16 para 36.

[727] Jornal do Brasil, 04/04/1993.

[728] Jornal do Brasil, 06/05/1993.

Dentre as vozes que condenavam o projeto do Península da Barra destacava-se a de Lucio Costa: Não pode ser. É aberrante. [...] é um disparate completo. É pura burrice. Uma coisa de um ridículo que não dá para comentar".[729]

A briga foi tamanha que terminou no STJ. Em 20 de maio, um desfecho: a Carvalho Hosken Engenharia perdia judicialmente para a Prefeitura uma luta de 14 anos. Com a decisão do STJ, a empreiteira ficou proibida de construir no local e foi obrigada a modificar o projeto, diminuindo seu impacto ambiental.[730]

Em agosto de 1994, chegava ao desfecho a desocupação da Favela Via Parque. Após 5 anos de batalha judicial e várias tentativas de despejo frustradas por liminares, eram desocupadas 83 casas.[731] A retirada dos moradores mobilizou o enorme contingente de 180 policiais militares, 160 guardas municipais e 440 funcionários da Comlurb, a Subprefeitura da Barra, a Secretaria Municipal de Obras, a Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social, a Defesa Civil e a Procuradoria Geral do Município.

Apesar do aparato policial e institucional, houve confusão.

> Armados com coquetéis molotov, os invasores da Via Parque fizeram vigília de madrugada. Barricadas com fogueiras e troncos de árvores foram montadas em todos os acessos à favela. Alguns líderes dos moradores escondiam os rostos com gorros e camisas. Um deles jogou duas bombas incendiárias no alojamento da Tensor Engenharia, que constrói o novo Hospital Lourenço Jorge, ao lado das casas. As bombas provocaram um incêndio, logo controlado. Uma caixa com 58 garrafas de coquetel molotov foi apreendida.[732]

Afirmava-se, então, que lideranças religiosas haviam estimulado a resistência dos moradores. Até mesmo Padre Artola, outrora liderança contra a remoção da Favela de Brás de Pina na década de 1960 esteve no local.

> A luta entre estado e município pela desocupação da favela Via Parque ultrapassou os limites dos tribunais ontem de manhã e por pouco não terminou em cenas explícitas de pugilismo.[733]

Apesar do clima tenso, a confusão ficou por conta mesmo das autoridades presentes: Almir Paulo de Lima, Secretário Estadual de Assuntos Fundiários, quase agrediu o Coronel

---

[729] Jornal do Brasil, 06/05/1993.

[730] Jornal do Brasil, 20/05/1994 e 21/-05/1994.

[731] As casas não foram demolidas, visto que a liminar da juíza da 2ª Vara de Fazenda Pública autorizava somente o despejo.

[732] Jornal do Brasil, 31/08/1994.

[733] Jornal do Brasil, 31/08/1994.

Paulo Cesar Amêndola, chefe da Guarda Municipal. Secretário e Coronel travaram agressivo bate-boca no qual o primeiro acusou o segundo de ser um "jagunço do Cesar Maia" que, por sua vez, respondeu "um senhor chamado Almir, barbudo e barrigudinho, que se diz secretário, mas não passa de provocador". Amêndola acrescentava que Lima seria o "maior incentivador de invasões de terra no Rio".[734]

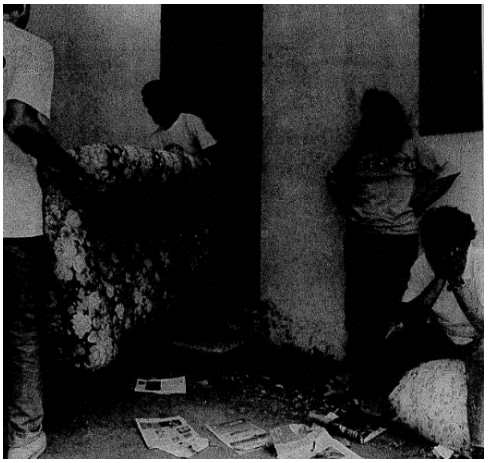


Figura 132 – Famílias retiram seus pertences (Jornal do Brasil, 31/08/1994).



Figura 133 – O Secretário Estadual de Assuntos Fundiários Almir Paulo de Lima sendo contido durante a remoção (Jornal do Brasil, 31/08/1994).

Com a chegada do 18º BPM, o foco de resistência se dispersou e quarenta caminhões levaram os agora ex-moradores da Favela Via Parque para o conjunto habitacional Guerenguê em Curicica.

Ao chegar às novas casas doadas pela Associação Comercial da Barra, as famílias removidas se revoltaram com as condições precárias: das 92 casas ocupadas, 63 tinham

[734] Jornal do Brasil, 31/08/1994.

Este não foi o único caso em que o conflito entre prefeitura e governo do estado se mostrou ao público. Em 1994, esta disputa ficou evidente no caso de uma reforma no Sambódromo, uma das mais importantes realizações do primeiro governo Brizola.

Tudo começou quando Cesar Maia contratou, para o carnaval de 1995, a construção de 42 camarotes extras e 220 frisas no sambódromo. A obra rapidamente se tornou polêmica, chegando até mesmo a se tornar uma disputa judicial (Jornal do Brasil, 24/01/1994).

Assim que anunciada a obra, o governo do estado, para evitar a modificação daquela que era uma das maiores realizações do primeiro governo Brizola, tombava provisoriamente o equipamento. Na época, o próprio governador Nilo Batista acusava publicamente a prefeitura de descaracterizar o local ao tentar implementar alterações caça-níqueis. Uma vez público o conflito, Cesar Maia retrucava que o tombamento fora uma decisão política, não arquitetônica "porque o PDT perdeu o controle do sambódromo após 10 anos" e que a disputa havia começado após Darcy Ribeiro ter ser enfurecido porque, com as obras, seu camarote que não teria mais acesso à pista. "Ele é um histérico", acusava (Jornal do Brasil, 26/01/1994).

Posteriormente, o sambódromo também seria tombado pela Lei 2.677 de 18/09/1998.

rachaduras, telhas e vidros quebrados; muitas sem instalação hidráulica e elétrica. À tarde, o conjunto foi vistoriado por três defensores públicos que constataram as más condições.

Em 1996, era inaugurado no local onde antes ficava a favela o Parque Ambiental Professor Mello Barreto, com paisagismo de autoria de Fernando Chacel. À título de curiosidade, Chacel foi o mesmo paisagista que projetou as áreas verdes do Condomínio Península da Barra, inaugurado em 2000, até hoje, um dos maiores da cidade.

Ainda na Baixada de Jacarepaguá, outro local foi palco de uma dura ação da prefeitura contra ocupação irregular, o Recreio dos Bandeirantes.

Em fevereiro de 1988, segundo levantamento da prefeitura, existiam 42 ocupações ilegais de ruas, praças e áreas protegidas no Recreio dos Bandeirantes. Interessante notar que a prefeitura apontava que não se tratavam exclusivamente de favelas, mas também de residências de famílias de alto poder aquisitivo como, por exemplo, o juiz Raimundo Alves Maranhão, cuja casa ocupava uma área destinada a ser uma praça na Estrada do Pontal, ou até mesmo a proprietária da cadeia de hotéis Atlântico Sul.[735]

> É impressionante que o meu PDT, depois de dez anos no governo do Rio de Janeiro, até hoje não tenha se preocupado com isso, não tenha montado um *banco de terras"* afirmou Cesar Maia, cometendo um ato falho partidário.[736]

Em 1993, a prefeitura reconhecia o problema de identificação dos proprietários de terras como um dos maiores da cidade e dizia que iria criar o Instituto de Patrimônio do Município para montar um banco de terras e escolher os lugares para onde assentar famílias retiradas de áreas de invasão, risco e proteção ambiental. O prefeito Cesar Maia acrescentava, ainda que a Barra da Tijuca, que fora terra pertencente aos padres jesuítas e, posteriormente, ao Império Brasileiro, a rigor, seria toda área pública, ocupada ilegalmente por grileiros e vendida. "O chinês da barra e a Carvalho Hosken são todos grileiros", dizia o prefeito.[737]

> Nas áreas que identificarmos como nossa e que seja de alto interesse público, vamos bloquear. Se houver reação, vamos buscar o respaldo nesses

[735] Jornal do Brasil, 22/02/1988.

Havia ainda outros exemplos: a mansão construída à beira da Lagoa da Tijuca pelo Procurador da República Antônio de Moraes, que se utilizou de um mandado de segurança para terminar a obra. Ou como o ex-delegado Antônio da Silva Matos que possuía uma criação de cavalos em terreno reservado ao Polo de Cinema e Vídeo da Barra. Ou o Camping Clube do Brasil, que ocupava área destinada a abertura de três logradouros.

[736] Jornal do Brasil, 27/03/1993.

[737] Jornal do Brasil, 27/03/1993.

Boa parte dos documentos sobre terras públicas foi perdido durante um incêndio do Arquivo Geral da Prefeitura em 1979.

> documentos e questionar a origem dessas terras. [...]. Não se trata, porém, de desapropriar condomínios já estabelecidos. [...] isso não faz sentido agora. Mas em algum momento teríamos que fazer o que em outros lugares já foi feito no século 19. E esse momento é agora.[738]

Apesar de, no discurso, o prefeito apontar que trataria como iguais todo e qualquer grileiro, na prática, a maior parte dos despejos e remoções foram de populações pobres.

Em março de 1993, a prefeitura realizava uma operação para retirada de 50 trailers instalados irregularmente na Praia de Grumari. Durante a remoção, alguns vendedores, revoltados, atearam fogo em quatro trailers e em pedaços de madeira. A operação foi supervisionada pelo Subprefeito Eduardo Paes e pelo Secretário Municipal de Obras Márcio Fortes.[739]

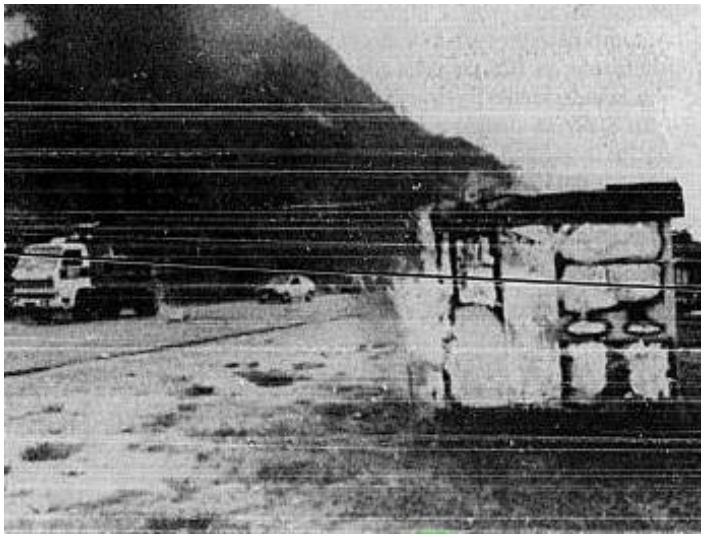


Figura 134 – Trailers são queimados em Grumari em protesto contra a remoção (Jornal do Brasil, 06/03/1993).

Em maio, a tolerância zero com as ocupações irregulares de terras na Baixada de Jacarepaguá fazia outra vítima, a Favela Vila Marapendi. A ação se iniciou com a instalação de uma cerca para delimitação dos limites da pequena comunidade instalada na APA, além da interdição de 17 lojas que funcionavam no local. As ações eram uma resposta a uma ação

[738] Depoimento de Cesar Maia, Jornal do Brasil, 27/03/1993.

[739] Jornal do Brasil, 06/03/1993.

Esta não foi a primeira remoção realizada em Grumari. Em 1990, a Operação Grumari Urgente, coordenada pelo Secretário de urbanismo Arnaldo Mourthé, tinha como objetivo destruir as construções ilegais no local. "Vamos varrer tudo de irregular que encontrarmos pelo caminho", disse o secretário.

Em janeiro de 1990, o muro da casa de um professor de biologia foi demolido por 20 homens da Secretaria Municipal de Obras (Jornal do Brasil, 30/01/1990). Em fevereiro, o muro do Restaurante Flor de Grumari e sua escada de acesso eram derrubados (Jornal do Brasil, 01/02/1990).

impetrada pelo Ministério Público contra a Prefeitura responsabilizando-a pela instalação da favela em área de preservação ambiental.[740]

> O prefeito César Maia, que foi eleito pelo povo, deveria ter mais consideração com os pobres porque a Barra não é só para os ricos. Nós precisamos trabalhar.[741]

Agravava a situação o fato de a favela estar no caminho de um logradouro projetado, a Via 2, uma via entre a Avenida das Américas e o Canal de Marapendi, projetada para receber o terceiro maior fluxo de veículos da cidade.

Em junho, uma operação realizada pela Subprefeitura da Barra da Tijuca para demolição de construções irregulares na Vila Marapendi enfrentou resistência e quebra-quebra. A operação contou com 502 homens, inclusive policiais.

A resistência começou durante a demolição de um barraco ao lado do canal, na Avenida das Américas, quando a proprietária teve uma crise nervosa e desmaiou. Alguns moradores ameaçaram agredir pessoas com uma picareta, mas mesmo assim não impediram a demolição. Contudo, o maior obstáculo enfrentado naquele dia foi a demolição de uma borracharia no nº 500 da Avenida das Américas. A esposa do proprietário, inconformada com a situação, se sentou na frente da loja com os filhos e se recusou a sair. Posteriormente, com a ocupação do imóvel por guardas municipais, o grupo desistiu. Em uma tentativa de compensação, o Subprefeito Eduardo Paes prometeu ao proprietário da loja um emprego e não confiscou o material da loja.[742]

Não era somente a Vila Marapendi que se encontrava no caminho da Via 2. Havia ainda condomínios e casas particulares de alto poder aquisitivo, como o Barramares e o Atlântico Sul.[743] Contudo, estes não foram despejados e permanecem no local até hoje.

---

[740] Jornal do Brasil, 21/05/1993.

A demarcação dos limites foi determinação da 9ª Vara de Fazenda Pública.

[741] Depoimento de Beatriz Francisca da Silva, presidente da Associação dos Moradores da Comunidade de Marapendi (Jornal do Brasil, 21/05/1993).

[742] Jornal do Brasil, 02/07/1993.

[743] Jornal do Brasil, 15/06/1993.

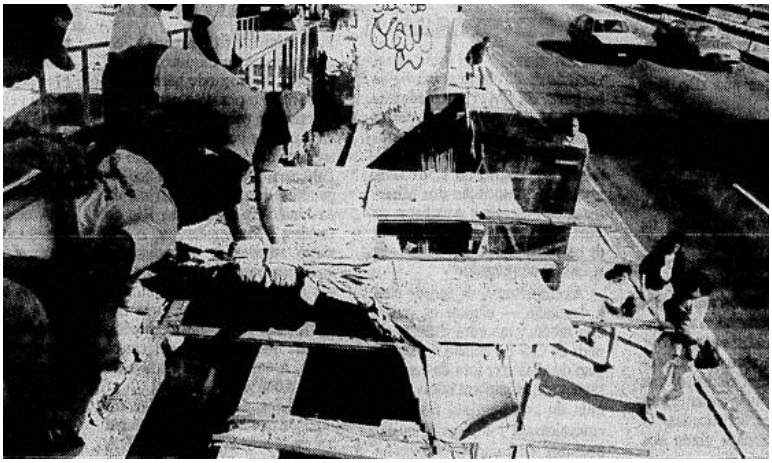


Figura 135 – Barracos construídos no canteiro da autoestrada Lagoa Barra em São Conrado são demolidos por funcionários da Comlurb (Jornal do Brasil, 02/07/1993).

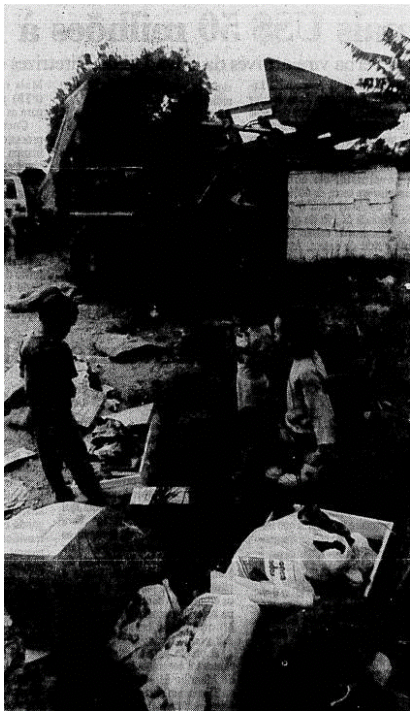


Figura 136 – Família que morava próximo ao Canal de Marapendi é removida (Jornal do Brasil, 02/07/1993).

Apesar de em menor número, houve sim casos de demolições de casas de famílias de alto poder aquisitivo.

Em maio de 1993, a prefeitura anunciava que não reprimia somente construções da população pobre, mas também daqueles de alto poder aquisitivo como duas mansões, que estavam sendo construídas irregularmente na beira da Lagoa da Tijuca.[744]

Em novembro de 1993, uma residência erguida sobre a Pedra de Itaúna foi demolida pela prefeitura. Segundo a moradora Maria Helena Maia, artista plástica e publicitária, sua família morava no local, emprestado de um amigo, há 15 anos.[745]

[744] Jornal do Brasil, 05/05/1993.

As casas estavam sendo construídas na área onde era prevista a construção de um parque público na Rua Presciliano da Silva.

[745] Jornal do Brasil, 26/11/1993.



Figura 137 - Demolição da casa localizada na Pedra de Itaúna (Jornal do Brasil, 26/11/1993).

Apesar destas demolições pontuais, centenas de casas construídas em locais irregulares permaneciam. Somente na Gleba Finch, cerca de 100 moradores conseguiram na Justiça liminares impedindo a demolição. [746]

Por fim, dois últimos casos, que não se configuraram como remoções causadas pelo discurso de preservação do patrimônio ecológico, mas que, de alguma forma relacionam-se ao medo da favelização da vizinhança. É o caso da encosta do Morro Dois Irmãos no Leblon e o caso das Casas Casadas em Laranjeiras.

## UMA ÚLTIMA TENTATIVA DE CONSTRUIR NO MORRO DOIS IRMÃOS

Esta, em realidade, não é uma história nova nesta tese, mas a continuação de uma antiga história, aquela de tentativa do empresário Antônio Sanchez Galdeano de construir um hotel cinco estrelas e oito edifícios residenciais na encosta do Morro Dois Irmãos, no Leblon. Ademais, apesar de não ser diretamente relacionada à remoção de favelas, relaciona-se ao medo do surgimento de uma nova favela no Leblon.

Este foi um dos vários casos que evidenciou explicitamente o enfrentamento entre a prefeitura de Cesar Maia e o governo de Leonel Brizola. Contudo, mais do que a cisão entre prefeitura e governo do estado, este episódio mostrou divergências internas na prefeitura: de um lado o Secretário Municipal de Meio Ambiente Alfredo Sirkis do PV, que havia construído

[746] Jornal do Brasil, 26/11/1993.

sua carreira política como defensor da causa ambiental, e do outro o Secretário Municipal de Urbanismo Luiz Paulo Conde, junto ao próprio prefeito Cesar Maia.

É curioso observar que, pouco tempo antes, em dezembro de 1992, às vésperas de assumirem como secretários municipais, Sirkis e Conde foram aliados na luta contra um empreendimento que seria construído ali ao lado, onde fora o antigo Hotel Leblon, no sopé da Avenida Niemeyer.

A preservação do Hotel Leblon começou em 1992, quando a Construtora Wrobel pediu a demolição do que havia restado do edifício, em ruínas há anos.[747] Dez anos antes, em 1982, um consórcio de construtoras (Wrobel, Cowan e Terminal) havia arrematado o imóvel em um leilão. Na época, o local abrigava 37 apartamentos. A intenção das construtoras era construir ali um edifício residencial, ou, até mesmo um novo hotel. No mês seguinte ao pedido de demolição, uma manifestação liderada pelo então vereador Alfredo Sirkis, e que contou com apoio do arquiteto Luiz Paulo Conde, defendeu o tombamento do antigo hotel.[748]




Figura 138 - Manifestação pelo tombamento do Hotel Leblon, liderada pelo vereador Sirkis (Jornal do Brasil, 06/12/1992).

[747] Jornal do Brasil, 28/11/1992.

Não era a primeira vez que se discutia o tombamento e a demolição do edifício. Em 1985, três anos após a compra do prédio por um consórcio formado pela Wrobel, Cowan e Terminal, o vereador Alberto Garcia do PDT propôs por meio de um projeto de lei o tombamento do hotel. Por questões de inconstitucionalidade, o PL não foi aprovado.

[748] Jornal do Brasil, 06/12/1992.

Diante da polêmica, a construtora desistiu temporariamente do projeto, que só foi executado duas décadas depois. Em 2001, a fachada do hotel Leblon foi tombada pela prefeitura.[749]

Mas retornemos à última tentativa de Galdeano de construir na encosta do Morro Dois Irmãos.

Em 1992, uma nova favela surgia sobre o Túnel Dois Irmãos, entre a Gávea e o Alto Leblon, no Parque Dois Irmãos. "Já tentamos de tudo junto aos órgãos competentes do município" queixa-se Elizabeth Martin da Associação de Moradores da Gávea.[750] Na época, o argumentava-se que a burocracia do aparelho de estado atrapalhava a resolução do problema das favelas e impedia uma ação enérgica, porém necessária para alcançar-se uma solução real:

> A imobilidade dos órgãos públicos ocorre a partir de um bem montado jogo de empurra em que as denúncias passam de secretaria em secretaria, instituto em instituto, sem jamais chegarem a uma repartição que, usando a força, impeça a construção de barracos em área de risco, preservação ambiental ou tombadas pelo patrimônio cultural.[751]

Pouco antes do projeto de Galdeano ser reapresentado, em julho de 1993, dezenas de casas construídas irregularmente no Parque Dois Irmãos, muito próximo ao terreno de Galdeano, eram demolidas com apoio da Associação de Moradores do Alto Leblon, da Associação de Moradores da Gávea e da Associação de Moradores da Rua Visconde de Albuquerque. As associações indenizaram, do próprio bolso, as 40 famílias ali instaladas com valores entre mil e 2.5 mil dólares, em troca da demolição das casas.[752] Em outras palavras, o risco do surgimento de uma nova favela ali, valia o investimento de indenizar as famílias.

A ocupação do local por famílias e o medo da favelização daquela encosta, criou a oportunidade para o retorno da discussão sobre o projeto de Galdeano. Cabe lembrar que, na década de 1980, quando o projeto chegou a ser aprovado, o grande argumento do empresário era de que sua implantação evitaria a favelização de um dos mais belos cartões postais da cidade.

---

[749] A fachada do antigo Hotel Leblon foi tombada provisoriamente pelo Decreto 20.300 de 27/07/2001 e pelo Decreto 28.223 de 26/07/2007.

Em 2000, foram iniciadas as obras para a restauração da fachada tombada e construção de uma nova edificação, na parte posterior do terreno, para abrigar salas comerciais.

[750] Jornal do Brasil, 18/06/1992.

[751] Jornal do Brasil, 18/06/1992.

[752] Jornal do Brasil, 02/07/1993.

Tudo recomeçaria no início de 1994, quando a prefeitura negociaria com Galdeano a aprovação de seu antigo projeto. Após um acordo verbal anunciado por Cesar Maia, o empresário ressubmeteu o projeto à aprovação do poder público.

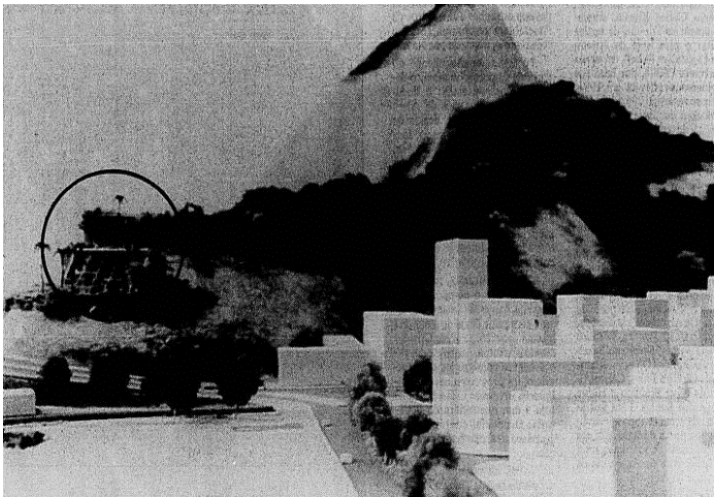


Figura 139 – Detalhe do hotel que seria construído no Morro Dois Irmãos (Jornal do Brasil, 17/09/1994).

Esta *aprovação verbal* gerou atrito dentro da prefeitura.

Em maio, Alfredo Sirkis desmentia publicamente Cesar Maia, afirmando que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente não tinha aprovado o projeto de Galdeano, que sequer teria passado por sua secretaria. Em defesa do prefeito, surgia o Secretário Municipal de Urbanismo Luiz Paulo Conde que afirmava que Sirkis havia sim avaliado o projeto, "o que ele ainda não viu são os parâmetros que estabelecem as construções naquela área".[753]

Independente da aprovação verbal ou não, o anúncio de retomada do projeto não foi bem recebido na arena pública.

Em maio de 1994, era instaurado pela equipe de Proteção ao Meio Ambiente e do Patrimônio Comunitário do Ministério Público um inquérito civil para apurar o processo de aprovação dos edifícios na encosta do Dois Irmãos. O inquérito poderia resultar em uma ação civil pública para impedir o início da obra.[754]

Ainda em maio de 1994, os dois secretários, Alfredo Sirkis e Luiz Paulo Conde, foram chamados à Câmara dos Vereadores para prestar esclarecimentos sobre a concessão de licença de obras ao projeto. Esta audiência foi a ação inicial de um movimento organizado por uma

[753] Jornal do Brasil, 20/05/1994.

[754] Jornal do Brasil, 20/05/1994.

frente de 16 vereadores de diferentes partidos que pretendiam impedir a construção do complexo.[755]

Após a audiência pública, Sirkis passou a defender a realização de uma consulta popular sobre a aprovação do projeto. Afirmava, ainda, que uma decisão deste porte não poderia ser tomada dentro de gabinete e que a população, em situação semelhante em 1989, foi ouvida e votou a favor do Bosque da Freguesia.[756]

Em junho de 1994, o projeto era encaminhado ao SPHAN, em atendimento ao tombamento de 1973.[757] Logo depois, tanto o governo do estado quanto o governo federal encerravam qualquer possiblidade de construção do complexo hoteleiro e residencial de Galdeano na encosta do Dois Irmãos.

O primeiro a ser manifestar, ainda em junho de 1994, era o INEPAC, que tombava provisoriamente a encosta do Morro Dois Irmãos, impedindo, a implantação do complexo hoteleiro e residencial de Galdeano.[758]

É interessante destacar que se tratava de mais uma ação do governo de Leonel Brizola que impedia uma iniciativa da prefeitura de Cesar Maia.[759] Ainda assim, a Secretária Estadual de Cultura Ângela Leal, em tom conciliador, dizia sobre o tombamento: "não quero entrar em atrito com o prefeito nem com o empresário, minha intenção é apenas defender um dos maiores cartões postais que o Rio possui. Todos os tombamentos efetivados pelo estado têm se mostrado eficazes no controle das construções em bens tombados".[760]

---

[755] Jornal do Brasil, 20/05/1994.

Participavam da frente vereadores dos seguintes partidos: PDT, PT PSDB, PV, PL, PSB e PPR.

[756] Jornal do Brasil, 21/05/1994.

Em dezembro daquele ano, a área verde seria tombada pela Lei 1.512 de 20/12/1989, de autoria do vereador Sirkis, e, em 1992, seria finalmente criada a APA da Freguesia (Decreto 11.830 de 11/128/1992).

[757] Cabe lembrar que, na década de 1980, o projeto de Galdeano foi aprovado pelo SPHAN.

[758] O Morro Dois Irmãos foi tombado provisoriamente em 22/09/1994 pelo processo: E-18/000.835/94. Até a redação desta tese, ainda não havia sido realizado o tombamento definitivo.

[759] Em realidade, tratava-se de Nilo Batista, visto que Brizola já havia, então, renunciado para concorrer à Presidência.

[760] Jornal do Brasil, 14/09/1994.

Este não fora o primeiro grande empreendimento imobiliário de Galdeano impedido por mobilização de moradores.

Em 1983, o empresário Antônio Sanchez Galdeano entrou com pedido de licença de construção de dois edifícios de 22 andares que ocupariam dois lotes da Rua Lauro Muller, próximo ao Morro do Pasmado. A licença foi negada até 1991, quando, após uma mudança de gabarito, foi concedida.

Finalmente, em setembro de 1994, após a negação do SPHAN ao projeto, a Procuradoria Geral da República decidiu que o município não tinha poderes para fazer um acordo com o empresário para construção em área protegida por tombamento federal, vetando definitivamente o projeto de Galdeano.[761]

Como já mencionado, este não foi um caso explicito de ações que resultaram em remoções de pequenas favelas, mas sim um caso que se relaciona à esta questão por ter tido como motivação a ocupação de uma área antes que qualquer favela pudesse ali se instalar.

## O CASO DAS CASAS CASADAS

Por fim, a história da preservação das Casas Casadas, uma história interessante, que não envolve nenhuma favela em seu sentido estrito, mas envolve o medo de favelização de uma edificação abandonada no coração do bairro das Laranjeiras.

As Casas Casadas são um antigo condomínio multifamiliar, construído na década de 1870, tombado pelo INEPAC em 1978 para impedir a construção de edifícios de apartamentos.[762] Desde o tombamento na década de 1970, o imóvel, abandonado e sem manutenção, foi ocupado como cortiço.

Em dezembro de 1990, representantes da Beneficência Portuguesa, proprietária do imóvel, tentavam obter um laudo sobre as más condições do conjunto arquitetônico, de modo a subsidiar o início de um processo de desalojamento de inquilinos. Na época, do ponto de vista dos representantes da entidade, o conjunto estava favelizado.[763]

---

Em reação, a Associação de Moradores e Amigos da Rua Lauro Muller e Adjacências (ALMA) entrou com mandado de segurança contra a construção – até 1994, o processo ainda não havia transitado julgado, e encontrava-se no STJ. Em resposta, Galdeano moveu ação indenizatória contra a ALMA, pelos danos econômicos causados pelo bloqueio dos empreendimentos. Em agosto de 1994, a 22ª Vara Cível julgava improcedente a ação (Jornal do Brasil, 11/08/1994).

[761] Jornal do Brasil, 17/09/1994.

[762] As Casas Casadas foram tombadas provisoriamente em 13/12/1978 e definitivamente em 08/02/1979 por meio do processo E-03/01.633/78.

[763] Jornal do Brasil, 12/12/1990.

As Casas Casadas se tornaram propriedade da Beneficência Portuguesa em 1987, após doação de Thomé Feteira. No entanto, o que poderia ser um benefício, se mostrou um "presente de grego", nas palavras do diretor da instituição, visto que as casas se encontravam em péssimas condições.



Figura 140 – Buracos no telhado do conjunto arquitetônico das Casas Casadas (Jornal do Brasil, 12/12/1990).

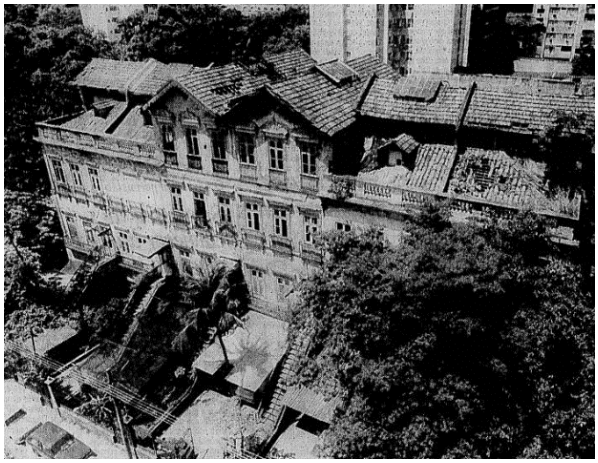


Figura 141 – Buracos no telhado do conjunto arquitetônico das Casas Casadas (Jornal do Brasil, 10/12/1992).




Figura 142 – Recortes de jornal (Caderno "Casas Casadas, ressonância de nossa memória urbana).




Figura 143 – Recortes de jornal (Caderno "Casas Casadas, ressonância de nossa memória urbana).

E a AMAL, em sua "guerra santa", preparava novo projeto.[764]

Em abril de 1992, diante da piora no estado de conservação dos edifícios, – em uma das casas funcionava uma oficina clandestina de carros; a penúltima casa era uma casa de cômodos e outras duas corriam risco de desabamento[765] – a AMAL encaminhou ao Ministério Público uma ação popular com quase 10 mil assinaturas exigindo providências.[766] Na Ação Popular, os autores co-responsabilizaram o Estado pela preservação do bem por ele tombado, "compelindo-

[764] Caderno "Casas Casadas, ressonância de nossa memória urbana. Autoria: Diretoria de Cultura e Patrimônio da AMAL.

À título de curiosidade, a AMAL surgiu no mesmo ano em que eram tombadas definitivamente as Casas Casadas.

[765] Jornal do Brasil, 10/12/1992.

[766] Jornal do Brasil, 09/04/1992.

o a sair de sua inoperância administrativa".[767] Em agosto, a mesma AMAL entregava ao Secretário Estadual de Cultura Edmundo Muniz um abaixo-assinado com 9.500 assinaturas, pedindo a recuperação do imóvel.[768]

Em janeiro de 1993, a AMAL conseguia um aliado na luta pela recuperação das Casas Casadas, o INEPAC. Juntas, as instituições entraram com ação litigiosa contra a Beneficência Portuguesa pela restauração do conjunto. A ação, que corria na 38ª Vara Cível, pedia que a proprietária pagasse multa de 1 milhão de dólares para custear a obra. Ademais, cogitava-se a possibilidade de que o governo do estado desapropriasse o imóvel e ali instalasse um equipamento da Secretaria Estadual de Cultura.[769]

Ainda em 1993, em maio, a AMAL abria outra frente de luta pela recuperação das Casas Casadas ao solicitar ao DGPC a abertura de um processo de tombamento do imóvel. O pedido de tombamento de um imóvel já preservado pelo INEPAC se justificava, segundo a AMAL pela "impressão de que, na atual conjuntura, talvez a prefeitura [encontrasse] mais facilmente caminhos e recursos para restaurar e revitalizar as ´Casas Casadas` que o governo do estado, se essas constarem da lista de bens tomados".[770]

Em outubro, o CMPC acatava a sugestão e, ainda mais, sugeria que a prefeitura realizasse uma *preservação ativa*; na prática, uma sugestão de desapropriação do imóvel. Ainda em maio de 1993, a prefeitura levantava os custos da obra de restauração das Casas Casadas.

Em junho de 1994, César Maia assinava o decreto de tombamento das Casas Casadas, no mesmo dia em que assinava o decreto de criação da APAC do Catete e Glória.[771] É importante atentar que, ao atender a uma demanda que há cerca de cinco anos era direcionada ao governo do estado, Cesar Maia mostrava ser mais competente que seu antigo aliado em, também, atender a demandas de associações de moradores.

Seis meses após o tombamento municipal, uma tragédia inesperada. Um incêndio destruiu dois andares do imóvel. O fogo era tamanho que os bombeiros levaram mais de duas

---

[767] Caderno "Casas Casadas, ressonância de nossa memória urbana. Autoria: Diretoria de Cultura e Patrimônio da AMAL.

[768] Jornal do Brasil, 15/08/1992.

[769] Jornal do Brasil, 22/01/1993.

[770] Processo 12/001.429/1993.

[771] Jornal do Brasil, 30/06/1994.

As Casas Casadas foram tombadas por meio do Decreto 13.051 de 29/06/1994.

horas para apagar as chamas. De pronto, a AMAL suspeitou de um incêndio criminoso, que poderia ser o caminho mais fácil para evitar a realização de obras de recuperação do conjunto arquitetônico.[772]



Figura 144 – Incêndio destrói as Casas Casadas (Jornal do Brasil, 24/12/1994).

Em dezembro de 1994, a prefeitura adquiriu o imóvel e em 1997 iniciou as obras de restauração. O imóvel, que hoje abriga a RioFilme, foi inaugurado em 2004.

## O FIM DO PERÍODO

Assim como nos capítulos anteriores, os mapas a seguir mostram a distribuição territorial das políticas de regulação urbana no período estudado. Importante relembrar que, os mapas indicam **todos** os instrumentos criados no período, ainda que o texto não tenha explorado todos os casos. Pela última vez, relembro ao leitor que as listagens integrais se encontram em anexo.

A territorialidade das políticas de regulação urbana estudadas no período compreendido entre 1992 e 1995 segue uma morfologia um pouco diferente do que foi visto nos capítulos anteriores. O discurso de combate à desordem urbana direciona a atuação da prefeitura de forma diferente. A legislação de uso do solo da região central é modificada, para tentar resgatar o uso residencial e, com isso, enfrentar parte da crise de segurança da região. Este discurso também direciona as políticas de preservação do meio ambiente. Exemplos são as APARU do Alto da

[772] Jornal do Brasil, 24/12/1994.

Boa Vista, ou as APAs da Baixada de Jacarepaguá, criadas para frear o crescimento das favelas na região.

Ademais, a grande concentração de ações na região da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes (inclusive de remoções de favelas) atendia aos anseios do eleitorado de Cesar Maia, além de atingir diretamente seu ex-aliado, Brizola. Ademais, Maia também atendeu ao eleitorado da zona sul com a grande a quantidade de tombamentos e APACs na região.[773] Curiosa exceção é a criação da APAC Santa Cruz, região tradicionalmente apoiadora do brizolismo.




Figura 145 - Mapa dos PEUs criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1992 e 1994.

[773] Posteriormente, em outras gestões, Cesar Maia usaria amplamente o instrumento da APAC para regular o crescimento urbano dos bairros da zona sul. A escolha por este instrumento não se dava por um interesse no patrimônio cultural, mas pelo fato de que era uma legislação que podia ser definida por decreto do executivo, sem aprovação da Câmara.

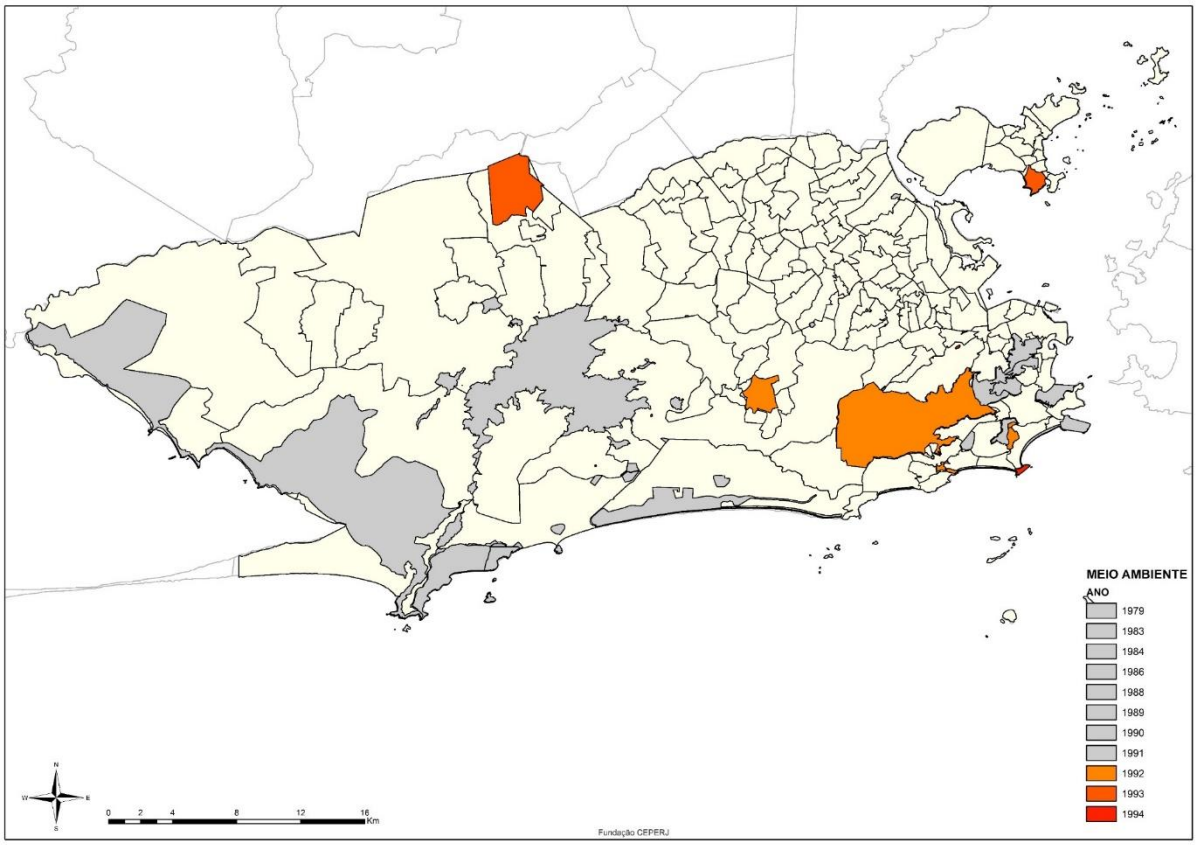



Figura 146 - Mapa das APAs e Parques Naturais criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1992 e 1994.

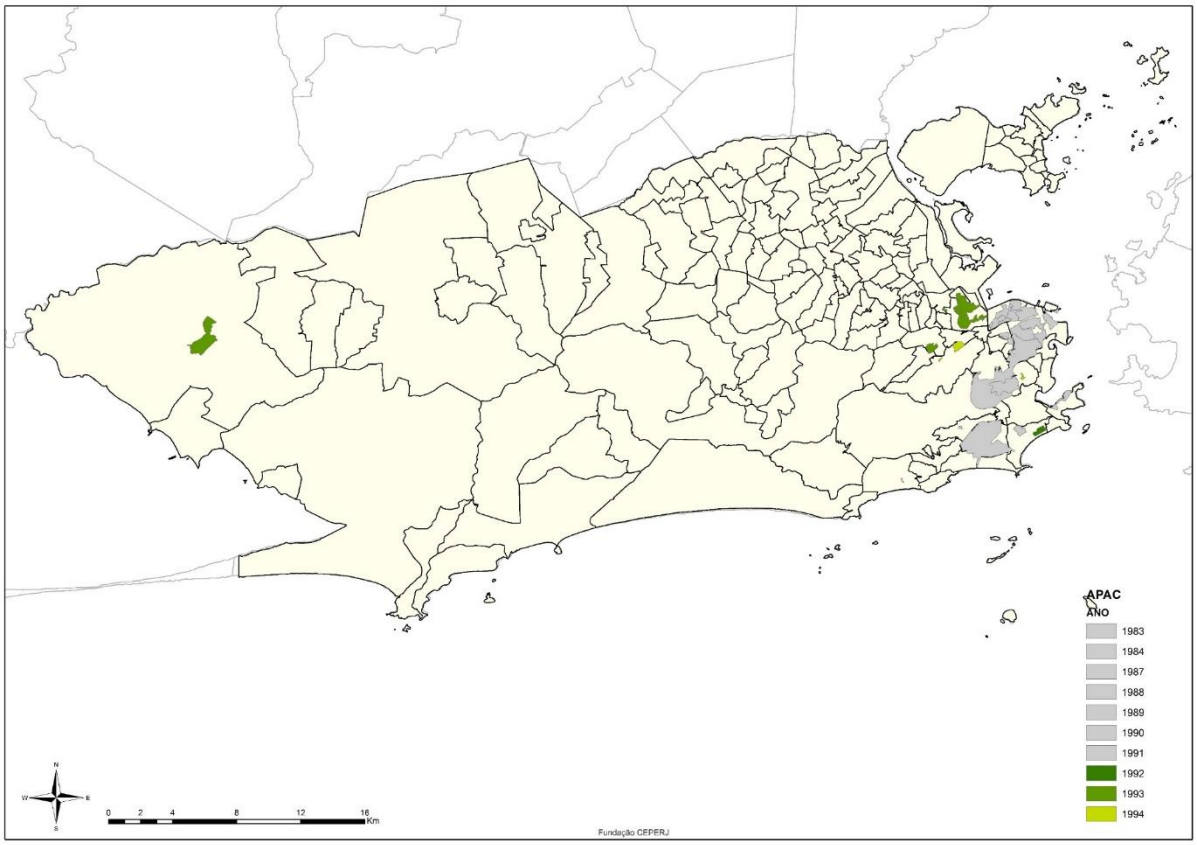



Figura 147 - Mapa das APACs criadas na cidade do Rio de Janeiro entre 1992 e 1994.

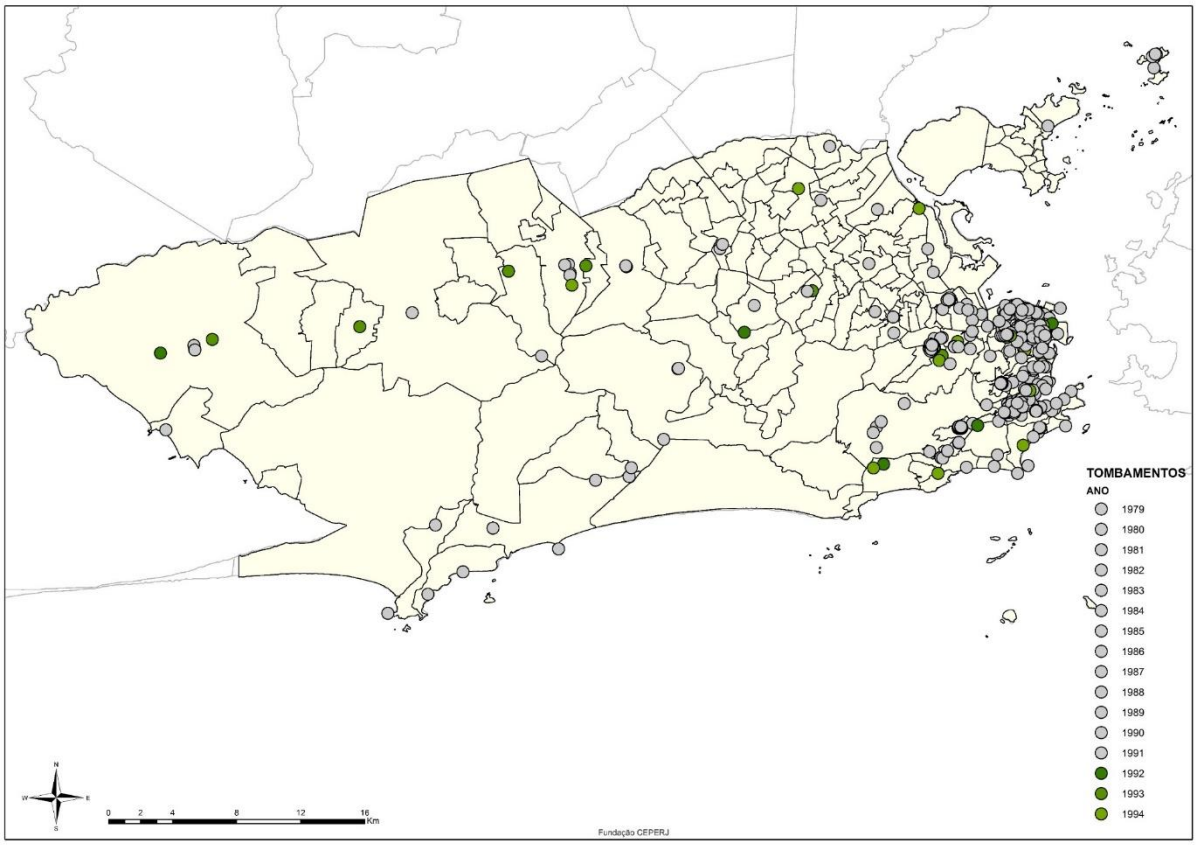



Figura 148 - Mapa dos tombamentos feitos na cidade do Rio de Janeiro entre 1992 e 1994.

Ao final do mandato, o prestígio de Brizola chegava a um dos seus pontos mais baixos, o que foi chamado pela Veja de "inferno astral do caudilho", e que marcou o período mais difícil de sua longa carreira política.[774]

No âmbito político-partidário, Brizola amargurou algumas derrotas: a já mencionada derrota de Cidinha Campos nas eleições municipais e a defesa de Collor, mesmo quando o impeachment já era dado como certo.

Após o impeachment de Collor, Itamar Franco, seu vice, assumiu a presidência com a meta de formar um governo de união nacional. O Plano Real foi a marca principal de seu governo.[775] Assim como fizera com o Plano Cruzado, Brizola criticou duramente o novo plano econômico, acusando-o de ser mais cruel do que o anterior. Contudo, ao contrário do ocorrido em 1986, o plano controlou a hiperinflação, provocando retenção de renda e gerando clima de

[774] Citado por Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbete Leonel Brizola (http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/ dicionarios/verbete-biografico/leonel-de-moura-brizola).

[775] Em dezembro de 1993, o Plano Real era anunciado pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. O Plano Real estabeleceu regras de conversão monetária por meio de uma unidade real de valor (URV), procedendo o processo de desindexação da econômica e instituindo uma nova moeda, o Real.

segurança na economia. O sucesso do Plano Real também desgastou a imagem do líder pedetista.

Outro duro golpe levado por Brizola em meados da década de 1990 veio da crise da segurança pública no estado do Rio de Janeiro. Além das já mencionadas tragédias de Vigário Geral e da Candelária, assim como os arrastões nas praias da zona sul, o Rio de Janeiro vivia um aumento considerável nos índices de criminalidade urbana, conquistando dois lamentáveis títulos: em 1992 o estado fora o campeão mundial de sequestros (123 casos anuais) e o campeão nacional de roubo de carros (160 roubos diários). O aumento da violência urbana foi computado como responsabilidade de Brizola, prejudicando consideravelmente sua performance nas urnas.

Em meados da década de 1990, Brizola fora considerado o campeão nacional de impopularidade, com aprovação de apenas 14% dos fluminenses.[776] Já Cesar Maia terminou seu mandato ao fim de 1996 com alto índice de aprovação, cerca de 68%. Ainda que tenha despolitizado a ação do prefeito (cuja atuação passou a ser marcada mais como gestor e menos como político), Maia firmou grande força no campo político carioca e elegeu seu sucessor, Luiz Paulo Conde, no segundo turno das eleições de 1996. Posteriormente, nas eleições de 2000 e 2004, Cesar Maia se reelegeu prefeito por mais duas vezes.

Em 1994, Brizola candidatou-se novamente à presidência, tendo o então senador Darcy Ribeiro como vice, um repeteco da chapa vitoriosa em 1982. Mas o sucesso do Plano Real foi decisivo nas urnas e Brizola foi derrotado ainda no primeiro turno pelo candidato do PSDB Fernando Henrique Cardoso. Mas a derrota foi maior do que isso: Brizola amargura um mero quinto lugar nos resultados eleitorais, com uma votação inexpressiva, atrás até mesmo do extravagante Enéas Carneiro!

[776] Ao fim de seu mandato, Brizola foi considerado por 52% dos eleitores fluminenses um governador ruim ou péssimo.

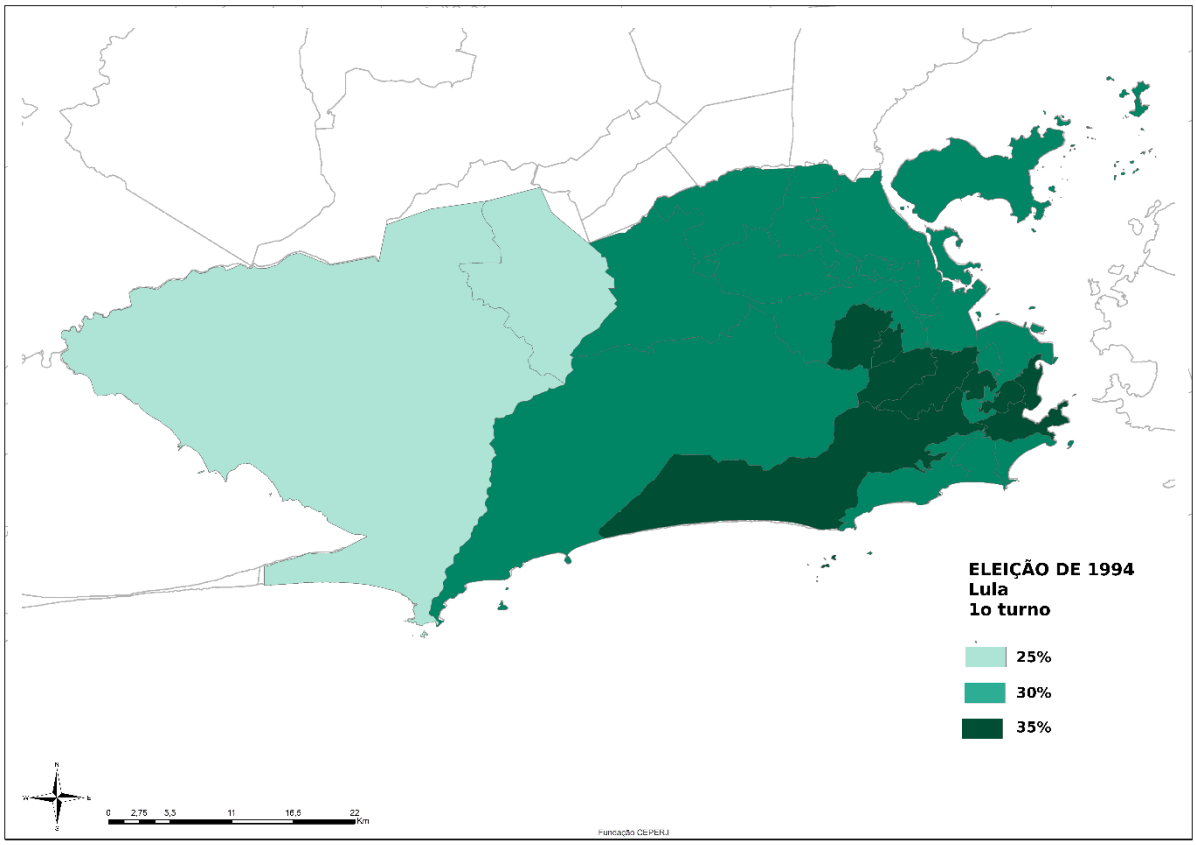



Figura 149- Votação em Lula no 1º turno nas eleições para presidente de 1994 (Fonte: TRE).

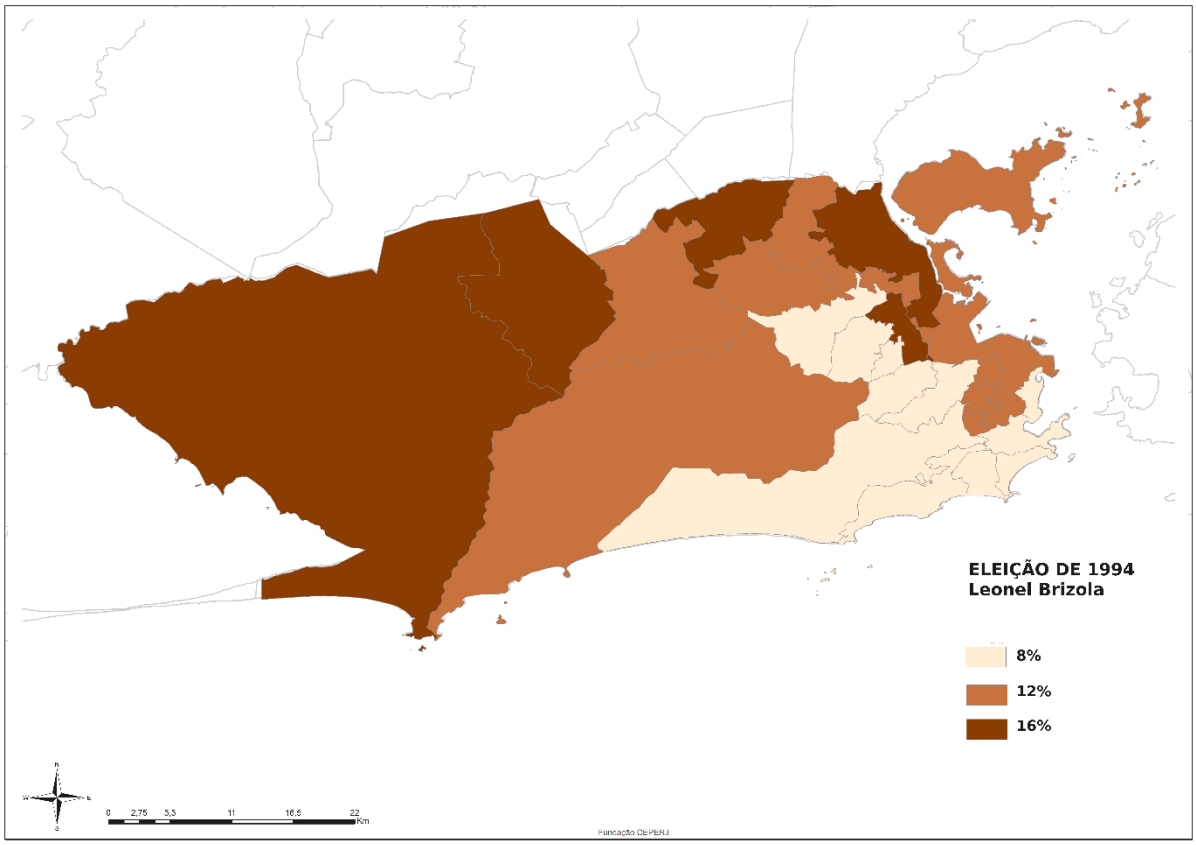



Figura 150- Votação em Leonel Brizola no 1º turno nas eleições para presidente de 1994 (Fonte: TRE).

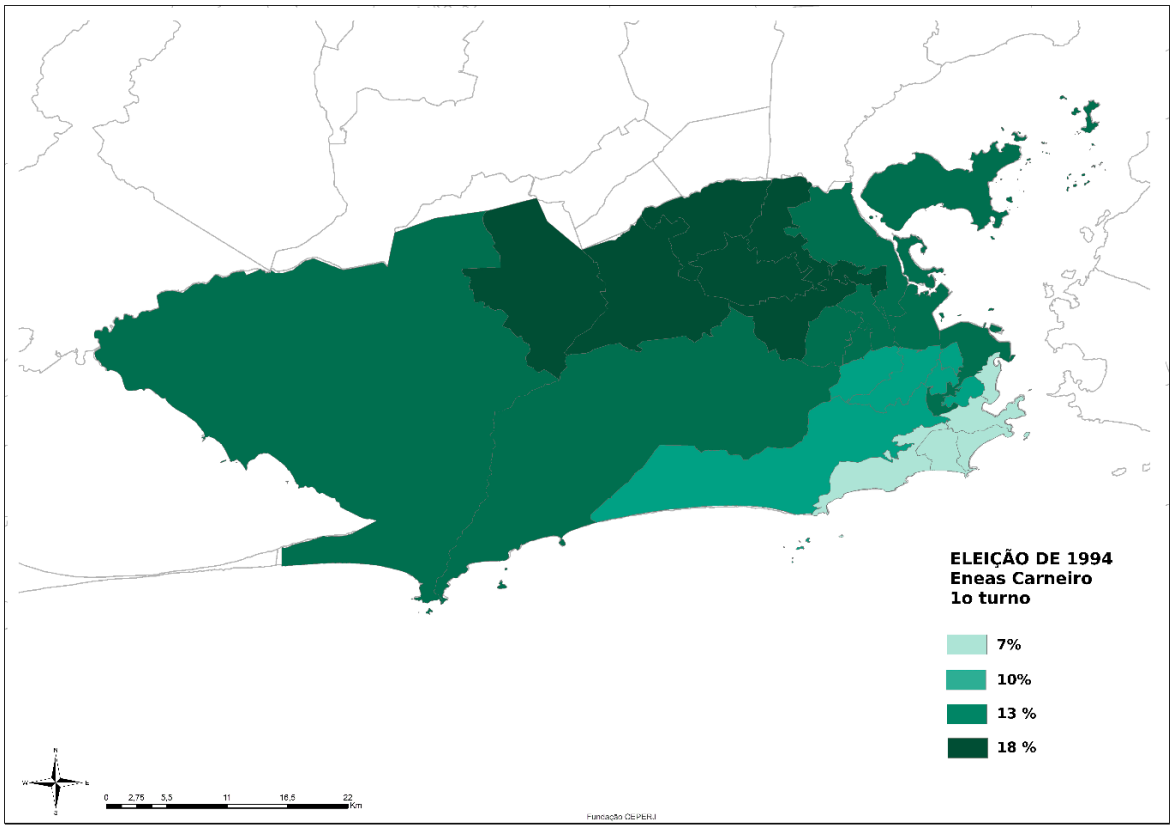



Figura 151 - Votação em Enéas Carneiro no 1º turno nas eleições para presidente de 1994 (Fonte: TRE).

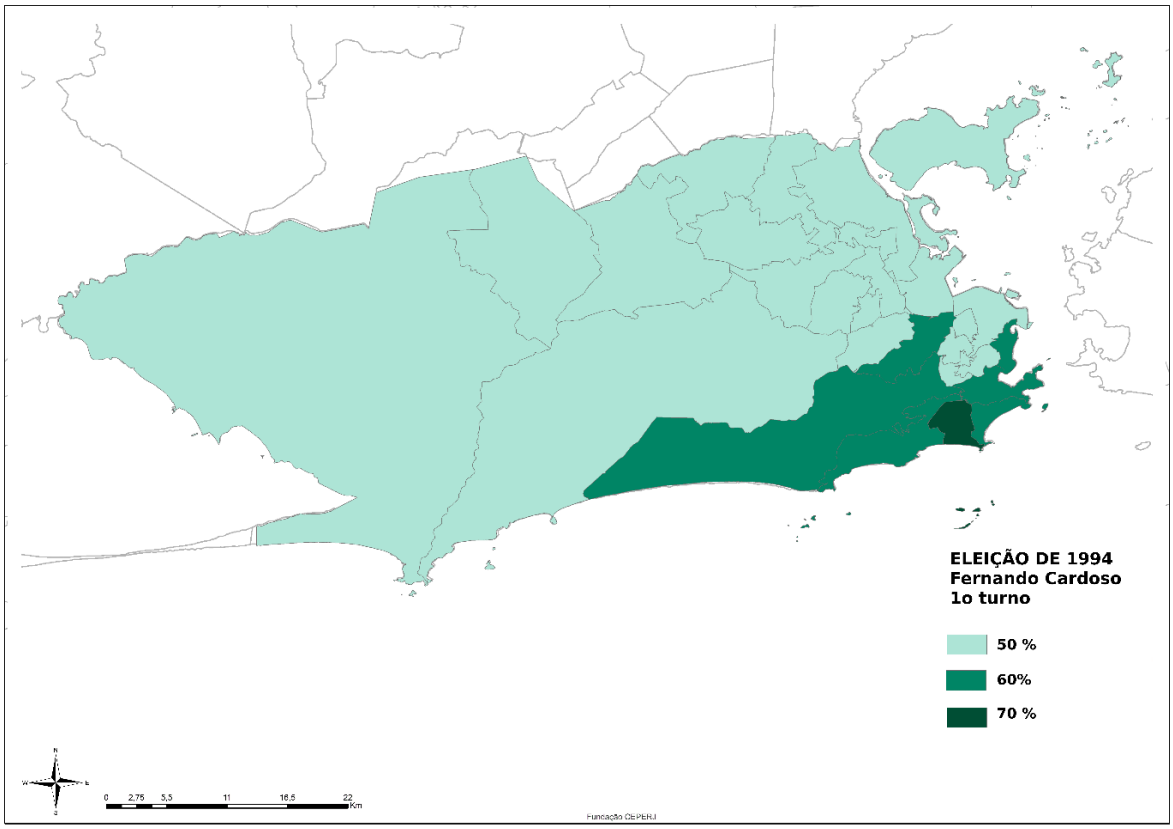



Figura 152 - Votação em Fernando Henrique Cardoso no 1º turno nas eleições para presidente de 1994 (Fonte: TRE).

| ZONAS ELEITORAIS | Leonel Brizola | Fernando Henrique Cardoso | Lula | Enéas Carneiro |
|---|---|---|---|---|
| Centro | 12 | 50 | 30 | 13 |
| Estácio | 12 | 50 | 30 | 10 |
| Flamengo | 8 | 60 | 35 | 7 |
| Botafogo | 8 | 60 | 35 | 7 |
| Copacabana | 8 | 60 | 30 | 7 |
| Rio Comprido | 12 | 50 | 35 | 10 |
| Tijuca | 8 | 60 | 35 | 10 |
| Rocha | 16 | 50 | 30 | 13 |
| São Cristóvão | 12 | 50 | 30 | 13 |
| Cascadura | 8 | 50 | 30 | 18 |
| Olaria | 16 | 50 | 30 | 13 |
| Madureira | 12 | 50 | 30 | 18 |
| Barra da Tijuca | 12 | 50 | 30 | 13 |
| Méier | 8 | 50 | 35 | 13 |
| Realengo | 12 | 50 | 30 | 18 |
| Laranjeiras | 12 | 50 | 35 | 10 |
| Leblon | 8 | 60 | 30 | 7 |
| Ipanema | 8 | 70 | 30 | 7 |
| Grajaú | 8 | 50 | 35 | 10 |
| Engenho Novo | 8 | 50 | 35 | 13 |
| Bonsucesso | 12 | 50 | 30 | 18 |
| Irajá | 12 | 50 | 30 | 18 |
| Deodoro | 16 | 50 | 30 | 18 |
| Bangu | 16 | 50 | 25 | 18 |
| Santa Cruz | 16 | 50 | 25 | 13 |
| Ilha do Governador | 12 | 50 | 30 | 18 |

Tabela 9 – Resultado da votação para Presidência da República de 1994 no município do Rio de Janeiro (candidatos mais votados, em porcentagem) por zona eleitoral (Fonte: TRE).

No âmbito nacional, Fernando Henrique Cardoso conquista 34,4 milhões de votos (54.3% dos votos válidos) contra Lula, com cerca de metade, 17,1 milhões de votos (27%). Enéas Carneiro teve 7,4% dos votos, seguido de Orestes Quércia com 4,3%. Leonel Brizola ficou em quinto, com míseros 3,2% dos votos válidos.

No estado do Rio de Janeiro, o resultado foi semelhante: FHC conquistou 47% dos votos válidos, Lula 26%, Enéas 12% e Brizola 11%.

Os mapas eleitorais das eleições presidenciais de 1994 mostram, também na cidade do Rio de Janeiro, a vitória expressiva de Fernando Henrique Cardoso. Na zona sul e Barra da Tijuca, FHC conquista entre 70 e 60% dos votos. Mas não foi somente nesta região que foi vitorioso: o candidato do PSDB conquista 50% dos votos de toda a cidade!

Os mapas também mostram uma modificação interessante: Lula, outrora com votação inexpressiva no Rio de Janeiro, passou a receber a maior parte dos seus votos na Baixada de Jacarepaguá e zona central.

Já Enéas Carneiro conquista 18% dos votos no norte da cidade, próximo aos limites com a região metropolitana.

Por fim, Brizola mantém o padrão de receber a maior quantidade de votos na região de Bangu e Santa Cruz. Contudo, é interessante observar que, outrora com até 80% dos votos, em 1994, conquistara apenas 16% dos votos destas zonas eleitorais.

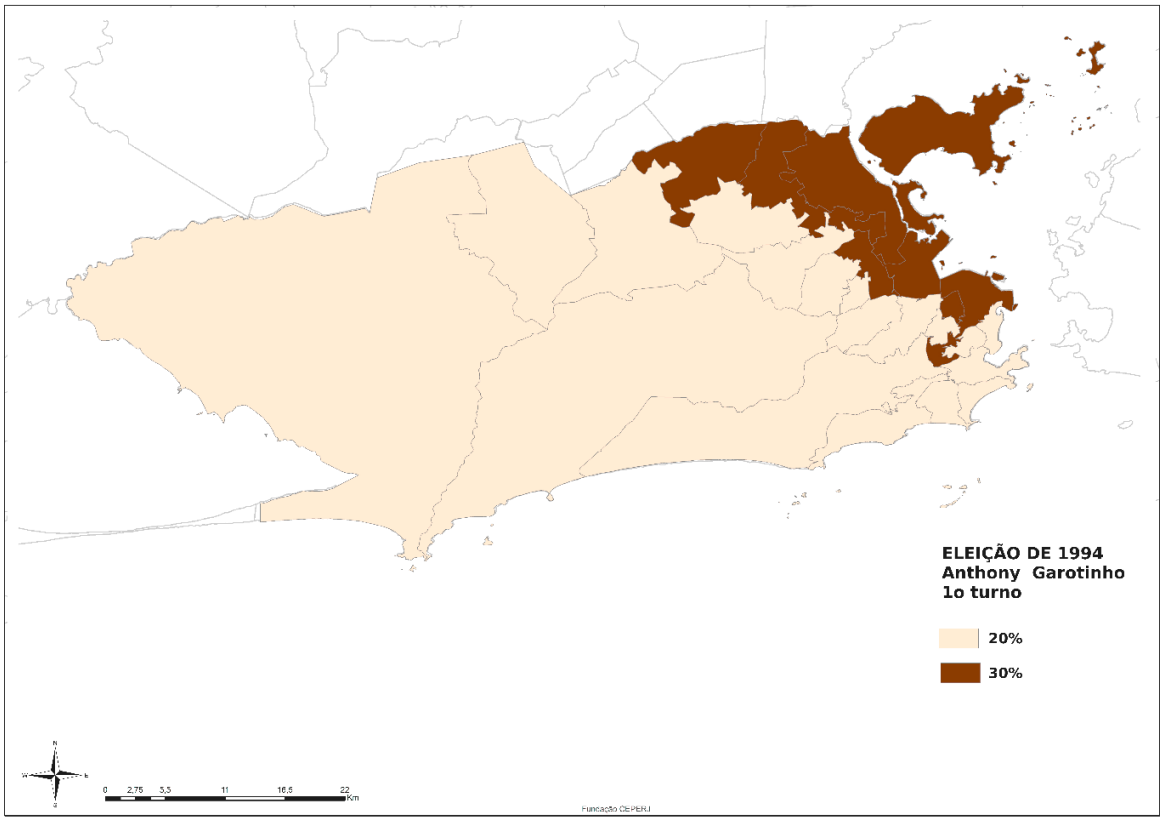



Figura 153 - Votação em Anthony Garotinho no 1º turno nas eleições para governador de 1994 (Fonte: Alkmin, 2014).

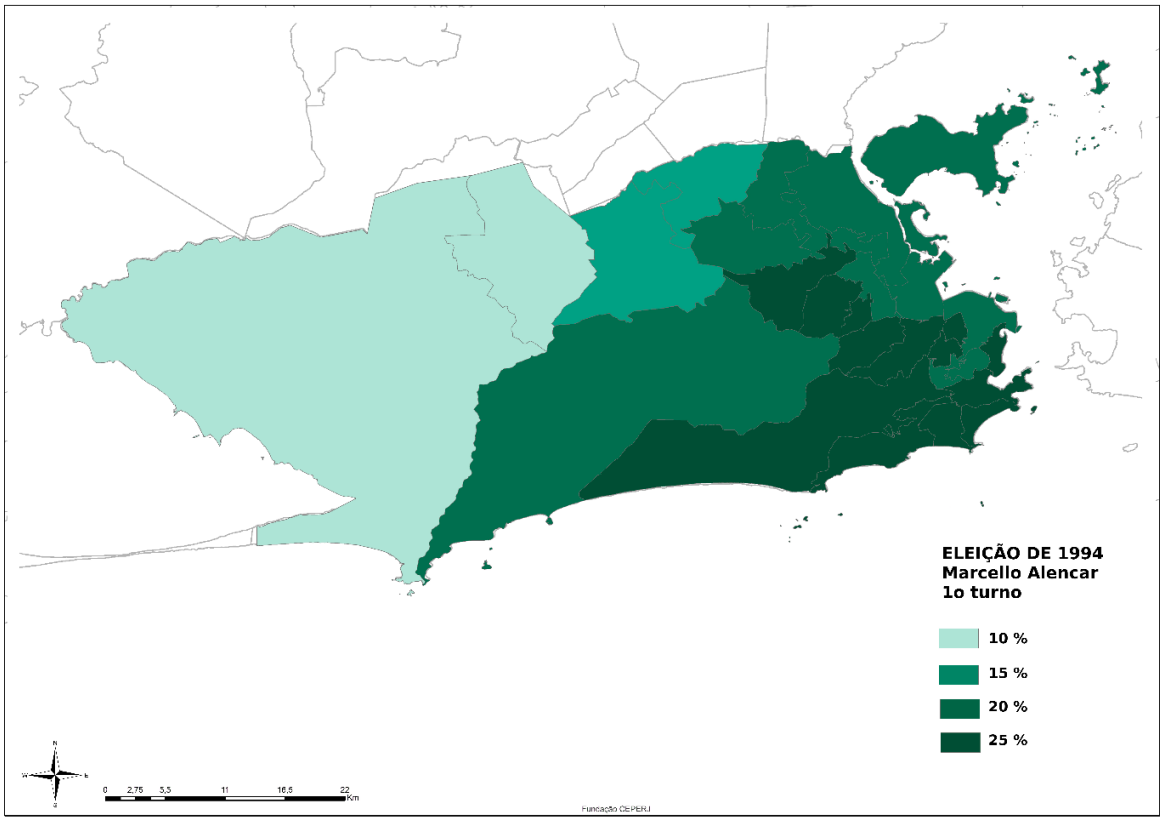



Figura 154 - Votação em Marcello Alencar no 1º turno nas eleições para governador de 1994 (Fonte: Alkmin, 2014).

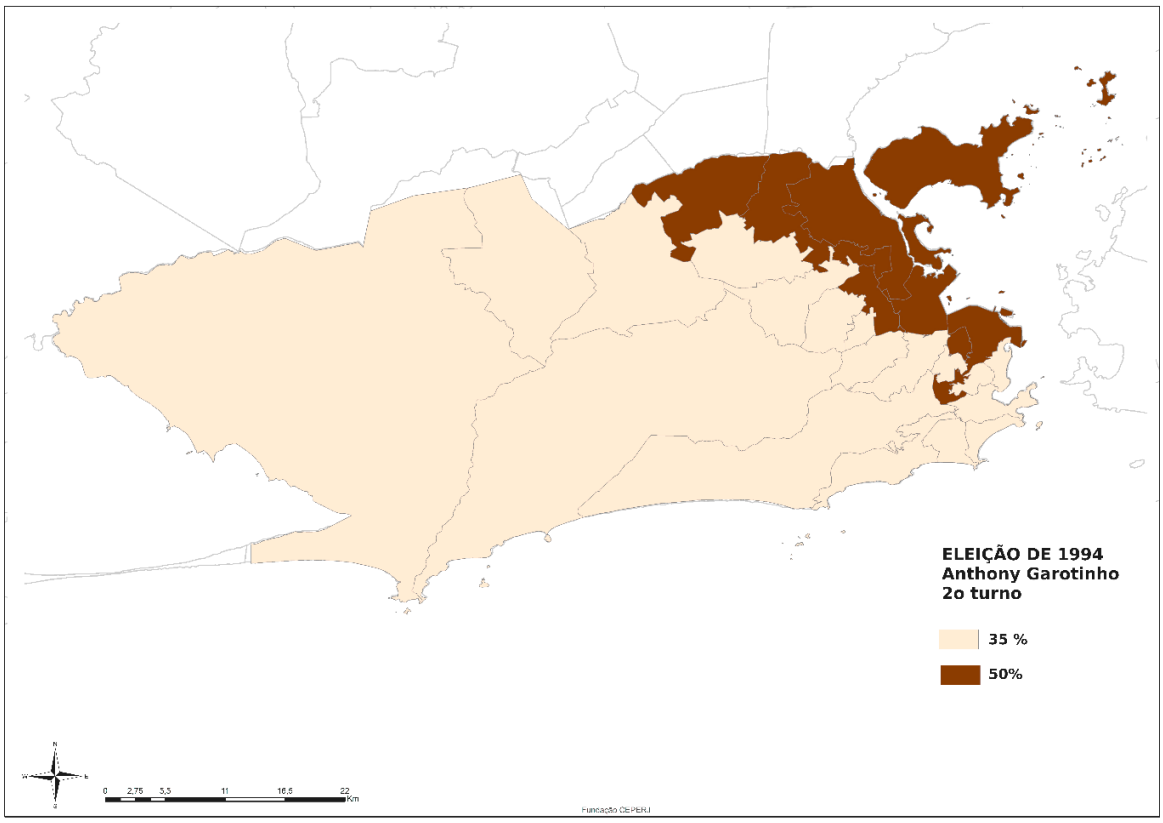



Figura 155 - Votação em Anthony Garotinho no 2º turno nas eleições para governador de 1994 (Fonte: Alkmin, 2014).

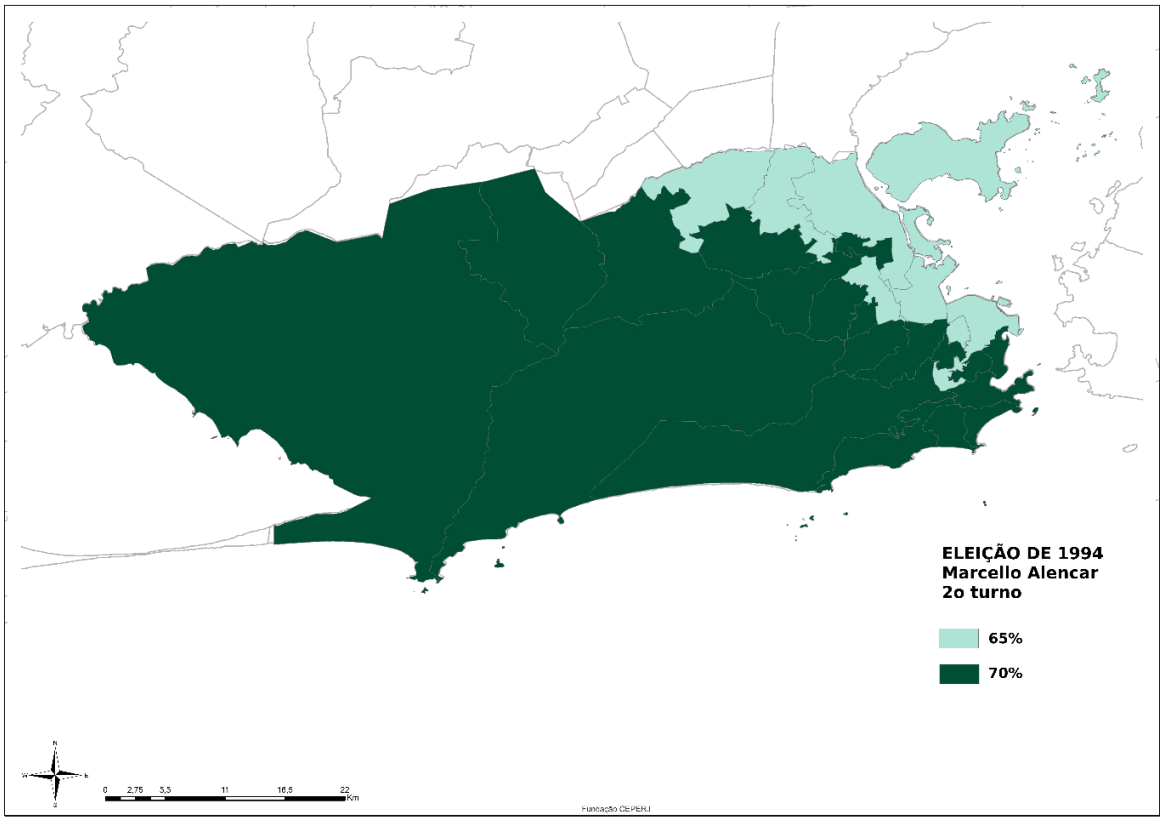



Figura 156 - Votação em Marcello Alencar no 2º turno nas eleições para governador de 1994 (Fonte: Alkmin, 2014).

| ZONAS ELEITORAIS | Marcello Alencar (1º turno) | Garotinho (1º turno) | Marcello Alencar (2º turno) | Garotinho (2º turno) |
|---|---|---|---|---|
| Centro | 20 | 30 | 65 | 50 |
| Estácio | 25 | 30 | 65 | 50 |
| Flamengo | 25 | 20 | 70 | 35 |
| Botafogo | 25 | 20 | 70 | 35 |
| Copacabana | 25 | 20 | 70 | 35 |
| Rio Comprido | 25 | 20 | 70 | 35 |
| Tijuca | 25 | 20 | 70 | 35 |
| Rocha | 20 | 30 | 65 | 50 |
| São Cristóvão | 20 | 30 | 65 | 50 |
| Cascadura | 25 | 20 | 70 | 35 |
| Olaria | 20 | 30 | 65 | 50 |
| Madureira | 20 | 20 | 70 | 35 |
| Barra da Tijuca | 20 | 20 | 70 | 35 |
| Méier | 25 | 20 | 70 | 35 |
| Realengo | 15 | 20 | 70 | 35 |
| Laranjeiras | 20 | 20 | 70 | 35 |
| Leblon | 25 | 20 | 70 | 35 |
| Ipanema | 25 | 20 | 70 | 35 |
| Grajaú | 25 | 20 | 70 | 35 |
| Engenho Novo | 25 | 20 | 70 | 35 |

| ZONAS ELEITORAIS | Marcello Alencar (1º turno) | Garotinho (1º turno) | Marcello Alencar (2º turno) | Garotinho (2º turno) |
|---|---|---|---|---|
| Bonsucesso | 20 | 30 | 70 | 50 |
| Irajá | 20 | 30 | 65 | 50 |
| Deodoro | 15 | 30 | 65 | 50 |
| Bangu | 10 | 20 | 70 | 35 |
| Santa Cruz | 10 | 20 | 70 | 35 |
| Ilha do Governador | 25 | 20 | 70 | 35 |

Tabela 10 – Resultado da votação para governador de 1994 no município do Rio de Janeiro (1º e 2º turnos, candidatos mais votados, em porcentagem) por zona eleitoral (Fonte: TRE).

Ainda em 1994, no âmbito estadual ocorriam também as eleições para governador. Os dois principais candidatos concorrentes no Rio de Janeiro foram o pedetista Anthony Garotinho e o agora peessedebista Marcello Alencar.[777] Apesar de conquistar cerca de 30% dos votos no primeiro turno, Garotinho é derrotado no segundo turno por Marcello Alencar. A bancada do PDT também sentiu os impactos: de 24 parlamentares em 1982, em 1994 o partido tinha somente 12 deputados estaduais.

A análise territorial dos votos para governador em 1994 município do Rio de Janeiro reafirma a mudança que já havia sido notada na análise da eleição presidencial do mesmo ano. O brizolismo perdia sua força na zona oeste da cidade.

No primeiro e segundo turnos, Garotinho conquista entre 30% e 50% dos votos, respectivamente, na região central e fronteiriça com o munícipio de Duque de Caxias. Esta concentração de votos nesta região é consequência da força de Garotinho no interior do estado – cabe lembrar que sua origem política é a cidade de Campos, ao norte do estado.

No primeiro turno, Marcello Alencar recebe, principalmente, os votos das zonas sul e norte, além da Baixada de Jacarepaguá. Mas é no segundo turno que se opera uma mudança importante: Marcello Alencar recebe os votos da rejeição ao brizolismo e conquista cerca de 70% dos votos de toda a cidade!

Alkmin (2014) compreende que esta dura derrota sofrida por Brizola (que perde para Enéas Carneiro até mesmo no estado do Rio de Janeiro, seu principal reduto eleitoral) traça uma linha divisória no campo político carioca que marca o fim do brizolismo e da liderança de

[777] Concorreram também ao cargo de governador Newton Bruz pelo PSD, Jorge Bittar pelo PT, Milton Gonçalves pelo PMDB, Paulo Roberto Santoro pelo PRONA, Ronald Azaro pelo PSC e Mauro Cesar pelo PRN.

Newton Cruz conseguiu cerca de 14% dos votos, Jorge Bittar 10%, Milton Gonçalves 4%, Paulo Roberto Santoro 1,5%, Ronald Azaro 0,7% e Mauro Cesar, também 0,7%.

Brizola no plano regional e nacional.[778] Este é um entendimento que compartilho, razão pela qual o ano de 1994 foi escolhido como marco para definição do recorte temporal desta tese.

> **Brizolismo encerra ciclo de 12 anos. Pela primeira vez desde 1982, PDT fica fora dos governos do estado e do município.**
>
> Como uma grife política, dessas que entram e saem de moda ao sabor dos tempos, o gaúcho Leonel de Moura Brizola dominou a política fluminense nos últimos 12 anos, desde seu retorno do exílio, em 1979, e sua primeira eleição para o governo do Rio, em 1982. Hoje, quando o governador Nilo Batista passar o cargo ao neo-tucano Marcello Alencar, a grife que originou o PDT deixará a vitrine após exibir-se por dois mandatos no executivo estadual e três no executivo municipal.[779]

Em 1998, Brizola seria novamente candidato, agora à vice-presidência da República, na chapa de Lula. Apesar de novamente derrotada pelo PSDB, a construção da chapa comum entre as duas grandes frentes da esquerda brasileira mostrava uma situação nova na política brasileira, que se unia frente ao aumento considerável do prestígio do PSDB.

Também em 1998, Garotinho (ainda pelo PDT) seria eleito governador do Rio de Janeiro, derrotando Cesar Maia. Contudo, o que parecia uma retomada do brizolismo no campo político carioca mostra sua fragilidade com o rompimento de Brizola e Garotinho dois anos depois.

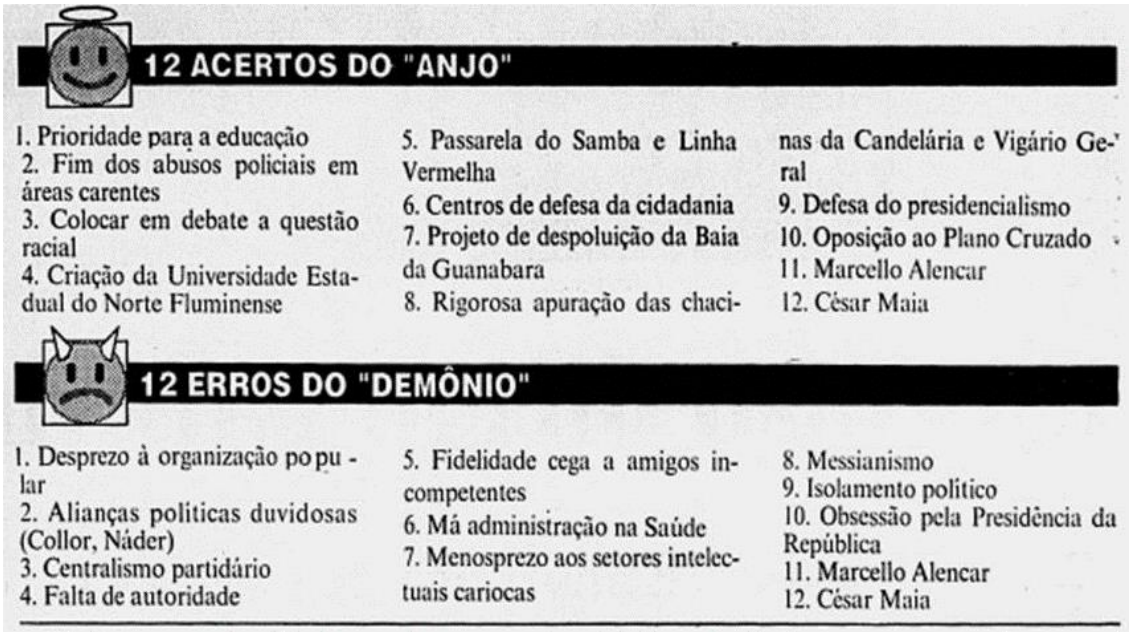
Posteriormente, em 2000, Brizola seria derrotado em uma disputa pela prefeitura do Rio de Janeiro, marcando o fim definitivo de um período em que o brizolismo ocupou uma posição central no campo político carioca.

[778] A derrota fez surgirem vozes, de antigos aliados (com Cibilis Viana), dentro do PDT, defendendo a aposentadoria política de Brizola.

[779] Manchete do Jornal do Brasil de 01/01/1995.

# UM BALANÇO DO QUE AQUI SE ESTUDOU (OU CONCLUSÃO)

No dia 1º de janeiro de 1995, dia em que Nilo Batista passou o mandato de governador a Marcello Alencar, o Jornal do Brasil publicou uma reportagem sobre o fim da hegemonia do brizolismo no campo político carioca. Nesta reportagem, de modo a analisar os doze anos em que esta corrente política governou o Rio de Janeiro, foram selecionados *doze acertos do* ***anjo*** *e doze erros* ***demônio*** Brizola, numa clara alusão às paixões que seu enorme carisma despertava.



**12 ACERTOS DO "ANJO"**

1. Prioridade para a educação
2. Fim dos abusos policiais em áreas carentes
3. Colocar em debate a questão racial
4. Criação da Universidade Estadual do Norte Fluminense
5. Passarela do Samba e Linha Vermelha
6. Centros de defesa da cidadania
7. Projeto de despoluição da Baia da Guanabara
8. Rigorosa apuração das chacinas da Candelária e Vigário Geral
9. Defesa do presidencialismo
10. Oposição ao Plano Cruzado
11. Marcello Alencar
12. César Maia

**12 ERROS DO "DEMÔNIO"**

1. Desprezo à organização popular
2. Alianças politicas duvidosas (Collor, Náder)
3. Centralismo partidário
4. Falta de autoridade
5. Fidelidade cega a amigos incompetentes
6. Má administração na Saúde
7. Menosprezo aos setores intelectuais cariocas
8. Messianismo
9. Isolamento político
10. Obsessão pela Presidência da República
11. Marcello Alencar
12. César Maia

Figura 157 – Doze acertos e doze erros de Brizola (Jornal do Brasil, 01/01/1995).

Como acertos o Jornal destaca as ações que marcam a defesa dos direitos humanos, bandeira inicial do brizolismo no Rio de Janeiro. Trata-se da priorização da política educacional, a criação da Universidade Estadual do Norte Fluminense, o fim dos abusos policiais, a criação dos Centros de Defesa da Cidadania e a apuração rigorosa das chacinas de Vigário Geral e Candelária. Também foram destacadas a realização de grandes obras, como a construção do Sambódromo e da Linha Vermelha. Ou ainda, projetos de preservação do meio ambiente como a despoluição da Baía de Guanabara. Por fim, o jornal celebra a atuação política do próprio Leonel Brizola que, assim como fizera em 1961, defendeu a manutenção do presidencialismo, ou ainda sua corajosa oposição ao Plano Cruzado, mesmo quando o Brasil celebrava o *fim da inflação.*

A maior parte dos pontos negativos destacados pelo jornal relacionam-se menos ao brizolismo enquanto corrente política e mais sobre Leonel Brizola enquanto personagem da política brasileira – exceção é a má administração da Saúde do Rio de Janeiro. Neste sentido, são apontados como erros a desastrosa aliança política com Collor, a suposta falta de autoridade para lidar com *revoltas populares,* o messianismo ligado à figura de Brizola, sua suposta

obsessão pela presidência, a falta de autoridade, a fidelidade cega a amigos incompetentes, o menosprezo aos setores intelectuais cariocas e o consequente isolamento político do PDT.

Interessante notar que o jornal destaca também como um dos erros o desprezo à organização popular, algo que fora caro ao brizolismo. Esta crítica pode ser compreendida, em realidade, como um sintoma da modificação no conteúdo e forma de associativismo ocorrida no início da década de 1990.[780]

Outro ponto muito importante apontado pelo Jornal do Brasil é a famosa crítica que diz que o brizolismo teria governado para a população pobre e que, portanto, teria desprezo à elite carioca. Esta crítica dialoga diretamente com a hipótese levantada nesta tese, de que as políticas de regulação urbana, em geral, atendiam a anseios de uma população de maior renda. Desenvolverei esta reflexão ao longo deste capítulo final.

Ainda sobre os *doze acertos e erros,* é curioso notar que tanto Marcello Alencar quanto Cesar Maia, que poderiam ter se tornado sucessores de Brizola, mas que, após romperem, seguiram carreiras independentes, estão indicados tanto como acertos quanto como erros.

Doze anos após ter se tornado hegemônico no campo político carioca, o brizolismo não conseguiu ampliar sua atuação, nem se tornar uma força política nacional. Restrito ao território do Rio de Janeiro, ao *falhar* ali, perdeu sua força como um todo, levando às derrotas já apontadas no fim do capítulo anterior.

Mas por que o brizolismo escolheu a cidade do Rio de Janeiro como base ainda na década de 1970? Teria esta escolha uma relação com o projeto maior, de chegar à Presidência da República? Até que ponto a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida em função de seu passado de capital e, portanto, de lócus privilegiado da formação da nacionalidade brasileira? Ademais,

[780] A ascensão do neoliberalismo em fins da década de 1980 não modificou somente o planejamento urbano, mas também o formato da mobilização social, principalmente com a aproximação entre ONGs e movimentos sociais.

Ademais, com o discurso neoliberal de redução dos controles burocráticos estatais, foi delegada a gestão do dinheiro público para o chamado terceiro setor, formado por organizações da sociedade civil. Esta mudança é parte do processo de introdução da dinâmica capitalista na gestão destes recursos e, assim como ocorreu no planejamento urbano estratégico, da introdução de conceitos como eficiência e gestão empresarial no âmbito da atuação dos movimentos sociais. A mudança mais evidente é o deslocamento de ações que, antes tratadas como políticas sociais, passaram a ser projetos executados por estas instituições.

no que diz respeito à identidade política carioca, em que medida o discurso nacionalista de Brizola reforçava a distinção entre os campos políticos carioca e do Estado do Rio de Janeiro?

A estratégia de escolha do campo político carioca como *trampolim* para *saltar* para ao campo político nacional não foi criada pelo brizolismo. Ao contrário, uma outra liderança política local: Carlos Lacerda, ainda na década de 1960, se utilizou da *belacap* como plataforma de lançamento de sua campanha presidencial para alcançar a *novacap*.[781] Acredito que, de alguma maneira, a escolha de Brizola reforçou no Rio de Janeiro a imagem de *cidade injustiçada* frente a um projeto autoritário – mesma imagem que havia sido acionada quando da transferência da capital para Brasília em 1960. Neste sentido, em parte, a afirmação de que na década de 1980 a cidade passara por um esvaziamento político e econômico integra uma estratégia de marcação de uma oposição ao brizolismo, muito forte na identidade política carioca.[782]

Ao mesmo tempo, a enorme força política do brizolismo demandou, para ser suplantada, uma crítica também de enorme força. Neste sentido, a disputa em torno do legado brizolista (ou da independência deste legado) contribuiu consideravelmente para a consolidação da imagem da cidade do Rio de Janeiro como cidade violenta ou *partida*. Mas, afinal, até que ponto a violência urbana era uma particularidade carioca?

Por fim, a mesma crítica que disputava o legado brizolista (ou a independência dele, como já dito) também consolidou uma nova imagem de prefeitos e governadores. Não mais uma imagem que referenciava o Rio de Janeiro como lócus privilegiado da formação da nacionalidade brasileira e que, portanto, convidava seus gestores a debater a política nacional. Mas uma imagem segundo a qual prefeitos e governadores apresentavam-se como administradores, em um processo de despolitização da atuação do poder executivo e, também, do campo político carioca. É interessante notar que essa despolitização do chefe do executivo era parte do discurso da gestão empresarial da cidade: "há uma construção mitificada da figura do líder carismático, do administrador erudito, da liderança política enaltecida sobretudo pela

[781] A oposição entre belacap e novacap era um debate intenso no início da década de 1960, quando foi inaugurado o novo distrito federal de Brasília e o antigo Rio de Janeiro tornava-se Estado da Guanabara.

[782] Cabe lembrar que tal discurso foi acionado por Cesar Maia quando, já eleito prefeito em 1993, apresentou o primeiro Plano Estratégico da cidade.

competência técnica capaz de situá-lo acima da política, requisitos tidos como indispensáveis do 'prefeito empreendedor'".[783]

Ambos, Lacerda e Brizola, se constituíram no Rio de Janeiro como lideranças carismáticas e fundaram duas das mais importantes correntes da política carioca: o brizolismo e o lacerdismo. Apesar de adversários políticos, compartilhavam desde a década de 1960, a marca de político da capital, menos por nascimento e mais por qualidades relacionadas ao Rio enquanto cidade-capital. Ademais, o acionamento da memória da capitalidade carioca fez do caráter nacionalizador uma das principais marcas dos dois.

A oposição (e semelhanças, é claro) estre estas duas importantes lideranças foi reevocada por Cesar Maia na campanha eleitoral de 1992 para a prefeitura.[784] Maia buscou a imagem de Lacerda como gancho para construir o discurso de combate à desordem urbana, chegando a ponto de a propor a mudança do nome da cidade para Guanabara![785] Para além do debate local, a evocação da memória de Lacerda atingia o brizolismo naquilo que lhe era mais caro, a retomada da trajetória do trabalhismo interrompida pela ditadura civil-militar.[786]

O conflito com Cesar Maia é parte de um problema maior, que fragilizou o brizolismo enquanto corrente política: a dificuldade em se definir um sucessor para o legado de Leonel Brizola.

Enquanto líder carismático, o apoio a Brizola passava também por um caráter passional. E, raramente o carisma é transferido para um sucessor. Com Brizola não foi diferente. Levando em consideração somente as lideranças que ocuparam cargos importantes no executivo carioca, foram muitos os rompimentos: o PDT não conseguiu eleger Darcy Ribeiro em 1986, Jamil Haddad romperia assim que dispensado em 1983, já Saturnino Braga rompe ainda em meio ao mandato na prefeitura, enquanto Marcello Alencar rompe logo que termina seu mandato em 1992, mesmo ano em que Cesar Maia rompe para se candidatar.

---

[783] Sanchez, 2001, p. 40.

[784] Cf. Motta, 2001.

[785] É também desta época a narrativa de que o projeto das linhas policrômicas seria de autoria do urbanista grego Doxiadis, que fora contratado por Lacerda: quando Maia constrói a Linha Amarela, defende que estava retomando o projeto do plano elaborado ainda na década de 1960. O resgate é tão forte, que a via expressa é batizada Carlos Lacerda, em oposição à Linha Vermelha, construída por Brizola e batizada João Goulart. Curiosa ironia é o fato de a última, que homenageia o líder trabalhista ser gratuita, enquanto a primeira, que homenageia o líder liberal, possuir cobrança de pedágio.

[786] Cabe lembrar que Carlos Lacerda foi um dos principais rivais de Getúlio Vargas.

> Suas atitudes incisivas não eram vistas como sinal de coragem e sinceridade, e sim como intervenções autoritárias, que colocavam a democracia em risco.[787]

Brizola foi acusado, diversas vezes, de ser autoritário: as diversas demissões de secretários apareciam na imprensa, e até mesmo na imprensa de esquerda, como ações arbitrárias de um governador que "desconhecia a prática da negociação desde que assumiu, absoluto, o governo".[788] Independente de interpretações subjetivas, fato é que Brizola realmente não deixou nenhum sucessor: não se sabe se por autoritarismo ou pela dificuldade real na transferência do carisma para um sucessor.

Para além da questão local e sucessória, o auge e a decadência do brizolismo se deu em meio à disputa pelos novos espaços políticos abertos a partir da redemocratização brasileira. Neste espaço, o brizolismo disputou não somente com a direita, mas também com as esquerdas.

No processo da restituição dos partidos políticos ainda na década de 1970, as lideranças comunistas e de esquerda no Rio de Janeiro organizaram-se, incialmente, em torno do PMDB, ainda que somente num primeiro momento. Por trás desta unidade estava a compreensão de que a luta democrática passava pela unidade da oposição em um único partido.

A chegada de Brizola após a anistia, de alguma maneira, representou uma ameaça a este projeto de unidade – razão pela qual foi muitas vezes foi acusado de divisionista. Para construir seu partido, Brizola precisava não somente questionar o projeto unificador das oposições, mas também escapar da polarização sindical em torno do novo sindicalismo e do partido que nascia daquele espaço, o PT.[789] Foi neste espaço que "[se inventou] um partido e um governo de base popular, fundados na sua liderança e no seu carisma", o PDT.[790]

Esta disputa perdurou ao longo da década de 1980, materializada, principalmente, na oposição entre PT e PDT, ou entre as lideranças nacionais de Lula e Brizola.

Mas o conflito existia para além das disputas presidenciais. Existia, por exemplo, no espaço disputado (e nesta tese estudado) pelas associações de moradores e suas entidades

[787] Macedo, 2016, p. 209.

[788] Macedo, 2016, p. 233.

[789] O chamado novo sindicalismo criticava diretamente o sindicalismo trabalhista, ao qual Brizola referenciava-se.

[790] Freire, 2016, p. 188.

federativas como a FAFERJ e FAMERJ – as federações de associações eram, em geral, espaços de hegemonia petista e que o brizolismo, como vimos, por diversas vezes, tentou conquistar.

Em realidade, a mesma FAMERJ cujo presidente chegou a tornar-se vice-prefeito em 1986, incialmente, resistiu à participação das associações de bairro nos Conselhos Governo-Comunidade principalmente por temer que as mesmas fossem cooptadas pelo PDT. Era pano de fundo desta resistência o fato de que as entidades federativas de bairro do Rio de Janeiro viam com preocupação um possível *aparelhamento* das instituições pelo brizolismo.

Brizolismo e petismo disputaram acirradamente o campo das esquerdas nas décadas de 1980 e 1990. Inesperadamente, foi o PT que constituiu o que se imaginou que o PMDB poderia ter sido no início do processo de redemocratização: uma grande frente unificadora das esquerdas formada por "sindicalistas, líderes de movimentos sociais, setores da igreja popular e ex-militantes da luta armada de diferentes organizações em torno de um projeto de cunho socialista a ser construído na prática".[791] No entanto, ao constituir esta frente, acabou pôr, no campo discursivo, a construir uma fala de que tudo que não era essa *nova esquerda*, seria viciada, tradicional, populista e ultrapassada.[792] E o brizolismo, que tentava se apresentar como o conector do fio da história do trabalhismo varguista com o presente, era alvo privilegiado desta fala. Uma das consequências deste discurso foi que Brizola passou rapidamente a ser considerado ultrapassado e anacrônico, que insistia em um discurso nacionalista e anti-imperialista.

> Em vários momentos, acreditou-se na morte do trabalhismo, ou no mínimo, sua incompatibilidade com o contexto de transição democrática, mas o passado parecia invadir o presente, mostrando ainda ter fôlego suficiente para sobreviver aos novos tempos.[793]
>
> Diante da potência, o conceito de populismo, paternalismo, manipulação e peleguismo foram acionados para desqualificar a trajetória política de Brizola.[794]

A crítica que classificava o novo trabalhismo como populista e ultrapassada não era justa. O PDT não se apresentou somente como continuação do trabalhismo. Ao contrário, se

[791] Freire, 2016, p. 198.

[792] Em parte, a acusação de populista que visava estigmatizar personagem da política brasileira que atuaram até a década de 1960, ruptura que se fazia interessante para aquelas correntes que se apresentavam como alternativas à velha política durante o período da redemocratização.

[793] Macedo, 2016, p. 219.

[794] Cf. Macedo, 2016.

reinventou ao articular-se para além da defesa dos direitos dos trabalhadores e do nacionalismo e incluiu em suas pautas a pluralidade dos conflitos sociais e as demandas das minorias, principalmente de indígenas, negros e mulheres. Ao fazê-lo, trouxe para o campo político brasileiro uma nova forma de incluir a luta por direitos sociais, não mais em torno da ideia de classes sociais; uma perspectiva que ganhava força em todo o mundo.

Para além da questão das minorias, busquei mostrar nesta tese lutas abraçadas pelo brizolismo que não são comumente estudadas como as lutas em defesa do patrimônio cultural, do meio ambiente e pelo direito à cidade. Estas lutas não estavam no escopo inicial do trabalhismo brizolista, mas foram rapidamente incorporadas como pautas. Basta atentarmos para a quantidade de conflitos que foram mediados tanto pelo executivo quanto pela bancada pedetista no legislativo carioca. Rapidamente aqui, relembro alguns dos casos mais relevantes estudados na tese como a criação da APA da Fazendinha da Penha, o tombamento da Fábrica Bangu e o PEU Bangu, a criação de diversas APAs na Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes, o tombamento da Rua da Carioca, a APA de Santa Teresa e do SAGAS, dentre muitas outras histórias contadas nos capítulos anteriores.

Fazendo um balanço dos casos estudados, algumas questões surgem. O que o estado reconhece como identitário a ponto de ser definido como patrimônio cultural? Patrimônio de que classes sociais? De que espaços da cidade? E que meio ambiente merece ser preservado? Em que espaços da cidade? Ou ainda, que bairros merecem uma legislação particular, que atenda aos anseios e desejos de cidade de seus moradores? Quais moradores e de que espaços da cidade tem direito a este privilégio?

Para tentar responder, em parte, a estas questões, é preciso ter em mente que territórios diferentes, nunca poderiam ser tratados de forma semelhante no espaço de uma cidade. Mas como se apresentam no recorte da pesquisa estas diferenças?

Das políticas estudadas nesta tese, a maior parte tratou de temas como urbanismo e de patrimônio cultural. Acredito que as políticas de preservação do meio ambiente tenham ficado em menor número em função do período estudado, visto que o debate ecológico ganha força somente ao fim da década de 1980, já no limite do recorte temporal escolhido para este estudo.

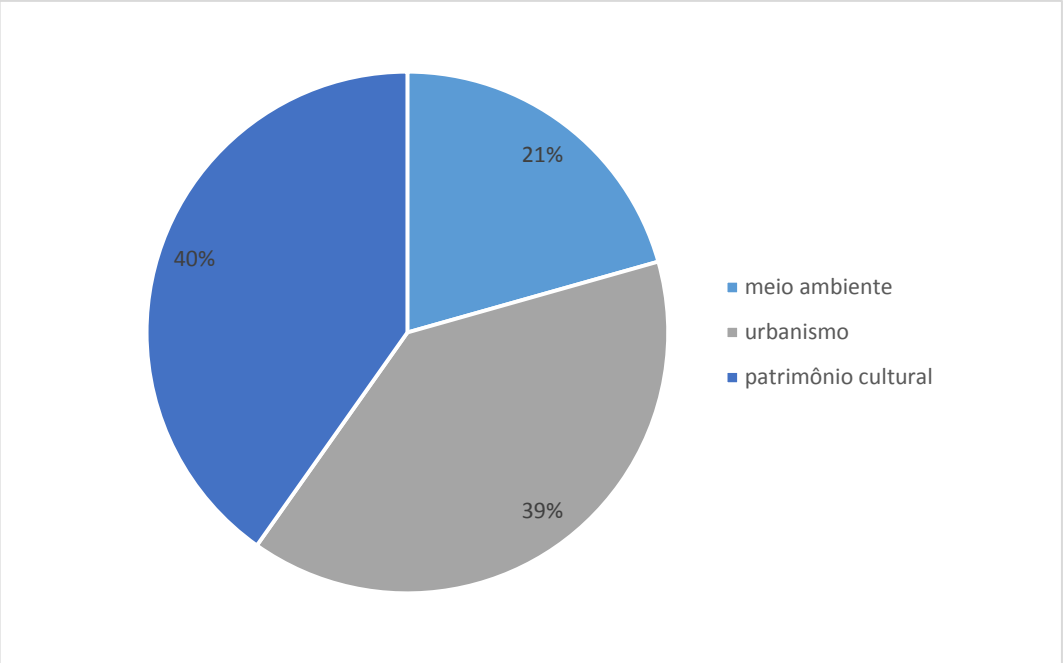



Gráfico 1 - Tipo de instrumento de regulação urbana estudados nesta tese.

As motivações identificadas para a aplicação das políticas de regulação urbana encontradas também são diversas. Destacam-se, no panteão de motivações, claramente, as demandas apresentadas pelas associações de moradores (52% dos casos estudados).[795]

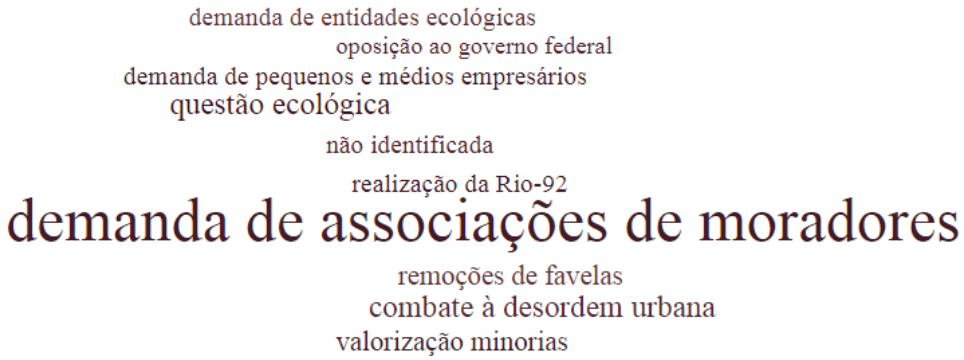



Figura 158- Nuvem de palavras com a frequência das motivações encontradas nesta tese.

[795] Importante destacar uma decisão metodológica: para a elaboração dos gráficos apresentados nesta conclusão, foram considerados somente os casos estudados na tese.

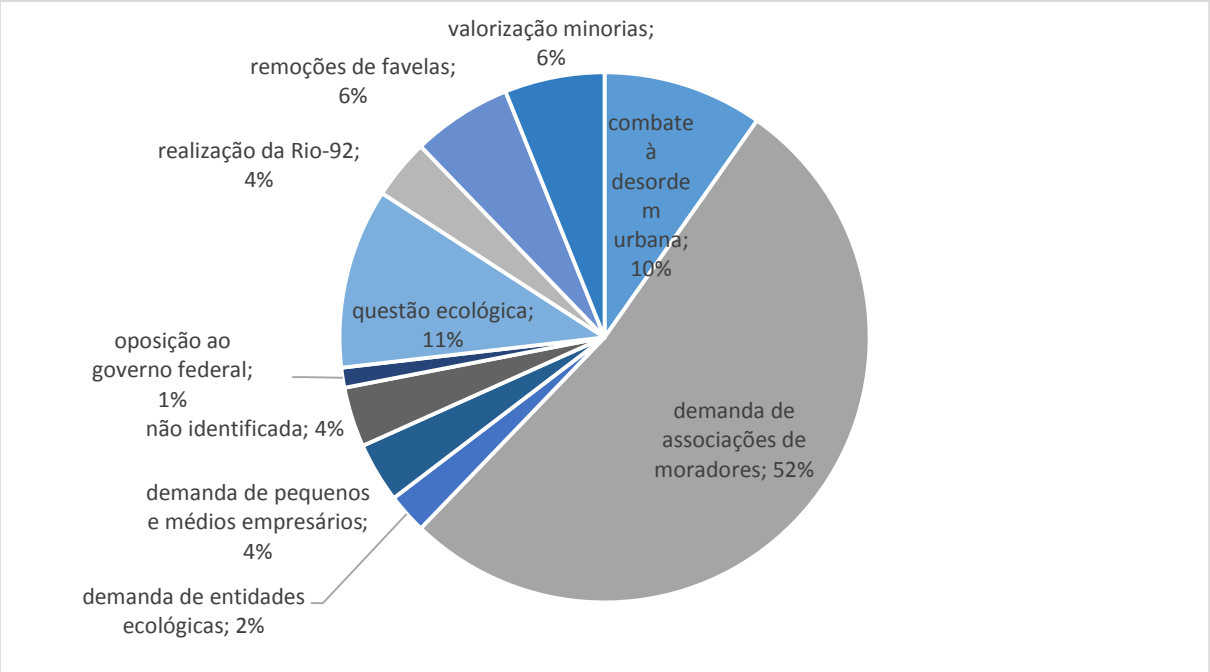



Gráfico 2 - Motivação identificada para as políticas de regulação urbana estudadas nesta tese.

A distribuição territorial das políticas estudadas nesta tese também mostra um padrão interessante e reforça a hipótese levantada no início do estudo, de que há um vínculo entre a estrutura econômica da cidade, a territorialidade do voto e a implantação dos instrumentos de regulação urbana.

Os casos estudados na tese distribuem-se nos bairros segundo a seguinte proporção:




Figura 159 - Nuvem de palavras com os bairros estudados.

Os bairros com maior número de casos estudados são Penha, Catete, Centro, Copacabana, Tijuca, Vila Isabel, Andaraí, Bangu, Botafogo, Campo Grande, Cosme Velho, Ilha do Govenador, Ipanema, Laranjeiras, Leme, Madureira, Padre Miguel, Pavuna, Santa Cruz e Santa Teresa.

Uma análise dos bairros de acordo com a região facilita a análise. A maior quantidade refere-se à zona sul (49% dos casos), seguida da zona central (21%), zona norte (16%) e zona oeste (14%). Esta distribuição territorial reflete a hipótese de que estas políticas de regulação urbana ou atendiam a demandas do eleitorado brizolista, ou atendiam a demandas de regiões para onde se pretendia expandir a influência desta corrente política.




Figura 160 – Nuvem de palavras com as regiões da cidade estudadas.

Mas qual a relação destes bairros com a renda média familiar e os resultados eleitorais?

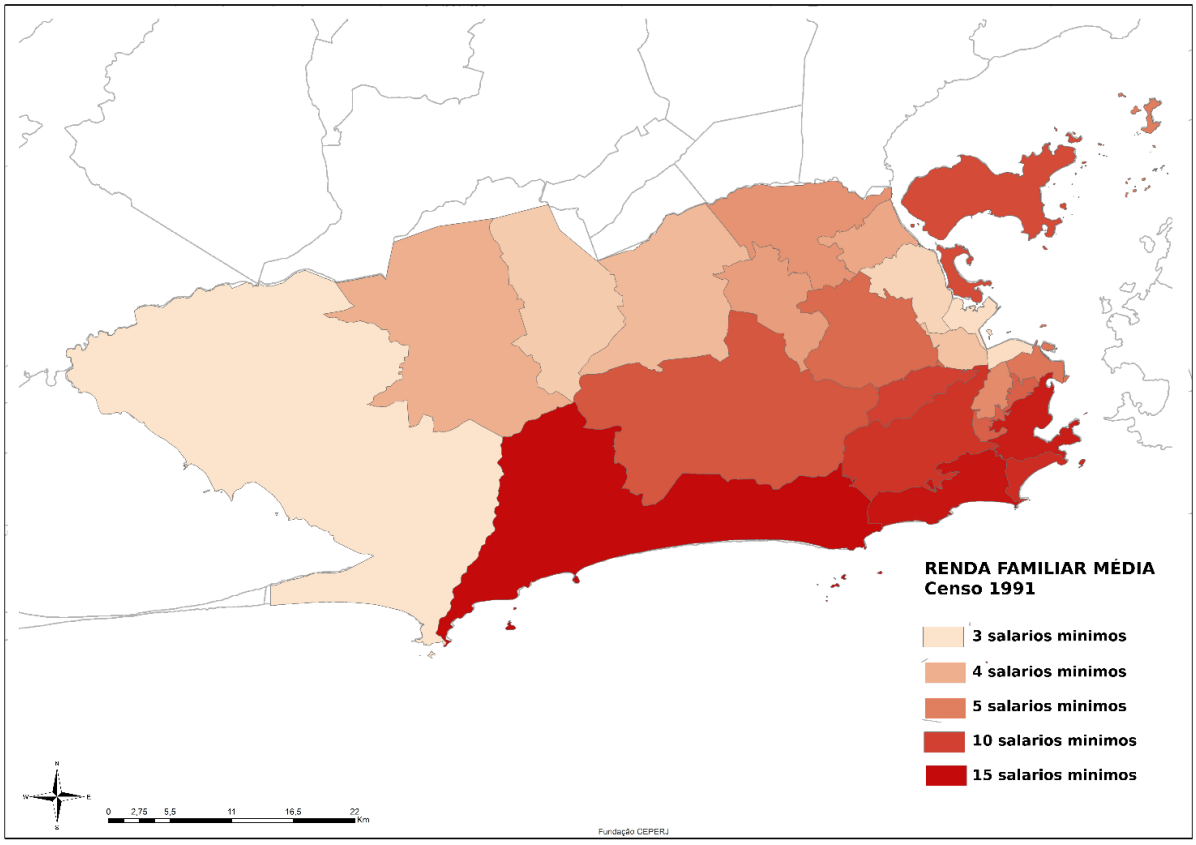



Figura 161 - Mapa da renda familiar média em salários mínimos (Fonte: IBGE).

O mapa acima mostra a renda média familiar da cidade do Rio de Janeiro segundo o Censo de 1991. Os dados mostram a concentração da população com maior renda na região litorânea ao longo dos bairros da zona sul e da Baixada de Jacarepaguá. Nas regiões administrativas da Lagoa, Botafogo, Copacabana e Barra da Tijuca, a renda média familiar é de cerca de 20 salários mínimos. Em contraposição, a zona oeste, principalmente as regiões administrativas de Santa Cruz, Campo Grande e Bangu, têm as piores rendas familiares médias da cidade, entre 3 a 4 salários mínimos.[796]

É interessante observar que a territorialização da renda reflete a mesma divisão territorial dos votos de apoio e de oposição ao brizolismo. Até mesmo as regiões administrativas onde estão as menores e maiores rendas familiares são as correspondentes às zonas eleitorais onde o brizolismo teve seu maior e pior desempenho eleitoral, respectivamente. E estes bairros são exatamente onde as políticas de regulação urbana estudadas nesta tese se concentraram!

Um pequeno resumo do analisado nos capítulos.

No capítulo 2, foram estudadas as primeiras ações do brizolismo à frente do executivo estadual e municipal – trata-se do período entre os anos 1983 e 1987, durante os mandatos de Leonel Brizola enquanto governador e de Jamil Haddad, Marcello Alencar e Saturnino Braga como prefeitos.

No Centro, este foi o período de formalização do Corredor Cultural, do tombamento da Rua da Carioca e do projeto de revitalização de Jaime Lerner – todos instrumentos que atenderam a demandas do pequeno e médio empresariado. Com o sucesso destas políticas, as associações de moradores pediram a expansão destas ações para seus bairros: daí resultou a criação das primeiras APAs; SAGAS, Fazendinha da Penha e Santa Teresa.

Há, ademais, diversos casos de tombamentos, como imóveis de Botafogo e Cosme Velho, o Copacabana Palace e a Ilha de Paquetá. Ou ainda a valorização do patrimônio cultural relacionado à memória dos trabalhadores urbanos, como o entorno da Fábrica Bangu, da Vila Palácio no Catete, da Vila Operária do Estácio e da Vila Operária da Fábrica Confiança. É interessante atentar que estes tombamentos foram implementados para solucionar conflitos urbanos quanto ao uso da terra ou quanto aos parâmetros edilícios definidos pela legislação

[796] Infelizmente, não existem dados disponíveis para elaboração de um mapa da renda média famílias da cidade na década de 1980. Contudo, podemos extrapolar um pouco o informado pelas fontes e presumir que, com exceção da Barra da Tijuca cujo crescimento urbano é intensificado ao fim da década de 1980, a distribuição territorial da renda na cidade fosse semelhante.

então em vigor, conflitos expostos por meio da mobilização das associações de moradores locais. É interessante notar que o tombamento foi utilizado, então, não por uma questão de patrimônio cultural, mas pelo fato de ser o instrumento de regulação urbana disponível para tal.

No capítulo 3, foram estudadas as políticas urbanas implementadas entre 1987 e 1989, durante os mandados de Moreira Franco e Saturnino Braga enquanto governador e prefeito (respectivamente).

Foi neste período em que se tentou retomar as obras de expansão do metrô e, em resposta, o tombamento de imóveis na região da Cruz Vermelha. Ainda no Centro, também avançaram nestes anos os projetos de revitalização da Praça 15.

Em resposta à mobilização de associações de moradores, principalmente no espaço do Conselhos Governo-Comunidade, foram tombados o Cassino da Urca e a Enseada de Botafogo e criada a APA do Bairro Peixoto. Já na zona oeste, foi tombado o antigo Matadouro de Santa Cruz, em atendimento à mobilização de pesquisadores locais.

A gestão de Saturnino também produziu diversos PEUs. Neste universo, destacam-se o PEU Tijuca, o PEU Penha e o PEU Bangu; todos elaborados em atendimento a demandas com associações de moradores locais.

Com exceção do caso do matadouro de Santa Cruz, estas medidas também solucionaram conflitos surgidos a partir do anúncio de construção de um novo empreendimento imobiliário.

No capítulo 4, foram estudadas as políticas urbanas implementadas entre 1989 e 1992, quando o brizolismo voltou a ocupar tanto o executivo estadual quanto o municipal, nas figuras de Leonel Brizola e Marcello Alencar.

Nestes anos, as demandas por melhorias urbanas das associações de moradores começaram a ocupar menor espaço na arena política. Destacam-se, no período, o tombamento do edifício da UNE no Catete, de imóveis em Botafogo, do espelho d'água da Lagoa Rodrigo de Freitas, do Edifício Guahy, do Forte de Copacabana e de algumas salas de cinema

É também no fim da década de 1980 (e com a proximidade da Rio-92) que ganha protagonismo na arena política a mobilização pelas causas ecológicas. Fruto disso é o aumento do número de tombamentos e criação de APAs em áreas naturais, como a Pedra de Itaúna, a Prainha, a Lagoa de Marapendi e Laranjeiras.

Também é o momento de estabelecimento do Plano Diretor e da Lei Orgânica da cidade, duas importantes legislações que organizam os instrumentos disponíveis para gestão do espaço urbano.

Por fim, o capítulo 5, que tratou do período entre 1992 e 1995, quando Cesar Maia é eleito para prefeito e Brizola permanece enquanto governador. É um momento de mudança no paradigma da gestão da cidade, com a implantação do primeiro Plano Estratégico da cidade e seus dois principais projetos: o Rio Cidade e o Favela-Bairro.

Ademais, sob o discurso de enfrentamento da desordem urbana, retornam à pauta as remoções de favelas, expressas no caso da retirada das casas às margens das lagoas da Tijuca e Marapendi.

As mudanças mostradas por meio de tantos exemplos ao longo de todo o texto desta tese evidenciam as diversas disputas que, em conjunto, contribuíram para a construção da cidade do Rio de Janeiro. Hoje, muitas das paisagens que tomamos como cotidianas, existem da maneira que são em função destes conflitos.

Por fim, para melhor compreensão, trago para este espaço a belíssima reflexão de Richard Sennet em seu último trabalho, *Construir e Habitar, ética para uma cidade aberta*. Sennet (2018) explora em seu texto que o ambiente construído é mais do que um reflexo da economia ou da política, mas também é resultado de uma vontade. Neste sentido, pode-se compreender a disputa política e econômica que se apresentou nesta tese como uma disputa de sentido pelo o que é e que poderia ser a cidade do Rio de Janeiro.

Nesta disputa de diferentes anseios e desejos, há, muitas vezes, conflito entre os valores dos planejadores, dos construtores e da população. Mas qual o direito de planejadores urbanos de dizerem sozinhos à população como ela deve viver sua cidade? Esse é o problema ético que Sennet coloca em seu livro e que, nesta tese, se mostrou negociado nos diversos casos apresentados.

A complexidade da cidade a enriquece, não a diminui. Uma cidade aberta, como fala Sennet, tolera as diferenças e promove a igualdade; liberta do eixo familiar e do fixo, criando um espaço de experimentação. [797] Os conflitos aqui mostrados mostram a cidade plural que é o Rio de Janeiro, com sua polifonia.

[797] Cf. Sennet, 2018.

Infelizmente, nem todos os casos são de abertura, muitos momentos mostram fechamentos e isolamentos. Mas, mais uma vez, mais que tudo, os conflitos mostram a potência de polifonia e de pluralidade que é o Rio de Janeiro. E mostram o sonho que se tentou viver de uma gestão democrática de cidade, em meio à redemocratização. Um sonho em que se sonhou com uma gestão urbana que incluísse e ouvisse diferentes falas; onde todos teriam espaço para participar. Um sonho no qual a preocupação com o meio ambiente seria considerada. Um sonho no qual a história de um povo e as marcas que ele deixa na cidade são valorizadas, mesmo aquelas cotidianas, da pessoa comum.

# O QUE PENSARIA BRIZOLA SOBRE O PRESENTE (OU POSFÁCIO)

Peço licença para compartilhar alguns sentimentos...

Cinco anos se passaram desde que, em 2014, eu fiz a seleção para o doutorado do PPGH/UFF. Ao longo deste tempo, muito mudou, inclusive minha relação com meu objeto de pesquisa.

Iniciei o doutorado buscando um olhar sobre o que usualmente se recorda do brizolismo no Rio de Janeiro; com uma pesquisa que pretendia investigar as políticas educacionais, as políticas de urbanização de favelas e a política de segurança pública. Compartilhava com esse olhar também uma visão idealista da figura de Leonel Brizola, quase como um herói.

Posteriormente, passei, confesso, a admirá-lo cada vez menos. Em alguns momentos até senti raiva. Foi quando tentei mudar o tema da pesquisa, proposta de guinada traumática que, felizmente, foi contornada pelo meu querido orientador, que conseguiu encontrar um espaço que atendia tanto minha decepção quanto a admiração que ainda persistia por esta figura política.

Esta mudança de olhar – de herói a populista, político demagogo e manipulador –, como já explorei no capítulo anterior, não foi uma particularidade minha, mas parte da trajetória do brizolismo e dos discursos que pretendiam tomar o espaço político que ele havia conquistado.

Em meio a isso, agora, ao final do doutorado, acredito que tenha encontrado um ponto de equilíbrio entre a demonização e a idealização da figura política de Leonel Brizola.

Hoje, terminando esta tese – que, além do que o brizolismo no Rio de Janeiro, estudou uma tentativa de se praticar um planejamento urbano participativo e democrático que, com suas limitações e dificuldades reais, ainda assim, representou uma vontade de construção de uma sociedade ao menos mais plural – reencontro a admiração que tinha há cinco anos atrás por aquele líder que foi uma das figuras que representou publicamente esta ideia. E mais que isso, a partir da proposta do meu orientador de mudança de olhar sobre o tema da pesquisa, descobrimos uma outra área de atuação do brizolismo, praticamente inexplorada: sua relação com os setores médios urbanos do Rio de Janeiro.

> Ele foi protagonista da história da invenção da democracia de massas no Brasil, mas foi, simultaneamente, um homem de muitas eras. Talvez por isso em tanto momentos sua oratória tenha soado anacrônica, ultrapassada ou datada, o que lhe valeu não poucos adjetivos sarcásticos. Flertando com rupturas, sublevações e revoluções, cuidou de lembrar que era ele quem trazia o fio da história. Guardou um segredo: a história de cujo fio era portador só se revela no plural das diferentes temporalidades. Elas se cruzam, reaparecem

> quando pareciam sepultadas, conferem significados às coisas do mesmo modo que desfazem antigas conexões de sentido.[798]

Mas tenho outra reflexão a compartilhar nestas páginas...

Brizola morreria em 21 de junho de 2004, dez anos após o fim de seu mandato como governador. Dez anos após a sua morte, em 2014, apresentei ao PPGH a proposta de estudar sua atuação no campo político carioca. Hoje, cinco anos após, termino este texto. Tanto mudou na política carioca e brasileira nestes cinco anos, e tanto Brizola pareceu cada vez mais anacrônico e, ao mesmo tempo, mais atual nestes cinco anos. A princípio, isso pode parecer paradoxal, mas quando se analisa uma personagem política como Leonel Brizola, que atravessou praticamente todos os principais acontecimentos da república brasileira do século 20, compreende-se o porquê.

De uma trajetória iniciada no primeiro partido de massas do Brasil na década de 1950, Brizola acionava em seus discursos categorias como autodeterminação, libertação nacional, anti-imperialismo, léxico das esquerdas com as quais Brizola se identificava. Já na década de 1960, tornar-se-ia liderança nacional e lideraria o movimento pela posse de Jango após a renúncia de Jânio Quadros. Com o golpe civil-militar, tornou-se um dos principais inimigos do regime. Foi para o exilio e retornou em 1979, quando foi um dos protagonistas da rearticulação dos partidos e da abertura política.

Na década de 1980, na primeira eleição direta para governador após o golpe, conquistou uma vitória impressionante. Ao longo desta década, não somente como governador (mas também) atualizaria suas antigas bandeiras e a elas incorporaria novas questões como a defesa dos direitos humanos, o apoio a luta das minorias, uma reformulação da segurança pública e a prática de um planejamento urbano mais participativo.

Na primeira eleição direta para Presidência da República foi derrotado, mas, no ano seguinte, seria eleito novamente para o governo do estado do Rio de Janeiro com uma estrondosa vitória. Durante este mandado, viveu uma das piores crises que enfrentaria quando manteve seu apoio a Collor até às vésperas do impeachment. Viveu suficiente para ver seu adversário (e por vezes aliado) ser eleito presidente. Viveu suficiente para não conseguir se eleger sequer prefeito pelo Rio de Janeiro.

[798] Sento-Sé, 2016, prefácio. P.15

Sento-Sé (2016) propõe em seu texto um exercício curioso que gostaria de aqui compartilhar: que seria divertido imaginar como Brizola se posicionaria nos episódios mais relevantes após sua morte. O autor sugere alguns temas, como, por exemplo, como Brizola encararia a transformação do PT que passaria a ser objeto de denúncias e investigações policiais? Ou qual seria sua impressão sobre a Era Lula? E como se posicionaria diante dos protestos de 2013? E quanto ao declínio do governo de Dilma Rousseff que culmina com um novo impeachment?

Extrapolando um pouco o exercício de Sento-Sé, no último ano, me perguntei muito o que Brizola pensaria da guinada política (se assim podemos dizer) que o Brasil viria a atravessar a partir do enfraquecimento do PT. Lula, assim como Brizola, falhou em estabelecer um sucessor à sua liderança carismática. E assim, uma vez retirado do jogo das eleições, deixou um espaço vago e, aquele que por muitos era visto como quase excêntrico pouco tempo antes, se elegeria presidente da república. E, assim, me pergunto: o que Brizola pensaria da vitória recente de Jair Messias Bolsonaro?

Não há como saber exatamente. Mas podemos extrapolar um pouco os limites da pesquisa histórica e fazer um exercício de reflexão política por analogia. Penso que o discurso contundente de Brizola poderia ter efetivamente enfrentado os ataques tão frontais à democracia que vivemos hoje. Penso, ainda, que talvez, seu carisma poderia ter unido as esquerdas na eleição de 2018. Não sei... afinal, Brizola não o conseguira em 1989.

Ao mesmo tempo, há semelhanças gritantes entre o pleito de 2018 e o de 1989. Assim como ocorrera antes, disputaram o protagonismo do pleito uma figura nova, quase messiânica, de oposição *a tudo que aí está* (seria Collor, ou Bolsonaro?); uma forte liderança das esquerdas, e que também seria rejeitada pelos eleitores com medo do comunismo (seria novamente Lula, ou Hadadd?); e o PDT, como uma opção entre as esquerdas, tentando resgatar o fio da história (seria Brizola buscando a memória de Vargas, ou Ciro Gomes buscando a memória de Brizola?). Ironia de Cronos, a história se repetiu em um segundo turno disputado entre o novo messias (agora também no nome) e a liderança do PT, que seria novamente derrotada.

Mas não gostaria que este texto terminasse com derrotas. E, por isso, busquei naquele compositor que abriu nossa reflexão uma inspiração. E assim, esta tese que começa *sangrando* com Gonzaguinha, termina com uma festa proposta pelo mesmo Gonzaguinha. Trago aqui a música *O homem falou*, escrita em 1985, ano da posse de Tancredo, um momento de perspectiva de mudança, de conquistas democráticas. Como colocou Gonzaguinha então, a festa

democrática só iria começar, mas, para isso, seria necessária união e resiliência, para que fosse possível a construção de uma realidade mais justa. E aqui, mais uma vez, a memória de Leonel Brizola mostra-se fundamental: de todas os adjetivos que recebeu ao longo da longa trajetória política, foi o de líder na luta pela democracia que ficou.

Um bom ponto para lembrarmos nos dias atuais.

Pode chegar
Que a festa vai
É começar agora
E é pra chegar quem quiser
Deixe a tristeza pra lá
E traga o seu coração
Sua presença de irmão
Nós precisamos
De você nesse cordão...

Pode chegar
Que a casa é grande
E é toda nossa
Vamos limpar o salão
Para um desfile melhor
Vamos cuidar da harmonia
Da nossa evolução
Da unidade vai nascer a nova idade
Da unidade vai nascer a novidade...

E é pra chegar
Sabendo que a gente tem
O sol na mão
E o brilho das pessoas
É bem maior
Irá iluminar nossas manhãs
Vamos levar o samba com união
No pique de uma escola campeã...

Não vamos deixar
Ninguém atrapalhar
A nossa passagem
Não vamos deixar ninguém
Chegar com sacanagem
Vambora que a hora é essa
E vamos ganhar
Não vamos deixar
Uns e outros melar...

Oô eô eá! E a festa vai apenas começar
Oô eô eá! Não vamos deixar ninguém dispersar[799]

[799] *O homem falou*. Canção de Gonzaguinha, 1985. Disco Olho de Lince.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

# BIBLIOGRAFIA


ABRAMO, Pedro. *A regulação urbana e o regime urbano: a estrutura urbana, sua reprodutibilidade e o capital.* Ensaios FEE, Porto Alegre, 1995.

AGCRJ. *Administração pública municipal: a estrutura e os titulares. Da Comissão de Intendência à Prefeitura do Rio (1889-2012).* Rio de Janeiro: AGCRJ, 2014.

ALKMIN, Antonio C. *De Brizola a Cabral. De Collor a Dilma – a geografia do voto no Rio de Janeiro de 1982 a 2010*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2014.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma década quase perdida: 1979-1989.* Tese apresentada ao PPGH/UFF. Niterói: 2000.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984).* Bauru: Edusc, 2005.

ANDREATTA, Verena; CHIAVARI, Maria Pace; REGO, Helena. *O Rio de Janeiro e a sua orla: história, projetos e identidade carioca.* Coleção Estudos Cariocas. nº 2009/201. Dezembro. 2009.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Coleção Zero à esquerda. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARANTES, Pedro Fiori. *O ajuste urbano: as políticas do banco mundial e do BID para as cidades.* São Paulo: Pós-20, dezembro 2006.

BOMENY, Helena. *Salvar pela escola: Programa Especial de Educação*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: ALERJ, CPDOC/FGV, 2008.

BOTELHO, Maurilio Lima. *Crise urbana no Rio de Janeiro: favelização e empreendedorismo dos pobres*. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *Condição de classe e posição de classe* In*: A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o estado.* São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRAGA, Roberto Saturnino. *Democracia participativa no Rio de Janeiro (1986-1988).* Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

BRAGA, Ruy. *Precariado e sindicalismo no Sul Global*. In: *A pulsão plebeia*. São Paulo: Boitempo, 2015.

BURAWOY, Michael. *O Marxismo encontra Bourdieu*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010.

CABANES, Robert (org.). Saídas de emergência: ganhar / perder a vida na periferia de São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2011.

CAMARGO, Paula de Oliveira. *As cidades, a cidade: política e arquitetura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2013.

CARDEMAN, David. *O Rio de Janeiro nas alturas.* Rio de Janeiro, Mauad, 2004.

CARLOS, Cláudio Antonio Santos Lima. *Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC): da idealização à banalização do patrimônio cultural – RJ*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Urbanismo da FAU/UFRJ. Rio de Janeiro: 2008.

COIMBRA, Cecilia. *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro/Niterói: Oficina do Autor/Intertexto, 2001.

COLI, Luís Regis. *Mobilidade internacional de políticas e perspectivas contra-hegemônicas: consensualismo, resistência e planejamento urbano.* SIMPURB – Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Salvador, novembro 2017.

DEL RIO, Vicente. *Requalificação urbanística e recuperação da imagem a cidade. O projeto Rio Cidade para os bairros do Méier e do Leblon*. Paisagem, ambiente, ensaios 13. São Paulo, n.13, dez 2000.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

FARIA, Lia. *Chaguismo e brizolismo. Territorialidades políticas da escola fluminense*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Quartet, 2011.

FILHO, Leite FC. *El caudillo. Leonel Brizola. Um perfil biográfico*. São Paulo: Aquariana, 2008.

FIORI, José Luís. *O vôo da coruja – para reler o desenvolvimentismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FONSECA, Thalita. Pereira da. *Participação em ações de preservação: o caso do Corredor Cultural do Rio de Janeiro*. Risco (São Carlos), v. 10, p. 35-45, 2009.

FONSECA, Tiago Boruchovitch. *A luta pela permanência dos moradores favelados na zona de amortecimento do Parque Nacional da Tijuca: uma questão de justiça ambiental*? Simpósio Nacional de Geografia Urbana XV SIMPURB, Salvador, novembro de 2017.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV / Editora UFRJ, 2010.

FREIRE, Américo. *Novo sindicalismo e movimentos sociais*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: ALERJ, CPDOC/FGV, 2008.

FREIRE, Américo. *O fio da história: Leonel Brizola e a renovação da tradição trabalhista no Brasil contemporâneo (1980-1990).* In: FREIRE, Américo. *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge. *Apresentação.* In: FREIRE, Américo. *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FREIRE, Américo; LIPPI, Lúcia (orgs.). *Novas memórias do urbanismo carioca.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FREITAS, Luís Fernando Alcoba de. *Desenvolvimento e acumulação na economia brasileira: uma análise do seu ritmo e evolução após a década de 1980*. Tese apresentada ao PPGE/UFRGS. Porto Alegre, 2012.

GOMES, Angela de Castro. *Brizola e o trabalhismo.* In: FREIRE, Américo. *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição*. Estudos Históricos. Rio de janeiro, vol. 28, n. 55, jan-jul 2015.

GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito.* Rio de Janeiro: Pallas, Ed. PUC-Rio, 2013.

GRAMSCI, Antonio. C*aderno 13 - Breves notas sobre a política de Maquiavel*. In: Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HOBSBAWN, Eric. *A invenção das tradições* In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições.* São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HOBSBAWN, Eric. *A produção em massa das tradições: Europa, 1870 a 1914* In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições.* São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HOLANDA, Cristina Buarque de. *Polícia e direitos humanos. Política de segurança pública no primeiro governo Brizola [Rio de Janeiro: 1983-1986]*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

JUNIOR, Carrion. *Brizola, momentos de decisão.* 2ª edição. São Paulo: L&PM, 1989.

LEITE, Marcia Pereira. *Entre o individualismo e a solidariedade: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.15, nº. 44. São Paulo, 2000.

MACEDO, Michelle Reis de. *As esquerdas revolucionárias, Leonel Brizola e a refundação do trabalhismo.* In: FREIRE, Américo. *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (Org.). *Vida sob cerco: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira, 2008.

MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antônio Flávio. *O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor.* Revista Novos Estudos, nº 34. Novembro de 1992.

MATTOS, Jorge. *Governo Brizola no Estado do Rio de Janeiro e o processo de encampação das empresas de ônibus.* Revista Chão Urbano, IPPUR/UFRJ.

MATTOS, Rômulo Costa. *Carlos Lacerda X Leonel Brizola: a volta da campanha pela remoção de favelas na imprensa carioca do século XXI*. In: VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura, 2010.

MEDEIROS, Rodrigo. *Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil.* Ambiente & Sociedade. Vol. IX, n. 1, 2006.

MENDES, Izabel Cristina Reis. *Programa Favela-Bairro: uma inovação estratégica? Estudo do Programa Favela-Bairro no contexto do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro.* Dissertação apresentada a FAU/USP. São Paulo, 2006.

MENEGAT, Marildo. *Prefácio*. In: *Até o último homem. Visões cariocas da administração armada da vida social*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. *Do urbanismo à política urbana: notas sobre a*

*experiência brasileira.* In *Planejamento Urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas,* organizado por Geraldo Costa e Jupira Mendonça. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2008.

MOTTA, Marly Silva da. *"Que será do Rio?" - Refletindo sobre a identidade política da cidade do Rio de Janeiro*. Tempo, Revista do Departamento de História da UFF. Niterói (RJ) Janeiro, v.4, p.146-174, 1997.

MOTTA, Marly Silva da. *O lugar da cidade do Rio de Janeiro na federação Brasileira: uma questão em três momentos.* Rio de Janeiro: CPDOC, 2001.

MOTTA, Marly. *Carisma, memória e cultura política: Carlos Lacerda e Leonel Brizola na política do Rio de Janeiro.* Lócus, Juiz de Fora, v. 7, n.2, 2001.

MOTTA, Marly. *O eleitorado carioca não vai morrer de tédio*. Jornal da Cidadania, Rio de Janeiro, 2008.

MOTTA, Marly. *O projeto político: a Presidência da República*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: ALERJ, CPDOC/FGV, 2008.

NEVES, Gabriela Klôh Müller. *Ações e descontinuidades na política habitacional no Rio de Janeiro: o descompasso entre a concepção e a implementação de programas habitacionais nos governos Leonel Brizola e Moreira Franco (1983-1995).* Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2007.

OAKIM, Juliana. *"Urbanização sim, remoção não". A atuação da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970.* Dissertação de Mestrado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2014.

OAKIM, Juliana. *A cidade, o urbanista, o plano: um estudo para a Guanabara por Doxiadis*. Monografia de conclusão de curso de especialização em Sociologia Urbana, UERJ. Rio de Janeiro, 2012.

OLIVEIRA, Francisco. *Collor. A falsificação da ira***.** Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Luiz Paulo Leal de. *Metodologia para elaboração de projetos de estruturação urbana.* Monografia apresentada ao curso de Especialização em Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 1992.

OLIVEIRA, Marcio Piñon de. *Projeto Rio Cidade: intervenção urbanística, planejamento urbano e restrição à cidadania na cidade do Rio de Janeiro.* X Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona, 2008.

OSMONT, Annik. *A cidade eficaz*. Revista em pauta, n. 21, 2008.

PINTO, Ana Clara. *A legalização da informalidade: um outro olhar sobre o Mercado Popular da Uruguaiana.* PUC-Rio.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo.* Rio de Janeiro: Editora Graal, 1981.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento.* Novos estudos, n. 80, março 2008.

Rio de Janeiro. *Rio Cidade: o urbanismo de volta às ruas*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1996.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins; OAKIM, Juliana. *As reformas urbanas na cidade*

*do Rio de Janeiro. Uma história de contrastes.* Revista Acervo, Rio de Janeiro, v. 28, n.1, jan./jun. 2015.

RODRIGUES, Monica. *Imprensa: uma relação de amor e ódio*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: ALERJ, CPDOC/FGV, 2008.

ROLIM, Cesar Daniel de Assis. *Populismo ou reformismo social? A influência do trabalhismo petebista na ação política de Leonel Brizola*. XI Encontro Estadual de História. Rio Grande do Sul, 2012.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. Revista de Sociologia Política, Curitiba, 16, jun. 2001.

SANCHEZ, Fernanda. *Resenha sobre o livro "A cidade do pensamento único – desmanchando consensos"*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n. 4, maio 2001.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SARMENTO, Carlos Eduardo. Entre o carisma e a rotina: as eleições de 1982 e o primeiro governo. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ALERJ, CPDOC/FGV, 2008.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente. *Legislação ambiental do município do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Coordenadoria de Informações e Planejamento Ambiental, 2010.

SENNET, Richard. *Construir e habitar: ética para uma cidade aberta.* Rio de Janeiro: Record, 2008.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SENTO-SÉ, João Trajano. *A era do líder popular*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: ALERJ, CPDOC/FGV, 2008.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Prefácio.* In: FREIRE, Américo. *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

SENTO-SÉ, João Trajano; SOARES, Luiz Eduardo. *Dilemas de um aprendizado difícil: estado e segurança pública no Rio de Janeiro.* Artigos LAV/UERJ. Rio de Janeiro: 1999.

SILVA, Bruno Marques. *A segurança pública nos governos de Leonel Brizola no Rio de Janeiro (1983-1995).* In: FREIRE, Américo. *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

SIMONI, Joana Cruz de. *Planejamento urbano e meio ambiente: desvelando (falsos) conflitos.* XV SIMPURB – Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Salvador, novembro 2017.

SOUZA, André Ricardo de. *O desempenho político-eleitoral dos evangélicos de 1986 a 2008.* Anais do II Encontro nacional do GT História das Religiões e das religiosidades. Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH. Maringá, v. 1, n. 3, 2009.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VALLADARES, Lícia. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WEBER, Max. *Os três tipos puros de dominação legítima*.

WENER, Deborah; HIRT, Carla. *O BNDES na estruturação dos espaços urbanos: a cidade neoliberal.* XV SIMPURB – Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Salvador, novembro 2017.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

## SÍTIOS ELETRÔNICOS

Carvalho Hosken Engenharia – http://www.carvalhohosken.com.br

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - CPDOC. Verbetes diversos. Disponível em https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb.

Portal da Câmara dos deputados. Disponível em outubro de 2018 em http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=74856.

Portal da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - http://www.camara.rj.gov.br/

## PERIÓDICOS

Diário Oficial do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Diversas edições. Consultado na Biblioteca da ALERJ.

Jornal do Brasil, edições diversas edições. Disponível em http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx.

Revista Municipal de Engenharia, Ano 46, PUB-Rio, Número especial, 1978.

Revista Veja, diversas edições. Disponível em https://complemento.veja.abril.com.br/acervodigital/.

O Globo, Caderno Zona Oeste, 30/09/1990.

Folha de São Paulo, 11/04/1994.

## LEGISLAÇÃO

Legislação estadual. Disponível em http://www.atosdoexecutivo.rj.gov.br

Legislação municipal. Disponível em http://informaweb.rio.rj.gov.br/.

Listagem APAs e parques. Disponível em http://www.rio.rj.gov.br/web/smac

Listagem de bens tombados estaduais. Disponível em http://www.inepac.rj.gov.br/.

Listagem de bens tombados federais. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/.

Listagem de bens tombados municipais. Disponível em http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/

bens-tombados.

Listagem dos Projetos de Estruturação Urbana, disponível em http://www.rio.rj.gov.br/web/smu

## PROCESSOS DE TOMBAMENTO MUNICIPAIS

Caderno. "Casas Casadas, ressonância de nossa memória urbana. Autoria: Diretoria de Cultura e Patrimônio da AMAL.

Caderno. Bairro Peixoto – 1989

Caderno. Corredor Cultural

Caderno. Cruz Vermelha e Adjacências 1990

Caderno. Estudo de Impacto Ambiental do Iate Clube do Rio de Janeiro

Caderno. Projeto Cosme Velho 1987

Caderno. Projeto Lagoa 1989

Caderno. Vila Palácio. Uma proposta de ocupação.

Processo 01/000.149/1989

Processo 01/000.604/1992

Processo 01/000.775/1992

Processo 01/002.503/1980

Processo 01/004.017/1991

Processo 02/325.666/1999

Processo 07/001.096/1985

Processo 07/002.387/1984

Processo 07/002.686/1984

Processo 07/004.347/1984

Processo 07/009.088/1981

Processo 07/009.816/1984

Processo 07/014.748/1985

Processo 07/018.383/1978

Processo 07/019.457/1985

Processo 07/024.385/1983

Processo 07/027.481/1983

Processo 07/031.232/1989

Processo 07/031.451/1985

Processo 12/000.149/1989

Processo 12/000.627/1990

Processo 12/000.714/1988

Processo 12/000.788/1993

Processo 12/001.341/1986

Processo 12/001.378/2001

Processo 12/001.429/1993

Processo 12/001.451/1993

Processo 12/001.455/1986

Processo 12/001.790/1987

Processo 12/002.107/1991

Processo 12/002.438/1991

Processo 12/002.438/1991

Processo 12/002.507/1989

Processo 12/002.543/1987

Processo 12/002.556/1988

Processo 12/002.702/1990

Processo 12/002.748/1987

Processo 12/002.749/1987

Processo 12/003.002/1990

Processo 12/003.022/1990

Processo 12/003.309/1989

Processo 12/004.010/1994

Processo 12/004.402/1992

## PROCESSOS DE TOMBAMENTO ESTADUAIS

Processo E-00/001.634/1978

Processo E-03/001.924/1980

Processo E-03/011.357/1983

Processo E-03/016.560/1983

Processo E-03/021.272/1983

Processo E-03/021.273/1983

Processo E-03/031.267/1983

Processo E-03/031.269/1983

Processo E-03/031.270/1983

Processo E-03/031.274/1983

Processo E-03/031.485/1983

Processo E-03/039.569/1978

Processo E-03/300.230/1988

Processo E-09/000.203/201-1987

Processo E-12/003.396/1991

Processo E-18/000.030/1991

Processo E-18/000.277/1987

Processo E-18/000.399/1989

Processo E-18/000.627/1984

Processo E-18/000.835/1994

Processo E-18/300.008/1985

Processo E-18/300.028/1984

Processo E-18/300.034/1988

Processo E-18/300.048/1984

Processo E-18/300.071/1987

Processo E-18/300.258/1987

## DADOS ESTATÍSTICOS

Censo de 1980 – site do IBGE - https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=772

Censo de 1991 – site do IBGE - https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=782&view=detalhes

Eleições de 1982 – dados históricos do site do TRE-RJ - http://www.tre-rj.jus.br/site/eleicoes/dados_historicos/

Eleições de 1985 – dados históricos do site do TRE-RJ - http://www.tre-rj.jus.br/site/eleicoes/dados_historicos/

Eleições de 1986 – dados históricos do site do TRE-RJ - http://www.tre-

rj.jus.br/site/eleicoes/dados_historicos/

Eleições de 1988 – dados históricos do site do TRE-RJ - http://www.tre-rj.jus.br/site/eleicoes/dados_historicos/

Eleições de 1989 – dados históricos do site do TRE-RJ - http://www.tre-rj.jus.br/site/eleicoes/dados_historicos/

Eleições de 1991 – dados históricos do site do TRE-RJ - http://www.tre-rj.jus.br/site/eleicoes/dados_historicos/

Eleições de 1992 – dados históricos do site do TRE-RJ - http://www.tre-rj.jus.br/site/eleicoes/dados_historicos/

# ANEXO I – PROJETOS DE ESTRUTURAÇÃO URBANA ATÉ 1994

| PEU \| BAIRRO | Legislação | Ano | O que faz? |
|---|---|---|---|
| **Urca** | Decreto 1446/78 | 1978 | PEU |
| Ilha do Governador (Bancários, Cacuia, Cocotá, Cidade Universitária, Freguesia, Galeão, Jardim Carioca, Jardim Guanabara, Moneró, Pitangueira, Portuguesa, Praia da Bandeira, Ribeira, Zumbi) | Decreto 2108/79 | 1979 | Altera limites das zonas residenciais |
| Vila Valqueire, Praça Seca | Decreto 2418/79 | 1979 | Condições de uso e ocupação do solo |
| Gávea | Decreto 2735/80 | 1980 | Regulamento de zoneamento |
| Anil, Barra da Tijuca, Cidade de Deus, Curicica, Freguesia, Gardênia Azul, Itanhangá, Jacarepaguá e parte do Recreio dos Bandeirantes | Decreto 3046/81 | 1981 | Condições de uso e ocupação do solo |
| Catete, Flamengo | Decreto 3155/81 | 1981 | Regulamento de zoneamento |
| Glória, Laranjeiras | Decreto 3188/81 | 1981 | Regulamento de zoneamento |
| Botafogo, Humaitá | Lei 434/83 | 1983 | PEU |
| Santa Teresa | Decreto 5050/85 | 1985 | Regulamentação da APA Santa Teresa |
| São Cristóvão, Benfica e Mangueira | Decreto 5840/1986 | 1986 | Regulamento de zoneamento e condições de uso e ocupação do solo |
| Leblon | Decreto 6115/86 | 1986 | Condições de uso e ocupação do solo |
| Praça da Bandeira, Tijuca | Decreto 6462/87 | 1987 | Regulamento de construção de edificações |
| Grajaú | Decreto 6996/87 | 1987 | Condições de uso e ocupação do solo |
| Andaraí, Maracanã, Vila Isabel | Decreto 6997/87 | 1987 | Condições de uso e ocupação do solo |
| Brás de Pina, Penha, Penha Circular | Decreto 7654/88 | 1988 | Condições de uso e ocupação do solo |
| Senador Camará, Padre Miguel, Bangu, Senador Camará | Decreto 7914/88 | 1988 | Condições de uso e ocupação do solo |
| São Conrado | Decreto 8046/1988 | 1988 | Condições de uso e ocupação do solo |
| | | | |
| Cidade Nova e Catumbi | Decreto 10040/91 | 1991 | Regulamento de zoneamento |
| Parte do Centro | Lei 2236/94 | 1994 | Condições de uso e ocupação do solo |

Tabela 11 – Listagem dos PEUs.

# ANEXO II – PROTEÇÃO AMBIENTAL ATÉ 1994

| UNIDADE DE CONSERVAÇÃO | Ato legal de criação | Plano de manejo ou regulamentação | Ano |
|---|---|---|---|
| Parque Natural Municipal Bosque da Barra | Decreto nº 4.105, de 03/06/1983 | Aprovado pela Resolução SMAC nº 559, de 04/06/2014 | 1983 |
| Área de Proteção Ambiental de Santa Teresa | Lei nº 495, de 09/01/84 | Decreto nº 5.050, de 23/04/1985 | 1984 |
| Área de Proteção Ambiental da Fazendinha | Decreto nº 4.886, de 14/12/1984 | Decreto nº 5.460, de 08/11/1985 | 1984 |
| Área de Proteção Ambiental de Sacopã | Decreto nº 6.231, de 26/10/1986 | Decreto nº 6.231, de 26/10/1986 | 1986 |
| Área de Proteção Ambiental de Grumari | Lei nº 944, de 30/12/1986 | Decreto nº 11.849, de 21/12/1992 | 1986 |
| Área de Proteção Ambiental da Orla Marítima | Lei nº 1.272, de 06/07/1988 | ------- | 1988 |
| Área de Proteção Ambiental da Pedra Branca | Lei nº 1206, de 28/03/1988 | ------- | 1988 |
| Área de Proteção Ambiental da Orla da Baía de Sepetiba | Lei nº 1.208, de 28/03/1988 | ------- | 1988 |
| Parque Natural Municipal Chico Mendes | Decreto nº 8.452, de 08/05/1989 | Aprovado pela Resolução SMAC nº 558, de 04/06/2014 | 1989 |
| Reserva Biológica do Pau da Fome e Camorim | Lei nº 1540, de 15/01/1990 | ------- | 1990 |
| Área de Proteção Ambiental dos Morros do Leme e Urubu, Pedra do Anel, Praia do Anel e Ilha da Cotunduba | Decreto nº 9.779, de 11/12/1990 | Decreto nº 14.008, de 05/07/1995 | 1990 |
| Área de Proteção Ambiental da Prainha | Lei nº 1.534, de 11/01/1990 | Decreto nº 11.849, de 21/12/1992 | 1990 |
| Área de Proteção Ambiental de São José | Lei nº 1.769, de 01/10/1991 | ------- | 1991 |
| Área de Proteção Ambiental do Várzea Country Clube | Decreto nº 9.952, de 07/01/1991 | Decreto nº 9.952, de 07/01/1991 | 1991 |
| Área de Proteção Ambiental de Marapendi | Decreto nº 10.368, de 15/08/1991 | Decreto nº 11.990, de 24/03/1993 | 1991 |
| Parque Natural Municipal do Penhasco Dois Irmãos | Decreto nº 11.850, de 21/12/1992 | Proc. 14/000.781/2013 para elaboração | 1992 |
| Parque Natural Municipal da Freguesia | Decreto nº 11.830, de 11/12/1992 | -------- | 1992 |
| Área de Proteção Ambiental do Morro da Saudade | Lei nº 1.912, de 28/09/1992 | ------- | 1992 |
| Área de Proteção Ambiental do Morro dos Cabritos | Lei nº 1.912, de 28/09/1992 | ------ | 1992 |
| Área de Proteção Ambiental do Bairro da Freguesia | Decreto nº 11.830, de 11/12/1992 | Decreto nº 11.830, de 11/12/1992 | 1992 |
| Área de Proteção Ambiental das Brisas | Lei nº 1.918, de 05/10/1992 | Decreto nº 17.554, de 18/05/1999 | 1992 |
| Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Alto da Boa Vista | Decreto nº 11.301, de 21/08/1992 | ------- | 1992 |
| Parque Natural Municipal do Mendanha | Lei nº 1.958, de 05/04/1993 | Aprovado pela Resolução SMAC nº 561, de 04/06/2014 | 1993 |

| UNIDADE DE CONSERVAÇÃO | Ato legal de criação | Plano de manejo ou regulamentação | Ano |
|---|---|---|---|
| Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Jequiá | Decreto nº 12.250, de 31/08/1993 | ------- | 1993 |
| Área de Proteção Ambiental das Pontas de Copacabana, Arpoador e seus Entornos | Lei nº 2.087, de 04/01/1994 | ------ | 1994 |

Tabela 12 – Listagem das Unidades de Conservação do Meio Ambiente.

# ANEXO III – PROTEÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL ATÉ 1994

| APAC | Legislação | O que faz | Ano |
|---|---|---|---|
| Corredor Cultural | Decreto 1.707 de 17/08/1978 | Estabelece condições de preservação ambiental e paisagística nas quadras compreendidas pela Rua da Carioca, Av. República do Paraguai, Rua Sete de Setembro e Rua Uruguaiana, de acordo com recomendação do PUB – Rio para AP-1. | 1978 |
| Corredor Cultural | Decreto 4.141 de 14/07/1983 | Aprova o PA 10290 e o PAL 38871 e fixa os limites da área abrangida pelo Corredor Cultural. | 1983 |
| Corredor Cultural | Lei n° 506 de 17/01/1984 | Cria a Zona Especial do Corredor Cultural, de preservação paisagística e ambiental do Centro da Cidade, dispõe sobre o Tombamento de bens imóveis na Área de Entorno, e dá outras providências | 1984 |
| Corredor Cultural | Lei n° 939 de 29/12/1986 | Acrescenta dispositivo à Lei n° 506, de 17/01/1984. | 1986 |
| Corredor Cultural | Lei n° 1.139 de 16/12/1987 | Dispõe sobre a preservação de bens imóveis da Zona Especial do Corredor Cultural e de sua Área de Entorno, e dá outras providências. | 1987 |
| Corredor Cultural | Decreto 13.808 de 05/04/1995 | Regulamenta a Lei Municipal n° 1139 de 16/12/1987. | 1995 |
| Corredor Cultural | Lei n° 2.536 de 13/01/1997 | Estabelece condições para edificações em área abrangida pelo P.A do Corredor Cultural, com vista a construção de prédio anexo ao Teatro Municipal, na R.A II – Centro. | 1997 |
| Corredor Cultural | Lei complementar n° 29 de 13/01/1997 | Estabelece condições para edificações em área abrangida pelo P.A do Corredor Cultural, com vista à construção de prédio anexo ao Teatro Municipal, na II R.A – Centro. | 1997 |
| Corredor Cultural | Lei n° 3.452 de 02/12/2002 | Inclui imóvel na Zona Especial do Corredor Cultural definida pela Lei n° 506 de 17/01/1984. | 2002 |
| Corredor Cultural | Lei n° 2.997 de 13/01/2000 | Transfere as competências do Grupo Executivo, Conselho Consultivo e Escritório Técnico do Corredor Cultural, previstas na Lei n° 1139, de 16/12/1987, para o Departamento Geral de Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal de Cultura, e dá outras providências. | 2000 |
| Corredor Cultural | Lei complementar 106 de 30/12/2009 | Define os parâmetros urbanísticos para a área que menciona, inserida na área de especial interesse urbanístico criada pelo Decreto °. 12.409, de novembro de 1993, da II Região Administrativa – Centro e dá outras providências. | 2009 |
| Corredor Cultural | Lei complementar n° 110 de 06/01/2011 | Dispõe sobre a modificação de parte do PAA 10.600 – PAL 41.632 – Corredor Cultural, nas áreas do entorno da praça do Expedicionário, cria condições para a sua ocupação e dá outras providências. | 2011 |

| APAC | Legislação | O que faz | Ano |
|---|---|---|---|
| Corredor Cultural | Lei n° 5.259 de 05/04/2011 | Inclui na subzona de Preservação Ambiental da Zona Especial do Corredor Cultural o imóvel n° 137 da Rua do Ouvidor, no Centro e dá outras providências. | 2011 |
| Corredor Cultural | Decreto 34.532 de 05/10/2011 | Cria novos Parâmetros para uso de mesas e cadeiras no "Quarteirão Cultural e Gastronômico do Arco do Teles" e dá outras providências. | 2011 |
| Santa Teresa | Lei n° 495 de 09/01/1984 | Transforma o bairro de Santa Teresa em Área de Proteção Ambiental e dá outras providências. | 1984 |
| Santa Teresa | Decreto 5.050 de 23/04/1985 | Regulamenta a Lei Nº 495 de 09/01/84, altera o Regulamento de Zoneamento, aprovado pelo Decreto 322 de 03/03/1976, e dá outras providências. | 1985 |
| SAGAS | Portaria nº 002 de 14/03/1986 | Determina as especificações para construções, inclusive reforma e acréscimos. | 1986 |
| SAGAS | Lei n° 971 de 04/05/1987 | Institui Área de Proteção Ambiental dos bairros de Santo Cristo, Saúde, Gamboa e parte do Centro. | 1987 |
| SAGAS | Decreto 7.351 de 14/01/1988 | Regulamenta a Lei nº 971/87. | 1988 |
| SAGAS | Decreto 11.294 de 20/08/1992 | Exclui imóvel Rua Alexandre Mackenzie Decreto 14.226 de 25/09/1995 – Modifica o anexo 8 do Decreto 7.351/88. | 1992 |
| SAGAS | Decreto 19.014 de 05/10/2000 | Inclui imóveis na relação de preservados do Decreto 7351/88. | 2000 |
| SAGAS | Decreto 29.689 de 12/08/2008 | Altera a listagem dos imóveis preservados do Decreto Municipal n° 7351 de 14 de janeiro de 1988. | 2008 |
| SAGAS | Decreto 34.129 de 14/07/2011 | Altera o anexo VIII do Decreto n°. 7.351, de 14 de janeiro de 1988. | 2011 |
| SAGAS | Decreto 35.653 de 22/05/2012 | Altera o Anexo 8 do Decreto 7.351, de 14 de janeiro de 1988. | 2012 |
| SAGAS | Lei complementar n° 123 de 04/07/2012 | Define os Parâmetros Urbanísticos para a Área que menciona, inserida no Bairro da Gamboa, I RA – Portuária, e dá outras providências. | 2012 |
| SAGAS | Decreto 38.175 de 11/12/2013 | Altera o Anexo 8 do Decreto 7.351, de 14 de janeiro de 1988. | 2013 |
| São Cristóvão, Mangueira e Benfica | Lei complementar nº 24 de 19/11/1993 | Estabelece parâmetros para as condições de Uso e Ocupação do Solo e Cria a Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) p/ a área que compreende os bairros de São Cristóvão, Mangueira e Benfica, na UEP nº 5. | 1993 |
| São Cristóvão, Mangueira e Benfica | Lei complementar nº 73 de 29/07/2004 | Institui o PEU São Cristóvão e dá outras providências. | 2004 |
| Companhia de Fiação e Tecidos Confiança | Lei n° 2.038 de 19/11/1993 | Cria Área de Proteção do Ambiente Cultural no Entorno da Antiga Companhia de Fiação e Tecidos Confiança, tomba imóveis e dá outras providências. | 1993 |

| APAC | Legislação | O que faz | Ano |
|---|---|---|---|
| Urca | Decreto 7.451 de 03/03/1988 | Determina o tombamento definitivo dos bens culturais que menciona e delimita sua Área de Entorno (Cassino da Urca). | 1988 |
| Urca | Decreto 16.783 de 29/06/1998 | Altera o anexo II do Decreto 7.451/88. | 1998 |
| Urca | Lei n° 5.076 de 15/09/2009 | Tomba por interesse Histórico e cultural. | 2009 |
| Bairro Peixoto | Lei n° 1.390 de 12/05/1989 | Cria Área de Proteção Ambiental do Bairro Peixoto, em Copacabana, V RA, e dá outras providências. | 1989 |
| Bairro Peixoto | Decreto 9.226 de 13/03/1990 | Regulamenta a Lei 1390/89, e dá outras providências. | 1990 |
| Lagoa | Decreto 130 de 10/09/1975 | Delimitação da Superfície – Domínio do Espelho da Lagoa. | 1975 |
| Lagoa | Decreto 9.396 de 13/06/1990 | Determina o Tombamento Definitivo do bem cultural que menciona, Cria Área de Proteção do Entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, e dá outras providências. | 1990 |
| Lagoa | Decreto 18.415 de 01/03/2000 | Estabelece Parâmetros para o espelho D'água. | 2000 |
| Lagoa | Decreto 19.780 de 11/04/2001 | Dispõe sobre as atividades desenvolvidas por postos de serviços situados no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas. | 2001 |
| Lagoa | Decreto 19.932 de 21/05/2001 | Altera a redação dos dispositivos que menciona do Decreto n° 19.780 de 11/04/2001. | 2001 |
| Lagoa | Decreto 21.191 de 26/03/2002 | Altera o Art. 3º e o Anexo II do Decreto 9396/1990. | 2002 |
| Cidade Nova e Catumbi | Decreto 10.040 de 11/03/1991 | Estabelece as condições relativas ao Regulamento de Zoneamento/ a Zona Especial 8 (ZE-8) – Cidade Nova, na III R.A, Cria as Áreas de Proteção Ambiental (APA) da Vila Operária da Cidade Nova e do Catumbi e dá outras providências. | 1991 |
| Cidade Nova e Catumbi | Decreto 10.417 de 04/09/1991 | Dá nova redação aos §§ 2º e 3º do art. 1º do Decreto 10.040/91 e dá outras providências. | 1991 |
| Cidade Nova e Catumbi | Decreto 12.181 de 30/07/1993 | Altera o anexo IX do Decreto 10.040/91. | 1993 |
| Cidade Nova e Catumbi | Decreto 13284 de 14/10/1994 | Restringe as condições estabelecidas pelo decreto 10040 de 11/03/1991 para zona especial 8 (ZE-8) – Cidade Nova. | 1994 |
| Cidade Nova e Catumbi | Decreto 12782 de 05/04/1994 | Cria e delimita a área de especial interesse urbanística, Zona Especial 8. | 1994 |

| APAC | Legislação | O que faz | Ano |
|---|---|---|---|
| Cidade Nova e Catumbi | Decreto 16.710 de 03/06/1998 | Dá nova redação ao art. 4°, inciso II, do decreto 13284 de 17/10/1994. | 1998 |
| Cidade Nova e Catumbi | Decreto 13.271 de 07/10/1994 | Restringe as condições estabelecidas pelo Decreto10040 de 11/03/1991 para Zona Especial 8 (ZE-8) Cidade Nova III R.A – Ria Comprido, criada pelo decreto 12782 de 05/04/1994 e dá outras providências. | 1994 |
| Cidade Nova e Catumbi | Decreto 21.537 de 11/06/2002 | Revoga o inciso III do art. 3° do Decreto 13284 de 14/10/1994. (Revogado pelo Decreto 23.190) | 2002 |
| Cidade Nova e Catumbi | Decreto 23.190 de 24/07/2003 | Revoga o Decreto 21537 de 11/06/2002 e dá outras providências. | 2003 |
| Cidade Nova e Catumbi | Decreto 27.972 de 24/05/2007 | Dá nova redação ao art. 4°, inciso II do decreto 13284 de 17/10/1994 e dá outras providências. | 2007 |
| Cidade Nova e Catumbi | Decreto 33.358 de 12/01/2012 | Altera o anexo IX do Decreto n° 10.040, de 11 de março de 1991. | 2012 |
| Cosme Velho e parte de Laranjeiras | Lei n° 1.784 de 29/10/1991 | Declara Áreas de Proteção Ambiental o Bairro do Cosme Velho e parte do Bairro de Laranjeiras – VI RA e dá outras providências. | 1991 |
| Cosme Velho e parte de Laranjeiras | Resolução SMC nº 27 de 04/11/1997 | Estabelece critérios de conservação para obras de reforma, modificação, recaracterização ou qualquer intervenção física nos passeios, jardins e edificações dos trechos das ruas General Glicério, General Cristóvão Barcelos e Professor Ortiz Monteiro incluídos na Lei nº 1.784/91. | 1997 |
| Lido | Decreto 11.448 de 07/10/1992 | Estabelece condições especiais de Proteção Ambiental e de Ocupação do Solo para a área conhecida como Lido e adjacências, em Copacabana, V RA, e dá outras providências. | 1992 |
| Lido | Decreto 14.635 de 19/03/1996 | Revoga o parágrafo único Art. 2° do decreto 11.448 de 07/11/1992. | 1996 |
| Lido | Decreto 14.676 de 29/03/1996 | Revoga o parágrafo único do Art. 2º do decreto 11448/92. | 1996 |
| Cruz Vermelha | Decreto 11.883 de 30/12/1992 | Cria e delimita a Área de Proteção do Ambiente Cultural da área conhecida como Cruz Vermelha e adjacências, situada no bairro do Centro, II R.A, autoriza a transformação de uso, estimula o aproveitamento e a conservação de edificações tombadas ou preservadas, e dá outras providências. | 1992 |
| Cruz Vermelha | Decreto 12.781 de 05/04/1994 | Altera anexo Decreto 11883 | 1994 |
| Cruz Vermelha | Decreto 12.800 de 15/04/1994 | Altera o anexo I do Decreto 11.883/92. | 1994 |

| APAC | Legislação | O que faz | Ano |
|---|---|---|---|
| Cruz Vermelha | Decreto 14.099 de 08/08/1995 | Altera o anexo II do Decreto 11.883/92. | 1995 |
| Cruz Vermelha | Decreto 14.938 de 28/06/1996 | Altera o anexo II do Decreto 11.883/92. | 1996 |
| Cruz Vermelha | Decreto 15.547 de 27/02/1997 | Modifica o anexo II do Decreto 11.883/92. | 1997 |
| Cruz Vermelha | Decreto 17.924 de 23/09/1999 | Altera o anexo II do Decreto 11.883/92. | 1999 |
| Cruz Vermelha | Decreto 24.164 de 04/05/2004 | Altera o anexo II do Decreto 11.883/92. | 2004 |
| Cruz Vermelha | Decreto 27.517 de 03/01/2007 | Torna sem efeito o decreto que menciona. | 2007 |
| Santa Cruz | Decreto 12.524 de 09/12/1993 | Cria a Área de Proteção do Ambiente Cultural do Bairro de Santa Cruz. - XIX RA, e dá outras providências. | 1993 |
| Santa Cruz | Lei n° 4.721 de 10/12/1993 | Altera o anexo II decreto 12524 de 09/12/1993 de autoria do poder executivo. | 1993 |
| Santa Cruz | Decreto 18.099 de 17/11/1999 | Altera o anexo II do Decreto 12524/93. | 1999 |
| Colégio Militar | Decreto 12.864 de 29/04/1994 | Determina o Tombamento Definitivo do bem cultural que menciona e Cria a Área de Entorno do Colégio Militar e da Pedra da Babilônia. | 1994 |
| Colégio Militar | Decreto 27.604 de 16/02/2007 | Altera o anexo do decreto 12864 de 29/04/1994. | 2007 |
| Casas Casadas | Decreto 13.051 de 29/06/1994 | Determina o tombamento do bem arquitetônico que menciona e Cria sua Área de Entorno (Casas Casadas). | 1994 |

Tabela 13 – Listagem das APACs.

# ANEXO IV – TOMBAMENTOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE 1983 A 1994

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Morro do Amorim | 1983 | E. tombamento 28/1/1983 | Morro do Amorim, Recreio dos Bandeirantes | Recreio dos Bandeirantes | Estadual | Leonel de Moura Brizola 1.0 | Chaguismo | Ecologia |
| Morro do Cantagalo | 1983 | E. tombamento 28/1/1983 | Morro do Cantagalo, Recreio dos Bandeirantes | Recreio dos Bandeirantes | Estadual | Leonel de Moura Brizola 1.0 | Brizolismo | Ecologia |
| Morro do Portelo | 1983 | E. tombamento 28/1/1983 | Morro do Portelo, Recreio dos Bandeirantes | Recreio dos Bandeirantes | Estadual | Leonel de Moura Brizola 1.0 | Chaguismo | Ecologia |
| Pedra da Baleia | 1983 | E. tombamento 28/1/1983 | Pedra da Baleia, Recreio dos Bandeirantes | Recreio dos Bandeirantes | Estadual | Leonel de Moura Brizola 1.0 | Chaguismo | Ecologia |
| Pontal de Sernambetiba | 1983 | E. tombamento 28/1/1983 | Pontal de Sernambetiba, Recreio dos Bandeirantes | Recreio dos Bandeirantes | Estadual | Leonel de Moura Brizola 1.0 | Chaguismo | Ecologia |
| Imóvel - Antiga Sede da Fundação RIOARTE | 1983 | M. Decreto 4.254, de 5/10/1983 | Rua Rumânia, 20 | Laranjeiras | Municipal | Jamil Hadadd | Brizolismo | Arquitetura |
| Centro Cultural Municipal José Bonifácio | 1983 | M. decreto 4.321, de 14/11/1983 | Rua Pedro Ernesto, 80 | Gamboa | Municipal | Jamil Hadadd | Brizolismo | Cultura negra |
| Botafogo Futebol e Regatas | 1983 | M. Lei 477, de 15/12/1983 | Av. Venceslau Brás, 72 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Confeitaria Colombo | 1983 | E. tombamento definitivo 9/2/1983 | Rua Gonçalves Dias, 32 a 36 | Centro | Estadual | Leonel de Moura Brizola 1.0 | Chaguismo | Arquitetura |
| Lampadário Monumental do Largo da Lapa | 1983 | E. tombamento 2/1/1983 | Largo da Lapa | Centro | Estadual | Leonel de Moura Brizola 1.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Relógio da Carioca | 1983 | E. tombamento 26/01/1983 | Largo da Carioca | Centro | Estadual | Leonel de Moura Brizola 1.0 | Brizolismo | Arquitetura |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Conjunto arquitetônico da amurada do Hotel Glória | 1984 | M. decreto 4.463, de 22/2/1984 | Rua do Russell, nas imediações do nº 632, próximo ao Hotel Glória | Glória | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Palacete Princesa Isabel - antigo Matadouro Público de Santa Cruz | 1984 | M. decreto 4.538, de 7/5/1984 | Rua das Palmeiras | Santa Cruz | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Colônia / império |
| Pharmácia Cordeiro e seu prédio | 1984 | M. Decreto 4.539, de 7/5/1984 | Rua da Constituição, 45 | Centro | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Negócios tradicionais |
| Teatro Carlos Gomes | 1984 | M. lei 568, de 20/7/1984 | Praça Tiradentes, 19 | Centro | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Artes |
| Coreto na Praça Barão de Taquara | 1985 | E. tombamento 16/12/1985 Processo e-18/300.288/85 | Praça Barão de Taquara | Praça Seca | Estadual | Leonel de Moura Brizola 1.0 | Brizolismo | Coretos |
| Coreto na Praça Catolé do Rocha | 1985 | E. processo e-18/300.288/85 | Praça Catolé do Rocha | Vigário Geral | Estadual | Leonel de Moura Brizola 1.0 | Brizolismo | Coretos |
| Coreto na Praça Quintino | 1985 | E. tombamento 16/12/1985 Processo e-18/300.288/85 | Praça de Quintino | Quintino Bocaiúva | Estadual | Leonel de Moura Brizola 1.0 | Brizolismo | Coretos |
| Coreto na Praça São Roque | 1985 | E. tombamento 16/12/1985 Processo e-18/300.288/85 | Praça São Roque | Paquetá | Estadual | Leonel de Moura Brizola 1.0 | Brizolismo | Coretos |
| Coreto na Praça Washington Luís | 1985 | E. tombamento 16/12/1985 Processo e-18/300.288/85 | Praça Washington Luís | Sepetiba | Estadual | Leonel de Moura Brizola 1.0 | Brizolismo | Coretos |
| Coreto no Campo de Marte | 1985 | E. tombamento 16/12/1985 | Campo de Marte | Realengo | Estadual | Leonel de Moura Brizola 1.0 | Brizolismo | Coretos |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Processo e-18/300.288/85 | | | | | | |
| Coreto no Campo de São Cristóvão | 1985 | E. tombamento 16/12/1985<br>Processo e-18/300.288/85 | Campo de São Cristóvão | São Cristóvão | Estadual | Leonel de Moura Brizola 1.0 | Brizolismo | Coretos |
| Coreto no Jardim do Méier | 1985 | E. tombamento 16/12/1985<br>Processo e-18/300.288/85 | Jardim do Méier | Méier | Estadual | Leonel de Moura Brizola 1.0 | Brizolismo | Coretos |
| Pedra da Moreninha | 1985 | E. decreto 1.902, de 19/6/1985 | Praia da Moreninha, Paquetá | Paquetá | Estadual | Leonel de Moura Brizola 1.0 | Brizolismo | Ecologia |
| Pedra dos Namorados | 1985 | E. tombamento 19/12/1985<br>Processo e-18/300.030/84 | Ponta das Pedreiras | Paquetá | Estadual | Leonel de Moura Brizola 1.0 | Brizolismo | Ecologia |
| Escola Municipal Barão de Macaúbas | 1985 | M. Decreto 5.000/85, de 28/3/1985 | Rua Padre Januário, 220 | Inhaúma | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Escola Municipal Deodoro | 1985 | M. decreto 5.303, de 2/9/1985 | Rua da Glória, 64 | Glória | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 81 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 137 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984 | Av. Salvador de Sá, 85 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Decreto 5.304, de 2/9/1985 | | | | | | |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 91 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 125 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 127 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 131 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 99 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 101 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 123 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984 | Av. Salvador de Sá, 124 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Decreto 5.304, de 2/9/1985 | | | | | | |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 95 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 97 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 103 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 122 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 142 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 128 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 129 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984 | Av. Salvador de Sá, 133 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Decreto 5.304, de 2/9/1985 | | | | | | |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 146 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 149 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 157 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 159 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 138 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 143 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 144 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984 | Av. Salvador de Sá, 161 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Decreto 5.304, de 2/9/1985 | | | | | | |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 167 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 168 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 153 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 155 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 163 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 174 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 210 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984 | Av. Salvador de Sá, 212 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Decreto 5.304, de 2/9/1985 | | | | | | |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 169 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 172 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 139 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 141 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 134 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) | 1985 | M. lei 627, de 21/9/1984<br>Decreto 5.304, de 2/9/1985 | Av. Salvador de Sá, 136 | Cidade Nova | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Habitação popular |
| Conjunto arquitetônico remanescente da antiga Companhia de Fiação Confiança (Boulevard) | 1985 | F e M. inscrição 18, livro de tombo, fls. 7 (f)<br>Decreto 5.215, de 11/7/1985 (m)<br>Lei 2.038, de 19/11/1993 | Ruas Artidoro da Costa, Souza Franco, Piza e Almeida, Maxwell, Senador Soares, Araújo Lima e Silva Teles: diversas numerações | Vila Isabel | Federal / Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Arquitetura |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Edifício de Apartamentos | 1985 | M. decreto 5.624, de 26/12/1985 | Av. Oswaldo Cruz, 4 | Flamengo | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Sobrados com porão alto na Rua Teresina | 1985 | M. Decreto 5.085, de 7/5/1985 | Rua Teresina, n.º 12 e 14 | Santa Teresa | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Sobrados na Rua Sete de Setembro | 1985 | M. decreto 5.302, de 2/9/1985 | Rua Sete de Setembro, 182, 184 e 186 | Centro | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Copacabana Palace - incluindo a pérgula e a piscina | 1985 | M., E. e F. tombamento 12/12/1985 e 7/4/2003 tombamento definitivo 30/10/2008 (m)<br>Lei 793/85 e Lei 3.531/03 24/3/1986 (e)<br>Resolução 17, de 19/3/1986<br>Livro histórico, vol. 1, inscrição 506<br>Livro belas-artes, vol. 2, inscrição 583 (f) | Av. Atlântica, 1.702 e/ou Av. Nossa Senhora de Copacabana 291, 313, 327 | Copacabana | Federal / Estadual / Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | República |
| Estação Inicial da Estrada de Ferro do Corcovado | 1985 | E. tombamento 19/6/1985 | Rua Cosme Velho, 513 | Cosme Velho | Estadual | Leonel de Moura Brizola 1.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Sociedade Brasileira de Belas-Artes e 32 obras de arte do seu acervo | 1985 | E. tombamento 19/6/1985 | Rua do Lavradio, 84 | Centro | Estadual | Leonel de Moura Brizola 1.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casa de Repouso Alto da Boa Vista | 1985 | M. decreto 4.970/85, de 26/2/1985 | Estrada das Furnas, 574 | Alto da Boa Vista | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Hospital Frei Antônio (Lazareto) | 1985 | M. Decreto 4.926, de 10/1/1985 | R. São Cristóvão, 870, São Cristóvão | São Cristóvão | Municipal | Marcello Alencar 1.0 | Brizolismo | Colônia / império |
| Real e Benemérita Sociedade Portuguesa | 1986 | M. Decreto 5.709, de 7/3/1986 | Av. Marechal Floriano, 185 | Centro | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Caixa de Socorros D. Pedro V | | | | | | | | |
| Vilas denominadas Avenida Mariana, Avenida Anna e Sobrados fronteiriços | 1986 | M. Decreto 6.255, de 6/11/1986 | Rua Barão de Mesquita, 117 | Tijuca | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |
| Vilas denominadas Avenida Mariana, Avenida Anna e Sobrados fronteiriços | 1986 | M. Decreto 6.255, de 6/11/1986 | Rua Barão de Mesquita, 119 | Tijuca | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |
| Vilas denominadas Avenida Mariana, Avenida Anna e Sobrados fronteiriços | 1986 | M. Decreto 6.255, de 6/11/1986 | Rua Barão de Mesquita, 125 | Tijuca | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |
| Vilas denominadas Avenida Mariana, Avenida Anna e Sobrados fronteiriços | 1986 | M. Decreto 6.255, de 6/11/1986 | Rua Barão de Mesquita, 127 | Tijuca | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |
| Chalé da Gávea | 1986 | M. decreto 6.075, de 28/8/1986 | Rua Marquês de São Vicente, 432 | Gávea | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |
| Conjunto Residencial Mendes de Moraes (Conjunto do Pedregulho) | 1986 | M. Decreto 6.383, de 19/12/1986<br>E. Processo: E-18/000.463/2011 | Rua Capitão Félix, 110 | Benfica | Estadual / Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |
| Pavimentação tipo pé-de-moleque na Rua Santo Alfredo | 1986 | M. Decreto 5.812, de 9/5/1986 | Rua Santo Alfredo e Ladeira do Viana | Santa Teresa | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Calçamento |
| Castelinho do Flamengo | 1986 | M. decreto 5.936, de 8/7/1986 | Praia do Flamengo, 158 (Centro Cultural Oduvaldo V. Filho) | Flamengo | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |
| Moinho Fluminense | 1986 | M. decreto 6.057, de 23/8/1986 | Rua Sacadura Cabral, 290 | Gamboa | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Conjunto de Edificações na Rua Farnese | 1986 | M. decreto 6.057, de 23/8/1986 | Rua Farnese, 45, 49 e 51 | Santo Cristo | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |
| Sobrado na Rua Senador Pompeu | 1986 | M. decreto 6.057/1986, de 23/8/1986 | Rua Senador Pompeu, 32 | Centro | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |
| Cortiço na Rua Senador Pompeu | 1986 | M. decreto 6.057/86, de 23/8/1986 | Rua Senador Pompeu, 51 | Centro | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |
| Pinturas (02) de Nilton Bravo e Nilton Bravo Filho, localizadas no Café e Bar Minerva | 1986 | M. decreto 6.057/86, de 23/8/1986 | Rua Camerino, 164 | Centro | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Negócios tradicionais |
| Pintura de Manoel Araújo Rodrigues, localizada no Café e Bar Príncipe Pompeu | 1986 | M. decreto 6.057/86, de 23/8/1986 | Rua Senador Pompeu, 34 | Centro | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Negócios tradicionais |
| Igreja de São Pedro | 1986 | M. Decreto 6.057/86, de 23/8/1986 | Rua Cardoso Marinho, 59 | Santo Cristo | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |
| Vila na Rua Marquês de Sapucaí | 1986 | M. Decreto 6.057/86, de 23/8/1986 | Rua Marquês de Sapucaí, 14 | Santo Cristo | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |
| Escadaria na Rua Costa Barros | 1986 | M. decreto 6.057/86, de 23/8/1986 | Rua Costa Barros, entre a Rua Rosa Saião e Travessa Ladeira do Livramento | Gamboa | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |
| Cortiço na Rua Senador Pompeu | 1986 | M. Decreto 6.057/86, de 23/8/1986 | Rua Senador Pompeu, 43 | Centro | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |
| Oratório do Morro da Providência | 1986 | M. decreto 6.057/86, de 23/8/1986 | Morro da Providência | Saúde | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Favela |
| Vila Avenida Caruso | 1986 | M. decreto 6.057/86, de 23/8/1986 | Rua Barão de São Félix, 97 | Centro | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |
| Fundição Manoel Lino Costa | 1986 | M. Decreto 6.057/86, de 23/8/1986 | Rua Sacadura Cabral, 152 e 154 | Saúde | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Trapiche Modesto Leal | 1986 | M. decreto 6.057/86, de 23/8/1986 | Rua Santo Cristo, 152 | Santo Cristo | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |
| Prédio do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores Urbanos de Passageiros d0 Município do Rio de Janeiro | 1986 | M. Decreto 6.057/86, de 23/8/1986 | Rua Camerino, 66 | Centro | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |
| Cortiço na Rua Costa Ferreira | 1986 | M. Decreto 6.057/86, de 23/8/1986 | Rua Costa Ferreira, 70 | Centro | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |
| Hospital Nossa Senhora da Saúde e Capela de Nossa Senhora das Graças | 1986 | M. decreto 6.057/86, de 23/8/1986 | Rua Comendador Leonardo, s/nº | Santo Cristo | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Colônia / império |
| Vila Operária da Gamboa | 1986 | M. Decreto 6.057/86, de 23/8/1986 | Rua Barão da Gamboa, 154 | Santo Cristo | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária da Gamboa | 1986 | M. Decreto 6.057/86, de 23/8/1986 | Rua Barão da Gamboa, 152 | Santo Cristo | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária da Gamboa | 1986 | M. Decreto 6.057/86, de 23/8/1986 | Rua Barão da Gamboa, 158 | Santo Cristo | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária da Gamboa | 1986 | M. Decreto 6.057/86, de 23/8/1986 | Rua Barão da Gamboa, 156 | Santo Cristo | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Habitação popular |
| Vila Operária da Gamboa | 1986 | M. Decreto 6.057/86, de 23/8/1986 | Rua Barão da Gamboa, 160 | Santo Cristo | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Habitação popular |
| Edificação Residencial, Cortiço e Comercial | 1986 | M. Decreto 6.057/86, de 23/8/1986 | Rua Senador Pompeu, 34 | Centro | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Habitação popular |
| Pinturas (3) de Nilton Bravo, localizadas no Café e Bar Sulista | 1986 | M. Decreto 6.057/86, de 23/8/1986 | Rua Coronel Assunção, 357-A | Gamboa | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Negócios tradicionais |
| Pinturas a óleo sobre alvenaria | 1986 | M. decreto 6.057/86, de 23/8/1986 | Rua Propósito, 6 | Gamboa | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Negócios tradicionais |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Edifício de apartamentos na Rua Barão da Gamboa | 1986 | M. Decreto 6.057/86, de 23/8/1986 | Rua Barão da Gamboa, n.º 164 a 184 | Santo Cristo | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |
| Prédio na Rua Sacadura Cabral | 1986 | M. Decreto 6.057/86, de 23/8/1986 | Rua Sacadura Cabral, 145 | Saúde | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |
| Solar na Rua Barão de São Félix | 1986 | M. decreto 6.057/86, de 23/8/1986 | Rua Barão de São Félix, 94 | Centro | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |
| Vila Operária da Gamboa | 1986 | M. Decreto 6.057/86, de 23/8/1986 | Rua Barão da Gamboa, 150 | Santo Cristo | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Habitação popular |
| Sobrado e alfaias na Rua Ribeiro de Almeida | 1986 | M. decreto 6.170, de 2/10/1986 | Rua Ribeiro de Almeida, 29, e as alfaias nele existentes | Laranjeiras | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |
| Sobrado na Rua Visconde de Itaboraí | 1986 | M. lei 900, de 22/9/1986 | Rua Visconde de Itaboraí, 8 | Centro | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |
| Espelho-d'água da Lagoa Rodrigo de Freitas | 1986 | M. decreto 5.921, de 3/7/1986 | Av. Epitácio Pessoa e Av. Borges de Medeiros | Lagoa | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Ecologia |
| Ponte de Cantaria na Estrada Velha da Tijuca | 1986 | M. Decreto 5.678, de 12/2/1986 | Sobre o Rio São João, diante do n 1.251 da Estrada Velha da Tijuca | Alto da Boa Vista | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |
| Ilha do Frade, ponte do Picão e saco dos Meros | 1987 | E. resolução sec. 24, de 17/4/1987 | Barra de Guaratiba | Barra de Guaratiba | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Ecologia |
| Praia de Grumari | 1987 | E. tombamento 11/5/1987 | Av. Estado da Guanabara, s/ nº | Grumari | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Ecologia |
| Forte Duque de Caxias | 1987 | M. decreto 6.933, de 8/9/1987 | Localizado no morro do Leme | Leme | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |
| Grande Templo Israelita do Rio de Janeiro | 1987 | M. Decreto 6.867, de 4/8/1987 | Rua Tenente Possolo, 8 | Centro | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Pinturas | 1987 | M. decreto 6.602, de 5/5/1987 | Rua Paranapuã, 435 | Freguesia | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Artes |
| Aquarela Vista Interior da Praça do Commercio | 1987 | E. tombamento 23/7/1987 | Parque da Cidade Estrada Santa Marinha, s/nº | Gávea | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Colônia / império |
| Pedra do Sal | 1987 | E. resolução 23, de 17/4/1987 | Rua Argemiro Bulcão | Saúde | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Cultura negra |
| Jequitibá na Rua São Vicente | 1987 | M. decreto 6.441, de 16/1/1987 | Junto ao muro do nº 389 da Rua Marquês de São Vicente | Gávea | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Ecologia |
| Casa na Rua Hermenegildo de Barros | 1987 | M. Decreto 6.555, de 2/4/1987 | Rua Hermenegildo de Barros, 158 e seu entorno | Santa Teresa | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |
| Garagem Poula | 1987 | M. Decreto 6.606, de 5/5/1987 | Rua Gomes Freire, 306/306-A com a Rua do Senado, 57/59 | Centro | Municipal | Saturnino Braga | Brizolismo | Arquitetura |
| Vila na Rua Gal. Caldwell | 1987 | M. decreto 6.932, de 8/9/1987 | Rua General Caldwell, 206 | Centro | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Conjunto arquitetônico na Rua do Lavradio | 1987 | M. Decreto 6.932/87, de 8/9/1987 | Rua do Lavradio, 122 | Centro | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Casas Geminadas na Rua do Riachuelo | 1987 | M. Decreto 6.932/87, de 8/9/1987 | Rua do Riachuelo, 354 e 356 | Centro | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Clube dos Democráticos | 1987 | M. Decreto 6.932/87, de 8/9/1987 | Rua do Riachuelo, 91/93 | Centro | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Carnaval |
| Cortiço Chora Vinagre | 1987 | M. Decreto 6.932/87, de 8/9/1987 | Rua dos Inválidos, 124, fundos | Centro | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Externato Irmã Paula - Dispensário São Vicente de Paulo | 1987 | M. Decreto 6.932/87, de 8/9/1987 | Av. Mem de Sá, 271 | Centro | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Fachada e parte do prédio construído segundo o projeto original do Hospital da Venerável Ordem 3a de Nossa Senhora do Carmo | 1987 | M. Decreto 6.932/87, de 8/9/1987 | Rua do Riachuelo, 43 | Centro | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Hospital da Cruz Vermelha | 1987 | M. Decreto 6.932/87, de 8/9/1987 | Praça Cruz Vermelha, 12 | Centro | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Igreja de Santo Antônio dos Pobres e todo o seu acervo | 1987 | M. decreto 6.932/87, de 8/9/1987 | Rua dos Inválidos, 40 | Centro | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Primeira Circunscrição do Serviço Militar | 1987 | M. Decreto 6.932/87, de 8/9/1987 | Praça da República, 123 | Centro | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Sobrado na Avenida Gomes Freire | 1987 | M. Decreto 6.932/87, de 8/9/1987 | Av. Gomes Freire, 773 | Centro | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Chalet Olinda (Casa de Saúde Dr. Eiras) | 1987 | M. Decreto 6.934/1987, de 9/9/1987<br>Decreto 12.244/1993, de 30/8/1993 (modifica o item 8 do Decreto 6.934/1987) | Rua Assunção, 2 | Botafogo | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Casa na Praia de Botafogo | 1987 | M. Decreto 6.934/87, de 9/9/1987 | Praia de Botafogo, 530, esquina com Rua Clotilde Guimarães | Botafogo | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Casa na Rua São Clemente | 1987 | M. Decreto 6.934/87, de 9/9/1987 | Rua São Clemente, 300 | Botafogo | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Casa na Rua São Clemente | 1987 | M. Decreto 6.934/87, de 9/9/1987 | Rua São Clemente, 388 | Botafogo | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Casa na Rua São Clemente | 1987 | M. Decreto 6.934/87, de 9/9/1987 | Rua São Clemente, 284 | Botafogo | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Centro de Arquitetura e Urbanismo (Antigo Colégio Jacobina) | 1987 | M. Decreto 6.934/87, de 9/9/1987 | Rua São Clemente, 117 | Botafogo | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Educandário da Misericórdia | 1987 | M. Decreto 6.934/87, de 9/9/1987 | Rua São Clemente, 446 | Botafogo | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Educandário Santa Teresa | 1987 | M. Decreto 6.934/87, de 9/9/1987 | Rua Lauro Sodré, 150 | Botafogo | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Gurilândia Club Infantil | 1987 | M. Decreto 6.934/87, de 9/9/1987 | Rua São Clemente, 408 | Botafogo | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Igreja Anglicana | 1987 | M. Decreto 6.934/87, de 9/9/1987 | Rua Real Grandeza, 99 | Botafogo | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Igreja da Imaculada Conceição | 1987 | M. Decreto 6.934/87, de 9/9/1987 | Praia de Botafogo, 266 | Botafogo | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Igreja Matriz de São João Batista | 1987 | M. Decreto 6.934/87, de 9/9/1987 | Rua Voluntários da Pátria, 287 | Botafogo | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Pórtico do Cemitério São João Batista | 1987 | M. Decreto 6.934/87, de 9/9/1987 | Rua General Polidoro, s/nº | Botafogo | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Quartel do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro | 1987 | M. Decreto 6.934/87, de 9/9/1987 | Rua Humaitá, 126 | Humaitá | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Vila na Rua da Passagem | 1987 | M. Decreto 6.934/87, de 9/9/1987 | Rua da Passagem, 161, 163 e 165 | Botafogo | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Vila na Rua da Passagem | 1987 | M. Decreto 6.934/87, de 9/9/1987 | Rua da Passagem, 46, 48 e 50 | Botafogo | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Vila na Rua Humaitá | 1987 | M. decreto 6.934/87, de 9/9/1987 | Rua Humaitá, 102 | Humaitá | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Vila na Rua Real Grandeza | 1987 | M. Decreto 6.934/87, de 9/9/1987 | Rua Real Grandeza, 182 | Botafogo | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Vila na Rua São Clemente | 1987 | M. Decreto 6.934/87, de 9/9/1987 | Rua São Clemente, 241, 243 e 245 | Botafogo | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Vila na Rua Visconde de Caravelas | 1987 | M. Decreto 6.934/87, de 9/9/1987 | Rua Visconde de Caravelas, 38 | Botafogo | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Casa Daniel | 1987 | M. Decreto 7.171, de 24/11/1987 | Rua Gonçalves Dias, 13 | Centro | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Negócios tradicionais |
| Casa na Rua Smith de Vasconcelos | 1987 | M. decreto 7.295/87, de 17/12/1987 | Rua Smith de Vasconcelos, 30 | Cosme Velho | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Estella, 6 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Abreu Fialho, 05 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Abreu Fialho, 07 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Abreu Fialho, 39 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Abreu Fialho, 15 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Abreu Fialho, 17 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Abreu Fialho, 09 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| imóveis localizados no Jardim Botânico | | | | | | | | |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Abreu Fialho, 11 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Abreu Fialho, 13 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Abreu Fialho, 25 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Abreu Fialho, 19 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Abreu Fialho, 21 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Abreu Fialho, 23 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Abreu Fialho, 27 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Abreu Fialho, 29 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Abreu Fialho, 31 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Abreu Fialho, 33 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Abreu Fialho, 35 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Abreu Fialho, 37 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Abreu Fialho, 12 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Alberto Ribeiro, 2 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Alberto Ribeiro, 4 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Alberto Ribeiro, 6 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Alberto Ribeiro, 8 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Alberto Ribeiro, 10 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Alberto Ribeiro, 12 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Alberto Ribeiro, 14 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Alberto Ribeiro, 16 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Alberto Ribeiro, 18 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Alberto Ribeiro, 20 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Alberto Ribeiro, 22 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Estella, 24 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Estella, 26 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Estella, 28 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Caminhoá, 6 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Caminhoá, 8 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Caminhoá, 10 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Caminhoá, 12 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Caminhoá, 14 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Caminhoá, 16 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Caminhoá, 18 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Caminhoá, 20 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Caminhoá, 22 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Caminhoá, 24 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Caminhoá, 26 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Caminhoá, 28 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Caminhoá, 30 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Caminhoá, 32 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Caminhoá, 34 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Caminhoá, 36 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Caminhoá, 38 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Alberto Ribeiro, 24 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Alberto Ribeiro, 26 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Alberto Ribeiro, 28 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Alberto Ribeiro, 30 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Alberto Ribeiro, 32 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Alberto Ribeiro, 34 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Alberto Ribeiro, 36 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Alberto Ribeiro, 38 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Mestre Joviniano, 25 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Mestre Joviniano, 33 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Mestre Joviniano, 39 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Mestre Joviniano, 43 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Mestre Joviniano, 47 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Mestre Joviniano, 53 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Mestre Joviniano, 57 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Mestre Joviniano, 61 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Mestre Joviniano, s/nº | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Pacheco Leão, 724 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Pacheco Leão, 732 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Pacheco Leão, 738 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Pacheco Leão, 744 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Pacheco Leão, 750 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Pacheco Leão, 758 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Pacheco Leão, 780 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Pacheco Leão, 786 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Pacheco Leão, 792 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Pacheco Leão, 798 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Pacheco Leão, 804 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Pacheco Leão, 812 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Pacheco Leão, 836 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Pacheco Leão, 842 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Pacheco Leão, 850 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Pacheco Leão, 854 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Pacheco Leão, 862 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Pacheco Leão, 868 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Fernando Magalhães, 267 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Fernando Magalhães, 273 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Fernando Magalhães, 283 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Fernando Magalhães, 289 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Fernando Magalhães, 293 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Fernando Magalhães, 299 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Estella, 8 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Estella, 10 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Estella, 12 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Estella, 14 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Estella, 16 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Estella, 18 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Estella, 20 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Chácara do Algodão - Vila Operária/Conjunto de imóveis localizados no Jardim Botânico | 1987 | M. Decreto 7.313, de 29/12/1987 | Rua Estella, 22 | Jardim Botânico | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Habitação popular |
| Perfumaria Kanitz | 1987 | M. tombamento dec. 6.932 de 8/09/1987 | Rua Washington Luís, 117 | Centro | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Negócios tradicionais |
| Fundição Progresso | 1987 | E. tombamento 9/11/1987<br>Resolução sec. 30, de 14/10/1987 | Rua dos Arcos, 28 a 42 | Centro | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Arquitetura |
| Matadouro Industrial de Santa Cruz | 1987 | M. Lei 1.180, de 30/12/1987 | Largo do Bodegão, s/nº | Santa Cruz | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Observatório Nacional - Conjunto arquitetônico e paisagístico | 1987 | F. e E. tombamento 14/8/1986 (f)<br>livro histórico, vol. 1, inscrição 509<br>Livro arqueológico, etnográfico e paisagístico, inscrição 95<br>Resolução sec. 34, de 21/10/1987 (e) | Rua General Bruce, 586 | São Cristóvão | Federal / Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Colônia / império |
| Polícia Central (Antigo DOPS - Departamento de Ordem Política e Social) | 1987 | E. tombamento 7/5/1987<br>Processo e-18/300.071/87 | Rua da Relação, 40 | Centro | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Arquitetura |
| Casa Cavé | 1987 | E. resolução sec. 32, de 21/10/1987 | Rua Sete de Setembro, 133 | Centro | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Arquitetura |
| Clube Naval | 1987 | E. tombamento 18/11/1987<br>Resolução sec. 35, de 21/10/1987 | Av. Rio Branco, 180 | Centro | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Arquitetura |
| Casa da Gávea Pequena | 1988 | M. Decreto 8.074/88, de 1/9/1988 | Estrada da Gávea Pequena, 1.338 | Alto da Boa Vista | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Chafariz do Jardim do Monroe | 1988 | F. e M. tombamento 21/2/1990<br>Livro belas-artes, vol. 2, inscrição 597 (f) decreto 7.396, de 3/2/1988 (m) | Praça Monroe | Centro | Federal / Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Colônia / império |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Centro Cultural da Justiça Federal | 1988 | E. e M. processo e-18/001919/05 (e) decreto 7.608/88, de 5/5/1988 (m) | Av. Rio Branco, 241 | Centro | Estadual / Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | República |
| Espelho d'água da Enseada de Botafogo | 1988 | M. Decreto 7.444, de 1/3/1988 | Av. das Nações Unidas | Botafogo | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Paisagismo |
| Amurada da Urca e Ponte Domingos Fernandes Pinto | 1988 | M. Decreto 7.451, de 3/3/1988 | Av. Portugal | Urca | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Cassino da Urca | 1988 | M. Decreto 7.451, de 3/3/1988 | Av. João Luiz Alves, 13 | Urca | Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro | 1988 | E. tombamento 27/1/1988 Resolução sec. 38, de 19/1/1988 | Largo do Caco ou Rua Moncorvo Filho, 2 a 8 | Centro | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | República |
| Casa das máquinas/Antiga garagem dos bondes - Instituto dos Arquitetos do Brasil | 1988 | E. e M. tombamento 9/8/1989 (e) Decreto 7.461, de 7/3/1988 (m) | Rua Dois de Dezembro, 41 - | Flamengo | Estadual / Municipal | Saturnino Braga | Isolado politicamente | Arquitetura |
| Cemitério dos Ingleses | 1988 | E. resolução sec. 51, de 3/5/1988 | Rua da Gamboa, nº 181 | Santo Cristo | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Colônia / império |
| Sítio Santo Antônio da Bica | 1988 | E. resolução sec. 39, de 19/1/1988 | Estrada da Barra de Guaratiba, 2.190 | Barra de Guaratiba | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Ecologia |
| Câmara Municipal, Palácio Pedro Ernesto | 1988 | E. tombamento 17/5/1988 Resolução sec. 50, de 2/5/1988 | Praça Floriano, s/nº | Centro | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | República |
| Conjunto Arquitetônico da Cinelândia | 1989 | M. Lei 1.467/89, de 30/11/1989 | Praça Mal. Floriano, 55 | Centro | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Conjunto Arquitetônico da Cinelândia | 1989 | M. Lei 1.467/89, de 30/11/1989 | Rua Francisco Serrador, 2 | Centro | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Conjunto Arquitetônico da Cinelândia | 1989 | M. Lei 1.467/89, de 30/11/1989 | Rua Álvaro Alvim, 24 | Centro | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Conjunto Arquitetônico da Cinelândia | 1989 | M. Lei 1.467/89, de 30/11/1989 | Rua Álvaro Alvim, 48 | Centro | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Conjunto Arquitetônico da Cinelândia | 1989 | M. Lei 1.467/89, de 30/11/1989 | Praça Mahatma Gandhi, 2 | Centro | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Monumento a Quintino Bocaiúva | 1989 | E. tombamento provisório 30/11/1989 | Praça General Alcio Souto, próximo à Lagoa Rodrigo de Freitas | Lagoa | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Mobiliário urbano |
| Monumento ao Marechal Deodoro da Fonseca | 1989 | E. tombamento 30/11/1989 Processo e-18/000.165/89 | Praça Marechal Deodoro, s/nº | Glória | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Mobiliário urbano |
| Monumento ao Marechal Floriano Peixoto | 1989 | E. tombamento 30/11/1989 Processo e-18/000.165/89 | Praça Floriano, s/nº | Centro | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Mobiliário urbano |
| Teatro Armando Gonzaga | 1989 | E. resolução sec. 1504, de 9/6/1989 | Av. General Osvaldo Cordeiro de Farias, 511 | Marechal Hermes | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Arquitetura |
| Pedra do Arpoador | 1989 | M. lei 1.433, de 3/9/1989 | Praia do Arpoador | Ipanema | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Paisagismo |
| Prédio na Praça Floriano | 1989 | M. Lei 1.467/89, de 30/11/1989 | Praça Floriano, 55 | Centro | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Centro Municipal de Saúde Oswaldo Cruz | 1989 | E. tombamento 18/1/1989 Processo e-18/300.028/84 | Rua do Rezende, 128 | Centro | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Arquitetura, República |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Buraco do Lume | 1989 | M. Lei 1.422/89, de 25/9/1989 | Praça Melvin Jones, atual Praça Mario Lago localizada entre a Rua São José e a Av. Nilo Peçanha | Centro | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Ecologia |
| Igreja Ortodoxa Santa Zinaida | 1989 | M. Decreto 8.772, de 29/09/1989 | Rua Monte Alegre, 210 | Santa Teresa | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Sobrado na Rua da Candelária | 1989 | M. Decreto 8.754/89, de 19/9/1989 | Rua da Candelária, 2 | Centro | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Prédio da UFRJ | 1989 | E. resolução sec. 1.503, de 9/6/1989 | Av. Rui Barbosa, 762 | Flamengo | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Arquitetura |
| Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ | 1989 | F. e E. tombamento 11/4/1962<br>Resolução sec. 1.503, de 9/6/1989 (e) livro histórico, vol. 1, inscrição 342 (f) | Largo de São Francisco, s/nº | Centro | Federal / Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Colônia / império |
| Antiga Sede da Faculdade de Direito da Uerj - Universidade do Estado do Rio de Janeiro | 1990 | M. decreto 9.449, de 9/7/1990<br>E. Processo E-18/002347/2007 | Rua do Catete, 243 | Catete | Estadual / Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Colégio Estadual Amaro Cavalcanti | 1990 | M. Decreto 9.414, de 21/6/1990 | Largo do Machado, 20 | Catete | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (antiga Escola Municipal República da Colômbia) | 1990 | M. decreto 9.414, de 21/6/1990 | Rua Camerino, 51 | Centro | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Escola Municipal Alberto Barth | 1990 | M. Decreto 9.414, de 21/6/1990 | Av. Oswald Cruz, 124 | Flamengo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Escola Municipal Bahia | 1990 | M. Decreto 9.414, de 21/6/1990 | Av. Guilherme Maxwell, 243 | Bonsucesso | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Escola Municipal Bárbara Ottoni | 1990 | M. decreto 9.414/90, de 21/6/1990 | Rua Senador Furtado, 94 | Maracanã | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Escola Municipal Campos Sales | 1990 | M. Decreto 9.414, de 21/6/1990 | Praça da República s/nº, no Campo de Santana | Centro | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Escola Municipal Celestino da Silva | 1990 | M. Decreto 9.414, de 21/6/1990 | Rua do Lavradio, 56 | Centro | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Escola Municipal Estados Unidos | 1990 | M. Decreto 9.414, de 21/6/1990 | Rua Itapiru, 453 | Catumbi | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Escola Municipal Floriano Peixoto | 1990 | M. decreto 9.414/90, de 21/6/1990 | Praça Argentina, 20 | São Cristóvão | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Escola Municipal Getúlio Vargas | 1990 | M. Decreto 9.414, de 21/6/1990 | Av. Santa Cruz, 4.725 | Bangu | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Escola Municipal Gonçalves Dias | 1990 | M. decreto 9.414/90, de 21/6/1990 | Campo de São Cristóvão, 115 | São Cristóvão | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Escola Municipal Grécia | 1990 | M. Decreto 9.414, de 21/6/1990 | Av. Braz de Pina, 1.614 | Vila da Penha | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Escola Municipal Júlio de Castilhos | 1990 | M. decreto 9.414, de 21/6/1990 | Praça Santos Dumont, 96 | Gávea | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Escola Municipal Luiz Delfino | 1990 | M. decreto 9.414, de 21/6/1990 | Rua Marquês de São Vicente, 238 | Gávea | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Escola Municipal Manoel Cócero | 1990 | M. decreto 9.414, de 21/6/1990 | Praça Santos Dumont, 86 | Gávea | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Escola Municipal Mário da Veiga Cabral | 1990 | M. Decreto 9.414, de 21/6/1990 | Av. Melo Matos, 34 | Tijuca | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Escola Municipal Minas Gerais | 1990 | M. decreto 9.414, de 21/6/1990 | Av. Pasteur, 433 | Urca | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Escola Municipal Nilo Peçanha | 1990 | M. Decreto 9.414/90, de 21/6/1990 | Av. Pedro II, 383 | São Cristóvão | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Escola Municipal Pedro Bruno | 1990 | M. Decreto 9.414, de 21/6/1990 | Rua Padre Juvenal, 74 | Paquetá | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Escola Municipal Pereira Passos | 1990 | M. Decreto 9.414, de 21/6/1990 | Praça Condessa Paulo de Frontin, 45 | Rio Comprido | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Escola Municipal Prudente de Moraes | 1990 | M. Decreto 9.414, de 21/6/1990 | Rua Enes de Souza, 36 | Tijuca | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Escola Municipal República da Argentina | 1990 | M. decreto 9.414, de 21/6/1990 | Av. 28 de Setembro, 125 | Vila Isabel | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Galpão Industrial na Rua Aníbal Benévolo | 1990 | E. e M. tombamento 6/9/1990 (e)<br>Resolução sec. 24, de 31/8/1990<br>Decreto 12.666, de 1/2/1994 (Tombamento definitivo) | Rua Aníbal Benévolo, 315-A | Cidade Nova | Estadual / Municipal | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Arquitetura |
| Escola Municipal Rivadavia Correa | 1990 | M. decreto 9.414, de 21/6/1990 | Av. Presidente Vargas, 1.314 | Centro | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Escola Municipal Santos Dumont | 1990 | M. decreto 9.414, de 21/6/1990 | Praça XV de Novembro, 29 | Marechal Hermes | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Escola Municipal Sarmiento | 1990 | M. Decreto 9.414, de 21/6/1990 | Rua 24 de Maio, 931 | Engenho Novo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Escola Municipal Tiradentes | 1990 | M. decreto 9.414, de 21/6/1990 | Rua Visconde do Rio Branco, 48 | Centro | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Escola Municipal Uruguai | 1990 | M. Decreto 9.414, de 21/6/1990 | Rua Ana Néri, 192 | Bonsucesso | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casa na Rua Ibituruna | 1990 | E. resolução sec. 17, de 31/8/1990 | Rua Ibituruna, 81 | Maracanã | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Arquitetura |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Fábrica de Gás na Avenida Presidente Vargas | 1990 | E. resolução sec. 16, de 31/8/1990 | Av. Presidente Vargas, 2.610 | Cidade Nova | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Arquitetura fabril |
| Fundação Universitária José Bonifácio | 1990 | E. resolução sec. 17, de 31/8/1990 | Av. Pasteur, 280 | Urca | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Arquitetura |
| Hospital Moncorvo Filho | 1990 | E. tombamento 31/1/1990 Processo e-18/000.112/90 | Rua Moncorvo Filho, 90 | Centro | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Arquitetura |
| Museu do Folclore | 1990 | E. resolução sec. 17, de 31/8/1990 | Rua do Catete, 181 | Catete | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Arquitetura |
| Praça Senador Clóvis Salgado Filho (jardins) | 1990 | E. tombamento 20/12/1990 | Praça Sen. Salgado Filho, Centro | Centro | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Paisagismo |
| Prédio onde funcionou a Embrafilme | 1990 | M. Lei 1.578, de 10/7/1990 | Rua Mayrink Veiga, 28 | Centro | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro | 1990 | M. Decreto 9.636, de 14/9/1990 | Rua Santo Amaro, 80/84 | Glória | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casa na Rua Martins Ferreira | 1990 | E. e M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 (m) resolução sec. 068/02, de 18/12/2002 (e) | Rua Martins Ferreira, 60 | Botafogo | Estadual / Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Santuário Mariano de Nossa Senhora da Penha de França | 1990 | M. Decreto 9.413, de 21/6/1990 | Largo da Penha, 19 | Penha | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casa na Rua Bambina | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Bambina, 135 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Casa na Rua Bambina | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Bambina, 123 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casa na Rua Bambina | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Bambina, 118 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casa na Rua Bambina | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Bambina, 25 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casa na Rua Clarice Índio do Brasil | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Clarice Índio do Brasil, 19 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casa na Rua Dona Mariana | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Dona Mariana, 41 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casa na Rua Dona Mariana | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Dona Mariana, 56 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casa na Rua Eduardo Guinle | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Eduardo Guinle, 57 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casa na Rua Eduardo Guinle | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Eduardo Guinle, 36 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casa na Rua General Dionísio | 1990 | M. decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua General Dionísio, 53 | Humaitá | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casa na Rua Guilhermina Guinle | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Guilhermina Guinle, 151 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casa na Rua Muniz Barreto | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Muniz Barreto, 730 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casa na Rua Novo Mundo | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Mundo Novo, 482 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casa na Rua Professor Alfredo Gomes | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Professor Alfredo Gomes, 21 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casa na Rua Professor Alfredo Gomes | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Professor Alfredo Gomes, 14 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casa na Rua Professor Alfredo Gomes | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Professor Alfredo Gomes, 23 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Casa na Rua Professor Alfredo Gomes | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Professor Alfredo Gomes, 25 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casa na Rua São Clemente | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua São Clemente, 379 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casa na Rua São Clemente | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua São Clemente, 385 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casa na Rua São João Batista | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua São João Batista, 104 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casa na Rua Voluntários da Pátria | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Voluntários da Pátria, 423 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casa na Rua Voluntários da Pátria | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Voluntários da Pátria, 117 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casa na Rua Voluntários da Pátria | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Voluntários da Pátria, 107 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casa no Largo dos Leões | 1990 | M. decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Largo dos Leões, 70 | Humaitá | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casa na Rua Muniz Barreto | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Muniz Barreto, 810 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casarão na Praia de Botafogo (Antigo Colégio Andrews) | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Praia de Botafogo, 308 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casas da Vila São Lázaro | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Dona Mariana, 21/23 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casas Geminadas na Rua das Palmeiras | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua das Palmeiras, 7 e 9 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Castelo do Valentim | 1990 | M. decreto 9.586, de 27/8/1990 | Rua Almirante Alexandrino, 1405 | Santa Teresa | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Cinema Santa Alice | 1990 | M. decreto 9.572, de 17/8/1990 | Rua Barão de Bom Retiro, 1.095 | Engenho Novo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Cinemas de rua |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Cine-Palácio Campo Grande | 1990 | M. Decreto 9.862-a, de 28/11/1990 | Rua Augusto Vasconcelos, nº 139 | Campo Grande | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Cinemas de rua |
| Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua General Severiano, 90 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Conjunto arquitetônico na Rua Professor Alfredo Gomes | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Professor Alfredo Gomes, 8 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Conjunto arquitetônico na Rua Professor Alfredo Gomes | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Professor Alfredo Gomes, 12 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Conjunto arquitetônico na Rua Professor Alfredo Gomes | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Professor Alfredo Gomes, 36 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Conjunto arquitetônico na Rua Professor Alfredo Gomes | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Professor Alfredo Gomes, 37 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Conjunto arquitetônico na Rua Professor Alfredo Gomes | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Professor Alfredo Gomes, 29 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Conjunto arquitetônico na Rua Professor Alfredo Gomes | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Professor Alfredo Gomes, 31 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Conjunto arquitetônico na Rua Professor Alfredo Gomes | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Professor Alfredo Gomes, 32 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Conjunto arquitetônico na Rua Professor Alfredo Gomes | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Professor Alfredo Gomes, 22 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Conjunto arquitetônico na Rua Professor Alfredo Gomes | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Professor Alfredo Gomes, 28 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Consulado do Líbano | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Dona Mariana, 44 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Escola Britânica | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Real Grandeza, 87 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Edifício Guahy | 1990 | M. decreto 9.656/90, de 24/9/1990 | Rua Ronald de Carvalho, 181 | Copacabana | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Museu dos Teatros | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua São João Batista, 105 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Palácio da Cidade | 1990 | M. decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua São Clemente, 360 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Sobrado na Rua Vicente de Souza | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Vicente de Souza, 25 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Sobrado na Rua Voluntários da Pátria | 1990 | M. decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Voluntários da Pátria, 455 | Humaitá | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Sobrado no Largo dos Leões | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Largo dos Leões, 80 | Humaitá | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Sobrados na Rua Voluntários da Pátria | 1990 | M. Decreto 9.904/90, de 12/12/1990 | Rua Voluntários da Pátria, 194, 196, 198 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Largo e Beco do Boticário | 1990 | E. tombamento 12/9/1990<br>Resolução sec. 26, de 31/8/1990 | Rua Cosme Velho, | Cosme Velho | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Arquitetura |
| Bangu Atlético Clube, antigo Cassino da Vila Operária da Fábrica de Tecidos Bangu | 1990 | E. resolução sec. 25, de 31/8/1990 | Av. Cônego de Vasconcelos, 549 | Bangu | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Arquitetura fabril |
| Igreja de São Sebastião e Santa Cecília | 1990 | E. resolução sec. 25, de 31/8/1990 | Praça da Fé, s/nº | Bangu | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Arquitetura fabril |
| Colônia Juliano Moreira | 1990 | E. tombamento 27/8/1990<br>Processo e-18/001.178/90 | Estrada Rodrigues Caldas, 3.400 | Jacarepaguá | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Colônia / império |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Solar do Visconde do Rio Seco | 1990 | F. e E. tombamento 6/9/1990 (e) resolução sec. 18 de 30/8/1990 d.o. estado de 6/9/1990 26/61998 - Livro belas-artes, vol. 2, inscrição 611 (f) | Praça Tiradentes, 67 | Centro | Federal / Estadual | Leonel de Moura Brizola 2.0 | Brizolismo | Colônia / império |
| Forte de Copacabana, ponta de Copacabana e ponta do Arpoador | 1990 | E. resolução sec. 47, de 6/9/1990 F. Livro Histórico. Inscrição 593, Vol. 2, Fl. 098 de 31/03/2011 | Entre as praias de Copacabana e Ipanema | Copacabana | Federal / Estadual | Leonel de Moura Brizola 2.0 | Brizolismo | Colônia / império |
| Ilha Fiscal | 1990 | E. tombamento 27/8/1990 Processo e-18/001.177/90 | Sudoeste da Ilha das Cobras, acesso pela Praça Barão de Ladário | Centro | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | República |
| Residência e oficina de trabalho do Senador Afonso Arinos de Mello Franco/Acervo Bibliográfico e Documental | 1990 | M. Decreto 9.798, de 20/11/1990 (residência) decreto 9.799, de 20/11/1990 (acervo) | Rua Dona Mariana, 63 | Botafogo | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Igreja Nossa Senhora de Lourdes | 1990 | E. resolução sec. 24, de 31/8/1990 | Av. 28 de Setembro, 200 | Vila Isabel | Estadual | Wellington Moreira Franco | Oposição ao brizolismo | Arquitetura |
| Cristo Redentor | 1990 | M. decreto 9.156, de 30/1/1990 M. decreto 34.574, de 10/10/2011 F. livro histórico. Inscrição 585, vol2, fl. 093, de 30/9/2008 | Monumento sobre o morro do Corcovado e seu entorno | Cosme Velho | Federal / Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | República |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Palmeiras Imperiais na Avenida Santa Cruz | 1991 | M. Lei 1.661, de 18/1/1991 | Av. Santa Cruz, nº 4.382, em frente à Fábrica Bangu | Bangu | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Ecologia |
| Conjunto formado pelas Serras da Madureira, do Mendanha e Parque Estadual da Pedra Branca | 1991 | E. tombamento 6/3/1991 | Serras da Madureira, do Mendanha e Parque Estadual da Pedra Branca | Bangu | Estadual | Leonel de Moura Brizola 2.0 | Brizolismo | Ecologia |
| Árvores (1 oitizeiro, 2 amendoeiras e 2 algodoeiros-do-Pará) existentes nos fundos do Ed. América | 1991 | M. lei 1.689, de 26/3/1991 | Rua Ministro Viveiros de Castro, 110 | Copacabana | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Ecologia |
| Conjunto Urbano e Paisagístico da Avenida Atlântica | 1991 | E. tombamento 25/1/1991 | Av. Atlântica, Copacabana | Copacabana | Estadual | Leonel de Moura Brizola 2.0 | Brizolismo | Paisagismo |
| Conjunto Urbano e Paisagístico da Avenida Vieira Souto | 1991 | e. tombamento 25/1/1991 | Av. Vieira Souto, Ipanema | Ipanema | Estadual | Leonel de Moura Brizola 2.0 | Brizolismo | Paisagismo |
| Conjunto Urbano e Paisagístico da Avenida Delfim Moreira | 1991 | e. tombamento 25/1/1991 | Av. Delfim Moreira, Leblon | Leblon | Estadual | Leonel de Moura Brizola 2.0 | Brizolismo | Paisagismo |
| Estação Ferroviária Leopoldina - Estação Barão de Mauá | 1991 | E. resolução sec. 31, de 7/2/1991 | Av. Francisco Bicalho, s/nº | Praça da Bandeira | Estadual | Leonel de Moura Brizola 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Casa do Pontal (imóvel e coleção de arte popular) | 1991 | M. decreto 10.754, de 12/12/1991 | Estrada do Pontal, 3.295 | Recreio dos Bandeirantes | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Artes |
| Bondes de Santa Teresa | 1991 | E. resolução sec. 31, de 7/2/1991 | Santa Teresa | Santa Teresa | Estadual | Leonel de Moura Brizola 2.0 | Brizolismo | Mobiliário urbano |
| Imóvel do Colégio Estadual João Alfredo e seu entorno | 1991 | M. Lei 1.694, de 1/4/1991 Lei 4.198, de 4/10/2005 | Av. 28 de Setembro, 109 | Vila Isabel | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Palácio Tiradentes | 1992 | F. e M. tombamento 10/3/1993<br>Livro histórico, vol. 1, inscrição 533<br>Livro belas-artes, vol. 1, inscrição 602 (f) decreto 11.292, de 20/8/1992 (m) | Av. Presidente Antônio Carlos, 641 | Centro | Federal / Municipal | Cesar Maia 1.0 | Cesarismo? | República |
| Casa das Canoas | 1992 | E. e M. tombamento 24/3/1992 (e)<br>Resolução sec. 59, de 20/3/1992 d.o. estado de 24/3/1992<br>Lei 2.677/98, de 18/9/1998 (m) | Estrada das Canoas, 2.310 | São Conrado | Estadual / Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Lacerdismo | Arquitetura |
| Sede da 9ª Delegacia de Polícia Civil | 1992 | M. decreto 11.666, de 20/11/1992 | Rua Pedro Américo, nº 1 | Catete | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Museu da Imagem e do Som | 1992 | E. resolução sec. 57, de 12/3/1992 | Praça Rui Barbosa, 1 | Centro | Estadual | Leonel de Moura Brizola 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Hospital da Lagoa | 1992 | E. tombamento 24/3/1992<br>Resolução sec. 59, de 20/3/1992 | Rua Jardim Botânico, 501 | Lagoa | Estadual | Leonel de Moura Brizola 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Hangar do Zeppelin | 1992 | M. Decreto 11.703, de 24/11/1992 | Av. do Império, s/nº - Base Aérea de Santa Cruz | Santa Cruz | Municipal | Marcello Alencar 2.0 | Brizolismo | Arquitetura |
| Marcos imperiais - Marco 6 | 1993 | M. decreto 11.970, de 17/3/1993 | Avenida Santa Cruz, 3.406 | Bangu | Municipal | Cesar Maia 1.0 | Cesarismo? | Mobiliário urbano |
| Confeitaria Manon | 1993 | M. decreto 11.969, de 17/3/1993 | Rua do Ouvidor, 187/189 | Centro | Municipal | Cesar Maia 1.0 | Cesarismo? | Negócios tradicionais |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Imóvel do Departamento Geral de Arquivo e Documentação Histórica do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro | 1993 | M. decreto 11.971, de 17/3/1993 | Praça da República, 26 | Centro | Municipal | Cesar Maia 1.0 | Cesarismo? | Arquitetura |
| Tribunal Regional Eleitoral - Centro Cultural da Justiça Eleitoral | 1993 | M. Decreto 12.245, de 30/8/1993 | Rua Primeiro de Março, 42 | Centro | Municipal | Cesar Maia 1.0 | Cesarismo? | Arquitetura |
| Imóvel na Rua Washington Luiz | 1993 | M. decreto 12.275, de 15/9/1993 | Rua Washington Luís, 10/10-A | Centro | Municipal | Cesar Maia 1.0 | Cesarismo? | Arquitetura |
| Marcos Imperiais - Marco 9 | 1993 | M. decreto 11.970, de 17/3/1993 | Avenida Cesário de Mello, 6.406 | Ilha do Governador | Municipal | Cesar Maia 1.0 | Cesarismo? | Mobiliário urbano |
| Bar e Restaurante Lagoa | 1993 | M. Decreto 12.273, de 14/9/1993 | Imóvel na Av. Epitácio Pessoa, 1.674 | Lagoa | Municipal | Cesar Maia 1.0 | Cesarismo? | Negócios tradicionais |
| Antiga Residência de Quintino Bocaiúva | 1993 | M. Decreto 12.294, de 17/9/1993 | Rua Goiás, 990 | Quintino Bocaiúva | Municipal | Cesar Maia 1.0 | Cesarismo? | Arquitetura |
| Fábrica de Cartuchos do Exército e os bens de seu entorno que integram o mesmo conjunto arquitetônico e paisagístico | 1993 | M. Lei 1.962, de 4/5/1993<br>Decreto 13.679, de 15/2/1995 | Rua Bernardo de Vasconcelos, 941 / Rua Oliveira Braga / Av. Santa Cruz | Realengo | Municipal | Cesar Maia 1.0 | Cesarismo? | Arquitetura |
| Antiga Estação Ferroviária do Matadouro de Santa Cruz | 1993 | M. decreto 12.193, de 9/8/1993 | Situada no km 56.426 do ramal ferroviário da Central do Brasil | Santa Cruz | Municipal | Cesar Maia 1.0 | Cesarismo? | Arquitetura |
| Marcos imperiais - Marco 11 | 1993 | M. decreto 11.970, de 17/3/1993 | Confluência entre a Rua Felipe Cardoso e Av. Isabel | Santa Cruz | Municipal | Cesar Maia 1.0 | Cesarismo? | Mobiliário urbano |
| Marcos imperiais - Marco 7 | 1993 | M. decreto 11.970, de 17/3/1993 | Avenida Santa Cruz, 8.768 | Senador Camará | Municipal | Cesar Maia 1.0 | Cesarismo? | Mobiliário urbano |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Primeiro Batalhão de Polícia do Exército, denominado Batalhão Marechal Zenóbio da Costa | 1993 | M. lei 1.956, de 29/3/1993 | Rua Barão de Mesquita, 425 | Tijuca | Municipal | Cesar Maia 1.0 | Cesarismo? | Arquitetura |
| Palmeira Tipo Babaçu na Rua Silva Cardoso | 1994 | M. Lei 2.280, de 29/12/1994 | Rua Silva Cardoso, em frente ao nº 120 | Bangu | Municipal | Cesar Maia 1.0 | Cesarismo? | Ecologia |
| Painel em Afresco | 1994 | M. decreto 13.057, de 29/6/1994 | Av. Brasil, 8.191 | Bonsucesso | Municipal | Cesar Maia 1.0 | Cesarismo? | Artes |
| Árvore pau-ferro na Rua Marquês de Olinda | 1994 | M. Decreto 12.625, de 10/1/1994 | Rua Marquês de Olinda, 64, nos jardins | Botafogo | Municipal | Cesar Maia 1.0 | Cesarismo? | Ecologia |
| Imóvel na Rua da Quitanda | 1994 | M. Decreto 12.893, de 13/5/1994 | Rua da Quitanda, 21 | Centro | Municipal | Cesar Maia 1.0 | Cesarismo? | Arquitetura |
| Teatro Glauce Rocha | 1994 | E. tombamento 24/6/1994<br>Resolução sec. 96, de 20/6/1994 | Av. Rio Branco, 179 | Centro | Estadual | Nilo Batista | Cesarismo? | Arquitetura |
| Edifício Guarujá | 1994 | M. decreto 13.445/94, de 30/11/1994 | Rua Domingos Ferreira, 187 | Copacabana | Municipal | Cesar Maia 1.0 | Cesarismo? | Arquitetura |
| Matriz de Nossa Senhora da Apresentação | 1994 | M. decreto 12.654, de 28/1/1994 | Praça Nossa Senhora da Apresentação, 272 | Irajá | Municipal | Cesar Maia 1.0 | Cesarismo? | Arquitetura |
| Obras de arte de Arthur Bispo do Rosário | 1994 | E. resolução sec. 97, de 20/6/1994 | Estrada Rodrigues Caldas, 3.400 - Museu da Colônia Juliano Moreira | Jacarepaguá | Estadual | Leonel de Moura Brizola 1.0 | Cesarismo? | Obra de arte |
| Mercado São José | 1994 | M. Lei 2.263, de 16/12/1994 | Rua das Laranjeiras, 90 | Laranjeiras | Municipal | Cesar Maia 1.0 | Cesarismo? | Arquitetura |
| Morro Dois Irmãos | 1994 | E. tombamento 22/9/1994 processo e-18/000.835/94 | Estrada da Gávea ou Av. Niemeyer | Leblon | Estadual | Leonel de Moura Brizola 1.0 | Cesarismo? | Ecologia |
| Escola Tomás de Aquino | 1994 | M. Decreto 12.645, de 25/1/1994 | Rua Paschoal Carlos Magno, 73 | Santa Teresa | Municipal | Cesar Maia 1.0 | Cesarismo? | Arquitetura |

| BEM TOMBADO | Ano | Legislação | Endereço | Bairro | Esfera | Prefeito / governador | Corrente política | Justificativa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Rampas de decolagem de asa delta na Pedra Bonita | 1994 | M. decreto 12.799, de 15/4/1994 | Morro da Pedra Bonita | São Conrado | Municipal | Cesar Maia 1.0 | Cesarismo? | Paisagismo |
| Conjunto Industrial da Hanseática-Brahma | 1994 | M. decreto 13.267, de 30/9/1994 | Rua José Higino, 115 | Tijuca | Municipal | Cesar Maia 1.0 | Cesarismo? | Arquitetura |
| Sede do Colégio Militar | 1994 | M. decreto 12.864, de 29/4/1994 | Rua São Francisco Xavier, 267 | Tijuca | Municipal | Cesar Maia 1.0 | Cesarismo? | Arquitetura |
| Passarela do Samba Darcy Ribeiro (Sambódromo) | 1994 | E. e M. resolução sec. 95, de 20/6/1994 (e), Lei 2.677/98, de 18/9/1998 (m) | Rua Marquês de Sapucaí | Cidade Nova | Estadual / Municipal | Nilo Batista | Cesarismo? | Arquitetura |
| Pedra da Babilônia | 1994 | M. tombamento Decreto N.º 12.864 de 29 de abril de 1994 | Rua São Francisco Xavier com Rua Barão de Mesquita | Tijuca | Municipal | Cesar Maia 1.0 | Cesarismo | Ecologia |
| Instituto de Mineralogia | 1994 | M. decreto 13.275, de 11/10/1994 | Av. Pasteur, 404 | Urca | Municipal | Cesar Maia 1.0 | Cesarismo? | Arquitetura |

Tabela 14 – Listagem dos bens tombados entre 1983 e 1994.

# ANEXO V – MAPEAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE REGULAÇÃO URBANA

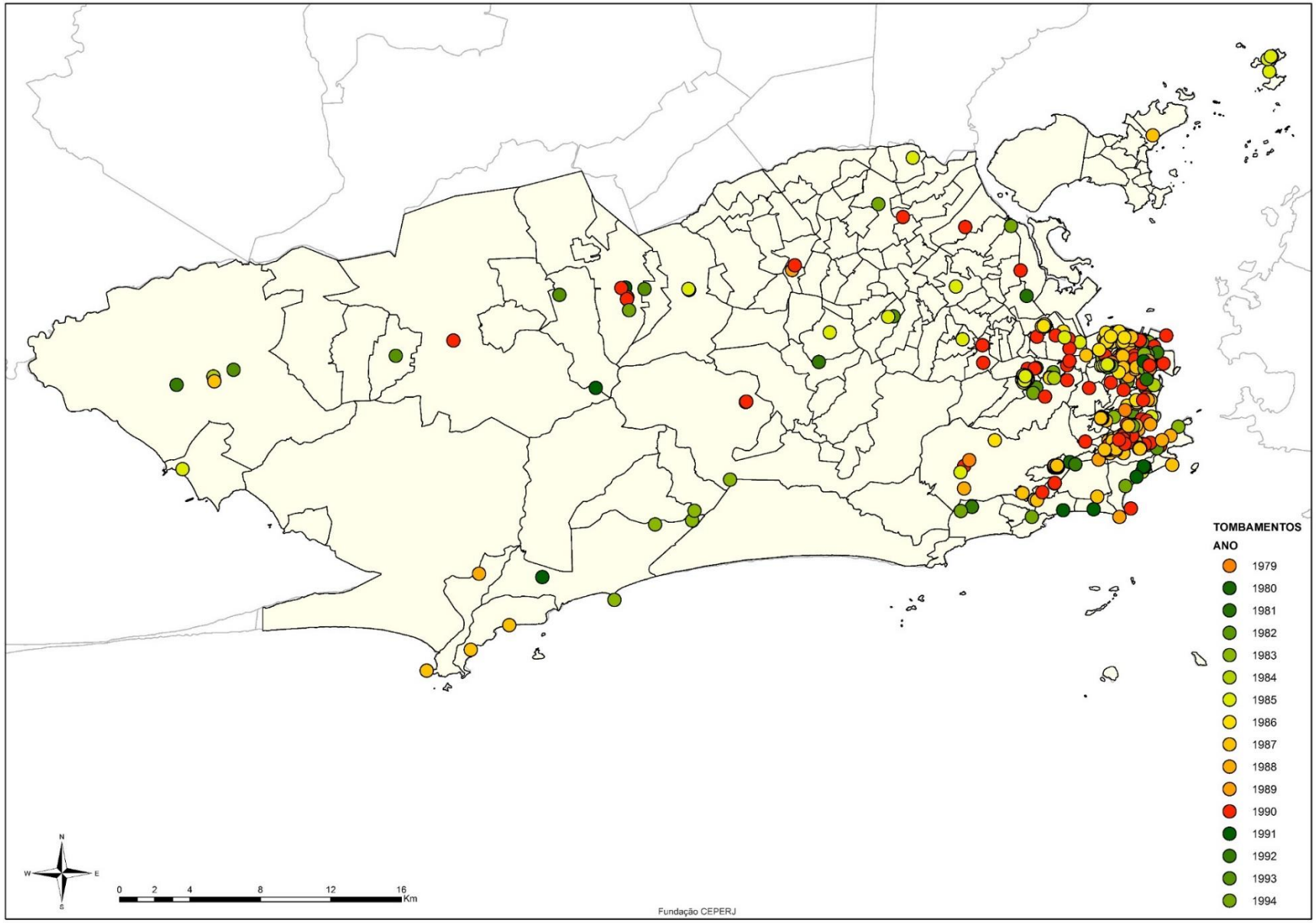



Figura 162 - Mapa dos tombamentos de imóveis na cidade do Rio de Janeiro entre 1979 e 1995.

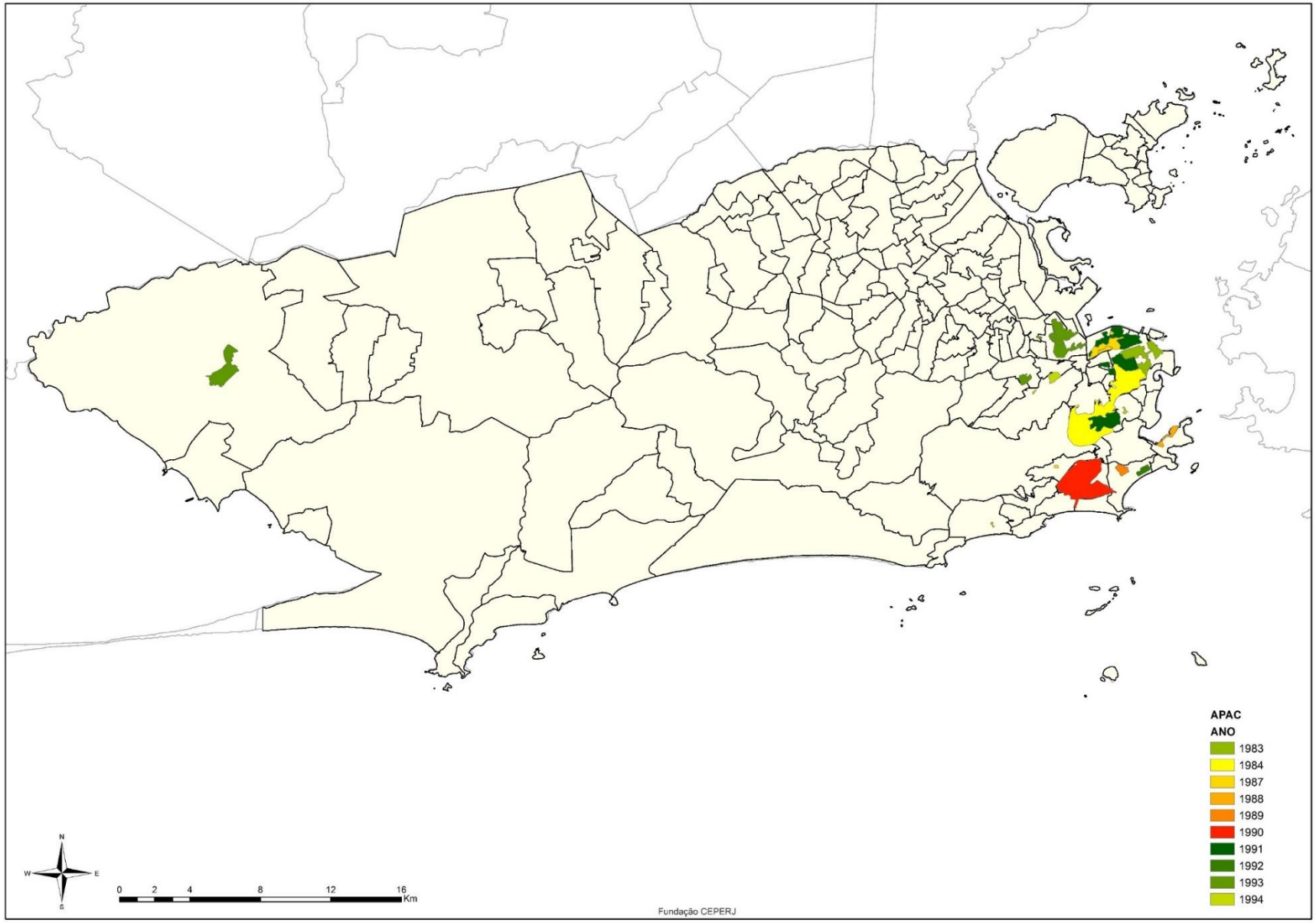



Figura 163 – Mapa das APACs criadas na cidade do Rio de Janeiro entre 1979 e 1995.

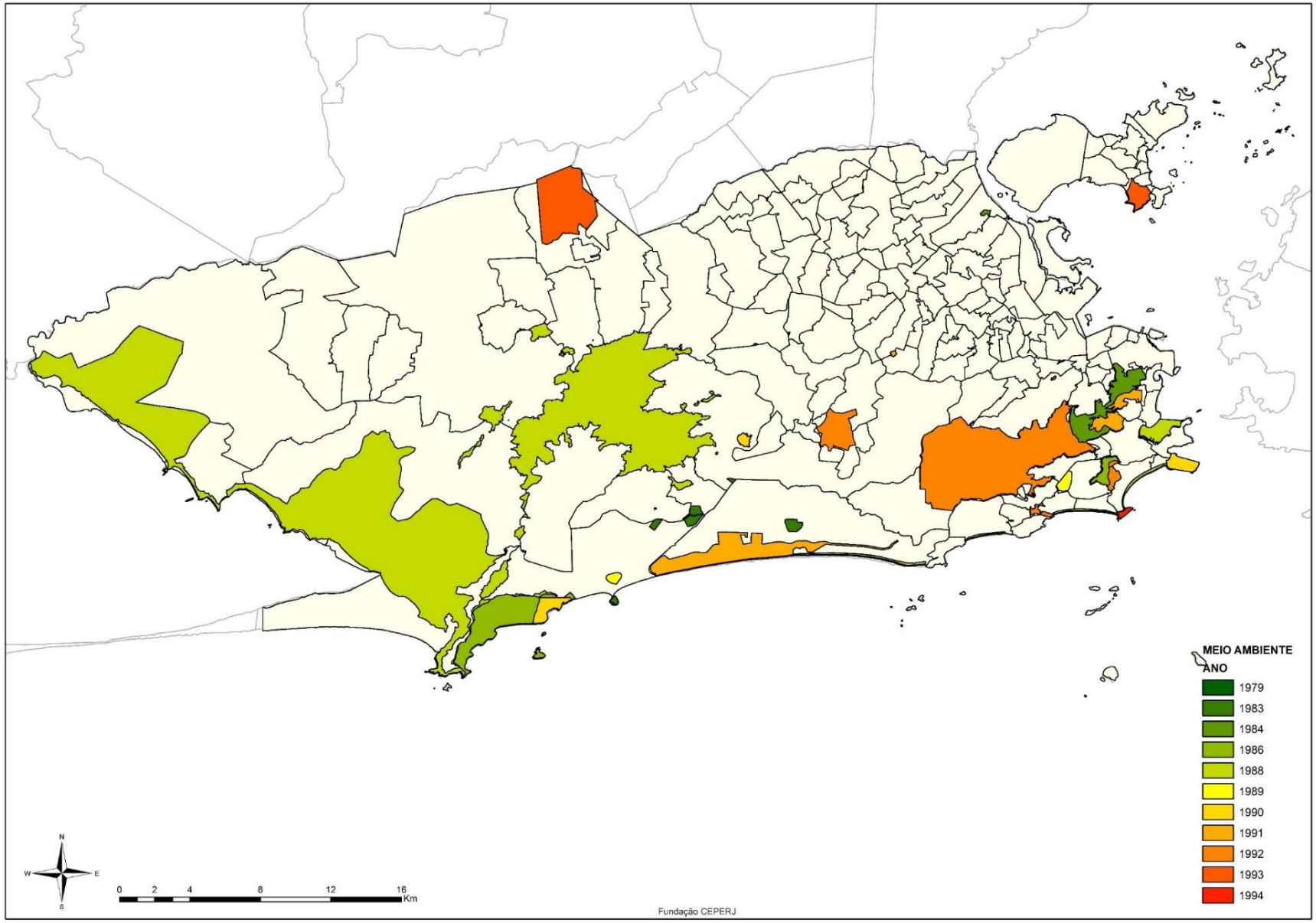



Figura 164 – Mapa das APAs e Parques Naturais criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1979 e 1995.

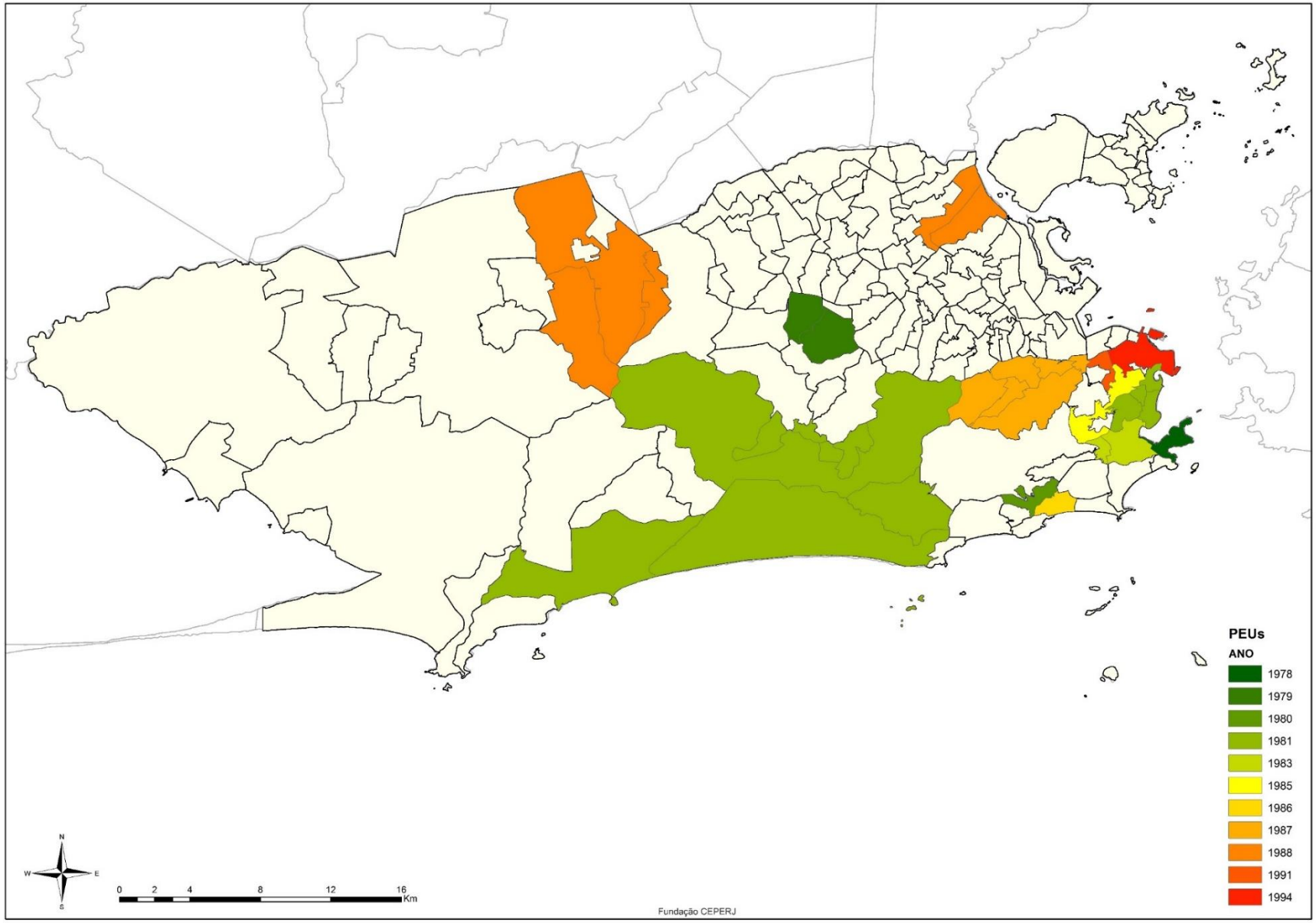



Figura 165 - Mapa dos PEUs criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1979 e 1995.

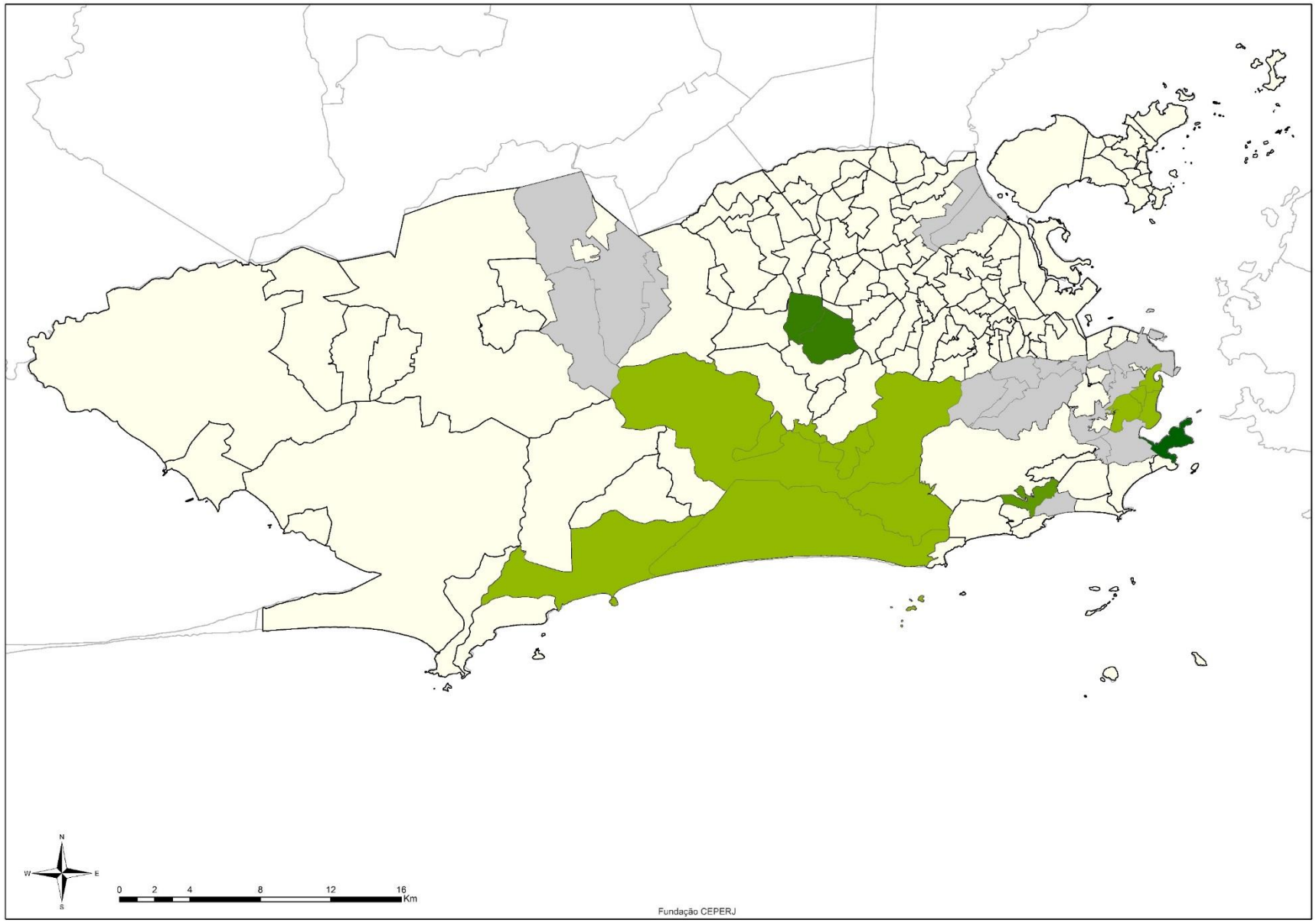



Figura 166 - Mapa dos PEUs criados entre 1979 e 1982 (Capítulo 1).

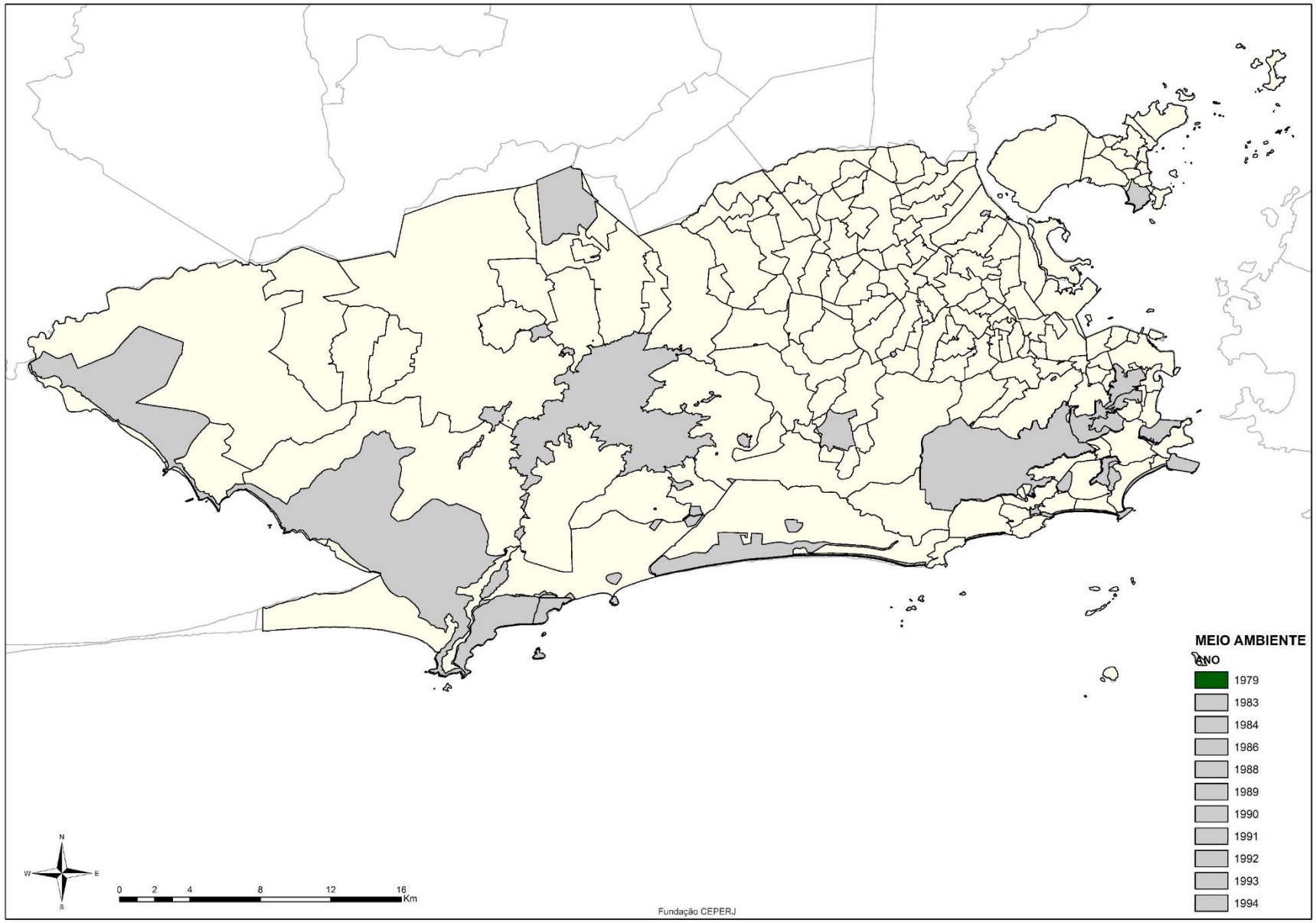



Figura 167 - Mapa das APAs e Parques Naturais criados entre 1979 e 1982 (Capítulo 1).




Figura 168 - Mapa das APACs criadas entre 1979 e 1982 (Capítulo 1).

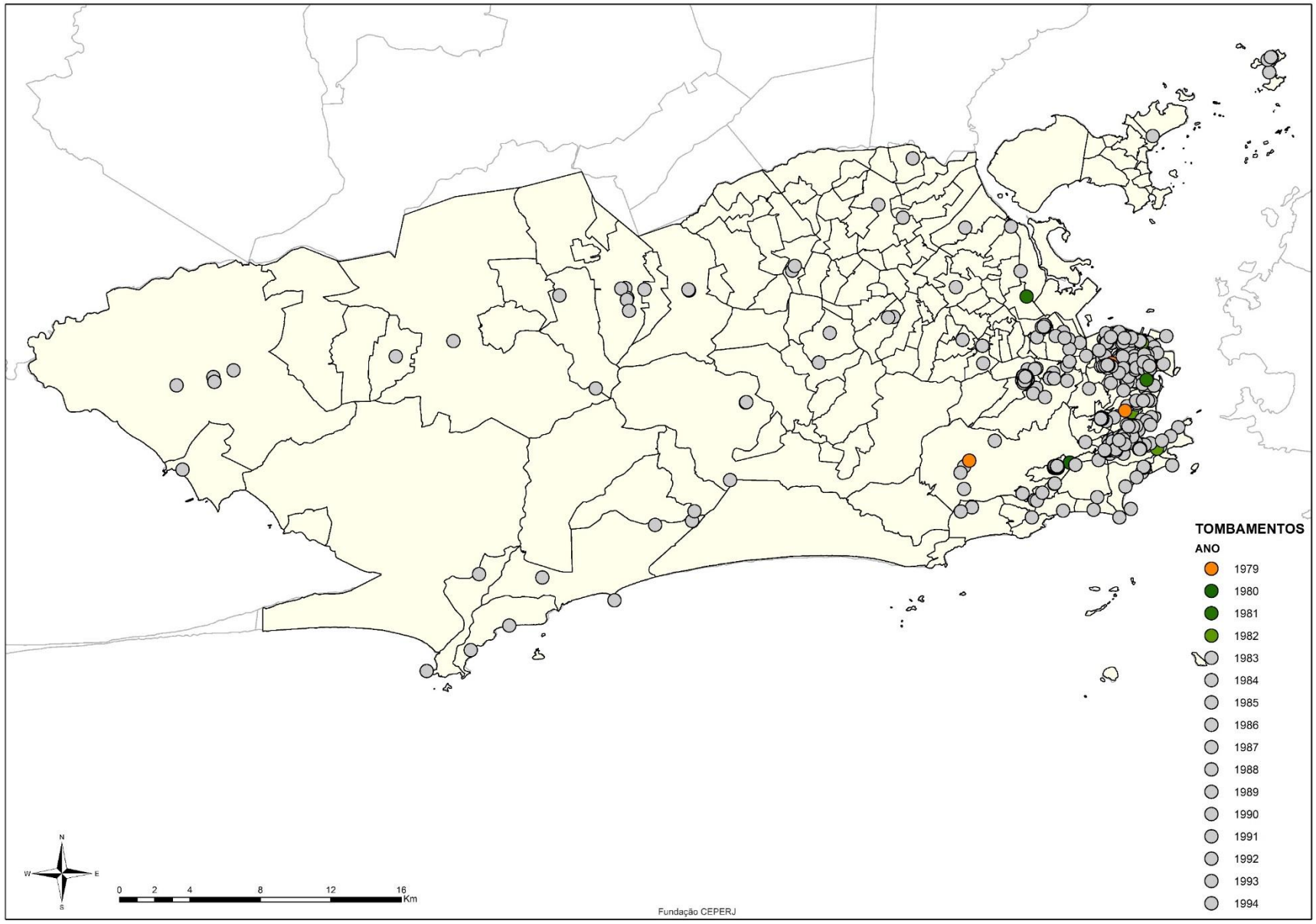



Figura 169 - Mapa dos tombamentos feitos entre 1979 e 1982 (Capítulo 1).

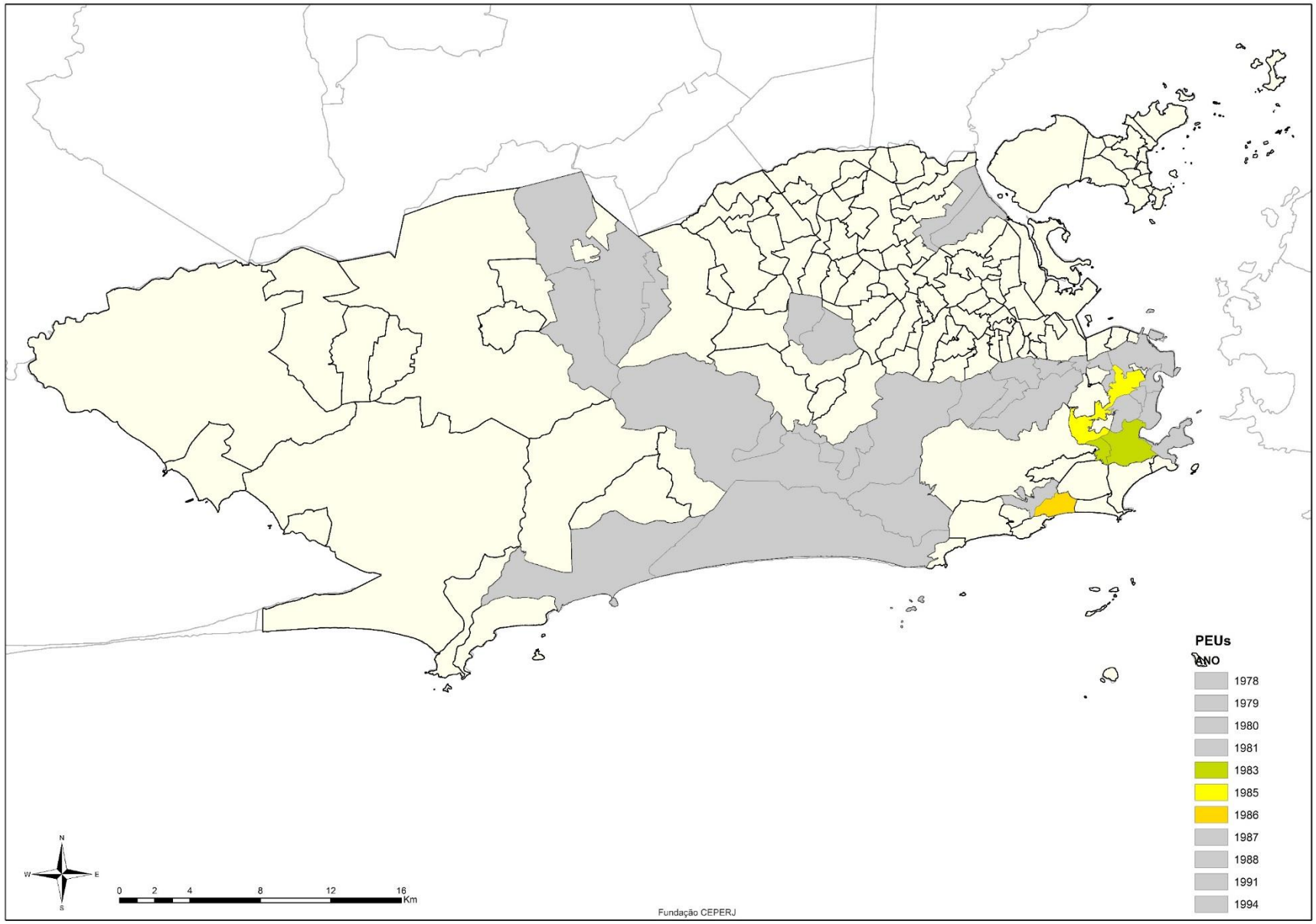



Figura 170 - Mapa dos PEUs criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1983 e 1986 (Capítulo 2)

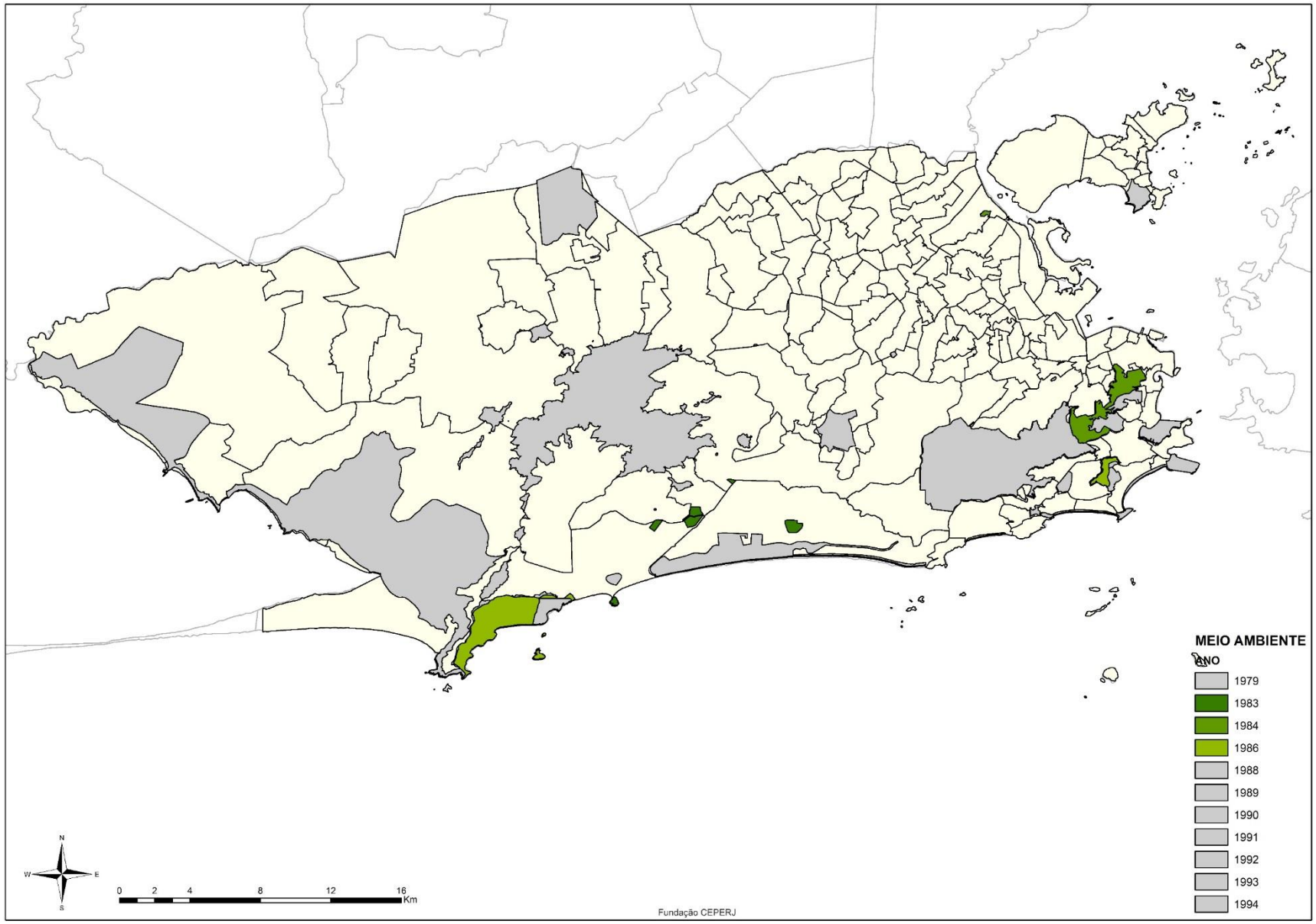



Figura 171 - Mapa das APAs e Parques Naturais criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1983 e 1986 (Capítulo 2)

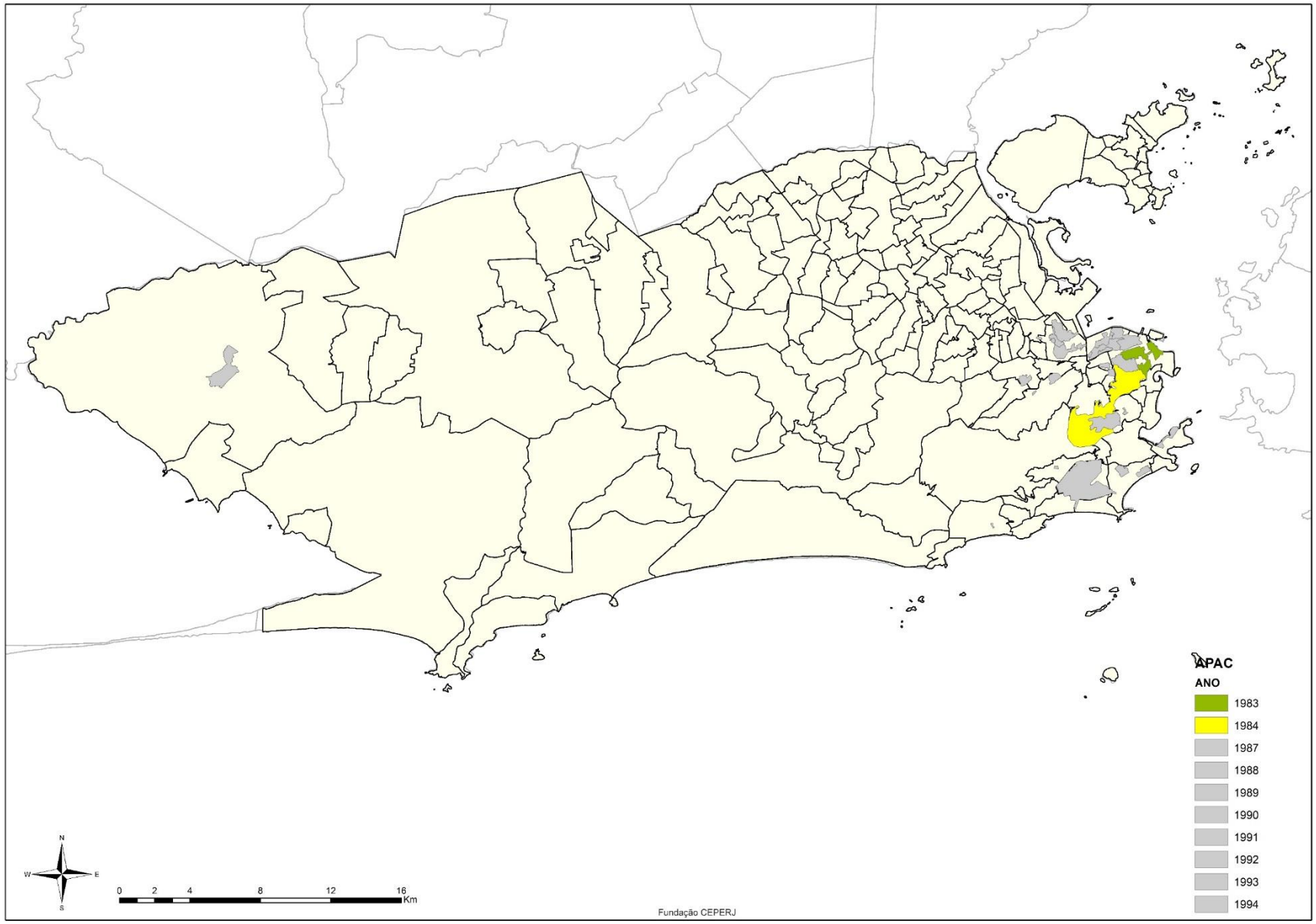



Figura 172 - Mapa das APACs criadas na cidade do Rio de Janeiro entre 1983 e 1986 (Capítulo 2)

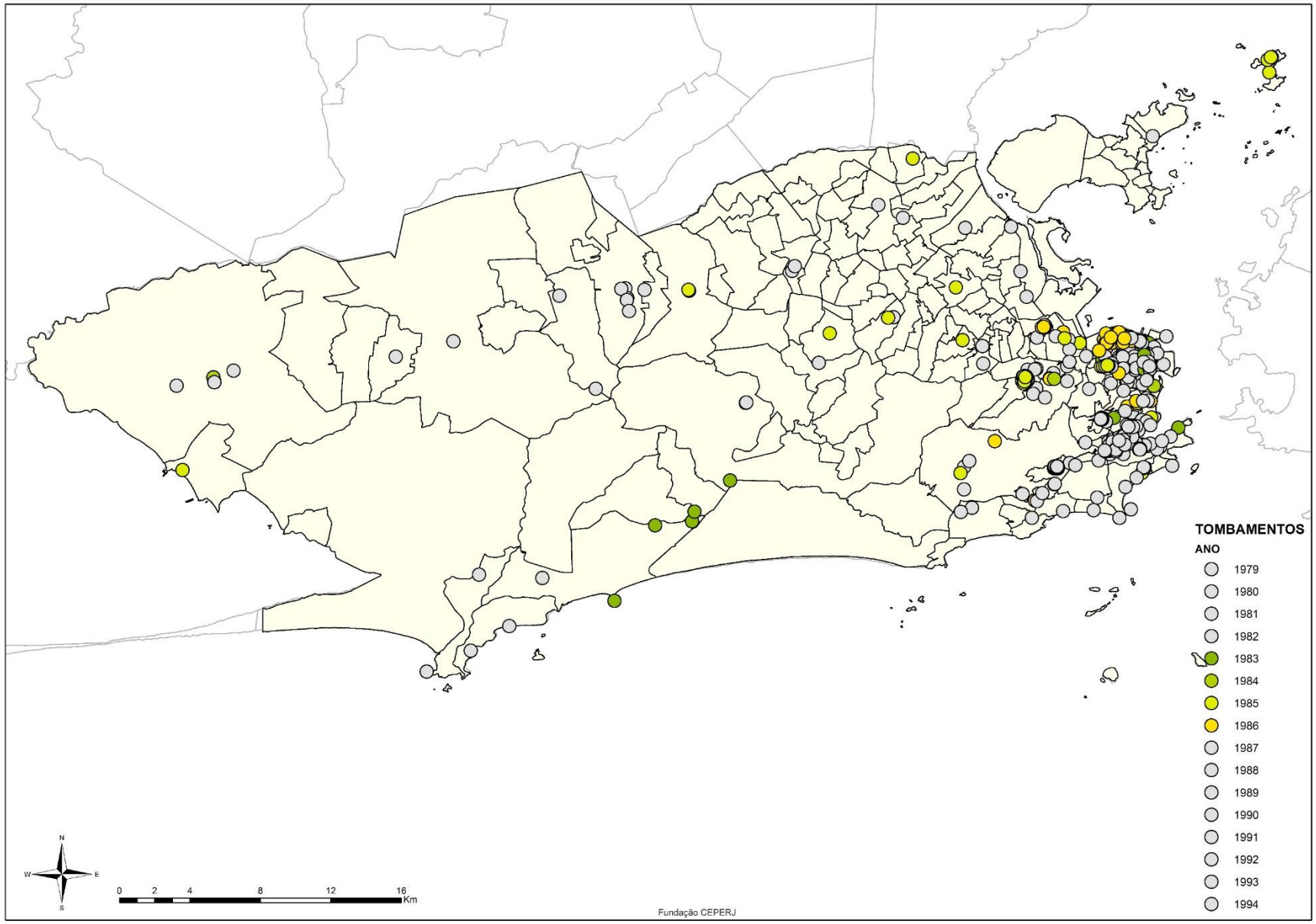



Figura 173 - Mapa dos tombamentos feitos na cidade do Rio de Janeiro entre 1983 e 1986 (Capítulo 2)

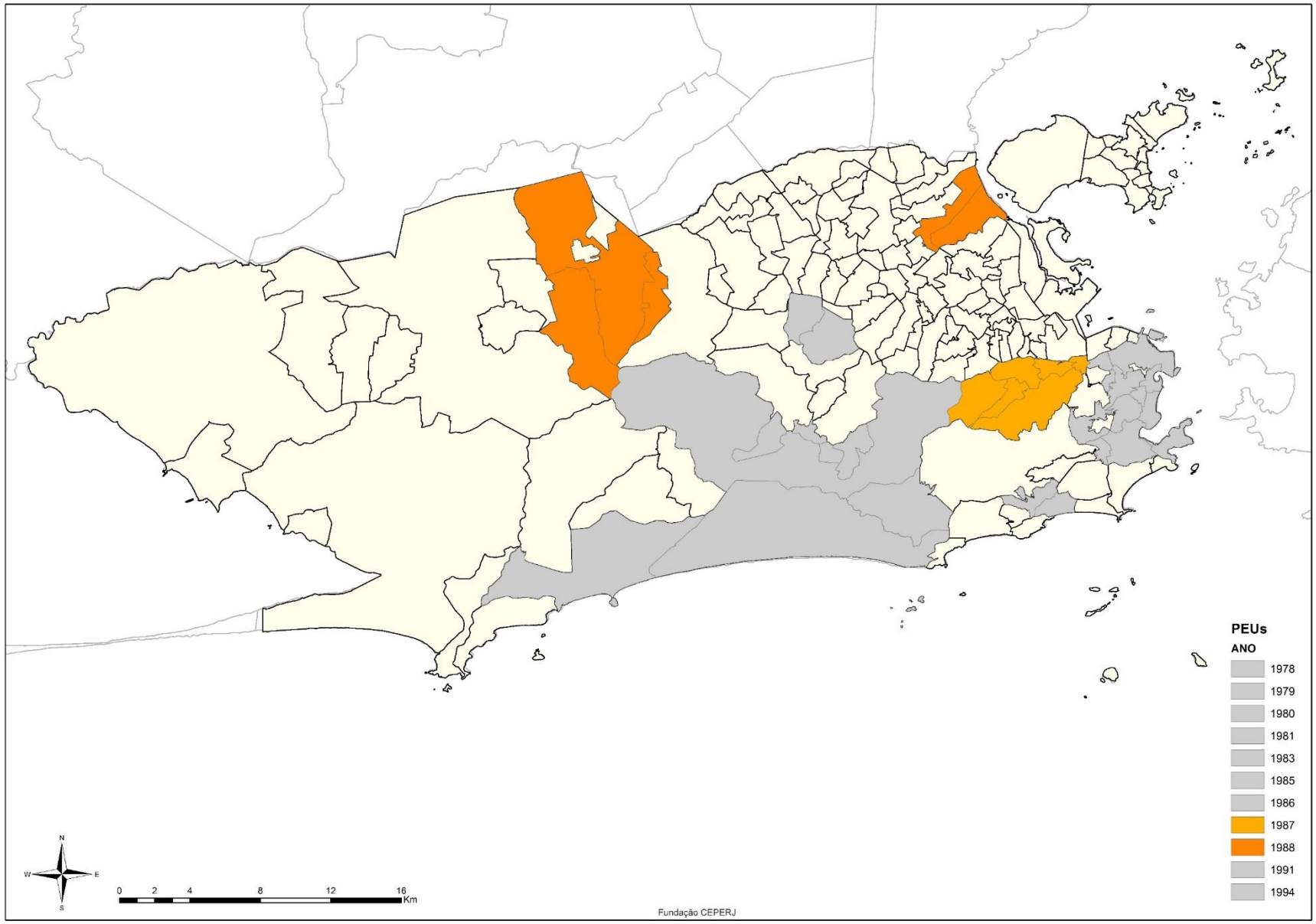



Figura 174 - Mapa dos PEUs criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1987 e 1988 (Capítulo 3).

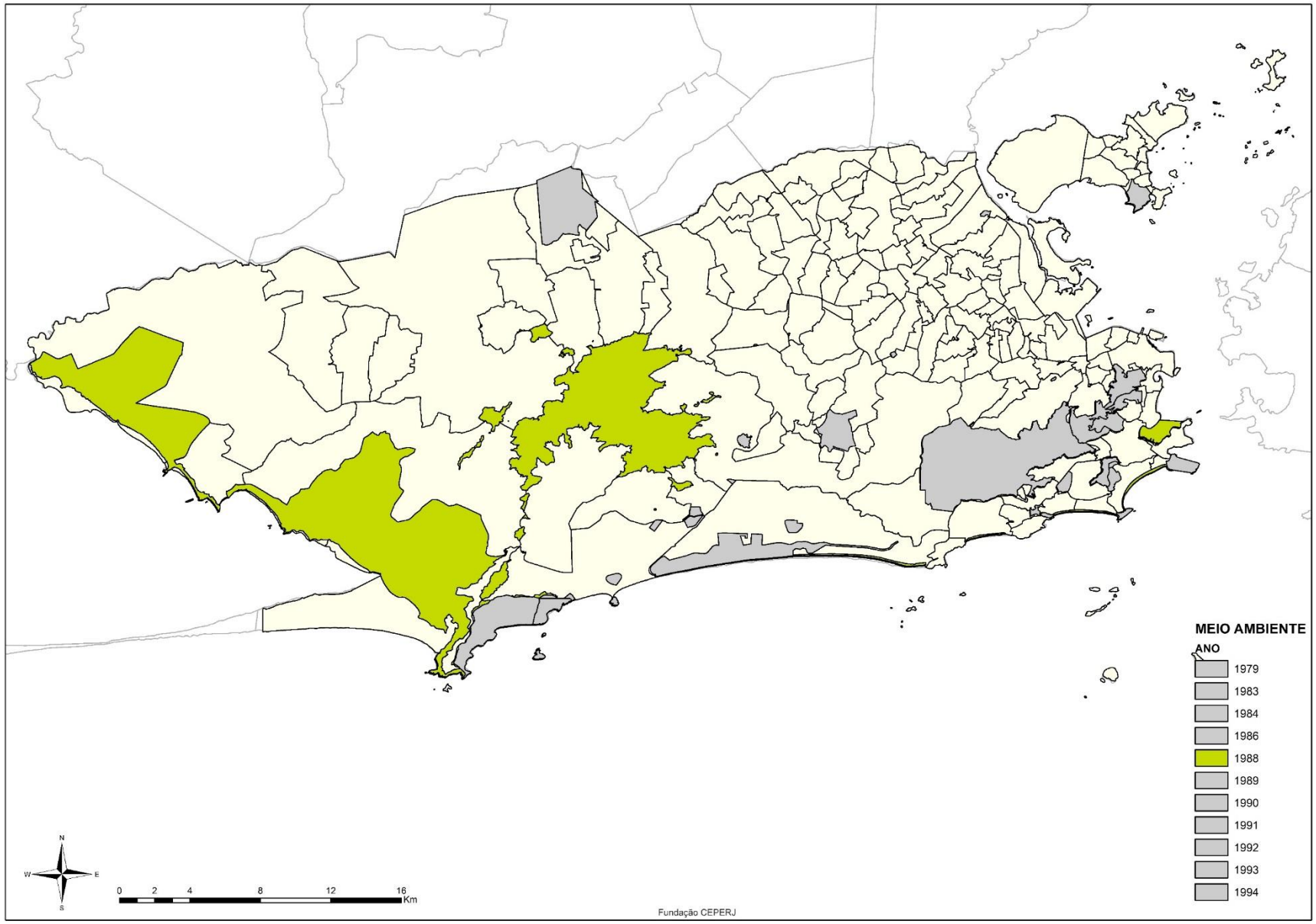



Figura 175 - Mapa das APAs e Parques Naturais criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1987 e 1988 (Capítulo 3).

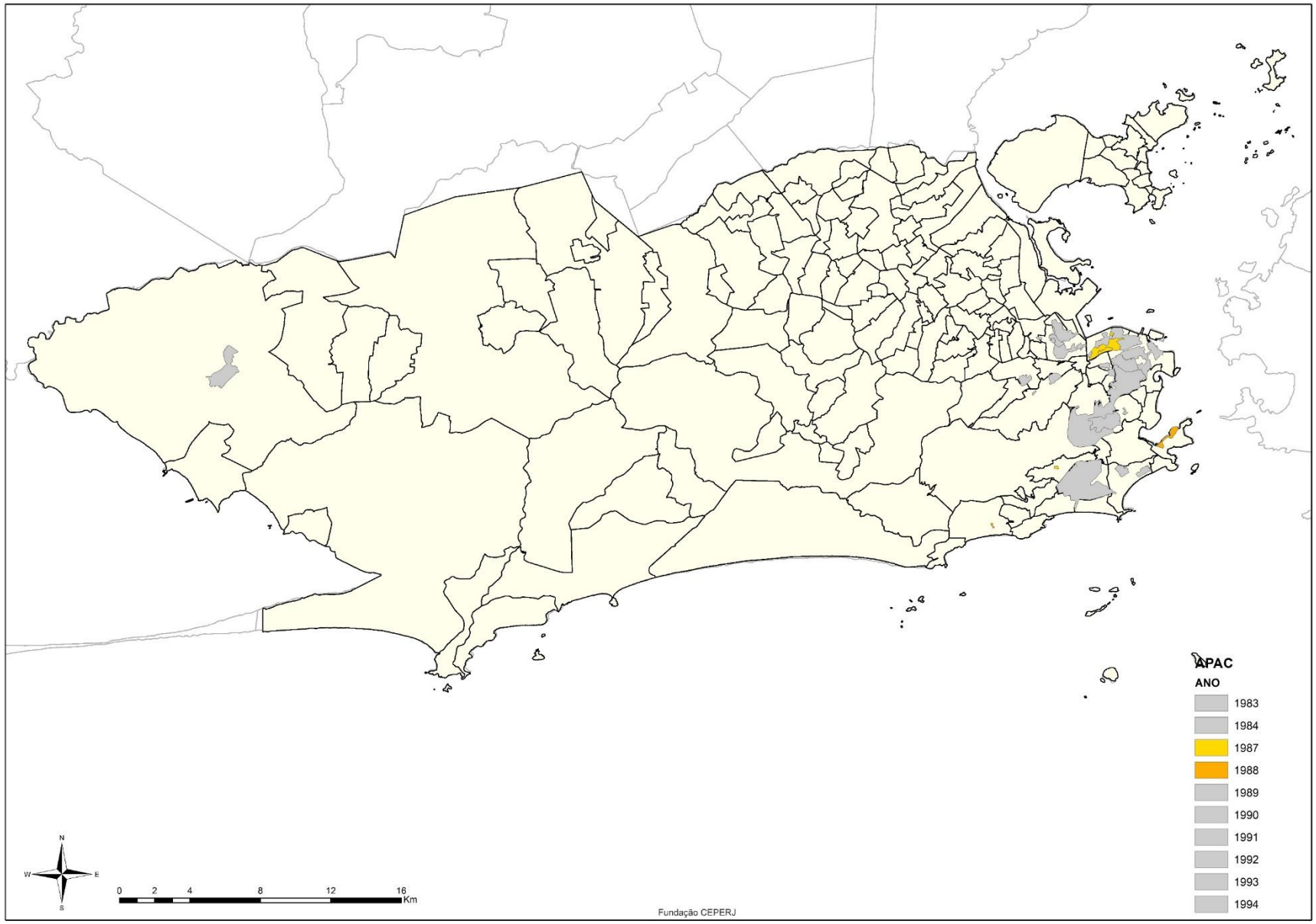



Figura 176 - Mapa das APACs criadas na cidade do Rio de Janeiro entre 1987 e 1988 (Capítulo 3).

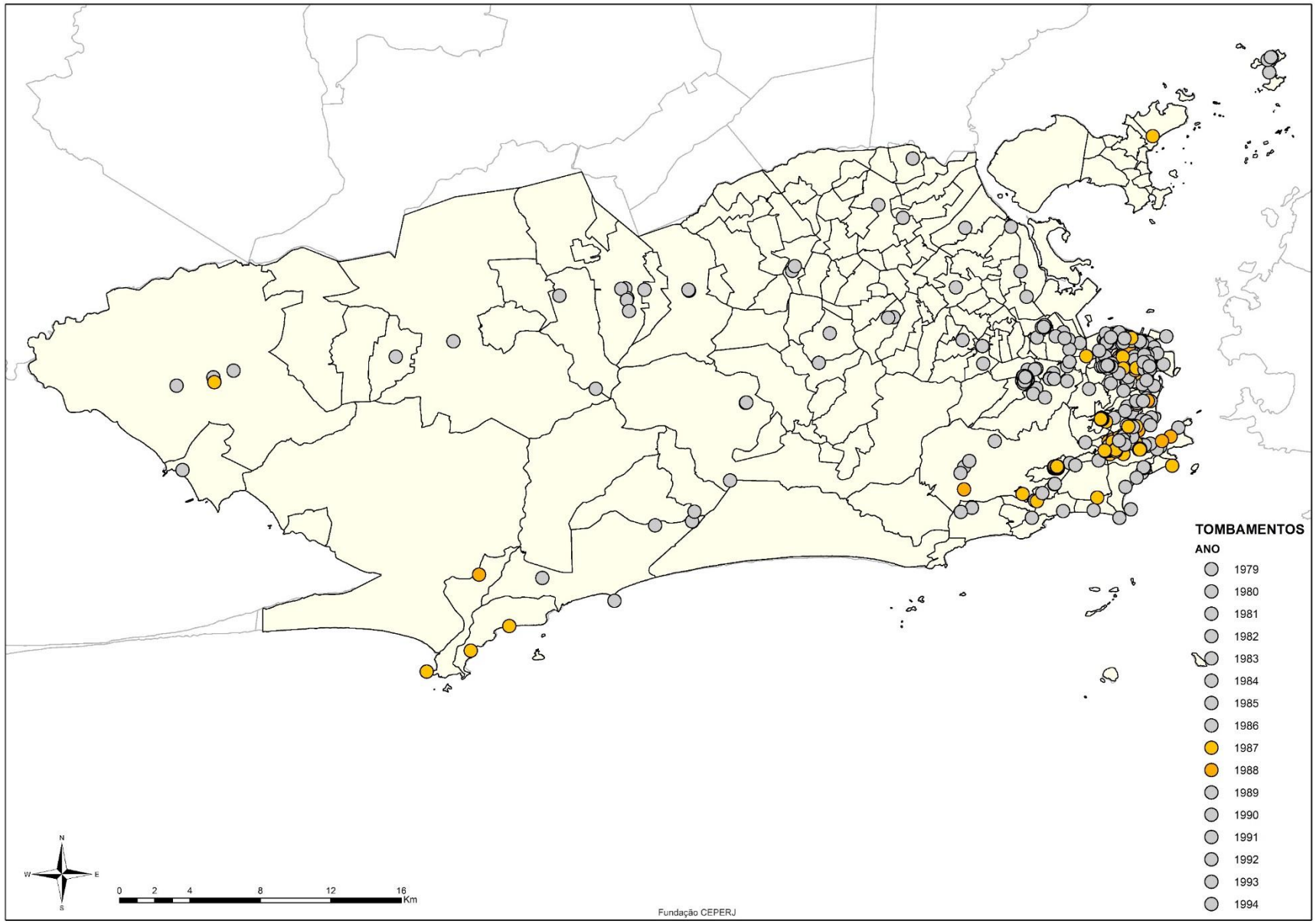



Figura 177 - Mapa dos tombamentos feitos na cidade do Rio de Janeiro entre 1987 e 1988 (Capítulo 3).




Figura 178 - Mapa dos PEUs criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1989 e 1991 (Capítulo 4).

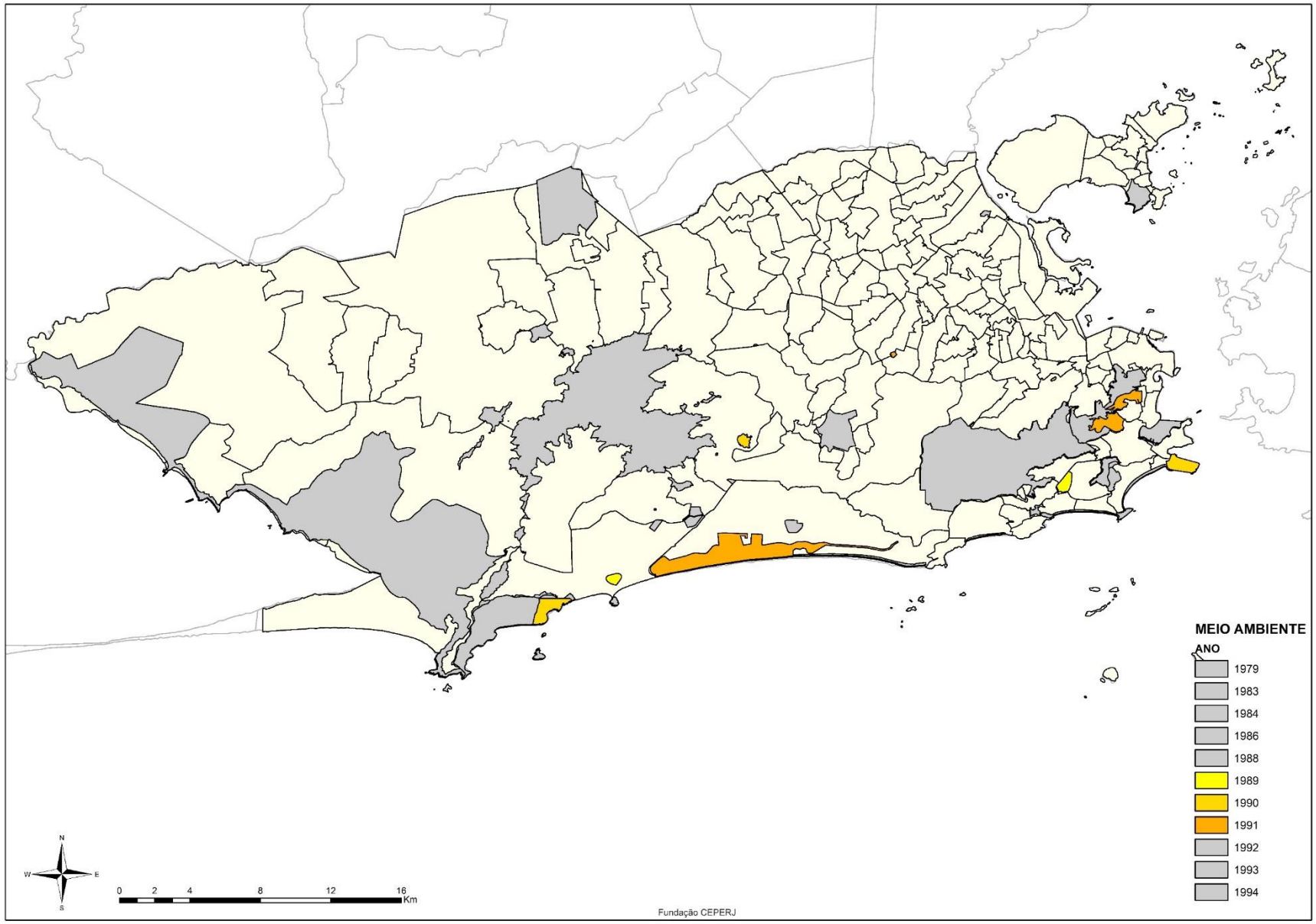



Figura 179 - Mapa das APAs e Parques Naturais criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1989 e 1991 (Capítulo 4).

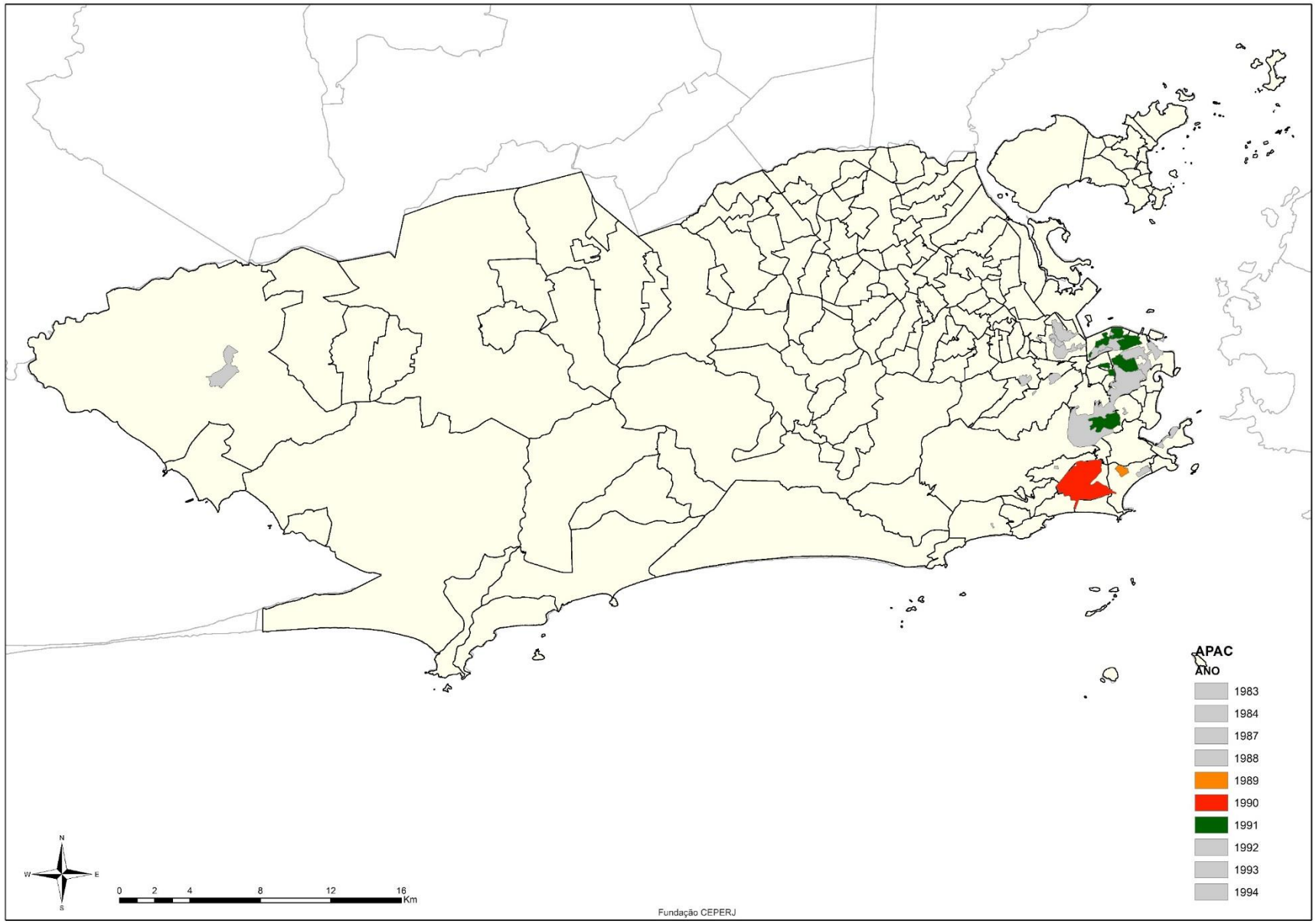



Figura 180 - Mapa das APACs criadas na cidade do Rio de Janeiro entre 1989 e 1991 (Capítulo 4).

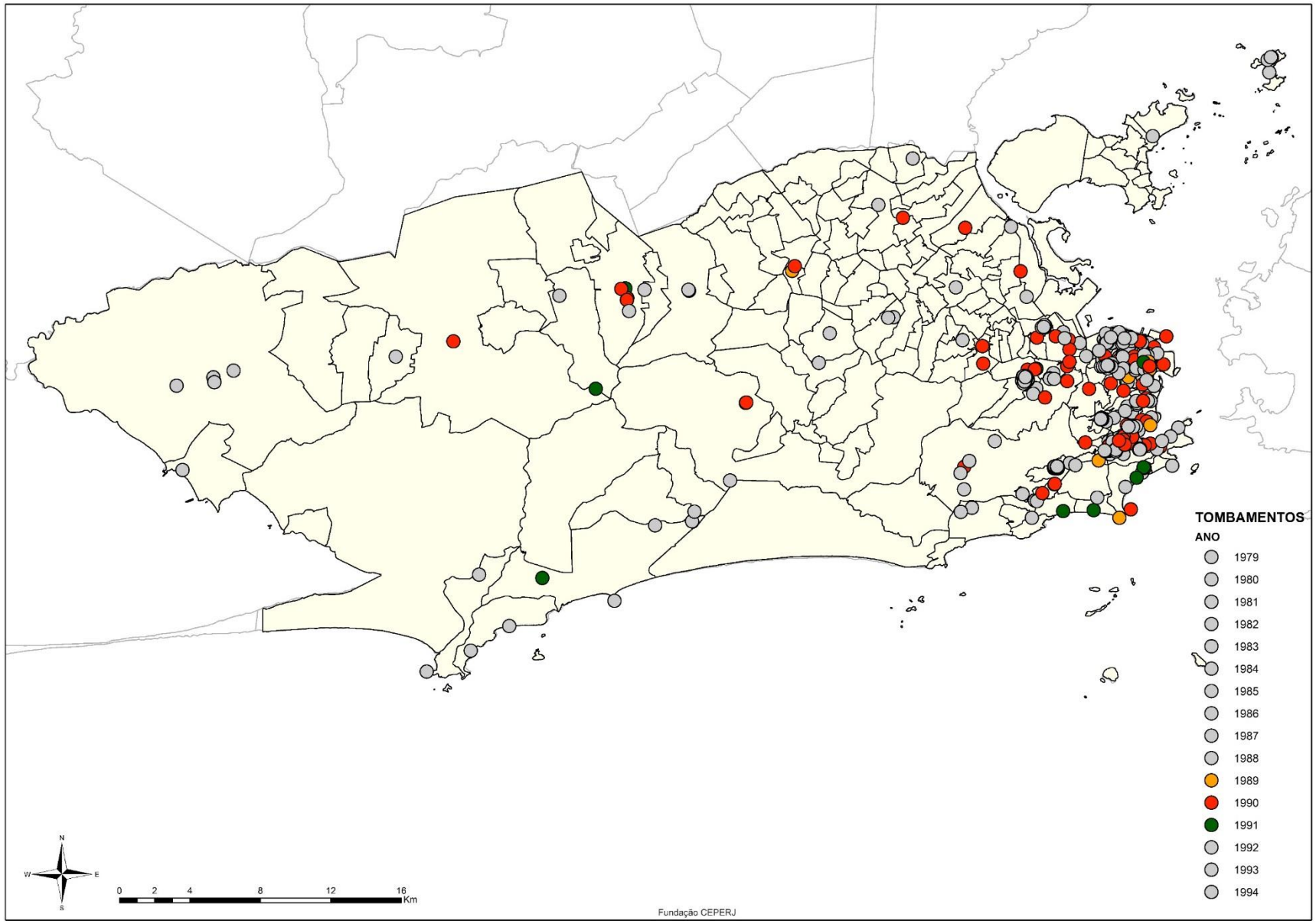



Figura 181 - Mapa dos tombamentos feitos na cidade do Rio de Janeiro entre 1989 e 1991 (Capítulo 4).

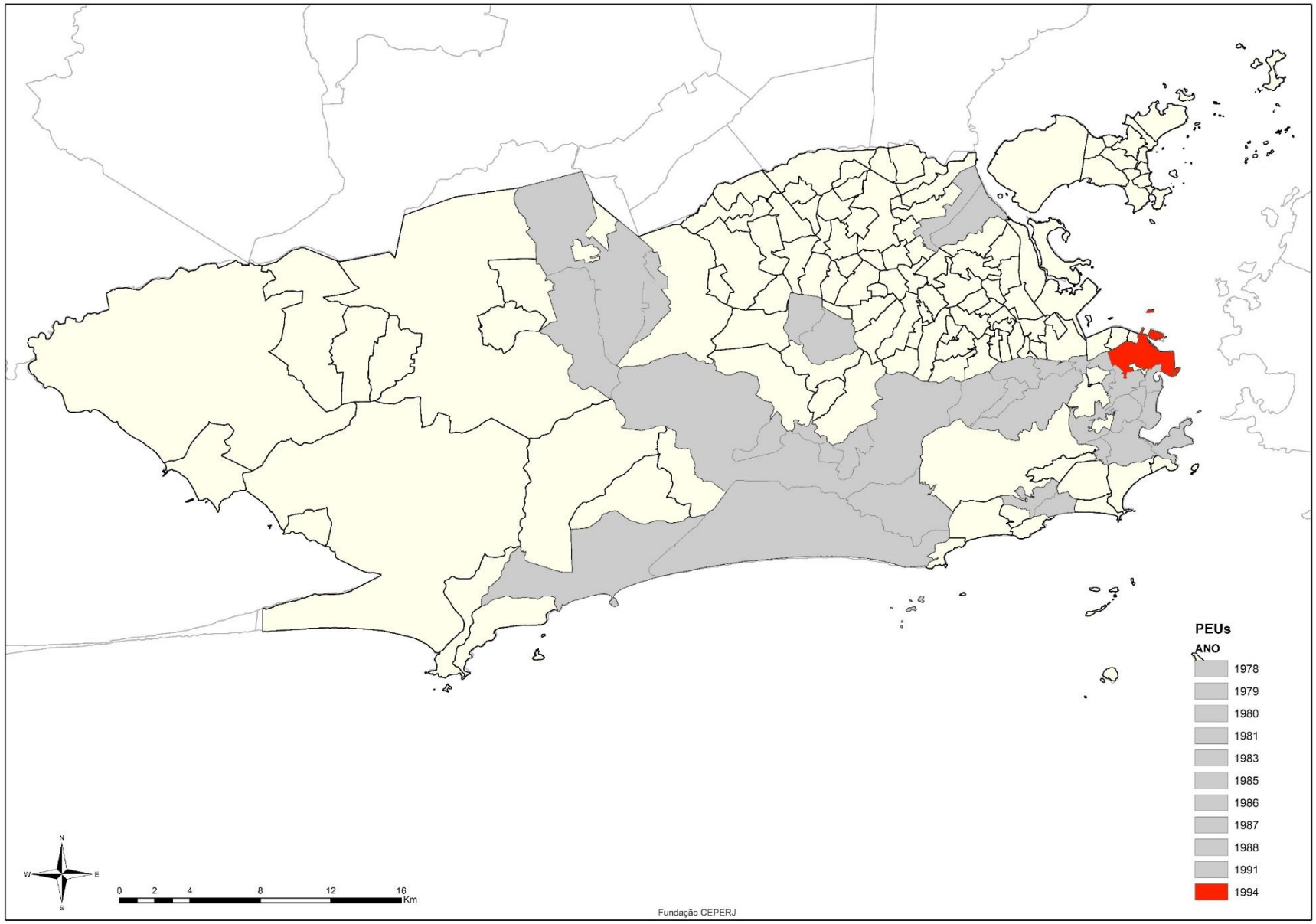



Figura 182 - Mapa dos PEUs criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1992 e 1994 (Capítulo 5).

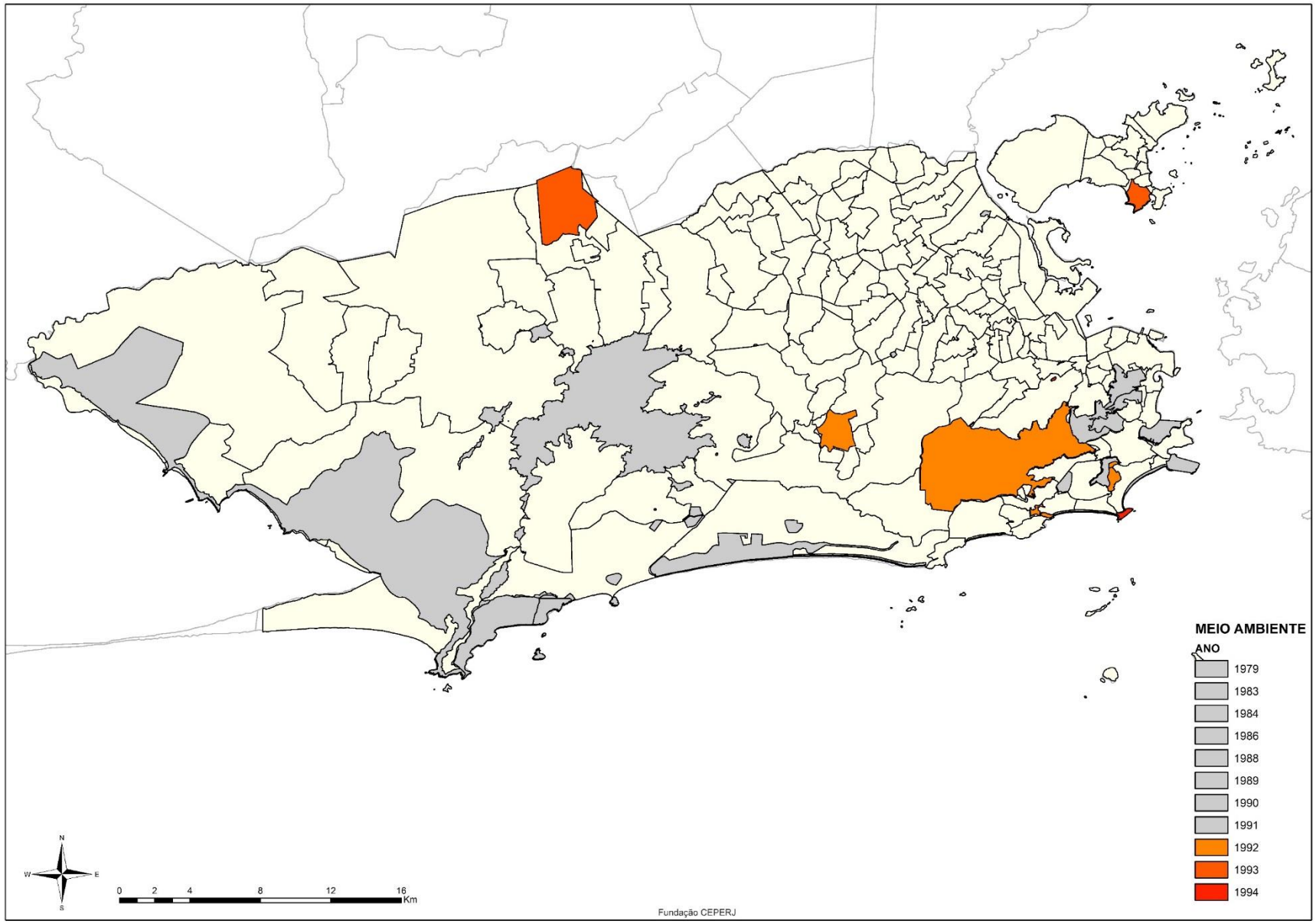



Figura 183 - Mapa das APAs e Parques Naturais criados na cidade do Rio de Janeiro entre 1992 e 1994 (Capítulo 5).

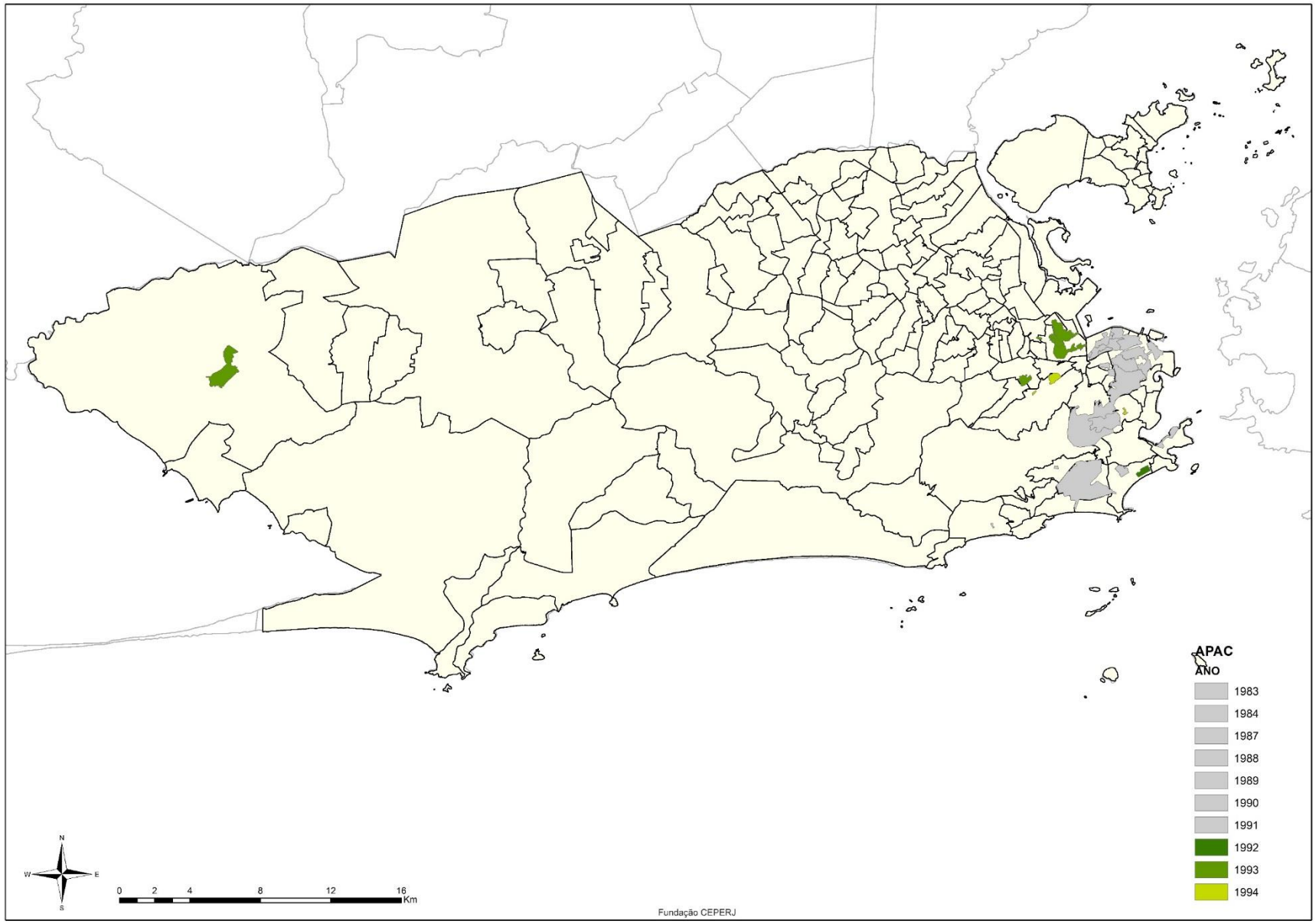



Figura 184 - Mapa das APACs criadas na cidade do Rio de Janeiro entre 1992 e 1994 (Capítulo 5).

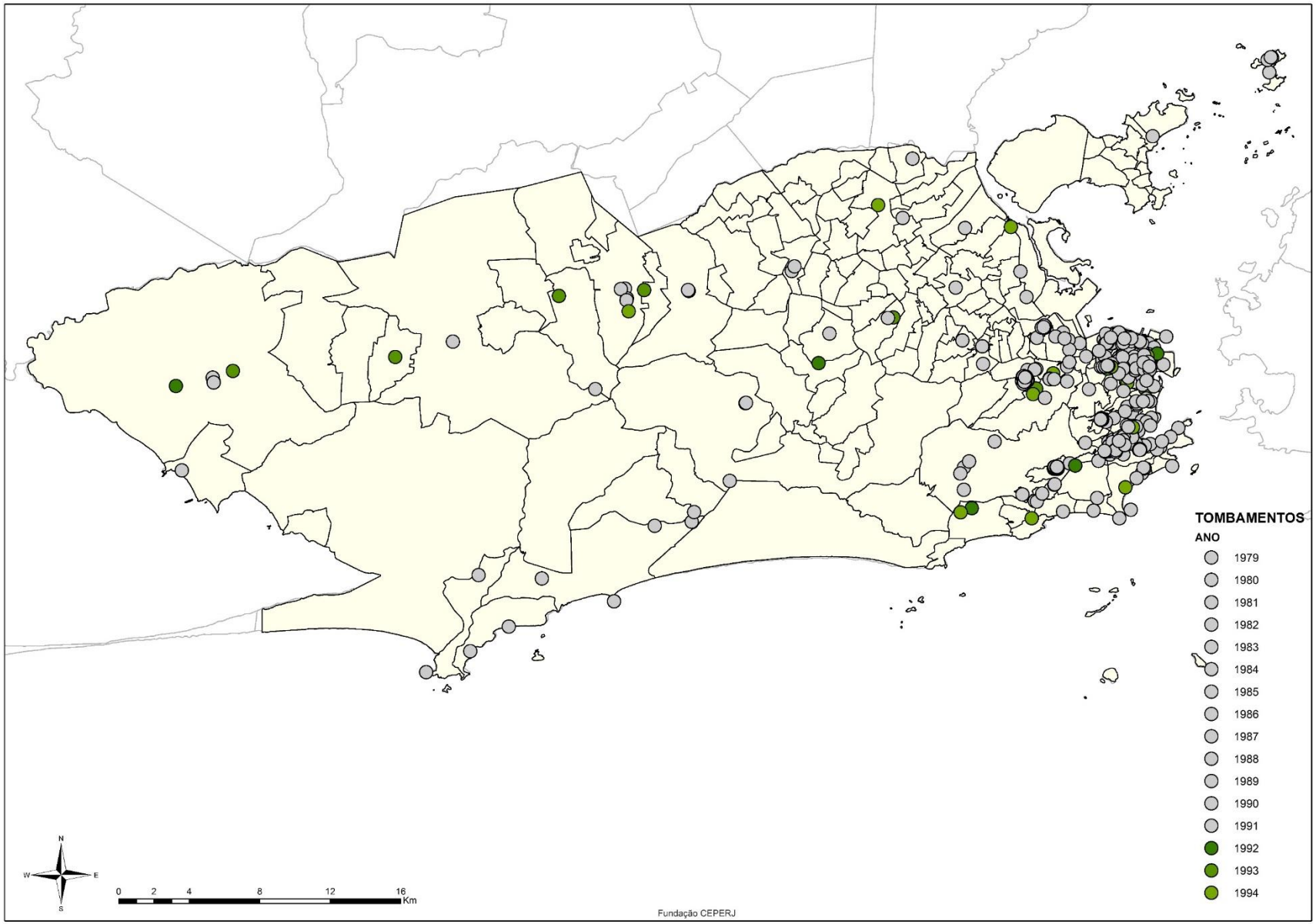



Figura 185 - Mapa dos tombamentos feitos na cidade do Rio de Janeiro entre 1992 e 1994 (Capítulo 5).

# ANEXO VI – DADOS ELEITORAIS

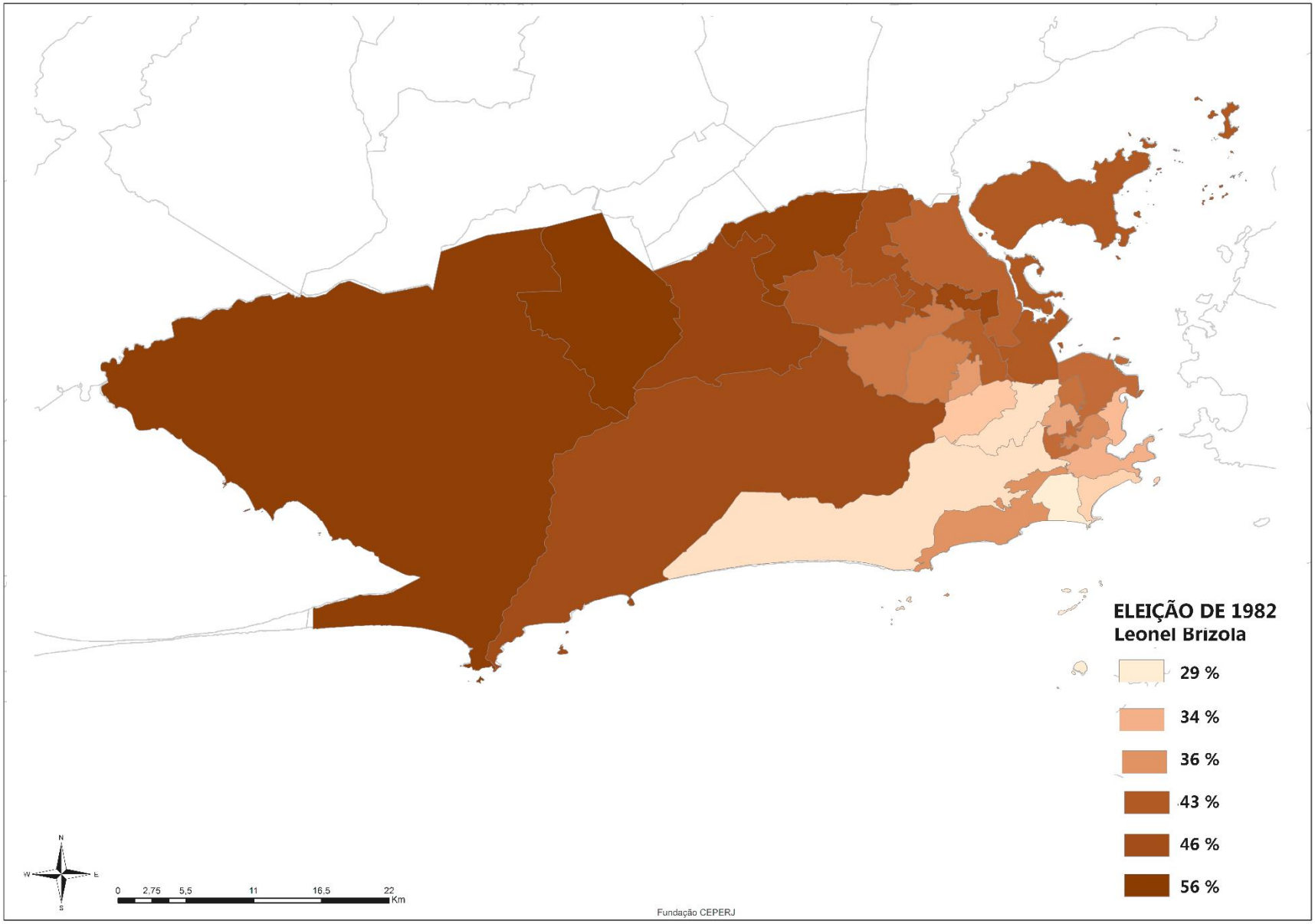



Figura 186 - Mapa da votação em Leonel Brizola nas eleições para governador de 1982 (Fonte: TRE).

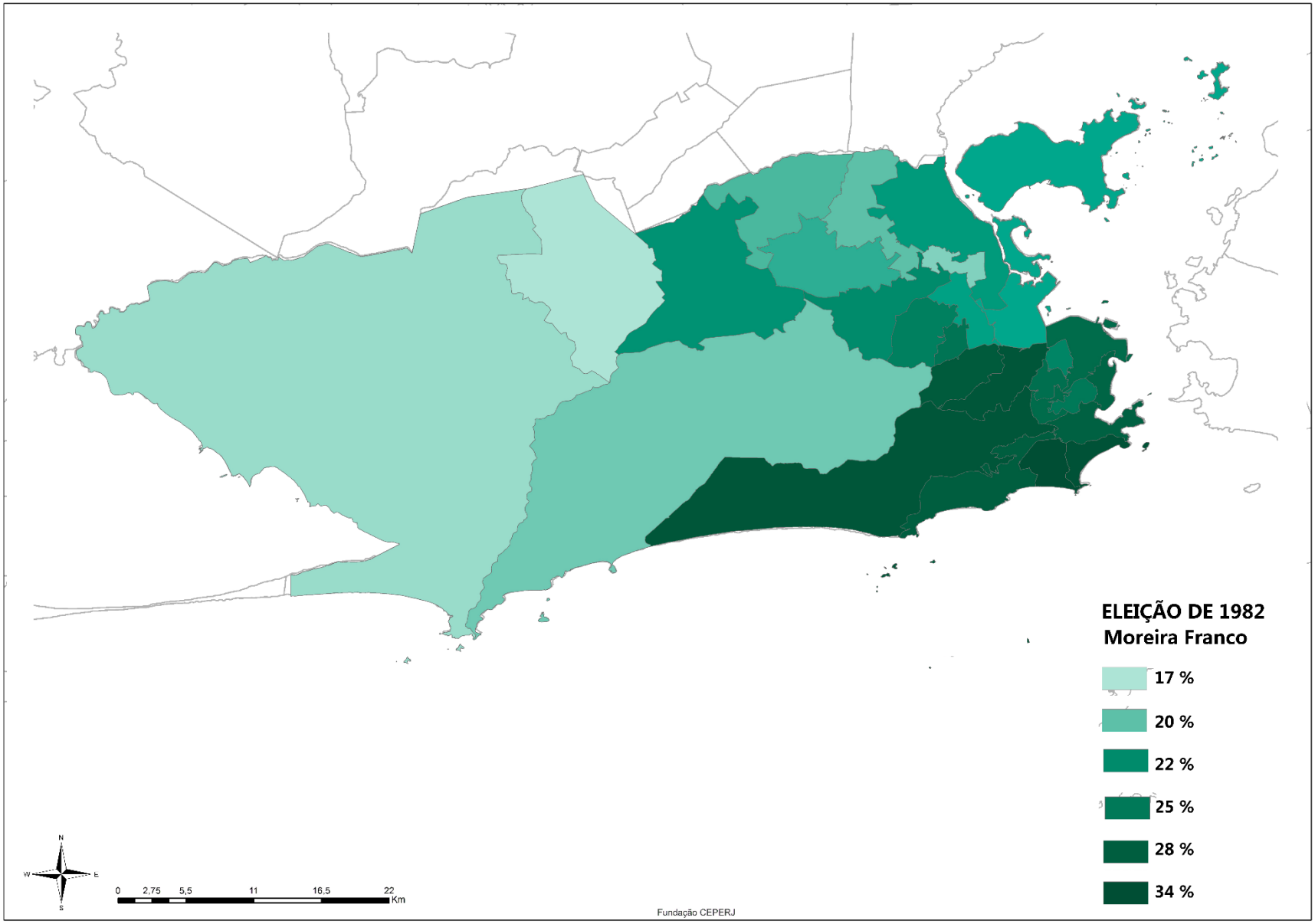



Figura 187 – Mapa da votação em Moreira Franco nas eleições para governador de 1982 (Fonte: TRE).

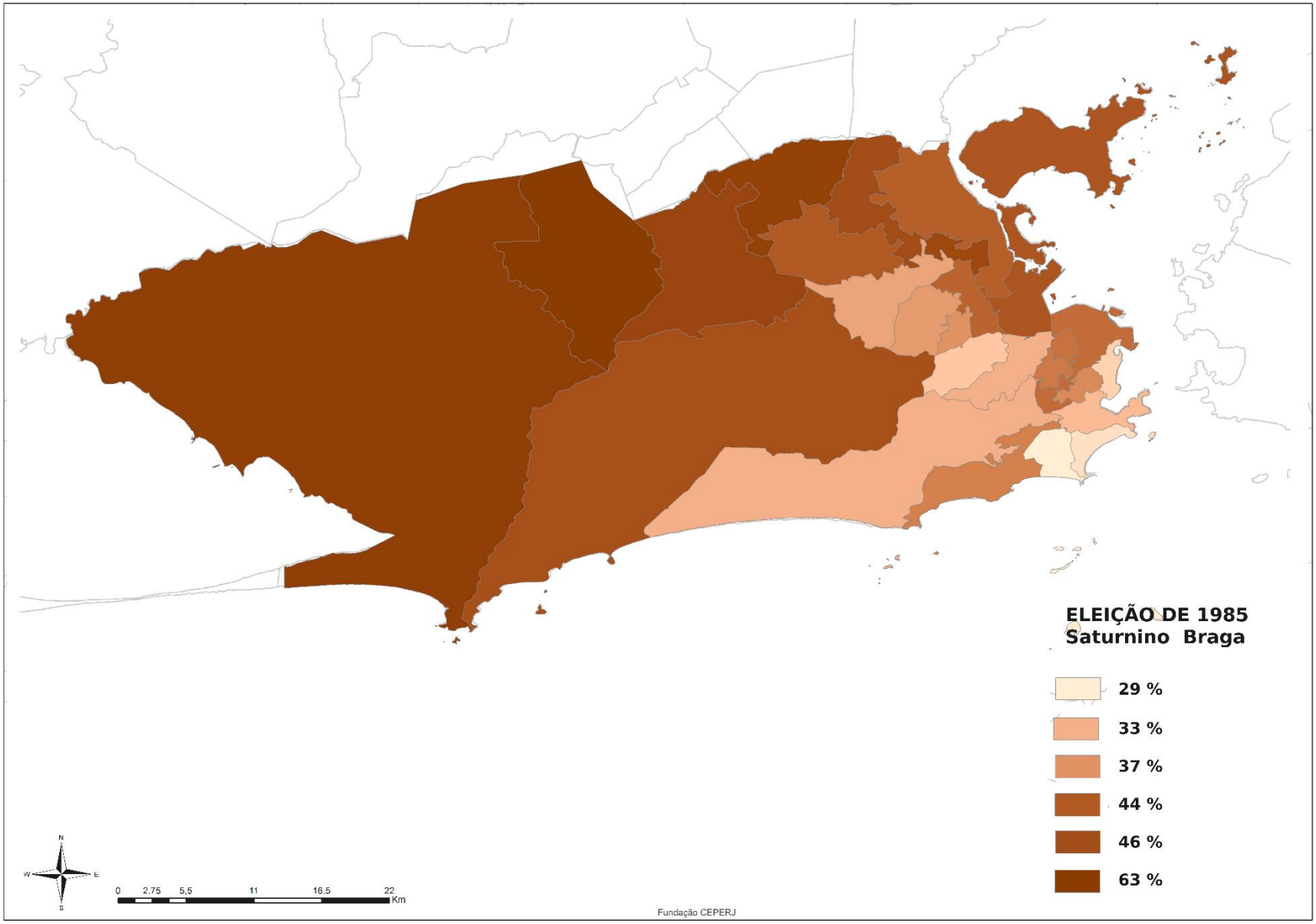



Figura 188 - Votação em Saturnino Braga nas eleições para prefeito de 1985 (Fonte: TRE).

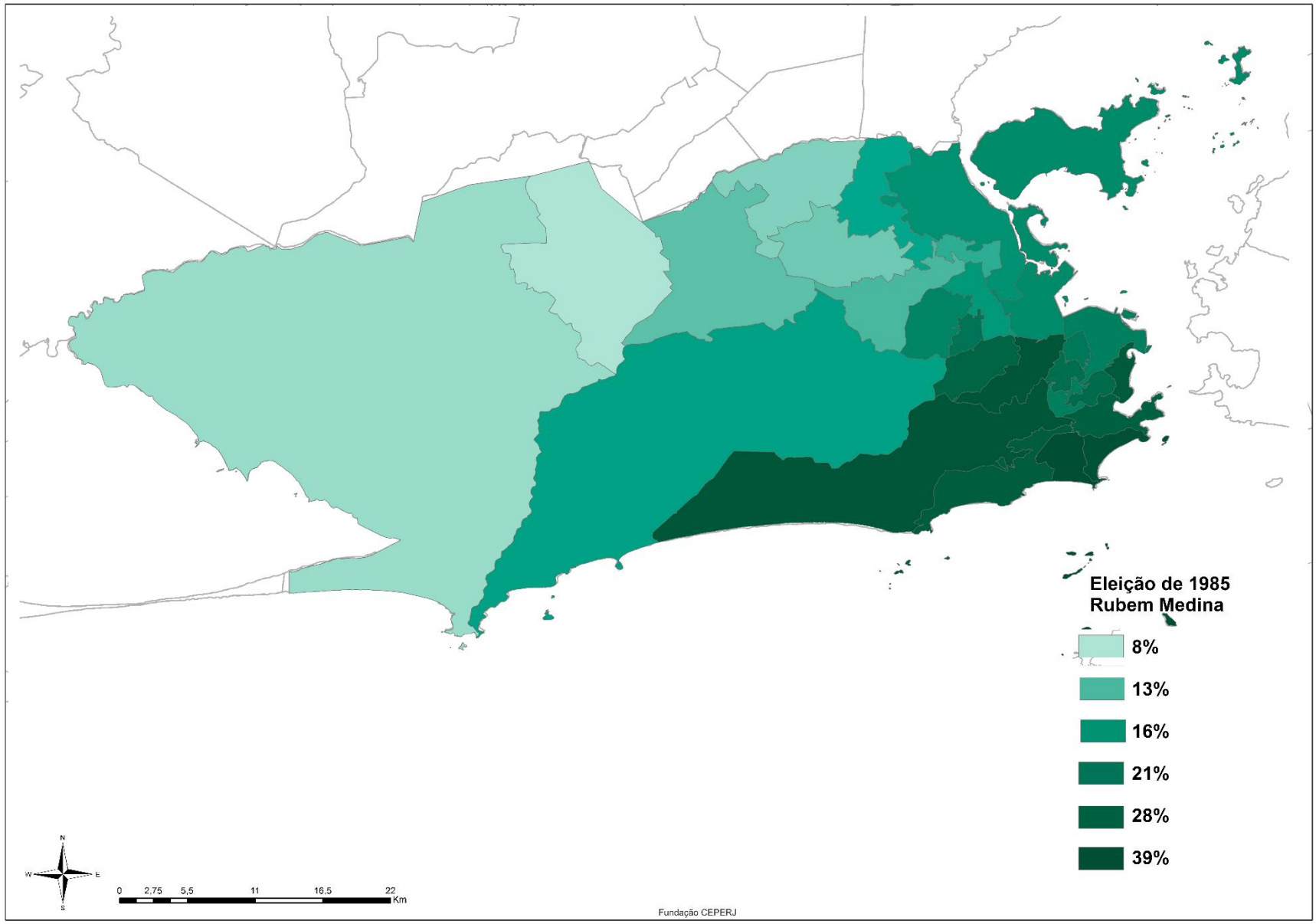



Figura 189 - Votação em Rubem Medina nas eleições para prefeito de 1985 (Fonte: TRE).

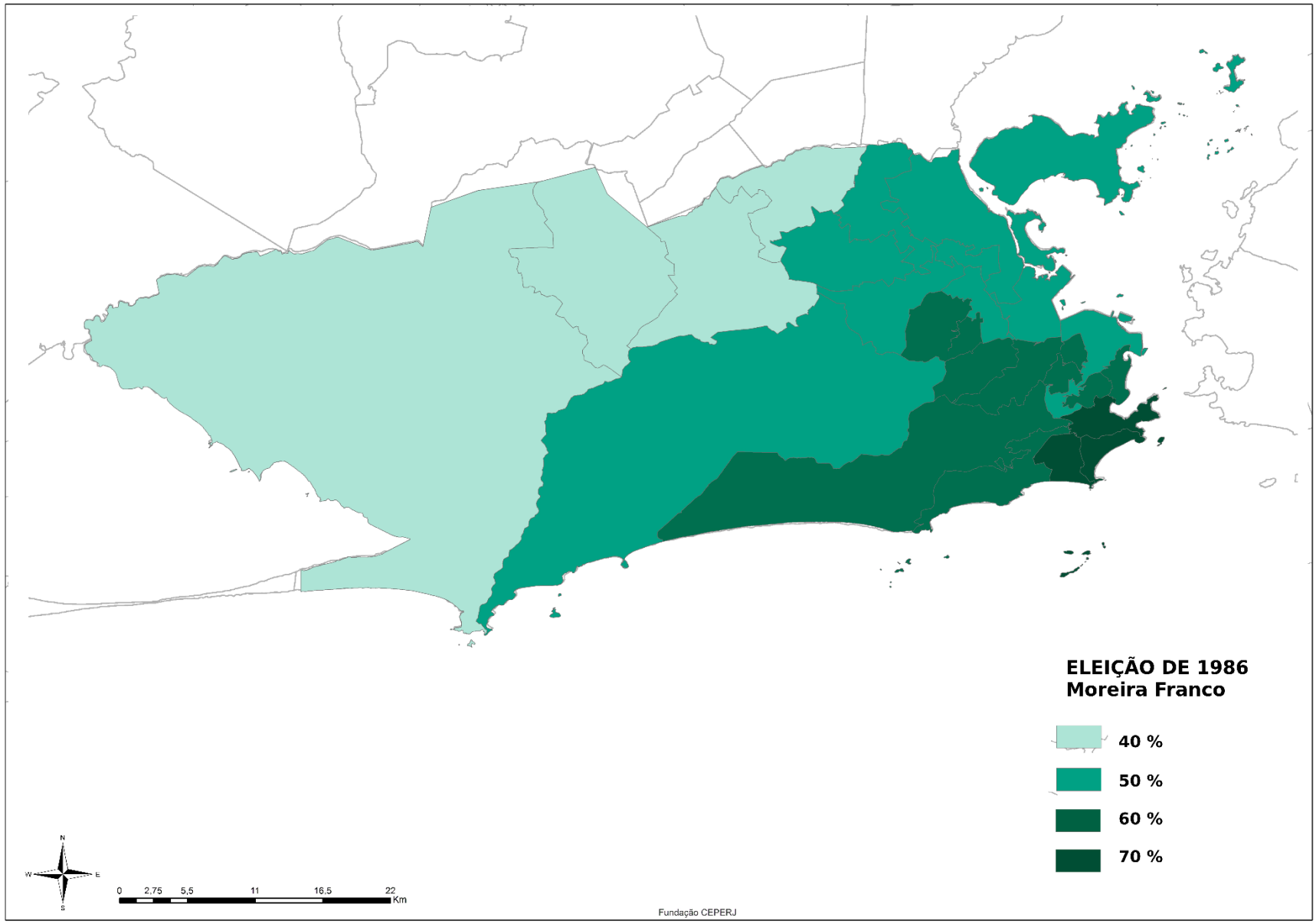



Figura 190 - Votação em Moreira Franco nas eleições para governador de 1986 (Fonte: Alkmin, 2014).

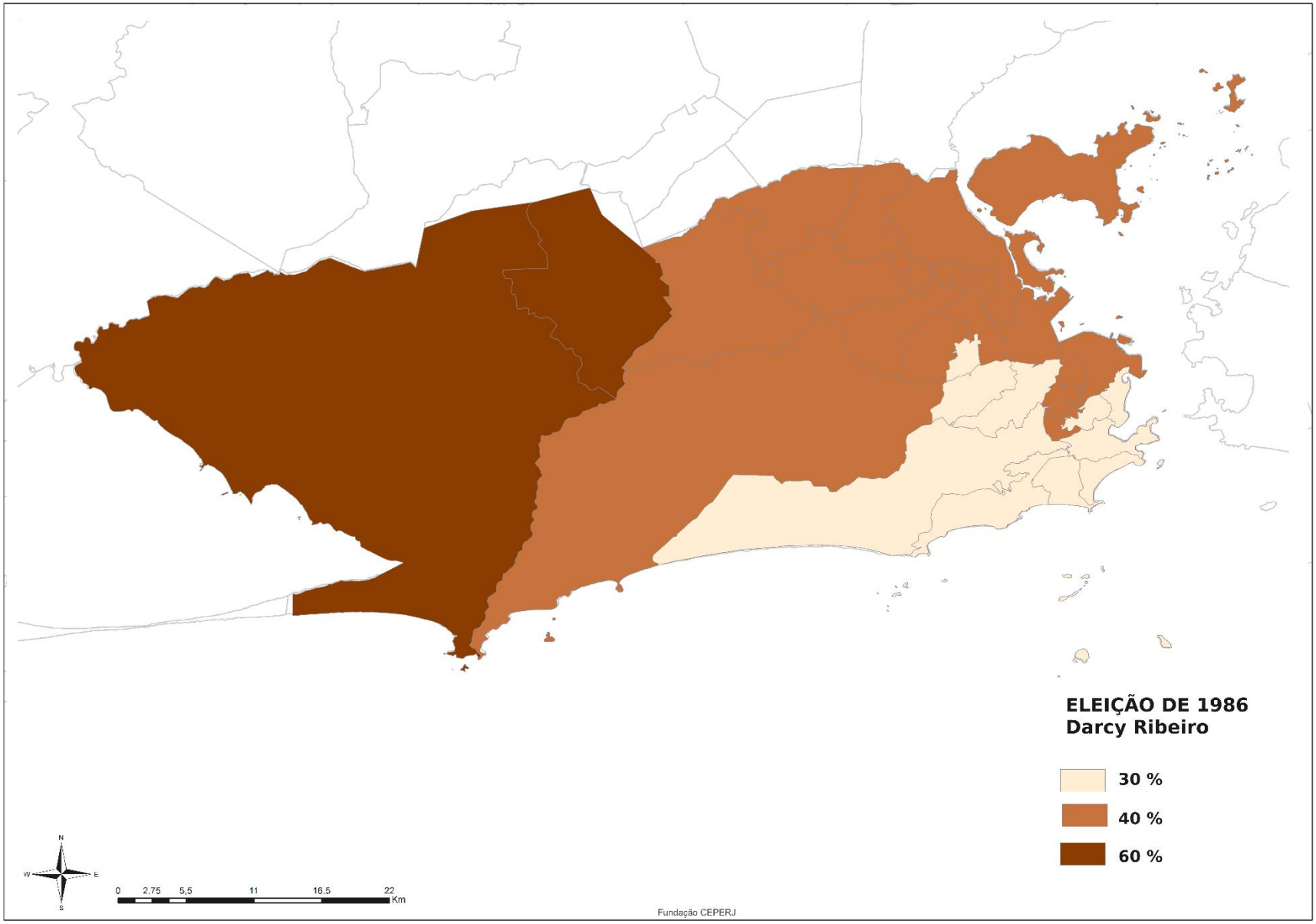



Figura 191 - Votação em Darcy Ribeiro nas eleições para governador de 1986 (Fonte: Alkmin, 2014).

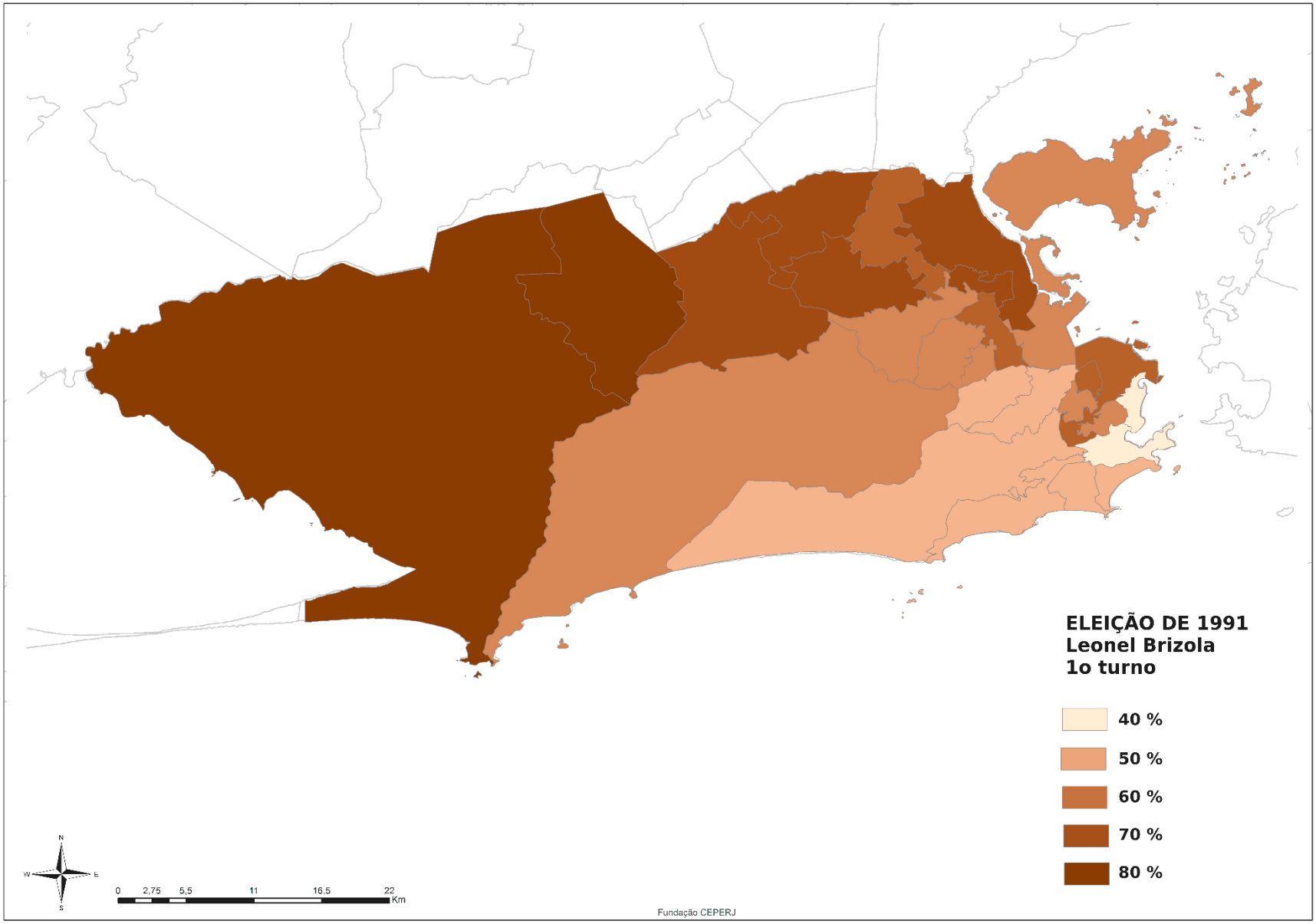



Figura 192 - Votação em Leonel Brizola nas eleições para governador de 1991 (Fonte: Alkmin, 2014).

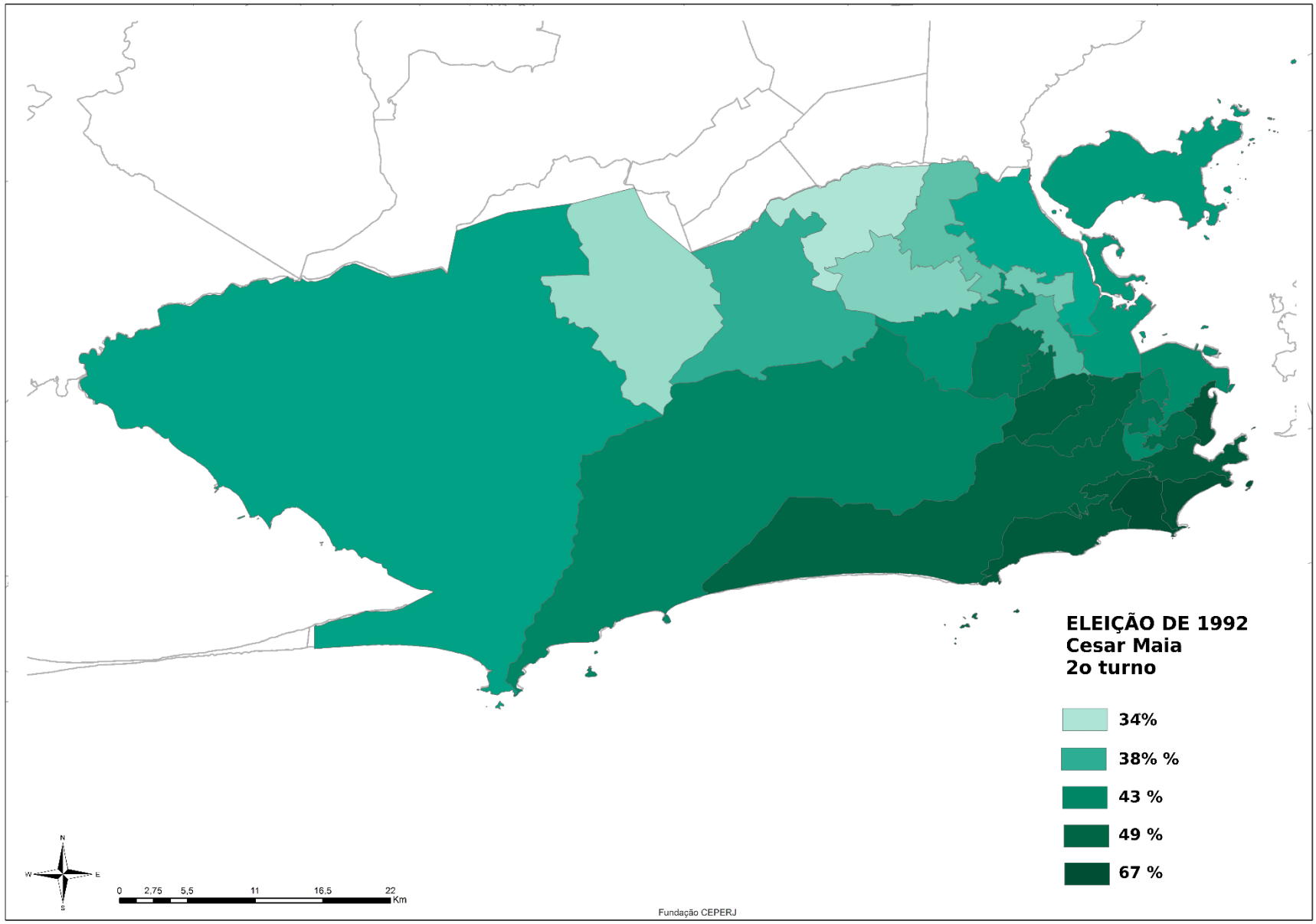



Figura 193 - Votação em Cesar Maia no 2º turno nas eleições para prefeito de 1992 (Fonte: TRE).

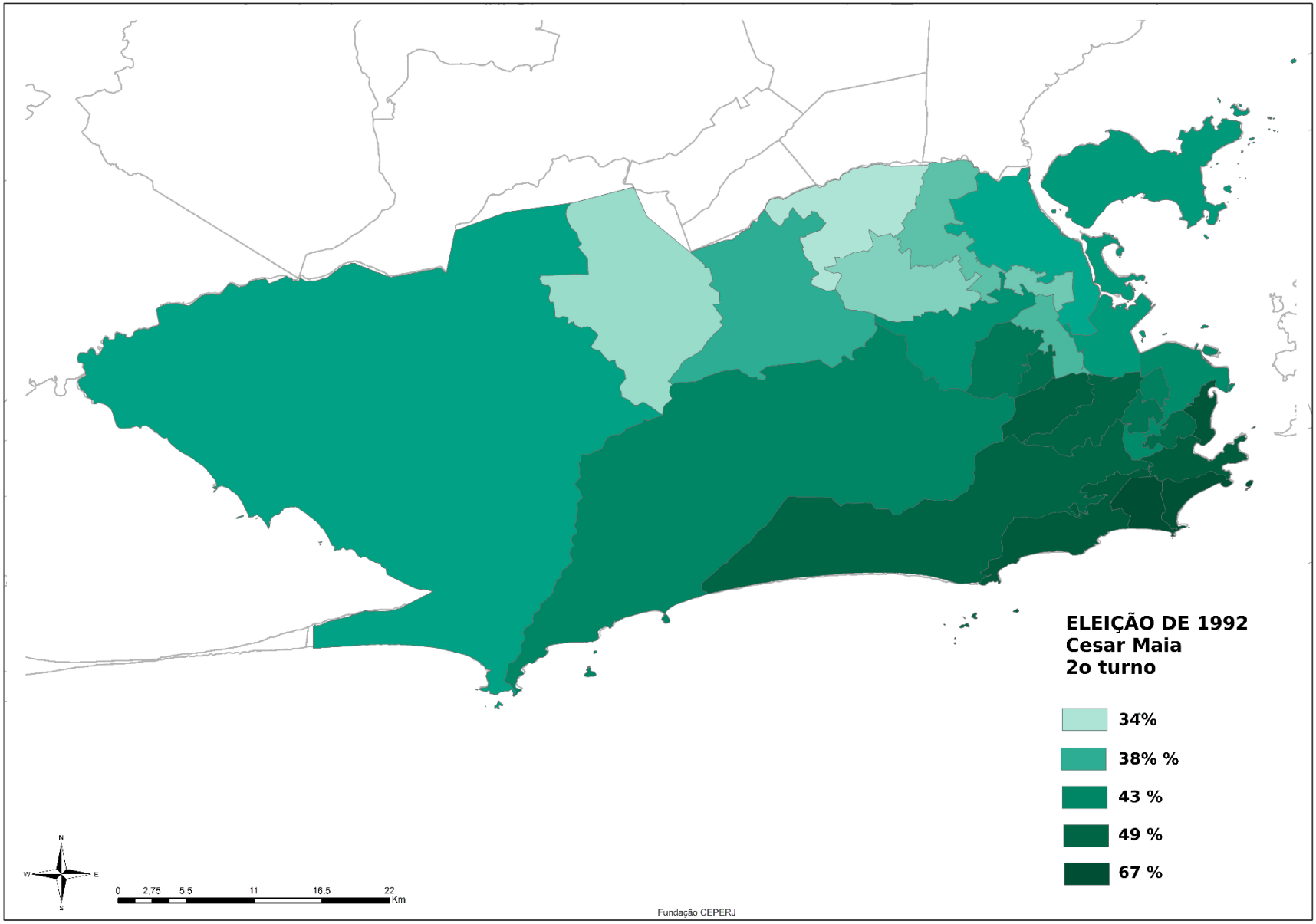



Figura 194 - Votação em Benedita da Silva no 2º turno nas eleições para prefeito de 1992 (Fonte: TRE).

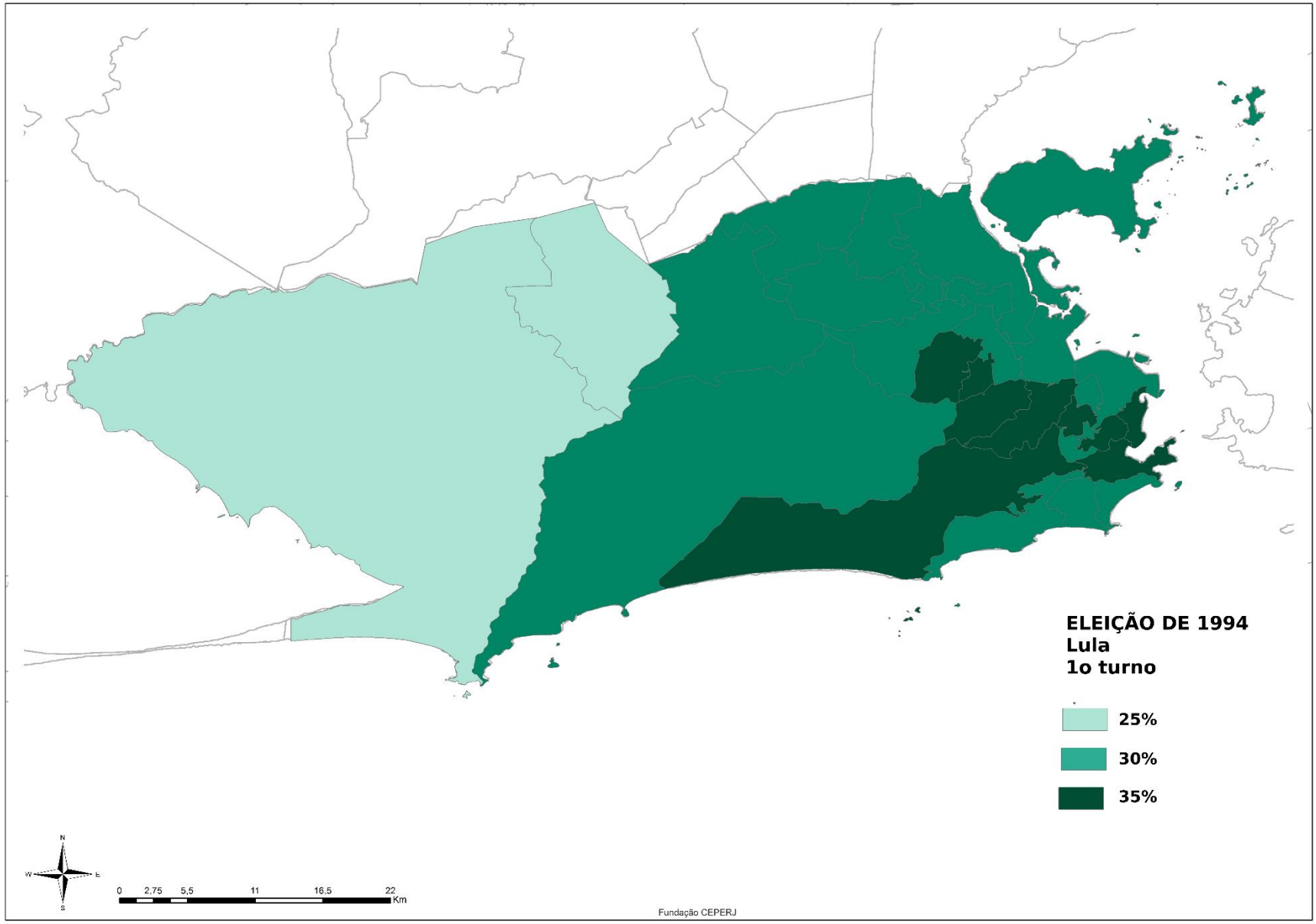



Figura 195- Votação em Lula no 1º turno nas eleições para presidente de 1994 (Fonte: TRE).

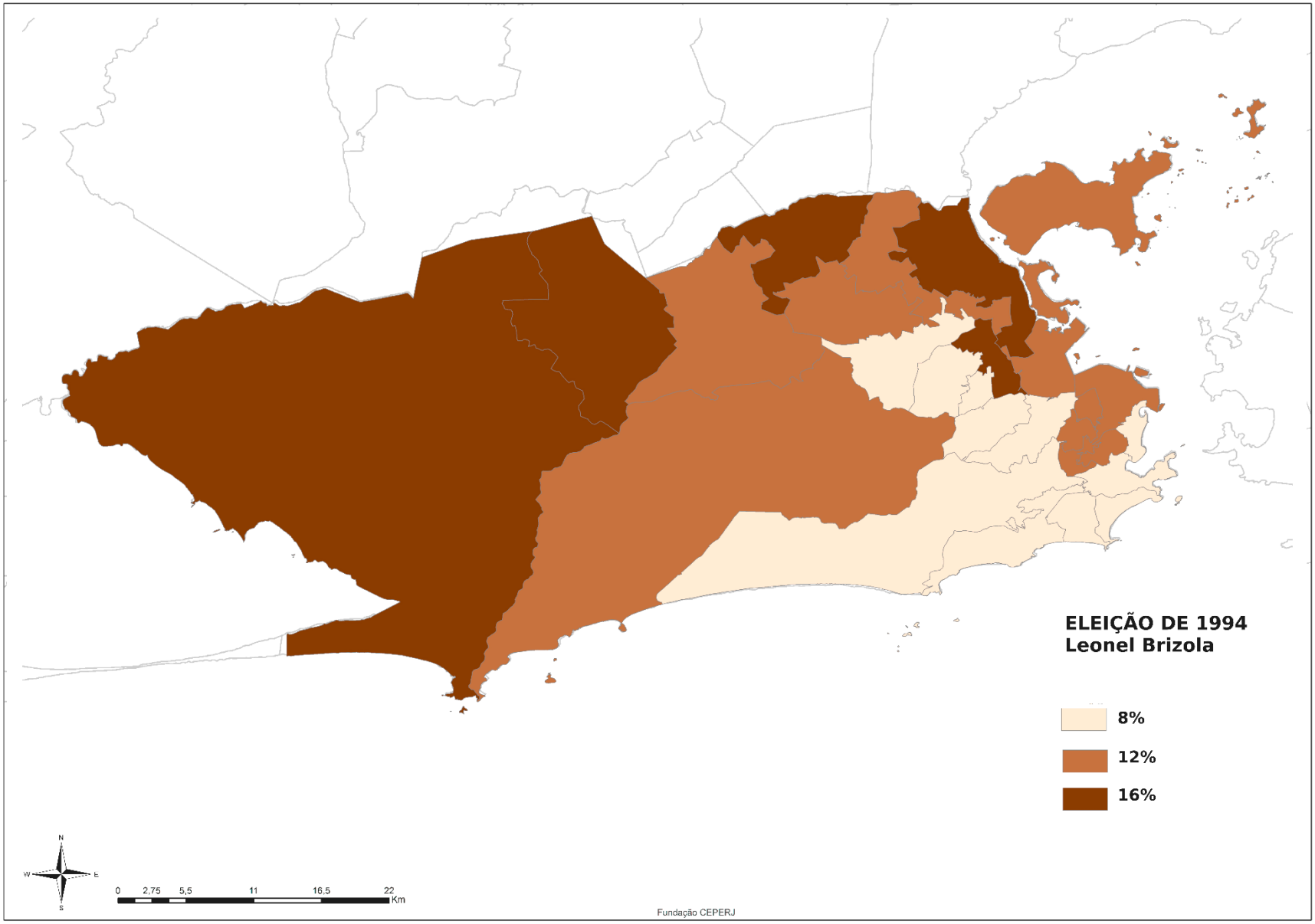



Figura 196- Votação em Leonel Brizola no 1º turno nas eleições para presidente de 1994 (Fonte: TRE).

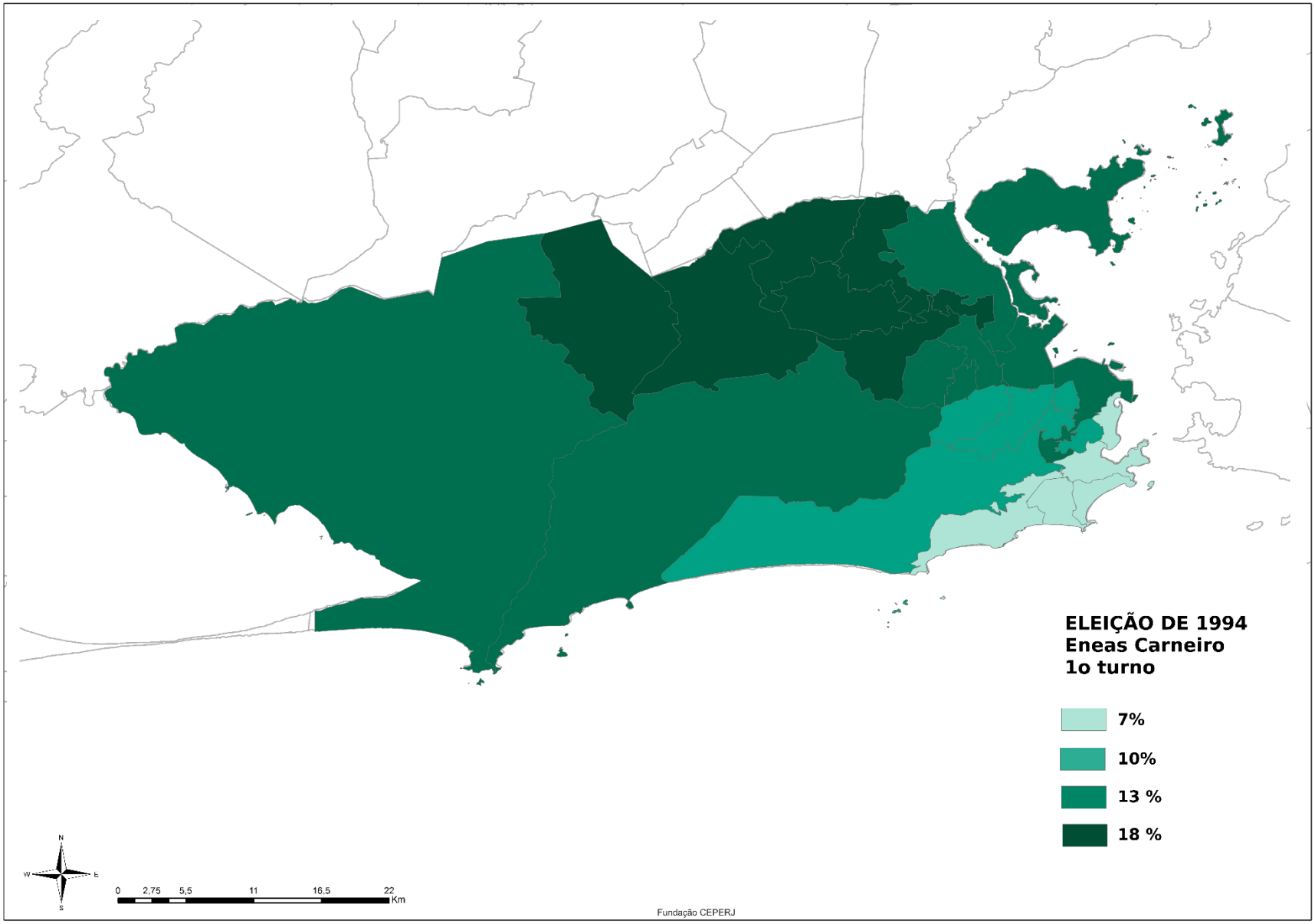



Figura 197 - Votação em Enéas Carneiro no 1º turno nas eleições para presidente de 1994 (Fonte: TRE).

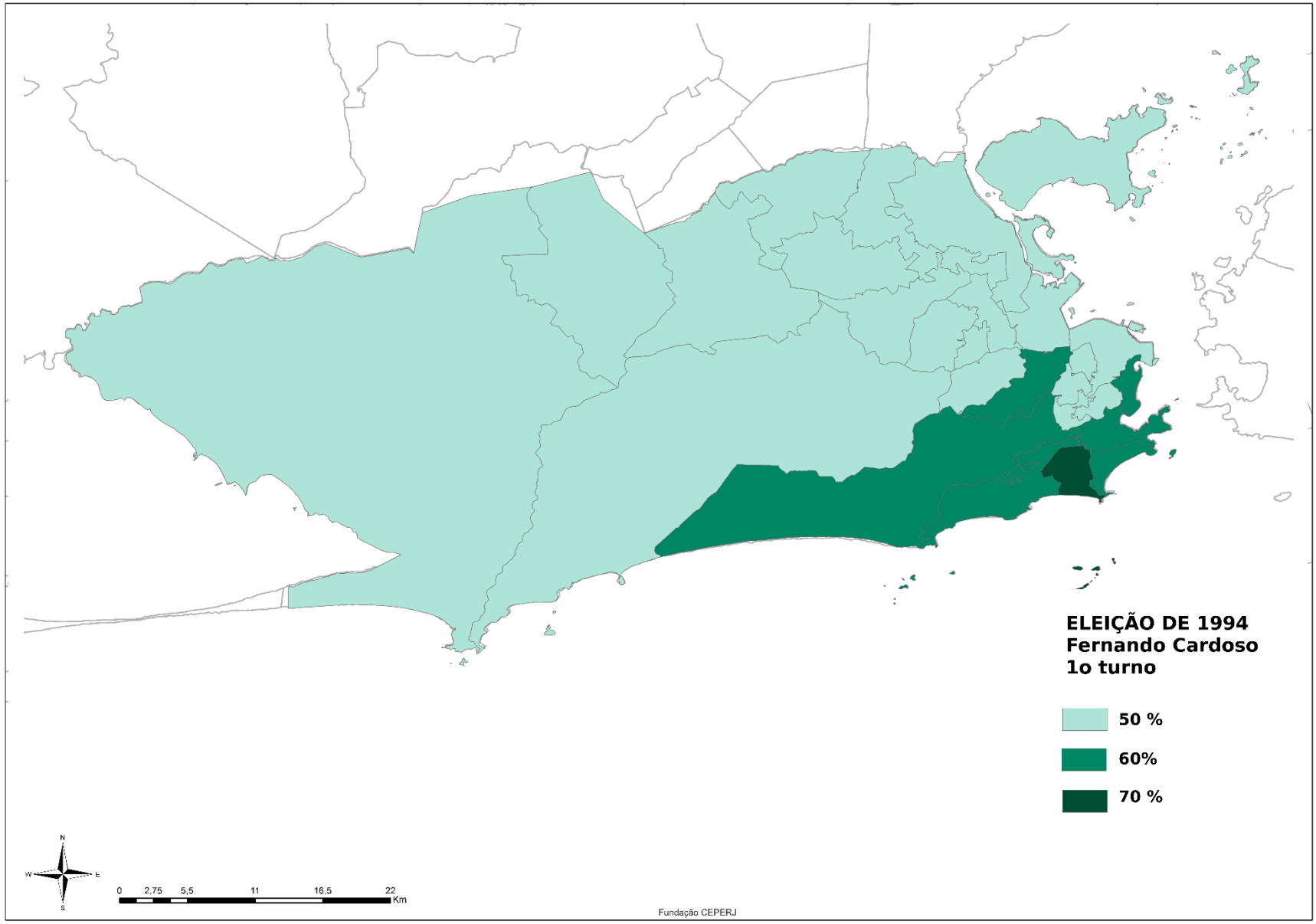



Figura 198 - Votação em Fernando Henrique Cardoso no 1º turno nas eleições para presidente de 1994 (Fonte: TRE).

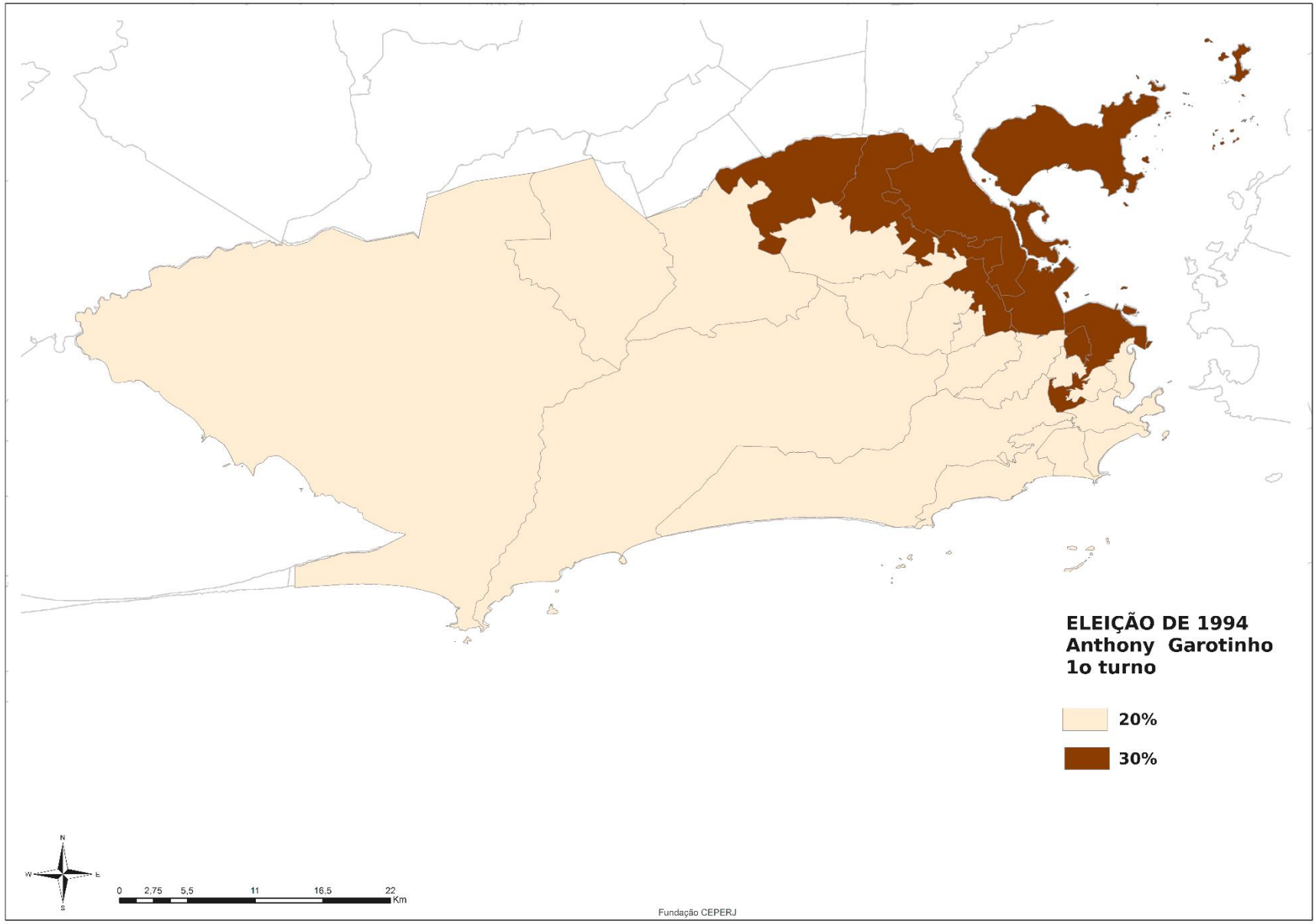



Figura 199 - Votação em Anthony Garotinho no 1º turno nas eleições para governador de 1994 (Fonte: Alkmin, 2014).

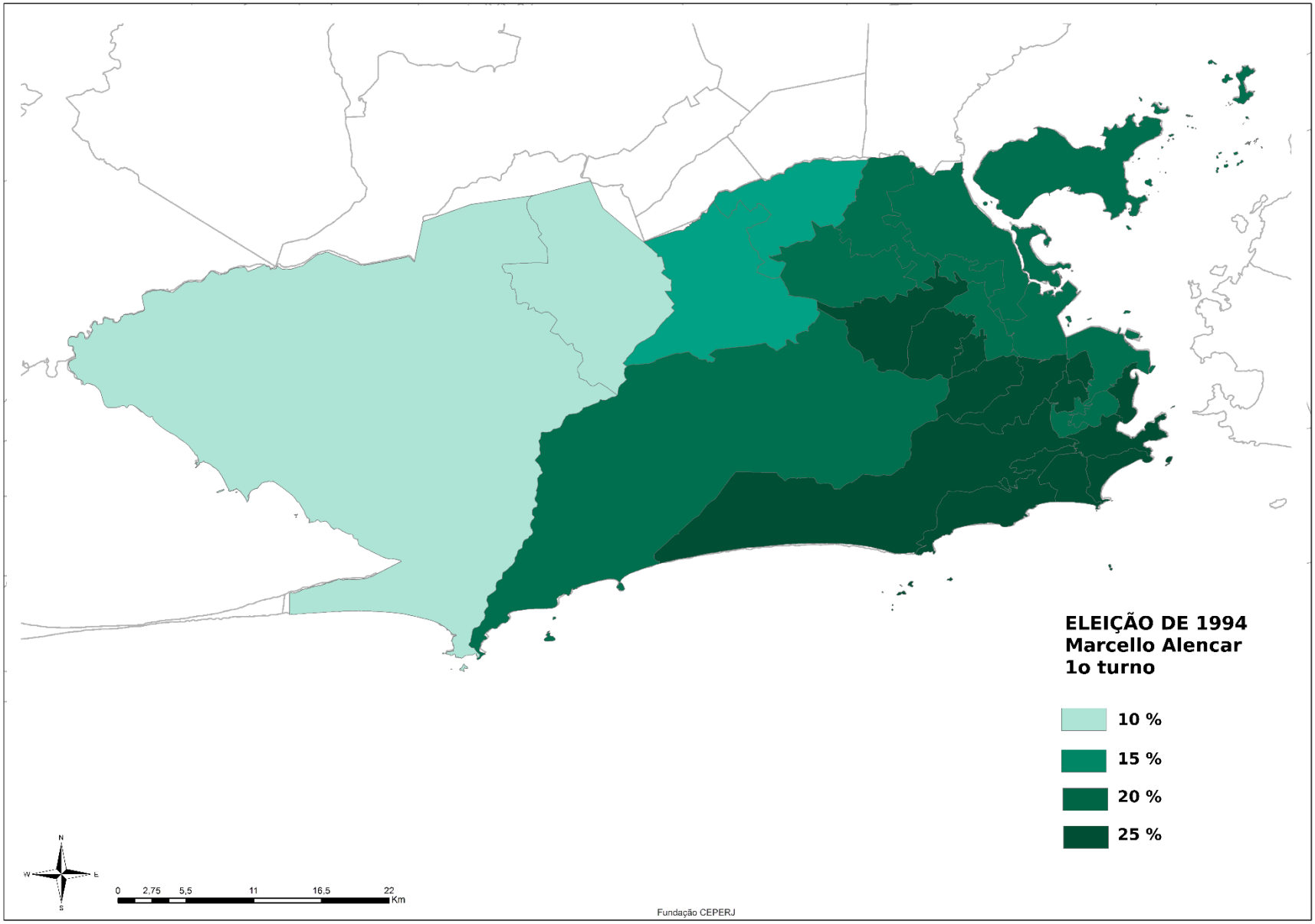



Figura 200 - Votação em Marcello Alencar no 1º turno nas eleições para governador de 1994 (Fonte: Alkmin, 2014).

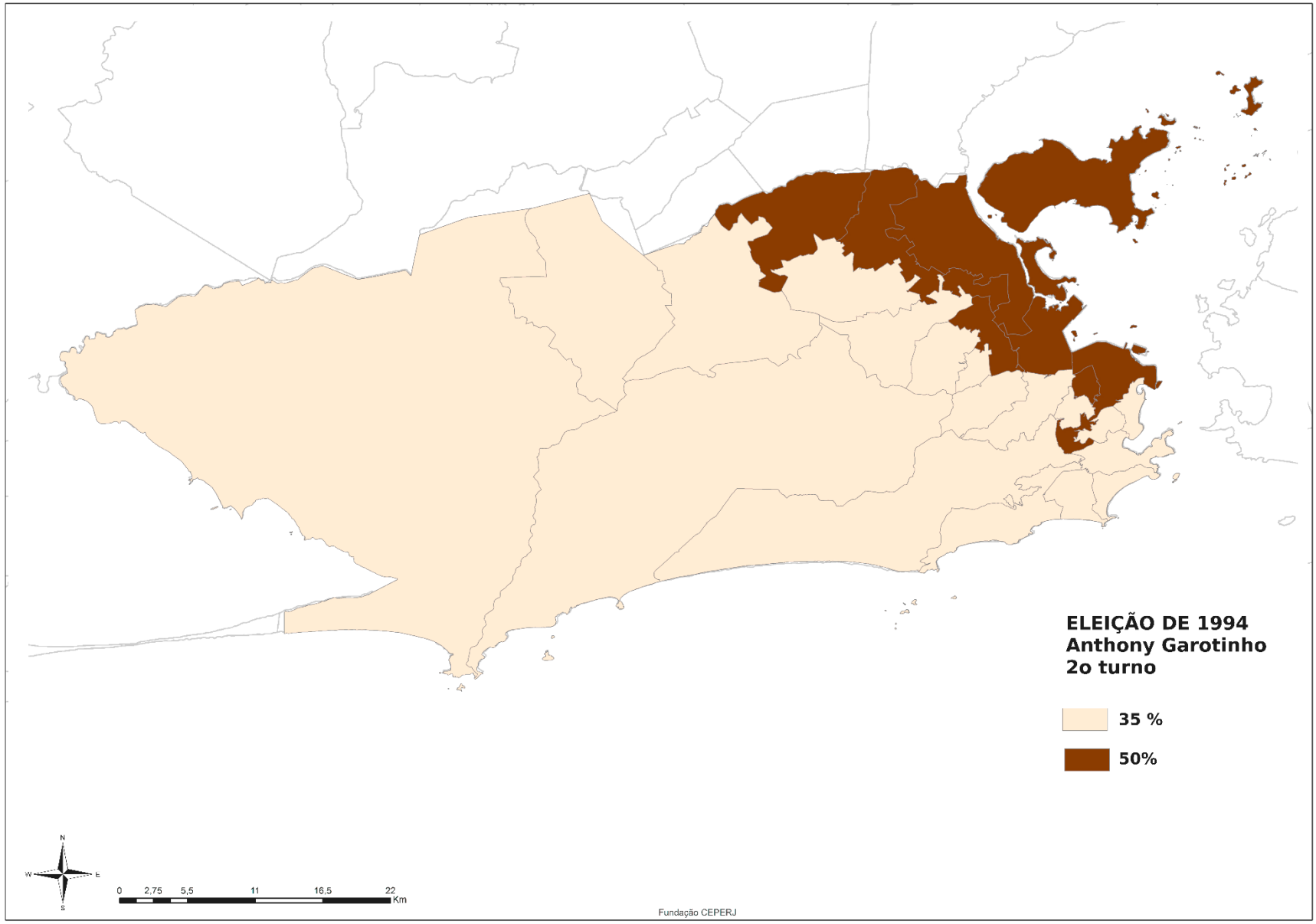



Figura 201 - Votação em Anthony Garotinho no 2º turno nas eleições para governador de 1994 (Fonte: Alkmin, 2014).

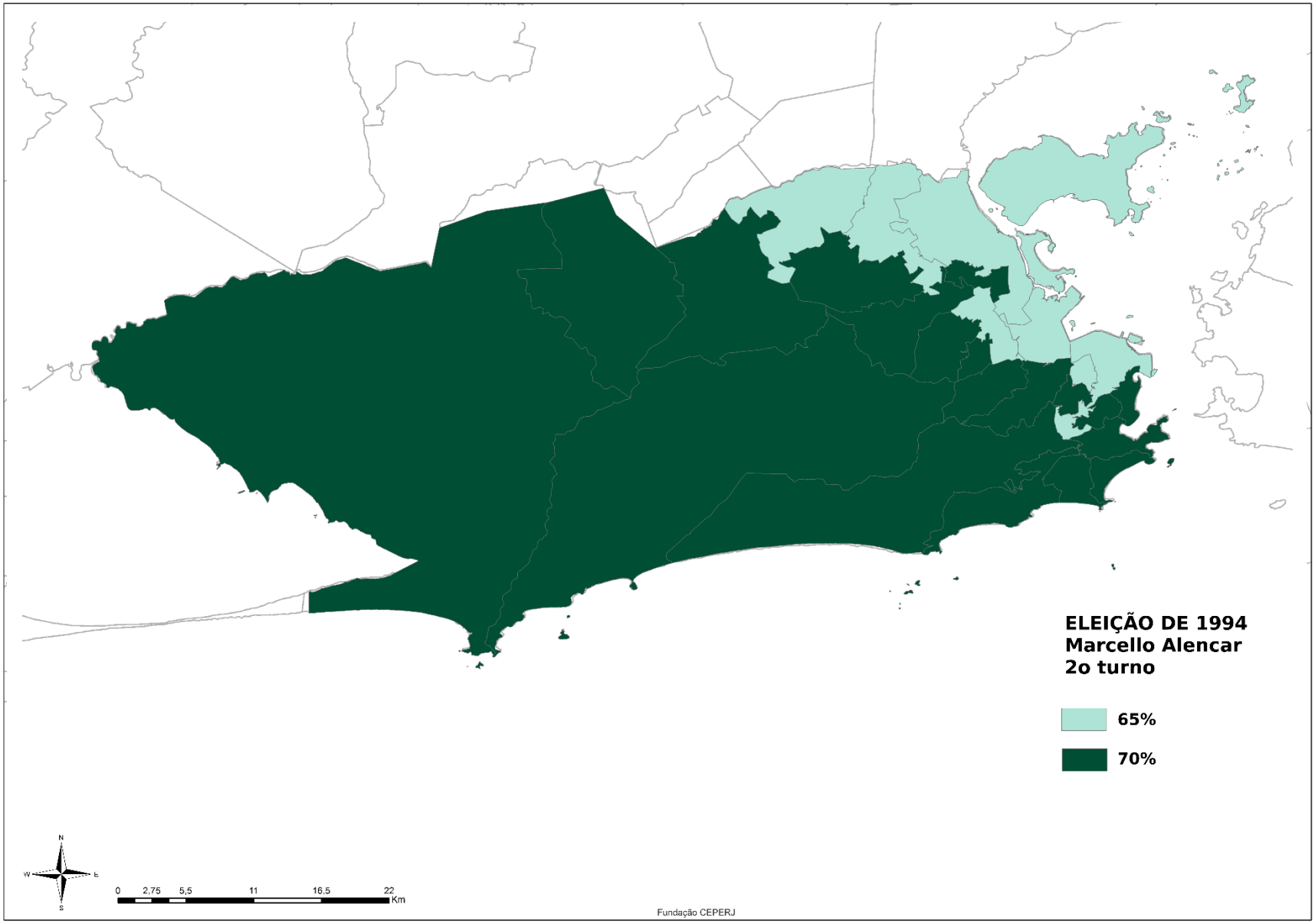



Figura 202 - Votação em Marcello Alencar no 2º turno nas eleições para governador de 1994 (Fonte: Alkmin, 2014).

| ZONAS ELEITORAIS | Leonel Brizola | Moreira Franco | Miro Teixeira | Sandra Cavalcanti | Lysâneas Maciel | Branco | Nulo | Votantes |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Centro | 45,339 | 29,597 | 14,558 | 13,367 | 3,541 | 3,862 | 3,724 | 113,988 |
| Estácio | 19,150 | 11,732 | 6,097 | 6,869 | 1,627 | 1,177 | 1,609 | 48,261 |
| Flamengo | 25,020 | 20,560 | 10,402 | 10,071 | 3,959 | 1,848 | 2,235 | 74,095 |
| Botafogo | 26,287 | 21,568 | 10,875 | 9,920 | 4,593 | 1,995 | 2,279 | 77,517 |
| Copacabana | 35,215 | 34,330 | 16,119 | 13,514 | 4,909 | 2,953 | 2,582 | 109,622 |
| Rio Comprido | 31,041 | 22,733 | 11,985 | 13,150 | 3,944 | 2,639 | 2,350 | 87,842 |
| Tijuca | 27,992 | 25,786 | 12,765 | 12,578 | 4,483 | 2,340 | 2,363 | 88,307 |
| Rocha | 34,060 | 16,991 | 11,590 | 9,129 | 2,783 | 2,041 | 2,817 | 79,411 |
| São Cristóvão | 24,526 | 12,035 | 7,025 | 7,631 | 1,900 | 1,525 | 1,840 | 56,482 |
| Cascadura | 31,148 | 18,929 | 15,473 | 10,720 | 2,685 | 2,772 | 2,745 | 84,472 |
| Olaria | 52,661 | 27,380 | 15,349 | 16,514 | 4,181 | 2,936 | 8,165 | 127,186 |
| Madureira | 60,379 | 27,521 | 19,823 | 14,481 | 3,410 | 3,538 | 5,043 | 134,195 |
| Barra da Tijuca | 86,511 | 37,737 | 26,566 | 17,602 | 5,982 | 4,803 | 7,163 | 186,364 |
| Méier | 32,827 | 23,054 | 11,671 | 13,734 | 3,616 | 2,647 | 3,014 | 90,563 |
| Realengo | 40,937 | 18,585 | 10,555 | 8,090 | 2,414 | 2,510 | 3,122 | 86,213 |
| Laranjeiras | 24,038 | 16,938 | 9,116 | 8,395 | 3,978 | 1,748 | 2,170 | 66,383 |
| Leblon | 31,149 | 24,066 | 13,644 | 7,899 | 5,045 | 2,348 | 2,223 | 86,374 |
| Ipanema | 27,332 | 31,501 | 13,506 | 10,602 | 4,416 | 2,339 | 2,160 | 91,856 |
| Grajaú | 33,787 | 29,354 | 14,480 | 16,530 | 4,932 | 3,268 | 2,730 | 105,081 |
| Engenho Novo | 32,555 | 23,584 | 12,780 | 13,587 | 3,442 | 2,757 | 3,026 | 91,731 |
| Bonsucesso | 61,497 | 26,249 | 15,092 | 16,924 | 4,728 | 3,211 | 4,476 | 132,177 |
| Irajá | 69,977 | 31,288 | 21,196 | 16,403 | 5,344 | 4,435 | 5,193 | 153,836 |
| Deodoro | 51,691 | 21,495 | 12,400 | 9,735 | 3,174 | 2,687 | 3,646 | 104,828 |
| Bangu | 85,429 | 26,092 | 16,749 | 9,845 | 5,306 | 3,754 | 4,175 | 151,350 |
| Santa Cruz | 85,402 | 32,271 | 26,038 | 10,991 | 3,962 | 6,688 | 6,357 | 171,709 |

Tabela 15 – Resultados em números absolutos das eleições para governador realizadas em 1982 por zona eleitoral no município do Rio de Janeiro (Fonte: TRE).

| ZONAS ELEITORAIS | Saturnino Braga | Rubem Medina | Jorge Cordeiro Leite | Marcello Diniz Cerqueira | Álvaro Bastos Valle | Aarão Steinbruch | Fernando de Carvalho | Carlos Imperial | Wilson Rodrigues de Farias | Heitor Baptista Furtado | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Centro | 14903 | 6968 | 3800 | 2360 | 2774 | 2585 | 709 | 435 | 348 | 302 | 35184.00 |
| Estácio | 16159 | 7911 | 4257 | 3228 | 3182 | 2651 | 820 | 526 | 445 | 349 | 39528.00 |
| Flamengo | 21819 | 19330 | 4889 | 8553 | 6233 | 2633 | 1136 | 457 | 884 | 377 | 66311.00 |
| Botafogo | 23297 | 19949 | 5218 | 8861 | 6684 | 2468 | 1061 | 555 | 912 | 382 | 69387.00 |
| Copacabana | 29722 | 36308 | 6956 | 10747 | 8444 | 3130 | 1428 | 695 | 846 | 533 | 98809.00 |
| Rio Comprido | 30105 | 19770 | 5759 | 8038 | 7828 | 4253 | 1433 | 751 | 864 | 591 | 79392.00 |
| Tijuca | 28458 | 25365 | 5484 | 9511 | 9145 | 2964 | 1247 | 582 | 863 | 552 | 84171.00 |
| Rocha | 31584 | 11543 | 8481 | 4988 | 5287 | 5686 | 1471 | 858 | 885 | 505 | 71288.00 |
| São Cristóvão | 21934 | 7930 | 4245 | 3449 | 3823 | 4119 | 1187 | 734 | 525 | 374 | 48320.00 |
| Cascadura | 27448 | 10301 | 16677 | 5368 | 5893 | 6020 | 1461 | 1129 | 762 | 709 | 75768.00 |
| Olaria | 51722 | 18831 | 10627 | 7990 | 8188 | 11104 | 2925 | 1850 | 1124 | 995 | 115356.00 |
| Madureira | 54383 | 14636 | 18309 | 6319 | 7475 | 11924 | 2441 | 2007 | 1079 | 1291 | 119864.00 |
| Barra da Tijuca | 86244 | 27832 | 21086 | 11149 | 12194 | 12687 | 3618 | 2575 | 2013 | 5089 | 184487.00 |
| Méier | 30476 | 16062 | 8754 | 7816 | 8677 | 6711 | 1705 | 1227 | 1000 | 723 | 83151.00 |
| Realengo | 40111 | 9602 | 8520 | 3762 | 4881 | 6548 | 1693 | 1344 | 731 | 712 | 77904.00 |
| Laranjeiras | 22861 | 15632 | 4409 | 7610 | 5462 | 2707 | 1078 | 521 | 796 | 352 | 61428.00 |
| Leblon | 30578 | 23422 | 6727 | 8813 | 6039 | 2549 | 1452 | 575 | 785 | 471 | 81411.00 |
| Ipanema | 24436 | 33081 | 5191 | 9425 | 7203 | 1905 | 1215 | 496 | 637 | 428 | 84017.00 |
| Grajaú | 32131 | 25945 | 6738 | 12169 | 11013 | 4061 | 1580 | 796 | 1142 | 697 | 96272.00 |
| Engenho Novo | 30510 | 18045 | 8481 | 8118 | 8760 | 5083 | 1442 | 990 | 871 | 748 | 83048.00 |
| Bonsucesso | 59757 | 17648 | 11118 | 7799 | 8257 | 11245 | 2905 | 2026 | 1356 | 924 | 123035.00 |
| Irajá | 67186 | 21105 | 12611 | 9009 | 9941 | 14729 | 3115 | 2270 | 1761 | 1273 | 143000.00 |
| Deodoro | 53095 | 10793 | 9682 | 6606 | 5648 | 9606 | 2164 | 1721 | 1267 | 807 | 101389.00 |
| Bangu | 94143 | 12799 | 10352 | 5383 | 5917 | 10209 | 2669 | 2725 | 2156 | 1014 | 147367.00 |
| Santa Cruz | 106734 | 17178 | 17064 | 5430 | 7320 | 10256 | 3595 | 2885 | 1693 | 889 | 173044.00 |
| Ilha do Governador | 29818 | 14480 | 5773 | 5587 | 5948 | 4518 | 1513 | 822 | 687 | 341 | 69487.00 |

Tabela 16 – Resultados em números absolutos das eleições para prefeito realizadas em 1985 por zona eleitoral no município do Rio de Janeiro (Fonte: TRE).

| ZONAS ELEITORAIS | Cesar Maia | Benedita da Silva | Brancos | Nulos | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Centro | 11558 | 11421 | 295 | 3598 | 26872 |
| Estácio | 15667 | 12469 | 479 | 4480 | 33095 |
| Flamengo | 42266 | 23920 | 511 | 7785 | 74482 |
| Botafogo | 39293 | 23970 | 434 | 6655 | 70352 |
| Copacabana | 55146 | 23911 | 550 | 7350 | 86957 |
| Rio Comprido | 43056 | 34862 | 782 | 9986 | 88686 |
| Tijuca | 46709 | 34288 | 710 | 9411 | 91118 |
| Rocha | 31252 | 38896 | 1159 | 10025 | 81332 |
| São Cristóvão | 20272 | 21880 | 577 | 6542 | 49271 |
| Cascadura | 39913 | 38919 | 795 | 15118 | 94745 |
| Olaria | 58604 | 67112 | 2230 | 22690 | 150636 |
| Madureira | 56374 | 68868 | 1769 | 24377 | 151388 |
| Barra da Tijuca | 150054 | 136385 | 3663 | 47622 | 337724 |
| Méier | 48040 | 36549 | 781 | 14941 | 100311 |
| Realengo | 36811 | 41452 | 1298 | 15604 | 95165 |
| Laranjeiras | 33941 | 27040 | 507 | 7119 | 68607 |
| Leblon | 60361 | 37666 | 871 | 8833 | 107731 |
| Ipanema | 55316 | 20613 | 516 | 6062 | 82507 |
| Grajaú | 63934 | 40615 | 799 | 12993 | 118341 |
| Engenho Novo | 45744 | 34642 | 775 | 12529 | 93690 |
| Bonsucesso | 61380 | 75721 | 2031 | 24682 | 163814 |
| Irajá | 87881 | 103313 | 2599 | 35621 | 229414 |
| Deodoro | 58770 | 82641 | 2051 | 26331 | 169793 |
| Bangu | 89515 | 112069 | 3816 | 36022 | 241422 |
| Santa Cruz | 116780 | 132274 | 4564 | 44452 | 298070 |
| Ilha do Governador | 53160 | 45182 | 1409 | 16835 | 116586 |

Tabela 17 – Resultados em números absolutos do 2º turno das eleições para prefeito realizadas em 1992 por zona eleitoral no município do Rio de Janeiro (Fonte: TRE).

# ANEXO VII – DADOS DE RENDA

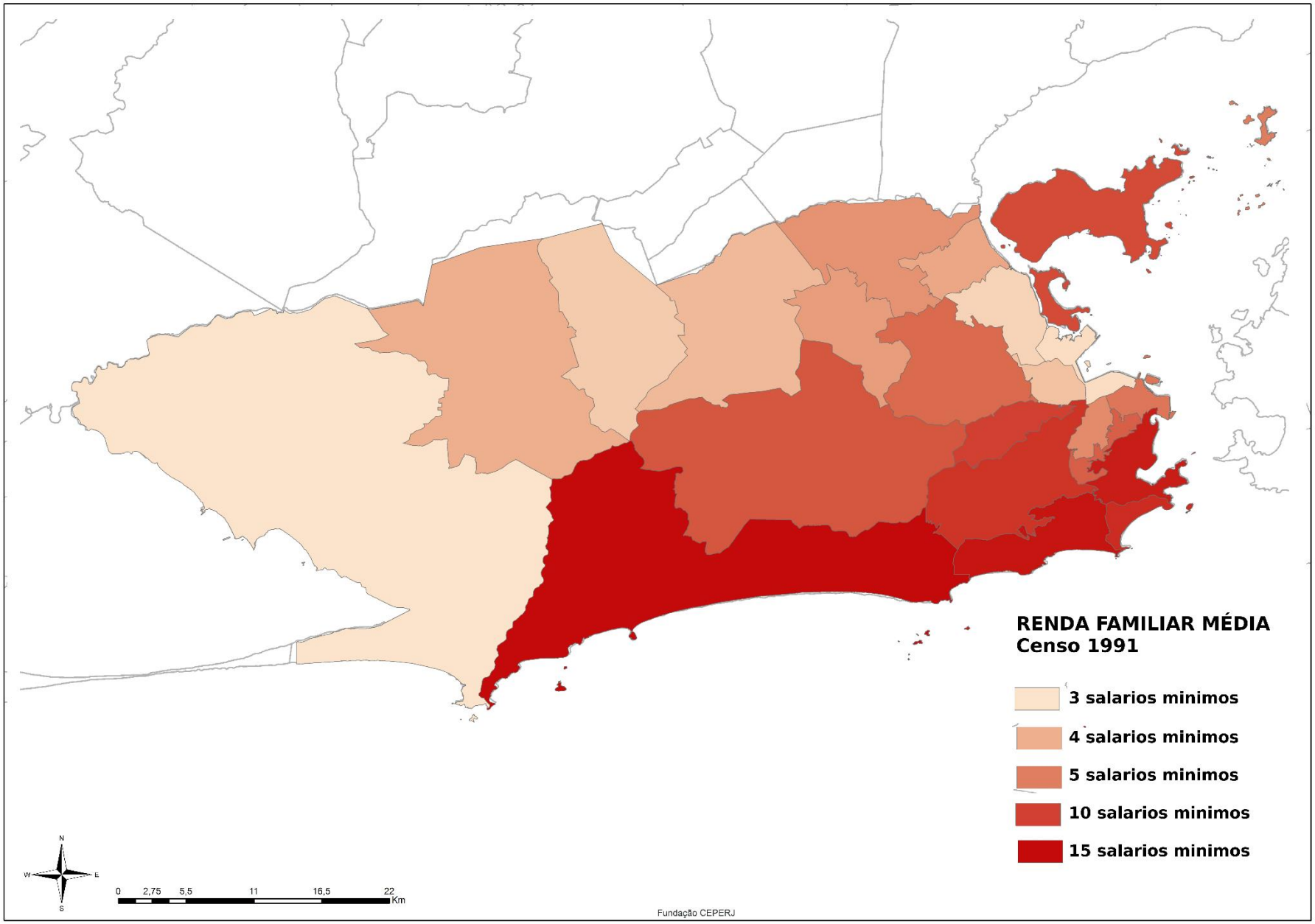



Figura 203 - Mapa da renda familiar média em salários mínimos (Fonte: IBGE).

| REGIÃO ADMINISTRATIVA | ¼ SM | ½ SM | ¾ SM | 1 SM | 1 ¼ SM | 1 ½ SM | 2 SM | 3 SM | 5 SM | 10 SM |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Santa Cruz | 1827 | 24498 | 36248 | 21793 | 29442 | 21260 | 34488 | 50828 | 45895 | 25055 |
| Portuária | 109 | 2746 | 4266 | 2442 | 5156 | 3132 | 4848 | 6911 | 6187 | 4500 |
| Ramos | 680 | 14274 | 30374 | 17343 | 26235 | 20179 | 29718 | 42464 | 40150 | 31013 |
| Bangu | 2176 | 28593 | 57228 | 32378 | 49770 | 38143 | 60840 | 98801 | 99311 | 72623 |
| São Cristóvão | 186 | 4385 | 9773 | 4986 | 5905 | 6063 | 7984 | 10786 | 11048 | 9915 |
| Anchieta | 598 | 6989 | 13754 | 7918 | 11283 | 9381 | 14984 | 24779 | 25711 | 18583 |
| Campo Grande | 1700 | 20569 | 32317 | 19955 | 30242 | 23058 | 36782 | 60522 | 66445 | 50858 |
| Penha | 874 | 12757 | 29161 | 16750 | 26276 | 19384 | 31408 | 49081 | 51922 | 42995 |
| Madureira | 1311 | 18038 | 28447 | 18175 | 24331 | 19937 | 33978 | 56665 | 67551 | 62080 |
| Irajá | 1475 | 16204 | 33738 | 18859 | 29963 | 24460 | 39269 | 65199 | 73758 | 67035 |
| Rio Comprido | 107 | 6012 | 6079 | 4607 | 5864 | 4405 | 5653 | 9586 | 9776 | 12931 |
| Paquetá | 12 | 178 | 227 | 188 | 175 | 191 | 293 | 392 | 527 | 563 |
| Centro | 44 | 1427 | 2005 | 1758 | 2831 | 2101 | 3770 | 7221 | 9176 | 10560 |
| Méier | 1402 | 22159 | 40990 | 24148 | 36231 | 30142 | 48634 | 81054 | 99234 | 115609 |
| Santa Teresa | 69 | 1024 | 1987 | 1452 | 4566 | 1985 | 3906 | 6270 | 6610 | 7643 |
| Jacarepaguá | 847 | 16210 | 30802 | 18354 | 26542 | 21740 | 33857 | 59332 | 66433 | 74967 |
| Ilha do Governador | 583 | 4757 | 10228 | 6680 | 10068 | 8131 | 13256 | 23967 | 31878 | 42228 |
| Vila Isabel | 189 | 4243 | 5325 | 4571 | 7789 | 4819 | 8853 | 16705 | 24018 | 48267 |
| Tijuca | 119 | 3446 | 3494 | 3115 | 10323 | 3737 | 7784 | 15626 | 21245 | 43069 |
| Copacabana | 62 | 700 | 1606 | 1472 | 5630 | 2458 | 5822 | 12374 | 18250 | 38026 |
| Botafogo | 126 | 3603 | 4417 | 3483 | 6922 | 4376 | 7802 | 16136 | 25305 | 52891 |
| Lagoa | 136 | 5564 | 9842 | 6646 | 10561 | 6488 | 8828 | 15461 | 14859 | 25125 |
| Barra da Tijuca | 71 | 1148 | 3465 | 1686 | 4478 | 2360 | 3755 | 6396 | 6142 | 11015 |

Tabela 18 – Renda familiar em salários mínimos (SM) segundo o Censo de 1991 (Fonte: IBGE).

| REGIÃO ADMINISTRATIVA | 15 SM | 20 SM | Mais de 20 SM | Sem Renda | Sem Declaração | Habitações | Renda Média Familiar |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Santa Cruz | 4144 | 1233 | 1184 | 14856 | 782 | 312751 | 3,05 |
| Portuária | 918 | 220 | 205 | 1283 | 355 | 42923 | 3,47 |
| Ramos | 7480 | 2518 | 2064 | 15949 | 981 | 280441 | 3,68 |
| Bangu | 14800 | 4366 | 3377 | 27498 | 1611 | 589904 | 3,83 |
| São Cristóvão | 2522 | 767 | 646 | 3200 | 240 | 78166 | 3,92 |
| Anchieta | 3217 | 720 | 631 | 1837 | 524 | 140385 | 3,92 |
| Campo Grande | 10420 | 3386 | 3201 | 18567 | 1650 | 378022 | 4,08 |
| Penha | 9838 | 3149 | 2812 | 16398 | 725 | 312805 | 4,16 |
| Madureira | 14094 | 4128 | 2908 | 19352 | 1594 | 370995 | 4,55 |
| Irajá | 17368 | 5313 | 4440 | 20206 | 1015 | 417287 | 4,65 |
| Rio Comprido | 4794 | 2019 | 2084 | 4144 | 231 | 78061 | 5,37 |
| Paquetá | 164 | 97 | 73 | 113 | 4 | 3193 | 5,50 |
| Centro | 2821 | 895 | 797 | 1904 | 275 | 47310 | 5,82 |
| Méier | 38703 | 15710 | 13695 | 19523 | 2303 | 587234 | 5,88 |
| Santa Teresa | 2684 | 1186 | 1493 | 2327 | 351 | 43202 | 5,95 |
| Jacarepaguá | 28756 | 12217 | 16370 | 12617 | 989 | 419044 | 6,23 |
| Ilha do Governador | 17146 | 7841 | 10887 | 7557 | 884 | 195207 | 7,49 |
| Vila Isabel | 28909 | 15928 | 19891 | 6090 | 1338 | 195597 | 10,47 |
| Tijuca | 29054 | 17013 | 26735 | 5611 | 820 | 190371 | 11,57 |
| Copacabana | 25825 | 16147 | 32082 | 4711 | 3552 | 165165 | 13,36 |
| Botafogo | 37409 | 24410 | 48274 | 6837 | 5106 | 241991 | 13,39 |
| Lagoa | 21983 | 16992 | 60561 | 7452 | 7329 | 210498 | 13,85 |
| Barra da Tijuca | 11074 | 8636 | 31296 | 2356 | 1468 | 93878 | 15,54 |

Tabela 19 – Renda familiar em salários mínimos (SM) segundo o Censo de 1991 (Fonte: IBGE).